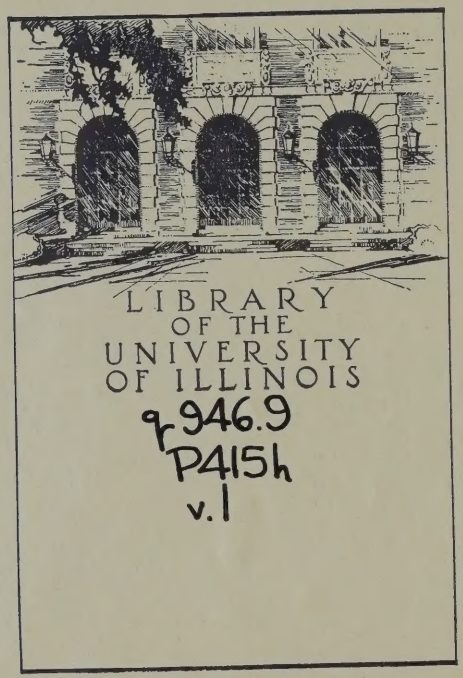
História de Portugal

Edição
Monumental
da
Portucalense Editora
Porto



LIBRARY
OF THE
UNIVERSITY
OF ILLINOIS
946.9
P415h
v.1

HISTÓRIA DE PORTUGAL

NOTICE: **Return or renew all Library Materials! The *Minimum* Fee for each Lost Book is $50.00.**

The person charging this material is responsible for its return to the library from which it was withdrawn on or before the **Latest Date** stamped below.

Theft, mutilation, and underlining of books are reasons for disciplinary action and may result in dismissal from the University.
To renew call Telephone Center, 333-8400

UNIVERSITY OF ILLINOIS LIBRARY AT URBANA-CHAMPAIGN

APR 07 1993
MAR 22 1993
AUG 03 1995
AUG 21 1995

L161—O-1096

HISTÓRIA DE PORTUGAL

HISTÓRIA DE PORTUGAL

HISTÓRIA DE PORTUGAL

EDIÇÃO MONUMENTAL

COMEMORATIVA DO 8.º CENTENÁRIO DA FUNDAÇÃO DA NACIONALIDADE

PROFUSAMENTE ILUSTRADA E COLABORADA
PELOS MAIS EMINENTES HISTORIADORES E
ARTISTAS PORTUGUESES

DIRECÇÃO LITERÁRIA DE

DAMIÃO PERES

Professor de História de Portugal na Universidade do Pôrto,
Director da Faculdade de Letras,
Director do Arquivo Histórico do Pôrto.

DIRECÇÃO ARTÍSTICA DE

ELEUTÉRIO CERDEIRA

Professor de História da Arte
e de Artes Gráficas na Escola Industrial do Infante D. Henrique
Director-adjunto do Arquivo Histórico do Pôrto.

Volume I

MCMXXVIII
PORTUCALENSE EDITORA, L.DA
RUA D. ANTÓNIO BARROSO
BARCELOS

RESERVADOS TODOS OS DIREITOS DE REPRODUÇÃO E TRADUÇÃO
NOS TERMOS DAS LEIS E ACÔRDOS INTERNACIONAIS VIGENTES

Composto e impresso nas oficinas da Companhia Editora do Minho
BARCELOS

g 946.9
P415h
v.1

Á memória dos nossos Maiores

Hist Dept

Esta é a ditosa pátria minha amada.

CAMÕES — *(Lusíadas)*

TIP. da COMP.ª EDITORA DO MINHO - Barcelos

A PRIMEIRA TARDE PORTUGUESA

(Painel de Acácio Lino existente no Palácio do Congresso.)

INTRODUÇÃO

PRIMEIRA PARTE

CONDIÇÕES GEOGRÁFICAS

POR

Mário de Vasconcelos e Sá

Professor do Instituto Superior do Comércio do Pôrto

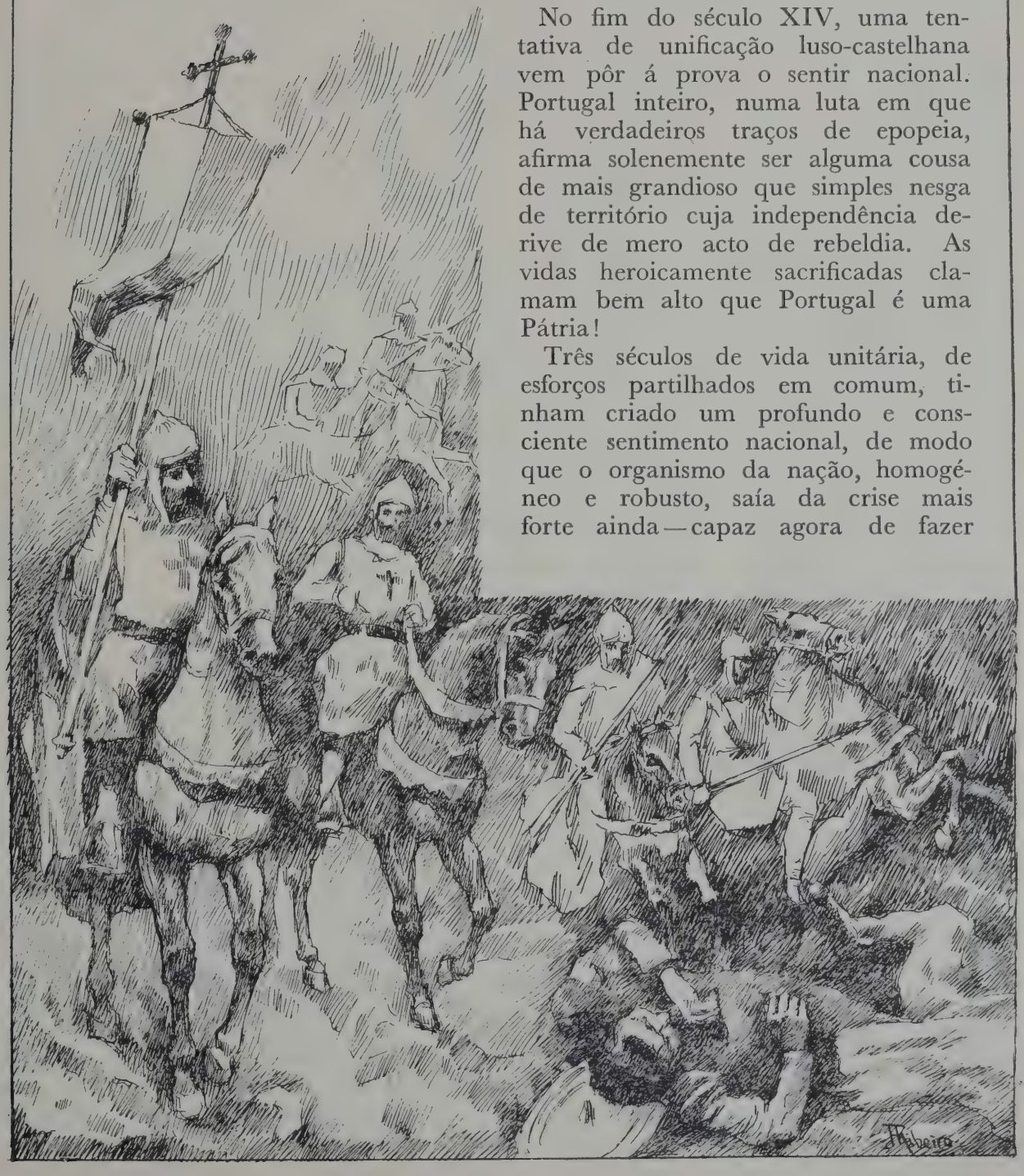
PREFÁCIO

Portugal, nação independente, surge no começo do século XII.

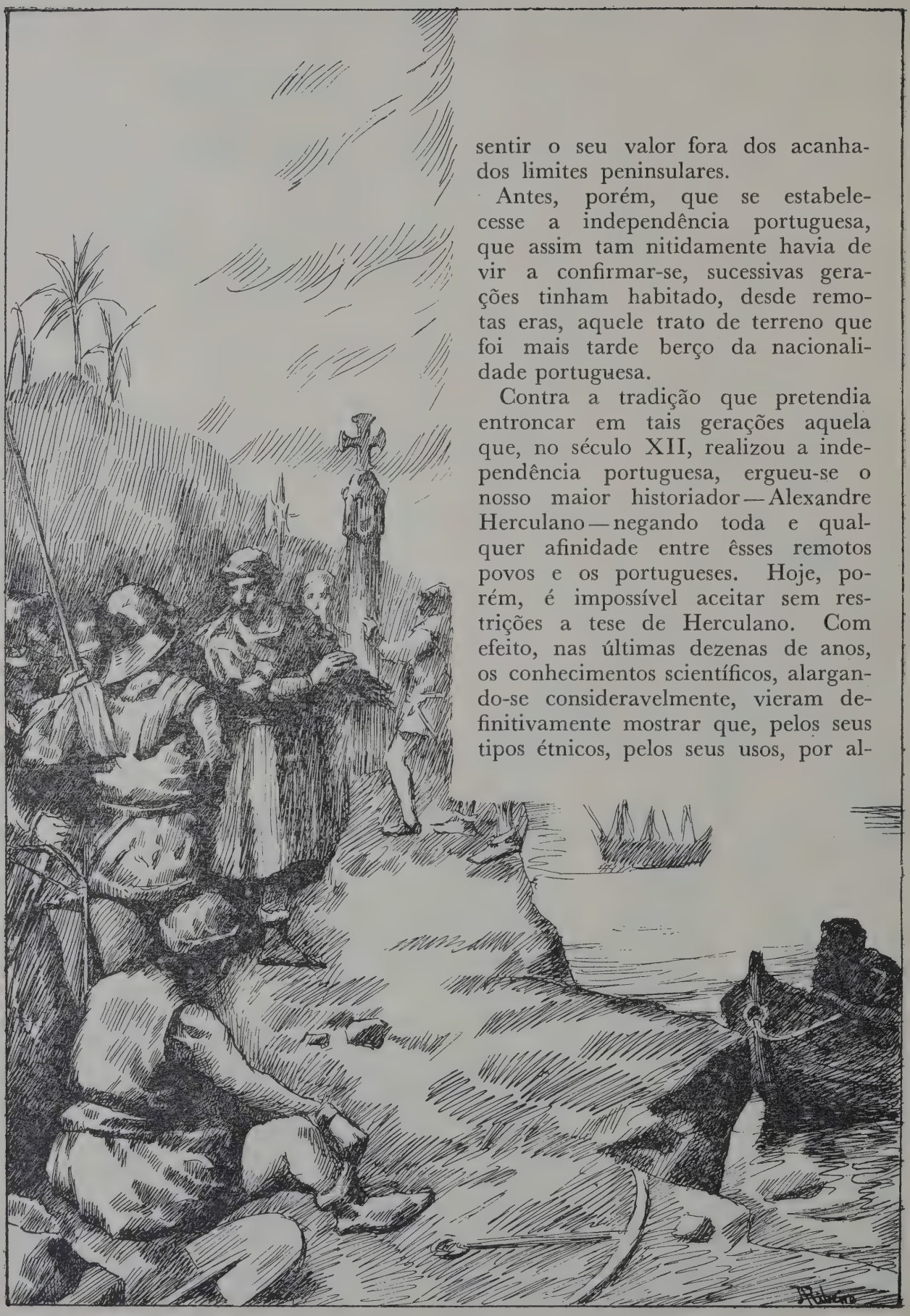
Em cêrca de três séculos, alarga pela conquista o seu território na Península e organiza completamente todos os seus elementos de vida.

No fim do século XIV, uma tentativa de unificação luso-castelhana vem pôr á prova o sentir nacional. Portugal inteiro, numa luta em que há verdadeiros traços de epopeia, afirma solenemente ser alguma cousa de mais grandioso que simples nesga de território cuja independência derive de mero acto de rebeldia. As vidas heroicamente sacrificadas clamam bem alto que Portugal é uma Pátria!

Três séculos de vida unitária, de esforços partilhados em comum, tinham criado um profundo e consciente sentimento nacional, de modo que o organismo da nação, homogéneo e robusto, saía da crise mais forte ainda — capaz agora de fazer



Desenho à pena do prof. João Augusto Ribeiro.



sentir o seu valor fora dos acanhados limites peninsulares.

Antes, porém, que se estabelecesse a independência portuguesa, que assim tam nitidamente havia de vir a confirmar-se, sucessivas gerações tinham habitado, desde remotas eras, aquele trato de terreno que foi mais tarde berço da nacionalidade portuguesa.

Contra a tradição que pretendia entroncar em tais gerações aquela que, no século XII, realizou a independência portuguesa, ergueu-se o nosso maior historiador — Alexandre Herculano — negando toda e qualquer afinidade entre êsses remotos povos e os portugueses. Hoje, porém, é impossível aceitar sem restrições a tese de Herculano. Com efeito, nas últimas dezenas de anos, os conhecimentos scientíficos, alargando-se consideravelmente, vieram definitivamente mostrar que, pelos seus tipos étnicos, pelos seus usos, por al-

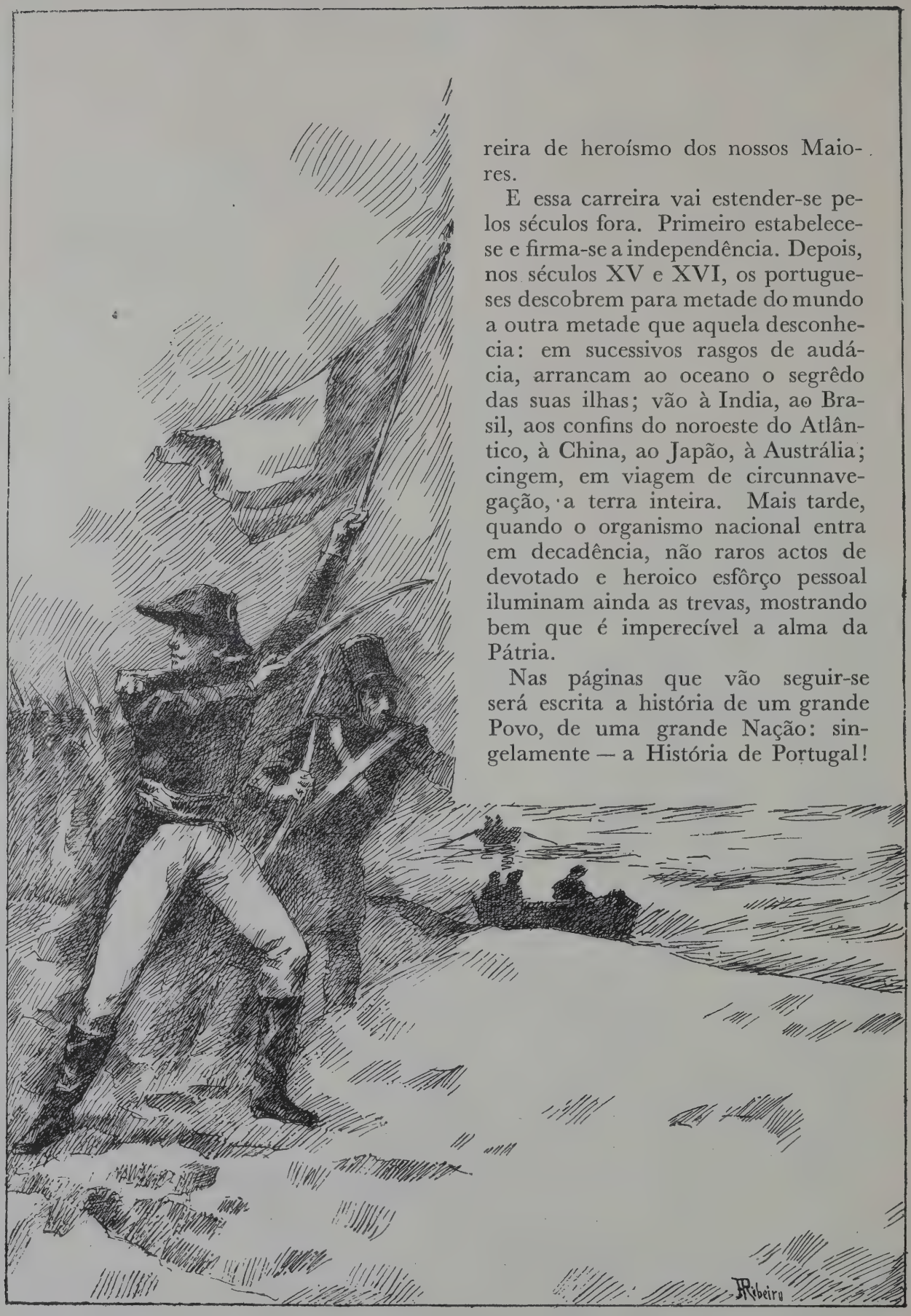
Desenho à pena do Prof. João Augusto Ribeiro.

gumas das suas instituïções, os portugueses do século XII eram legítimos representantes daquelas vetustas gerações tam ciosas da sua autonomia.

Com séculos de intervalo embora, sempre as tentativas de revolta contra alheio domínio encontraram éco caloroso na vertente ocidental da Península.

Evidentemente que êste facto, só por si, não determinaria o aparecimento de uma nação independente. Mas, se é certo que a independência política de Portugal se tornou viável por circunstâncias excepcionalmente favoráveis da política peninsular, se é certo que, depois, a própria independência se foi por si mesma robustecendo até criar uma consciência nacional, um patriotismo sentido e activo, não é menos certo que fortes e profundas raizes ligam o Portugal moderno a um remoto passado cujos rasgos de imperecível glória constituem os primeiros lineamentos da larga car-

Desenho à pena do Prof. João Augusto Ribeiro.



reira de heroísmo dos nossos Maiores.

E essa carreira vai estender-se pelos séculos fora. Primeiro estabelece-se e firma-se a independência. Depois, nos séculos XV e XVI, os portugueses descobrem para metade do mundo a outra metade que aquela desconhecia: em sucessivos rasgos de audácia, arrancam ao oceano o segrêdo das suas ilhas; vão à India, ao Brasil, aos confins do noroeste do Atlântico, à China, ao Japão, à Austrália; cingem, em viagem de circunnavegação, a terra inteira. Mais tarde, quando o organismo nacional entra em decadência, não raros actos de devotado e heroico esfôrço pessoal iluminam ainda as trevas, mostrando bem que é imperecível a alma da Pátria.

Nas páginas que vão seguir-se será escrita a história de um grande Povo, de uma grande Nação: singelamente — a História de Portugal!

Desenho à pena do Prof. João Augusto Ribeiro.

PARTE PRIMEIRA

CONDIÇÕES GEOGRÁFICAS

Capítulo I — Geomorfologia

Situação de Portugal. Génese da Península. Constituição geológica de Portugal. Orografia. Hipsometria. Planícies e vales. Estradas geográficas. Hidrografia. Litoral e costas. Zonas geomorfológicas. Condições agrológicas.

PORTUGAL é, territorialmente, um pequeno país. Tornaram-no grande, porém, a beleza da sua paisagem, a suavidade do seu clima e o valor do povo que o tem habitado.

A planície, o vale, a montanha, a água que corre e a água que jaz, o verde forte das florestas e o tom suave dos campos cultivados, a brancura da neve nos altos cumes, e, ao longe, a morrer no horizonte, o azul-negro melancólico do mar, tudo aquilo que pode dar à paisagem côr, movimento e vida, alegrando os olhos e enlevando o espírito — tudo isso tem a terra portuguesa.

Portugal é também um país onde, de um modo geral, o Estio não é excessivo, o Outono é longo e belo, o Inverno moderado, a Primavera precoce.

Os homens que habitaram outrora esta pequena terra eram poucos mas fizeram grandes e belas cousas. Durante mais de um século, caminharam na vanguarda dos povos pelo pensamento e pela acção. Hoje ainda, os que nela nasceram, se as circunstâncias o indicam, se o ensejo se oferece, mostram ao mundo não se terem extinguido as virtudes que notabilizaram os seus antepassados.

Tal é, em síntese, a terra de Portugal e a gente portuguesa.

Situado no extremo ocidente da Península Ibérica, entre 49º 9′ (Foz do Trancoso) e 36º 58′ (Cabo Santa Maria) de Lat. N., Portugal

é limitado, ao N. e E., pela Espanha (província da Galiza, Leão, Extremadura e Andalusia), e, ao S. e W., pelo Atlântico.

A configuração geral da sua superfície, avaliada em 89.106 qm.², é a de um quadrilátero irregular, sendo a sua fronteira terrestre (1.209 qm.) maior que a marítima (845 qm.).

A superfície de Portugal corresponde, aproximadamente, à quinta parte da Península Ibérica, e, entre os países da Europa, apenas a Bélgica, a Holanda, a Dinamarca, a Áustria, e a Suíça, lhe são inferiores em área.

(Cl. Álvaro Martins — PÔRTO)

O Norte do Marão coberto de neve.

A exposição especial de Portugal, nos declives ocidentais da Península Ibérica, debruçado sôbre um Oceano em que as tempestades e as marés não são violentas, localizado no cruzamento dos caminhos marítimos que conduzem da Europa ocidental para as Américas, para o Mediterrâneo, para a África e para o Oriente, foi o factor principal que permitiu aos seus habitantes uma situação privilegiada, situação que, explicando a sua diferenciação em face dos outros povos da Península, torna bem clara a predominância dos portugueses, nos séculos XV e XVI, no descobrimento da Terra.

Esta excepcional situação faz ainda hoje do nosso território um verdadeiro *Cais da Europa*, destinado aos povos de além Atlântico e do Mediterrâneo.

De facto, Portugal gosa assim das vantagens da localização geográfica da Península Ibérica, situada à entrada do Mediterrâneo e em frente ao Atlântico, localização a que deve o papel preponderante que exerceu sempre entre os povos, desde a antigüidade até nós.

E' certo que o rápido desenvolvimento marítimo e industrial das nações setentrionais da Europa, e, mais tarde, a abertura do canal de Suez e dos túneis dos Alpes, isolaram a Península, e a poseram fóra dos feixes de concentração da circulação mundial; porém, a abertura do canal do Panamá, o natural e indispensável desenvolvimento da África, são factores que contribüirão de certo para a Península recuperar a situação que, momentaneamente perdeu.

Assim, foi o Mar que embalou e formou o espírito português. A exposição abertamente atlântica de Portugal, desde cedo imprimiu caracter ás populações que habitavam os socalcos ocidentais da Península, tornando-as distintas do resto dos povos que a habitavam, os quais, na sua maior parte, possuem uma exposição mediterrânea.

O Mar atraiu-nos sempre. Sem fim e misterioso, prendeu, desde muito cedo, a nossa alma, já de si sonhadora e aventureira.

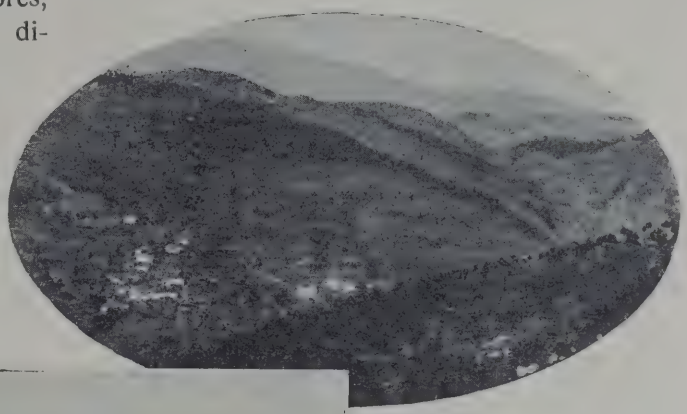
A febre da miragem fez-nos visionários, e o Mar, guiando as nossas caravelas, deu-nos o milagre do Desconhecido: a América, a África, a Índia e o Oriente.

O Atlântico foi para nós a vasta arena onde, com coragem, abnegação e valentia, perante os olhos cubiçosos e embevecidos dos outros povos que nos espiavam, representámos um dos dramas mais grandiosos dos destinos da Humanidade.

Portugal ensinou então ao mundo os logares e as terras onde viviam novos povos, de costumes e línguas diversas.

E, tam úteis e proveitosos foram os seus ensinamentos, que arrastou os espectadores, entusiasmados e delirantes, à espinhosa e difícil empresa das navegações.

Hoje ainda é o Mar que nos aponta, altaneiro e amigo, a vantagem da nossa situação na futura colonização africana, pois que a nossa costa é a estrada forçada sôbre a *cruz dos caminhos* da África para a Europa e Américas.



I — Subúrbios do Marão.
*(Foto-Transmontana-*vila real)

II — Silhueta do Marão vista das proximidades de Vila Real
(Foto-Beleza — pôrto)

III — Uma encosta do Marão.
(Foto-Alvão — pôrto)

* * *

A superfície da Terra, mais plástica e maleável na sua juventude, é instável, e por isso o seu aspecto tem variado grandemente através das diferentes idades geológicas. O planeta que habitamos foi tomando pouco a pouco a configuração que hoje tem. Irrequieta e flexível na infância, vigorosa e cheia de equilíbrio na juventude, débil e fraca na velhice, a Terra tem atravessado, desde o comêço da formação da crusta terrestre até aos nossos dias, uma vida de muitos milhares de séculos, que os geólogos dividem em quatro idades ou eras geológicas, subdivididas ainda em períodos, e que são: a era primária, a secundária, a terciária e a quaternária — a actual.

Continentes e oceanos são as duas unidades maiores existentes á superfície desde as primeiras solidificações. Na era primária, existiam duas grandes massas continentais, transversais e paralelas, separadas por uma grande falha transversal (Mesogeu), como que uma enorme brecha, oblíqüa ao eixo terrestre, distribuindo-se por todo o Mediterrâneo actual, Gôlfo

Pérsico, mas das Índias, planura do Indus e Ganges, Insulíndia, América Central, Gôlfo do México e Antilhas.

Esta falha, a que também se chama *linha dos mediterrâneos*, é, entre os traços fisionómicos da Terra, aquele que maior persistência apresenta, ainda que a sua localização tenha variado através das idades geológicas.

O Mediterrâneo actual é uma das secções desta linha dos mediterrâneos e tem para nós uma importância especial, por ter sido êle o *criador* das três penínsulas por que, actualmente, termina a Europa: a Ibérica, a Itálica e a Balcânica.

Os países mediterrâneos tiveram assim, no ponto de vista dinámico, como a tiveram depois na história, uma vida comum. Foi o Mediterrâneo que os fez e foi ainda êle que os lançou no caminho do progresso e da civilização.

Na era secundária, tendo-se já fendido os continentes anteriormente existentes, a zona que a Europa ocupa nos nossos dias, era constituída, em grande parte, por numerosas ilhas, entre as quais, ao sul, se distribuíam a Mesêta Ibérica, a Tirrénida e a Romélia, blocos resistentes e isolados — *horsts*, segundo a terminologia geralmente usada.

A Mesêta foi o *horst* em volta do qual se deram as primeiras condensações e enrugamentos que levaram o seu solo a reelevar-se sem se desmoronar, resistindo assim às várias e desencontradas compressões que experimentou.

O mesmo, porém, não sucedeu às duas outras ilhas ou continentes que deram origem às Penínsulas Itálica e Balcânica.

A Península Itálica é a resultante dos afundimentos da Tirrénida, de encontro à qual se deram as ondulações dos enrugamentos poste-

(Cl. Alvaro Martins — PÔRTO)

A Serra do Marão vista de Candemil

riores que não só os motivaram como imprimiram à Península a forma característica de uma estreita faixa de grande instabilidade, no sentido dos meridianos.

A Península Balcânica, reünindo os caracteres da Península Ibérica, na parte norte e oriental, e os da Península Itálica, na parte ocidental, é a resultante dos afundimentos parciais do continente primitivo — a Romélia — de encontro ao qual se levantaram as ondulações do sub-ramo oriental da cadeia alpina.

A região norte e oriental resistiu às compressões sofridas e daqui a sua forma rígida, com características da Mesêta Ibérica; a região ocidental e sul afundiu-se, tomando a forma de faixa na direcção meridiana, de maneira a deixar apenas, como restos do antigo continente, as ilhas que cercam a Península.

A parte fundamental, da Península Ibérica, a Mesêta, formou-se, pois, na era primária. Na era secundária iniciou-se a regressão marítima; uma orla de terrenos novos começou a aparecer, bordando a Mesêta junto dos afundimentos que então a cercavam. Na era terciária a regressão acentuou-se e os afundimentos passaram a ser substituídos por relevos pertencentes à formação himalaio-alpina.

*

* *

Pela composição geológica do seu solo e pela sua estrutura e relêvo, Portugal é um retalho da Península Ibérica, pois a maior parte do seu território é constituída pela zona ocidental da Mesêta, em volta da qual se deram

(Cl. Alvaro Martins — PÔRTO)

UM IMPONENTE ASPECTO DA SERRA DO MARÃO

as condensações que, nas eras secundária, terciária e quaternária, completaram o *facies* actual da Península, dando-lhe o aspecto que presentemente tem. Por esta razão o sub solo do território sôbre que se formou Portugal, é, em cêrca de dois terços da sua superfície, ocupado por terrenos sedimentares muito antigos, da era primária, e rochas cristalinas, predominando entre estas os granitos.

Êstes terrenos ocupam quási toda a superfície de Portugal, exceptuando-se apenas uma bordadura ocidental e outra meridional, constituídas por terrenos mais modernos — secundários, terciários e quaternários.

O bloco primário confina com o oceano na zona norte do nosso País, começando a afastar-se dêle por alturas de Aveiro. Neste ponto começa a bordadura ocidental. Os terrenos primários são desde então separados dos de formação mais recente por uma linha que é quási recta de Ovar até Tomar, onde se encurva, contornando as bacias terciárias do Tejo e Sado, para depois se aproximar novamente da costa.

Quando esta se inflete para leste, a linha divisória afasta-se outra vez do mar, ficando as formações primárias separadas dêle pela bordadura meridional que cobre grande parte da zona sul do Algarve.

Os terrenos de formação secundária ocupam uma área muito menor do que a primária, não se aproximando nada dos terrenos terciários, cuja extensão é o dôbro da dos secundários.

(Foto-Gonzalez — GEREZ)

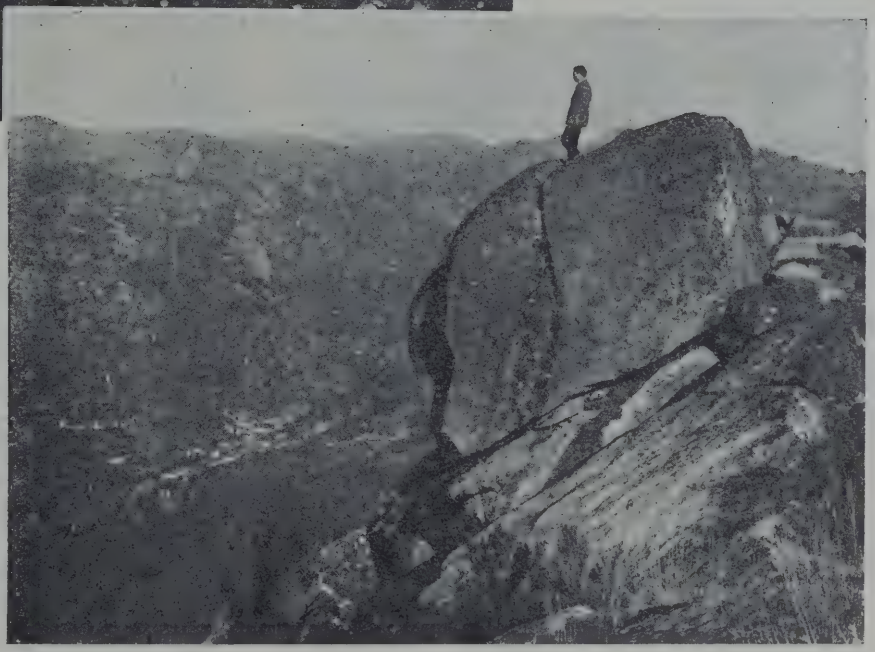
GEREZ — A Curva da Morte

Os terrenos da era primária distribuem-se da forma seguinte: O pre-câmbrico forma quatro grandes manchas: uma ocupa grande parte do distrito de Vila Real e quási todo o de Bragança; outra estende-se, na direcção noroeste-sueste, desde a região a leste do Pôrto até as faldas do Caramulo; uma terceira cobre grande parte do distrito de Portalegre; a quarta constitui a maior grande parte do distrito de Évora. O câmbrico alarga-se por uma faixa ao longo do Douro, desde Lamego a Barca d'Alva; aperta-se ao longo do rio Paiva, a começar ao sul de Valongo; ocupa uma larga mancha que, vindo do norte de Ovar, se estende por toda a Beira meridional, desde o Zézere á fronteira, etc. O silúrico inferior está só representado em duas faixas orientadas noroeste-sudeste, principiando uma a ocidente do Pôrto, para se interromper ao norte de S. Pedro do Sul e de novo aparecer ao norte de Sabugal, perto da fronteira, ao passo que a outra faixa, surgindo perto da Mealhada, corta o Mondego junto de Penacova, desaparece no câmbrico ao sul de Arganil, aparece de novo a cortar o Ocreza e o Tejo, em Vila Velha de Ródão, desaparece outra vez nos granitos de Niza para surgir novamente nas serras de Portalegre e São Mamede. O silúrico superior, mais rico, distribui-se em Trás-os-Montes, desde o Tua até Vimioso; ocupa duas pequenas manchas no Marão e entre o Sabôr e o Douro; estende-se por uma faixa que principia na foz do Cávado e termina

entre o Paiva e São Pedro do Sul; forma uma pequena mancha entre o Zézere e o Tejo, e uma outra mais larga desde o sul de Portalegre ao Degebe. As formações do devónico distribuem-se a nordeste de Alcácer do Sal, na serra de São Mamede e em duas faixas ao sul de Beja, separadas pelo arcáico.

As formações da era secundária aparecem, mais ou menos, misturadas com as terciárias na auréola ou bordadura que se formou de encontro aos terrenos da Mesêta, numa orla que, no nosso território, se estende de Aveiro ao cabo de São Vicente, sobretudo entre o Vouga e o Tejo, na faixa ocidental, limitada, a oriente, pelo terciário do Tejo, e, a ocidente, pelo mar. Toda a faixa sul do Algarve, em contacto com o carbónico inferior, é secundária, bem como uma outra, estreita e curta, do Cabo Espichel a Setúbal.

As formações da era secundária relativamente a cada um dos seus períodos, são as seguintes: As do triássico distribuem-se em



SERRA DO GEREZ

I — Local do novo Observatório.

II — Pedra Bela.

(Foto-Gonzalez — GEREZ)

O carbónico forma uma grande mancha de forma trapesoidal, limitada pelo cabo São Vicente, Castro Marim, Grândola e Mértola, isto é, quási todo o norte do Algarve e sul do Alentejo, surgindo também afloramentos de carbónico na bacia de São Pedro da Cova, no Buçaco, no Cabo Mondego e em Santa Suzana, a nordeste de Alcácer do Sal, no prolongamento da mancha devónica.

duas faixas estreitas: uma ao sul, no litoral do Algarve, separando as formações do carbónico inferior dos outros terrenos secundários; outra, a ocidente do câmbrico, separando, de Aveiro a Tomar, os terrenos primários, ao norte do Tejo; as do jurássico distribuem-se por três regiões: uma ao sul, no litoral do Algarve, outra ao ocidente do câmbrico da Serra da Estrela, desde as

proximidades de Águeda até Alenquer e Arruda, e a terceira na região da Arrábida; finalmente, as do cretássico aparecem apenas ao sul do litoral jurássico do Algarve, na orla secundária do norte do Tejo, em Penela e a leste da nascente do Côa, formando manchas de extensão relativamente pequena.

(Foto-Soares Leitão — GEREZ)

GEREZ — PONTÃO DA FIGUEIRA
(A caminho da Portela do Homem)

Os terrenos terciários ocupam, sobretudo, as bacias do Tejo até às Portas de Ródão, e do Sado até à sua origem. São ainda terciários os terrenos a oeste da orla secundária que formam um arco de círculo entre Ovar e o Cabo Carvoeiro.

Por períodos, as formações terciárias são as seguintes: O oligoceno encontra-se a noroeste de Lisboa, ao norte de Sintra e do cretássico da Arrábida. O mioceno ocupa uma área maior: a margem direita do Tejo, desde Tomar até Vila Franca de Xira, e, na esquerda, toda a baixa do Sorraia e do Sado, limitada a oriente por formações primárias; aparece também formando várias manchas isoladas que se encontram encravadas nos terrenos primários, na região de Moura, entre o Ponsúl e o Erges, junto de Vila Velha de Ródão, etc. Finalmente o plioceno distribui-se em duas regiões principais: uma, entre Aveiro e o Cabo Carvoeiro, delimitada pelas formações do quaternário, a ocidente, e pelas formações jurássicas, a oriente; outra, ao sul do Tejo, entre o mar e as formações do mioceno.

Os terrenos quaternários encontram-se junto da costa e ao longo dos rios, sendo mais numerosos no trôço de costa que se estende desde a foz do rio Douro até ao Cabo Carvoeiro e nas margens do Vouga, do Mondego, do Tejo e do Sado.

(Foto-Soares Leitão — GEREZ)

GEREZ — CASCATA DAS CALDAS

CARTA
OROGRAPHICA
DE
PORTUGAL
Escala 1/225.000
0 20 40 60 Kil
1927
Photo-Ne R. d'Alegria, 132 Porto
ALTITUDE DAS SERRAS
1 Estrella ... 1991
2 Gerez ... 1560
3 Larouco ... 1526
4 Marão ... 1415
5 Peneda ... 1373
6 Nogueira ... 1318
7 Barroso ... 1279
8 Guardunha ... 1223
9 Louzã ... 1204
10 Bornes ... 1200
11 Montezinho ... 1158
12 Padrella ... 1146
13 Alvellos ... 1080
14 Malcata ... 1075
15 Caramulo ... 1071
16 S. Mamede ... 1025
17 Monchique ... 902
18 Moradal ... 865
19 Mogadouro ... 850
20 Aire ... 679
21 Monte Junto ... 674
22 Ossa ... 650
23 Caldeirão ... 576
24 Bussaco ... 549
25 Arrabida ... 500
26 Sintra ... 491
27 Candieiros ... 485
28 Monte Figo ... 411
CONVENÇÕES
Capital de Districtos
Cabeças de Concelho
Estradas
Cam.os de Ferro
2000 m
1800
1600
1400
1200
1000
800
600
400
200
100
50

*
* *

Do ponto de vista orogénico também Portugal depende de condições gerais peninsulares. Os relevos portugueses são, em grande parte, prolongamentos dos relevos da Mesêta; os que a ela não pertencem constituem uma bordadura ou orla ocidental, de formação posterior: daqui dois grupos de formações orogénicas.

Os relevos da bordadura da Mesêta, mais modernos, e de menor importância pela sua extensão e altitude, ele-

I — Cascata do Pôço Verde.
II — Açude do Pôço Verde.
III — Um açude no Rio Gerez

(Foto-Soares Leitão — GEREZ).

castelhano, toledano e mariânico, comuns aos solos de Portugal e Espanha.

O *maciço galaico duriense* prolonga em Portugal as elevações da Galiza e estende-se até ao sul do Vouga. A erosão desbastou-o, cavando vales e modelando-lhe, ao norte do Douro, as serras: *Peneda* (1.415m), entre o Minho e o Lima; *Amarela*, também chamada *Suajo* e *Louriçal* (1.525m), e *Gerez* (1.561m), entre o Lima e o Cávado; *Larouco* (1.525m), *Alturas* ou *Barroso* e *Cabreira* (1.279m), entre o Cávado e o Tâmega; *Nogueira* (1.416m), *Montezinho* e *Bornes* (1.416m e 1702m), entre o Tua e o Sabôr; *Marão* (1.422m), entre o Tâmega e o Corgo; *Padrela*, entre o Tâmega e o Tua; *Mogadouro*, entre o Sabôr e o Douro; e ao sul do

vam-se perto do litoral e constituem as serras de Sicó (748m), Aire e maciço de Pôrto de Moz (679m), Serranias de Tôrres Vedras e Montejunto (664m), e o anticlinal de Soure, que se estende por Verride até Buarcos e Cabo Mondego. As serranias de Grândola e Cercal no Baixo Alentejo, mais antigas que as anteriores, pertencem também a estas formações da bordadura, mais modernas portanto que a Mesêta.

As formações próprias da Mesêta constituem as serras do *maciço galaico-duriense* e dos *sistemas lusitano-*

Douro: *Arada* (1.085m), entre o Vouga e o Paiva; *Montemuro* (1.382m), entre o Paiva e o Douro; *Leomil* (1.012m), entre o Paiva e o Távora; *Marofa* (977m), entre o Côa e o Águeda.

Ao norte do Douro todos os relevos dêste maciço se orientam nordeste-sudoeste, e tanto mais para oeste quando mais perto da costa ficam.

O maciço galaico-duriense apresenta duas falhas importantes, orientadas de sul-sudoeste para nor-nordeste: uma começa na ribeira do Varosa, ao sul do Douro, rio que a falha atravessa a leste da Régua, seguindo o vale do Corgo e passando por Chaves, antes de entrar em Espanha; outra é definida, embora menos claramente, pela mesma direcção seguida pelo Côa e pelo encurvamento rápido e brusco do rio Douro até junto da Serra de Bornes.

É nestas duas falhas que se encontram as nascentes termais de Vimioso e Chaves, distribuídas sobre os vales tectónicos de Verim e Chaves.

(*Foto-Gonzalez* — GEREZ)

MOÍNHO DO RIO GEREZ

O sistema *lusitano-castelhano* ou *carpetano* é uma espécie de grande e extensa muralha que separa Castela-Velha de Castela-Nova, estendendo-se depois em Portugal até à Serra de Louzã.

O sistema compõe-se, em Espanha, de Somosierra, Guadarrama, Gredos e Gata, e, em Portugal, das serras do *Caramulo* (1.071m) e *Bussaco*, entre o Vouga e o Mondego; *Malcata*, entre as nascentes do Côa, do Erges e do Zézere; *Estrela* (1.991m) e *Louzã* (1.024m), entre o Zézere e o Mondego; *Muradal*, entre o Ocresa e o Ponsúl, etc.

O sistema *toledano* ou *oretano* constitui a linha divisória das águas entre o Tejo e o Guadiana. Em Espanha pertencem-lhe as serras de Toledo, Guadalupe e São Pedro, e, em Portugal, são as elevações dêste sistema que veem acidentar o nosso Alto-Alentejo: *maciço de Portalegre* (Marvão, São

(*Foto-Soares Leitão* — GEREZ)

UM TRECHO DO RIO GEREZ

MARGENS DO RIO GEREZ

(Foto-Gonzalez — GEREZ)

Mamede, 1.025m, e Niza), *serra de Ossa* (650m) e *Monfurado*.

A orientação desarmónica das serras dêste sistema reforça, até certo ponto, a ideia de que tais relevos sejam devidos à erosão das elevações pertencentes ao sistema lusitano-castelhano.

O sistema *mariânico* ou *bético* é constituído pelo bloco da Serra Morena em Espanha, e, em Portugal, pelas elevações que acidentam o solo do Algarve: *Caldeirão*, *Monchique*, *Espinhaço do Cão*, terminando no cabo de *São Vicente* e ponta de *Sagres*.

O aspecto, ainda hoje apresentado pela Serra de Monchique, é devido à cúpula de foiaíte que a preserva da acção exaustiva da erosão.

A distribüição das altitudes do nosso solo leva-nos a poder estabelecer nêle duas zonas, separadas respectivamente pelo Tejo: a do norte e a do sul.

As regiões baixas — 10 a 50m — distribuem-se pelo litoral e pelas margens dos rios, de maneira a explicar assim a navigabilidade dos nossos cursos de água até à fronteira.

As regiões médias encontram-se distribuídas irregularmente.

Assim, na zona sul, as regiões de altitude entre 50 e 200m ocupam uma extensa superfície do Baixo Alentejo, de maneira a ligarem as bacias do Guadiana e do Sado, ao passo que, na zona do norte, quási que não existem; as altitudes de 200 e 400m, na zona do norte, distribuem-se acompanhando os rios e seus afluentes, ao passo que, na do sul, a sua disposição é em mas-

(*Foto-Gonzalez* — GEREZ)

GEREZ — PONTES NOVA E VELHA SÔBRE O RIO CALDO

sa, formando o Alto-Alentejo e, mais ao sul, as elevações entre Aljustrel e a serra de Caldeirão; as altitudes entre 400 e 700m distribuem-se, na zona norte, em grandes extensões, ao passo que, na do sul, só se encontram em núcleos isolados.

Finalmente, as regiões de altitudes sub-alpinas distribuem-se na zona norte, encontrando-se, mesmo nas altitudes superiores a 1.200m, zonas de passagens.

Em resumo, a zona norte é caracterizada: 1.º, pela grande irregularidade hipsométrica; 2.º, pela maior altitude das suas elevações; 3.º, pela orientação NE.-SO., que tomam as massas hipsométricas. A zona sul é caracterizada: 1.º, pela maior regularidade hipsométrica; 2.º, pelas suas pequenas altitudes; 3.º, pela orientação N.-S. que geralmente nelas domina.

A maior irregularidade e altitude das massas hipsométricas da zona norte e o facto dos degraus continentais serem ao norte mais curtos que ao sul, manifestam evidentes fenómenos estruturais, mais intensos na zona do norte.

*
* *

As planícies distribuem-se, sobretudo, ao sul, como vimos, e ordinàriamente pelo litoral e margens dos rios, dominando principalmente entre Ovar e Nazaré, em toda a bacia do Tejo e do Sado e no Alentejo.

As planícies portuguesas são, geralmente, de acumulação ou tabulares.

No primeiro caso (acumulação fluvial) estão a do Tejo e Sado, Ovar e Aveiro, campos do Mondego, etc., planícies baixas, relativamente pouco extensas, húmidas e productivas; no segundo caso, encontra-se o Alto Alentejo, verdadeiro peneplano, sêco, extenso e árido.

O sector das planícies, entre Espinho e Nazaré, é sobretudo uma planície de acumulação eólica, caracterizada pelas dunas.

Os vales do nosso País, nas regiões baixas, são, em geral, de fractura; os que separam elevações são, ordinàriamente, provenientes da acção dos agentes externos.

(*Foto-Beleza* — PÔRTO)

UM ASPECTO DA SERRA DO CARAMULO

Assim, ao norte do Douro — a nossa região mais cortada por vales — se exceptuarmos o de Verim a Chaves (Vale do Corgo), de origem tectónica, todos os outros vales, longitudinais e de origem fluvial, como indica o seu aspecto característico em forma de V, são de origem externa.

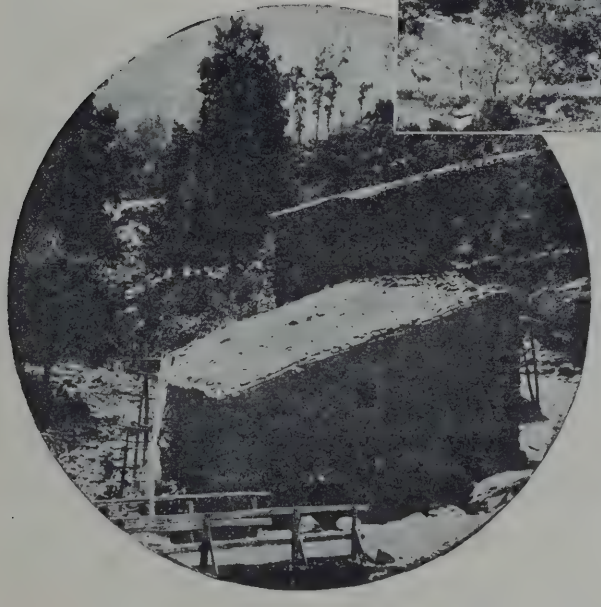
O vale do Corgo, vai da Régua a Chaves, passando por Vila Real e Vila Pouca de Aguiar, ponto estratégico importante.

Os vales do Tejo e do Guadiana são de fractura, ao contrário do vale do Douro que é fluvial e de erosão.

O vale do Mondego é resultante da erosão fluvial e da erosão glaciária, como parecem provar os blocos erráticos dispersos entre Condeixa e Aveiro.

ASPECTOS DA SERRA DA GUARDUNHA.

(Cl. Afonso dos Santos Martins — FUNDÃO)



Êste vale é, de todos os vales ao norte do Tejo, aquele que maior importância histórica tem para nós. Foi por êle que se fizeram as invasões espanholas, e por êle passa a principal linha férrea internacional que liga Portugal com Castela-Velha.

*
* *

Os sectores de trânsito entre Portugal e Espanha são quási todos no Alto-Alentejo;

(*Foto-Beleza* — PÔRTO)

SERRA DA ESTRELA — Lagôa Comprida

por isso, esta região tem sido, por diversas vezes, teatro da maior parte das nossas guerras continentais, com excepção das invasões francesas.

Ao norte do Tejo, numa enorme extensão da fronteira, as passagens fáceis para a Espanha são poucas, e, mesmo ao sul, toda a fronteira de Barrancos á foz do Guadiana, não apresenta condições para um fácil acesso.

Na fronteira setentrional há duas passagens notáveis: uma, na faixa litoral (Caminha — Vila Nova de Cerveira — Valença), com os inconvenientes da proximidade do oceano, seguida actualmente por uma linha férrea internacional que nos liga com a Galiza (linha do Minho); outra, partindo de Verim para Chaves e Vila Pouca, desce, ao longo do Corgo, para Vila Real e Régua.

Na fronteira oriental, ao norte do Tejo, só um sector de penetração se apresenta: é a famosa estrada de penetração do vale do Côa e do Mondego. De Almeida passa-se com relativa facilidade para a Guarda e daqui para o Mondego. É, de resto, o trajecto seguido hoje pela linha internacional que nos liga a Madrid e a Paris (linha da Beira Alta).

Porém, o verdadeiro sector de penetração em Portugal é o Alto-Alentejo. Desde Montalvão até ás primeiras elevações, ao norte de Barrancos, as passagens são frequentes: Montalvão a Niza ou Castelo de Vide, com acesso fácil para a baixa de Sorraia; Portalegre a Arronches; Campo Maior a Elvas; Mourão a Reguengos; Barrancos a Moura, donde se passa não só para o Baixo-Alentejo como para a bacia inferior do Tejo.

O Alentejo foi, como já anteriormente se disse, o teatro da maior parte das nossas lutas. Nêle se deram os combates mais violentos entre portugueses e muçulmanos. Depois, na fase da política de consolidação do estado português, os nossos conflitos com a Espanha travam-se sobretudo no Alentejo. Muitas das

(*Foto-Universal* — PÔRTO)

SERRA DA ESTRELA — Lagôa Escura

invasões do nosso país, feitas por esta região, são a prova da grande facilidade de trânsito e penetração que apresenta êsse sector do nosso território, como que uma imensa e larga estrada geográfica descendo suavemente para os estuários do Tejo e do Sado, a fim de servir o grande centro de atracção que é Lisboa.

*
* *

Os relevos da Península Ibérica desempenham um papel importante na distribüição e orientação dos rios que, não podendo transpôr, ao norte, os Montes Cantábricos para seguir ao Altântico, e, ao sul, as elevações de sistema penibético para seguir ao Mediterrâneo, se lançam no Atlântico através do nosso solo, único caminho que lhes foi acessível.

Dum modo geral a direcção dos nossos rios é nordeste-sudoeste, mais ou menos a orientação primitiva do modelado no nosso território.

O Guadiana, no sentido norte-sul, e o Sado, no sul-norte, são excepções.

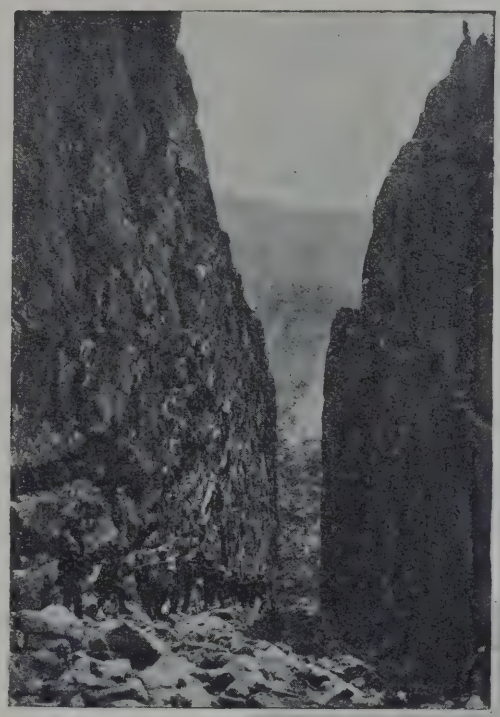
Como se depreende da configuração do solo português, os nossos rios são, em geral de planalto e mixtos.

Entre os primeiros, os principais são o Douro e o Tejo; entre os segundos, o Guadiana.

O Douro (650 qm.) distribui toda a sua bacia hidrográfica (18.558 qm.^{2}) entre as elevações do sistema cantábrico, (maciço galaico-duriense) e o sistema lusitano-castelhano; o sistema ibérico separa, a leste, o Douro do Ebro.

O Douro apresenta, no seu percurso, três secções: a primeira, em território espanhol e as duas outras em Portugal. Na primeira, o rio tem o carácter de torrente em que desce da Serra de Urbion para a Castela, onde se transforma num rio de planície, fraco e com meandros, como em Toro e Zamora. Na segunda secção, os desnivelamentos que experimenta fazem-lhe retomar o carácter torrencial, e a sua mudança de direcção é o resultado de fortes pressões vindas das elevações do sistema lusitano-castelhano que o obrigaram a seguir na linha norte-sul, o justo equilíbrio entre estas compressões e as resistências vindas do maciço galaico-duriense, ao norte.

A terceira secção começa em Barca d'Alva e termina no Pôrto. Em Barca d'Alva, o arqueamento da Serra de Reboredo obrigou o rio a inflectir, mudando novamente de direcção e a abrir passagem no sentido primitivo, leste-oeste, levando-o ao mesmo tempo a perder o carácter torrencial, ainda que o vale se mantenha estreito



SERRA DA ESTRELA

I — Desfiladeiro dos Cântaros
(Foto-Beleza — PÔRTO)

II — O Cântaro Magro
(Foto-Universal — PÔRTO)

(*Foto-Beleza* — PÔRTO)

SERRA DA ESTRELA

INTERIOR DO PÔÇO DO INFERNO

corre numa falha longitudinal ao longo da fronteira, modelaram a serra de Marofa, etc.

Em Espanha, à direita, os Montes Cantábricos enviam para o Douro as águas do Pisuerga e do Esla; á esquerda, a Serra de Gredos, as do Adejo, do Erasma e do Tormes.

A bacia hidrográfica do Douro (em Portugal avaliada em 18.558 qm.^{2}) alarga-se mais na margem direita que na esquerda, porque nesta a proximidade das serras de Montemuro, Leomil, etc., aperta mais violentamente o vale principal, não deixando desenvolver-se a rêde dos seus afluentes desta margem.

O Tejo (820 qm.), o maior rio da Península, corre entre os sistemas lusitano-castelhano e toledano. O seu percurso marca três secções nítidas: duas no território espanhol e a última em Portugal.

O primeiro segmento corresponde ao trajecto desde a sua origem (Abarracim) até ao peneplano de Castela-Nova. Como todo êste percurso se faz numa região de chuvas fracas, o seu volume de águas é pequeno, correndo estreito e indeciso, num leito pedregoso e profundo, em que a orientação dominante é sudeste-noroeste.

Na segunda secção, mais extensa que a primeira, o rio corre na direcção aproximadamente nordeste-sudoeste até que, depois de

e de margens altas e aprumadas.

Quási todo o relevo da região do Douro e Trás-os-Montes é uma conseqüência da acção da rêde hidrográfica dêste rio: o Sabôr, na margem direita, separou as serras de Reboredo e Mogadouro das de Bornes e Nogueira; o Corgo abriu um vale entre as serras de Vilarelho e Marão; o Tua separou as serras de Vilarelho e Padrela; o Tâmega modelou e escavou as serras do Marão, Padrela e Alturas ou Barroso. Na outra margem, o Paiva cavou o vale que separa a serra de Arada da de Montemuro; o Côa e o Águeda, que

(*Foto-Universal* — PÔRTO)

SERRA DA ESTRELA

LAGÔA DA PAIXÃO

Toledo, é nitidamente leste-oeste. A característica desta secção é a de um rio velho, correndo, em desnivelamentos suaves, entre as serras de Guadarrama, Gredos e Gata, ao norte, e montes de Toledo e Guadalupe, ao sul.

Em Aranjuez recebe o Xarama e passa, pobre de águas, em Toledo.

A terceira secção, a terminal, começa nas Portas de Ródão, já em Portugal, onde era, aproximadamente, a foz do rio, na era terciária, em que toda a bacia inferior do Tejo constituía um gôlfo enorme onde desaguava também o Sado.

Nesta secção, o Tejo desce os socalcos da bordadura ocidental da Mesêta, socalcos que vão caíndo suavemente; a sua direcção é já nordeste-sudoeste, e o rio, mantendo-se ainda acompanhado de terras altas, desde as Portas de Ródão até Abrantes, alarga-se então, recebendo dos seus afluentes, sobretudo do Zézere, um grande volume de águas; em Santarém é navegável durante todo o ano, e, em Salvaterra, esboça um delta, para, rapidamente, se espraiar num dos mais belos, largos e profundos estuários, onde se abriga um dos melhores portos do mundo — Lisboa.

A alimentação do Tejo é irregular; periódica na primeira e segunda secções, onde está dependente da alimentação dos seus afluentes, sobretudo o Zézere que lhe fornece um volume de águas importante nos fins do Inverno e princípio da Primavera (chuva e fusão dos gelos da Serra da Estrêla), provocando as cheias que inundam as suas margens; e muito desigual na parte média, onde as irregulares condições climáticas de Castela dão origem a um regime de águas que se reflete no regime geral do rio.

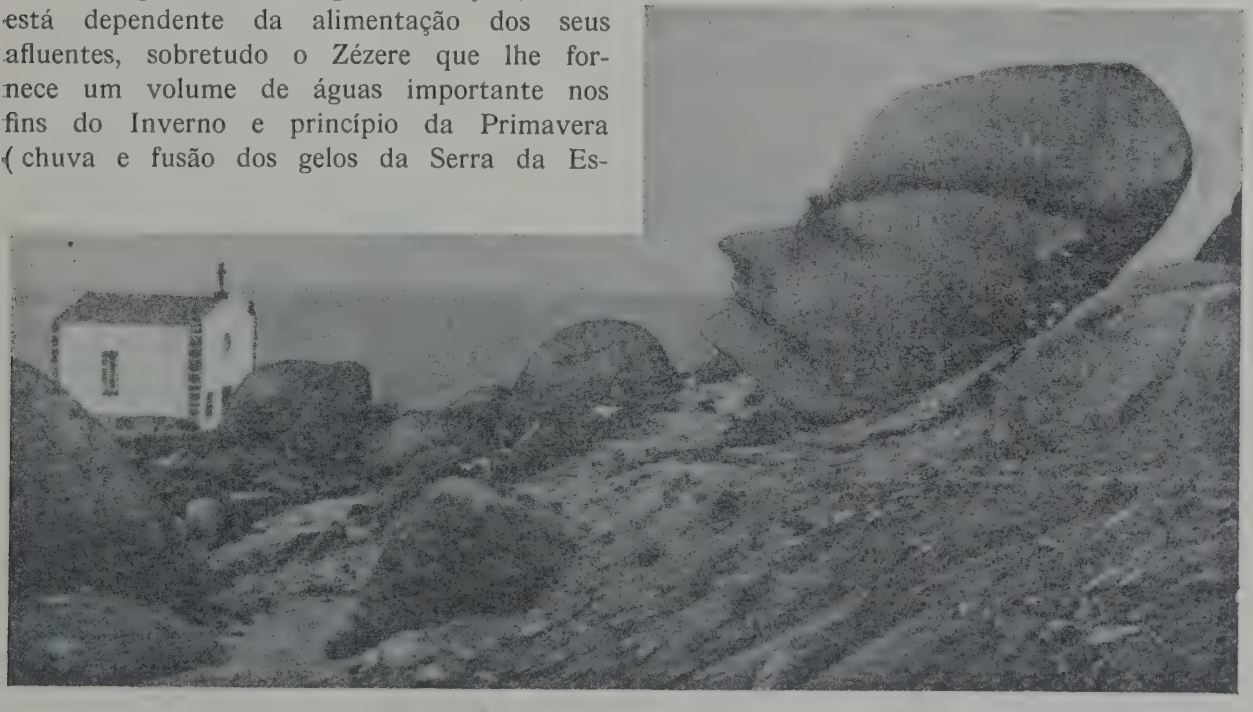
A bacia hidrográfica do Tejo, no nosso País, está avaliada em 24.913 qm^2, sendo os seus territórios banhados, ao norte (margem direita) pelo Erges, Ponsúl, Ocresa e Zézere; e ao sul (margem esquerda) pelo Sevér, Sorraia e Almansor.

A natureza dos relevos em que se desenvolve faz com que a bacia do Tejo seja mais larga ao sul (margem esquerda) que ao norte (margem direita).

O Sorraia e o Zézere são os dois afluentes principais do Tejo, interessantes porque teem características opostas.

O Sorraia é um rio velho, de planície, procurando por isso caminho fácil entre terras baixas, onde o seu esfôrço não seja exigido; o Zézere é um rio novo, com o carácter de torrente, violento, sendo de todos os rios portugueses o mais activo como agente erosivo.

O Zézere corre numa das nossas regiões mais altas e pluviosas, razão porque rola, impetuosamente, grande volume de águas que,



(Foto-Universal — PÔRTO)

SERRA DA ESTRÊLA — Cabeça da Velha

em fins do Inverno e princípio da Primavera (época do degêlo na Serra da Estrêla), fazem variar subitamente o regime do Tejo, provocando grandes cheias nas suas margens baixas.

(Foto-Beleza — PÔRTO)

SERRA DA ESTRÊLA — Fragão do Elefante

Foi a forte acção mecânica exercida pela erosão do Zézere que separou a serra da Gardunha da da Estrêla.

O Guadiana, correndo entre os sistemas toledano, ao norte, e mariânico, ao sul, é um rio em plena juventude, razão porque não se encontram ainda nêle as três secções normais, mas apenas duas: a primeira, em Espanha, até à fronteira, numa orientação nordeste-sudoeste; a segunda, em Portugal, desde a fronteira, numa orientação norte-sul.

Na primeira secção, o Guadiana corre sôbre o peneplano de Castela-Nova, em que as chuvas são fracas, atravessando os campos tristes de Montriel (alto Guadiana), onde desaparece para reaparecer mais longe (baixo Guadiana). O seu percurso nesta secção é hesitante.

A segunda secção começa na fronteira, seguindo desde Badajoz até Monsaraz, local onde penetra no próprio território português, para depois, em Pomarão, tornar a servir de separação entre Portugal e a Espanha.

A sua orientação norte-sul corresponde a uma falha de que as águas se serviram, razão que explica a navigabilidade do rio até Mértola por navios de três mil toneladas.

O facto do percurso do Guadiana, em Portugal, se fazer numa região mais abundante em chuvas que a de Castela-Nova, faz com que o seu volume de águas seja muito maior no território português que no espanhol.

A sua bacia hidrográfica portuguesa é de 11.542 qm² e os seus principais afluentes, na margem direita, são o Xévora, o Caia, o Degebe, etc.; e, na margem esquerda, o Ardila e o Chança que serve de fronteira, desenvolvendo-se a bacia hidrográfica do Guadiana mais para oriente (margem esquerda) do que para ocidente (margem direita).

O Mondego é verdadeiramente o maior rio português, pois realiza todo o trajecto no nosso solo. O seu comprimento é de 220 qm. e corre entre as serras da Estrêla, Louzã e Soure, ao sul, e Caramulo, Buçaco e Cantanhede, ao norte.

O seu percurso divide-se em três secções: a inicial até à confluência com o Dão, longa, sôbre regiões altas, com desníveis bruscos, orientada sudoeste-nordeste até Pôrto da Carne, onde se encurva para o norte até que, ainda antes de chegar a Celorico, toma a direcção oposta à primitiva, isto é, corre nordeste-sudoeste, direcção que conserva até à foz.

(Foto-Beleza — PÔRTO)

SERRA DA ESTRÊLA — Cabeça do Velho

Neste percurso o rio tem o carácter torrencial, próprio da secção inicial de todos os rios, e a sua acção erosiva e de transporte é grande.

A secção média é muito curta pois vai da confluência com o Dão até Coímbra; continua ainda acompanhado de terras altas, mas os desnivelamentos e a velocidade das águas são muito menores que na parte inicial, o que já dá logar à formação de depósitos aluviais.

(Foto-Universal — PÔRTO)

SERRA DA ESTRÊLA — REBANHO

Finalmente a secção terminal, estende-se de Coímbra à foz: as águas correm vagarosamente sôbre terras baixas, como que procurando um caminho mais fácil, de maneira a formar canais mortos (São-João do Campo) e numerosas ilhas de aluvião que dificultam e modificam o primitivo curso. De facto, o chamado *rio velho* é hoje um canal morto, por onde o Mondego seguia noutro tempo, numa curva, perto das terras altas de Lavos; a abertura de um caminho mais curto, que o rio rompeu ao norte, transformou aquele primitivo curso, num canal morto que as águas quási abandonaram.

Nesta última secção, o Mondego é caracteristicamente um rio velho.

A alimentação do Mondego é mixta: águas provenientes das chuvas e da fusão das neves, e águas provenientes da circulação interna. As cheias são, por isso, periodicamente, no Outono e na Primavera, isto é, na época das chuvas e do degêlo nas regiões onde nasce.

O seu perfil mostra claramente: 1.º, o desnivelamento brusco da secção inicial; 2.º, a pequena extensão da secção média; 3.º, a velhice da secção terminal; 4.º, estar o Mondego ainda longe de ter atingido o seu perfil de equilíbrio.

Os principais afluentes do rio Mondego são: na margem direita, o Dão; e, na margem esquerda, o Alva, o Ceira e o Anços, sendo a superfí-

(Foto-Universal — PÔRTO)

SERRA DA ESTRÊLA — CONDUZINDO O REBANHO

cie da bacia hidrográfica do rio de 6.772 qm^2.

O Sado (176 qm.) é um rio verdadeiramente de planície, com um regime de água constante e fraco, porque corre numa região de fraca pluviosidade anual.

(Cl. E. Cerdeira — PÔRTO)

GUIMARÃES — Monte da Penha

O seu perfil mostra-nos: 1.º, o rio quási reduzido ao segmento terminal, pois que os cursos inicial e médio são muito curtos; 2.º, ter o rio todas as características de um rio velho, pois que atingiu o perfil de equilíbrio. De facto, o Sado, na era terciária, muito curto, juntava as suas águas às do Tejo no grande gôlfo já descrito. De resto, os seus numerosos meandros entre Alcácer do Sal e a confluência com o Xarrama são uma característica da idade adiantada do rio que, sem forças, vai procurando o caminho mais fácil até encontrar passagem.

O Vouga tem a sua bacia hidrográfica (3.656 qm^2.) delimitada pelas serras da Lapa, Montemuro, Leomil, Gralheira, ao norte, e as do Caramulo e Buçaco, ao sul. Até à confluência com o Caima (margem direita), o seu percurso é sempre acompanhado de terras altas, tendo o carácter de uma torrente impetuosa, cuja acção se manifesta na sua violenta acção erosiva. Na parte terminal, desde aquela confluência, o Vouga é um rio de planície, desaguando por uma terminação que, erradamente, é chamada *ria*, na verdade um mixto de *hafe* e *delta*.

A ria de Aveiro foi outróra, há muitíssimos séculos, um largo gôlfo. Os materiais desagregados pelo Vouga na secção inicial e média, foram-no, pouco a pouco, açoriando, de maneira a formar um conjuncto de numerosas ilhas e canais de aluvião, que por fim, com o decorrer do tempo, lhe fizeram perder a fisionomia geográfica primitiva, para hoje se apresentar com o aspecto de um grande delta ou, melhor, de um extenso lago salgado, semeado de elevações de terra, separadas por numerosos canais, tendo 30 quilómetros de largo, por 3 de comprido, em comunicação com o Oceano.

(Cl. Gab. Geol. da Univ. do Pôrto)

MAFRA — Negrais

Os principais afluentes do rio Vouga são, na margem direita, o Caima e o Ul. Na margem esquerda, o mais importante é o Águeda.

O Minho (300 qm.) é um rio que corre entre as elevações do maciço galaico-duriense, na Galiza, servindo, em grande parte, de fronteira entre Portugal e a Espanha.

As serras da Penêda e da Arga separam a bacia do Minho da do Lima.

A bacia do Lima é separada da do Cávado pelas serras do Suájo e Gerez; as do Cávado e do Ave pela serra do Barroso.

O Lima apresenta no seu percurso, dois segmentos: o primeiro, desde a fronteira até Ponte da Barca, e, o segundo, até à foz. Aquele, é um vale apertado, de margens altas, em que o rio tem o carácter acentuadamente torrencial; êste, é mais largo, com terras altas distantes das margens. A navigabilidade do Lima até Ponte da Barca e as possibilidades do aproveitamento como fôrça motriz, no seu primeiro segmento, fazem dêste rio um valor económico importante.

O Cávado, nasce na serra de Larouco, a 1500 metros de altitude. Até Amares, o seu carácter é torrencial; depois, corre, até à foz, numa planície. Dos planaltos do Barroso, o Cávado recebe o Rabagão, e do Gerez o Homem.

O Ave corre num dos vales mais ricos do Minho, pela sua agricultura e florestação; a sua nascente é na serra da Cabreira.

A vertente para o Atlântico do baixo Alentejo origina um rio de pequeno caudal e pouco extensa bacia hidrográfica, o Mira.

Em conclusão: os rios portugueses teem uma navigabilidade notável, correspondente a 900 quilómetros. Pelas possibilidades de derivação das suas águas, a sua acção na economia agrícola pode vir a ser importante. Muitos teem aptidões para fornecimento de energia eléctrica para as necessidades industriais.

*
* *

As costas de Portugal pertencem ao tipo atlântico, que a Península apresenta desde o o sul da Galiza ao estreito de Gibraltar.

(Cl. "Arte e Natureza em Portugal„)

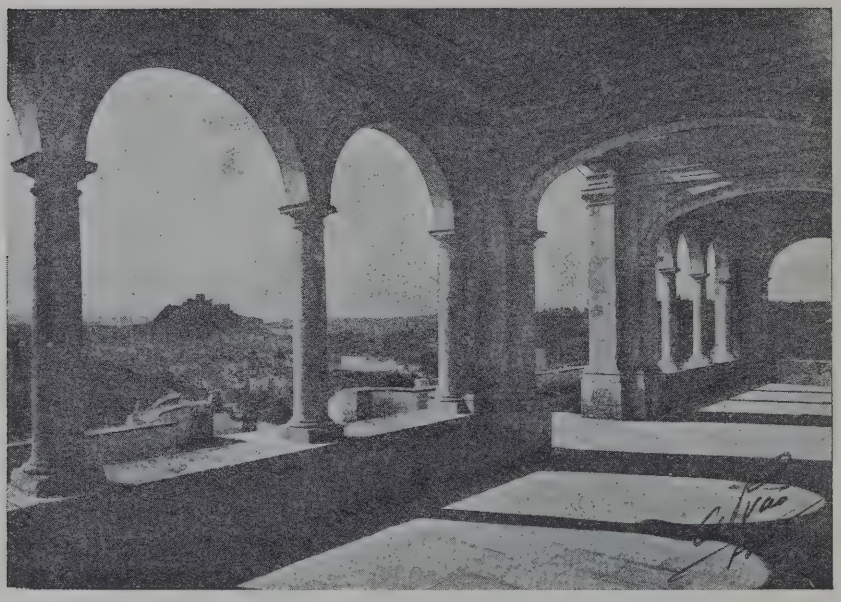
VIMIOSO — Jazigos de mármore e alabastro

(Gruta grande)

Nalguns pontos são altas e lisas — arribas e falésias — e, na maior parte, baixas e arenosas — praias.

Desde o Minho até São Vicente, a costa, com excepção das enseadas de Peniche, Cascais, Setúbal e Sines, é muito desabrigada e batidas pelas vagas, originadas pelos ventos do noroeste e sudoeste. O litoral até Espinho, numa largura de um a dois quilómetros, tem altitude inferior a 50 metros. De Espinho ao Cabo Mondego, o litoral é baixo: as praias sucedem-se e as dunas são abundantes e altas. Passada a foz do Mondego, a costa, seguindo em linha recta, continua baixa, com um litoral de um a dois quilómetros de largura até S. Pedro de Muel, onde o terreno se eleva. Nas proximidades da serra de Sintra, a aspereza do terreno agrava-se, dando origem às falésias e arribas que a costa ali apresenta.

O sul da península de Setúbal é em arribas, seguindo-se depois, alternadamente, as praias e as arribas. Assim, do Sado ao cabo de Sines, sucedem-se as praias, mais ou menos regulares; de Sines ao Cabo de São Vicente, voltam as arribas, originadas no prolongamento da plataforma do Alentejo.



(Foto-Alvão — PÔRTO)

MÔRRO DO CASTELO DE LEIRIA VISTO DO CLAUSTRO DE N. S.ª DA ENCARNAÇÃO

O litoral do Algarve é um plano suavemente inclinado, onde dominam as praias, entremeadas por arribas (Sagres a Lagos).

Da embocadura do Minho ao estreito de Gibraltar, as elevações excêntricas, formadas na orla ocidental da Península, como Aires, Candieiros, Montejunto, Sintra, Arrábida, Grândola, etc., deram origem aos cabos *Carvoeiro*, da *Roca* ou da *Rocha*, *Espichel* e *Sines*, delimitando planícies de aluvião precedidas por dunas, que transformam, às vezes, golfos marinhos em grandes lagos em comunicação com o Oceano, como acontece à Ria de Aveiro.

Um braço da Corrente do Gôlfo desce ao longo da costa portuguesa, de norte a sul, atacando fortemente as saliências da costa, de maneira a depositar, nas reentrâncias expostas ao sul, os materiais desagregados. Assim acontece ao Cabo Mondego que, visto do sul, é uma ponta aguda a penetrar nas águas, ao passo que, visto do norte, o seu aspecto é outro; as reentrâncias de Buarcos e da foz do Mondego são invadidas pelos depósitos oceânicos que levam a Figueira da Foz a estender-se para ocidente.

No mesmo caso estão os cabos Carvoeiro, da Roca, Raso, Espichel, Sines, etc.

Na costa sul, os cabos de São-Vicente e a ponta de Sagres são atacados constantemente pela acção destas correntes, ao contrário do que acontece na costa oriental do Algarve em que o litoral, dia a dia, conquista ao Oceano novas terras (*salgados* de Faro).

O facto da nossa costa ser, em geral, baixa e lisa, explica a razão de não apresentar bons portos. Apenas se exceptua o de Lisboa que tira as suas vantagens da situação que possui na fractura do Tejo; todos os outros portos são de importância muito inferior, quasi sempre assoreados pelas areias arrastadas pelas marés ou pelas correntes dos rios,

A nossa plataforma continental é larga até ao cabo da Roca (60 a 30 qm. de largura); estreita em frente á foz do Tejo (profundidades de 400 m., a 5 qm. da costa, e de 2.000 m. a pouco mais) ; larga, sem atingir contudo a largura anterior, ao sul do cabo Espichel (30 qm.), para se alargar mais ainda ao sul do Algarve.

*
* *

No ponto de vista da forma do solo, Portugal pode dividir-se em oito zonas absolutamente distintas e caracterizadas.

a fronteira norte até uma linha leste-oeste, vinda da serra de Marofa ao Vouga, sendo caracterizada por elevações, planaltos e vales que convergem para o Douro.

A terceira, a das planícies, de forma triangular, é constituída por todo o litoral desde o sul do Pôrto até às proximidades da serra de Sintra, sendo ladeada a leste pelas serras de Arge, Oural, Citânias, Arada, Caramulo, Buçaco, Sicó, Aire, Candieiros, Montemuro, etc.

A quarta, constituída pelo sinclinal cavado pelo Mondego, é uma zona nítida pela altitude e forma, a descer para a parte mais larga do sector das planícies.

A quinta, constituída pelos terrenos do sis-

(Foto-Luz e Arte — LEIRIA)

O Môrro do Castelo de Leiria

A primeira, constituída pelo Minho, a oeste do Tâmega, exceptuando as serras de Peneda, Amarela, Gerez e Alturas ou Barroso, é caracterizada pela sua movimentação constante, o que dá origem ás notáveis e intreressantes paisagens minhotas.

A segunda, composta pelos terrenos das formações galaico-durienses, estende-se desde

tema lusitano-castelhano, é caracterizada não só pela orientação nordeste-sudoeste que apresentam as elevações, como por nela se encontrar a maior altitude do nosso solo — a serra da Estrêla.

A sexta, constituída pelo Baixo-Alentejo com as bacias do Sorraia e do Sado, é uma zona sem movimentação.

(*Foto-Alberto Alves* – CHAVES)

A Veiga de Chaves

A sétima, constituída pelas terras do Alto-Alentejo, é, já pelo contrário, movimentada e cheia de elevações.

A oitava, constituída pelo Algarve, é uma região que, pelos seus caracteres geomorfológicos, se aproxima bastante das regiões do Mediterrâneo ocidental.

*

* *

A composição da terra arável, que, juntamente com as condições morfológicas e climáticas, contribui para os diferentes aspectos agrícolas e florestais do território, resulta, em Portugal, como em toda a parte, dos caracteres geológicos da região.

Assim, se é certo que, de uma maneira geral, a constituição geológica do subsolo é o factor que concorre para explicar a fertilidade das terras aráveis, no revestimento vegetativo do nosso território, é necessário ter em vista a acção dos climas que pode transformar terras férteis em terras improdutivas, apenas pelo facto de se distribuirem em regiões de pluviosidade oposta. É o caso do *facies* fito-geográfico de algumas regiões do norte em que o excesso de humidade cria excelentes lameiros em terras cuja composição é análoga às das que, no Alentejo, produzem magníficas searas, assim como, a terrenos que são charnecas no Alentejo, equivalem manchas ricas de produção no norte.

(*Foto-Alberto Alves* – CHAVES)

Outro aspecto da Veiga de Chaves

Em geral, são o regime pluviométrico e a circulação das águas subterrâneas que fazem modificar as boas ou más condições geológicas do sub-solo, tornando-o mais ou menos apto para a produção agrícola.

VÁRIOS ASPECTOS DE VOUZELA

(Cl. Eduardo Souto Teixeira — VOUZELA)

O Minho, de constituição, sobretudo, granítica, a não ser na parte oriental mais elevada do maciço galaico-duriense, de natureza xistosa, possui um solo arável permiável, de fácil lavoura, em conseqüência dos granitos fornecerem ás terras a argila, a potassa, o óxido de ferro, a areia siliciosa, a cal e o ácido fosfórico, ainda que êstes dois últimos corpos o sejam em fraca dosagem, o que até certo ponto é relativamente compensado por a consistência do solo não permitir as desnudações completas, que, por exemplo, se vêem a nordeste.

Na região de Trás-os-Montes e em toda a região ao sul do Douro até ao Vouga, o predomínio dos xistos sôbre os granitos, faz com que o solo se oponha, pela sua resistência, á desagregação e, portanto, à transformação em terra arável. O solo é, por isso, pobre em todo êste sector. Só as árvores e arbustos podem, pela maior pene-

tração das suas raízes, aproveitar á agricultura. A terra unicamente se torna arável nos vales.

Contudo, aqui e além, aparecem manchas, não só onde predomina a argila, como onde os xistos se alteram dando, por isso, logar a que a vegetação se torne intensiva. Assim, em Vila-Real, Mesão-Frio, Alijó, vale do Tâmega veiga de Chaves, Fozcôa e Castelo Melhor, etc.

(Cl. "Arte e Natureza em Portugal,,)

BRAGA — Moínho do Rio Este

Todo o vale ocupado pela bacia do Mondego é constituído por terrenos graníticos, de sorte que a terra arável é rica, facilitando grandemente o desenvolvimento agrícola e florestal de toda esta região.

Em toda a Beira meridional as condições agrológicas variam muito. A Cova da Beira, entre a Serra da Estrêla e a da Guardunha, é uma formação de produtos graníticos, desagregados das serras laterais, o que dá origem á sua grande fertilidade. Mas, já ao sul da Guardunha e para SO., as terras são mais fracas e pobres.

O *hinterland* do litoral, desde um pouco ao sul do Pôrto até ás serranias de Montejunto e Peniche, pode ser considerado uniforme pelos seus caracteres agrológicos, ainda que a composição da terra varie, às vezes, por uma forma notável.

Entre o Vouga e o Lis, a zona não em contacto com o mar, é formada por argilas, grés, calcáreo de grão fino e areias; na Bairrada o solo é argiloso; e em Condeixa e Pombal há nesgas de calcáreo compacto.

Toda a bacia inferior do Tejo é de grande fertilidade, não só por o sólo sêr constituído por argilas ferruginosas — próprias á cultura do trigo — como por as cheias daquele rio provocarem grandes aluviões que valorizam os caracteres geológicos desta região.

O vale do Sado é, por assim dizer, a continuação do solo sôbre que corre o segmento inferior do Tejo: daqui, de uma maneira geral, as mesmas qualidades agrológicas.

Já no Alto-Alentejo, as terras são de argila e de areia. As primeiras, avermelhadas e

(Cl. "Arte e Natureza em Portugal,,)

GOLEGÃ — Manada de touros bravos

compactas, são terras de trigo e montados; as outras, porém, são próprias para o centeio.

A faixa de Estremôs, Montemor e Évora, no ponto de vista agrológico, é pobre, fraca e de pequena profundidade, atravessada, contudo, como em Évora, por nesgas graníticas que a enriquecem pela maior quantidade de argila, cal e ácido fosfórico, etc.

A diorite que abunda num sector em tôrno de Beja, fornece á terra a cal, a potassa e o ferro, provocando as condições de fertilidade que fazem de Beja o celeiro de Portugal.

(Cl. José Osório — SANTAREM)

SANTAREM — Ponte da Assêca

Finalmente, a composição geológica variada do solo do Algarve, cria-lhe condições agrológicas complexas, porque, de mistura com terras graníticas, ricas em potassa, argila e cal, aparecem sedimentações modernas. Daqui as aptidões agrícolas variadas do solo algarvio, que é rico e fecundo.

E assim, de uma maneira geral, as condições geológicas e agrológicas do nosso solo não são hostís nem desfavoráveis á fixação e progresso das populações, havendo mesmo regiões e sectores onde estas condições lhes são muito favoráveis.

Em síntese, as condições agrológicas da terra portuguesa, resumem-se em:

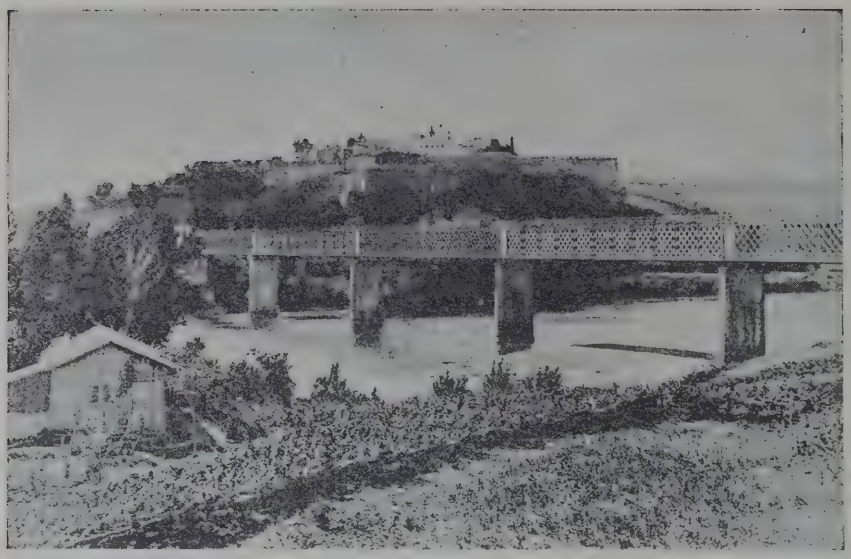
1.º — Serem as terras da parte mais antiga do nosso território — região ocidental da primitiva Mesêta Ibérica, — terras, umas férteis

(Cl. José Osório — SANTAREM)

TORRES VEDRAS — Margens do Almonda

(Cl. José Osório — SANTAREM)

SANTAREM — Sítio da Tapada



despato, etc., que entram na sua composição, como da maneira por que se encontram associados os xistos primitivos e os granitos.

2.º — Serem as percentagens de calcáreos, margas, arenitos e grés das terras secundárias, associados á maior ou menor abundância de elementos agrológicos fornecidos pelas terras antigas próximas, que explicam as aptidões diversas dêstes terrenos secundários.

e moles, outras duras e de difícil trabalho, resultantes não só da maior ou menor percentagem de cal, ácido fosfórico, potassa, fel-

3.º — Ser a variedade cultural, apresentada pelas terras terciárias, uma resultante da sua composição lacustre, fluvial ou marinha, da

I — O Rio Minho em Valença.

II — O Rio Lima em Ponte do Lima.

III — O Rio Lima em Ponte da Barca.

(Cl. "Arte e Natureza em Portugal")

maior ou menor abundância de águas, etc.

4.º — Ser notável a fertilidade das terras do Minho e de grandes manchas em Trás-os-Montes, onde os xistos duros criam também faixas hostís e pouco favoráveis; possuir a Beira uma grande variedade de solos aráveis e, portanto, aptidões culturais variadíssimas que vão da riqueza e opulência das terras minhotas (Beira litoral) á pobreza e hostilidade das

charnecas alentejanas (Beira meridional); ser o revestimento vegetativo do Alentejo uma fatal e justa conseqüência da acção do clima que, sobretudo, com a sua extrema secura, cria condições agrológicas fracas, não permitindo que a composição do solo, por vezes bastante favorável ao desenvolvimento agrícola, possa produzir os efeitos que, noutras condições climáticas, se revelariam; serem as aptidões heterogéneas das terras do Algarve a resultante não só da desigualdade de altitudes existentes entre o litoral e interior, como da influência permanente do Oceano que lhe banha a costa.

(Foto-Soares Leitão — GEREZ)

GEREZ — Ponte da Misarela no Rio Rabagão

Capitulo II — Clima

Factores do clima e tipos climáticos de Portugal.

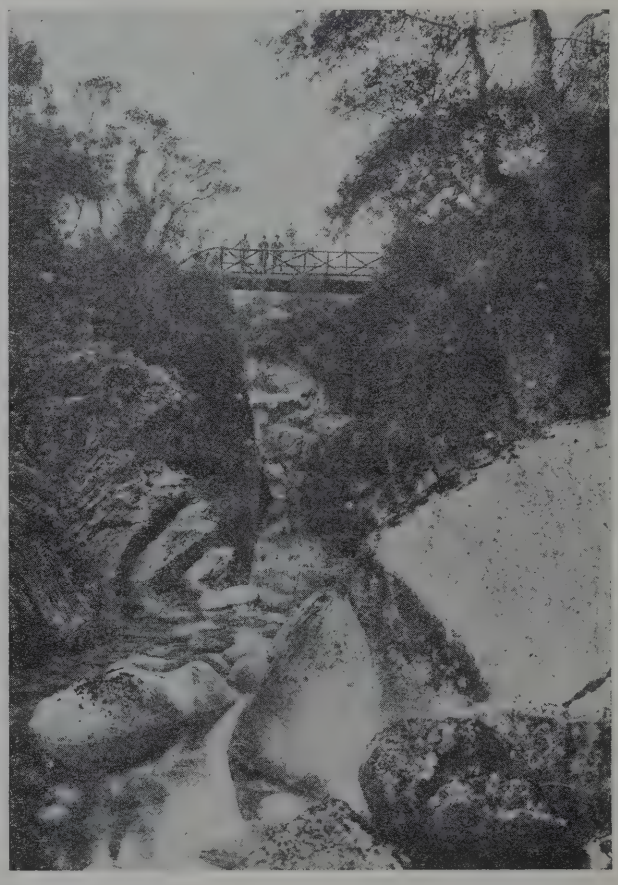
Vários são os factores do clima de cada região, isto é, as causas que lhe dão um carácter climático especial. Os mais importantes são, porém, a latitude, a altitude, a proximidade do mar, a disposição dos relevos e o regime dos ventos.

A latitude e a altitude influem, sobertudo, na temperatura. À medida que se caminha do Equador para os polos, isto é, que se sobe em latitude, a temperatura desce; igual facto se dá quando se sobe em altitude.

A proximidade do mar actua tirando aos climas o seu carácter extrêmo. Nas regiões próximas do mar, a amplitude térmica, isto é, a diferença entre as temperaturas máxima e mínima, é pequena. Daqui ter-se adoptado uma divisão dos climas em duas categorias: marítimos ou oceânicos, os que teem pequena amplitude térmica, e continentais, os que teem grande amplitude térmica.

Para que, porém, a influência do mar possa fazer-se sentir em regiões já relativamente afastadas da costa, necessário é que a disposição dos relevos e o regime dos ventos a não contrariem. É evidente que uma cordilheira extensa, que se eleve junto à costa, impedirá regiões pouco afastadas do mar de sentirem a benéfica influência que a proximidade do oceano nelas deveria exercer. É igualmente óbvio que as correntes aéreas podem contrariar ou favorecer, conforme o seu regime, a acção das massas oceânicas.

Portugal alonga-se no sentido norte-sul, constitüindo uma faixa pouco dilatada no sentido leste-oeste. As formações orográficas que



(Foto-Gonzalez — GEREZ)

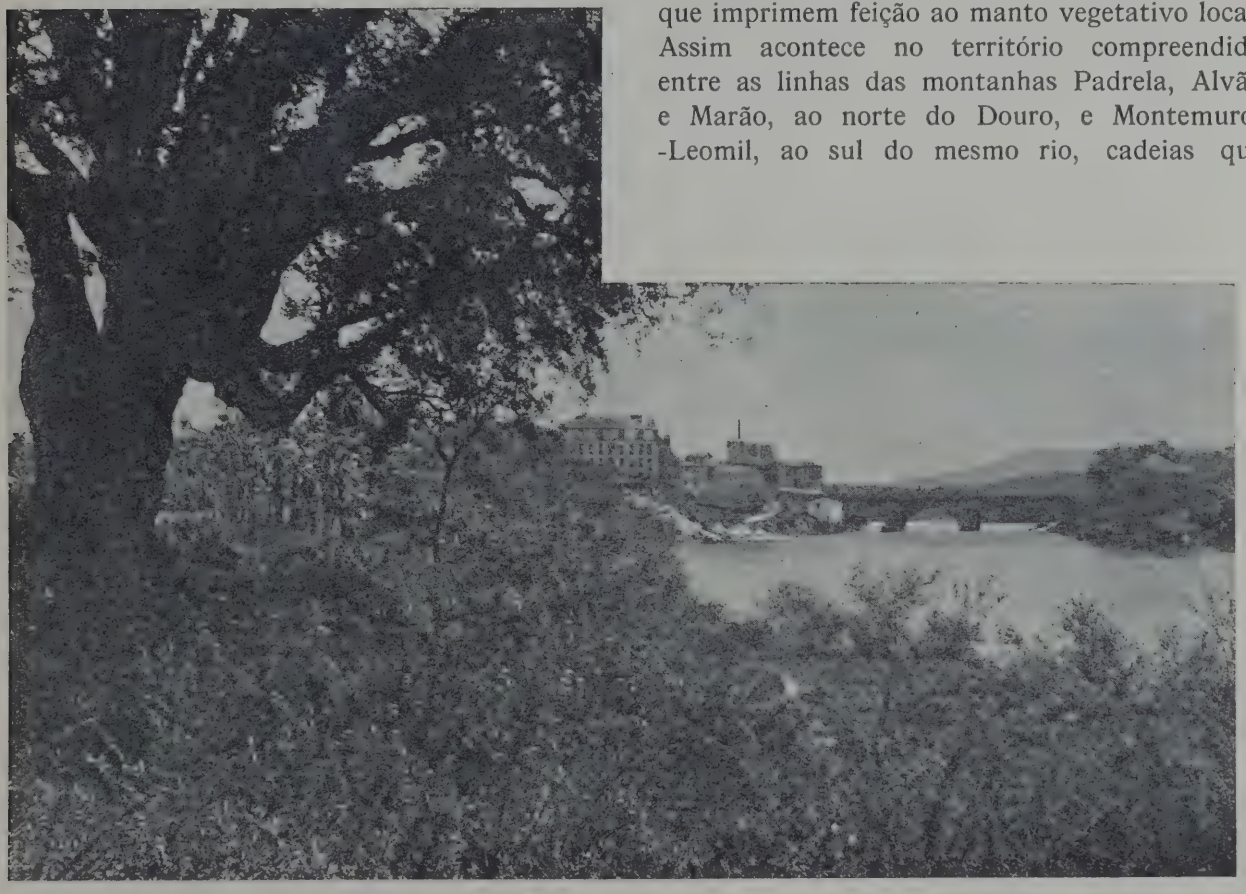
GEREZ — Ponte Feia sôbre o Rio Homem

o acidentam, dispõem-se, como já vimos, quási normalmente à costa, para a qual descem em degraus sucessivos. Os ventos dominantes, que são os de noroeste e sudoeste veem do mar. Todas estas circunstâncias se conjugam, pois, para que Portugal inteiro experimente, mais ou menos, a acção moderadora do oceano, não havendo, de uma maneira geral, no nosso país, nem invernos exageradamente rigorosos, nem estios ardentes.

O facto de se encontrarem ao norte do Tejo as grandes massas de relevos, e ainda as desigualdades de latitude, criam, dentro desta unidade geral de clima marítimo, dois tipos que dominam um ao norte do Tejo e outro ao sul dêste rio. Ao norte do Tejo, o clima é húmido, abundante em chuvas, sobretudo no inverno, e com temperaturas que não trazem invernos muito frios nem estios muito quentes; em toda a região que se estende ao sul do Tejo, o clima é sêco e quente, semi-tropical, com invernos muito agradáveis.

Ao norte, os sistemas orográficos discordantes, com excepção de algumas serras transmontanas e da Beira interior, permitem que os ventos do mar alcancem a orla oriental do País, dando origem a que as amplitudes térmicas não tenham o carácter continental que se manifesta em Espanha. Contudo, á medida que se caminha para a fronteira terrestre, as características do clima moderado ou oceânico vão-se atenuando um pouco, para se começarem a registar não só desvios térmicos pequenos como diminuição no grau da humidade. É facto, porém, que os nossos climas secos do Alentejo, central e oriental, não apresentam os caracteres dos climas estépicos que se observam na Castela-Nova, onde as chuvas são inferiores a 250 mm.

Porém, a variedade de aspectos morfo-altimétricos e topográficos do nosso solo dá origem a que, dentro dêstes climas gerais, haja pequenas faixas originando climas regionais que imprimem feição ao manto vegetativo local. Assim acontece no território compreendido entre as linhas das montanhas Padrela, Alvão e Marão, ao norte do Douro, e Montemuro-Leomil, ao sul do mesmo rio, cadeias que



(*Foto-Soucasaux* — BARCELOS)

O Rio Cávado nos arredores de Barcelos

originam o clima da região vinícola duriense, sêco e com estios quentes e invernos frios.

A península de Lisboa marca a transição entre o clima marítimo do norte de Portugal e o clima do sul, já de *facies* norte-africano.

Considerando o País no seu conjunto, pode-se afirmar que, do ponto de vista climático, êle apresenta as características que se seguem:

A temperatura decresce do norte para o sul, e, ainda, do litoral para o interior. As regiões mais frias correspondem aos distritos de Vila-Real e Guarda; e as mais quentes aos de Faro e Beja. As amplitudes mínimas encontram-se, naturalmente, no litoral, onde a influência moderadora do oceano se faz sentir mais intensamente: Faro, Lagos, Lisboa e Pôrto; as amplitudes máximas, no interior: Vila Fernando, Montalegre, Guarda, Serra da Estrêla, etc.

(Cl. "Arte e Natureza em Portugal,,)

UM ASPECTO DO RIO TÂMEGA EM AMARANTE

No ponto de vista da humidade, Portugal divide-se em duas regiões distintas, separadas pelo Tejo: a do norte, mais húmida, (70% a 80%) e constante, e a do sul, menos húmida (56% a 67%) e variável. Na zona do norte as diferenças de humidade, durante o ano, são pouco profundas, ao passo que, na do sul, são mais sensíveis. Assim, Évora regista diferenças de 30,2 entre os meses de humidade máxima e mínima; Beja, 35; Campo-Maior, 34. Pelo contrário, o Pôrto regista apenas 6,7; Coímbra 6,4; Lisboa 16,4; Montalegre 25,5. Duma maneira geral, a humidade é máxima no inverno e mínima no verão, decrescendo também do litoral para o interior: Campo-Maior (56,2) e Beja (58,7), no interior; Pôrto (75,9) e Lisboa, (70,9) no litoral.

A pluviosidade é no nosso País bastante irregular, sendo maior no norte que no sul. Toda a região do Alentejo e Algarve é pobre em chuvas, não estando sujeita a grandes variações anuais. Faro regista a média pluviométrica mais baixa — 340 mm. anuais. A nossa zona do máximo de pluviosidade distribui-se entre Pôrto e Coímbra; na Serra da Estrêla a média anual atinge, por vezes, números superiores a 2000 mm. Segundo Koppen, com excepção de um quinto do nosso solo, todo o resto está incluído na zona de estação pluviosa no inverno, o que explica, portanto, o aparecimento nestas regiões de excelentes pastagens. A quantidade pluviométrica anual é, em média, no sul 450 a 600 milímetros (pluviosidade fraca); no centro, do Tejo ao Vouga, 700 a 1000 mm. (grande pluviosidade); ao norte, 1000 a 2000 mm. (muito grande pluviosidade).

(*Cl. Manuel Ribeiro* — PÔRTO)

O Rio Douro em Miranda

A nebulosidade de Portugal é média. Contudo, é maior na zona ao norte do Tejo que na do sul, porque, sendo aquela mais acidentada, os ventos, ao arrastarem a humidade de encontro às elevações, condensam-na, aumentando assim a nebulosidade, ao passo que, no sul, o vento passa limpando o ceu.

A luminosidade cresce de norte para o sul. O sul do nosso país tem intensidade luminosa muito superior à do norte. Faro, Beja e Évora são as regiões de maior intensidade de luz solar.

De uma maneira geral, a não ser o sul, onde a secura do Alentejo e a pequena altitude das suas elevações tornam o meio um pouco desfavorável ao homem, todo o resto do nosso território, a-pesar-do seu polimorfismo climático, possui condições que, distinguindo-nos do território espanhol, são propícias á actividade e vida humanas.

(Foto-Beleza — PÔRTO)

BARCO RABÊLO

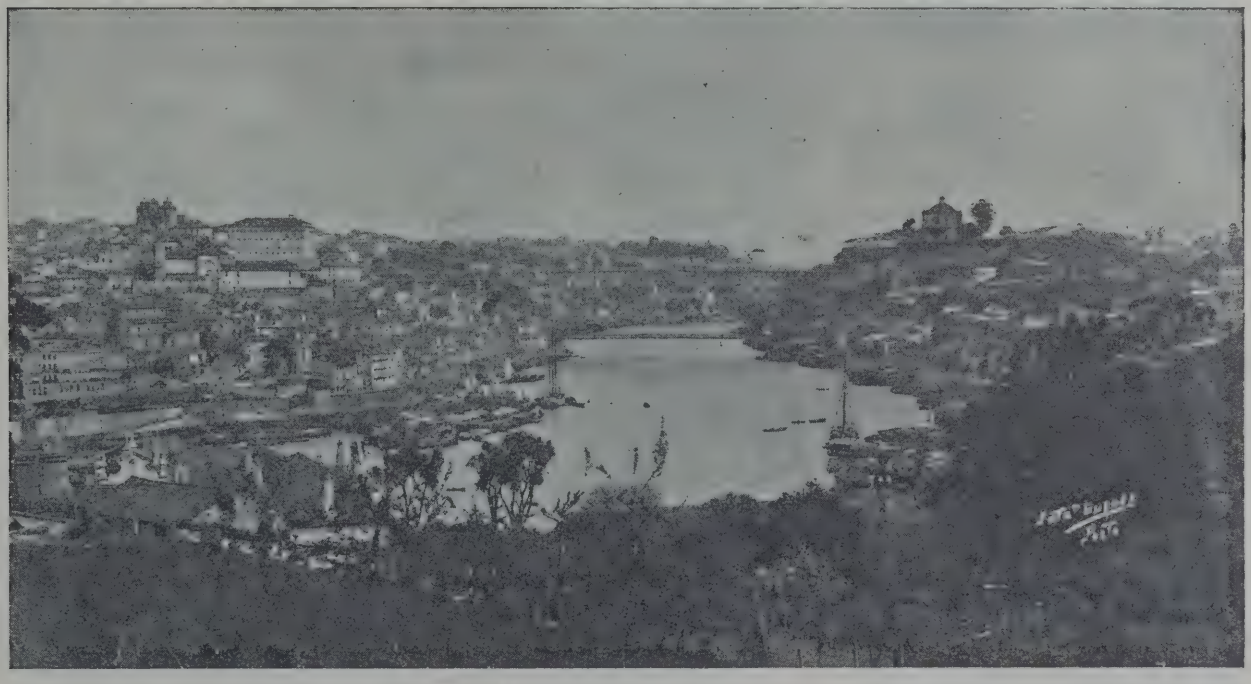
Capítulo III — Biogeografia

Condições fitogeográficas e zoogeográficas de Portugal.

O nosso polimorfismo climático, acrescido da variedade de formas e de composição agrológica do solo português, explica a natureza e o aspecto do manto vegetativo de Portugal, onde se encontram em grande número as espécies dos países temperados e, ainda, algumas dos países quentes.

Três são, porém, as regiões fitogeográficas do nosso País: a primeira compreende toda a região setentrional até ao Tejo; a segunda estende-se desde êste rio até às elevações do Algarve; a terceira é constituída pelas terras ao sul dêstes relevos.

Toda a região ao norte do Tejo possui uma vegetação rica e intensa que, nos vales



(Foto-Guedes — PÔRTO)

O Douro banhando o Pôrto e Gaia

UNIVERSITY OF
ILLINOIS LIBRARY

húmidos do Minho, chega a dar a impressão das florestas densas e ricas: carvalhos, castanheiros, pinheiros, salgueiros, choupos, e, nos vales abrigados, oliveiras, etc. Pela sua humidade, é a região dos prados e dos extensos campos de milho.

O centro litoral, o norte, a oeste do Tâmega (Minho), a *veiga* de Chaves, os *campos* do Mondêgo, a *cova* da Beira (entre a Guarda e a Estrêla), as *lezírias* do Tejo, etc., são zonas de extrêmo valor económico no ponto de vista do seu revestimento florestal e agrícola.

Ao sul do Tejo, estende-se uma região mais sêca, a do trigo, dos sobreiros, das azinheiras e oliveiras. Contudo, ainda que a secura crie condições vegetais que dão origem a nêsgas estépicas (charnecas) no Alentejo, caracterizadas pelas suas estevas e rosmaninhos, o aspecto destas manchas está muito longe de ser comparável á extensão e pobreza dos planaltos monótonos, desolados e tristes das Castelas.

As faixas do Sado, a região de Beja e grande parte da margem esquerda do Tejo, são ricas no ponto de vista agrícola e florestal. Beja é o celeiro da nossa população.

Finalmente o Algarve, com a sua vegetação variada e luxuriante, do tipo da flora mediterrânea, isto é, das regiões semi-tropicais, constituída por la-

(Cl. Alvaro Martins — PÔRTO)

O Rio Douro observado da Rêde

(Cl. Gab. Geol. da Univ. do Pôrto)

O Douro em Arêgos

(Cl. E. Cerdeira — PÔRTO)

O Douro no Pôrto, junto à Ponte Maria Pia

rangeiras, alfarrobeiras, amendoeiras, figueiras, etc., é a nossa região fitogeográfica que marca a transição para a vegetação africana setentrional.

A oliveira e a vinha desenvolvem-se de norte a sul, da fronteira ao mar; mas a maior densidade da oliveira, encontra-se na parte central ou zona de transição constituída pela península de Lisboa e parte da Beira meridional. A vinha é mais característica na zona duriense, no Dão, em Torres Vedras, na Bairrada, em Colares, etc.

Enfim, no seu conjunto, as condições fitogeográficas do nosso território são de molde a poder considerar-se a nossa terra rica e de grandes possibilidades, no ponto de vista florestal e agrícola, ainda que o leste e, principalmente, o sul sejam mais difíceis á actividade humana.

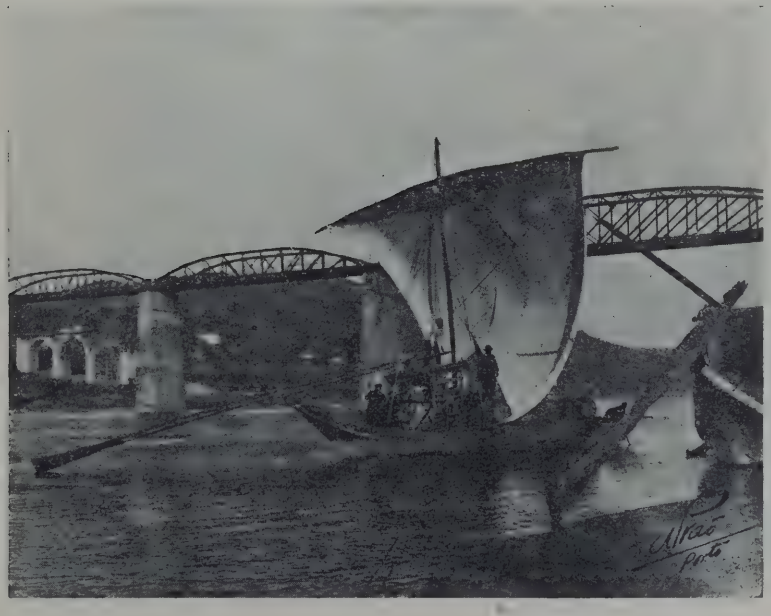
*

* *

(Cl. Dr. Manuel Feijão)

RIO DOURO — O Cachão da Valeira

A vida animal, sobretudo relativamente ás espécies pecuárias, não é também, de uma maneira geral, desfavorável à vida do homem, ainda que esteja bastante longe da situação dos países onde a criação destas espécies constitui uma importante fonte de riqueza.



(Foto-Alvão — PÔRTO)

O Douro na Régua

A distribüição das espécies animais depende sobretudo de condições morfo-altimétricas, climáticas e fitogeográficas. Em Portugal essas condições actuaram pela forma seguinte:

As regiões e terras de prados e de cultura de milho, localizadas no noroeste e no centro-litoral, favorecem uma maior criação de gado bovino, como se regista no Pôrto, Braga, Aveiro e Viana, ao contrário das regiões sêcas e de pequena altimetria do sul, onde se distribuem os domínios dos gados muar e suíno,

cuja criação e engorda encontram óptimas condições nos montados alentejanos.

O gado ovino contenta-se com pastagens mais sêcas, tanto nas terras do norte, como nas do sul, o que explica a sua grande densidade não só em relação ás outras espécies, como em comparação com a França, a Alemanha e a Italia. As estepes sêcas do Alentejo são os centros produtores da nossa melhor lã.

O gado caprino encontra-se sobretudo nas zonas de pastagem mais pobre. São três os seus tipos: a cabra barrozã, de dimensões pequenas, característica da região de Barroso, de fracas pastagens; a cabra alentejana, nervosa, sêca, e alta, característica dos peneplanos áridos do Alentejo; a cabra ribatejana, mais baixa que a anterior, por não ser forçada a percorrer tão grandes distâncias em busca de alimento.

(*Foto-Beleza* — PÔRTO)

O Douro no Ferrão (a montante)

Ainda que as condições morfo-altimétricas, climáticas e fitogeográficas regulem a distribüição da vida animal, o facto é que as nossas condições pecuárias estão também largamente dependentes do regime da propriedade e da natureza do trabalho que as espécies permitem como animais de carga e de trabalho agrícola.

Tais riquezas pecuárias não teem, porém sido suficientemente aproveitadas.

Além dos animais domésticos, encontram-se também no território português animais selvagens: como o lobo, o javalí, o veado, a raposa, a lebre, o coelho, o texugo, a doninha, etc. Outrora encontrava-se também o urso, cuja caçada constituiu uma das diversões da nobreza dos primeiros tempos da nossa história.

(*Foto-Beleza* — PÔRTO)

O Douro no Ferrão (a jusante)

O lobo vive sobretudo nas matas do norte e do centro do País e nos matagais do sul, entre o Tejo e o Algarve. A raposa distribui-se em todo o nosso solo, em regiões que não sejam despidas de matas. O veado encontra-se nas matas do norte, tendendo a desaparecer.

A fauna dos nossos rios é constituída principalmente pela truta, pelo salmão (rio Minho), pela lampreia e pelo sável.

O salmão, que, noutros tempos, migrava também para o Lima, parece ter hoje o rio Minho como limite meridional da sua distribüição geográfica.

A lampreia tem uma distribüição mais larga, pois se encontra desde o rio Minho ao Sado, acontecendo o mesmo ao sável.

O salmão, a lampreia e o sável, são as três espécies que maior rendimento dão aos pescadores fluviais.

A fauna dos mares que banham as costas de Portugal é rica, sendo as espécies mais abundantes a sardinha e o atum. Esta última encontra-se apenas nas costas do Algarve.

VEADO (GEREZ)

AGUIA REAL (GEREZ)

(Cl. Foto-Soares – GEREZ)

Capítulo IV — Antropogeografia

Factores da distribüição humana em Portugal. A população portuguesa.

A situação do nosso território, o mar, o solo, os rios, a vegetação e as aptidões da riqueza animal, são elementos de valor com que a natureza prodigamente dotou a nossa terra, de maneira a fazer dela um meio propício ao homem, á sua actividade e progresso.

De facto, a nossa população acumulou-se, desde cedo, no norte e no litoral, onde as condições de altitude, a acção do mar, as condições agrícolas e económicas são mais favoráveis, fugindo, no sul, das regiões planas, que, nos países de clima sêco, são um tanto hostís às populações.

A cultura do milho, nestas regiões, tem sôbre a população uma acção *centripetante*, isto é, de acumulação nos próprios locais da cultura, ao passo que o trigo exerce uma acção *centrifugante*, isto é, afasta-as, concentrando-as em núcleos isolados. Daqui, uma das causas da maior densidade da população portuguesa no norte, em relação ao sul, e o seu contraste com a distribüição demográfica espanhola.

As dificuldades de comunicação com o interior da Península impedem a formação dos grandes centros itinerários, porque Bragança e Elvas não podem ser assim considerados. Pelo contrário, desembocando os grandes rios de Portugal, no Atlântico, onde as marés se não fazem sentir com violência, e, sendo as rêdes hidrográficas portuguesas de regime relativamente calmo, os núcleos da população portuguesa encontraram, nas bôcas dos nossos rios, boas condições para se fixarem e viverem: Lisboa, Pôrto e

(Foto-Beleza — Pôrto)

Foz do Rio Sabôr

Setúbal são os nossos maiores aglomerados humanos, os quais, só por si, absorvem hoje mais de um têrço de todos os nossos habitantes.

O facto da nossa maior densidade de população se distribuir sobre o litoral, em contacto com o mar, e ainda a razão das possibilidades agrícolas do nosso território serem grandes, levaram, desde muito cedo, as populações que se fixaram no território ocidental da Península, não só a afoitarem-se ao mar, que lhes prodigalizava abundantes alimentos e abrigos relativamente seguros na sua extensa costa, como a aproveitarem os recursos agrícolas dum solo rico e fecundo.

VILA REAL

I — Ponte sôbre o Rio Corgo

II — Um aspecto do Corgo

(Foto-Transmontana — VILA REAL)

* * *

A distribuïção da população portuguesa não tem, porém, sofrido alterações sensíveis, mantendo-se nas suas quatro zonas: norte-litoral, norte-continental, Alentejo e Algarve.

A primeira, de forma triangular, vai da foz do Minho ao estuário do Sado, de Monção à Covilhã, e da Covilhã a Setúbal; é a zona do máximo de densidade.

A segunda, abrange a maior parte de Trás-os-Montes e grande parte da Beira interior: é uma zona de fraca densidade.

A terceira, que é constituída pelo Alentejo, é aquela onde se encontra a mais fraca densidade da nossa população.

A quarta, que é constituída pelo Algarve, ainda que seja fraca também, tem densidade superior à da população alentejana.

Todos os numerosos planaltos de Trás-os-Montes e da parte oriental do nosso risonho Minho, foram nos períodos pre-históricos, séde de uma civilização brilhante, criada por uma

densa população, ali fixada, como o provam as numerosas antas, necrópoles e castros, distribuídos por todas as quebradas dessa região que, numa hipótese, por enquanto bastante arrojada teria sido, talvez, um foco remotíssimo de uma civilização autónoma, ocidental, que, muito antes dos povos orientais, tivesse criado e usado largamente de uma escrita simplicada com o fim de transmitir ideias e pensamentos.

O Mar e a Terra, a actividade marítima e a do campo,

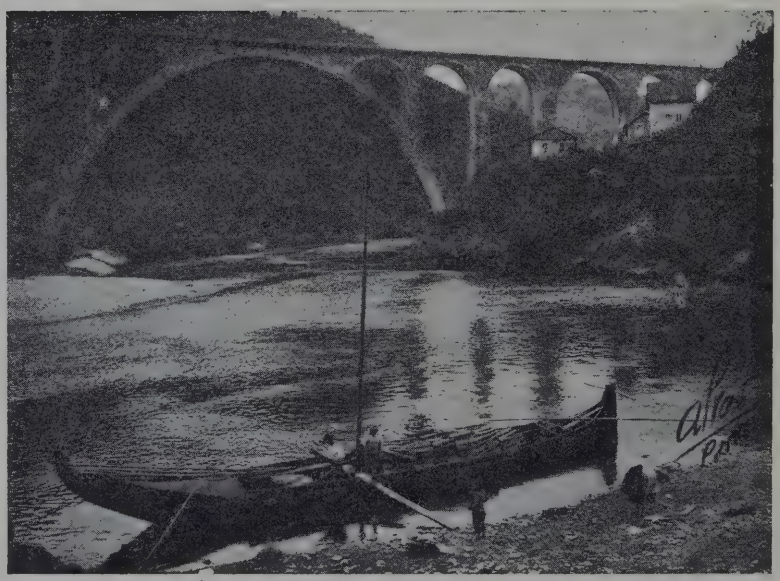
I — O Rio Vouga no logar do Pessegueiro.

II — O Vouga em S. Pedro do Sul.

III — O Vouga junto à Ponte do Pessegueiro.

(Foto-Alvão — PÔRTO)

formaram, desde muito cedo, o espírito das populações, aborígenes dêste território ou para êle atraídas. E de tal maneira êstes dois elementos actuam ainda hoje no espírito e na actividade económica do povo português que, até naquelas faixas onde a actividade marítima é mais intensa e viva, nelas mesmo, o Mar anda intimamente associado à actividade agrícola, como acontece a todo o vasto e rico *hinterland* do nosso litoral e sub-litoral; e nas regiões, afastadas e do interior, a população sen-



te-se tão atraída para o Mar, entrevisto em sonhos e fantasiado nos contos dos avós, que, precisamente, são essas as regiões que fornecem maior número de habitantes à nossa emigração.

Mas, se todas estas condições são de facto propícias ao homem, são também, por sua vez, a causa da carência de estímulo que se reflete na falta de iniciativa e persistência que, por vezes, se nota na vontade da nossa população que é, aparte isto, laboriosa e activa, ousada e aventureira, mas também resignada e sofredora.

*
* *

A composição étnica do povo português tem sido objecto de muitos estudos. Sôbre numerosas monografias alguns trabalhos de síntese teem sido elaborados. Entre outros, os distintos antropologistas Fonseca Cardoso, Ricardo Severo e Mendes Correia chegaram às conclusões abaixo transcritas.

Fonseca Cardoso escreveu: « Podemos localizar os seguintes elementos étnicos como concorrentes à formação do português de estatura abaixo da média, dolicocéfalo, de olhos e cabelos escuros, nariz longo leptorrínico de base um tanto larga e pertencendo à raça ibero-insular de Deniker:

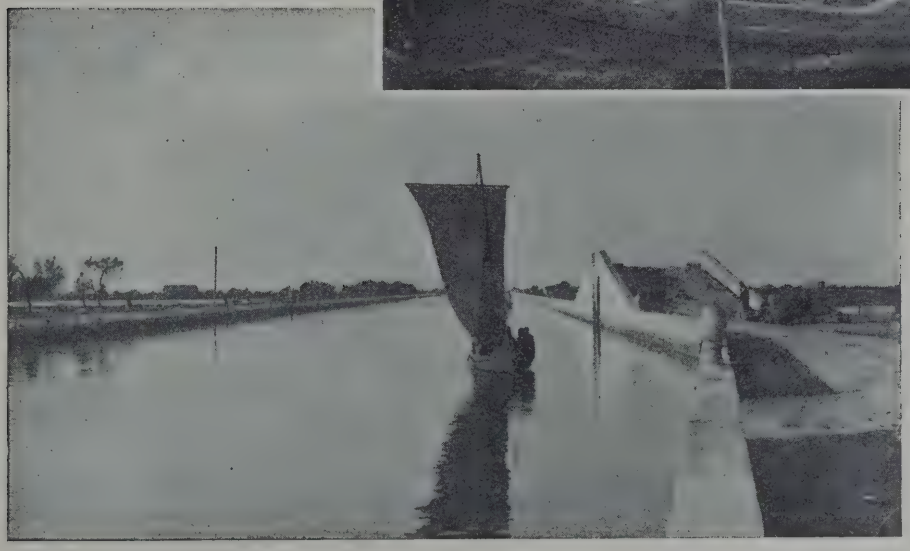
1.º — Raça pequena dolicocéfala. — Estatura baixa, morena, dolicocéfala e mesorrínica. É a descendente directa da raça pre-histórica de Beaumes-Chaudes-Mugem, formando o fundo autóctone da população portuguesa.

Os seus representantes actuais encontram-se localizados nas regiões montanhosas do Alto Minho (Castro Laboreiro), Trás-os-Montes e Beira.

2.º — Raça braquicéfala. — Estatura abaixo da média, morena, cabeça globulosa e o occiput vertical, mesorrínica.

Esta raça, a primeira emigrante no território da Península Ibérica, no começo dos tempos neolíticos, tem os seus indivíduos mais puros acantonados na região cantábrica de Oviedo, ao norte da Península, e na margem direita do baixo Guadalquivir, nas vizinhanças de Palos e Huelva. No alto Minho encontram-se representantes entre a população do concelho de Viana, sobretudo nos altos vales.

De origem asiática ou mongoloide os paletnólogos denominam-a raça de Grenelle, e Deniker, na sua moderna classificação, intitula-a



AVEIRO

I — Pescadores cosinhando a caldeirada.

II — Um interessante trecho da Ria.

(Cl. Manuel Abreu — AVEIRO)

denominam também raça kimrica, teutónica ou dos Reihengraber.

Por várias vezes esta raça invadiu o nosso território, quer por mar quer por terra, vinda do norte escandinavo, do *littus saxonicum*. A sua influência na população morena aborígena fez-lhe manter a característica dolicocéfala,

Cevenola, porque os seus representantes mais puros acham-se localizados nas Cevennes.

3.º — Raça loira ou nórdica. — Alta estatura dolicocéfala ou mesatodolicóide, de nariz longo e fino, leptorrínico, de pele rósea, de olhos claros e cabelos loiros ou ruivos, a que

dando-lhe o *facies* mestiço que a cada passo notamos no povo português.

Os seus representantes encontram-se um pouco por toda a parte, destacando a sua côr clara e rósea dentre a massa popular acentuadamente morena; no entanto marcam-se localizações no Minho, como em Afife,

AVEIRO

I — Barcos moliceiros.

II — Bateira « Mercantel ».

III — A Ria no Canal das Pirâmides.

IV — Um trecho da Ria à saída da cidade.

(Cl. Manuel Abreu — AVEIRO)

(Cl. Manuel Abreu — AVEIRO)

AVEIRO — A Ria atravessando a cidade

Ponte do Lima, burgo do Pôrto e vizinho concelho de Gaia e na Póvoa de Varzim, na colónia piscatória, onde a sua percentagem é notável, julgando-a porém devida a influência mediévica e de origem normanda.

4.º — Raça semita-fenícia. — Das observações que ultimamente fiz na população piscatória do litoral interduramnense, notei ainda um tipo de raça muito moreno, de olhos escuros e cabelo preto, de estatura mediana e

(Cl. Manuel Abreu — AVEIRO)

AVEIRO — Ria (ao pôr do Sol)

cabeça dolicóide, notávelmente ampla no diametro biparietal, rosto alongado e escoando-se pelos zigomas muito pouco acusados até ao mento saliente, de forma a dar à face um aspecto triangular com o vértice para baixo; os olhos são grandes, rasgados em amêndoa. Êste tipo que identifico com o fenício, fundamentando-me nos

AVEIRO

I — Uma margem da Ria.

II — Marinhas.

III — Um trecho da cidade — Canal das Pirâmides Marinhas e Montes de sal.

(Cl. Manuel Abreu — AVEIRO)

trabalhos de Bertholor e Chantre sôbre os crânios fenícios de Cartago e de Sidon, exerceu principalmente a sua influência na gente marítima da costa, onde habitou como colonizador, não parecendo que essa influência se exercesse no interior do País.

Tais são as raças humanas principais que o método antropológico conseguiu já destacar e sobreviver de entre a ganga étnica do povo português.

Quando olhamos para o mapa das raças europeias de Ripley ou de Deniker esta população ibero-insular salienta-se, no seu recanto da Península à beira do Atlântico, como a mais dolicocéfala e homogénea da Europa nos seus caracteres somáticos.» *(Notas sôbre Portugal)*.

Ricardo Severo escreveu: «Pelos estudos antropométricos feitos sôbre os restos humanos das estações arqueológicas, desde os tempos pre-históricos, e pelas observações realizadas sôbre os habitantes actuais, poder-se-á separar êsse composto nos seguintes elementos étnicos constitüintes:

(Cl. "Arte e Natureza de Portugal,,)

O Mondego na Ponte dos Juncais (Fornos de Algodres)

1.º — Raça primitiva dolicocéfala: crânio longo, face curta, baixa estatura, morena, cabelos escuros. É o chamado *Homo mediterraneus* ou *Homo arabicus*, substratum o mais primitivo que se encontra em todos os países da bacia do Mediterrâneo, costas europeias e africanas, na sua metade ocidental. É a primeira raça autóctone, proveniente dêsse tipo de Neanderthal que vem desde a época paleo-

(Cl. "Arte e Natureza de Portugal,,)

Uma ponte pitoresca sôbre o Mondego

lítica e cujos representantes actuais mais puros se encontram localizados nas montanhas do alto Minho, Trás-os-Montes e Beira.

Dentro dêste tipo dolicocéfalo dois sub-tipos teremos a considerar: um de baixa estatura, o primitivo autóctone já descrito; outro de alta estatura, de posterior influência, exemplificado nos trogloditas das costas mediterrânicas, no crânio clássico de Cro-Magnon.

2.º — Raça braquicéfala: crânio largo, baixa estatura, morena, cabelos escuros. É o denominado *Homo alpinus*. Considera-se a raça dos primeiros emigrantes pre-históricos, que chegaram à Península Ibérica no comêço do período neolítico. A esta raça chamaram os antropólogos *Céltica*, ou *Celto-sláva*: *Lígure*, porém, será a sua mais acertada designação histórica. Desta raça se encontram em Portugal raros tipos puros; aparece fundida nos tipos médios ou mesaticocéfalos, sem ter uma localização definida. Em Espanha localizam-se os seus representantes na região Cantábrica, na baixa Andaluzia, incluindo a bacia do Guadiana.

3.º — Raça dolicocéfala harmónica: crânio e face longos, alta estatura, olhos claros, tez

branca, cabelos loiros ou ruivos. É o chamado *Homo Europœus*, por se considerar o tipo nobre europeu. Apareceu êste tipo nos cemitérios de túmulos alinhados das primeiras idades do ferro; denominou-se, por isso, dos *Reihengraber*, segundo a classificação de Holder. É a raça também conhecida por nórdica, kímrica, teutónica, germânica ou gaulesa.

Invadiu a Península em várias épocas; aparece nos cemitérios luso-romanos de Cascais, do tipo dos Reihengraber. As suas invasões posteriores datam do século V, e a sua influência nas populações de Portugal acentuou-se no norte do País, e em núcleos da costa marítima — nestes, conjuntamente com o tipo nítido do líbio-fenício. » *(Origens da Nacionalidade Portuguesa)*.

Mendes Corrêa escreveu: — « Dois factos ressaltam aos olhos do antropólogo no estudo da população portuguesa actual: a sua relativa homogeneidade, a-pesar-de pequenas diferenças locais e do grande número de elementos étnicos que colaboraram na sua formação; e a sua dolicocefalia superior à de qualquer outro país da Europa, o que atesta a pequena influência de tipos de cránio largo e curto. Encontrando-se êstes em maior proporção nos restos de Mugem, no neolítico e até nalgumas estações proto-históricas do território, naturalmente se conclui que foram sendo eliminados, absorvidos ou modificados, o que é confirmado pela craniografia comparada dos braquioides portugueses primitivos e actuais. O dolicocéfalo baixo e moreno do tipo ibero-insular ou mediterrâneo, conquistou uma primasia indiscutível. Elementos nórdicos e morenos altos, alguns dos quais de provável origem semita e berbere, em maior ou menor mestiçagem com êle, são factores etnogénicos menos importantes, embora ainda de modo

(Foto-Rasteiro — COIMBRA)

O RIO MONDEGO, JUNTO AO CHOUPAL

(*Foto-Rasteiro* — COIMBRA)

O MONDEGO NA REGIÃO GRANÍTICA (PENACOVA)

que se manifesta uma certa tendência hipsicéfala como nos braquióides da Extremadura espanhola. Além disso a sua percentagem é muito pequena.

. . . . . .

O tipo nórdico, o *Homo Europœus*, deixou também traços flagrantes das suas invasões proto-históricas e históricas no território português. A sua presença, em maior ou menor proporção, sente-se sobretudo em certas regiões do norte, especialmente no litoral.

algum desprezíveis.

O tipo mediterrâneo ou ibero-insular que se filia de certo na raça de Baumes-Chaudes, já representada nas estações neolíticas do País, encontra-se mais puro nas recônditas regiões montanhosas, em que os baluartes naturais o isentaram da transfusão de sangue estranho. É sobretudo no Minho (concelho de Viana, etc.) e no Algarve, e ainda um pouco na Extremadura e no Alentejo, que se sente a influência de braquicéfalos. Êstes, em geral, não apresentam as formas dos braquicéfalos neolíticos e pre-neolíticos de Portugal, mas são referíveis a uma variante do *Homo Alpinus*, em

Um tipo semita-fenício reconhecido por Fonseca Cardoso nos pescadores da Póvoa de Varzim, e alguns elementos semito-árabes e berberes, sobretudo no sul do País (Alentejo

(*Foto-Rasteiro* — COIMBRA)

O MONDEGO NA SUA SECÇÃO TERMINAL

(Foto-Rasteiro — COIMBRA)

O Rio Mondego em Coímbra

tropológica da população.

Será de raça atlanto-mediterrânea (ou ibero-insular modificada) um tipo de estatura superior à média, moreno, dolicocéfalo harmónico, de grande capacidade craniana, que na Beira Alta domina sôbre o moreno baixo, sôbre o nórdico mestiçado e ainda sôbre um dolicocéfalo desarmónico, que na província encontrei em pequena proporção e o qual é mesorrínico e se aproxima talvez de formas primitivas (Grimaldi?). A ten-

e Algarve, segundo Costa Ferreira), teem sido também indicados na composição an-

(Cl. Gab. Geol. da Univ. do Pôrto)

COÍMBRA — Um Aspecto do Choupal

(Cl. Dr. José Guedes, filho — PÔRTO)

Outro aspecto do Choupal

dência mesorrínica de Trás-os-Montes será também devida a possíveis sobrevivências dum tipo primitivo, como o *Homo taganus*, como sôbre alguns exemplares ultimamente aventamos.

(*Foto-Beleza* — PÔRTO)

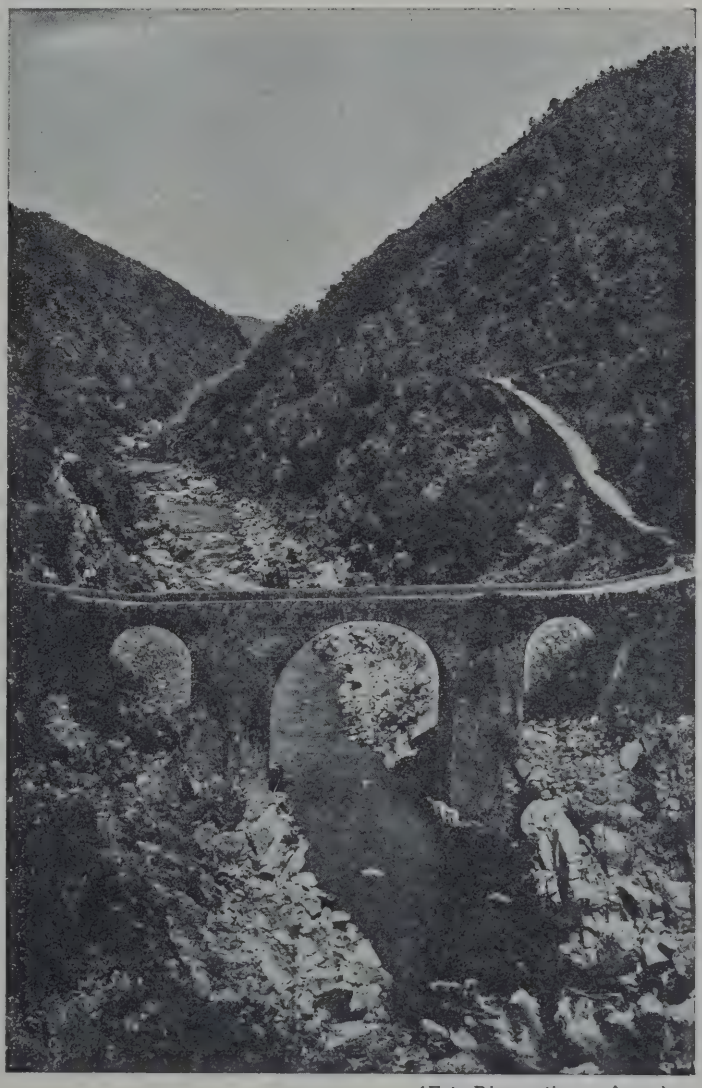
O Rio Zézere (próximo de Manteigas)

Quando, relanceando a vista pelas cartas antropológicas de outros países da Europa, se nota o complicado mosáico de tipos regionais que neles se encontram, naturalmente se acentua no nosso espírito a impressão de homogeneidade que Portugal sugere.

Seria, porém, um êrro supôr que há uma unidade absoluta. Dificilmente esta se encontrará hoje no seio dos povos civilisados. » *(Raça e Nacionalidade)*.

Em síntese, pode afirmar-se que a população portuguesa pertence, na sua maioria, ao tipo ibero-insular, caracterizado pela configuração da cabeça sôbre o comprido, estatura mediana, tez morena e olhos e cabelos castanhos.

Além dêste tipo fundamental, como Portugal sofreu invasões de fenícios, de gregos, de povos do norte da Europa e de árabes, a nossa étnia apresenta as diversidades e variantes que se notam na população portuguesa, e que teem levado a encontrar nela, pelo menos, quatro tipos diferenciados: o primeiro, de origem talvez peninsular, dolicocéfalo, moreno e baixo, distribüindo-se nas regiões montanhosas do Alto Minho (Castro Laboreiro), em Trás-os-Montes e na Beira; o segundo, de origem mongolóide, braquicéfalo, moreno e baixo, distribüindo-se no Minho (Viana); o terceiro, de origem nórdica, dolicocéfalo, louro e alto, distribüindo-se por Ponte do Lima, Povoa de Varzim, Pôrto, Gaia, etc.; o quarto, de origem semito-fenícia, dolicocéfalo, rosto alongado acentuadamente moreno, de estatura mediana, distribüindo-se no litoral.



(*Foto-Diamantino* — PÔRTO)

O Zézere junto à Ponte do Cabril

Capítulo V — Conclusões

Contraste entre Portugal e Espanha. Os dois quadros geográficos da Península.

Conhecidas todas estas considerações, acode naturalmente preguntar se Portugal e Espanha constituem ou não unidades geográficas distintas, ou se, apenas, um hábil e teimoso artifício político tem conservado êstes dois países, frente a frente, separados.

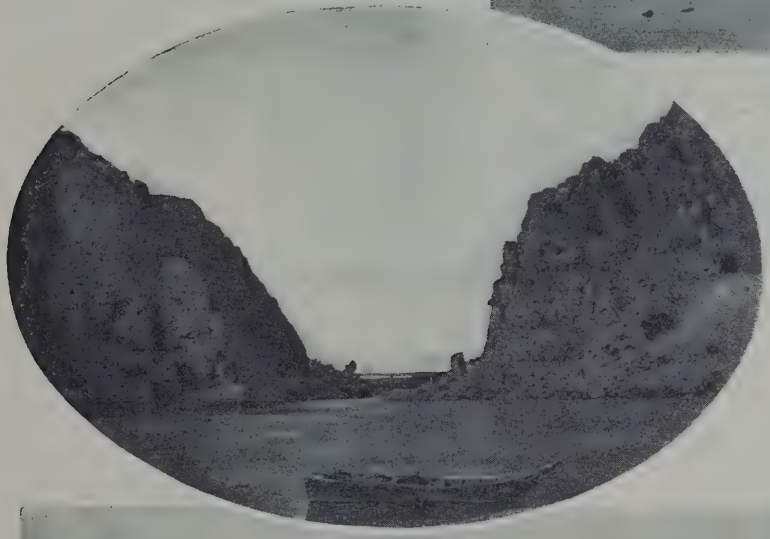
De facto, embora pertençam á mesma unidade geográfica — A Península Ibérica — há contudo diferenças no ponto de vista da ex-

(Cl. Mário Catarino Cardoso — LISBOA)

O Rio Tejo banhando Lisboa

posição, da orografia e altimetria, da hidrografia, do aspecto da periferia, do clima, da vegetação e da distribüição das populações, que nos levam a considerar Portugal e a Espanha como *dois quadros geográficos distintos.*

No ponto de vista geológico, o solo português é de facto a



TRÊS ASPECTOS DO RIO TEJO NAS PORTAS DO RÓDÃO.

(Cl. António Pereira Ferreira — VILA VELHA DE RÓDÃO)

continuação da terra espanhola, mas a identidade geológica não implica, duma maneira geral, uma identidade de carácter geográ-

fico, visto que o *facies* geográfico não é função exclusiva dos factores internos. E, de facto, os traços fisionómicos dos territórios sôbre que se ergueram as duas nações visinhas são diferentes, por vezes, opostos, até.

(*Foto-Alvão* — PÔRTO)

S. Pedro do Sul

A oposição altimétrica entre Portugal e Espanha é manifesta.

Em Portugal a maior percentagem das altitudes de 0 a 700 metros (89,45 %), que são as chamadas altitudes de civilização, denuncia, juntamente com o nosso extenso *hinterland*, magníficas possibilidades para o desenvolvimento da actividade humana, pois que, pelos seus caracteres altimétricos, noventa por cento do nosso solo apresenta boas aptidões agrícolas e florestais, facto que se não dá em Espanha, onde dominam as altitudes superiores a 1200 m., sem condições de aproveitamento.

(*Foto-Diamantino* — PÔRTO)

Margens do Nabão em Tomar

Tam vantajosas condições da forma do solo português são acrescidas ainda pela importância dos vales que, numerosos, facilitam a circulação de local para local de maneira a não estabelecer regiões isoladas. A não ser o bloco magestoso da Serra da Estrêla, desprovido de vales transversais de valor e como que a estabelecer uma muralha que dificulta a passagem para o norte e sul da Beira central e meridional, todas as outras elevações, sobretudo na parte mais alta de Portugal, são retalhadas por numerosos vales transversais, que imprimem á nossa terra as suas grandes aptidões de circulação comercial.

As massas orográficas distribuem-se por uma forma diferente nos dois territórios: no solo espanhol são espessas e ramificadas a contrastar com a simplicidade e desconexão das nossas, em que apenas a Serra da Estrêla é uma excepção; a orientação concordante dos sistemas orográficos espanhois diverge da discordância dos nossos.

Os rios que pertencem a Portugal e a Espanha distinguem-se fisionòmicamente de um e outro lado da fronteira. O caudal, a navigabilidade, as

(*Foto-Cabecinha* — SETÚBAL)

RIO SADO — TARDE DE BONANÇA

possibilidades motriz e agrícola são profundamente diferentes num e noutro território. O Douro, pobre e divagante em Castela-Velha, violento e torrencial na fronteira, é navegável em todo o território português constitüindo a linha de drenagem natural de toda a região vinícola do Douro, de Trás-os-Montes e de uma grande parte da Beira setentrional; o Lima, cujo curso apresenta rápidos muito interessantes, ao entrar no nosso Minho, espraia-se a oeste de Ponte da Barca e desce descrevendo largos meandros até ao mar; o Tejo, o rio mais hostíl de Espanha, onde corre entre desfiladeiros e *canhões*, alarga-se à entrada de Portugal, tornando-se navegável desde as Portas de Ródão até Lisboa, constitüindo a grande estrada fluvial que representa a confluência da faixa do litoral ocidental com a Beira meridional e norte do Alentejo; o Guadiana, pobre de águas, em Espanha, é de todos os nossos rios o que apresenta maior valor de navigabilidade, pois que até 45 qm. para o interior (Pomarão) pode ser navegado por navios de grande tonelagem.

As dificuldades de comunicação e passagem da periferia espanhola para o centro ressaltam, igualmente, quando comparadas com as facilidades de circulação entre o nosso extenso *hinterland* e o interior, para onde a passagem se faz por uma forma larga e insensível através de numerosos vales transversais e longitudinais.

O contacto entre a terra e o mar, em Espanha, contrasta também com o da periferia portuguesa, porque as costas altas da Cantábria, as rias e promontórios da Galiza, os lóbulos da Andalusia e as costas concordantes da Catalunha são aspectos que não se vêem nas costas portuguesas.

(*Foto-Cabecinha* — SETÚBAL)

RIO SADO — TARDE DE BORRASCA

(Cl. do Gab. de Geolog. da Univ. do Pôrto)

NAZARÉ

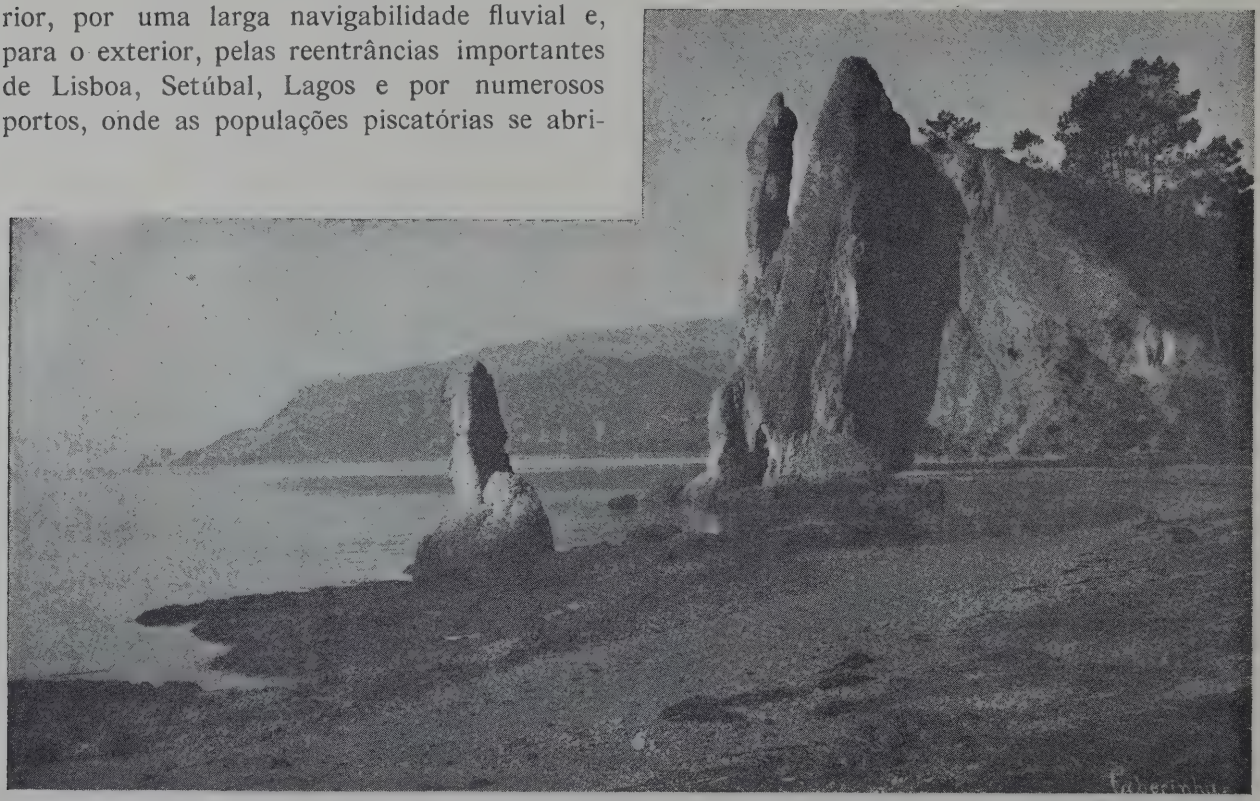
Em Portugal, a costa, é relativamente extensa. Além da sua situação geográfica especial, gosa das vantagens de possuir um vasto e rico *hinterland* litoral, servido, para o interior, por uma larga navigabilidade fluvial e, para o exterior, pelas reentrâncias importantes de Lisboa, Setúbal, Lagos e por numerosos portos, onde as populações piscatórias se abrigam, se fixam e se condensam.

A periferia marítima portuguesa é a saída natural do grande bloco central da Península, e o pôrto de Lisboa, em especial, o centro de atracção mais importante do SO. da Península.

A conjugação de todos estes elementos dá á Espanha uma fisionomia geomorfológica especial, que contrasta profundamente com a de Portugal.

O solo espanhol tem uma constitüição em compartimentos, que deu origem ao seu regionalismo tão característico, distinto em toda a Europa.

Êste regionalismo, acentuado desde há séculos, e que sempre tem feito sentir a sua acção na história política da Espanha, é ainda hoje um obstáculo ao



(Foto-Cabecinha — SETÚBAL)

SETÚBAL — PRAIA DA MARIA ESGUELHA

PORTIMÃO

Praia de João de Arens:

I — Beijos dos «Ursos»

II — Uma gruta

III — «Cabeça de Leão»

(Cl. Luis Urbano dos Santos — Portimão)

como os do centro da Península.

Desta diversidade de caracteres geomorfológicos e climáticos resulta a diversidade das aptidões económicas dos dois países.

A Espanha, desde o tempo da dominação romana, foi considerada como um celeiro de trigo, e é hoje, mais ainda, um país onde a cultura daquele cereal se acha largamente desenvolvida, ao passo que as nossas possibilidades, neste ponto de vista, são muito inferiores, desenvolvimento harmónico da nação vizinha.

Em Portugal, pelo contrário, as diversidades regionais, que servem de base á divisão do nosso território em zonas geomorfológicas, não são de molde a criar regionalismos profundamente vincados. No seu conjunto, o solo português oferece um aspecto quási uniforme.

No ponto de vista climático a oposição continua a ser flagrante, apenas com a excepção da Galiza, que é o prosseguimento natural do nosso Minho.

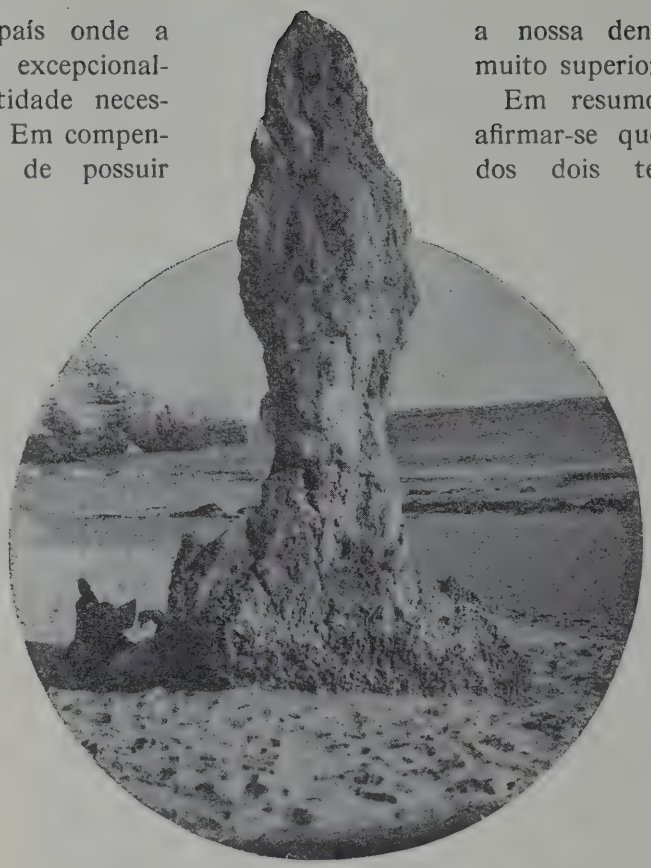
O clima português, geralmente moderado, embora não o seja tanto nas regiões de leste, caracteriza nìtidamente o nosso País, onde não há climas estépicos

sendo Portugal um país onde a produção do trigo só excepcionalmente atinge a quantidade necessária para o consumo. Em compensação estamos longe de possuir as imensas estepes desoladas e pobres das Castelas e de Aragão, porque as nossas charnecas e chapadas alentejanas, teem, a-pesar-de tudo, vida e movimento.

E, até mesmo, a própria distribüição geográfica da população espanhola, apresenta uma assimetria muito diferente da assimetria demográfica portuguesa, não só porque não possuímos regiões despovoadas semelhantes ás das Castelas, como a nossa densidade quilométrica é muito superior á da Espanha.

Em resumo, e concluindo, pode afirmar-se que os caracteres gerais dos dois territórios, sôbre que assentam Portugal e a Espanha, divergem profundamente. Os grandes planaltos interiores, cercados por fortes relevos periféricos, dão à Espanha um carácter geográfico que contrasta notavelmente com o de Portugal, caracterizado, ao norte do Tejo, pela queda orométrica para o ocidente, e, ao sul dêste rio, pelos peneplanos do Alentejo.

O clima, as aptidões económicas e, ainda, a distribüição humana veem



(Cl. Luis Urbano dos Santos — PORTIMÃO)

PORTIMÃO — O «FANTASMA» NA PRAIA DAS MESAS

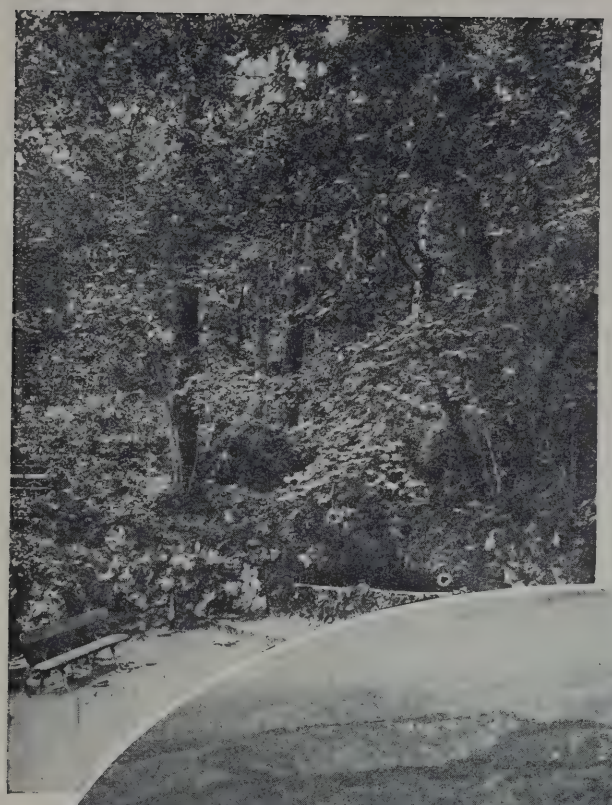
(Cl. Luis Urbano dos Santos — PORTIMÃO)

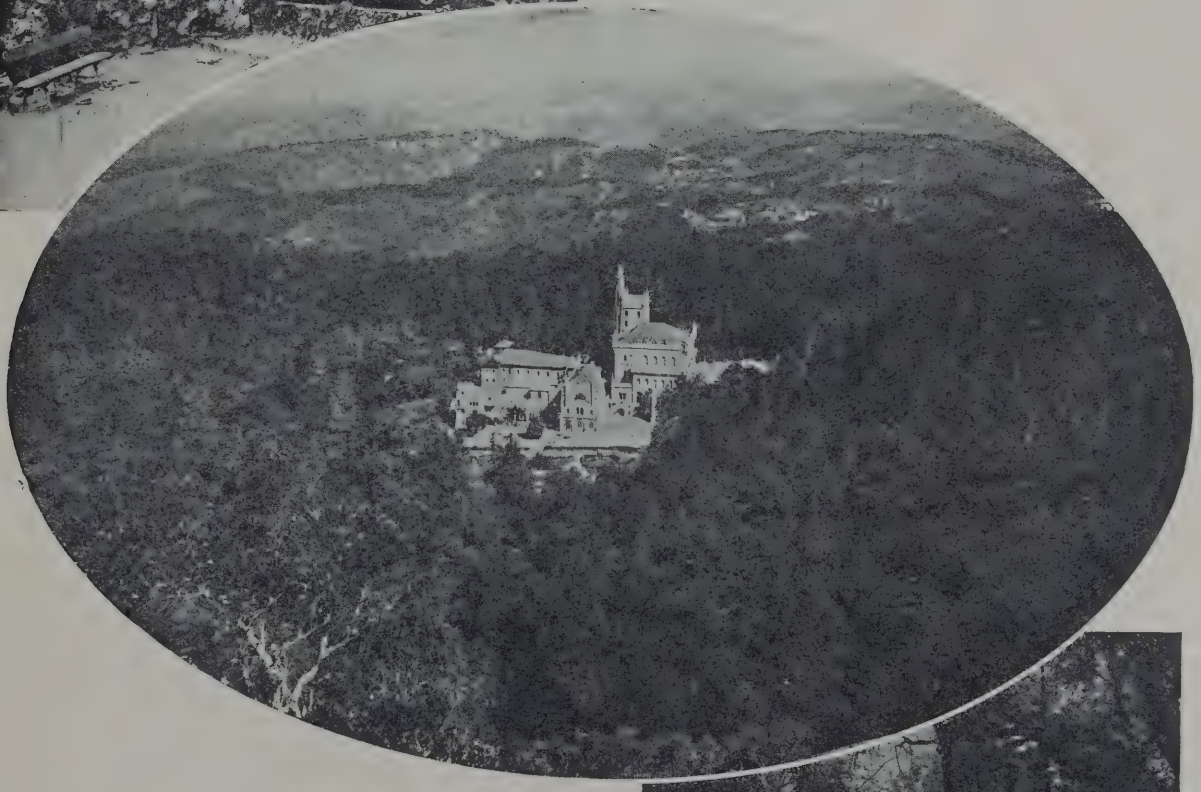
PORTIMÃO — PRAIA CENTRAL DE JOÃO DE ARENS

acentuar esta diferenciação de carácter geomorfológico.

No seu conjunto, o território espanhol tem uma configuração concêntrica, devido a uma acção centrípeta, *continental;* Portugal tem uma configuração excêntrica, devido a uma acção centrífuga, *oceânica.* As suas exposições são, portanto, diametralmente opostas.

Portugal e Espanha são, pois, *dois quadros geográficos distintos*, dentro da unidade geográfica que é a Península Ibérica.





BUÇACO

I — Um Trecho da arborisação

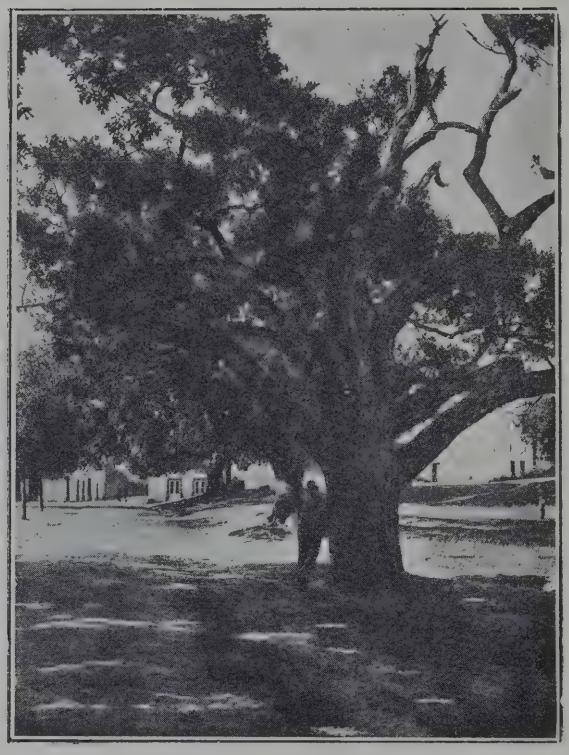
(Foto-Alvão — PÔRTO)

II — Um aspecto geral da mata

(Foto-Beleza — PÔRTO)

III — Fonte Fria

(Foto-Alvão — PÔRTO)



(*Foto-Diamantino* — PÔRTO)

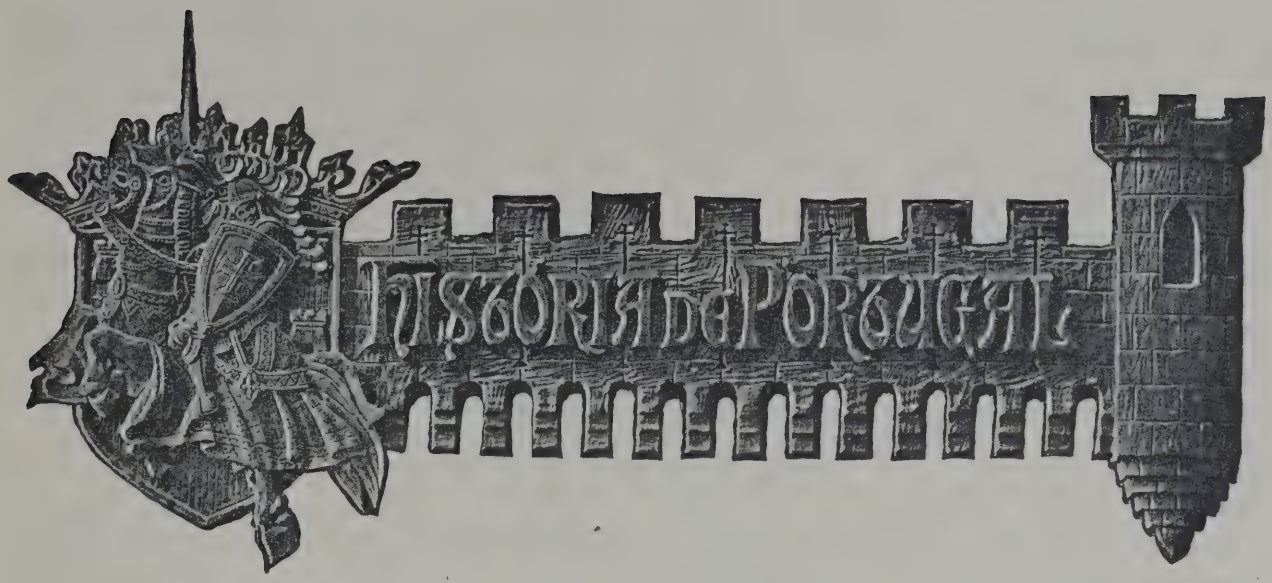
PEDROGÃO GRANDE — Uma carvalheira secular

SEGUNDA PARTE

A LUSITÂNIA PRE-ROMANA

POR

A. A. Mendes Correia
Professor da Universidade do Pôrto



SEGUNDA PARTE

A LUSITÂNIA PRE-ROMANA

Capítulo I — Pre-história e proto-história

Povos sem história. A suposta lei do progresso contínuo. Convergência. Ciclos de civilização. A mentalidade primitiva. Cronologia pre-histórica. Glaciarismo e fauna quaternária em Portugal. Classificações industriais dos tempos pre-históricos. A miragem oriental. A Proto-história lusitana. Lusitanos e Portugueses

ESCRITA é o melhor meio de *conservação do adquirido*. Ela estabelece entre os povos que dispõem de tão precioso instrumento de progresso, e os que a não possuem, um abismo comparável ao que a linguagem articulada cava entre o homem, mesmo o selvagem, e os animais, que, desprovidos de tão útil faculdade, daquele mais se aproximam na estrutura corporal.

Estudando comparativamente a evolução psicológica da criança e dum jovem gibão, desde o nascimento, Louis Boutan chegou á conclusão curiosíssima de que há paralelismo nessa evolução até á fase em que a criança começa a falar. Desta altura em diante o progresso mental da criança torna-se vertiginoso em confronto com o do gibão, incomparàvelmente mais lento.

Ou por falta dum processo de representação gráfica do pensamento, ou pela perda de documentos, ou pela impossibilidade de compreensão de textos mais ou menos escassos em símbolos ou em línguas desconhecidas, um grande número de factos e de aspectos da vida dos povos fica fóra do âmbito histórico. A antiguidade do homem ascende a uma época muito anterior áquela em que se começou a arquivar gráficamente tudo o que interessava ao conhecimento da existência humana nas várias épocas e regiões.

A Pre-história, também chamada Arqueologia pre-histórica e Páleo-etnologia, estuda as manifestações variadas da actividade psicológica e social do homem, anteriores ás datas remotas a que dizem respeito as mais antigas narrações escritas, ou sejam, os textos históricos.

Ainda hoje há povos sem história, populações selvagens acantonadas em recantos longínquos aonde não chegaram as influências civilizadoras dos povos mais adiantados. Com a sua mentalidade atrazada e desprovidas duma escrita regular e expressiva, essas gentes não podem conservar a recordação dos factos senão pela tradição oral, que não ultrapassa, geralmente, um número muito restrito de gerações, vindo por fim a extinguir-se ou a desfigurar-se mais ou menos profundamente em lendas e narrações fabulosas, de valor muito variável.

São os chamados "primitivos actuais,, que, desde Jussieu, aparecem a muitos investigadores como reproduzindo na actualidade os aspectos culturais das populações pre-históricas. Mas nem todos os scientistas compartilham inteiramente uma tal suposição, havendo quem entenda, com largo fundamento, que muitas populações pre-históricas possuiram um desenvolvimento mental e uma cultura mais brilhantes do que os actuais Negrilhos do Congo, os Bochimanes da África do Sul, os Pigmeus da Australásia, os Australianos, os indígenas da Terra do Fogo, populações que ocupam os mais baixos logares da escala da civilização.

Convém, porém, notar que a estrutura mental e cultural dalgumas populações chamadas — porventura menos própriamente — *naturais (Naturvölker)* ou *incultas*, é por vezes muito mais complicada do que alguns observadores superficiais imaginam.

Também se verifica que é uma ilusão o ponto de vista de que a mentalidade e a cultura (1) humanas experimentam uma evolução susceptível de ser representada por uma linha ascendente indefinida. A suposta lei do progresso contínuo e uni-linear sofre constantes desmentidos. Não queremos nesta exposição sumária abordar o conceito do progresso, cuja relatividade é evidente. Mas, comquanto não partilhemos as atitudes extrêmas da escola histórico-cultural ou da filosofia spengleriana, não podemos adoptar também o simplismo da escola evolucionista, para a qual todos os povos atravessam necessàriamente as mesmas fases de cultura, numa progressão regular e universal, explicando-se as analogias culturais entre povos distantes por essa lei geral de convergência evolutiva e não por contactos, relações ou interpenetrações a maior ou menor distância.

Uma fórmula intermédia que, para certos casos de analogia, permita invocar essa convergência e, para outros, não possa deixar de recorrer ás transmissões ou influências de culturas estranhas, terá grandes probabilidades de encerrar a maior soma de verdade.

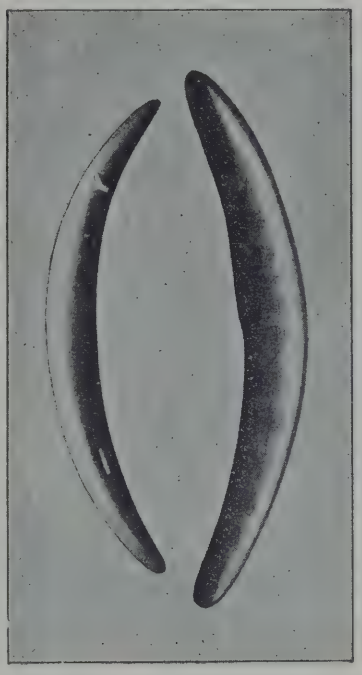
A noção das *ideias elementares*, de Bastian, ou do *património comum da humanidade*, de Ratzel, tem inegável fundamento. Por maior que seja a distância que no tempo e no espaço separa duas populações, algumas manifestações etnográficas análogas que nelas surjam, poderão porventura explicar-se por serem, umas e outras, produtos duma origem comum, a mentalidade humana. Por mais diferentes que nos apareçam, sob os pontos de vista psicológico e cultural, duas populações, elas apresentam muito de comum, que lhes é dado pela condição humana duma e doutra. O hipercivilizado tem em múltiplos aspectos da sua organização física e psíquica detalhes e factos essenciais que se verificam também na organização dum selvagem. Instinctos inferiores e grosseiros se manifestam tantas vezes nos homens de mais elevada mentalidade, revelando, numa nudez que o verniz da civilização e da educação moderna não chega a encobrir ou a atenuar, a animalidade fundamental da natureza humana. Do mesmo modo, a mentalidade *prè-lógica* do selvagem pode ele-

---

(1) Por *cultura* devemos entender tudo o que a mentalidade humana cria no objectivo de pôr a natureza ao seu serviço. *Civilização* é rigorosamente o apogeu duma cultura, o período mais brilhante, embora não o mais fecundo, da sua história. Corresponde a uma fase de melhoramentos materiais, de intensificação do urbanismo, de imperialismo político e económico. Não falta quem, remodelando a velha concepção de Rousseau, veja na civilização os maiores perigos, pelas facilidades e comodidades materiais, pelos prazeres, pela irreligiosidade, pela avidez política e económica que ela traz consigo. A êsses aparece preferível a juventude duma cultura, o período de infância das almas, período de fé e de límpida ascensão espiritual.

var-se a gestos e concepções que não envergonhariam muitos civilizados, e perante os quais algumas superstições populares dos nossos países e do nosso tempo não representam uma real supremacia psíquica e moral.

Tudo isto vem em apoio da tese de que há factos de *convergência* entre populações de origens diversas e segregadas ao mais leve contacto mútuo. Mas essa convergência — quere dizer, êsse processo evolutivo que conduz a uma analogia cultural em áreas de formação independente — não é verosímil senão para manifestações elementares, simples, ou para factos derivados da satisfação de necessidades indispensáveis cuja efectivação não possa dar-se senão por um número restrito de meios. Compreende-se que se tenha chegado independentemente, em logares e épocas diferentes, á modelação da argila ou a um motivo simples de decoração, como linhas sinuosas ou traços oblíquos, paralelos. Ainda recentemente, a propósito da aparição, numa jazida arqueológica, de vasos em que o esquema do rosto humano aparecia representado pelas arcadas supraciliares, pelos olhos e pelo nariz, e com exclusão da boca, pusemos em evidência o facto de se encontrarem urnas *androprósopas* sem boca em épocas muito diversas e em populações distantes, como alguns povos pre-históricos da Europa e da América do Sul, sem que essa analogia deva necessàriamente explicar-se por interpenetrações culturais, que chegam a ser absolutamente inverosímeis. É natural que a concepção duma decoração tão simples tenha surgido independentemente, em tempos e logares afastados, pelo processo de convergência a que aludimos.



BUMERANGS AUSTRALIANOS
(Deniker)

Mas, se êsse processo é aceitável para manifestações simples, elementares ou ligadas necessàriamente a actividades essenciais do homem, êle não é invocável para factos de ordem mais complexa ou para conjuntos de factos etnográficos que exigiriam um grande número de coïncidências para surgirem, associados de tal feitio, por convergência ou por uma evolução comum de todas as populações. Certos mitos complicados que se encontram em povos muito distantes, constituem um forte indício de remota continuïdade ou de velhas migrações. Por outro lado, está hoje plenamente demonstrado que a série de estados que um povo atravessa na história da sua cultura, não é necessàriamente paralela á sucessão evolutiva dêsses factos noutro povo. Ao passo que na Europa se fez, em geral, a transição da idade da pedra á idade do ferro por intermédio duma do cobre e doutra do bronze, estas últimas idades foram suprimidas em muitos povos africanos, que passaram directamente da idade da pedra á do ferro. Convém registar ainda que, ao passo que os Europeus, por exemplo, veem desde remotos tempos pre-históricos percorrendo uma longa sucessão de modalidades de cultura, há, entre os chamados « primitivos actuais » de que falámos há pouco, muitos que parecem adoptar desde longes eras maneiras imutáveis de viver, imersos numa absoluta estagnação mental e social, e manifestando uma inteira incapacidade de progresso.

A escola chamada *histórico-cultural* estabelece um certo número de tipos ou emblemas de cultura, com a sua individualidade bem marcada e inconfundível. Êsses tipos — caracterizados, cada um dêles, por determinados factos etnográficos — abrangem populações e áreas mais ou menos extensas. Constituem os círculos de cultura *(Kulturkreise)* de Schmidt, os *ciclos de civilização* de G. Montandon.

Há, por exemplo, um *ciclo do bumerang*, que compreende a Austrália meridional e também as extremidades meridionais da África e da América, onde se encontra associado a outro ciclo, chamado do *tótem*. O ciclo do bumerang é caracterizado pelo uso do *bumerang*, um pau achatado e curvo, que era em-

pregado já pelos antigos Egípcios na caça e que, arremessado a distância no ar, volta ao ponto de partida. Mas, ao lado dessa particularidade, a cultura do bumerang dos Australianos do Sul ainda é caracterizada: pela utilização dum simples bastão como escudo protector, isto é, para aparar as pancadas; pela cabana cónica, sem separação entre as paredes e o telhado; pelo monoteísmo; pelo uso duma placa vibratória, girando sôbre um cabo, como instrumento musical; ainda pelo uso, também como instrumento de música, de duas varas de madeira que são batidas uma contra a outra; pelo uso de cêstos entrançados; pelo emprêgo do anzol.

INDÍGENA AUSTRALIANO ATIRANDO O *bumerang*

(1.º tempo)

(Deniker)

Há outros ciclos, o do *tótem*, já referido e de distribuïção muito ampla, o das *máscaras* e do *sistema das duas classes*, o do *arco de guerra*, o ciclo *primitivo* dos antigos Tasmanianos, os quais desconheciam a cerâmica, a agricultura, o vestuário, as cabanas, e possuíam uma indústria grosseira de madeira e de pedra lascada. Montandon inclui nêste ciclo primitivo os actuais Kubu, de Sumatra, mas Giuffrida-Ruggeri entendia que a primitividade dêstes tem sido talvez exagerada pelos exploradores e pelos viajantes.

A deformação das características etnográficas dalgumas populações, no sentido de exagerar o seu atrazo ou no de enaltecer as suas virtudes, tem sido muito freqüente. A mentalidade, os costumes e a organização social dalguns povos considerados muito atrazados oferecem, na realidade, como já ficou dito, aspectos extremamente complexos. Os humanitaristas dos séculos XVIII e XIX descreveram como livres de toda a impureza e escrínios de todas as virtudes, as almas rudes dos selvagens. Estas, as suas concepções, as suas tendências, foram desenhadas muitas vezes ao sabor de sentimentalismos ou das orientações filosóficas e religiosas dos investigadores, que não alcançavam profundar imparcial e exactamente a psicologia selvagem ou a enquadravam arbitrâriamente nos moldes das suas próprias opiniões e da sua própria estrutura mental.

Claro está que a mentalidade do homem primitivo é ainda de mais difícil reconstituïção, pois o investigador não dispõe para uma tal tarefa senão de relíquias materiais que, sendo por vezes de fácil interpretação quando se referem a factos banais da existência vegetativa, como a alimentação ou o abrigo, não facultam, porém, freqüentemente uma noção incontroversa do seu significado. As concepções religiosas do homem pre-histórico não podem muitas vezes, ser reconstituídas senão dum modo muito conjectural. Do que sabemos a nosso respeito e até do que sabemos dos chamados «primitivos

actuais» não podemos tirar senão meios incertos para tal reconstituïção. Mas na natureza humana há sem dúvida elementos comuns a todos os povos e a todas as épocas. O método indicado, se em muitos casos nos não conduz a uma certeza suficiente, nem porisso deixa de oferecer garantias de probabilidade.

Emfim, o pre-historiador, como o etnógrafo, encontra-se diante de problemas cuja transcendência deriva do que há de polimorfo, de proteiforme, de extranho, de inacessível, de inexplicável, na psicologia dos homens. Mas a tarefa do pre-historiador complica-se singularmente pela escassez dos materiais de que dispõe e pelo remoto desaparecimento dos agentes vivos das culturas de que êle se ocupa no seu estudo retrospectivo. O seu esfôrço de reconstrução e interpretação é, em muito, análogo ao do paleontologista que, mercê da *lei da correlação dos caracteres*, de Cuvier, reconstitui um ser extinto, desconhecido, sôbre um simples dente fóssil. Mas ultrapassa-o em intensidade e complexidade, porque não se confina na definição de aspectos materiais da vida ou na determinação de afinidades evolutivas, mas penetra ainda num mundo subtíl e impalpável, mixto de clarões radiosos e trevas insondáveis, que é o pensamento humano. A atitude — intermédia entre a da escola evolucionista e a da escola histórico-cultural — que já definimos, por entendermos ser a mais conforme com a realidade, autoriza a supôr, na explicação da génese das manifestações culturais, ora factos de convergência e de paralelismo evolutivo, com independência, no tempo e no espaço, das áreas e dos agentes dessas manifestações, ora factos de comunidade de origens étnicas ou simples difusões e influências culturais a maior ou menor distância. A destrinça do papel que a cada um dêstes factores coube na formação duma cultura, está infelizmente longe de ser fácil. Já acentuámos que a primeira ordem de factores, os factores duma génese independente, explica, como verosimilhança, manifestações simples e essenciais duma elementar lógica humana, ao passo que a segunda categoria — contactos e migrações — é invocável necessàriamente para factos complexos ou para conjuntos de factos, que se não podem atribuír a coincidências inteiramente inverosímeis.

INDÍGENA AUSTRALIANO ATIRANDO O *bumerang*

(2.º tempo)

(Deniker)

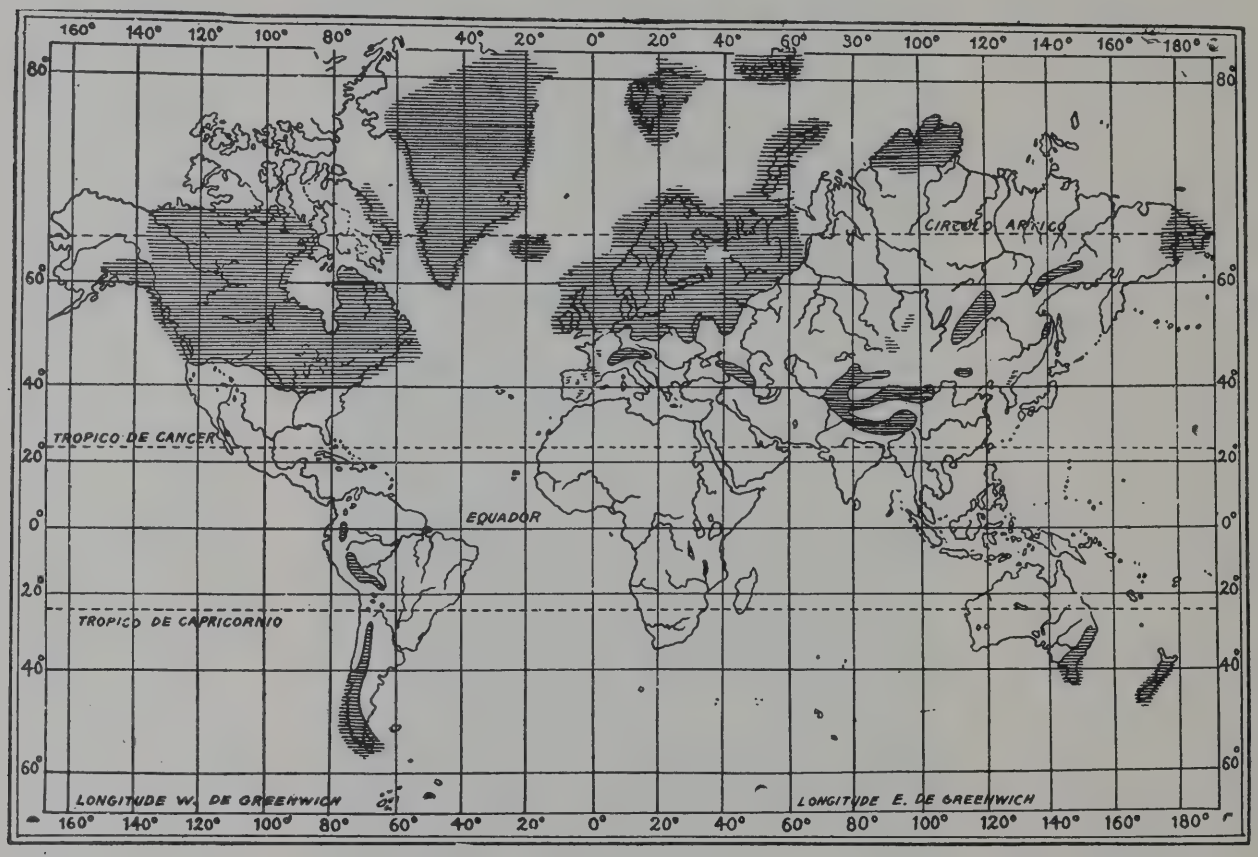
Para o estabelecimento da difusão de povos e de culturas e das suas trajectórias e sentidos, reclama-se um conhecimentos das localizações intermediárias dessas difusões, e, dum modo essencial, da época dêsses factos e dessas localizações. *A questão da cronologia é fundamental na pre-história.* Como admitir que uma cultura ou um povo tenham derivado doutra cultura ou doutro povo, que surjam

numa data posterior? A visão, o panorama, do amador de assuntos pre-históricos que se despreocupe em absoluto da cronologia, tem muito de semelhante com a visão da criança recêm-nascida, para a qual todos os objectos exteriores aparecem planificados na retina, sem distinção de planos sucessivos, sem qualquer perspectiva.

Mas a cronologia adoptada para os tempos pre-históricos não é a nossa cronologia ordinária em anos, séculos, etc. Já vimos que não

ferenças e torna-se preferível muitas vezes renunciar a cômputos que podem iludir o vulgo sôbre a sua precisão ou estabelecer no espírito de muitos, pela disparidade profunda de resultados, um imerecido scepticismo pelos estudos páleo-etnológicos.

Para o estabelecimento duma cronologia dos tempos ante-históricos utilizam-se vários processos: o estudo das relações cronológicas de manifestações da actividade e presença do homem com certos factos geológicos; a ca-



(Carnegie Institution of Washington)

EXTENSÃO GLACIÁRIA DURANTE O PERÍODO PLEISTOCENO

racterização da fase correspondente a essas manifestações pela natureza das plantas e, sobretudo, dos animais fósseis coevos; o estudo das próprias indústrias humanas sucessivas.

As cronologias puramente *geológicas* baseiam-se sobretudo na sucessão de extensões

há necessàriamente sincronismo entre fases culturais análogas em povos afastados. Por outro lado, as tentativas para calcular, nas unidades usuais do tempo, a duração de períodos pre-históricos, teem conduzido a resultados radicalmente diversos, segundo os autores e segundo a natureza dos *cronómetros* (1) adoptados. A mesma época pre-histórica ter-se-ia desenrolado, segundo uns, há 20 mil anos, segundo outros há 100 mil anos! Não são positivamente uma bagatela tais di-

(1) Tem sido propostos cronómetros *astronómicos*, *geológicos*, etc. Pertence ao número dos cronómetros geológicos o cálculo da duração presumida das extensões glaciárias pela importância dos seus efeitos.

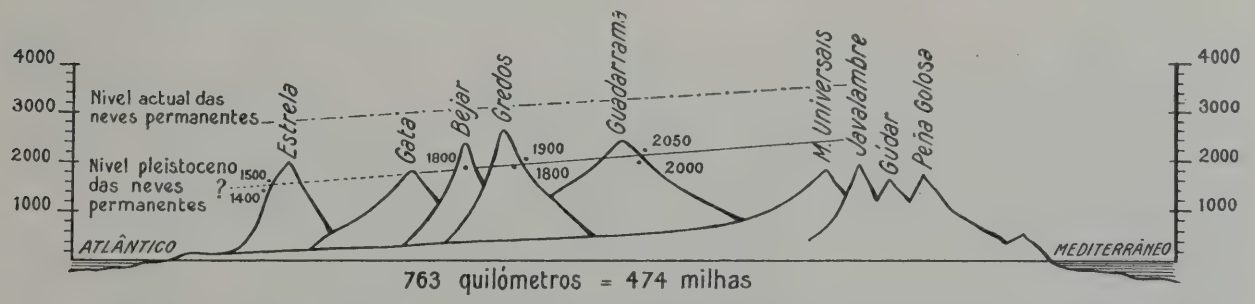
glaciárias ocorridas, em virtude de modificações profundas do clima, devidas a causas desconhecidas (1), durante uma grande parte do período geológico chamado *pleistoceno* ou *quaternário antigo*, o qual corresponde a uma fase imediatamente anterior á *actualidade geológica (moderno* ou *holoceno)*. A actualidade geológica data, porém, de há milhares de anos, significando essa expressão apenas que se trata do período em que o clima, a fauna e a flora são semelhantes aos do nosso tempo e em que, no domínio da cultura humana, aparecem a cerâmica, a agricultura e a domesticação dos animais.

Tanto o holoceno como até o pleistoceno representam, para a duração total dos *tempos geológicos*, isto é, para o lapso de tempo decorrido desde o final da *era formativa* da terra, até á actualidade geológica, uma duração insignificante, conquanto na nossa cronologia ordinária se não possam contar senão por muitos milhares de anos. Se a nossa existência aparece como um instante efémero perante a duração enorme dos tempos geológicos, êstes não são nada perante a duração incomputável dos tempos cósmicos, perante a eternidade, o infinito.

A cronologia glaciária, aliás diferindo ainda bastante de autor para autor, baseia-se no estudo dos vestígios mais ou menos intensos — a sua intensidade variando naturalmente na razão da idade — deixados pelas sucessivas glaciações. Pertencem ao número dêsses vestígios as *moreias* (amontoados de areia, lodo e fragmentos de rochas, transportados pelos glaciares e por êles abandonados após a fusão), as rochas polidas e estriadas, os penedos erráticos, etc. Do estudo das glaciações quaternárias na região alpina, Penck e Brückner deduziram uma cronologia, segundo a qual ocorreram no pleistoceno quatro grandes

Perfil da Península Ibérica, no sentido N.-S., com indicação do nível das neves permanentes

(Obermaier)



Perfil da Península Ibérica, no sentido W.-E., com indicação do nível das neves permanentes

(Obermaier)

(1) A recente hipótese das *translações continentais* do alemão Wegener, pretende explicar essas mudanças de clima pelas mudanças de posição das massas continentais em relação ao eixo dos polos. Recordemos que há vestígios de glaciações muito anteriores ao quaternário.

extensões glaciárias, havendo 3 períodos interglaciários e terminando o pleistoceno por um período *post-glaciário*, ou, segundo Obermaier, *epi-glaciário*, durante o qual o recuo dos gelos para o nível actual das neves permanentes dos Alpes se opera com oscilações várias.

(Cl. A. Henriques)

SERRA DA ESTRÊLA — VALE DO ZÉZERE (MOREIA DO APERTADO)

Ao passo que durante as glaciações pleistocenas, uma extensa calote de gêlo cobriu (tal como hoje ainda sucede na Groenlândia ou na Antárctida por exemplo) a Escandinávia, quási toda a Grã-Bretanha, a Alemanha do norte, metade da Rússia, etc., na Europa, e ainda várias regiões fora da Europa — o território português não foi abrangido por essas glaciações senão em porção relativamente reduzida. O snr. Frederico de Vasconcelos supôs haver encontrado na bacia do Douro vestígios das acções glaciárias, mas a sua suposição não foi suficientemente confirmada. Nítidos são, porém, os efeitos dessas acções, estudados pelo mesmo investigador, por Nery Delgado e por Fleury na Serra da Estrêla e nos vales do Zézere e do Mondego. Os gelos teriam descido até às proximidades de Penacova (vale de Ceira). No vale superior do Zézere, junto de Apertado (1200 m. de altitude) encontraram-se blocos erráticos, e perto de Manteigas (apenas 700 m.) descobriram-se moreias típicas, acusando neste vale um amplo glaciar. O nível das neves permanentes na Serra da Estrêla, que hoje se encontra toda abaixo dêsse nível, teria sido, no quaternário, de 1400 a 1500 m. (cálculo provisório dado por Obermaier sôbre os trabalhos dos investigadores referidos). E. Fleury encontrou também vestígios glaciários na Serra do Gerez e em Traz-os-Montes.

(Foto-Beleza — PÔRTO)

NEVES NA SERRA DA ESTRÊLA (PRÓXIMO DA LAGÔA COMPRIDA)

A escassez de elementos sôbre as extensões glaciárias em Portugal e mesmo a reduzida área dessas formações no território não permitem utilizar apreciàvelmente êsses elementos para as determinações cronológicas na pre-história nacional. De resto, uma enorme parcela da pre-história — tudo o que vai desde as últimas oscilações do epi-glaciário até aos primeiros

alvores da história — é ulterior às fases abrangidas por êsse sistema cronológico. É necessário dizer-se que mesmo nos países em que tem sido possível colher elementos numerosos sôbre as extensões dos gelos quaternários, profundo desacôrdo existe entre os autores sôbre a respectiva cronologia e ainda sôbre o sincronismo dos períodos assim estabelecidos com a aparição do homem e as manifestações da cultura.

Assim, por exemplo, enquanto uns dão as mais antigas manifestações conhecidas da actividade humana e da presença do homem como anteriores ao próprio pleistoceno, ou então do 1.º interglaciário, outros colocam-nas no 2.º, outros ainda no 3.º interglaciário.

Nem só os vestígios dos glaciares quaternários teem sido utilizados como base geológica duma cronologia do pleistoceno. O eminente geólogo francês Depéret ainda recentemente forneceu uma cronologia baseada no estudo das mudanças de nível nas costas mediterrâneas e dos terraços aluviais nos vales dos rios da Europa e da África do Norte. Estabeleceu quatro andares marinhos correspondendo a quatro terraços fluviais, que, por sua vez, resultaram de depósitos aluviais, em alternância com períodos de escavamento. O sincronismo entre tais andares, os períodos glaciários e as manifestações sucessivas da cultura humana não pode, porém, ainda considerar-se assente, embora sejam presumíveis certas relações cronológicas entre êsses variados factos.

Mais interessantes, para o nosso ponto de vista, são sem dúvida as referências cronológicas fornecidas pela fauna fóssil, especialmente de Mamíferos. A fauna pleistocena apresenta várias espécies hoje extintas, como alguns tipos de elefantes (o mamute, por exemplo), e, em certas regiões, encontravam-se então formas animais que mais tarde emigraram para outras regiões. É o caso da rena que, tendo habitado a Europa no quaternário, emigrou depois para as regiões circum-árcticas, ás quais hoje se confina.

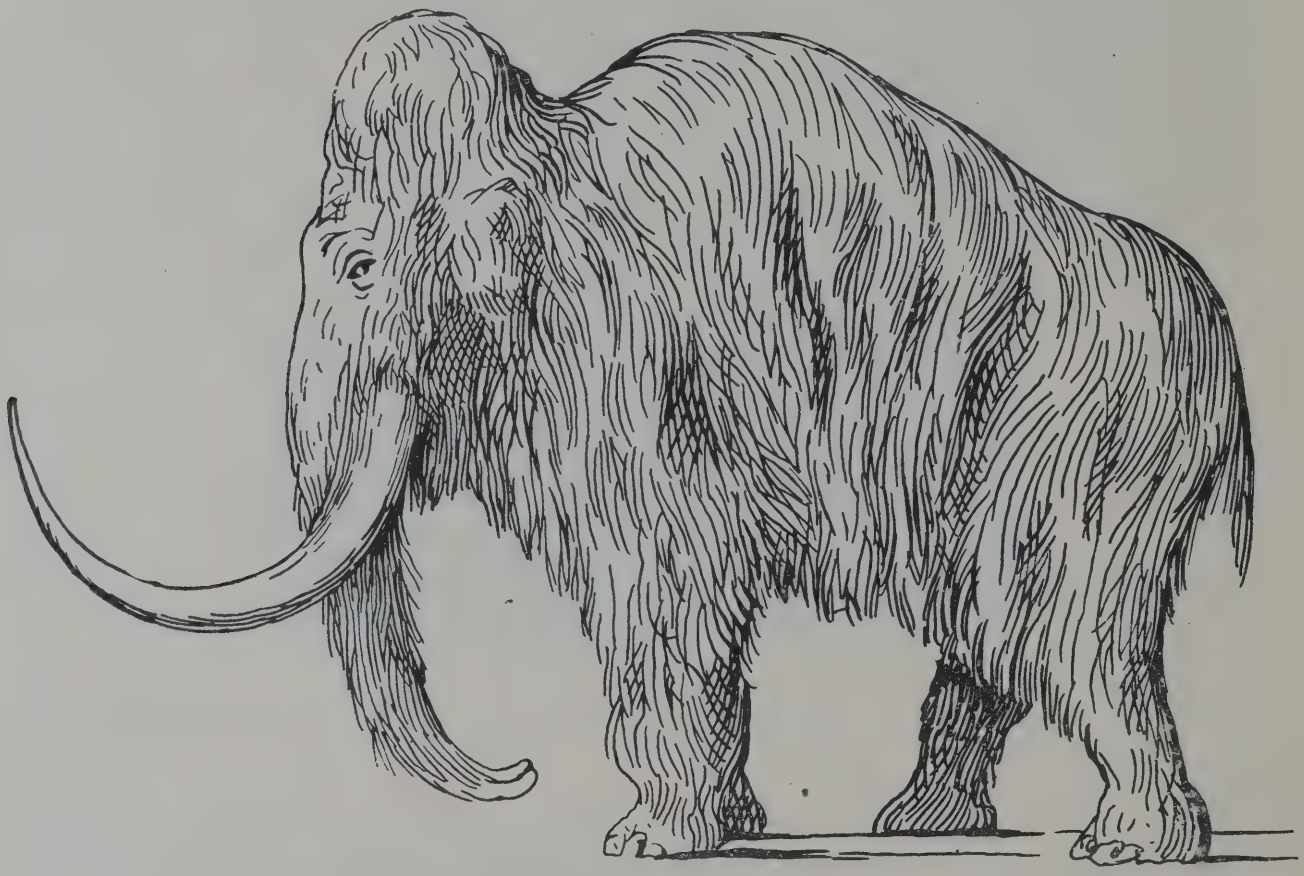
A repartição vertical da fauna quaternária está longe de ser esquemática. Depende também das regiões e das condições climáticas. Há espécies de clima quente, como o *Elephas antiquus*, o *Rhinocerus Merckii*, o hipopótamo, etc.; espécies de clima frio-húmido, como o mamute *(Elephas primigenius)*, o rinoceronte de septos nasais espessos *(Rhinocerus tichorhinus)*, o urso das cavernas *(Ursus spelaeus)*, etc. À fauna de clima frio-sêco pertenciam a rena *(Rangifer tarandus)*, o boi almiscarado *(Ovibos moschatus)*, *Capra ibex*, o antílope saiga *(Saiga tartarica)*, etc. Algumas formas animais referidas não correspondem, porém, à mesma cronologia. O *Elephas antiquus*, por exemplo, surge mais tarde e desaparece também mais tarde do que o *Elephas meridionalis*. O rinoceronte etrusco desaparece no 2.º interglaciário, ou no pleistoceno médio, com um equídio, o *Equus stenonis*, a hiena, o urso do Auvergne, o terrível felino *Machairodus*, o *Macacus*, etc.

(Foto-Beleza — PÔRTO)

A Serra da Estrêla, vista de Melo

Em Portugal, segundo Harlé, foram determinados restos das seguintes formas animais pleistocenas: hiena estriada (gruta da Furninha, Peniche), *Elephas antiquus* (Mealhada e Condeixa), outro elefante — o *Elephas meri-*

dionalis — (Condeixa), o *Rhinocerus Merckii* (Furninha e serra dos Molianos, perto de Turquel), o hipopótamo africano — *Hippopotamus major* — (Condeixa), o urso polar — *Ursus arctos* — e o urso das cavernas — *Ursus spelaeus* — (Furninha), a hiena das cavernas — *Hyaena spelaea* — (grutas das Fontainhas e do Cercal), etc. Há um nítido predomínio da fauna de clima quente.



O MAMUTE *(Elephas primigenius)*

(Abel)

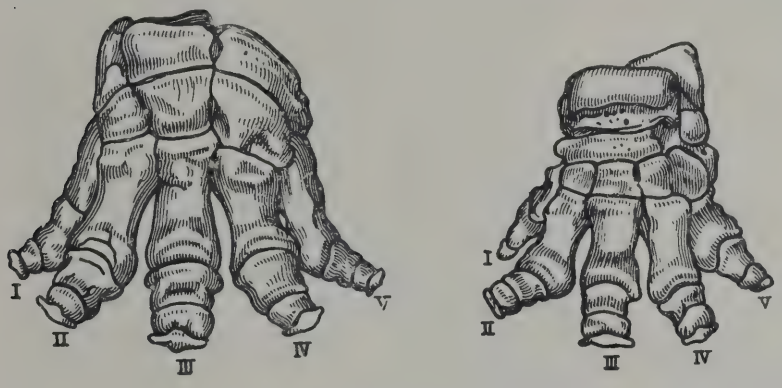
O estudo da indústria e doutras manifestações da actividade humana forneceu aos pre-historiadores os elementos para uma classificação dos tempos pre-históricos que abrange o terciário superior e o quaternário, ou apenas grande parte do quaternário, entendendo-se aqui pela palavra « quaternário » não só o pleistoceno mas também o período dos tempos geológicamente modernos que pertence á pre-história.

Já Lucrécio, há dois mil anos, escrevia no seu *De natura rerum* que as armas antigas eram as mãos, as unhas, os dentes, as pedras, e os ramos das florestas, vindo depois o ferro e o bronze, mas êste primeiro do que aquele. Era já a divisão dos tempos pre-históricos em idades da pedra, do bronze e do ferro, que devia ser retomada, ampliada e fixada no comêço do século XIX pelos pre-historiadores escandinavos Thomsen e Worsae, e logo rápidamente generalizada, sendo ainda hoje admitida, com uma idade intermediária « do cobre » *(calcolítico, eneolítico,* ou ainda o híbrido *eometálico*) entre a última idade da pedra e o princípio da idade do bronze.

No século XVIII Jussieu estabelecera confrontos entre os utensílios dos povos selvagens e os instrumentos primitivos encontrados, entre os quais figuravam numerosos machados de pedra polida, considerados então por muitos — como na antiguidade romana e até entre os camponeses do nosso tempo — *pedras de raio.*

No mesmo século Winckelman funda a arqueologia num método verdadeiramente scientífico. Até então, pode dizer-se que não havia arqueólogos e uma sciência arqueológica, mas antiquários e simples *bric-à-brac*. Winckelmann orienta dum modo scientífico os estudos arqueológicos, procurando interpretar e classificar os objectos encontrados e utilizando-os como se impõe, na reconstituïção das épocas e culturas respectivas.

Mas, na secção pre-histórica da arqueologia, as primeiras pesquizas com verdadeiro cunho scientífico são as de Schmerling na província de Liège e as de Boucher de Perthes em França, na primeira metade do século XIX. Umas e outras encontraram uma incredulidade quási geral. Cuvier negara a existência do homem fóssil, e, como escreve Rutot, os seus discípulos, com maior exagêro e menos talento do que o mestre, adoptaram uma intransigência feroz perante as novas descobertas. Esgotados os argumentos, entrincheiraram-se num silêncio desdenhoso. Boucher de Perthes ofereceu em 1844 a sua colecção ao Museu de História Natural de Paris, mas não teve resposta.



ESQUELETO DAS PATAS DO MAMUTE

(Abel)

Após o seu falecimento em 1868, os seus herdeiros vão ainda ao ponto de, com ignara maldade, destruir toda a edição do seu livro sôbre *Antiguidades célticas* e *ante-diluvianas*.

Mas, sucessivamente, tinham já antes visitado a sua colecção e as jazidas em que êle fizera os achados, alguns homens de sciência, especialmente os inglêses Prestwich e Evans, que se declararam convencidos. E' um facto que se repete com outras descobertas, confirmando a verdade do aforismo de que ninguém é profeta na sua terra.

A publicação em 1859 do livro de Darwin sôbre a evolução orgânica vem quebrar fortemente a primitiva irredutibilidade, pela verosimilhança que dá à antiguidade da evolução humana. Em 1865 reúne em Spezia o primeiro Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pre-histórica. O estudo do homem primitivo entrava definitivamente nos meios scientíficos e numa fase de actividade de que iam resultar as mais extraordinárias e empolgantes revelações.

Ora, mercê de numerosas descobertas realizadas quási todas no território francês, G. de Mortillet alcança estabelecer uma classificação da idade da pedra, baseando-se para isso na sucessão e aspectos dos restos da actividade humana, encontrados nos vários níveis estratigráficos.

O método *estratigráfico*, utilizando as indicações dadas pelas relações verticais das camadas que conteem depósitos páleo-etnológicos, e o método *tipológico*, fundado nas diferenças morfológicas dos instrumentos encontrados e na evolução tecnológica da humanidade, colaboram na tarefa bem meritória de Mortillet. A classificação dêste ainda é hoje geralmente adoptada com poucas modificações, mas acentua-se a tendência para se reconhecer a impossibilidade de submeter todos os países aos mesmos quadros de classificação cronológica. As *fácies* locais, a ausência nalgumas regiões de tipos de cultura que surgem noutras, cada vez mais intensificam essa tendência. Verêmos, na nossa exposição sôbre a pre-história portuguesa, como é difícil, senão mesmo impossível, enquadrar rigorosamente a nossa pre-história, em todos os detalhes, nas classificações francesas.

As idades dos metais foram também subdivididas em fases várias, graças não só a Thomsen, Worsae e Mortillet, já referidos, mas a muitos outros investigadores como Hildebrand, Tischler, Hoernes, Reineck, Evans, Montelius, etc. As notaveis explorações arqueológicas realizadas na bacia do Mediterrâ-

neo oriental, como, por exemplo, em Creta, em Micenas, no Egipto, em Hissarlik, etc., contribuíram especialmente para o estabelecimento da cronologia das primeiras idades dos metais. A idade do bronze, sobretudo, revela-se com o maior explendor nessa área mediterrânea. Ora, nem sempre é possível, a despeito das relações, desde a mais remota antiguidade, entre essas regiões e o ocidente europeu, estabelecer sincronismos entre as duas áreas e descriminar numa e noutra idênticas manifestações etnográficas. Há, por vezes, uma nítida independência cultural no ocidente que, entrando mais tarde na história, tem erròneamente surgido a muitos como a séde de civilizações mèramente tributárias das civilizações orientais. Os exagêros da tese orientalista da origem da civilização, condensada na frase *Ex oriente lux*, têm sido combatidos por Penka, Salomão Reinach e outros, que demonstraram tratar-se duma enganadora « miragem oriental » e provaram haver no ocidente elementos próprios e muito antigos de cultura.

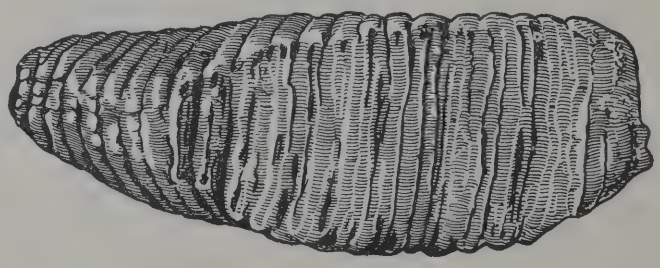
Maxilar do mamute

(Abel)

Para muitos autores, só a idade da pedra, caracterizada pelo uso de instrumentos de pedra e desconhecimento dos metais, pertence à pre-história. As idades dos metais são já compreendidas nos tempos chamados *proto-históricos*, podendo mesmo considerar-se dos tempos históricos uma parte final dessas idades, de extensão maior ou menor consoante a região a que se referem.

A *Proto-história* abrange uma fase intermediária entre os tempos pre-históricos e os tempos históricos pròpriamente ditos, caracterizada por serem ainda muito vagas e lacunares as referências que lhe fazem os textos escritos. Durante muito tempo supôs-se que não mereciam o menor crédito lendas e tradições remotas, relativas a essas épocas que se encontram no limiar da história. Verificou-se, porém, graças às descobertas arqueológicas realizadas, que muitas dessas versões tidas por mitológicas e legendárias, possuiam uma base real. Começou portanto a tarefa de as despir do que nelas há de fantasioso e de exagerado, ou seja, iniciou-se a « tradução da lenda em linguagem histórica ».

A propósito dum livro de Arthur Evans sôbre o anel de Nestor, encontrado em Thisbe, Beócia, num túmulo micénico, recordou um crítico inglês a demonstração, feita pelo professor Nillson e outros, da correspondência entre os centros dos grandes ciclos dos mitos heróicos (Micenas, Tebas, Tirinto, Iolkos, Kalidon, etc.), e os centros da cultura micénica. Essa correspondência é tão exacta, escreve o referido crítico, que um estudo das lendas nos habilita a localizar antecipadamente as estações pre-históricas: foi assim, acrescenta, que Dörpfeldt foi levado a descobrir os ricos túmulos de Kalkovatos, o local meio esquecido da capital de Nestor, etc.



Um dente de mamute

(Abel)

De acôrdo com a interpretação dada por Forrer a uma inscrição de Boghaz Kemi, verifica-se que os textos hititas e egípcios conteem nomes referidos nos poemas homéricos. São já numerosos hoje os trabalhos de interpretação das narrativas de Homero.

Os semi-deuses do Panteão homérico aparecem personagens reais; os monstros dessa epopeia surgem perigos ou obstáculos efectivos que a imaginação poética ou popular antropomorfizou; as expedições mitológicas revelam-se-nos acontecimentos críveis.

Ao erudito professor alemão Schulten, como a outros investigadores — entre os quais é justo incluír o nosso infatigável arqueólogo Martins Sarmento — se devem esforços por-

O URSO DAS CAVERNAS *(Ursus spelaeus)*

(Hörnes)

fiados no intuito de averiguar do sentido histórico de velhas lendas e de narrativas mitológicas respeitantes à Península Ibérica. Nos poemas homéricos, sobretudo na *Odisseia*, ha trechos verosìmilmente alusivos a regiões situadas àquém das Colunas de Hércules.

O rio *Oceano* daqueles poemas seria crivelmente o Oceano Atlântico, e, segundo Mülhenhoff, a região tenebrosa proxima do Tártaro, á qual se refere a *Odisseia*, seria talvez a foz do Guadiana e os logares infernais vizinhos, cujas névoas são citadas em autores subseqüentes. Já o próprio Estrabão punha em evidência trechos de Homero que mostravam da parte dos Gregos de cêrca de 800 a. C. um certo conhecimento da geografia peninsular. No seu recente volume sôbre *Tartessos*, Schulten utiliza, num sugestivo esfôrço de reconstituïção, as versões legendárias para o estudo do que êle diz «a história mais antiga da Península».

Sem dúvida, os riscos destas interpretações são grandes, mas, com prudência, reconhece-se dum modo seguro o fundo real de muitas lendas e tradições da antiguidade.

Para Portugal, a Proto-história abrange apenas os meados do primeiro milénio antes da era cristã, mas as referências ao nosso território e ás suas populações no périplo do século VI que serviu de base ao poema de Avieno, e nos escritos de Heródoto e de Herodoro no século V, são extremamente vagas e lacunares, como o são ainda alusões de escritores dos séculos imediatos.

A História da faixa ocidental da Península inicia-se no fim do século III, com a participação dos Lusitanos e Galegos nas guerras púnicas. No século II Políbio ocupa-se da geografia da Lusitânia, dos habitantes desta e das suas guerras da independência. E' o mais antigo apologista do heroísmo de Viriato e do amor indomável dos Lusitanos á sua liberdade.

Pode, pois, dizer-se que é no primeiro milénio antes da era cristã que se estabelece em Portugal a transição dos tempos pre-históricos para os históricos. Ao romper êsse milénio esta área territorial está ainda mergulhada em densas trevas.

Conhecida sem dúvida, embora de-certo vagamente, pelos Lígures, pelos Egeus, pelos Fenícios e por outros povos da antiguidade, ela constituía para as civilizações mediterrâneas um recanto sertanejo, análogo ao que são hoje para os povos europeus algumas paragens remotas doutros continentes.

Não quere isso dizer que todas as manifestações culturais ante-históricas do território português revelem um estado profundo de barbárie e atrazo. A cultura dos dolmens, por exemplo, apresenta um certo brilho e demonstra a existência de fortes organizações colectivas. Mais tarde o esplendor presumível da cultura tartéssia não teria deixado também de irradiar um pouco até algumas paragens portuguesas.

No último quartel do século III começa a história lusitana. Será possível um dia antecipar-se esse início? Não o ousaremos negar. Se, por exemplo, se conseguisse obter a de-

cifração das inscrições em caracteres chamados ibéricos, talvez assim fôsse possível utilizar depoïmentos escritos sôbre épocas anteriores áquela em que os historiadores da ocupação cartaginesa da Península e das guerras púnicas começaram a falar dos povos do extrêmo ocidente peninsular e do seu papel histórico.

Infelizmente, embora haja quem, como Delgado e Hübner, tenha pretendido, pela comparação arbitrária com os caracteres fenícios, determinar o valor fonético de letras ibéricas, não foi possível traduzir as palavras formadas com essas letras.

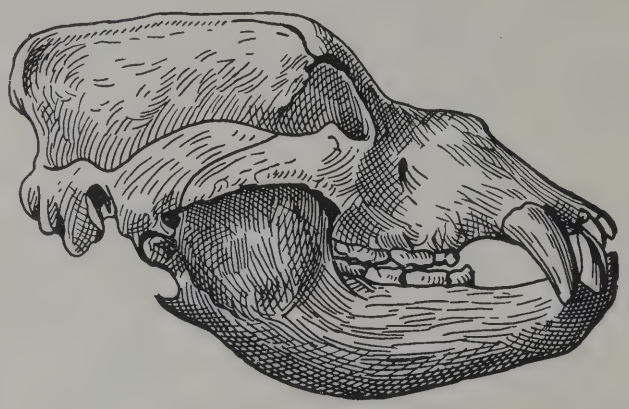
Tal como sucede com o etrusco, não se sabe mesmo qual é a família linguística a que o ibérico pertence. Alguns teem pretendido que o basco é uma sobrevivência do velho idioma ibérico, e, de facto, haveria certas analogias entre ambos. Mas serão essas analogias tantas e tão acentuadas como muitos supõem?

Schuchardt e Meyer-Lübke emitiram a opinião justa de que numa língua é necessário distinguir do fundo primitivo elementos aluviais sobrepostos ulteriormente e provenientes de variadas origens, e, nessa orientação, iniciaram um trabalho depurador no estudo do basco, tarefa indispensável antes de qualquer conclusão sôbre a filiação daquela língua aglutinante e anárica, que constitui um nódulo aberrante e singular no meio das línguas flexivas indo-europeias desta região. E' cabida, pois, a frase de Campión, de que «o Robinson basco continua habitando a sua ilha deserta», embora seja inteiramente verosímil considerar o vasconço uma sobrevivência de remotos falares do território.

Ultimamente Cejador afirmou ter decifrado as inscrições ibéricas que seriam em basco puríssimo. Veremos adiante o que dêsse esfôrço erudito deveremos pensar. Mas, se essas leituras epigráficas são exactas, pouco, muito pouco, elas contribuïriam, com as suas escassas revelações, para a história mais antiga da Península.

Parece, porém, certo que se falaram antigamente na Península várias línguas diversas ou pelo menos dialectos diferentes.

O isolamento feroz de algumas tríbus facilitaria essa diversidade glossológica, que é testemunhada pelos antigos autores. Além da variedade dos idiomas locais, os referidos autores afirmam o seu carácter bárbaro, desarmonioso e rude. Estrabão acentua até a dificuldade em pronunciar alguns nomes de povos ibéricos e Sílio Itálico, falando dos jovens Galegos que faziam parte do exército de Aníbal, dava-os como «vociferando cantos bárbaros» na sua língua nacional — tendo com razão o Dr. Leite de Vasconcelos pôsto em evidência o significado do termo *ululantem* com que o poeta se refere ao modo de entoação dêsses cantos bárbaros.



CRÂNIO DO URSO DAS CAVERNAS
(Abel)

Na exposição que se segue, ocupar-nos-emos da Lusitânia pre-romana, atribuíndo a esta denominação uma área quasi idêntica á do Portugal actual. Não quere isso dizer que, sôb o ponto de vista territorial, as duas expressões sejam equivalentes.

Para Estrabão a Lusitânia ia do Tejo até á costa setentrional da Galiza, e a leste era delimitada pelos territórios dos Carpetanos, Vetões, Vaceus e Caláicos que, por outros autores, eram abrangidos nos Lusitanos. Pompónio Mela estende a Lusitânia além do Tejo, até ao Guadiana. Plínio compreende a Lusitânia entre o Douro e o Guadiana: são os limites estabelecidos também na divisão administrativa feita por Agripa em 27 a C. Uma grande parte do actual território português, a do N. do Douro, ficava portanto excluida da Lusitânia, sendo primeiro incorporada a província *Tarraconense*, na qual mais tarde Caracala isolou como província à-parte a *Callaecia* e *Asturia*. A leste, a Lusitânia romana ultrapassava em grande parte os actuais limites de Portugal, estando a sua própria capital,

Emerita (Mérida), em território hoje espanhol.

Por outro lado, os verdadeiros Lusitanos não constituíam senão um dos vários grupos étnicos que existiam no ocidente peninsular. Mas os Lusitanos marcaram com tanto relêvo e brilho a sua aparição no tablado histórico, que o seu nome foi generalizado pelos autores coevos a muitas outras tríbus, mais ou menos aparentadas com êles, e a palavra Lusitânia serviu para designar, com maior ou menor amplitude, a vertente ocidental da Península.

Se não há, pois, sinonímia rigorosa entre Lusitânia e Portugal, e entre Lusitanos e Portugueses, a Lusitânia concebida do modo que expusemos, aproxima-se, porém, consideràvelmente, na sua localização geográfica, do Portugal actual, e, a seu turno — por mais que se pretenda contestar o papel etnogénico dos Lusitanos (compreendidos no sentido lato) na formação da população portuguesa actual — êsse papel é importantíssimo, como veremos.

Não cometeram um êrro, não propagaram uma pura invenção, uma insulsa fábula, como com excessiva severidade dizia Herculano, os humanistas do Renascimento que das glórias lusitanas faziam as mais remotas glórias portuguesas.

A RENA *(Tarandus rangifer)*

(Brehm)

Capítulo II — Os mais antigos habitantes do território

A questão do homem terciário. O « Homosimius » de Ribeiro. Divisões cronológicas do paleolítico. A arte quaternária. O preconceito duma sucessão unilinear das culturas. As raças humanas pleistocenas. O paleolítico português. Principais estações e sua fisionomia cultural.

Os geólogos dividem os tempos que medeiam entre o termo da fase astral, incandescente, da terra (ou por outra, da *era formativa* do globo) e a chamada *actualidade geológica*, em quatro eras desiguais, das quais as mais recentes são a *terciária* e a *quaternária*. Alguns incluem no quaternário a actualidade geológica, com a designação de período *holoceno* (ou *moderno*), período que seria antecedido pelo quaternário propriamente dito, *quaternário antigo*, *pleistoceno*, *glaciário* ou ainda, numa expressão muito em favor na Germânia, *diluvial*.

A actualidade geológica é, como já foi dito, caracterizada por um clima, uma flora e uma fauna idênticos aos actuais. Mas ninguém se deve iludir com êstes termos. Actualidade geológica está muito longe de ser actualidade histórica. Pertencem à actualidade geológica épocas que distam do nosso tempo muitos milhares d'anos.

A era terciária subdivide-se, a seu turno, nos períodos *eoceno*, *oligoceno*, *mioceno* e *plioceno*, desde o mais antigo para o mais recente, constituíndo os dois primeiros períodos o *paleogéneo* e os dois ultimos o *neogéneo*. Os períodos mencionados são ainda subdivididos em fases de categoria menor que não vale a pena especificar nesta menção sumária.

Para alguns, a era quaternária, ou melhor o pleistoceno, não é senão uma fase última do terciário ou cenozóico, no qual é incluída.

A era cenozóica é a idade dos Mamíferos e teria durado, segundo os cálculos meramente aproximativos de Walcott e Schuchert, uns três milhões de anos, isto é entre $\frac{1}{2}$ e $\frac{1}{3}$ da era que imediatamente a antecedeu e apenas $\frac{1}{10}$ a $\frac{1}{16}$ dos tempos primários (incluíndo nêstes uma fase primordial sem fósseis — arcáico — ou com escassos vestígios de fósseis — algonquino). E' portanto, como se vê, duma duração insignificante em relação ao lapso considerável dos tempos geológicos, e o quaternário, por sua vez, não corresponde senão a um curto período de tempo, em confronto com a duração do terciário. Na primeira parte dêste desenvolvem-se extraordinàriamente uns Foraminíferos, os *Nummulites*, cujas pequenas conchas se acumularam em grandes depósitos. Os Mamíferos, que tinham aparecido na era anterior, progridem consideràvelmente no terciário, aumentando muito o número de novas formas e extinguindo-se muitas das formas mais arcáicas, de Monotrématos e Marsupiais, que são levados de vencida pelos Mamíferos placentários, dotados de condições biológicas de superioridade sôbre aqueles, os quais hoje estão acantonados, reduzidos a um pequeno número de espécies, na Austrália e na América do Sul. Os Mamíferos da ordem dos Primatas, à qual pertence o Homem, fazem a sua aparição no princípio do terciário, no eoceno, representados por formas muito afins

dos actuais Lémures. No oligoceno, apareceram formas simianas mais elevadas em organização, sendo o período seguinte, o mioceno, a fase de desenvolvimento dos Antropóides, hoje reduzidos, como é sabido, a cinco géneros, o gibão *(Hylobates)*, o siamang *(Symphalangus)*, o orangotango *(Simia* ou *Pongo)*, o gorila *(Gorilla)* e o chimpanzé *(Anthropopithecus, Troglodytes* ou *Pan)*, sendo estes dois últimos as formas actuais mais afins do homem.

No plioceno, o mundo vivo tem já muitas analogias com o actual. Nada menos de 90% das formas do plioceno italiano são idênticas ás actuais.

Ainda no plioceno ou na sua transição — mal marcada — para o pleistoceno opera-se o arrefecimento que provoca a primeira extensão glaciária, à qual já aludimos no capítulo anterior, no qual nos ocupámos também da fauna quaternária.

Ignora-se ainda qual o período em que o homem teria feito a sua aparição. O quaternário corresponde ao desenvolvimento do homem e da civilização e já no pleistoceno inferior se encontram vestígios, a princípio muito restritos, depois cada vez mais numerosos e evidentes, da presença do homem. E' de presumir, porém, que já no terciário este houvesse surgido na scena terrestre. A fauna abundante e variada de Antropóides no terciário médio — alguns dos quais apresentando, em certos caracteres, tendências evolutivas no sentido humano — devia lògicamente ter sido acompanhada ou seguida da aparição do homem. Além disso, as condições do meio físico não se opunham á génese e á existência do homem. Certos episódios geológicos, certos factos geotectónicos, teriam mesmo, com toda a probabilidade, interferido na antropogénese, criando circunstâncias mesológicas propícias ao fenómeno.

Mas, a-pesar-das descobertas que teem sido anunciadas, de objectos ou de ossadas que, segundo alguns, atestariam a presença do homem na era terciária, no mioceno ou no plioceno (o homem do paleogéneo é filogenèticamente nada provável), nenhuma dessas aquisições documenta autenticamente um tal facto. Ou as condições de jazida são obscuras e duvidosas, ou os objectos encontrados se não podem considerar suficientemente demonstrativos de terem resultado duma acção humana.

Achados realizados no território português, de há mais de meio século a esta parte, teem constituído elementos para o debate relativo ao homem terciário. Carlos Ribeiro descobriu nos terrenos miocenos e pliocenos do vale do Tejo, especialmente no mioceno lacustre de Ota (Alemquer) sílices e quartzites de pequenas dimensões que lhe pareceram, como a outros pre-historiadores, lascados intencionalmente por um ser inteligente. Um tal ser inteligente, de forma humana ou quási humana, foi por Mortillet prematuramente baptisado *Homosimius Ribeiroi*, sem que dêle se conhecesse a mais pequena peça esquelética, o que não obstou a que o autor francês lhe atribuisse também estatura baixa... por fabricar sílices de pequenas dimensões.

O assunto foi objecto de discussão em vários Congressos e reüniões scientíficas, especialmente no Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pre-histórica, que se realizou em Lisboa em 1880. Sempre se teem dividido profundamente as opiniões a tal respeito, sobretudo desde que se verificou que as causas naturais, como o choque das vagas, a pressão dos terrenos, o torvelinho das águas, as diferenças bruscas de temperatura, etc., podem lascar pedras, dando-lhes um aspecto inteiramente semelhante àquelas, de morfologia muito variada e caprichosa, que se tem suposto haverem sido lascadas ou utilizadas pelo hipotético homem terciário.

Tendo explorado uma sepultura da idade da pedra polida, que foi descoberta em Vale das Lages (Ota) e que a princípio se imaginou ser do homem terciário, porventura do problemático *Homosimius Ribeiroi*, recolhi perto de alí, com os meus colaboradores, grande número de peças líticas, que teem profundas semelhanças com as de Carlos Ribeiro. O momento para essa colheita era excepcionalmente favorável, pois tinha-se acabado de abrir uma funda e longa vala nos terrenos miocenos para a canalização de águas de Lisboa.

Em trabalhos especiais, entre os quais uma comunicação ao Congresso Internacional de Antropologia de Amsterdam, de 1927, expus as conclusões a que me conduziu o o seu estudo. A existência do homem terciário é verosímil, pelas razões já expostas, mas não está demonstrada, pois as peças líticas

encontradas apresentam formas intermediárias, todas as gradações, entre uma morfologia evidentemente natural e a que se suspeita ser artificial. Além disso, distribuem-se por toda a extensa bacia miocena, e não em focos isolados, testemunhando localizações humanas. Se alguns daqueles objectos foram lascados ou utilizados pelo homem, êles não podem distinguir-se de objectos análogos cuja morfologia resulta de causas naturais.

O seu valor documental sob o ponto de vista arqueológico, sem o auxílio de outras peças de convicção, de outros elementos de prova, é nulo ou quási nulo.

Até nova ordem, pois, o homem terciário conserva-se no domínio da hipótese, por maior que seja o talento posto na demonstração da sua existência por pre-historiadores como Rutot, Capitan e outros. O exame das séries líticas de várias proveniências, expostas, por exemplo, pelo pre-historiador Rutot no Museu de História Natural de Bruxelas, é inegàvelmente sugestivo, mas o nosso espírito fica em suspenso, ponderando-se que tais peças foram sem dúvida seleccionadas entre muitas outras, entre multidões de objectos que o pre-historiador regeitou por lhes não reconhecer as características de produtos da actividade humana. E êsse facto — como as gradações a que nos referimos, a propósito dos sílices de Ota — torna provável a suposição de que os objectos escolhidos sejam o resultado casual de agentes naturais ou *lusus naturae*, «brinquedos» da natureza, e não verdadeiros documentos arqueológicos.

Mas, se o homem terciário continua hoje, como há mais de meio século, «no limiar da sciência», a-pesar-de recentes achados ingleses que fizeram vacilar alguns adversários do carácter internacional dos documentos mencionados, a existência do homem fóssil pleistoceno está absolutamente demonstrada sôbre numerosas descobertas incontestáveis dos seus restos esqueléticos e dos restos da sua indústria e da sua arte.

Durante o período geológico que se designa pelo nome de pleistoceno, o homem não teria, porém, ultrapassado a cultura chamada *da pedra lascada* ou *paleolítica*, isto é, não sómente desconhecia o uso dos metais, mas também não polia sequer os seus utensílios de pedra que eram apenas talhados, por pressão ou percussão, a grandes ou pequenas lascas e com ou sem retoques. A pedra polida e o emprego de metais são factos que ocorrem posteriormente ao pleistoceno, sobretudo o segundo. Convém entretanto esclarecer ainda que os utensílios de pedra lascada são empregados, nalguns pontos, depois do paleolítico, mesmo muito depois. Alguns selvagens da actualidade ainda se servem de pedra lascada.

Sem dúvida, o homem paleolítico utilizaria também os ramos das árvores. O cajado antecedeu seguramente o machado de pedra e sobreviveu-lhe. Mas os depósitos arqueológicos não conservaram êsses restos que o tempo fàcilmente consumiu, como teria con-

(Cl. E. Cerdeira)

EÓLITOS DE OTA (MIOCENO LACUSTRE)

(Museu Antropológico da Universidade do Pôrto)

OBJECTOS TÍPICOS DA ERA PALEOLÍTICA: A — « COUP DE POING » CHELENSE; B — ID. ACHEULENSE; C — PONTA MUSTIERENSE D — RASPADOR MUSTIERENSE; E — PONTAS AURIGNACENSES; F — PONTA SOLUTRENSE, EM FOLHA DE LOUREIRO; G — ARPÉUS MADALENENSES EM CHIFRE E ÔSSO.

(Mortillet, Obermaier e Breuil)

sumido os vestuários de peles de animais, as cabanas de madeira e folhagem, etc.

Da indústria paleolítica descobriram-se, porém, além dos objectos de pedra, outros em ôsso, em chifre, em marfim.

É geralmente aceite uma classificação cronológica do paleolítico, baseada na sucessão de níveis correspondentes a vários graus de cultura. É difícil estabelecer — já o dissemos — uma relação muito detalhada entre essa cronologia e as que são baseadas em factos geológicos, como as extensões glaciárias, o escavamento dos vales, as mudanças do nível das costas, etc. Mais difícil, senão impossível, é, como já foi dito no capítulo anterior, marcar a essas fases culturais uma data em anos, séculos ou mesmo milénios.

No entanto, sabe-se que algumas dessas fases corresponderam a um certo clima e a uma determinada fauna, a qual, de resto, depende muito das condições climáticas.

Os nomes das fases em questão são tirados de estações francesas em que as respectivas culturas apareceram mais tìpicamente. Das mais antigas para as mais recentes, admitem-se no paleolítico as seguintes épocas: *pre-chelense*, *chelense*, *acheulense*, *mustierense*, *aurignacense*, *solutrense e madalenense*.

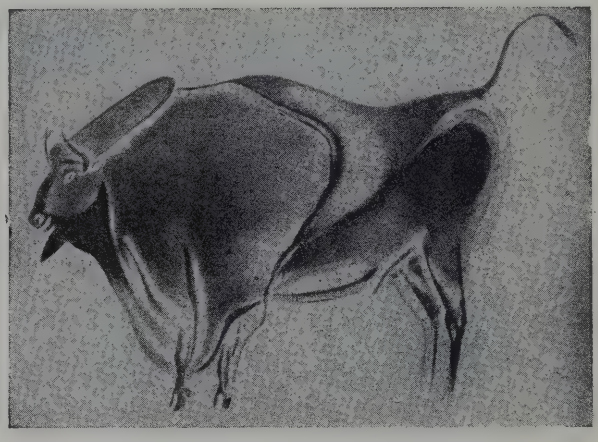
Na época chelense, o homem vivia, sob um clima suave, ao ar livre ou em cabanas de folhagem e ramos, nas proximidades de cursos de água.

O instrumento de pedra típico desta época é o *coup de poing*, espêsso, talhado a grandes lascas, de gume sinuoso e irregular. Serviria como utensílio industrial comum e talvez como arma. Com êle, podia o seu portador furar, raspar, martelar, e talvez cortar. No acheulense o *coup de poing* aperfeiçôa-se, torna-se menos espêsso e de gume mais rectilíneo, graças a retoques numerosos. Nesta época o clima torna-se progressivamente mais rude. Aproxima-se uma extensão glaciária. No final do período, o homem refugia-se já em abrigos naturais.

O mustierense é contemporâneo duma grande invasão glaciária. O homem habita grutas e cavernas que tem por vezes de disputar às feras, e reveste-se com peles de animais para se proteger das intempéries. A sua indústria lítica é um pouco mais complicada, abrangendo pontas e raspadores.

Com o aurignacense começa o paleolítico superior, também por muitos designado por «idade da rena», em virtude da abundância e da utilização freqüente dêste animal. A mentalidade dos homens desta época é incomparàvelmente superior à dos tipos humanos do paleolítico inferior. A sua indústria é muito mais variada e perfeita, compreendendo numerosos objectos de pedra, ôsso, chifre e marfim, alguns dos quais característicos de certas fases, como certas pontas de sílex para vários níveis do aurignacense, as pontas de ôsso de base fendida para o aurignacense, as pontas em folha de loureiro ou de salgueiro para o solutrense, as pontas de zagáia em ôsso e os arpéus dentados em chifre de rena para o madalenense; etc.

Mas o aspecto seguramente mais brilhante da idade da rena é o que lhe é dado pelo seu desenvolvimento artístico, que se acentua intensamente desde o aurignacense até ao madalenense, durante o qual atinge o apogeu, extinguindo-se em seguida quási repentinamente êsse brilho artístico. Data de poucos anos o alto interêsse consagrado no mundo scientífico a estas manifestações estéticas do homem quaternário, que consistem em esculturas, gravuras e pinturas, das quais as mais interessantes são as que se teem descoberto nas cavernas do norte de Espanha e do sul da França. Caracteriza-as um surpreendente naturalismo, predominando consideràvelmente as representações parietais de



Bisonte pintado da caverna de Altamira (Santander)

(Cartailhac e Breuil)

animais, que uns consideram figurações de entes tutelares das tríbus *(tótens)*, outros como inspiradas pela intenção de obter por magia uma caça abundante, e ainda outros como simples produtos desinteressados da «arte pela arte».

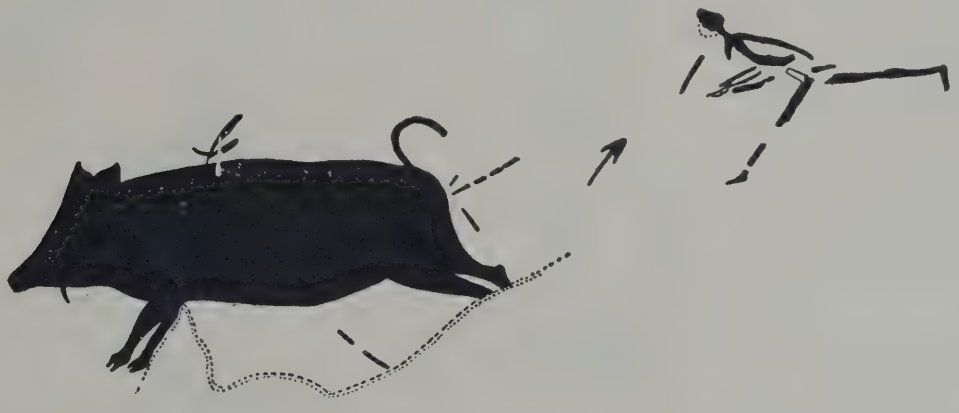
Segundo muitos autores, emquanto na chamada *província franco-cantábrica* da arte quaternária, esta assume os referidos aspectos e a indústria atravessa mais ou menos regularmente as fases sucessivas do aurignacense, do solutrense e do madalenense, caracterizadas por objectos típicos, desenrola-se, numa *província mediterrânea*, que abrangeria o sul da Europa, o norte de África e a Ásia anterior, uma cultura diferente, tanto sob o ponto de vista da arte, como até sob o ponto de vista industrial, cultura que, tirando o nome da estação tunisiana de Gafsa, é designada por *capsense*.

A arte capsense é menos brilhante e, embora ainda realista, representa, como diz Luquet, não já o que os olhos vêem, mas o essencial que o espírito sabe existir nos seres e objectos figurados. É, como diz o mesmo autor francês, dum realismo *intelectual*, enquanto que a arte franco-cantábrica é dum realismo *visual*.

A representação da figura humana aparece na arte capsense com freqüência, mais ou menos esquemática e grosseira, e as pinturas já não são, em geral, nas paredes das cavernas, mas em abrigos sob a rocha ou em rochas expostas ao ar livre.

Parece positivo que as tríbus capsenses alastraram pouco a pouco da sua área meridional para a área ocupada pelas tríbus madalenenses, que teriam desaparecido, com a sua arte e com a sua cultura, em virtude da progressão dos invasores e à medida que a rena ia recuando para o seu actual refúgio circumpolar. Iniciara-se a chamada actualidade geológica, findara o pleistoceno e estabelecera-se um clima, uma flora e uma fauna semelhantes aos de hoje. Durante algum tempo, porém, ainda se conserva uma certa continuidade com as culturas paleolíticas: é o período *mesolítico* de alguns arqueólogos, o *epipaleolítico* de Obermaier. A pedra polida ainda vem distante. Aqui e ali, em escassos refúgios, como em Maglemose, mesmo em Mas-d'Azil, porventura no maciço central da França, ainda sobrevivem, muito atenuados já, certos aspectos madalenenses. Mas alastra sobretudo a cultura chamada *tardenoisense* ou *azilo-tardenoisense*, de peqüeninos sílices de formas geométricas, que se filia, em grande parte, no capsense mediterrâneo, assim prolongado na actualidade geológica, e na qual os aspectos madalenenses desapareceram de todo ou, como em Mas-d'Azil, numa grande parte.

Esboça-se, com esta diferenciação entre a área setentrional e a área mediterrânea do paleolítico superior, a tendência para o reconhecimento do carácter local de muitas culturas e do sincronismo de culturas diferentes e para se abandonar a pretensão de encon-



ARTE QUATERNÁRIA ESPANHOLA: A CAÇADA DUM JAVALÍ (CUEVA DEL CHARCO DEL AGUA AMARGA).

(Obermaier)

trar em toda a parte a série unilinear de culturas sobrepostas que tem sido possível estabelecer em algumas zonas europeias. A verdade é que o solutrense e o madalenense, por exemplo, faltam em muitas regiões do globo. A tendência indicada aparece mais intensa na classificação de Bayer, segundo o qual teria havido no paleolítico três culturas *bem distintas*, independentes e em partes sincrónicas: A cultura *F (Faustkeilkultur*, cultura do *coup de poing)*, a cultura *H (Handspitzenkultur*, cultura da ponta de mão), e a cultura *K (Klingenkultur*, cultura da lâmina). A cultura F compreende o pre-chelense, o chelense, o acheulense e prolonga-se fóra da Europa, com o ascalonense. A cultura H começa um pouco mais tarde do que a primeira, da qual é, porém, ainda contemporânea em grande parte, e compreende o pre-mustierense e o mustierense. A cultura K inicia-se ainda mais tarde e abrange o aurignacense e algumas culturas post-pleistocenas como o capsense final, o azilo-tardenoisense, etc. Também à cultura F se prendem algumas culturas protoneolíticas. Segundo esta concepção, que aliás tem encontrado opositores, não se daria uma evolução unilinear da cultura paleolítica, antes esta se revelaria em três grupos culturais independentes. Por outro lado, alguns dêsses grupos culturais teriam sucessores post-paleolíticos.

Pintura quaternária da Cueva de la Vieja (Alpera): Scena de caça

(Breuil)

Um tal ponto de vista harmoniza-se em certa medida com as ideias de Spengler, mas muito particularmente com os princípios da escola histórico-cultural.

Na doutrina spengleriana, estabelecem-se ciclos independentes de cultura, que atravessam necessáriamente fases sucessivas de juventude, de apogeu e de declínio até uma fatal extinção e que são caracterizadas simultâneamente por manifestações artísticas, religiosas, scientíficas e políticas, que teem entre si um certo paralelismo e revelam um mesmo nível do pensamento. A civilização é precursora do inevitável declínio, da irremediável queda, da extinção duma cultura. Um ciclo cultural duraria, segundo os cálculos do filósofo germânico, uns mil anos, o que, sem dúvida, se não harmoniza com as suposições correntes sôbre a duração enorme de algumas culturas primevas. Para Spengler, a história não é uma sciência, e os acontecimentos, em vez de serem determinados por uma causali-

dade análoga à que se procura nas sciências naturais, são regulados pelo destino, pela sorte, pela estrêla ou signo, que domina e caracteriza cada cultura.

A tentativa spengleriana duma morfologia ascientífica da história não póde intervir na sciência senão por algumas suas admiráveis sugestões eruditas, encaradas separadamente. Deve reconhecer-se, na verdade, como já escrevi, que Spengler dá uma feição incisiva e penetrante às ideias contrárias à imaginária lei do progresso contínuo, mas êle exagera sem dúvida a independência das culturas e a sua forma cíclica, não entrando em conta com as suas possíveis inserções, com as suas influências mútuas, com os seus encadeamentos freqüentes, com as suas sobrevivências a distância.

Um crânio de Neanderthal comparado com um crânio moderno

(Woodward)

A atitude intermédia, que já expuzemos no capítulo anterior, é certamente, no estudo das culturas paleolíticas como no de outras, a que melhor se harmoniza com a realidade dos factos. A ideia duma sobreposição unilinear e necessária das culturas deve ceder o logar à concepção dos tipos ou emblemas culturais até certo ponto independentes e marcados por características próprias e inconfundíveis. Mas nem o ritmo da história duma cultura oferece a curva regular que com exagêro se pretendeu ser a sua expressão rigorosa, nem as interferências e interpenetrações de formas distintas de cultura são factos de extrêma raridade e deixam de ir por vezes até uma fusão íntima dessas formas ou, pelo menos, dalguns dos seus aspectos. Debalde procuraremos, por exemplo, no paleolítico português uma seriação sistemática como a que foi possível estabelecer no paleolítico francês. Reconhecemos que o facto póde muito bem resultar, em grande parte, da escassez relativa dos achados do nosso território, do despovoamento dêste em certos períodos e sobretudo da deficiência de referências estratigráficas. Mas isso é, sem dúvida, também a expressão de que certas formas de cultura se não desenvolveram aqui, e permite crêr que, ao passo que noutras regiões surgiam amplamente tais formas, no nosso território subsistiam e evolutiam, porventura independentemente, as modalidades culturais que naquelas regiões haviam dado o logar às novas.

O tipo físico do homem não é o mesmo em toda a duração do pleistoceno. Há diferenças morfológicas profundas entre as raças do paleolítico inferior e as do superior. As primeiras teem particularidades que não aparecem em nenhuma raça actual. O tipo chamado de Neanderthal, que já forneceu numerosos restos fósseis, permitindo um estudo detalhado do seu esqueleto e até, sôbre moldagens intracranianas, o do seu cérebro, póde considerar-se de uma espécie diferente do *Homo sapiens* actual. Os Australianos, que constituem, entre as raças modernas, a que mais afinidades possui com o tipo neandertalense, e que são, na humanidade de hoje, bem inferiores, tanto física como mentalmente, à maior parte das outras raças, pertencem, a-pesar-disso, à espécie *Homo sapiens* e não à espécie *Homo neanderthalensis*. Além do tipo de Neanderthal, existiram também no paleolítico inferior, o discutido tipo de Piltdown *(Eoanthropus Dawsoni)*, cuja mandíbula se pareceria muito com a do chimpanzé, e o tipo de Heidelberg *(Homo heidelbergensis)*, do qual resta uma mandíbula, também simiana sob muitos aspectos e — a-pesar-de pertencer a um adulto — com uma dentadura de morfologia infantil.

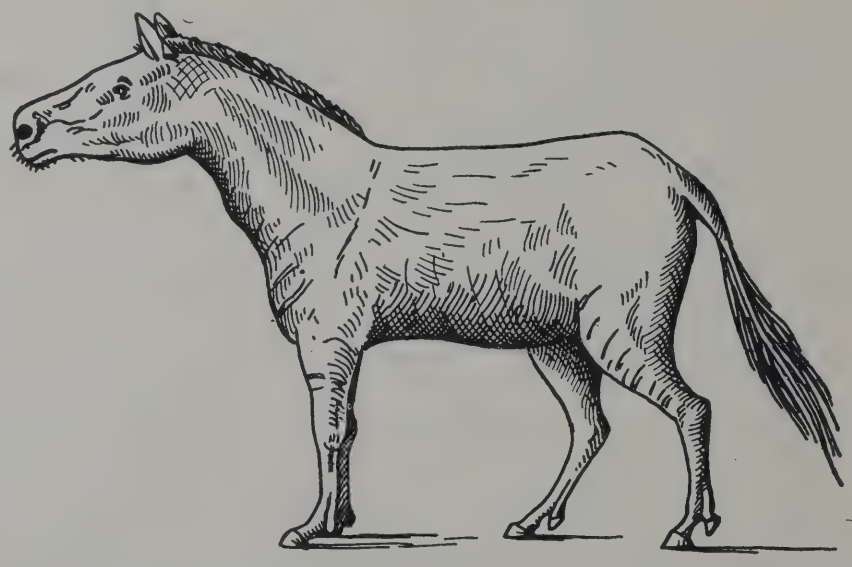
Muito diferentes são os tipos humanos do paleolítico superior. As raças de Grimaldi (negróide), de Combe-Capelle (proto-etiópica), de Cro-Magnon (caucasóide), de Chancelade

(esquimóide), etc. são já do *Homo sapiens*, embora suas variedades fósseis, das quais aliás se teem admitido algumas sobrevivências, mais ou menos raras, nas populações actuais.

A diferença de estrutura corporal entre o homem do paleolítico inferior e o do paleolítico superior afigura-se paralela à diferença de mentalidade, pois as culturas do paleolítico inferior revelam uma mentalidade grosseira, estagnante, ao passo que as do superior denotam uma mentalidade desenvolvida e progressiva. Admite-se, porém, que o *Homo sapiens*, existisse já no paleolítico inferior, talvez fóra da Europa, sincrónicamente com a espécie, colateral e hoje extinta, de Neanderthal. Por outro lado, as culturas do paleolítico inferior prolongaram-se em alguns pontos, como talvez no nosso território, em épocas subseqüentes, e, além disso, não falta quem admita a sobrevivência, durante algum tempo, da espécie neandertaliana e as suas misturas com o *Homo sapiens*.

É tempo, feita esta introdução útil, de consagrarmos em especial a atenção ao que a arqueologia nos diz sôbre os povoadores paleolíticos do nosso território. Vimos que não está scientificamente assente que o homem, ou um ser quási humano, pisava já este sólo bemdito, quando o Tejo e o Sado desaguavam no mesmo vasto golfo mioceno da região de Lisboa, e quando no interior da Península se espraiavam ainda as águas calmas dos lagos ou das lagôas, cujas margens eram percorridas por tartarugas gigantes, por ferozes carnívoros, como o *Machairodus*, pelo antropóide *Dryopithecus*, por grandes mastodontes e por alguns antepassados do cavalo, como o *Anchiterium* e o *Hipparion*. Então, como ainda mais tarde, as linhas do litoral marítimo e alguns acidentes de relêvo nos ofereciam a sua configuração presente, e violentas comoções e explosões vulcânicas iam modificar ainda o aspecto de alguns trechos do território, como da porção ocidental da Serra da Arrábida. Não se sabe ao certo se olhos iluminados pela scentelha divina da inteligência teriam contemplado, com interêsse e emoção e por vezes com assombro e pavor, aquela fauna remota e êsses aspectos e episódios da história geológica da nossa terra.

Mas é positivo que o homem paleolítico, companheiro, na fauna do território, de elefantes, ursos, hipopótamos, hienas, rinocerontes e outros animais dêle ausentes na actualidade, viveu, em bandos de-certo pouco numerosos, sob o ceu de Portugal, e teria sido testemunha ainda de aspectos geográficos diferentes dos de hoje e porventura maltratado pelas intempéries glaciárias. Talvez êsses bandos tivessem conhecido e até calcado os restos de antigas terras atlânticas, de que as ilhotas das Berlengas e Farilhões constituem humildes relíquias. Com êsses restos teem querido muitos identificar a Atlântida do texto platónico, cuja existência real se não póde dizer averiguada, sendo difícil admitir que se tenha podido perpetuar pela simples tradição oral a recordação do tão remoto cataclismo ao qual se atribui a submersão do legendário continente. Êste não poderia ser mais do que um fragmento do antiquíssimo continente norte-atlântico suposto pelos geólogos.



Um antepassado fóssil do Cavalo: o *Hipparion* (terciário superior).

(Abel)

A documentação relativa às tríbus paleolíticas que levaram uma existência rotineira e

apagada no ocidente peninsular, provém de estações arqueológicas numerosas, embora muitas delas, como a da serra da Brunheira (Chaves) e as da Ervilha e Castelo do Queijo (Porto), não tivessem fornecido mais do que um ou dois objectos líticos autênticos. São poucas as estações de profundidade, isto é, em que os instrumentos de pedra deixados pelo homem paleolítico se encontram profundamente no terreno, de modo a fornecerem algumas indicações estratigráficas, embora nem sempre nítidas. São dêsse número: as aluviões quaternárias da Mealhada, exploradas por Carlos Ribeiro, que forneceram sílices chelenses e acheulenses ao lado de restos fósseis de elefante, de veado, etc.; a gruta da Furninha (Peniche), onde, com restos fósseis de urso, hiena, rinoceronte, etc., Nery Delgado descobriu um *coup de poing* chelense e algumas peças de tipo mustierense; a da ribeira de Cáia (Arronches), onde um terraço aluvial que domina pelo menos 20^{m} a ribeira, forneceu, sem fósseis, a Breuil um nível de variados objectos acheulenses sobreposto a uma indústria de grosseiros *coups de poing* chelenses; algumas grutas dos arredores de Turquel, do planalto de Cezareda e da Serra de Montejunto, cuja exploração, que apenas se póde dizer iniciada, facultou ossos de animais quaternários, ossos trabalhados pelo homem e algumas peças líticas, sendo de esperar que novas explorações espeleológicas venham dar-nos mais abundante e conclusivo material. Nalguns pontos, como na Furninha e em Cezareda, os restos quaternários estavam sob depósitos de carácter neolítico.

As colheitas mais ricas teem sido feitas em geral em estações de superfície, que infelizmente não permitem as inferências cronológicas seguras que são dadas pela estratigrafia ou pelos fósseis concomitantes. A classificação é nelas apenas tipológica. Há dessas estações desde as margens do Minho e do norte de Trás-os-Montes até à bacia inferior do Tejo, predominando na Extremadura, especialmente nos arredores de Lisboa, onde o número de estações e de objectos achados, graças às pesquizas de Fonseca Cardoso, P.^{e} Lapierre, Vergílio Correia e principalmente de Joaquim Fontes, é deveras elevado.

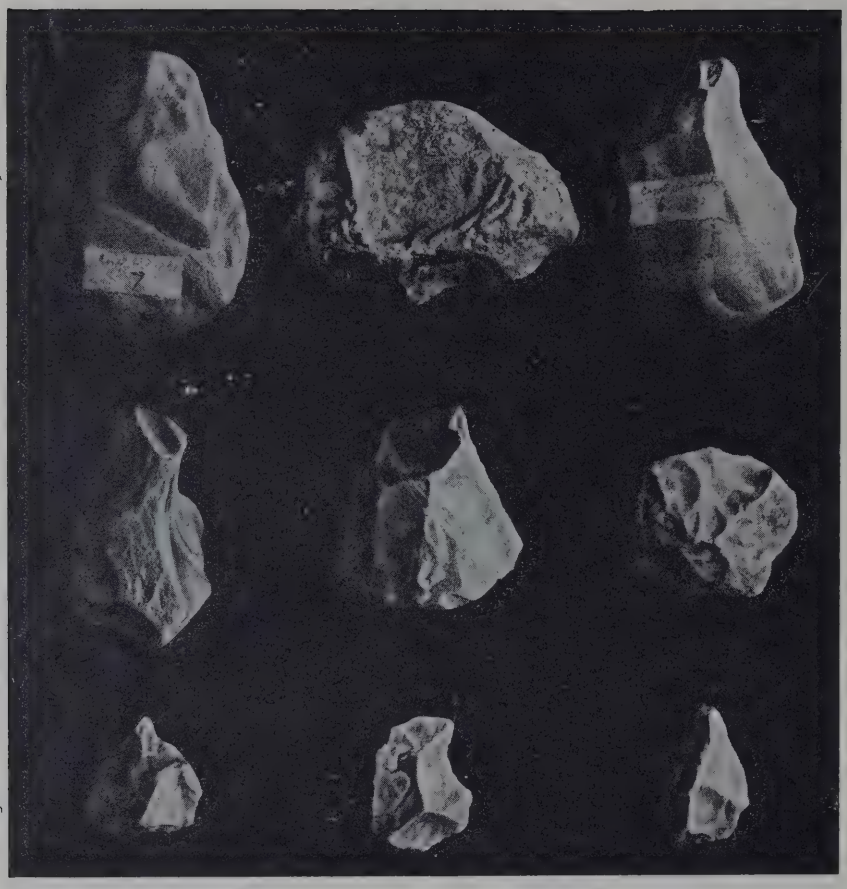
(Cl. E. Cerdeira – PÔRTO)

INSTRUMENTOS PALEOLÍTICOS (CAMPOLIDE)

(Museu Antropológico da Universidade do Pôrto)

Uma indústria bastante típica aparece no cabeço de Casal do Monte (Póvoa de Santo Adrião) e noutras estações próximas. Predominam nela utensílios de pequenas dimensões, entre os quais *coups de poing* de aspectos chelense e acheulense, a par doutros objectos de pedra, como raspadores, burís, furadores, lâminas, núcleos, etc.

O sr. dr. Joaquim Fontes discrimina, entre êsses achados, que são aos milhares, peças das diferentes culturas do paleolítico, embora com predomínio do paleolítico inferior e mé-



I — Instrumentos paleolíticos (Casal do Monte)

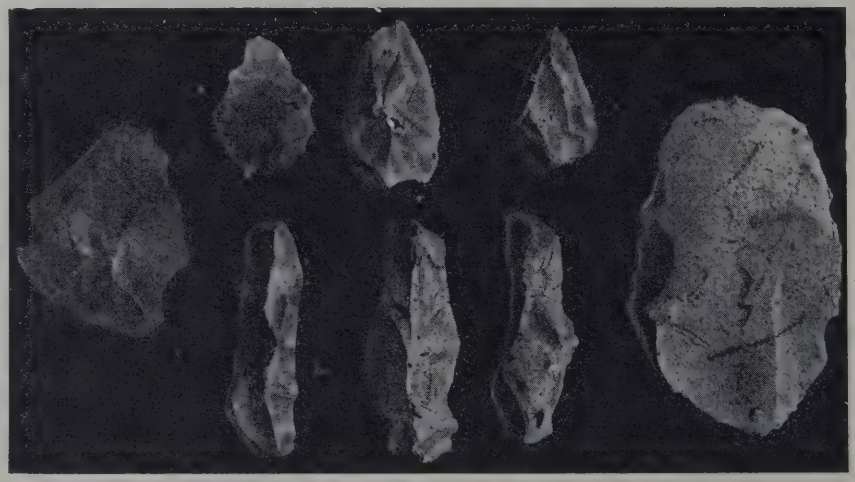
II — Instrumentos paleolíticos (Monsanto)

(Museu Antropológico da Universidade do Pôrto)

(Cl. E. Cerdeira)

estações referidas, peças consideradas, em jazidas extrangeiras, como pertencentes a épocas diferentes. É certo que o solútreo-madalenense, por exemplo, se não revelou até agora por conjuntos importantes e mesmo por muitas das suas formas típicas. Tudo leva a crêr que, emquanto se desenrolavam, fora do território, essa e outras culturas, aqui subsistiam, com parcas variantes e restritas importações ou criações de formas novas, os aspectos do paleolítico inferior. A ausência, até agora verificada em Portugal, de manifestações da arte quaternária, que tão alto brilho revestem em algumas regiões da vizinha Espanha, vem em apoio do que foi dito. Tudo leva a crêr que as tríbus do paleolítico antigo e porventura outras que, sem trazerem nada de novo, apenas herdaram o escasso património cultural daquelas, por aqui permaneceram, sem fundas penetrações da variada e brilhante cultura europeia da idade da rena, e com pequenas modificações locais do modo primitivo de existência, até ao período, já geológicamente actual, em que, com toda

dio. Breuil também admite a existência em Portugal de objectos próprios do paleolítico superior, como um pequeno número dos de Casal do Monte, já referidos, e zagáias de chifre de veado e sílices talhados de aspecto madalenense, da Casa da Moura (Cezareda). Na verdade, porém, não é fácil fixar as relações cronológicas das várias estações paleolíticas portuguesas e dos seus achados. Comquanto seja manifesto o predomínio das formas do paleolítico inferior, encontram-se na realidade mais ou menos misturadas, na maior parte das



a verosimilhança, uma vaga étnica de provável origem meridional alastrou pela Europa, subvertendo a cultura madalenense.

As afinidades do paleolítico português com o norte-africano são acentuadas. Apenas o domínio capsense aqui se instalaria mais tardiamente, na sua fase final. Nada me repugnaria, porém, admitir o estreito parentesco étnico e cultural entre as tríbus do paleolítico português, ou muitas delas, e as do paleolítico norte-africano, como não me repugna crêr que entre a cultura do paleolítico inferior e a do capsense não existia tão funda solução de continuídade, como a que se tem imaginado. O que é interessante notar é o contraste entre o paleolítico português e do S. da Espanha e a cultura solútreo-madalenense da região cantábrica e doutros pontos do país vizinho. A paredes meias, existiam duas civilizações separadas por um verdadeiro abismo.

Haveria também diferenças físicas profundas entre as tríbus que viviam nessas recuadas datas em Portugal e Espanha? Do paleolítico inferior, conhecem-se em Espanha os restos ósseos humanos de Gibraltar e de Bañolas, do tipo neandertalense, e, do superior, pouco mais se descobriu além do crânio aurignacense de Camargo, que foi relacionado com o tipo de Cro-Magnon. As pinturas rupestres do quaternário espanhol fornecem algumas figurações humanas, insuficientes, porém, ou mesmo impróprias, pela imperfeição técnica ou pela fantasia dos seus autores, para uma reconstituïção segura de tipos antropológicos. Conjugando a descoberta de esqueletos negróides no aurignacense de Grimaldi (perto de Menton, na Ligúria) com a saliência exagerada das nádegas nalgumas pinturas e esculturas de mulheres quaternárias, há quem admita a existência na Europa, durante o paleolítico superior, de elementos étnicos semelhantes aos actuais Bochimanes da África do Sul, cujas mulheres, como se sabe, apresentam essa saliência em virtude duma infiltração adiposa nas nádegas *(esteatopigia)*. Tal identificação é, porém, em extrêmo conjectural e é contestada por muitos.

Ora, pelo que respeita à caracterização física das tríbus paleolíticas do nosso território, não é possível fazê-la sôbre os escassos documentos osteológicos já descobertos. Um crânio encontrado em Vale do Arieiro, Vila Nova da Raínha, foi suposto do quaternário, mas faltavam os elementos estratigráficos necessários para o rigoroso estabelecimento dessa cronologia. Um pequeno fragmento de mandíbula de criança, descoberto na gruta da Furninha em nível quaternário, não permitiu um estudo concludente. Perante uma tal escassez de documentos, pode apenas preguntar-se se no paleolítico inferior se espraiaram até ao extrêmo ocidente peninsular ramos dos arcáicos neandertalenses de Bañolas e de Gibraltar, e se no paleolítico superior aqui se instalaram também, como é de crêr, os representantes do *Homo sapiens fossilis* de que guardou vestígios a jazida já citada de Camargo. Nada sabemos de positivo a tal res-

ESTATUETA FEMININA DE MARFIM DA GRUTA DE LESPUGUE (FRANÇA)

(Saint Périer e Boule)

peito. Tudo o que se diga sôbre a classificação dos tipos antropológicos do paleolítico português não passa de hipótese.

Mas, se a penúria de restos osteológicos humanos nos não faculta o retrato dessas gentes primevas que pizaram há tantos milhares de anos o solo que hoje ocupamos, os achados arqueológicos, já sumàriamente referidos, permitem-nos afirmar sem hesitação a realidade de tão remotos povoadores do território e definir, dentro de certos limites, o seu rude modo de viver, a sua mentalidade, a sua área de dispersão, as suas afinidades culturais com outras populações da Península e de fóra da Península.

Essas gentes não se ergueram, ao que parece, nem às manifestações poderosas de vida colectiva que caracterizam épocas ulteriores, nem às fulgurantes realizações artísticas arquivadas, com religioso mistério, pelos caçadores de renas, nas cavernas cantabro-pirenáicas. Teriam tido ao menos o culto dos mortos, que se revela desde o mustierense nas sepulturas paleolíticas doutros países? Não é possível afirmá-lo. Não apareceram ainda vestígios dessas práticas funerárias que denotam um sentimento vago do Além. Legando ao futuro apenas um pecúlio modesto de objectos líticos, essas tríbus deixaram-nos em face dum problema cuja solução é ainda incerta: o de se saber se elas se confinavam numa existência mèramente vegetativa, num viver quási bestial, no anceio exclusivo da satisfação de interêsses materiais imediatos, ou se nos seus cérebros lampejavam já os primeiros clarões de solidariedade humana, os primeiros anceios de beleza e elevação moral, os primeiros arrebatamentos místicos. Se tivessemos de fazer juízo desde já pelo espólio arqueológico que possuímos, concluiríamos pela primeira solução.

Confinado e grosseiro nos aparece o horizonte psíquico e moral dos mais antigos habitantes da terra portuguesa. Muitos milénios decorreram nessa triste monotonia dum viver rude, despido de estímulos nobres e de inquietações mais delicadas e transcendentes do que a de interêsses brutais e imediatos ou receios de perigos efectivos, aos quais porventura só muito vagamente se associaria já um terror cósmico que seria gérmen do sentimento religioso. Só muito tardiamente as almas despertariam para a visão dum mundo de mais radiosas perspectivas.

Mas na lasca atípica de sílex ou no *coup de poing* mais tôsco divisa-se já o primeiro esfôrço dignificador da inteligência humana, a remota scentelha interior que libertou o homem da animalidade originária e começou a pôr a natureza ao serviço dos seus propósitos, dos seus apetites e das suas necessidades.

Nessa luz bruxuleante e vaga que mal cortava o negrume profundo duma noite infinita e que não alcançaria durante longos milénios sensível acréscimo de intensidade e fulgor, estava a remota alvorada dum dia de triunfal e deslumbrante claridade, que é toda a história do pensamento e das mais belas realizações humanas.

Capítulo III — O selvagem «Homo taganus»

Os «restos de cosinha» de Muge. Seu espólio faunístico, cultural e antropológico. Tipos físicos dos «kiökkenmöddinger». Suas relações com os Portugueses. Origens e destinos dos pescadores de Muge.

Numa época que, a-pezar-de já pertencer à actualidade geológica, de nós dista, segundo uns, mais de dez mil anos, e, segundo outros, uns seis ou sete mil anos—em qualquer caso, um respeitável lapso de tempo — viviam nas margens da ribeira de Muge e do Paul do Duque, perto da margem esquerda do Tejo e da actual povoação de Muge, tríbus relativamente numerosas de selvagens, miseráveis e pacíficos, cuja existência naquela data longínqua está demonstrada pelos importantes restos ali descobertos.

Quem, deixando a estrada que conduz de Almeirim a Muge, pouco antes de entrar nesta povoação, seguir para poente pelas margens da ribeira, nos domínios da casa Cadaval, poderá vêr, após um curto percurso, erguidos dum e doutro lado da ribeira e do paul, uns pequenos outeiros ou cabeços, que, sem revelarem no primeiro relance o seu significado arqueológico e a sua origem, constituem sem dúvida os mais notáveis monumentos da pre-história portuguesa e pertencem mesmo ao número das mais notáveis estações pre-históricas da Europa.

Um exame, mesmo pouco profundo, dos referidos cabeços, deixa vêr que êles são constituídos por areias, lôdo, calhaus, conchas de moluscos (estas numa grande abundância), ossos de animais, cinzas e carvões. Aparecem com freqüência sílices lascados, e nas camadas inferiores, teem-se encontrado muitos esqueletos humanos. Também se teem achado: pedaços de barro cosido, que não parecem entretanto constituir própriamente uma cerâmica; matérias corantes; facas e pontas de ôsso e de chifre de veado; e placas e mós grosseiras de grés.

No glossário pre-histórico são êsses montículos designados pelo nome dinamarquês de «kiökkenmöddinger» que significa «restos de cosinha». Trata-se, de facto, de amontoados de detritos muito variados, análogos a outros que foram descobertos nas proximidades do Báltico, e noutros pontos. Mas está averiguado que os «kiökkenmöddinger» portugueses do Vale do Tejo são mais antigos do que os dinamarqueses e possuem, além disso, o interêsse bem particular de abrigarem muitos restos esqueléticos das populações que os ergueram. Foram estas jazidas portuguesas reveladas ao mundo scientífico, depois dos meados do século XIX, pelos geólogos nossos compatriotas Pereira da Costa e Carlos Ribeiro, a cujas explorações, realizadas entre 1863 (dàta da descoberta) e 1880, sucederam mais tarde outras, que em geral não tiveram, porém, a importância das primeiras, merecendo no entanto referência as escavações de Paula e Oliveira (1864-1865).

O maior dos montículos em questão é o Cabeço da Arruda, com cêrca de 95m de comprimento, 40m de largura, 5m de altura sôbre

a planura arenosa e 10 a 12m sôbre o nivel do paul, que está situado à direita da ribeira e cujas águas alagam com freqüência a base do Cabeço. Há ainda o Cabeço da Amoreira, a Fonte do Padre Pedro e a Moita do Sebastião, que distam respectivamente 1 qm., 3 qm. a 1,5 qm. do Cabeço da Arruda. Êste é mais importante do que os outros e apresenta as matérias competentes dispostas em leitos de pouca regularidade e de inclinações geralmente discordantes, ao contrário dos restantes que não teem essa disposição em camadas bem distintas.

A fauna de mamíferos revelada pelos ossos respectivos, que foram encontrados, era constituída pelo boi, veado, carneiro, cavalo, porco, cão, texugo, gato, etc., não aparecendo os vários ossos do corpo dos animais maiores nas mesmas proporções, o que permite supôr que fôssem caçados longe dali, e transportadas apenas para aquele logar as partes utilizáveis ou mais apreciadas. As tríbus de Muge não teriam praticado a domesticação de animais. O próprio cão viveria porventura no estado selvagem, ao contrário do que sucedia em relação aos « kiökkenmöddinger » dinamarqueses, nos quais aparecem já restos do cão domesticado.

Os moluscos colhidos pelos humildes pescadores de Muge eram de espécies muito variadas, predominando os restos da *Lutraria compressa* e do *Cardium edule*, sobretudo da primeira. Ora a *Lutraria compressa* não aparece actualmente no Tejo a menos de 30 qm., aproximadamente, a juzante de Muge, e outras espécies marinhas encontram-se hoje a maiores distâncias ainda. Dêstes factos se inferiu lógicamente que as gentes dos « kiökkenmöddinger » viveram numa época em que as águas salgadas atingiam ainda no Tejo as proximidades de Muge. Seriam portanto anteriores ao último movimento ascensional que

(Cl. E. Cerdeira)

Aspecto do Cabeço da Arruda, do lado ocidental (Muge)

o território português teria experimentado e que teria reduzido à sua configuração actual o estuário do Tejo.

No espólio lítico dos « restos de cosinha » de Muge destacam-se pequeninos sílices lascados, de formas geométricas, sobretudo trapezoidais e triangulares, que relacionam nitidamente a cultura respectiva com as culturas, a que já se fez alusão no capítulo anterior, do capsense final e do tardenoisense. Os « kiökkenmöddinger » do vale do Tejo, em vez de apresentarem afinidades culturais e cronológicas com os seus homónimos da Europa setentrional, que já pertencem à fase da pedra polida, estão num nível cronológico e cultural mais remoto, que, segundo a expressão de Obermaier, se deve chamar «epipaleolítico», ou seja um prolongamento do paleolítico na actualidade geológica. A cultura de Muge tem afinidades com as dos abrigos e « escargotières » dos arredores de Gafsa (Tunísia), de certas estações da Sicília, do sul da Espanha e do Tardenois francês. A indústria de microlitos ou sílices pigmeus de formas geométricas aparece em muitos outros pontos da Europa e da África, e ainda na Síria, na Índia, e até na Austrália. Devemos até certo ponto relacioná-la com o longínquo aurignacense e não com o madalenense. Os pescadores de Muge constituíam um ramo, certamente nada belicoso, das tríbus que, vindas da África, tinham alastrado pela Europa madalenense, alargando sôbre as ruínas desta civilização a área da cultura capsense.

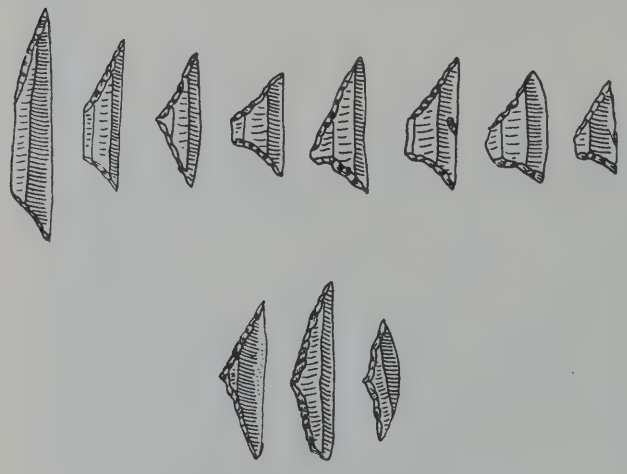
Sedentários e não tríbus errantes que semeassem ao acaso em logares afastados os seus restos, os homens de Muge aproveitavam para cemitérios dos seus os montículos por êles edificados com os despojos da sua precária existência doméstica quotidiana. A cêrca de duzentos indivíduos corresponderiam os restos ósseos humanos que, dos « kiökkenmöddinger », fôram para as colecções do Serviço Geológico de Portugal. Predominavam os esqueletos de mulheres e de crianças. Só dois dos indivíduos apresentavam lesões ósseas, o

(Cl. E. Cerdeira)

Aspecto do Cabeço da Arruda, do lado sul (Muge)

que testemunha o carácter pacífico destas pobres populações. Sem dúvida uma exploração exaustiva das importantes jazidas terá em conseqüência a descoberta de muitos outros esqueletos humanos.

O estudo antropológico dos esqueletos pre-históricos de Muge foi realizado por Paula e Oliveira e ultimamente retomado pelo autor destas linhas. Não há homogeneidade de tipo físico, se bem que predomine um elemento de cabeça alongada e de baixa estatura, que Quatrefages chamava a «raça de Muge» e que eu baptisei com o nome de *Homo afer taganus* ou, mais simplesmente, *Homo taganus*. Houve quem considerasse êste tipo antropológico como análogo ao tipo neolítico francês de Baumes-Chaudes, e falasse duma «raça de Baumes-Chaudes-Muge» que não teria a menor homogeneidade. Houve quem atribuísse a influências ou a sobrevivências da velha espécie de Neanderthal alguns cara-



SÍLICES PIGMEUS DE FORMAS GEOMÉTRICAS, DE MUGE

(Breuil)

cteres de inferioridade física registados nos crânios dos homens de Muge. Houve quem nêstes visse os antepassados dos Portugueses actuais e, duma maneira geral, de várias populações mediterrâneas. Houve quem os identificasse com a raça de Cro-Magnon, do paleolítico superior.

Pus, porém, em evidência que o *Homo afer taganus* não é neandertaliano nem tem afinidades neandertalóides; que não é identificável com o Cro-Magnon, de alta estatura, de nariz estreito, com desarmonia crânio-facial nítida e de grande capacidade craniana; que não se póde também identificar com a raça neolítica de Baumes-Chaudes, de estatura um pouco superior, de nariz estreito, sem prognatismo e sem outros caracteres inferiores do homem de Muge; que não é também identificável com o tipo médio dos Portugueses actuais e da actual raça ibero-insular ou mediterrânea, que é mais afim do tipo de Baumes-Chaudes.

No entanto, é lícito admitir que os elementos antropológicos dos «kiökkenmöddinger» evolutiram para os tipos actuais do País ou entraram, em dose sensível, na formação etnogénica da nossa população. Já descrevi um crânio transmontano contemporâneo com caracteres do *Homo taganus* e é de crer que a minoria braquióide (de tendência para crânio largo e curto) que estudei no seio da população portuguesa de hoje, derive, pelo menos em parte, dos elementos que em Muge existiram com idêntico contôrno craniano. Mas há um amplo terreno de pura hipótese nalgumas destas filiações. Nosso antepassado directo, de fisionomia bastante modificada através dos tempos por acções mesológicas, por potencialidade evolutiva interna, ou por infiltrações de sangue diverso, o homem de Muge por-certo nos aparece, a despeito da rudeza da sua existência e dos seus traços físicos, de-veras venerável. Mas, quando ainda apenas um remoto liame de parentesco colateral a êle nos prendesse, cumpriria não esquecer que êle viveu e sofreu há milhares de anos sôbre a mesma terra abençoada em que nascemos, e sob o mesmo luminoso céu que nos cobre.

O elemento preponderante na composição dessas antigas gentes, o *Homo taganus*, apresenta algumas semelhanças (que permitem aproximações, mas não identificações) com o tipo proto-etiópico de Combe-Capelle *(Homo aurignacensis)* e com o tipo negróide de Grimaldi, ambos do paleolítico superior. Relativamente às raças da humanidade actual, encontramos nêle certas afinidades com os Negros (nariz um tanto largo, prognatismo, idêntica relação entre os comprimentos do fémur e da tíbia, etc.) e com os Australianos (alguns dos caracteres anteriores e ainda a fraca capacidade craniana, idêntica relação do comprimento do ante-braço com o do braço, em alguns casos a fronte oblíqua e as arca-

das supraciliares salientes), devendo ainda notar-se a sua estatura baixa (1m,56 a 1m,57) que revela uma certa tendência para as médias, muito baixas, dos Pigmeus de África (estas chegam, entretanto, segundo a tabela de Deniker, a 1m,55, nos Bochimanes do Kalahari, e a 1m,60 em Batwa, negrilhos mestiçados por negros bantus).

A estatura média do português actual é de pouco menos de 1m,65, as suas proporções referidas dos membros são diferentes, a sua capacidade craniana é muito superior, a sua dolicocefalia (assim se designa o contôrno horizontal dum crânio estreito e alongado), é menos acentuada, o seu prognatismo é nulo.

Grenelle, Ofnet, etc., do que dos actuais braquicéfalos da raça alpina *(neo-braquimorfos)*. Segundo alguns, a origem dos braquicéfalos europeus seria asiática.

Ainda quando posta de parte a tese da sua filiação mongólica, que, de facto, nos não parece sustentável senão para certos elementos como os Lapões e algumas populações do oriente europeu, é, na verdade, admissível a sua derivação de certos elementos da Ásia interior (como os Galchas e Tadjiks, não mongolóides, do planalto do Pamir) ou da Ásia Menor (armenóides, por exemplo). A nosso vêr, certos caracteres armenóides dalguns proto-braquicéfalos europeus dão verosimilhança a esta última hipótese. Os braquicé-

Crânio feminino do Cabeço da Arruda *(Homo taganus)*

(Fotog. do Museu Antrop. da Univ. do Pôrto)

Há um paralelismo impressivo, em minha opinião, entre a origem e o roteiro da cultura capsense e a provável origem meridional do *Homo taganus*.

A minoria portadora de crânios mais curtos e mais largos (braquicéfalos) que se encontrou nos esqueletos dos «kiökkenmöddinger» de Muge não contém, a não ser esporádicamente, espécimes mongolóides, o que constitui mais um argumento contra a tese de Sergi da origem mongolóide de todos os braquicéfalos europeus. Os braquióides de Muge aproximam-se, porém, mais, na sua morfologia, dos outros braquicéfalos primitivos da Europa *(proto-braquimorfos)*, como os de falos epi-paleolíticos que aparecem em Muge e na estação azilense de Ofnet (Baviera oriental), ao lado de dolicocéfalos, teriam derivado dum núcleo asiático, uma parte do qual teria passado à África do Norte, onde se misturaria com os elementos dolicóides, estabelecendo-se uma corrente migratória ao longo da costa septentrional da África até ao ocidente da Europa, da qual resultariam os antigos habitantes do vale do Tejo. Uma outra onda migratória, mais rica em braquicéfalos, o que está de acôrdo com a sua maior proximidade do fóco asiático, subiria o caminho do Danúbio e iria deixar os seus restos em Ofnet.

Bosch Gimpera diverge da minha hipótese, aventando a de que os braquicéfalos capsenses teriam origem norte-africana. Pelo contrário, Keith pretende que os braquicéfalos europeus (do *Homo sapiens)* são originários de qualquer ponto das regiões montanhosas do centro da Europa. Segundo Bloch, a braquicefalia teria resultado duma evolução craniana de dolicocéfalos; segundo os poligenistas, deviam mesmo procurar-se genealogias pre-humanas diferentes para dolicocéfalos e braquicéfalos, o que nos não parece crível por vários motivos. Seja como fôr, a origem das formas proto-braquicéfalas europeias do *H. sapiens* (restrição devida, em vista da existência muito anterior duma variedade braquicéfala do remoto *Homo neanderthalensis)* está envolta ainda na obscuridade mais profunda. Sabe-se apenas que são raros os seus espécimes paleolíticos (por exemplo, os de Solutré e Placard, sendo certo que nalguns casos posição. Os braquióides destas estações desconheciam os instrumentos de pedra polida. O seu *apport* cultural, mesmo englobando no seu património o quinhão, porventura mais importante, quando não quási exclusivo, que caberá aos dolicóides, estaria longe de ser brilhante. De resto, acentua-se desde então a dificuldade em atribuir a cada tipo físico distinto, individualizado pela antropologia, um pecúlio próprio de cultura, estabelecido pela arqueologia. Essa dificuldade mais se agravará em épocas subseqüentes, embora sejam permitidas, dentro de certos limites e com criteriosas reservas, algumas identificações dêsse género.

Largo tempo deve ter durado a cultura dos « kiökkenmöddinger » do vale do Tejo. Quanto? Não é possível dizê-lo.

A indústria dos pequenos sílices geométricos aparece ainda nos primeiros tempos do neolítico, a par de machados polidos, e mesmo

Crânio masculino do Cabeço da Arruda *(Homo taganus)*

(Fotog. do Museu Antrop. da Univ. do Pôrto)

se poderão mesmo admitir simples variações individuais dos dolicocéfalos e não um verdadeiro elemento racial novo) e que a sua aparição em maior profusão se faz no epi-paleolítico, em Muge e em Ofnet.

Houve já quem pretendesse que os primeiros braquicéfalos da Europa teriam sido os introdutores da pedra polida. As descobertas feitas em Muge e Ofnet, desmentem tal sumais tarde. Não se teria, pois, dado, com a alvorada da nova fase pre-histórica, a extinção completa do *Homo taganus*, dos seus companheiros e da sua cultura atrazada e precária. Mas a sua fisionomia somatológica e cultural vai-se perdendo ou diluindo.

Quando o neolítico está na sua plenitude no nosso território, já vão longe, muito longe, no passado essas tríbus sedentárias e pacíficas.

Vivendo da caça e da pesca, desconhecendo a agricultura ou apenas utilizando os produtos duma simples colheita, venerando com uma religiosidade rudimentar os seus ídolos toscos e os seus mortos, por ela inumados carinhosamente no seio dos próprios monumentos singelos da sua actividade sem brilho, e tendo conhecido ainda um quadro geográfico bastante diverso do actual, essa pobre gente, que há tantos milénios se aqueceu ao sol rutilante e triunfal do Ribatejo, e que nem a camaradagem e a dedicação dos cães ainda soubera grangear, não se erguia, na mentalidade e na cultura, muito acima de algumas populações selvagens da África do nosso tempo.

A sua sedentariedade, a sua índole pacífica, a sua religiosidade, o seu culto pelos mortos, testemunhavam, porém, já de certo modo uma feição moral digna de simpatia, mormente pela sua aliança com um atrazo industrial profundo e com a humildade da sua existência quotidiana.

Quem hoje percorre a superfície, juncada de conchas brancas, dessas elevações que orlam a ribeira de Muge, e que os camponeses da região dizem, com verdade, muito antigos cemitérios, dificilmente imagina que a seus pés se encontram tam veneráveis monumentos da pre-história portuguesa, muito anteriores às mais longínquas afirmações dum sentimento nacional. Dificilmente reconstitüirá o quadro da existência dêsses selvagens rudes e bons.

Quando a luz da pre-história devassa os mistérios das épocas subseqüentes à que ali jaz sepultada, o *Homo taganus* e os seus companheiros cedem já a scena, em que a sua miséria desempenhara um drama tam empolgante, a outras personagens porventura da sua estirpe, que os escravizam, os assimilam ou os eliminam. Novos lances da grande tragédia humana vão sulcar com clarões de dôr as sombras confusas do passado ou quebrar com gritos de victória o silêncio magestoso dos séculos.

Crânio masculino de Muge *(protobraquicéfalo)*

(Fotog. do Museu Antrop. da Univ. do Porto)

Capítulo IV — Os Pre-Celtas dos dolmens, das grutas e das cistas

Culturas pre-neolíticas; origem do neolítico; cronologia e fácies do neolítico e eneolítico; os primeiros castros; as grutas; os dolmens; espólios funerários; a cultura do vaso campaniforme; religião e arte neolíticas; a escrita; as populações neo-eneolíticas; os primeiros tempos da idade do bronze; o problema da idade do bronze avançada; tentativas de identificações étnicas.

A CULTURA da pedra polida não faz a sua aparição no território português logo após os últimos tempos pleistocenos, ou seja com a alvorada da actualidade geológica. É de crêr que as indústrias de tipologia paleolítica tivesmos, uma parte do lapso de tempo que medeia entre o fim do quaternário e o princípio do neolítico. Possìvelmente, os homens, que demoradamente os amontoaram, legaram ao neolítico peninsular muito do seu sangue e da sua cultura minguada. Herdeiros dos capsenses

PICOS ASTURIENSES DE ÂNCORA ($^{3}/_{8}$)

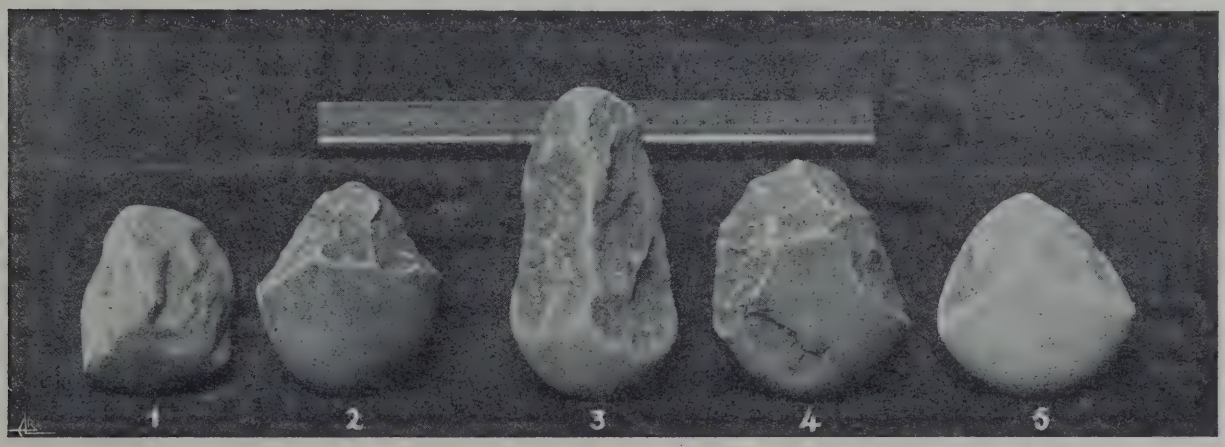
(Rui de Serpa Pinto)

sem perdurado ainda longamente nalguns recantos do País, de modo que, como antes dissemos, se torna difícil estabelecer a cronologia real dalgumas estações de superfície, com instrumentos de morfologia paleolítica. Os concheiros de Muge marcam, como vinorte-africanos, êles, ou elementos étnicos com êles aparentados, fôram a seu turno intermediários, na cultura e porventura na genealogia, entre os capsenses do paleolítico, e aquelas populações, que, em pleno neolítico, representam sobrevivências ou difusões capsenses.

Muge não apresenta, sob o ponto de vista de arte, nada de interessante. Mas eram parentes dos humildes pescadores do Vale do Tejo aqueles que transmitiram as inclinações e certas características da arte capsense, já de tendência esquemática, aos artistas peninsulares do princípio do neolítico, cuja arte, esquemática em extremo e muito estilizada, nada se parece com a magnífica arte naturalista do quaternário. Outros elementos de cultura seriam também, em pleno neolítico e mesmo depois, remotas sobrevivências capsenses, como, por exemplo, os sílices pigmeus de formas geométricas, abundantes sobretudo nas estações tardenoisenses.

esta última suposição não foi verificada, mas a existência da cultura asturiense no nosso País está demonstrada pelas descobertas valiosas feitas desde 1925 pelo Snr. Rui de Serpa Pinto nas costas portuguesas do N., junto de Âncora e de Afife, confirmando-se que a extensão dessa cultura é muito superior à que, a princípio, se lhe atribuía.

Os asturienses, como os pescadores de Muge, deixaram concheiros mais ou menos abundantes, nos quais se encontram certas formas malacológicas mais ou menos típicas, e, nesses concheiros, ou semeados, com vária profusão, no solo, aparecem determinados objectos de pedra lascada, dos quais



Instrumentos asturienses de Âncora (3/8)

(Rui de Serpa Pinto)

Entre os aspectos culturais que precedem o neolítico, estabelecendo a transição do paleolítico para a pedra polida, figura o *asturiense*, fase arqueológica que foi revelada há pouco mais de uma dúzia de anos pelo eminente pre-historiador espanhol Snr. Conde de la Vega del Sella, depois de investigações na Cueva del Penicial e noutras grutas e jazigos das Astúrias. Essa cultura foi também já encontrada no SO. da França e mais recentemente na Galiza, onde o seu estudo foi feito pelo rev. Eugénio Jalhay. Em 1919, no meu livro « Raça e Nacionalidade », registei a hipótese da existência de estações asturienses em Portugal, se bem que presumindo então que o fôssem algumas das já a essa data descobertas e classificadas paleolíticas. Ora os mais característicos são os *picos*, talhados em calhaus rolados, de forma ponteaguda e com a superfície natural do calhau constituíndo a base. Presume-se que êsses objectos servissem aos asturienses para arrancar dos rochedos as lapas nêles incrustadas. Essas populações, que se estenderiam portanto pelo N. de Portugal e da Espanha e pelas costas ocidentais da França, entregar-se-iam à pesca e alimentar-se-iam sobretudo de mariscos.

Constituem ainda um problema as relações desta cultura e destas populações com outras culturas e outras populações. Parece não haver dúvida de que o asturiense antecede o neolítico, devendo incluir-se no epipaleolítico e não no proto-neolítico ou mesmo no neolítico pleno, como alguns investigadores aven-

tam. No entanto, é apenas uma hipótese, embora verosímil, a sua filiação nos madalenenses de região franco-cantábrica, e não é possível definir com precisão as suas relações genealógicas e cronológicas com os pescadores de Muge, dos quais o separam profundas diferenças de indústrias e de cultura, mas com os quais poderia porventura ter quaisquer relações.

Também cabe preguntar, como já em 1919 eu escrevia numa lógica previsão da existência do asturiense em Portugal, se algumas nossas estações que teem sido dadas como paleolíticas, não possuirão uma cronologia asturiense ou, talvez melhor, algumas afinidades, pelo menos cronológicas, como o asturiense. É sabido que a indústria asturiense foi a princípio suposta do paleolítico inferior. Alguns espécimes líticos de estações portuguesas recordam vagamente tipos asturienses, embora ofereçam certas diferenças, que teem permitido datá-los do paleolítico, sobretudo do chelense. Mera coïncidência morfológica ou afinidades de cultura e cronologia? Em Camposancos, na Galiza, perto duma estação asturiense, estudada pelo rev. Eugénio Jalhay, apareceram, misturados com numerosos *coups de poing* de morfologia paleolítica e com discos lascados nas duas faces, que foram estudados por Joaquim Fontes, alguns picos de aspectos asturienses. Simples casualidade de variantes tipológicas, mistura de dois níveis ou sobrevivências dos tipos paleolíticos no asturiense? Não repugna aceitar esta última hipótese para êste como para outros casos. É um assunto em suspenso, cuja solução definitiva só poderá talvez ser dada por novos achados em que as relações cronológicas, que se pretende determinar, apareçam bem marcadas.

Quando, como e donde surgiu no território peninsular a cultura neolítica, com as suas características principais (instrumentos de pedra polida, cerâmica, agricultura e domesticação dos animais), eis um novo problema que, de resto, se apresenta também obscuro para outros países. Supôs-se durante muito tempo que teriam sido os elementos antropológicos de crânio largo e curto (braquicéfalos) os introdutores da pedra polida na Europa, mas hoje sabe-se que a braquicefalia no território europeu surgiu muito antes do neolítico. É de crer, porém, que, uma ou mais vagas migratórias vindas de além Pireneus para a Península ou talvez mesmo um refluxo das ondas capsenses que no paleolítico superior e no epipaleolítico teriam transposto aquela cadeia, houvessem sido os portadores dos novos elementos de cultura e contivessem mesmo novos tipos rácicos, que viriam modificar a fisionomia antropológica das populações desta área europeia.

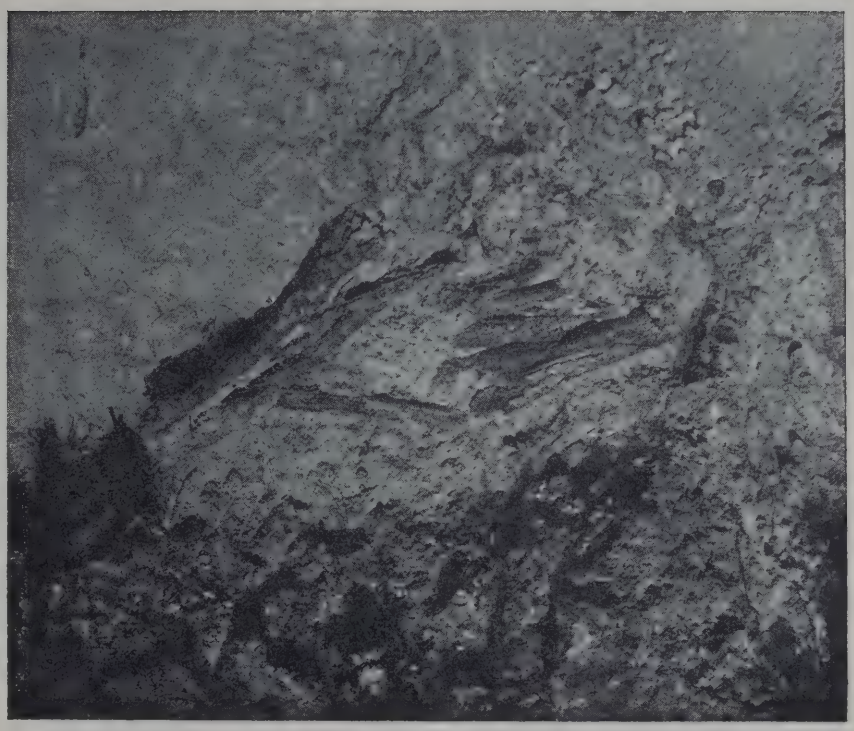
São escassos os documentos atribuídos, no nosso território, ao neolítico inicial e mesmo ao pleno neolítico. Nas suas sistematizações das culturas peninsulares, Bosch Gimpera preenche a lacuna que regista entre o epipaleolítico e o neolítico avançado, com o asturiense e com a arte rupestre. Na sua opinião, o asturiense é proto-neolítico, o que não está de acôrdo com o que já expuzemos. Ficaria, pois, assim a arte rupestre a testemunhar a continuidade cultural entre as duas fases aludidas. Gravuras e pinturas em rochedos e em abrigos sob rochas, constitüiriam os documentos de tão longa transição, estando assim por descobrir outros vestígios da existência humana correspondentes sem dúvida a tão extenso período.

A nosso vêr, porém, estas dificuldades resultam sobretudo da evolução dos nossos conceitos sôbre o neolítico puro. Êste foi consideravelmente encurtado. Por um lado, as culturas mesolíticas disputaram-lhe com êxito muitos dos aspectos outrora considerados seus, como uma grande parte do tardenoisense. Por outro lado, verificou-se que uma enorme parcela da cultura que durante muito tempo se supôs ser puramente neolítica, como a dos dolmens, mostrava ser coeva ou quási coeva das primeiras idades dos metais.

O que ficava assim para o neolítico puro?

A verdade, entretanto, é que a cultura da pedra polida persiste demoradamente no ocidente europeu depois da aparição dos primeiros objectos de metal. A fase chamada « eneolítica » ou « calcolítica » por corresponder à utilização do cobre e da pedra, não deve separar-se em absoluto do neolítico propriamente dito, porque não corresponde a uma transformação radical de culturas e populações, antes apresenta com o neolítico uma estreita continuidade cultural e étnica.

Alguns autores colocaram o início do neolítico, na Europa ocidental, cêrca de 7000 anos antes de Cristo. Temos a impressão de que é um cálculo exagerado. Certos aspectos do neolítico aparecem tão freqüentemente em estações do nosso território, pouco anteriores à ocupação romana, que ou temos de admitir sobrevivências muito prolongadas duma cultura primitiva no seio de culturas sucessivas, muito diversas, ou temos de reconhecer que estas se fôram desenvolvendo ao lado de fócos de cultura neolítica cujas origens do passado não recuariam verosímilmente por tantos milénios como aquele cômputo presume.



(Cl. do autor)

SEPULTURA NEOLÍTICA QUINTA DAS LAGES (OTA)

Se houvermos de atribuir ao neolítico antigo uma escrita alfabetiforme, (de que certos sinais madalenenses teriam sido precursores longínquos), e uma arte animalista, entre cujas figurações se encontraria a própria rena, assim sobrevivendo no centro da França ao fim do pleistoceno (em contrário do que a paleontologia estabelecera), — impor-se-á o rejuvenescimento dos últimos tempos madalenenses e do comêço do neolítico. Não se compreende que populações que escreviam muito pouco, ou quási nada, tivessem podido conservar um alfabeto inteiro, durante os longos e numerosos milénios que mediariam entre o princípio do neolítico ocidental e a data dos primeiros alfabetos orientais. A não ser que se admitisse que o alfabeto foi inventado duas vezes...

(Cl. E. Cerdeira)

SÍLICES PIGMEUS TRAPEZOIDAIS DA QUINTA DAS LAGES
(Ligeiramente reduzidos)

Assim, pois, não é de admirar que venha a concluir-se que os descendentes próximos dos últimos caçadores de renas do madelenense ocidental foram ainda coetâneos das primeiras dinastias do vale do Nilo.

Seja como fôr, a cultura neolítica mais antiga do nosso País aparece-nos representada por um reduzido número de achados. Santos Rocha, num ensáio de sistematização do nosso neolítico, considerava do neolítico pleno a estação da Várzea do Lírio, com sílices de morfologia tardenoisense, cerâmica e machados de pedra polida, e as sepulturas de Alqueves (subúrbios de Coímbra), com alguns objectos de sílex, quartzite e ôsso e fragmentos de cerâmica escura. Posteriormente, a sepultura da Quinta das Lages, Ota, que foi descoberta pelo Snr. H. Cabaço e a cuja ex-

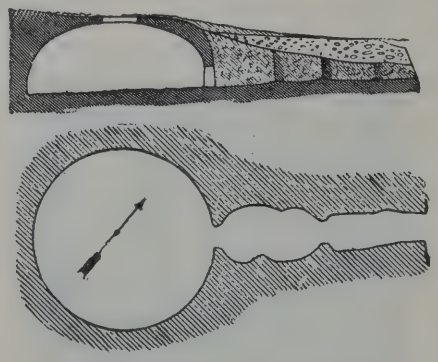
ploração e estudo procedi, forneceu elementos que me permitiram datá-la do começo do neolítico. Como na Várzea do Lírio, apareceram pequenos sílices geométricos e um machado polido. Além de algumas lascas atípicas, descobriram-se restos ósseos de, pelo menos, dois indivíduos.

Houve quem colocasse também no neolítico antigo alguns dolmens portugueses. Hoje há a tendência para datar os mais antigos dêstes monumentos da fase avançada ou final do neolítico, e a cultura dolménica prolongar-se-ia por todo o eneolítico e até ao fim do primeiro período do bronze.

Embora no maior número de estações eneolíticas não surjam objectos metálicos ou apareçam numa escassa quantidade, nem porisso o florescimento da cultura lítica no nosso território deixa de ser coevo das primeiras indústrias do metal. São extraordinários os progressos do trabalho do sílex no ocidente europeu numa época em que no oriente floresciam já brilhantes civilizações arqueometálicas. E, embora seja possível, até certo ponto, escalonar cronològicamente vários aspectos culturais daquelas idades pre-históricas no extremo ocidente da Europa, há o direito e até a necessidade de englobar no mesmo estudo de conjunto o neolítico, o eneolítico e ainda os primeiros tempos da idade do bronze no território português. Êste grupo cultural com acentuadas feições indígenas, embora não de todo isolado do Mediterrâneo ocidental e do norte da Europa, e cujas sobrevivências em recantos sertanejos do País poderiam ter ultrapassado até, por vezes, os meados do primeiro milénio antes da nossa era, destaca-se no tempo, no espaço e na fisionomia, dos conjuntos culturais devidos aos colonizadores e invasores proto-históricos, quer aos que por vía marítima, vinham, desde remota data, mosqueando de exotismos mediterrâneos o extrêmo sul e o litoral, quer aos que, por via terrestre, cêrca de 500 a. C., introduzem no País a indústria do ferro, já muito antes conhecida nalguns pontos de Espanha, em grande parte da Europa e no oriente.

O neolítico apresenta-se aos pre-historiadores com uma multiplicidade de aspectos ou *fácies:* a fácies *industrial* (galerias para extracção de sílex e oficinas para fabrico de instrumentos), a fácies *megalítica* (construções sepulcrais, comemorativas ou votivas, em grandes blocos de pedra), a fácies *defensiva* (povoações fortificadas; as *palafitas*, ou aldeias construídas nos lagos sôbre estacaria), a fácies *troglodítica* (abrigos, grutas e cavernas, naturais e artificiais, freqüentemente utilizadas para depósitos mortuários), a fácies *artística* (arte rupestre, ídolos-placas, etc.); os restos de cozinha; os fundos de cabanas. Em Portugal, todos êstes aspectos estão representados mais ou menos numerosamente, excepto talvez a fácies *palafítica*, devendo, no entanto, notar-se que existem hoje nalguns pontos do nosso País habitações sôbre estacas ou pilares, que vários autores pretendem filiar em culturas palafíticas primitivas, mas que constituïrão porventura simples factos de *convergência* cultural.

A estação neolítica do Forno de Cal, concelho de Soure, e os restos de cozinha nas margens da lagoa de Albufeira assemelham-se talvez aos « kiökkenmöddings » neolíticos da Dinamarca. A fácies industrial do neolítico está representada entre nós, por exemplo, pelas galerias do Vale de Alcântara, Lisboa, e pela oficina da gruta do Cabêço da Ministra, uma das grutas de Alcobaça cuja exploração e estudo foram feitos por Vieira Natividade.



GRUTA ARTIFICIAL DE PALMELA

(Cartailhac)

Restos de povoações neolíticas e eneolíticas se encontraram em Liceia (perto de Barcarena), Chibanes e Rotura (nos arredores de Setúbal), Pragança (Cadaval), Outeiro de Assenta (Óbidos), Pepim (Amarante) etc. São, algumas, os primeiros *castros* ou *cêrcas*, povoações fortificadas, geralmente no alto de

(Cl. do autor)

RESTOS DUM DOLMEN SIMPLES DE LIXA DE ALVÃO (VILA POUCA DE AGUIAR)

montes, às quais adiante faremos mais larga referência, pois a maioria dessas estações corresponde à idade do ferro e muitas se prolongam mesmo durante a época romana. Alguns dos castros referidos, como o de Chibanes e o de Pragança, forneceram, além de restos neo-eneolíticos, objectos de datas ulteriores, inclusive mesmo luso-romanos, revelando assim fases sucessivas de ocupação humana. Quási todos êstes antigos povoados eram protegidos por fortificações artificiais, geralmente muralhas de pedra, e por escarpas naturais de difícil acesso. Alguns dêles, como os de Liceia e de Rotura, estavam nas proximidades de grutas naturais, onde fôram encontrados, com vestígios das culturas da mesma época, ossos humanos.

As grutas e cavernas, algumas das quais, como as de Palmela, eram artificiais, serviam aos homens daqueles tempos como abrigos e sobretudo como recintos funerários. A gruta da Casa da Moura (Cesareda) continha cêrca de 150 esqueletos e a da Furninha (Peniche) uns 140. Quási todas as outras forneceram também esqueletos humanos em numero variável, além dum mobiliário funerário mais ou menos abundante. Alguns dêstes recintos foram, porém, como os dolmens, de que adiante nos ocuparemos, profanados por homens de épocas subseqüentes que revolveram e destruíram muitos dos restos nêles recolhidos, ou com êsses restos misturaram, mais ou menos confusamente, objectos de menos remota antiguidade. À entrada da gruta do Cabêço da Ministra (Alcobaça) havia, por exemplo, objectos de bronze, pertencentes talvez à idade do ferro. Nalguns dolmens encontraram-se

(Cl. do autor)

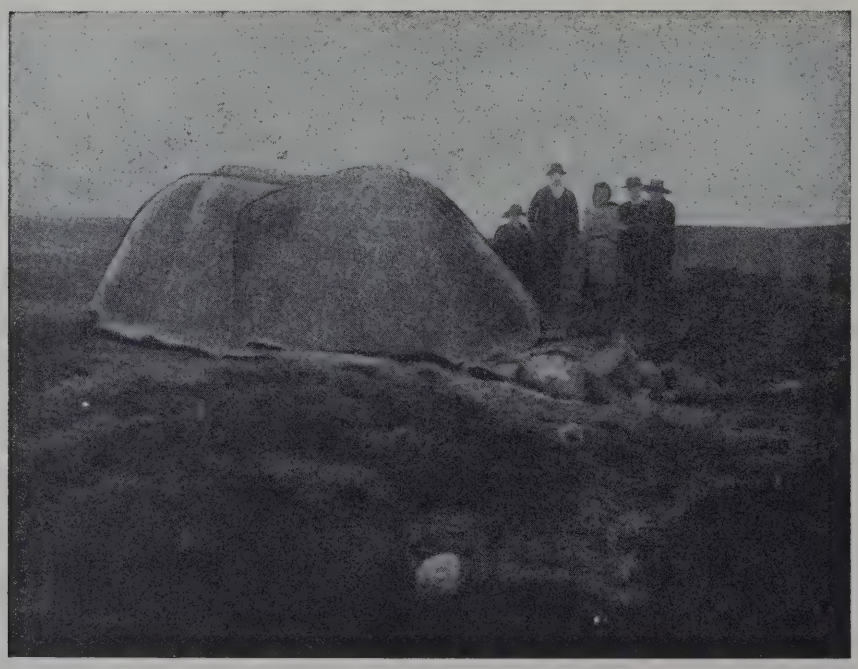
RESTOS DUM DOLMEN DE CHÃ DAS ARCAS (CARRAZEDO DE ALVÃO)

restos de cerâmica romana e até moderna. No dolmen de Barrosa (Âncora), por exemplo, apareceu um fragmento de telha romana. Na galeria de acesso ao tumulo n.º 4 de Alcalar (Algarve), que é datado do eneolítico final ou do primeiro período do bronze, encontrou Estácio da Veiga uma sepultura da época romana, com uma moeda de Cláudio I. Felizmente é possivel, em geral, isolar o mobiliário primitivo dos objectos adicionados mais tarde.

(Cl. do autor)

RESTOS DUM DOLMEN DE CARRAZEDO DE ALVÃO

As construções *megalíticas* (assim chamadas por serem feitas com grandes pedras) não são apanágio duma época, dum povo ou duma civilização. Para alguns autores, definiriam uma mesma fase do desenvolvimento do espírito humano, a qual seria atingida por vários povos em épocas e logares diferentes, sem unidade de origem. De facto, parece que não há um « povo ou raça dos dolmens » como se supôs, mas a cultura dolménica marca uma fase larga e nítida da pre-história, e, conquanto essa cultura tenha tido ampla difusão no tempo e no espaço, influenciando de-certo povos diversos, ela apresenta entretanto certas relações mútuas em pontos muito afastados e parece hoje a muitos ter tido no território português um centro importante de origem, desenvolvimento e dispersão.



(Cl. do autor)

OUTRO ASPECTO DOS RESTOS DUM DOLMEN DE CARRAZEDO DE ALVÃO

Pertencem ao número das construções megalíticas os *menhires* (simples monólitos erguidos verticalmente), os *alinhamentos* (séries de menhires, dispostos em linhas rectas ou sinuosas), os *cromlechs*, (vários monólitos dispostos em círculo) e os *dolmens*. Segundo a autorizada opinião de Loth, as

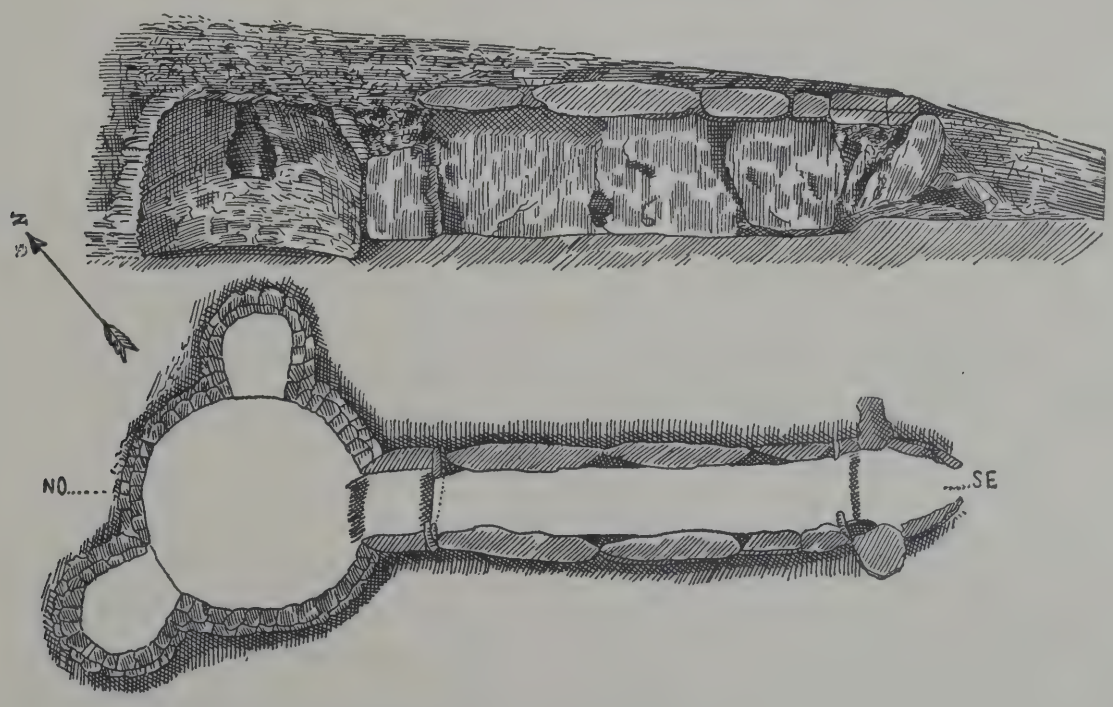
expressões *cromlech* e *dolmen* não são justificáveis e deveriam desaparecer da terminologia pre-histórica, pois a primeira significa antes «pedra chata curva» e dolmen deveria ser substituído por *tolven* (*tol* mêsa; *ven* pedra — e não *men* porque é precedido duma palavra feminina). Mas o uso consagrou de há muito aqueles nomes.

Os dolmens são monumentos sepulcrais constituídos por grandes *esteios* dispostos mais ou menos verticalmente (em número de 6 a 9, muitas vezes de 7) e delimitando um espaço de contôrno poligonal ou circular (*câmara*), fechado superiormente por uma grande lage (*tampa*, *mêsa* ou *chapeu*) e dotado lateralmente duma entrada à qual com freqüencia dá acesso um *corredor* (ou *galeria*) mais ou menos longo, formado por duas fiadas de pedras ao alto e coberto por lages assentes horizontalmente sôbre aquelas. Os dolmens são designados, entre nós, pelo povo com os nomes de *ontas*, *orcas* ou *ar-*

(Cl. Dr. Torcato Sousa Soares)

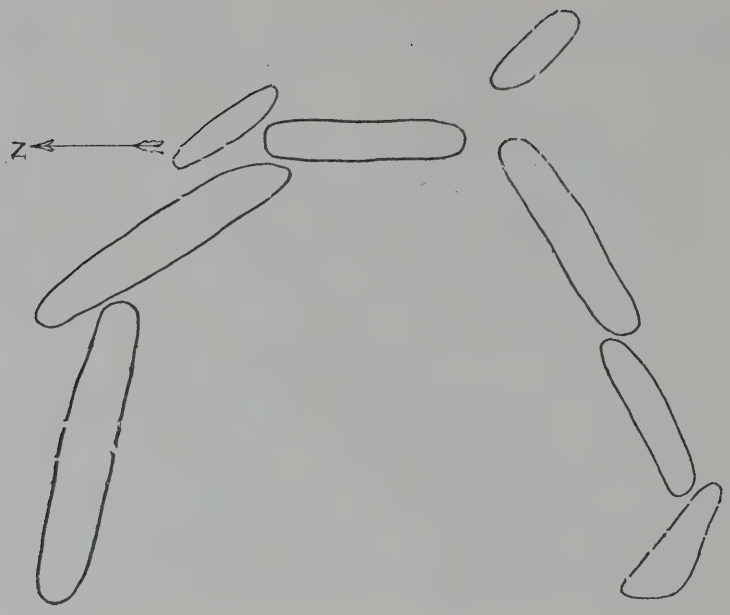
DOLMEN DE PENAFIEL

(Ao contrário dos anteriores conserva em posição a lage horizontal superior)



MONUMENTO ALCALARENSE DO ALGARVE
(Primeiro período da idade do bronze)

(Estácio da Veiga)

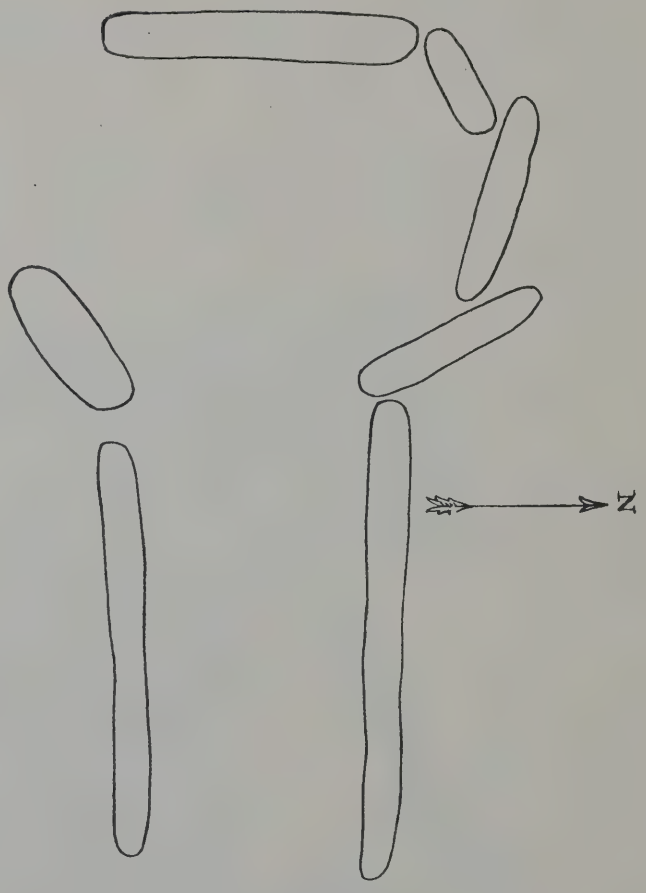


das vezes não é possível reconhecê-los senão pela conjugação das indicações toponímicas com a existência de pequenas elevações sub-circulares de terra, deprimidas em geral no centro, na parte correspondente à câmara, e às vezes ainda com um sulco radial correspondente ao corredor. Notam-se ainda, muitas vezes, alguns esteios, os seus fragmentos, erguidos ou já derrubados.

Todas as províncias portuguesas teem fornecido monumentos dolménicos, sendo a Extremadura aquela em que êles aparecem em menor número. No sul do País, particularmente no Algarve (Alcalar) apa-

cas, sendo menos freqüente a designação de *palas*. A inclusão dalguns dêles num montículo de terra *(tumulus)* de forma mamilar, levou o vulgo a designar estas elevações, e às vezes os próprios dolmens, pelos nomes de *mamôas*, *mâmoas*, *mamunhas*, *mamoinhas*, *mamoélas*, etc. *Antinha* significa talvez pequeno dolmen e *antela* corresponde ao que adiante chamaremos *cista*. A origem da expressão *mamaltar*, dada pelo vulgo a algumas construções dolménicas beirãs, derivará da associação das expressões correspondentes ao *tumulus* e á errónea suposição de que os dolmens eram altares formidáveis para sacrifícios e culto. Também o povo imagina que alguns dolmens eram *fornos de mouros*, o que, como as designações antes citadas, se reflecte na toponímia, rica nessas expressões. A legenda popular atribui, em geral, os dolmens aos Mouros, relacionando-os freqüentemente com episódios de mouras encantadas. Também não é rara a crença de que êles conteem tesouros, o que sugere lamentáveis actos de vandalismo na sua pesquiza, às vezes repetidos em diferentes gerações.

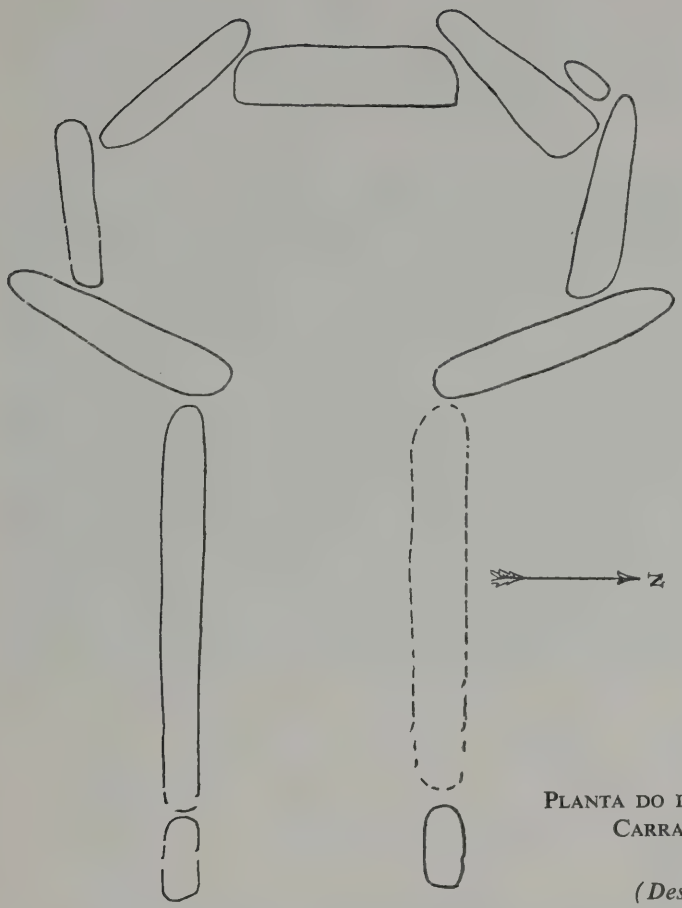
Os menhires são raros em Portugal, mas os dolmens são numerosíssimos, se bem que poucas dessas construções se apresentem ainda hoje íntegras. As mais



I — Planta dum dolmen simples de Lixa de Alvão (1:20)

II — Planta do dolmen I de Chã das Arcas Carrazedo de Alvão (1:40)

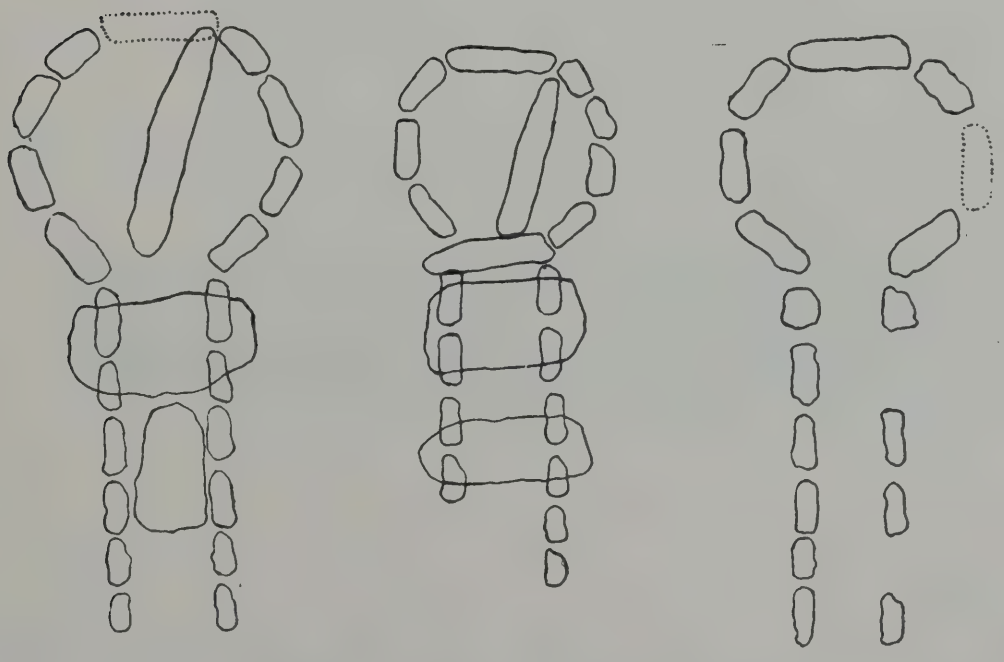
(Desenhos de Rui de Serpa)



rece também um tipo especial de monumentos megalíticos, chamados *criptas alcalarenses*, nos quais os esteios da câmara são substituídos por pequenas pedras e placas de xisto, às vezes com cimento de terra ou lôdo, convergindo as paredes para a parte superior numa falsa abóbada, tapada em geral com lages pequenas. As paredes das câmaras teem nichos laterais, constituídos igualmente com pedras pequenas. Quanto às galerias de acesso são análogas às dos dolmens própriamente ditos. Êstes monumentos « alcalarenses » foram considerados semelhantes aos túmulos reais da acrópole de Micenas, cujas explorações famosas foram realizadas por Schliemann, mas afirmou-se que não havia en-

PLANTA DO DOLMEN IV DE CHÃ DAS ARCAS, CARRAZEDO DE ALVÃO (1:40)

(Desenho de Rui de Serpa)



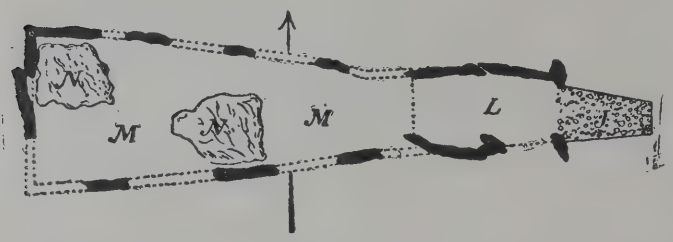
PLANTAS DE DOLMENS DE PAVIA (ALENTEJO) COM CORREDOR DESENVOLVIDO.

(Estas plantas estão muito mais reduzidas do que as anteriores)

(Vergílio Correia)

tre uns e outros estreitas afinidades e que as criptas portuguesas não eram derivadas dos tipos micénicos, sendo mesmo talvez mais antigas do que êstes.

Os dolmens distribuem-se pelas zonas *costeiras* da Europa mediterrânea e atlântica, do



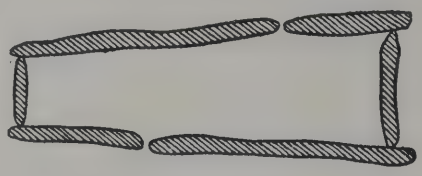
PLANTA DA GALERIA COBERTA DE NORA (ALGARVE)

(Estácio da Veiga)

mar do Norte e do Báltico, no norte de África, no Cáucaso, na Síria, na Pérsia, na Índia, etc. Faltam quási completamente na bacia do Egeu, onde, no entanto, aparecem monumentos dêles derivados. Trata-se duma civilização essencialmente *litoral*, o que permitiu supor-se que a sua difusão se efectuara por via marítima. Mesmo na Península Ibérica, os dolmens são mais freqüentes na periferia do que no centro, onde se tornam de-veras raros, faltando em áreas extensas. Como dissemos, há quem atribua uma origem portuguesa à cultura megalítica da Europa Ocidental.

lus, atravessaria fases sucessivas de alongamento progressivo da galeria de acesso e de transformação em *galerias cobertas* pela fusão da câmara com a galeria, revestiria as formas dos túmulos de cúpula (monumentos alcalarenses) e finalizaria com as chamadas *cistas*, caixas quadrangulares feitas de lages, com a tampa também de pedra e sem a abertura lateral que existe nos dolmens. São estas *cistas* ou suas variantes que o vulgo designa ás vezes por *antelas*.

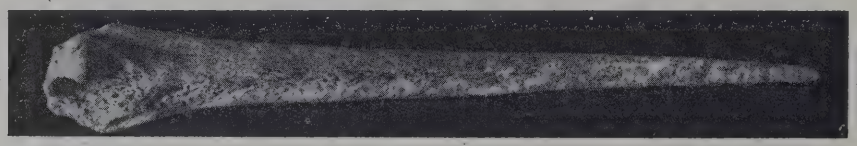
Êstes diferentes tipos arquitectónicos têem sido colocados em fases diversas. Para Wilke os dolmens mais remotos datariam do neolítico antigo, mas Bosch Gimpera coloca-os no final do neolítico. O corredor esboçar-se-ia já no neolítico e ir-se-ia desenvolvendo durante o eneolítico no qual apareceriam também já as galerias cobertas. Os sepulcros de cúpula, que o ilustre arqueólogo catalão datava do eneolítico pleno e avançado, são ultimamente



PLANTA DUMA CISTA, DE ODEMIRA (ALGARVE)

(Estácio da Veiga)

por êle considerados da primeira fase da idade do bronze, á qual pertencem também as cis-



(Cl. E. Cerdeira)

FURADOR DE ÔSSO DE PROVENIÊNCIA IGNORADA

(Museu Antropológico da Universidade do Pôrto)

Os trabalhos de Cartailhac, Wilke, Bosch, Obermaier, Leite de Vasconcelos, Aberg, etc. levaram a concluir que as construções megalíticas da Península experimentaram uma longa evolução, que começaria nos dolmens primitivos simples, sem corredor e sem *tumu*-

tas da última *étape* da evolução megalítica. É bem de crêr, entretanto, que tipos simples primitivos hajam coexistido com formas mais evolutidas, conquanto até certo ponto se tenha notado também uma evolução do mobiliário dolménico. Não é êste, porém, tam

abundante e tam homogéneo, nem a sua discriminação em cada área dolménica tem podido fazer-se sempre, por todos os monumentos respectivos, com tamanho rigor que se possa considerar mais do que aproximativa a sistematização cronológica feita simultâneamente para a arquitectura e para o espólio dos megálitos portugueses. Há inegàvelmente explorações meticulosas e metódicas, mas há-as também irregulares e tumultuárias.

(Cl. E. Cerdeira)

AGULHAS E FURADORES DE ÔSSO DO OUTEIRO DE S. MAMEDE

(Museu Etnológico Português)

Faltam restos esqueléticos em numerosas câmaras mortuárias dolménicas e grutas, ou porque o tempo os consumiu totalmente ou porque mãos vandálicas de pósteros os profanaram, dispersaram ou destruíram. Junto dos cadáveres depostos nas sepulturas dessa ordem, foram, pela devoção das gentes da época, colocados, por vezes em farta profusão, objectos de variadas naturezas e significados, que atestam não só os sentimentos piedosos dessas gentes remotas mas também um certo número dos seus usos e costumes, o seu nível cultural.

As grutas e os dolmens forneceram nos seus espólios arqueológicos — nem sempre, como já dissemos, conservados integralmente e isentos de adições posteriores — objectos em pedra, cerâmica, ôsso, marfim, etc., dos quais uns com um significado puramente religioso, outros para uso doméstico, para adôrno corporal, armas, utensílios de trabalho, etc. Assim, aparecem nêsses espólios: machados de pedra polida; lâminas, facas, pontas de seta, micrólitos, punhais e

(Cl. E. Cerdeira)

AGULHAS E FURADORES DE ÔSSO DO OUTEIRO DE S. MAMEDE

(Museu Etnológico Português)

alabardas de sílex; ídolos, que consistem em placas, cilindros e cones de pedra, muitas vezes com ornatos incisos; falanges com incisões estilizadas, talvez ídolos também; cerâmica, feita á mão, ora grosseira, ora mais fina, ora sem ornatos, ora com ornatos, pontuados, incisos ou em relêvo, e apresentando formas variadas, entre as quais avulta o chamado *vaso campaniforme*, de grande interêsse tipológico e cronológico; contas de colar, de ôsso, conchas, pedras, âmbar, calaíte, etc.; machados, punhais, agulhas, pontas, alabardas, etc., de cobre; lâminasinhas e fios em espiral, de ouro; alfinetes, agulhas e botões de ôsso, sendo alguns dêstes perfurados em V; etc.

(Cl. E. Cerdeira)

VÁRIOS EXEMPLARES PORTUGUESES DE MACHADOS DE PEDRA POLIDA

(O do centro é o de Goucha a que se refere o texto. O superior direito tem ranhura para encabamento)

(Museu Antrop. da Univ. do Pôrto)

MACHADOS VOTIVOS

(O da esquerda está partido, mas vê-se parte do contôrno do orifício de suspensão).

(Mus. Antrop. da Univ. do Pôrto)

Êstes objectos não estão representados todos e do mesmo modo nas várias estações e nas épocas sucessivas. Faltam muitos modêlos na maior parte destas, e objectos da mesma natureza aparecem com tipos diferentes dumas estações e dumas épocas para outras.

Assim, a matéria prima e a morfologia dos machados de pedra variam. Nas jazidas mais antigas, os machados são mal polidos, de quartzite, basalto, etc., ao passo que mais tarde são bem polidos, e de diorite, fibrolite, serpentina, em suma, de melhor matéria

(Cl. E. Cerdeira)

PONTAS DE FLECHA DE SÍLEX DO CASTRO DE OTA

(Museu Antrop. da Univ. do Pôrto)

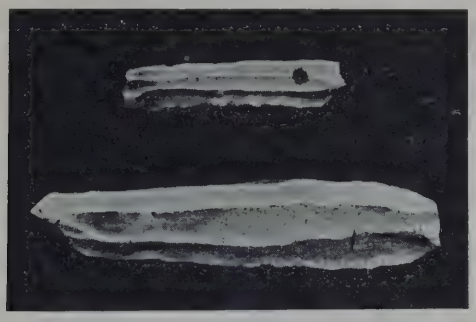
prima. As formas dos machados também variam muito: há-os achatados e sub-cilíndricos ou tronco-cónicos, sub-triangulares e sub-rectangulares, de gume em arco de círculo e de gume quási rectilíneo, etc. O tipo mais freqüente no ocidente europeu é sub-triangular, de gume curvo e com a outra extremidade embotada.

As dimensões também variam muito: em média o comprimento oscila entre 10 cm. e 15 cm., mas há-os muito mais pequenos, como alguns votivos, e muito maiores. Um exemplar de quartzite, do Museu Antropológico do Pôrto, que obtive em Goucha (Alpiarça), mede 495 mm. de comprimento máximo, pesando 3,^{k} 740. Êle excede em comprimento dois espécimes do Museu Etnológico Português, um de Redondo com 36 cm. de comprimento e um molde de Extremoz com 41 cm. Também excede os machados mais compridos da Bretanha, citados por Déchelette, que medem 468 mm. e 440 mm. Mas nos países escandinavos há exemplares que chegam a meio metro de comprimento. Alguns machados apresentam ranhuras que eram utilizadas para o seu encabamento.

As pontas de seta em sílex apresentavam vários tipos, sendo notável o aperfeiçoamento progressivo do trabalho do sílex que elas revelam à medida que o eneolítico avança. Os tipos mais antigos são irregulares e grosseiros; ulteriormente, aparecem os exempla-

PONTAS DE FLEXA DE SÍLEX DE ALCALAR (ALGARVE)

(Estácio da Veiga)



CANIVETES DE SÍLEX DO CASTRO DE OTA

(Mus. Antrop. da Univ. do Pôrto)

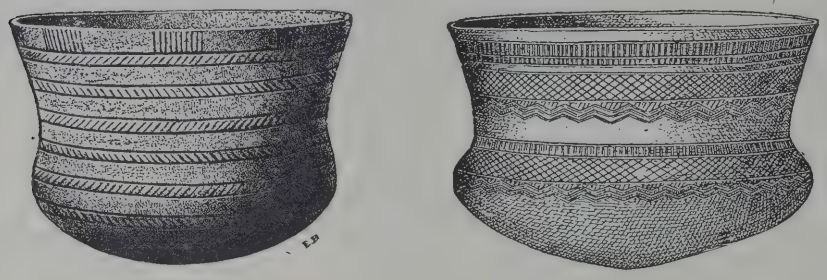
VASO CAMPANIFORME E FRAGMENTO DUM GRANDE VASO DA CAVERNA DOS REFUGIDOS (ALENQUER)

(Mus. Antrop. da Univ. do Pôrto)

(Cl. E. Cerdeira)

res trapezoidais alongados, de base convexa, de base côncava, de pedúnculo sem aurículas laterais, ou de pedúnculo com aurículas laterais. Embora não seja possível reduzir a um esquêma rigoroso a evolução morfológica das pontas de seta no neo-eneolítico português, essa evolução deu-se incontestàvelmente. As pontas de flecha de base côncova, por exemplo, constituem formas muito evolutidas e tardias, que de Portugal se crê terem tido difusões para outros pontos. Centro notável de utilização e trabalho do sílex, o nosso território chega, como Schmidt e outros averiguaram, a modêlos líticos que seriam depois copiados no fabrico de instrumentos de metal, por exemplo de certas alabardas e punhais.

A cerâmica neo-eneolítica é muito variada. Primeiro lisa, grosseira e mal cosida, com impressões digitais bem marcadas e contornos imperfeitamente geométricos, vai progredindo na qualidade, na factura e nos ornatos, atingindo formas de uma relativa perfeição ceramológica e de certa riqueza decorativa. Entre os grupos cerâmicos avulta o do chamado *vaso campaniforme* ou *caliciforme*, em forma de campainha ou tulipa, que é considerado como típico duma cultura eneolítica, a qual, segundo Schmidt, teria uma origem peninsular, localizando Bosch e Castillo na Andaluzia, no vale do Guadalquivir, o seu centro inicial de difusão. O vaso campaniforme aparece nos vários círculos culturais do eneolítico peninsular, no sul da França, na Bretanha, nas ilhas do Mediterrâneo ocidental, no litoral toscano, no norte



Vasos campaniformes de Palmela com decorações incisas

(Cartailhac)

(Cl. E. Cerdeira)

Fragmentos de cerâmica do castro da Penha (Guimarães) com decorações incisas análogas às da cerâmica eneolítica.

(Museu Antrop. da Univ. do Pôrto)

da Itália, na Grã-Bretanha e Irlanda, enfim em vários países da Europa central, sobretudo na Tcheco-Slováquia, não ultrapassando a oriente a Hungria. As estações peninsulares em que o vaso campaniforme se apresentou mais tìpicamente, foram as grutas de Palmela, em Portugal, e Ciempozuelos, perto de Madrid, pelo que se lhe deu também o nome

Peça cerâmica de Los Millares com sóis estilizados

(Siret)

de cerâmica de Palmela ou de Ciempozuelos. Êsse tipo cerâmico não aparece já nos sepulcros de cúpula portugueses, nos monumentos alcalarenses, que hoje começam a ser considerados post-eneolíticos. Portugal teria recebido da Andaluzia, segundo Bosch e Castillo, o vaso campaniforme, que foi assim introduzido no mobiliário das suas grutas e dos seus dólmens. Entre a estação andaluza de Carmona e a portuguesa de Palmela há, na opinião de Alberto del Castillo, numerosos pontos de contacto, e essa difusão cultural da Andaluzia para o nosso território ter-se-ia porventura feito em virtude da procura do cobre nas minas da província de Huelva e do próprio Portugal meridional.

Peça cerâmica de Los Millares com sóis ou olhos e cervos estilizados

(Siret)

I—Ídolo-placa da gruta da Galinha (Alcanena)

II—Ídolo-placa de Vale de Cavalos (Alpiarça)

(Museu Antrop. da Univ. do Pôrto)

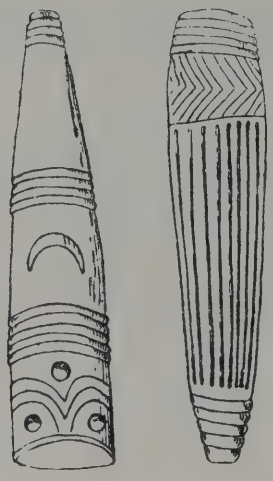
(Cl. E. Cerdeira)

Como adiante veremos, supõe-se que de Portugal irradiaram, a seu turno, para outros pontos (Bretanha, Irlanda, etc.) êsses elementos de cultura, o que, de resto, sucedia também, e iria depois ainda suceder, com elementos culturais indígenas, devendo notar-se que no sul e no sudeste de Espanha (Los Millares) a cultura que se segue à do vaso campaniforme e que parece sincrónica da nossa de Alcalar, denota, segundo Bosch, sobretudo nas pontas de flecha, nítidas penetrações culturais de proveniência portuguesa.

Algumas regiões portuguesas, como Trás-os-Montes, a Beira interior, grande parte do Alenjejo, o Algarve, etc. não forneceram ainda a cultura do vaso campaniforme. Se novas descobertas não vierem acusar a penetração desta nessas regiões, caberá admitir que elas constituíam áreas então quási desertas ou, talvez melhor, áreas em que perduravam, sincrònicamente com tal cultura, os modelos das

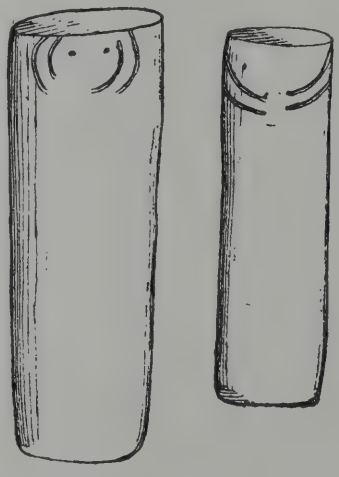
Ídolo-placa de xisto, em báculo, da Casa da Moura (1/3)

(Cartailhac)



Ídolos-cilíndricos de Palmela e de Fôlha das Barradas

(Vergílio Correia)



Ídolos-cilíndricos da Serra das Mutelas e de Barro

(Vergílio Correia)

Ídolo-cilíndrico em calcáreo, sem ornatos, da gruta dos Refugidos (Alenquer)

(Mus. Antrop. da Univ. do Pôrto)

(Cl. E. Cerdeira)

Estela da Esperança (Arronches), com estilização do rosto humano

(Museu Etnológico Português)

fases anteriores do neo-eneolítico. Não nos parece, pois, que haja uma segurança absoluta em se considerarem, por exemplo, anteriores ao eneolítico do vaso campaniforme todos os dólmens beirões ou transmontanos dos tipos ditos mais antigos. Alguns espécimes dêstes tipos podem perfeitamente ser coevos dos povos que depuzeram os seus mortos nas grutas de Palmela, e até — quem sabe? — dos que mais tarde construíram os monumentos sepulcrais de Alcalar. Nada impede de admitir, embora com reservas, que êsses níveis culturais distintos tenham sido, em parte, simultâneos.

Os ornatos mais freqüentes na cerâmica do tipo campaniforme de Portugal são: linhas contínuas, linhas paralelas com incisões entre elas, linhas pontuadas, zig-zags, linhas cruzadas, triângulos com traços paralelos no interior, rombos também com o interior tracejado, etc. É freqüente a ornamentação do fundo dos vasos, externamente. A maior parte dêsses ornatos dos fundos dos vasos consiste em linhas dispostas, por grupos, radialmente. Em Palmela apareceu um fragmento cerâmico ornamentado com um veado estilizado, o que tem paralelos nas necrópoles de Las Carolinas (Madrid) e de Los Millares, onde se descobriram peças cerâmicas com sóis e cervos, estilizados. Numa pedra gravada que parece provir dum dólmen de Alvão (Trás-os-Montes), vê-se também, além de sinais alfabetiformes e outras representações, um cervídio estilizado. Em várias peças líticas da mesma origem aparecem prováveis representações solares.

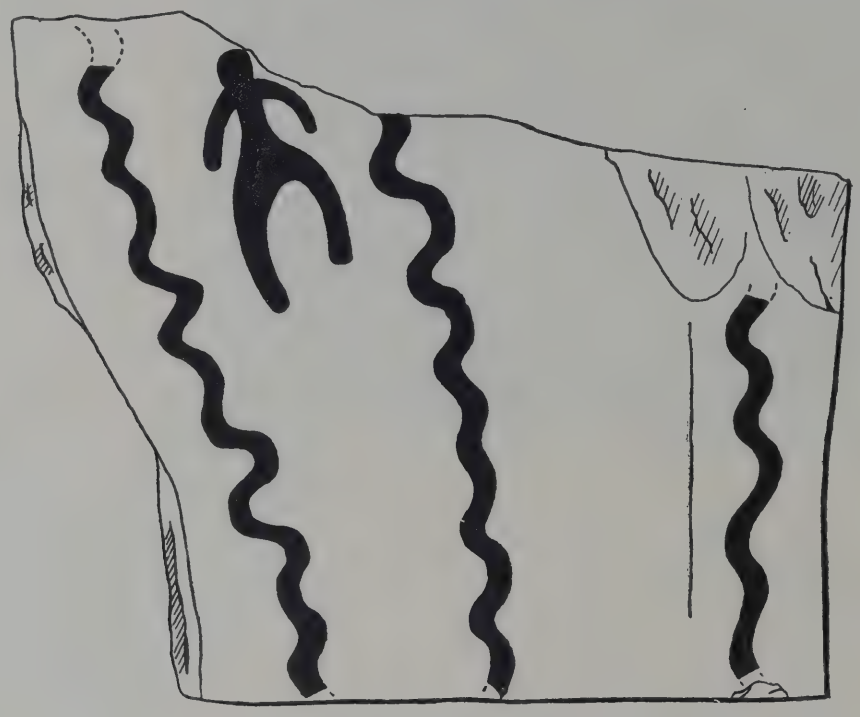
Os ornatos da cerâmica eneolítica, duma variedade enorme e ricos em motivos decorativos, possuem algumas afinidades com os ornatos gravados em placas de xisto, que têem aparecido em dólmens, grutas e noutros pontos do País e de Espanha, e que são em geral consideradas como amuletos ou como ídolos.

Os ídolos-placas, dos quais ainda se não publicou qualquer exemplar proveniente do norte do País, mas de que se contam já muitas dezenas no centro e no sul de Portugal, são geralmente rectangulares ou trapezoidais, às vezes também encurvados em báculo, e têem uma perfuração, duas ou nenhuma, junto dum dos seus bordos. Uma das faces é, quási sempre, profusamente gravada, sendo essas gravuras constituídas por uma rêde mais ou menos apertada, obtida pelo traçado, entre linhas paralelas, de triângulos, quadrados ou numerosas linhas entrecruzadas. Freqüentes vezes o desenho modifica-se junto do bôrdo superior, apresentando aí uma nítida bifurcação e até por vezes a representação estilizada dos dois olhos.

É opinião quási geral que estas placas são estilizações duma divindade feminina do eneolítico, talvez de rosto tatuado, que, sob aspectos variados, apareceria também representada em França, na Itália, na Dinamarca, em Creta, Hissarlik, etc. Com o mesmo grupo de objectos se relacionam: grosseiras escul-

turas antropomorfas, aparecidas em França e na Península *(estátuas-menhires*, porventura as esculturas femininas de Alvão, etc.); cilindros de pedra ou de ôsso, com ou sem ornamentações, dos quais alguns são sem dúvida também estilizações de figuras humanas *(ídolos cilindros)*; falanges de animais com forma de tronco humano; e, enfim, algumas gravuras e pinturas, evidentemente da mesma época pre-histórica, que têem sido descobertas nas paredes de dólmens, em abrigos, ou em rochedos ao ar livre.

A arte rupestre neo-eneolítica, que, ao contrário do que sucede com a arte paleolítica, ausente do nosso território, tem uma larga extensão em Portugal, apresenta um carácter bastante diverso do da arte quaternária. Ao passo que, como já dissemos, o artista paleolítico é naturalista, a arte subseqüente esquematiza-se ao extrêmo e estiliza-se progressivamente de tal feitio que chega a ser impossível reconhecer o objecto de muitas dessas representações, tanto êle é desfigurado. Entretanto, a existência de intermediários e a coïncidência de alguns esquemas com as linhas fundamentais descortinadas pelos homens de todas as épocas nas figuras humanas e animais, permitem certas suposições legítimas. Aqui são figuras humanas reduzidas a rectas que representam o tronco e os membros, além são cabeças em série, cruzes ou figuras em que a fantasia do artista multiplicou os membros em



PINTURA DUM ESTEIO NO DÓLMEN DE BALTAR

(Esquema da figura humana e linhas serpentiformes)

(Museu Antrop. da Univ. do Pôrto)

(Des. de Rui de Serpa)

PINTURA NUM ESTEIO DO DÓLMEN DE BALTAR

(Esquema do polvo?)

(Museu Antrop. da Univ. do Pôrto)

(Des. de Rui de Serpa)

séries ramosas ou arborescentes; etc. Mas ficam ainda sem explicação plausível as covinhas *(fossettes)* tam freqüentes, os círculos concêntricos, as espirais; as linhas sinuosas. Falou-se em que as covinhas representariam constelações ou numerações e em que as espirais e as linhas sinuosas denotariam a *ofiolatria* ou culto da serpente. Chegou-se a falar em representações de cicatrizes foliares ou até na figuração de impressões digitais, colocando-se os neo-eneolitas na categoria de verdadeiros precursores da botânica e dactiloscospia modernas! A verdade é que a fantasia tem larga margem na interpretação dêstes documentos, alguns dos quais dão entretanto razões fortes aos que se recusam a considerar estas manifestações artísticas como produtos mais ou menos casuais dum simples engenho decorativo, e antes lhes atribuem um significado mais ou menos transcendente, um carácter simbólico, comemorativo, mágico ou religioso.

Algumas gravuras e pinturas do neo-eneolítico são assim consideradas representações de divindades, ídolos, figurações de antepassados, imagens sagradas de diferentes naturezas. No interior dalgumas câmaras dolménicas de Portugal ainda existiam última-

(Cl. E. Cerdeira)

OBJECTOS DE PEDRA DUM DÓLMEN DE CARRAZEDO DE ALVÃO E DE CAPELUDOS.

No alto, da esquerda para a direita, um símbolo solar (?), uma placa com inscrição e com orifício de suspensão, e uma inscrição, esta última de Capeludos; por baixo do primeiro objecto, uma pedra com còvinhas; na parte inferior da gravura um ídolo feminino (?) e uma pedra com gravura zoomórfica, vendo-se ainda no centro da estampa um amuleto triangular com gravuras e inscrição.

(Depósito do rev. Brenha no Museu Antrop. da Univ. do Pôrto)

mente abundantes e variadas decorações picturais. Como outros da região beirã, um dos dólmens da Serra de Côta (Viseu) possuía ainda várias pinturas. Estas eram polícromas, ramiformes, serpentiformes, etc. O *panneau* que revestia uma das lages e de que dei uma breve notícia no « Notícias de Viseu », de 12 de Outubro de 1924, e uma descrição sumária nos « Povos Primitivos da Lusitânia », pode a meu ver, considerar-se uma representação muito notável e ornamental do ídolo eneolítico, mais rica, mais decorativa e mais estilizada do que o ídolo, muito conhecido, pintado no abrigo de Peña-Tu (Astúrias). Breuil vê nessa representação esquemas da figura humana e de cabeças dispostas em série. Igualmente um dólmen de Vandoma (Paredes) se encontrava profusamente pintado, a vermelho e negro, e me forneceu o esquema da figura humana, linhas diversas, uma figura tentacular (talvez o polvo, que se presume figurar em representações mais nítidas na arte rupestre espanhola). Tratava-se, pois, de verdadeiros santuários, que o artista eneolítico decorara abundante e elegantemente, em homenagem às suas divindades e aos seus mortos. Mencionemos ainda, como documentos da arte megalítica e rupestre de Portugal (que tem sido objecto das investigações de Leite de Vasconcelos, Breuil, Aristides Girão, Vergílio Correia, José Fortes, Joaquim Fontes, etc.), as pinturas e gravuras dos dólmens de Sales (terra de Borroso), Queiriga (Vila Nova de Paiva), ribeira do Buraco (Côta), Sobreda (Oliveira do Hospital), Pedra dos Mouros (Belas), da Orca dos Juncais, do penedo do Cachão da Rapa (Douro) — estas pinturas do Cachão da Rapa desapareceram, mas ficaram registadas em antigos escritos — , Gião (Arcos de Val-de-Vez), dos abrigos e penedos de Benfeitas (serra das Talhadas), Pedraça, Senhorim (Beira Alta), Sant'Ana do Campo (Arraiolos), Esperança (Arronches), etc.

A esta lista, sumária e incompleta, que dá entretanto uma idea da difusão larga destas remotas manifestações artísticas, caberia acrescentar um grande número de factos análogos na Galiza e na região espanhola confinante da nossa fronteira de leste. Convém entretanto notar que nem todos os documentos referidos da arte rupestre possuem uma cronologia neo-eneolítica bem averiguada. Mas há razões para atribuir essa data a um grande número dêles.

Supos-se que alguns sinais gravados ou pintados, descobertos na Europa ocidental em jazidas e objectos anteriores à idade dos metais, eram os precursores da escrita alfabética. Em 1891 o arqueólogo português Estácio da Veiga expôs as razões para crer que o alfabeto, longe de ter tido origem, como é a suposição corrente, na Fenícia, provinha da Península Ibérica. A descoberta, por Góngora, na gruta dos Morcegos, em Espanha, dum fragmento cerâmico com poucos sinais alfabéticos, semelhantes aos da escrita ibérica, juntamente com uma indústria que êle então chamou neolítica, mas que hoje poderá ser datada do eneolítico, levou o nosso arqueólogo a estabelecer a origem peninsular e neolítica do alfabeto ibérico e, em geral, do alfabeto. Os achados feitos em 1894 pelos abades José Brenha e Rafael Rodrigues num dólmen da importante necrópole de Alvão (Vila Pouca de Aguiar) e em logares próximos, vieram, na opinião de Ricardo Severo, que, cêrca de dez anos depois, publicou um artigo sôbre o assunto, consolidar a tese de Estácio da Veiga. Mas a autenticidade dêsses achados, a que adiante nos referimos com mais detalhe, foi contestada ou considerada duvidosa por individualidades como Salomon Reinach Cartailhac, etc., e êles caíram no olvido.

A recente controvérsia de Glozel veio trazer de novo à tela da discussão as descobertas dos dois sacerdotes portugueses e a tese de Estácio da Veiga. O exame dos objectos e inquéritos na região levaram-me a proclamar de novo a autenticidade dos curiosos documentos de Alvão, de resto aceite já por outros investigadores, incluindo o próprio S. Reinach, para o qual Alvão e Glozel se confirmam mesmo mùtuamente. Contra a opinião do eminente sábio francês, que data os referidos objectos, como os de Glozel, do neolítico antigo, entendo que aquêles documentos — embora traduzam certas sobrevivências neo-eneolíticas, na ausência de metal, nos ídolos (?) femininos, no cervídio já referido, nos símbolos solares, etc. — não podem datar-se duma fase megalítica primitiva e muito menos do neolítico antigo, mas são talvez mais recentes do que a fase de apogeu do neo-eneolítico no

ocidente europeu, devendo mesmo admitir-se a hipótese de não serem coevos do dólmen em que apareceram na sua maior parte, mas resultarem duma utilização ulterior dêsse dólmen como recinto de práticas votivas ou mágicas, ou como simples oficina de fabrico ou armazém dessas peças. Adiante volveremos ao assunto e serão dadas as razões do nosso ponto de vista.

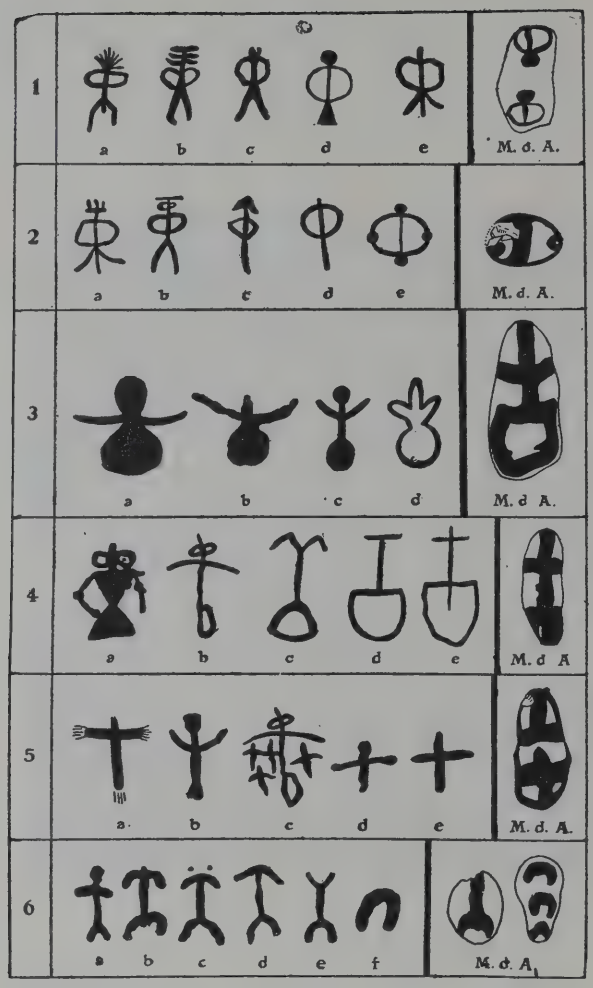
Inscrição de Carrazedo de Alvão num fragmento de cerâmica

(Depósito do rev. Brenha no Museu Antrop. da Univ. do Pôrto)

— por escassez de elementos de referência ou pela sua contemporaneidade manifesta com épocas posteriores, nalguns até com a época romana, — é susceptível de se declarar positivamente da fase pre-histórica em questão, em por isso a doutrina da origem ocidental do alfabeto e da antiguidade neolítica dos mais remotos sinais alfabéticos é insustentável. Não falemos já no minúsculo depoïmento da gruta

Desenho da inscrição de Alvão da gravura anterior

Se as inscrições de Alvão não podem com segurança dizer-se neolíticas e se nenhum outro documento epigráfico em letras ibéricas dos Morcegos. Não pretendamos considerar averiguadamente alfabéticos alguns sinais alfabetiformes gravados em raros objectos da



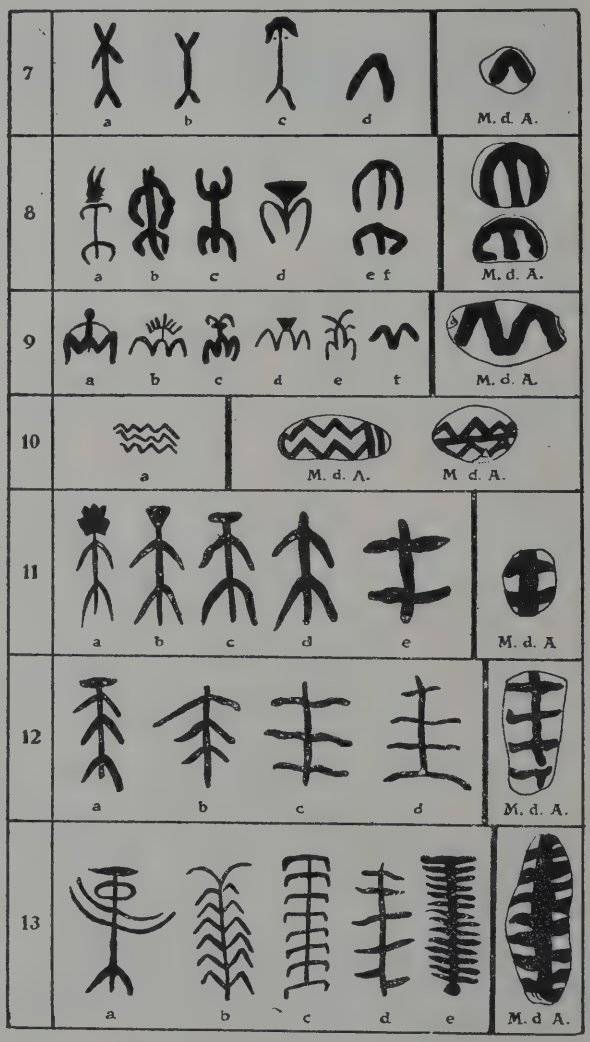
QUADROS COMPARATIVOS ENTRE PINTURAS RUPESTRES DE ESPANHA, REPRESENTANDO ESQUEMAS DA FIGURA HUMANA, E (À DIREITA EM CADA QUADRO) AS PINTURAS DOS CALHAUS DE MAS-D'AZIL (A. D'A.)

(Obermaier)

idade da rena. Admitamos que se trata de meras fantasias decorativas, de marcas de propriedade, em suma de qualquer coisa diferente duma verdadeira escrita alfabética. Mas os sinais pintados nos calhaus de Mas-d'Azil, *do epipaleolítico*, descobertos por Piette, fazem já pensar mais demoradamente.

O grande pre-historiador Obermaier interpretou êsses calhaus como figurações de antepassados, análogas às tàboasinhas *(churingas)* que os Australianos da tríbu dos Arunta conservam em recintos especiais para comemoração individual dos seus mortos. Fêz um paralelo interessante entre algumas esquematizações da figura humana na arte rupestre peninsular e as pinturas daqueles calhaus. Mas não teria razão Piette em vêr naqueles sinais os documentos primitivos duma escrita, que teria assim as suas raízes numa data anterior ao neolítico?

É verosímil e geralmente admitido que a escrita deveria ter começado por uma fase *pictográfica* (a simples figuração objectiva das coisas e dos factos a representar) e, tornando-se depois *ideográfica* e *simbólica*, isto é, dando já dos objectos e das ideias representações convencionais e esquemáticas, passaria à fase *fonética*, ou, melhor, *alfabética*, em que a cada som elementar corresponde um símbolo especial. Ora, os calhaus coloridos de Mas-d'Azil, não constituïriam já uma das fases avançadas da suposta evolução gráfica? Quem o pode negar com segurança absoluta? E ninguém pode garantir que a referida evolução se deu «do concreto para o abstracto», como, precisamente a propósito do Glozel, Bergson afirmava—aliás com um



PINTURA ESQUEMÀTICA POLICROMA
NO ESTEIO DUM DOLMEN DE CÔTA, BEIRA ALTA

(Ídolo encolítico?)

(Museu de Antropologia da Universidade do Porto)

louvável critério scientífico de subordinação aos factos.

Seja, como fôr, Mas-d'Azil é um depoïmento a ponderar sèriamente. Por outro lado, do mesmo modo que as gravuras galegas do monte da Estrada, na região de Pontevedra, confirmam, pelas suas analogias com os sinais de Alvão, a autenticidade dêstes achados trasmontanos, também os numerosos sinais alfabéticos gravados em objectos descobertos, em condições insuspeitas, em Montcombroux, Puyravel, Chez-Guerrier e noutros pontos do Bourbonnais, (na região, mas fora, da debatida estação francesa de Glozel), vêem demonstrar a todos os espíritos calmos e imparciais que a tese da existência duma remota escrita pre-histórica na Europa ocidental não tem a sua sorte ligada ao destino daquela estação, duma só estação. Pois, mesmo a admitir-se que um camponês houvesse feito uma formidável mistificação (que ainda parece longe de se poder considerar provada), não se concebe, como já algures foi escrito, que êsse mesmo camponês tivesse semeado de falsos todo um departamento, alcançando colocá-los em condições de jazida que iludiriam os mais competentes especialistas, como Depéret. Mas, como Bergson dizia, aguardemos «os factos».

É geralmente aceite que uma escrita é tanto mais perfeita e recente, quanto mais simples, menos numerosa. Seja, pois, qual fôr a opinião difinitiva sôbre a cronologia e a genuïnidade dos achados referidos, em caso algum a escrita ibérica poderá considerar-se derivada do alfabeto fenício. A maior parte dos caracteres ibéricos não está representada na escrita fenícia. Portanto, ou se trata de escritas com origens distintas, ou foi a fenícia que derivou da ibérica, e não esta daquela. Empregar um número muito limitado de caracteres e atribuir-lhes um valor fonético elementar e constante, aperfeiçoar e simplificar as escritas pre-históricas, é ainda uma tarefa dum alto mérito. Coube essa honra aos Fenícios? Talvez. Mas não foram êles os criadores, os inventores, do sistema originário, do pecúlio inicial de símbolos, do princípio de representação gráfica, que apenas teriam aperfeiçoado e difundido. Adiante voltaremos naturalmente ao assunto, a propósito das inscrições de Alvão e das inscrições ibéricas.

O que nos diz a antropologia sôbre as gentes neo-eneolíticas do nosso território?

Demos em «Os Povos Primitivos da Lusitânia» um quadro detalhado da antropologia neo eneolítica da Península Ibérica sôbre os materiais esqueléticos, até hoje estudados, das estações peninsulares dessa data. Verifica-se que não há uniformidade de tipo físico, como de resto, já não havia nos restos osteológicos de Muge. Há exemplares de crânio alongado (dolicocéfalos) e de crânio curto e largo (braquicéfalos). Há espécimes de nariz largo (platirrínicos), como os negros africanos, e espécimes de nariz estreito (leptorrínicos), como os europeus em geral. Há indivíduos altos e indivíduos baixos. Aparecem faces proeminentes (prognatas), como as dos referidos negros, e faces não proeminentes (ortognatas), como são geralmente as dos europeus. Claro está que não basta um só carácter desta ordem num exemplar isolado para estabelecer sem qualquer hesitação a sua filiação étnica. Torna-se geralmente necessária uma *associação* probante de caracteres para essa identificação, e, por outro lado, são mais significativos os resultados fundados no estudo de séries *numerosas* do que simples resultados *individuais*. Ora, infelizmente, os despojos esqueléticos encontrados nas jazidas pre-históricas são quási sempre fragmentares e pouco abundantes, sendo raras as séries correspondentes a grande número de indivíduos e compostas por esqueletos quási completos e em bom estado de conservação.

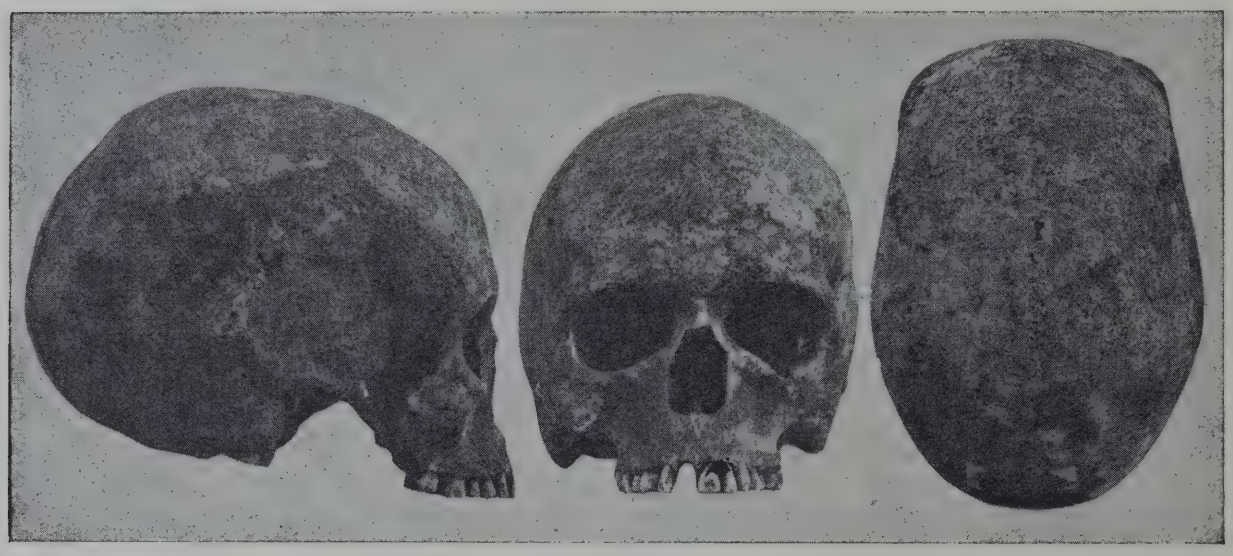
Além disso, algumas séries, como as de Cesareda, Furninha, etc., não foram ainda objecto de estudos detalhados, referindo-se-lhes apenas algumas notícias preliminares.

Nestas condições, compreende-se que não seja fácil, na heterogeneidade aludida, estabelecer desde já conclusões definitivas e latas, que poderiam ser desmentidas por novos estudos e por novos achados. No entanto, com as reservas indicadas, é legítimo enunciar desde já sôbre os materiais estudados um certo número de constatações genéricas. No livro acima citado encontrará o leitor as referências bibliográficas que lhe permitirão conhecer o material utilizado para esta síntese. Do nosso país, têem sido estudados com variável desenvolvimento restos esqueléticos, especialmente crânios, de dólmens e cavernas

do neo-eneolítico, dos Alqueves, de Alcobaça, do Carvalhal, da Furninha, de Alcobertas, de Cesareda, da Serra das Mutelas, de Montejunto, dos Refugidos (1), da Fôlha das Barradas, de Niza, de Pavia, e do Algarve.

O tipo mais freqüente é dolicocéfalo, isto é, de crânio alongado, permitindo alguns exemplares atribuir-lhe maior capacidade craniana do que ao tipo dolicóide de Muge, um nariz mais estreito do que o dêste, e uma face ortognata. Alguns ossos longos conduzem também a considerar o elemento em questão como de estatura um pouco inferior à mediana, mas superior à do *Homo taganus*.

É muito vulgar nos fémures neo-eneolíticos de Portugal, como nos da mesma época de outros países, o tipo chamado « em pilastra »; também são freqüentes as tíbias *platicnémicas* guns ossos longos da gruta da Furninha denotariam uma estatura muito alta, verdadeiramente excepcional. Se a maioria dos crânios em que a face se encontra conservada, é ortognata, não faltam vários exemplares prognatas, como um crânio deformado das grutas de Alcobaça, os crânios da gruta de Refugidos, alguns exemplares de Cesareda, etc., aliás êstes últimos a par de ortognatas, que se podem considerar em franca maioria. Os índices nasais de alguns crânios mostram também mesorrinia ou seja uma certa tendência para o alargamento da abertura nasal, aliás em geral inferior ao alargamento da mesma abertura registado no *Homo taganus*. Enfim, o próprio índice cefálico (que é a proporção centesimal da largura do crânio para o comprimento) permite discriminar alguns exem



Crânio de Cesareda

(Fotog. do Museu Antrop. da Univ. do Porto)

ou achatadas em forma de lâmina de sabre, como aparecem também em proporção relativamente elevada os úmeros portadores duma curiosa particularidade, estudada entre nós sobretudo pelo snr. Barbosa Sueiro, a perfuração do fundo ósseo de cavidade olecraniana. Tanto a platicnemia como a perfuração olecraniana são também freqüentes noutras séries neo-eneolíticas, mais raras na actualidade.

Há, porém, desvios mais ou menos freqüentes da forma dolicocéfala que parece dominante. Assim, segundo Nery Delgado, alplares de formas intermédias entre a dolicofalia e a braquicefalia. Formas intermediárias se encontraram em Cesarela, Palmela e no Algarve, e a braquicefalia ou a sub-braquicefalia aparecem num exemplar de Liceia, noutro da Casa da Moura, noutro do Carvalhal,

(1) Êstes crânios, resultantes da exploração feita numa caverna dos arredores de Alenquer pelo snr. Francisco Raposo Sousa de Alte, foram por êste senhor cedidos ao Museu Antropológico do Pôrto. Nêles parece ainda representado o *H. taganus*.

noutro da Serra das Muletas ainda num do Algarve. Embora alguns exemplares correspondam, com probabilidade, a uma capacidade superior à dos espécimes de Muge, o estudo do contôrno horizontal e do perfil do calote de Liceia levou-me à convicção de que êsses elementos de crânio largo têem afinidades estreitas com a minoria de braquióides primitivos, de *proto-braquimorfos*, que em Muge acompanhavam o *Homo taganus*.

Assim, um síntese dos resultados referidos conduz-nos a admitir na composição antropológica da população neo-eneolítica do território português diversos elementos. O predominante, dolicocéfalo, de estatura inferior á mediana, ortognata e de nariz mais estreito do que o do *H. taganus*, não deve, pelo que foi exposto, identificar-se com êste tipo epipaleolítico e de afinidades negróides e australóides, mas com o tipo neolítico francês de Baumes Chaudes-Homme Mort, que, a nosso vêr, parece constituir um primitivo representante da actual raça *mediterrânea* ou *ibero-insular*, dominante na população portuguesa de hoje. Estas identificações conduzem a uma dupla conclusão: que há uma certa discontinuidade antropológica entre os povoadores epipaleolíticos do território e os neo-enolíticos; e que, pelo contrário, êstes últimos apresentam já na sua composição etnogénica, como elemento principal precisamente o mesmo tipo somatológico que predomina na gente portuguesa da actualidade.

Da primeira destas minhas conclusões diverge Bosch Gimpera. É certo que várias características negróides subsistem num ou noutro exemplar, como nos da caverna de Refugidos. É certo que novas penetrações de populações de estirpe capsense se teriam provàvelmente dado na Península depois do epipaleolítico. É certo que Victor Jacques reconheceu na mescla antropológica da série de El Argar (sudeste espanhol), da idade do bronze, um tipo de raça que identificou com o dolicocéfalo de Muge. É certo que até na população actual do nosso País, já eu mesmo isolei um exemplar transmontano referível ao *Homo taganus*.

Mas é evidente que, no conjunto, a população se modificou, do epipaleolítico para o neo-eneolítico, no nosso País. Assim, ou temos de admitir que o *Homo taganus* experimentou nesse lapso de tempo uma evolução para um tipo de fisionomia mais europeia, o tipo de Baumes Chaudes, que assim dêle derivaria genealògicamente, ou temos de supor que novas penetrações, importantes, de elementos de origem europeia se teriam efectuado, através do istmo pirenáico, na Península, no comêço do neolítico, e que êsses novos elementos fariam desaparecer o *H. taganus* ou se fundiriam com êle, assimilando-o mais ou menos completamente.

Esta segunda hipótese parece-me preferível se bem que me não julgue no direito de excluir a primeira dum modo absoluto. A meu vêr, a lacuna arqueológica que Bosch Gimpera encontra na primeira parte do neolítico peninsular, poderia preencher-se com um movimento de povos, que realizaria, a introdução, na Península, dos elementos essenciais da cultura neolítica, a pedra polida, a cerâmica, etc. Êsse movimento seria em sentido contrário ao do que, no epipaleolítico, se fizera do sul para norte e levara a cultura capsense de micrólitos geométricos a territórios em que tinham dominado até então as tríbus do paleolítico superior europeu, agora vencidas, expulsas ou eliminadas pela onda invasora.

Depois dum período de iniciação na cultura neolítica, a Península teria passado a ser a sede de vários processos regionais de diferenciação cultural. Bosch Gimpera distingue no neolítico avançado e no neolítico peninsular quatro áreas culturais: a dos megálitos portugueses; a da cultura central, de grutas e cavernas; a da cultura sud-ocidental de Almeria; e por fim a da cultura pirenáica. Cada um dêstes núcleos de cultura teria a sua fisionomia especial, e é possível, até certo ponto, presumir os roteiros prováveis das suas extensões e influências mútuas e até das difusões de alguns dêles para fora da Península. Voltaremos adiante a esta questão.

O que nos cumpre frisar é que a *solução de continuïdade* que parece existir, pelo menos em Portugal, entre a cultura do capsense final ou prolongado e a do neolítico por Bosch indicado como da fase final — lacuna que os achados asturienses não parecem ainda vir preencher dum modo bem claro, em vista de não serem ainda bem conhecidas as suas relações e posição perante aquelas culturas — corresponde perfeitamente à tese de *relativa*

discontinuidade antropológica que tenho defendido.

Naturalmente, essa discontinuïdade não era completa. A minoria braquióide, as reminiscências negróides mais ou menos esporádicas, são factos que evocam a etnogenia dos humildes pescadores de Muge. Mas os braquicéfalos podem também ter vindo com elementos europeus, e os espécimes de afinidades negróides podem ter resultado de novas penetrações de estirpe capsense como a que traria para o ocidente da Península a arte estilizada e as que, pela Andaluzia e destacadas do núcleo cultural dos povoados de Almeria, teriam porventura trazido ao nosso território novos elementos de origem africana.

PUNHAL DE SÍLEX COM PEDÚNCULO

FÔLHA DAS BARRADAS ($^2/_3$)

Êste e outros tipos em sílex serviram depois de modelos de objectos metálicos.

(Cartailhac)

Em resumo, na etnogenia neo-eneolítica de Portugal deveriam ter colaborado: os tipos de Muge e outros capsenses com êles decerto antropològicamente afins: o tipo dolicocéfalo de Baumes Chaudes, dominante e talvez acompanhado de mais braquicéfalos neolíticos (tipo de Ciempozuelos?) crìvelmente de proveniência europeia; *talvez* novas influências de origem africana, provenientes da área almeriense.

O estudo dos documentos antropológicos neo-eneolíticos e alguns mesmo do bronze, do resto da Península (Gibraltar; Cueva de la Mujer; Cueva de Milagro, Oviedo; La Gerundia e Puerto Blanco, Almeria; El Argar; Vilanova, Salamó e Torroella de Montgri, na Catalunha litoral; Balma de Sant Bartomeu, Cova de Aigüés Vives, Roca dels Moros de Finestres, Espulga Negra, Roca del Moro de Can Cervera e Coromines de Viver, na região de Solsona; dólmens do Aralar guipuzcoano, Vascongadas; Ciempozuelos; Cerro del Tomillo), foi feito por Hervé, Victor Jacques, Batista i Roca, Serra i Vilaró, Aranzadi, Anton, Deselaers, etc. Êsses estudos permitem supor que no conjunto peninsular predomina, como em Portugal, a dolicocefalia, se bem que apareçam braquicéfalos sem dolicóides em Oviedo e Ciempozuelos, e, em minoria, nas estações eneolíticas catalãs. Alguns espécimes negróides apareceram em Almeria, Torroella, etc. Quanto aos braquicéfalos, alguns, como os de Ciempozuelos, afastam-se sensìvelmente do tipo proto-braquimorfo de Liceia e de Muge, talvez já numa aproximação com tipos menos primitivos.

Segundo Hervé, no ocidente da França, exceptuando a Bretanha, a dolicocefalia pura era a regra no neolítico, e os braquicéfalos teriam vindo de leste, pela Bélgica e pelas gargantas alpinas, comprimindo cada vez mais intensamente os dolicocéfalos da raça de Baumes-Chaudes para oeste e sul, e mestiçando-se com êles e com outros elementos étnicos. A sua origem seria asiática.

Ora, é crível que os invasores capsenses, de origem meridional, tivessem levado para a Gália alguns espécimes braquicéfalos dos tipos representados no epipaleolítico de Muge. Por outro lado, Déchelette faz notar que, com efeito, também poderiam ter entrado por sudoeste êsses elementos antropológicos, visto que os megálitos, a divindade neolítica, etc., deveriam ter passado da Península Ibérica à França e não doutros pontos.

A tese da origem sud-ocidental, portuguesa, dos monumentos megalíticos da Europa ocidental é hoje admitida por muitos. Loth, Bosch Gimpera e outros autores estudaram recentemente as relações estreitas das populações peninsulares do eneolítico e do bronze inicial com as de outros pontos da Europa. A civilização pirenáica estende-se largamente pela França, sobretudo a sul e sudeste, com difusões mais para norte. A cultura megalítica portuguesa exerce uma influência nítida na Bretanha, e, directamente ou por intermédio desta, na Irlanda. Algumas construções dolménicas, recipientes funerários de pedra, vasos companiformes de certos tipos, algumas jóias de ouro, pontas de flecha alcalarenses de base côncava, certas insculturas de lages sepulcrais (Gavr'inis, New Grange, etc.),

marcam afinidades interessantíssimas entre as culturas bretã e irlancesa dessas épocas e a cultura neo-eneolítica do ocidente peninsular (insculturas da Galiza e Portugal, cultura megalítica portuguesa). Na idade do Bronze as relações entre a Irlanda e a Península subsistem. Alguns desenhos geométricos de machados de bronze chatos foram comparados aos dos ídolos-placas de Portugal. Aparecem alabardas irlandesas dos tipos peninsulares de Alcalar e de El Argar e jóias (discos e *lunulae*) de tipos afins dos portugueses (por exemplo, da *lunula* de Évora, estudada recentemente por Salomon Reinach, dum colar de Cintra, etc.). Os machados-martelos em bronze da Bretanha ou os de pedra da Escandinávia aparecem na idade do Bronze portuguesa, reproduzidos numa gravura duma lage sepulcral extremenha, de que adiante nos ocuparemos.

A Bretanha, o gôlfo do Morbihan, a foz do Loire, constituíram durante muitos séculos estações intermédias para as relações marítimas de Portugal com a Irlanda e com o N. e centro da Europa, sendo natural que essas relações fôssem facilitadas, como alvitra Loth, pela existência de correntes marítimas, que ainda hoje são aproveitadas por pequenos barcos de pesca. Parece assente que foi da Península que a Armórica, pobre em jazigos de cobre, recebeu êste metal e mesmo o estanho. Vimos como ela transmitiu a seu turno para o norte da Europa os modêlos da cultura megalítica portuguesa.

Por sua vez, teria sido por intermédio da Bretanha que chegaram à Península o âmbar do norte, a calaíte, porventura alguns modêlos escandinavos. Segundo José Fortes se inclinava a admitir, seria escandinava a origem da decoração dum diadema de ouro da sepultura, da idade do bronze, da Quinta da Água Branca, e Déchelette supunha que os machados-martelos de pedra da Suécia e da Dinamarca teriam sido os modêlos dos machados-martelos de bronze, e não êstes os daqueles, como supõe Loth recentemente.

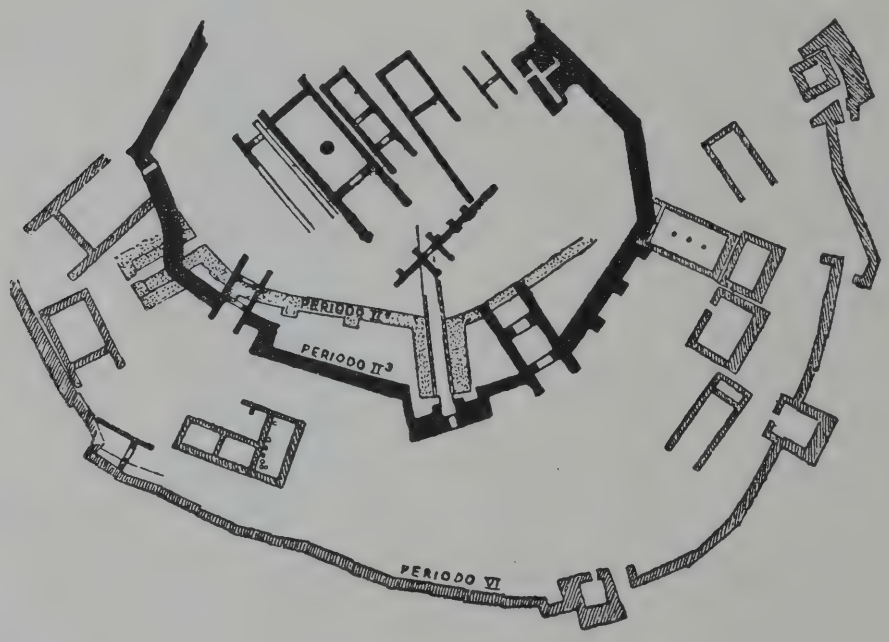
Variam as interpretações sôbre os meios destas difusões culturais. Nils Aberg atribui-as a migrações, Loth a contactos directos e mesmo a parentescos étnicos, Boch a simples relações económicas, Obermaier a infiltrações de objectos isolados, depois copiados com maior ou menor exactidão. Cabe recordar que, para Déchelette, o desenvolvimento do neolítico e a produção dos metais não teriam resultado «de movimentos de povos conquistadores, mas duma difusão lenta exercida *de proche en proche* através de populações diversas, graças a activas relações comerciais e ao conhecimento da nevegação».

Com efeito, em nosso parecer, a-pesar-da intensidade de relações marítimas, estas não iriam fàcilmente ao ponto, nessas épocas distantes, de originar extensas colonizações e amplos movimentos de povos. O mar não era um obstáculo insuperável, antes permitia relações a grandes distâncias. Mas não facilitaria deslocamentos em massa, verdadeiras migrações de povos, como tinham sido as dos capsenses, por terra, na Europa. Ora pequenas colonizações, reduzidas infiltrações, são, em geral, absorvidas ou assimiladas na massa dominante indígena. Dêste modo, se aquêles contactos eram fecundos em transformações culturais, êles não tinham como conseqüência inevitável a perda da fisionomia racial das populações. Quem sabe, no entanto, se nalguns *enclaves* antropológicos das costas da Europa ocidental não deverá reconhecer-se a conseqüência distante duma antiquíssima colonização dessa ordem, com sobrevivência do tipo físico, mercê do seu isolamento por endogamia ou por outra razão? Ainda que assim seja — e queremos acreditar que assim é — nem por isso, organizado o quadro dos elementos antropológicos neo-eneolíticos dêstes territórios êle teria vindo posteriormente a sofrer profundas alterações em virtude das relações marítimas e comerciais que vimos estudando. A fisionomia dessas populações estabelecera-se, a sua personalidade racial definira-se. Tudo o mais não passava de episódio, de acidente, que não alterava o aspecto fundamental, primitivo, dominante. Os parentescos étnicos presumidos não aparecem em geral como recentes. Vinham de longe e facilitariam de-certo aquelas relações.

Vimos, de facto, como no neo-eneolítico português encontramos elementos étnicos predominantes que ainda hoje são os que preponderam na composição antropológica da nossa população. Assim, nem as migrações históricas mais famosas alcançaram destruir êsse predomínio, e isso ou porque continham elementos idênticos ou porque não tiveram a

grande importância démica e etnogénica que a história lhes atribui hiperbòlicamente.

Seria um êrro supor que os círculos culturais que Bosch Gimpera individualizou no neo-eneolítico peninsular e aos quais já aludimos, conservaram, uns em relação aos outros, um isolamento perfeito, que não mantiveram, como se viu, relativamente a países mais longínquos. Segundo o ilustre arqueólogo catalão, a área megalítica portuguesa recebeu as influências da cultura das grutas e cavernas da Espanha central e da Andaluzia (cultura de Clempozuelos e Carmona) da qual vinham motivos decorativos da cerâmica incisa e o espanhol. Elâ difunde-se pelo norte de Espanha, pela Extremadura espanhola, pela Andaluzia. Bosch admite uma extensão da cultura megalítica alcalarense na Espanha meridional. Êsse «episódio português da Andaluzia», como aquêle autor lhe chama, corresponderia ao princípio da idade do bronze, intercalando-se entre a cultura do vaso companiforme da região — cultura a que êle teria pôsto têrmo — e a extensão ulterior da cultura de El Argar, extensão que viria de leste até ao S. de Portugal. Um tal episódio de difusão cultural, reconhecido em vários monumentos megalíticos andaluzes de tipo português, teria



PLANTA DE TRÓIA

(Dörpfeld)

vaso campaniforme, aparecido na parte meridional dessa área. Recebeu também porventura influências dos povoados eneolíticos de Almeria, com os quais algumas estações portuguesas eneolíticas mostram afinidades, como nos sílices pigmeus de formas geométricas, de aspecto tardenoisense, nas incisões cerâmicas de cervos estilizados, que lembram as estilizações de arte rupestre, etc. Mais tarde, na idade do bronze, a cultura espanhola de El Argar manifestar-se-ia no território português, no seu extrêmo meridional. Mas, recìprocamente, a nossa cultura megalítica alastrou a seu turno por grande parte do território já sido antecedido no eneolítico pela difusão de elementos culturais portugueses (alguns dólmens, alguns ídolos e placas, etc.) na Extremadura espanhola e nas províncias de Huelva e de Córdova. Tratar-se-ia de uma invasão por tríbus do círculo português ou de simples difusões culturais por contactos de populações ou em virtude de relações comerciais? Não o sabemos dizer.

É possível referir à cronologia ordinária as manifestações culturais neo-eneolíticas do nosso território? Já foi exposto o que há de duvidoso sôbre a data atribuível ao início do neolítico nesta região. Bosch Gimpera aventa

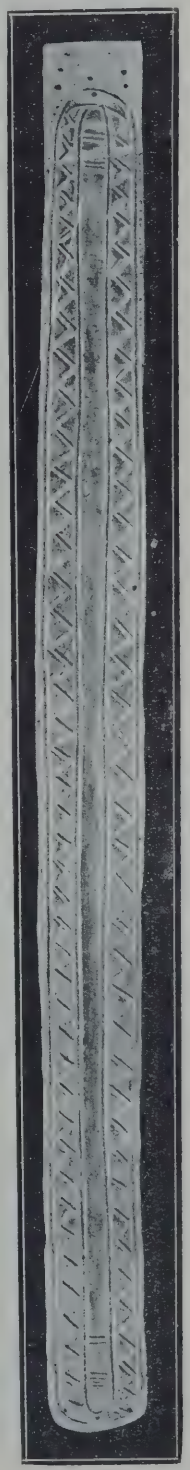
para o neolítico avançado ou final cêrca de 4000 a. C. ou mesmo uma data anterior. O eneolítico peninsular intercalar-se-ia, na sua opinião, formulada conjecturalmente mas não arbitràriamente, entre 3700 e 2500, começando nesta última data a primeira idade do bronze (com sobrevivências eneolíticas), a qual se prolongaria talvez até 1700.

Adaga de cobre da cista da Quinta da Água branca

(José Fortes)

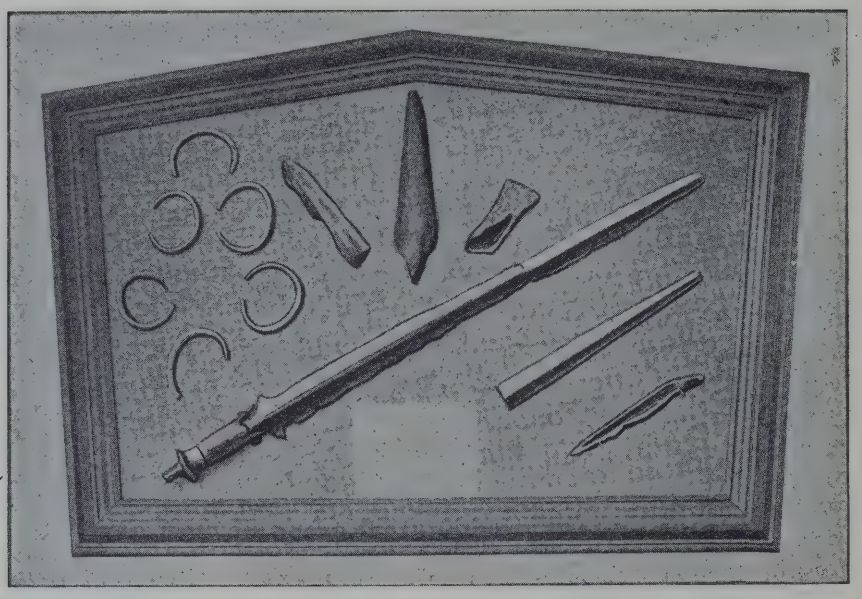
De todas estas datas aquela que obedece a pontos de referências mais consistentes é a de 2500, que resulta dum estudo muito interessante de H. Schmidt. A cultura eneolítica peninsular do vaso campaniforme alastrou também, pelo Mediterrâneo ocidental até à Sardenha (grutas sepulcrais de Anghelu-Ruju), Itália (Remedello) e Sicília (gruta de Villafrate). Aqui detem-se, na sua marcha para oriente ao longo do Mediterrâneo. Ora, na Sicília, os níveis em que aparece o vaso campaniforme, são anteriores aos do primeiro período sicúlico, o qual seria portanto posterior à cultura do vaso campaniforme na Península. O primeiro período sicúlio tem, a seu turno, analogias com os níveis pre-micénicos de Tróia, sobretudo com o da segunda cidade. Lembremos que Schliemann e Dörpfeld exploraram na colina de Hissarlik as ruínas sobrepostas de nove povoações, das quais a primeira seria eneolítica, as seguintes, até à sexta, da idade do bronze, e as últimas da primeira idade do ferro e dos períodos de colonização grega e romana. Parece que a Tróia de Homero seria a sexta cidade.

Relacionando sucessivamente a cultura pre-micénica de Tróia II com as culturas das Cíclades, dos períodos minóicos de Creta e das mais antigas dinastias do Egipto, somos por êsse encadeamento conduzidos a estabelecer que Tróia II corresponde à sexta dinastia do Egipto, cujos sepulcros fornecem objectos dotados de afinidades crescentes. Ora, aí, aparecem já elementos de cronologia absoluta. Segundo a cronologia, chamada «curta», de Eduardo Meyer, as dinastias VI-VIII do Egipto datam de 2500--2360 a. C. Logo a cultura peninsular do vaso campaniforme seria anterior a 2500 a. C. tomando-se como base aquêle encadeamento, exposto por Schmidt, entre as culturas antigas do Mediterrâneo ocidental e as do oriente susceptíveis de referências a datas da cronologia ordinária. No sistema de Meyer a «primeira data fixa na história» seria a de 4241, que, segundo cálculos astronómicos teria constituído o início do primeiro ciclo só-



Diadema de ouro da cista da Quinta da Água Branca

(José Fortes)



(Cl. E. Cerdeira)

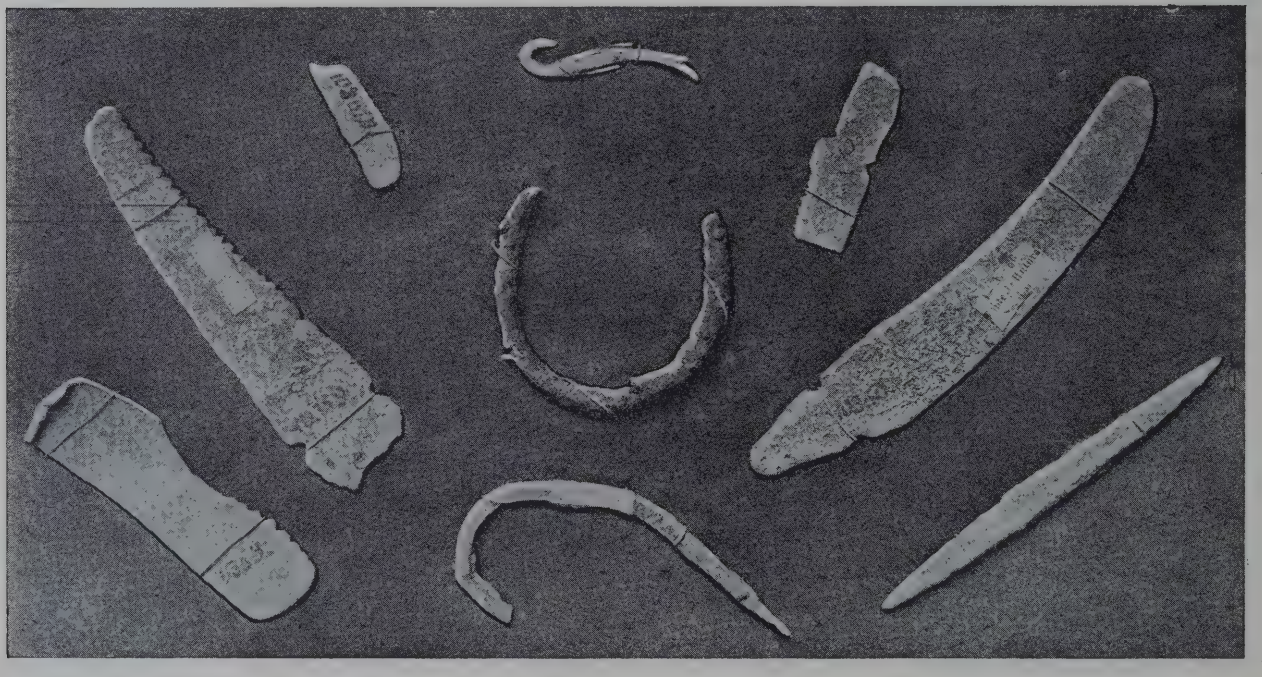
ARTEFACTOS DE BRONZE (FREGUESIA DO CARVALHAL, CONCELHO DO BOMBARRAL)

(Museu Etnológico Português)

Sirius (Sothis) com o começo de alguns anos solares. Há, entretanto, quem à cronologia de Meyer prefira a cronologia « longa » de Nabonid e outros, que recua algumas datas mais de mil anos. Morgan, partidário da cronologia longa, diz que o sistema de Meyer não dá o tempo necessário para o desenvolvimento da civilização egípcia, de modo que se imbricam as dinastias umas nas outras.

Da cronologia de Schmidt diverge a de Siret, autor das célebres explorações de El Argar, que adopta outros pontos de vista. Na sua opinião, o vaso campaniforme dataria de 1500 a 1200 a. C., e os Fenícios teriam sido os introdutores da cultura eneolítica na Península Ibérica. A maior parte dos investigadores discorda, porém, destas opiniões de Siret.

tico, e a ela seria possível referir acontecimentos históricos, visto os antigos Egípcios terem tido o cuidado de registar, a par dêstes, as coïncidências de certas posições de



(Cl. E. Cerdeira)

ARTEFACTOS DE BRONZE DO CASTRO DE ROTURA

(Museu Etnológico Português)

Se, rejuvenescendo o princípio do neolítico pròpriamente dito, lhe atribuirmos uma data intermédia entre 4000 e 3000, o que tornaria o neolítico ocidental contemporâneo das primeiras dinastias egípcias, a fixação da data de 2500 para têrmo do eneolítico não deixaria muito tempo para o desenvolvimento de todas as culturas sucessivas. Repetir-se-ia aqui o seu ver, como já foi dito, atingiria, na Península, 1700. Julgo que será legítimo admitir que essas sobrevivências venham mesmo até mais perto dos tempos proto-históricos.

Como J. de Morgan faz notar, do mesmo modo que o uso do cobre se foi infiltrando pouco a pouco nos meios eneolíticos, sendo raros a princípio os intrumentos metálicos e

(Cl. E. Cerdeira)

CERÂMICA DE SEPULTURAS DE ALPIARÇA, TALVEZ DA IDADE DO BRONZE

(Os ornatos pontoados do fragmento médio inferior dão-lhe um aspecto eneolítico; notar as eminências mamilares no bojo do vaso superior esquerdo)

(Museu Antrop. da Univ. do Pôrto)

facto apontado como um argumento contra a cronologia «curta» da história antiga do Egipto: imbricar-se-iam as culturas umas nas outras. Mas nem isto seria, no caso presente, uma verdadeira objecção, nem 2500 aparece como uma data aquém da qual não sobrevivem quaisquer manifestações culturais neo-eneolíticas. Pelo contrário, Bosch admite essas sobrevivências na primeira idade do bronze, que a tornando-se êstes cada vez mais freqüentes, também o uso do bronze se veio enxertar quási insensìvelmente no do cobre, encontrando-se com freqüência, misturados, objectos de pedra, de cobre e de bronze.

Rareiam em Portugal os documentos averiguadamente pertencentes à idade do bronze avançada, da qual têem aparecido no território apenas achados isolados, de cronologia pouco

segura, muitos dêles mesmos susceptíveis de atribuïção a épocas posteriores, à própria época romana. Em áreas extensas do País faltam, mesmo de todo, êsses documentos, especialmente no centro (na Beira litoral e na bacia do Tejo). Êles constituem núcleos mais abundantes ao norte do Douro e no Alentejo e Algarve.

Como veremos, alguns restos castrejos da segunda idade do ferro em Portugal sucedem tam directamente à cultura eneolítica do território, ou, como alguns restos cerâmicos de estações dos arredores da Figueira, conservam ainda um tal aspecto neo-eneolítico, que Félix Alves Pereira não hesitou em declarar que, se tivesse de fazer um quadro da evolução pre-histórica sôbre o espólio de Outeiro de Assenta, poderia talvez suprimir a idade do bronze. Dos trabalhos de Bosch Gimpera e outros depreende-se também que, àparte alguns achados isolados e a cultura dos *talaiots* e *navetas* das Baleares (monumentos análogos aos *nuraghes* da Sardenha), nenhuma estação aproveitável para uma segura sistematização veio preencher, até à data, a enorme solução de continuidade, o obscuro lapso de tempo, que aquêle arqueólogo diz mediar entre a sobrevivência do eneolítico na idade do bronze e a cultura argárica — dum lado — e a idade do ferro — do outro lado. O carácter local de muitas manifestações de cultura aparece-nos aqui evidente. Num quadro cronológico da pre-história peninsular, El Argar, por exemplo, preenche uma lacuna. Mas a quantos pontos da Península se não difundiu essa cultura?! Veremos também que a fisionomia dalguns restos atribuídos à idade do bronze no sul de Portugal difere consideràvelmente da dos supostos da mesma idade no norte.

Verifica-se a final que, longe de haver uma sobreposição linear, regular e constante, de culturas sucessivas, há sobrevivências freqüentes, há a coexistência de formas culturais atrazadas e de formas evolutidas, de tipos arcáicos e tipos mais modernos, desafiando a simplicidade categórica dos quadros cronológicos que se dizem clássicos e que, instituídos para certas regiões, não podem considerar-se da universidade que se lhes atribuía.

Claro está que, dentro duma tal orientação, que é harmónica com as vistas da escola histórico-cultural, o argumento aduzido contra a cronologia curta da história egípcia não colhe para a questão dum rejuvenescimento do neo-eneolítico do extrêmo ocidente europeu. Dinastias do mesmo trono não podem imbricar-se umas nas outras. Mas com as culturas, o caso é diferente. No entanto, embora apareça possível admitir o prolongamento do neo-eneolítico nalguns pontos da Península Ibérica até datas muito menos recuadas do que o princípio do segundo milénio, não é tam fácil supor, sem reservas, que o início do neolítico ocidental seja considerado também muito mais recente do que se supunha. A duração do neolítico puro, nesta região, por mais que se reduza com a ampliação dos tempos mesolíticos e eneolíticos, nunca poderá ser desprezível.

Não se compreenderia a quási instantaneidade duma cultura tam importante e, nalguns pontos, tam bem caracterizada por manifestações diversas, que representam porfiados esforços seculares do espírito humano. Além disso, as suas estações na Europa ocidental não são escassas em número, importância e variedade. Se o começo do neolítico nesta área fôr deslocado, como aventamos, de cêrca de 7500 para o quarto milénio antes da era cristã — o que distaria consideràvelmente das datas sopostas por Montelius e Evans para o começo dessa fase na Pérsia (Susa) e em Creta (Cnossos), respectivamente 20.000 a. C. e, pelo menos, 14.000 a. C. —, êle coïncidiria porventura com uma data aproximada da primeira utilização do cobre no oriente, como, por exemplo, no Egipto. No fim do período que precede imediatamente as dinastias tinitas, as quais, na cronologia curta, começam cêrca de 3.300 a. C., já os Egípcios trabalhavam com habilidade e profusão aquêle metal. Mas a pedra polida foi sempre rara no vale do Nilo e, conquanto o trabalho do sílex tenha tido ali grande desenvolvimento, é difícil escalonar grande parte dos achados desde o paleolítico até ao começo dos metais sob as mesmas rubricas cronológicas especiais do paleolítico e do neolítico europeus. Êste último, segundo Jequier, pode apenas considerar-se, no Egipto, como englobando os objectos líticos que precedem imediatamente o período histórico. Mas a época histórica naquela área vem duma data extremamente recuada. Convém, porém, não esquecer que em

(Cl. E. Cerdeira)

CERÂMICA DE SEPULTURAS DE ALPIARÇA, TALVEZ DA IDADE DO BRONZE

(Estava acompanhada de braceletes de bronze, muito simples, e de escassos restos ósseos)

(Museu Antrop. da Univ. do Pôrto)

sepulcros da XII dinastia (2000-1785 a. C.) ainda apareceram sílices talhados.

É inegável que as indústrias paleolíticas tiveram na Europa um desenvolvimento e uma especialização que não têem paralelo no paleolítico do vale do Nilo e doutras áreas orientais. O mesmo sucedeu com as indústrias *líticas* do neo-eneolítico ocidental, se bem que, como acabamos de dizer, tivesse progredido bastante no Egipto o trabalho do sílex. Se, pois, o problema da data inicial do neolítico aguarda ainda solução, não é despropositado supor que o desenvolvimento duma notável civilização arqueo-metálica oriental tenha sido sincrónico com o duma civilização lítica ocidental, que teria tido também uma fase brilhante de florescimento e apogeu, durante a qual não seria de admirar se desse, nesta área geográfica, uma das maiores invenções humanas: a do alfabeto. Maior admiração deve causar que a arte quaternária das cavernas franco-cantábricas, sem equivalente coevo no oriente, tenha atingido o brilho que atingiu em eras tam remotas. E no entanto, essa arte não é apenas verosímil, mas uma realidade hoje incontestável, com um logar bem marcado nos quadros sistemáticos da Pre-história.

Acabamos de dizer que num período correspondente já à idade do bronze doutros países, o nosso território conserva ainda manifestações da cultura neo-eneolítica. Os monumentos alcalarenses do sul de Portugal prolongam, na primeira fase da idade do bronze I, a civilização megalítica do neo-eneolítico. Esta teria também, segundo Bosch, um

prolongamento nalgumas construções sepulcrais (necrópoles de Vila Nova de Milfontes e de Odmira, cistas de Âncora, Quinta da Água Branca, etc.) que se podem considerar uma última *étape* evolutiva dos monumentos megalíticos. São, na maior parte, verdadeiras reduções das galerias cobertas, caixas quadrangulares de pedra *(cistas)*, trapezoidais (Odemira) ou rectangulares (Quinta da Água Branca).

O mobiliário das criptas alcalarenses — sepulcros de cúpula de Serra de Mutelas (Tôrres Vedras), Monge, S. Martinho (Sintra), de Marcela e Tôrre dos Frades (no Algarve) — compreende muitos objectos tìpicamente eneolíticos, mas os utensílios de cobre abundam mais do que nas estações da fase anterior.

Além de cerâmica do tipo de Palmela, apareceram sobretudo vasos e fragmentos sem ornatos. De sílex, há as pontas de flecha de base côncava ou rectilínea, facas, etc.

Encontraram-se também ídolos-cilindros, um ídolo-falange, *godets* de mármore, pérolas de calaíte, contas de colar de pedra e de âmbar, fôlhas de ouro com ou sem decorações, e, em cobre, pontas, agulhas, punhais, machados e tesouras.

Quanto ao mobiliário das cistas, que representam crìvelmente uma fase já mais adiantada do que os monumentos de cúpula, a sua variedade não é maior. Nelas aparecem ossos, instrumentos de pedra (como machados e enxós), objectos de cobre (machados, flechas, punhais, etc.) ou até já de bronze, colares de contas de pedra ou de conchas, âmbar e cerâmica. A sepultura da Quinta da Água Branca, Santa Maria de Lobelhe, forneceu um punhal ou espada curta de cobre, anéis fechados e anéis espiraliformes de ouro, e um diadema também de ouro, que, segundo José Fortes, a quem se deve o estudo desta cista, teria, como já foi dito, possíveis afinidades escandinavas. Na cista de Mau Dinheiro (Algarve) apareceram três pérolas de calaíte e um vaso sem ornatos.

Findo o primeiro período do bronze, uma fase menos remota do que as dos povoados de Los Millares e dos monumentos alcalarenses, aparece no sudeste espanhol a cultura *argárica*, cujo nome é tirado da estação mais típica, a necrópole de El Argar, e que se teria difundido pelo NE. e S. da Espanha, pelas Baleares e no nosso Algarve. As explorações de El Argar, realizadas, como as de Los Millares, etc., pelos irmãos Siret, incidiram sôbre povoados e centenas de sepulturas de inhumação e cremação. Destas, umas consistiam em cistas com os cadáveres dobrados, acompanhados de cerâmica, armas e ornatos, e outras eram grandes urnas cerâmicas, em forma de ovos truncados, com a abertura larga, nas quais eram introduzidos os cadáveres e os mesmos objectos indicados. As alabardas, que anteriormente eram feitas de sílex, são agora de metal. Os objectos de pedra são raros. Pelo contrário, aparecem com freqüência machados de cobre achatado, tendendo o gume ao aspecto semi-lunar, punhais triangulares de bronze ou de prata, punções, braceletes simples, anéis, etc. A cerâmica difere do vasilhame neo-eneolítico: tem menos decorações (simples zig-zagues incisos), há vasos de bojo esférico, taças, etc.

Em Portugal, a cultura argárica é representada por várias *cistas*, algumas das quais quadradas, e também por algumas características urnas, que continham os ossos. As cistas são mais freqüentes a SE., nos concelhos de Castro Marim e Vila Real de Santo António, ao passo que as urnas aparecem mais a SO. (Odiáxere, Alcaria, Vale da Lama, etc.).

Mas a cultura argárica não parece ter ultrapassado no nosso País essa área meridional, o que não quere dizer que não apareçam em vários pontos de Portugal achados atribuíveis, com mais ou menos segurança, a uma data coeva ou a uma fase mais avançada da idade do bronze.

Perto do nosso território, em Huelva, ao dragar-se o pôrto, foi encontrado, entretanto, em 1923, um depósito de 150 objectos de bronze, como pontas de lança e de flecha, fechos de cinturão, fíbulas e sobretudo espadas, sendo êste conjunto classificado como da idade do bronze IV.

Tomando como base a classificação de Déchelette dos vários períodos da idade do bronze na província europeia ocidental tentámos já *(Povos Primitivos da Lusitânia*, p. 227) uma sistematização cronológica dos achados portugueses, especialmente de machados, que são os mais abundantes.

Êstes, na idade do bronze I, que, segundo aquela classificação, abrange o eneolítico e

vai de 2500 a 1900 a. C. aproximadamente, são achatados e sem rebordos, de cobre ou de bronze pobre em estanho. Na idade do bronze II (1900-1600) são já de bronze rico em estanho e apresentam um rebôrdo plano pouco espêsso, aparecendo também machados-espátulas com o gume semi-circular. No período III (1600-1300), há machados de rebordos planos, mas muito espêssos, machados de talão *(palstaves)* dos quais alguns, do tipo chamado *ibérico, do Minho* ou *galáico-português*, com talão e dois anéis laterais, aparecendo também machados com aurículas medianas. Na idade do bronze IV (1900-1300) há os machados de aurículas quási na extremidade e machados de alvado. Os punhais, as espadas, os braceletes, os alfinetes, as fíbulas, a cerâmica, apresentariam também tipos característicos diversos nessas quatro fases, nas quais predomina o rito funerário da inhumação, ex-

(Cl. E. Cerdeira)

DIVERSOS TIPOS DE MACHADOS DE BRONZE PORTUGUESES

(Proveniências, da esquerda para a direita: Chaves, idem, Barbadães, Nine e Chaves)

(Depósitos dos Snrs. P.e Brenha e A. Lima Figueirinhas na Museu Antrop. da Univ. do Pôrto)

cepto na IV em que predomina a incineração.

Ora, obedecendo à classificação indicada, do primeiro e segundo períodos seriam machados chatos da Gruta dos Ferreiros (Santo Adrião, Vimioso) de Chaves, de Barbadães, de Bujões e Abaça (Vila Real), da Boa Vista (Celorico da Beira), de Cesareda, de Salvaterra, de Évora, de Estremoz, da região fronteira a Badajoz, de Panóias de Ourique, da Mina da Juliana (Beja), de Odemira, de Fóia (Monchique), de Bensafrim, Estômbar, Paderne e Silves (Algarve), etc. Celorico da Beira é uma guarda avançada meridional do núcleo, mais recuado, do norte do Douro. Cesareda é uma guarda-avançada nord-ocidental do núcleo meridional, mais rico em localizações dêsses tipos de machados.

Machados de talão com um anel lateral apareceram em Chaves, em Vidual e Justes (Vila Real), em Barcelos, em Famalicão, em Corvite (Guimarães), em Amarante, em Monte Barata (Monforte da Beira), no Sabugal, na Fonte Santa (Alcobaça), na região fronteira a Badajoz. Os de duplo anel, raros fora da Península e sobretudo freqüentes no norte de Portugal e ainda na Galiza (1), têem sido encontrados no Castro de Medeiros (Montalegre), na Tôrre de D. Chama (Vila Pouca de Aguiar), em Boticas, em Viatodos (Barcelos), em Paredes de Coura, em Caminha, em Espozende, em Roriz e em Nine (Minho), na Abelheira (Bougado), em Távora (Arcos de Val-de-Vez) no Monte do Sino (Guimarães), em Ponte da Barca, em Vila Meã (Viseu), no Sátão, em Castendo, em Ferreira de Aves (Pinhel) e na Serra da Caveira (Grândola). Verifica-se que, justificando a designação dêstes tipos de machados, a parte setentrional do País, incluindo uma porção da Beira interior, é a mais rica nesses achados. As suas localizações meridionais são raras. O sul do Alentejo e o Algarve, que estavam na zona de influência mediterrânea, ficam, de todo, fora da área dessas localizações. Dêste modo, ou nos cumpre admitir que na idade do bronze avançada o norte do País atingiu um desenvolvimento cultural superior ao do sul, ou, se notarmos o facto da coexistência freqüente dos vários tipos de machados de bronze com restos posteriores áquela idade, mesmo com restos romanos, será cabido supor que êsse desenvolvimento cultural se operou ou, pelo menos, se intensificou não na idade do bronze mas numa época mais tardia.

A distribuïção dos machados de alvado, sem anel ou com um ou dois anéis (período IV) concorda com a distribuïção dos machados do tipo galáico-duriense. Efectivamente registam-se exemplares dêsse grupo na Galiza, e, entre nós, em Alijó, Arroios (Vila Real), Sabroso e Roriz (Minho), Santa Justa (Valongo) e, mais a sul, apenas em Abrigada (Extremadura). Acresce, para confirmação da última hipótese, que, segundo Déchelette, os machados de alvado constituem a última fase da evolução dos machados de aurículas, as quais, de medianas, se tornam terminais e por fim se fecham. Ora, como não se registam entre nós descobertas de machados de aurículas, somos levados a crer que tal evolução se não realizou no nosso território, o que vem em apoio da suposição duma introdução tardia dos tipos de bronze no norte do País.

Em lages sepulcrais de Panóias (Ourique), Santa Vitória, Beringel e Mombeja (Beja) e Defesa (Sant'Iago de Cacém), vêem-se, insculturados, vários objectos, que se têem considerado da idade do bronze. São machados, espadas, boldriés, etc. Já aludimos a essas insculturas, a propósito das analogias dum machado gravado numa das lages com machados-martelos da Europa setentrional. Ora, a classificação cronológica dêstes documentos é incerta. A cerâmica rara, encontrada nalgumas dessas sepulturas, tem um aspecto muito arcáico, lembrando mesmo, nalguns ornatos, a cerâmica eneolítica. A espada duma lousa da Defesa recorda um exemplar da idade do bronze II de Le Cheylonnet (Alto Loire). Alguns machados insculpidos lembram formas do período II, com o gume semi-circular e as extremidades reviradas, mas convém não esquecer a ausência, no sul do País, das formas mais evolutidas de machados do bronze. Se-

(1) Dos machados de bronze de talão encontrados na Galiza deu D. Angel del Castillo Lopez em 1927 um inventário minucioso. Os achados portugueses de Chaves, Boticas, Nine, Monforte da Beira, Vila Meã e Almargem a que nos referimos, não figuravam na lista que redigi nos «Povos Primitivos da Lusitânia». São achados inéditos que se descobriram, ou de que tive notícia, posteriormente, tendo examinado quási todos.

(Melgaço), Ganfei (Valença), Ferreira de Aves (Pinhel), etc., que abundavam sobretudo em machados de bronze, sendo freqüente a mistura de vários tipos dêstes, o que atesta a impossibilidade de fixação cronológica rigorosa sôbre um espécime isolado de qualquer dos tipos.

Alguns dêstes depósitos e dos da Galiza apresentaram grande quantidade de exemplares, dezenas dêles. Infelizmente muitos dispersaram-se, outros foram ignaramente entregues à fundição, num intuito mercantil deplorável. Foi o que sucedeu a todos os machados — menos um — do depósito galego de S. Juan de Lagoa (Lugo) que contava 120 exemplares.

Em Casal de Rocanes (Cacém) apareceu um molde de fouces de bronze (Joaquim Fon-

gundo Leite de Vasconcelos, a quem se deve um estudo dêsses notáveis documentos, a espada duma lousa do Museu de Beja aproximar-se-ia antes dum exemplar de Forel (Suíça) datado do período de transição da idade do bronze para a idade do ferro.

Muitos outros documentos são também de cronologia insegura. Uma espada de Elvas, descrita por Estácio da Veiga, e muito semelhante a uma de Hio (Vigo), descrita por Obermaier e encontrada junto de machados de talão e alvado e doutros objectos, talvez do período IV. As espadas de Pôrto de Moz e de Alvaiázere, referidas respectivamente por Cartailhac e Santos Rocha, parecem do período II ou do III, mas podem muito bem ser ulteriores. As dúvidas existem igualmente para outros objectos de bronze, encontrados no território, sendo mesmo muitas peças dessa ordem classificadas sem hesitação em épocas posteriores, como na época romana, embora algumas delas, como, por exemplo, certas esculturas de animais, tenham um aspecto muito tôsco. Não basta para classificar um objecto isolado como pertencente à idade do bronze que êle seja desta substância e até que represente certos modelos daquela idade. O bronze utilizou-se abundantemente em épocas posteriores, e alguns modelos arcaicos subsistiram.

A actividade metalúrgica no território português manifesta-se na descoberta de numerosos esconderijos de fundidores-mercantes, como os de Viatodos (Barcelos), Carpinteira

I — Lage insculturada de Panóias (Ourique)

II—Lage insculturada da Defesa (Sant'Iago de Cacém)

(Museu Etnol. Português)

(Cls. E. Cerdeira)

tes) e no País têem sido encontrados vários exemplares de fouces de bronze.

A matéria prima e o fabrico dêstes diferentes objectos são muito variáveis. As análises feitas mostram que alguns são de bronze de composição normal e outros de bronze contendo muito chumbo. As impurezas são em maior ou menor proporção. A adição do estanho ao cobre endurece os objectos até à proporção duns 30 %, além dos quais a dureza da liga diminue de novo. O bronze enche melhor os moldes do que o cobre puro e tem uma superfície mais lisa e mais susceptível de ornamentações finas. Os moldes primitivos para objectos de bronze eram de barro cosido ou de rocha branda.

A distribuïção dos achados de cobre e de bronze no nosso País encontra-se intimamente relacionada com a distribuïção dos jazigos metalíferos respectivos no território. O cobre está largamente espalhado, havendo jazigos em Trás-os-Montes, no distrito de Aveiro, na Beira-Baixa, Alentejo e Algarve, sendo a zona mais importante, pelas antigas explorações e pela abundância dos filões, a das minas algarvias e alentejanas, e sendo a zona do norte sem importância. Os jazigos de estanho encontram-se, de preferência, nas regiões do norte (Trás os-Montes, Minho (1), Marão, Beira-Alta), não se registando mais a sul em massas apreciáveis.

A falta do estanho no sul e a sua abundância no norte estarão sem dúvida em relação com a localização de machados de talão e de alvado no norte do País e com a sua ausência no sul, ao passo que esta última região, rica em jazigos cupríferos, teve uma indústria do cobre ou inicial do bronze, prolongada e florescente.

Há um impressivo paralelismo entre as áreas da carta mineira do País e da carta arqueológica dos machados do bronze. Até a zona central sem machados corresponde aproximadamente à lacuna central da carta mineira, que separa a área estanífera do norte da área cuprífera do sul.

As minas de cobre de Andaluzia foram também objecto duma exploração antiquíssima, como as suas vizinhas do sul de Portugal, e a metalurgia teve um centro importante de actividade no círculo cultural de Almeria. Mas igualmente aí a idade do cobre e o começo do bronze, em que abundam ainda os objectos de cobre com pouco estanho, constituem a fase florescente. Na idade do bronze mais avançada ou persiste a indústria anterior ou decai mesmo a civilização local. Na idade do bronze final, o depósito de Huelva e outros achados permitiram supor um renascimento da civilização peninsular, mas a Andaluzia é então, no parecer do Bosch Gimpera, um logar de convergência de elementos culturais extranhos e indígenas. A Andaluzia constitue nessa época um ponto de passagem entre o mediterrâneo ocidental e a Bretanha. Ali influe a cultura dos *talayots* das Baleares, e, crìvelmente, logo depois a região começava a servir de escala aos Fenícios (mais duvidosamente aos Egeus) que faziam tráficos no Ocidente e iam às legendárias Cassitérides buscar o estanho, que acontecimentos políticos acabavam de lhes vedar nas regiões orientais próximas. A localização das Cassitérides, as «ilhas do estanho» tem sido feita em geral na Bretanha, na Irlanda, no S. da Inglaterra, mas recentemente Obermaier apresentou a hipótese da sua localização no noroeste da Península, rico, como foi dito, naquele metal.

Assim, pois, a civilização plena e avançada do bronze é, no território português, uma sobreposição tardia e extranha, que não deve ter alterado certos aspectos culturais primitivos, e cuja expansão foi condicionada não só pelos limites das esferas de influência doutros povos mas também pela natureza e abundância dos recursos mineiros de cada região. Por outro lado, a exploração dêstes recursos e a sua utilização no fabrico de objectos foram, sem dúvida, em muitos casos, levadas a efeito em épocas ulteriores à idade do bronze.

As referências mais antigas dos textos à Península Ibérica não recuam além do final do segundo milénio antes da era cristã, isto é, já não alcançam as datas correntemente atribuídas ao florescimento de culturas ocidentais importantes, como a megalítica, a do vaso campaniforme, a argárica, etc. Não pode, porém, afirmar-se que, nalgumas regiões do território, se não conservavam ainda certos aspectos

(1) Segundo informações do sr. Prof. Castro Portugal.

das culturas arcáicas. É mesmo crível que em muitos pontos da Península houvesse sobrevivências tenazes dessas culturas, a paredes meias com a civilização que se desenrola do segundo milénio para o primeiro e no princípio dêste, na região do Guadalquivir (*Tartessos*, mais tarde chamado o *Betis*) e nalguns entrepostos mercantis do litoral levantino, regiões em contacto mais estreito com as influências culturais do oriente mediterrâneo.

Exagerou-se muito o papel das influências orientais na Península. A cultura micénica da Grécia e da Creta, demonstraria, por exemplo, segundo muitos investigadores, a sua influência no ocidente com as criptas alcalarenses, com a cerâmica ibérica do S. e de E., com as estelas ornamentadas da Citânia de Briteiros e de Ampúrias, com o culto do touro, porventura com a própria escrita ibérica, etc. Algumas destas suposições encerram anacronismos flagrantes, como o que diz respeito à cerâmica ibérica do levante que é posterior ao século VI e portanto muito posterior ao micénico. Os touros de Costig e as peças de chumbo que foram erròneamente consideradas altares com cornos, análogos a um tipo de Cnossos (Creta), pertencem a final, segundo Bosch, à época romana, estando portanto muito aquém da era da civilização cretense do bronze. Entre os túmulos alcalarenses e os túmulos de cúpula de Creta e do acrópole de Micenas haveria também, segundo o mesmo autor, uma distância cronológica considerável, sendo os de Alcalar muito mais antigos e não derivados dos tipos orientais, como afirmava Déchelete. Mas o ilustre arqueólogo catalão rejuvenesce ùltimamente os monumentos alcalarenses, trazendo-os para a idade do bronze, e, embora já o nosso Estácio da Veiga tenha muito antes defendido a tese da independência da Península em relação aos primitivos círculos culturais do Egeu, e, por outro lado, não seja fácil estabelecer relações cronológicas rigorosas entre as criptas algarvias e os túmulos de cúpula de Micenas e de Creta, nem por isso deixa de existir uma acentuada analogia de forma entre os dois grupos de monumentos sepulcrais, se bem que os modelos micénicos sejam duma arquitectura um pouco diferente e duma construção incomparàvelmente mais cuidada e evolutida.

Convém, entretanto, não esquecer a existência dos recursos mineiros peninsulares e duma metalurgia indígena que não carecia de contribuïção estranha. Alguns objectos egeus foram supostos de origem hispânica, mas essa proveniência não está provada. Se a prata egêa era de origem peninsular, isso não significaria necessàriamente, segundo Bosch, relações directas, pois a prata poderia chegar ao oriente através de muitos intermediários, como teria sucedido à introdução do âmbar do Báltico e Mar do Norte na Península (no eneolítico) e em Micenas (na época do bronze).

A nosso vêr, devem remontar a uma longínqua data os tráficos com o oriente dos metais das minas peninsulares, primeiro indirecta, enfim, mais tarde, directamente. É crível que tenha havido relações comerciais mais ou menos intensas e até iniciações na técnica metalúrgica, que, fornecendo uma tipologia em grande parte indígena, parece ter surgido mais tardiamente no ocidente do que no oriente. Mas não devemos exagerar a extensão e a importância dêsses contactos, supondo que êles se poderiam ter traduzido na falta de autonomia e individualidade desta província cultural durante a idade do bronze, como nas épocas imediatamente anteriores.

A antropologia não possue elementos directos para uma reconstituïção dos tipos físicos da população do território português no período que antecede a fase a que se referem os mais antigos depoïmentos históricos. O rito funerário da incineração impediu em grande parte a conservação de restos esqueléticos. Os ossos humanos que algumas cistas e sepulturas do sul do País continham ainda, não permitiram, pela sua má conservação, qualquer estudo desenvolvido. Apenas escassos restos ósseos duma cista do Algarve permitiram a Estácio da Veiga formular a opinião de que se tratava de ortognatas. No entanto, o conhecimento dos resultados obtidos por Victor Jacques, Barras de Aragon e Aranzadi no estudo antropológico de alguns restos ósseos, respectivamente de El Argar, de Granada e de Solsona, faculta dentro de certa medida, associado aos elementos colhidos no estudo de documentos esqueléticos portugueses de épocas anteriores e posteriores à que nos está ocupando, algumas presunções sôbre os tipos

físicos das gentes que nessa época viviam no nosso território.

Tratava-se, sem dúvida, de populações antropològicamente mixtas, em que, no entanto, predominava acentuadamente a dolicocefalia, pois assim é no País antes e depois daquela data e assim é nas séries de El Argar e de Monachil (Granada). Em Solsona, bastante longe do nosso território, em 12 casos, nada menos de 5 tinham índice cefálico superior a 80, o que mostra uma tendência para o alargamento craniano que não se manifesta nas restantes séries. A ajuizar pelo elemento predominante registado em El Argar e pelo que se sabe da antropologia do eneolítico português, é bem de crer que, entre os elementos étnicos do nosso território, tivessem, na época a que nos estamos referindo, o primeiro logar os dolicocéfalos, de baixa estatura, capacidade regular, tendência leptorrínica, occipitalização acentuada e órbitas baixas, que se podem identificar com o tipo mediterrâneo actual e com o elemento também predominante na população portuguesa de hoje. A penetração da cultura argárica no sul de Portugal permite supor que alguns deslocamentos de populações se tivessem também então operado no mesmo sentido, mas isso não se traduziria numa alteração profunda da fisionomia antropológica, dadas as afinidades de tipos e atendendo ao facto de haver grandes analogias entre os elementos eneolíticos do País e os principais da actualidade, mostrando-se inequìvocamente que ao eneolítico devem ir-se buscar as origens de grande parte da população portuguesa de hoje, que infiltrações étnicas variadas, invasões, etc. não teriam modificado consideràvelmente no seu primitivo substracto somatológico.

Em El Argar, como de-certo entre nós, havia braquicéfalos em minoria, e ainda um elemento mais ou menos negróide, também representado em minoria, que talvez tenha afinidades com os negróides capsenses e constitua um indício da origem africana das gentes almerienses ou duma parte delas.

A identificação dêstes elementos raciais com os grupos étnicos que primeiro surgem nas fontes literárias, não é fácil tarefa. De resto, as dúvidas existem para a própria atribuïção das culturas variadas a êsses grupos e, por outro lado, já nessa data havia por-certo correspondência de grupos étnicos e culturais com populações antropològicamente heterogéneas. Lígures, Iberos, Tartéssios, Celtas e outros povos ocidentais da antiguidade não correspondiam verosìmilmente a tipos antropológicos definidos e individualizados, mas seriam grupos já somatològicamente mixtos, se bem que nêles predominassem certos tipos de raça. Individualidade étnica definida pela arqueologia, pela história e quiçá pela linguística, não implica de modo algum individualidade antropológica.

Os Lígures são considerados um dos povos principais do ocidente na idade do bronze. Eram agricultores, navegadores e comerciantes. Pretendeu-se dum trecho de Hesíodo (século VII a. C.) deduzir que êles eram o povo principal do ocidente naquela data e ocupariam toda a Península. Veremos adiante que esta asserção não é exacta, mas textos ulteriores e outros factos permitem admitir a extensão dos Lígures ao território peninsular, talvez mesmo a partir duma data muito anterior áquela a que êsses textos se referem. Ora os habitantes da Ligúria actual são braquicéfalos do tipo *alpino*. Sê-lo-iam já também os Lígures da idade do bronze? Talvez, e muitos assim o afirmam, mas há quem pretenda que êles conservariam ainda o tipo pre-histórico *de Cro-Magnon*, do paleolítico superior, alto, dolicocéfalo, com desharmonia crânio-facial. E há também quem lhes atribua o tipo *mediterrâneo* moderno. É impossível, com a documentação até agora obtida, dar como solucionado êste debate.

Está também longe de se poder considerar definitiva a identificação, já proposta, dos Lígures com remotas populações capsenses. Bosch Gimpera entende que os Almerienses do eneolítico seriam os antepassados dos Iberos da idade do ferro, os Pirenáicos os antepassados dos Bascos actuais, e que os Tartéssios dos textos históricos, em vez de se confundirem inteiramente com os Iberos, derivariam duma nova penetração, talvez africana, que teria destruido a cultura andaluza do bronze. Para aquêle investigador, os Almerienses teriam afinidades culturais com as populações do neolítico saariano e seriam de origem africana. Os Pirenáicos do eneolítico descenderiam, porém, talvez das tríbus do paleolítico superior.

As relações genealógicas entre Almerienses e Iberos, e entre Pirenáicos e Bascos, são verosímeis, como é também admissível a tese da origem africana, ou pelo menos das afinidades africanas, de Iberos e Tartéssios. Mas (do mesmo modo que com os Lígures) a identificação de populações peninsulares dos períodos eneolítico e do bronze, anteriores ao fim do segundo milénio, com os Iberos e com os Tartéssios, surge apenas conjectural. A antropologia não faculta elementos bastantes para essas identificações. Por outro lado, os círculos de cultura determinados pela arqueologia têem sòmente uma correspondência topográfica com as populações individualizadas mais tarde pelos textos. Estas individualizações correspondiam necessàriamente a uma verdadeira homogeneidade étnica ou, pelo menos em certos casos, tinham uma simples origem nos nomes geográficos? Na mesma designação étnica poder-se-iam abranger freqüentemente elementos antropológicos e étnicos diversos, associados apenas pela sua contiguidade no espaço. Pelo contrário, noutros casos, poder-se-iam separar sob nomes étnicos diversos populações da mesma estirpe, cujas áreas de distribuïção estivessem separadas por grandes distâncias. Voltaremos ao assunto no capítulo seguinte.

Por agora, acentuemos, pelo que respeita ao nosso território, que se não há homogeneidade de cultura, na mesma data, em toda a sua área e se motivos e episódios variados podem ter inflectido em altos e baixos a curva da evolução cultural de cada região, nem por isso parece quebrar-se sensìvelmente a continuidade dessa linha e das populações no longo lapso de tempo, que medeia entre o neo-eneolítico e a época em que a história começa a registar as relações directas entre a Península, especialmente a região de Tartessos, e o oriente mediterrâneo. Quando por volta do século XII a. C. as naus tírias aportam a estas paragens (onde lhes sucederiam mais tarde os navegadores focenses, os Gregos de Marselha, os Cartagineses, etc., e onde teriam sido imediatamente precedidos pelos Egeus da época micénica, na opinião muito contestada e problemática de Schulten), já na Península tinha havido, como vimos, relações muito antigas com a Bretanha, com a Irlanda e possìvelmente com outros países da Europa do N., e, por outro lado, com o norte de África, Baleares, o S. da França, a Itália e a Sicília. Pelo que particularmente respeita à cultura megalítica portuguesa, vimos como ela se difundiu para a Bretanha e para a Irlanda, recebendo também influências da Europa setentrional, e vimos como se admite uma sua penetração na Andaluzia, quem sabe se feita à mão armada num *raid* expansivo análogo aos que, alguns milénios depois, os Lusitanos realizavam também na Bética, como noutros pontos de Espanha.

As sombras de que os Fenícios, hábeis traficantes, e os Gregos dos tempos homéricos envolveram esta região não significam que nela não palpitassem, desde longes eras pre-históricas, populações activas e manifestações importantes de cultura lítica e pàleo-metálica, e que essas populações vivessem de todo segregadas dos contactos e das relações doutros povos. Mas, se, como vimos, o isolamento não era absoluto, a individualidade étnica e cultural indígena não se obliterou sob vagas invasoras ou sob o prestígio de sugestões exóticas. Naturalmente ela mantinha-se mais pura e perseverante nas regiões mais inacessíveis, como nas montanhas do norte de Portugal, onde até nem chegou, por exemplo, a cultura alcalarense ou a civilização argárica e onde se deviam ter conservado até muito tarde as sobrevivências da cultura megalítica primitiva.

Se a história fala, numa data relativamente tardia, dos povos ocidentais, não devemos concluir que a civilização ante-histórica dêstes povos foi totalmente despida de brilho e de personalidade. A cultura megalítica portuguesa por exemplo, revela a existência duma vida colectiva intensa — sem a qual não se compreenderiam os poderosos esforços para a edificação dos monumentos dolménicos — e duma vida moral, religiosa, militar e política — que se traduz na sua arte esquemática, no culto dos mortos, nos seus ídolos, nas suas expedições guerreiras ou pacíficas, na consagração presumível de acontecimentos, de chefes ou de heróis. Infelizmente, embora a escrita pareça ter nesta região remotíssimas origens, não vieram ainda os textos dissipar, com revelações de factos e com padrões cronológicos úteis, a escuridão milenária ocidental, coeva da história mais antiga do oriente.

A escrita ibérica espera ainda o seu Champollion. Uma vez decifrada, oxalá que entre os seus documentos epigráficos surgisse algum de valor comparável ao do *papiro real* do Museu de Turim, a mais importante das litas reais do Egipto!

Não se reconstituïria apenas talvez nas margens do Guadalquivir, o império florescente de Tartessos, como êle surgiu, com mais ou menos realidade, da imaginação evocadora e erudita de Adolf Schulten.

Quem sabe se não viriam a reconstituir-se também num quadro histórico sugestivo e animado, as aspirações e os acontecimentos da vida colectiva daqueles que no território português representam, antes do primeiro milénio, as tríbus que ergueram os dólmens!? E porque não teriam as fontes epigráficas conservado também a tradição da existência destas tríbus remotas, correspondentes à fase de apogeu da civilização megalítica?

É duvidoso que tal venha a suceder. Mas se tam longe pudesse alcançar o esfôrço de evocação histórica, talvez surgisse das trevas um império mais admirável do que muitos dos que a história enaltece e um povo mais glorioso do que muitos que os poetas imortalizaram em versos inspirados. Triste seria depois a reconstituïção da decadência, duma obliteração progressiva da solidariedade nacional, do esquecimento dos costumes tradicionais, da perda da própria memória dos factos e dos chefes gloriosos cujos despojos haviam sido religiosamente abrigados sob as lages formidáveis dos monumentos dolménicos. Talvez já nem aí os deixassem então dormir em paz, num sono inviolado.

Mas jamais se havia quebrado, de todo, a tradição, ou se extinguira a energia potencial do sangue antigo. Na alvorada da história do País, algumas tribus mostram mais tarde, no seu ansejo de independência, no seu heroísmo admirável, nos seus feitos assinalados, na própria rotina insubmissa da sua existência rústica e pobre, que as ruinas, de há muito apagadas, duma civilização — e porventura dum império — não envolviam, no mesmo ambiente lívido de morte, as melhores virtualidades dum povo. Os Lusitanos, herdeiros do espólio magro duma cultura decadente, não possuíam a psicologia depressiva de vencidos ou de degenerados estiolando num deplorável fim de raça. A decadência cultural não extinguira as energias viris e os anseios nacionalistas, que despertam, clamorosos e ardentes, perante o invasor culto, rico e poderoso e que, transitòriamente, subjugados após uma luta ingente de duzentos anos revivem enfim, organizados e fecundos, na brilhante acção histórica dos Portugueses.

Uma lição profunda ressalta do exposto: que a história duma população não oferece uma linha ascensional indefinida, mas é feita de altos e de baixos, de êxitos e de insucessos, de triunfos e de decepções, de avanços e de recuos. Entre a civilização megalítica do eneolítico português e a epopeia lusitana medeia um longo período em que gentes da mesma estirpe étnica vivem uma existência precária e humilde de rotina e obscuridade. A sua cultura e o seu papel histórico não têem o menor brilho em confronto com a civilização vasta e expansiva dos seus antepassados, construtores dos dólmens e pródigos em manifestações de vitalidade psíquica e social. Mas nem por isso aos seus descendentes estavam vedados altos e gloriosos destinos!

SINAIS ALFABETIFORMES NUM OSSO MADALENENSE DE PLACARD (CHARENTE, FRANÇA).

Irá tam longe no passado a origem da escrita alfabética?

(Piette)

Capítulo V — No limiar da História

A introdução do uso do ferro; as mais antigas referências históricas à Península; os Fenícios e os Gregos no ocidente; o poema de Avieno e os povos de Ofiusa; a aparição dos Lusitanos na História; a invasão celta; os Celtiberos; a cronologia e divisões da idade do ferro; o período intermediário entre o neo-eneolítico e a segunda idade do ferro.

Foi TARDIA a introdução do uso do ferro na Península. Ao passo que, no oriente, se pode colocar na segunda metade do segundo milénio antes da era cristã a data inicial da idade do ferro, nas regiões ocidentais o emprêgo do ferro manufacturado começa muito depois. Só por volta de 900 a. C. se generaliza o uso daquele metal por toda a Itália, pela França, pelos Alpes austríacos e pela Europa Central. Entre 1000 e 900 a. C. deveriam ter chegado a alguns raros pontos, mais acessíveis, da Península Ibérica as primeiras difusões da cultura da idade do ferro. Eram seus portadores os Fenícios dos entrepostos meridionais, talvez os Lígures e, apenas no NE. peninsular, as guardas avançadas dos Celtas.

Mas, assim como só cêrca de 700 começa esta idade na Europa setentrional, também no território português e noutras regiões da Península as respectivas manifestações culturais não parecem ser mais antigas do que o meado do primeiro milénio.

Tinham assim as mais remotas penetrações da cultura da idade do ferro na terra peninsular, ficado circunscritas a áreas limitadas, nalgumas das quais, mesmo, se assinalaram por escassa documentação.

Ainda neste caso as condições naturais do País intervinham para explicar tam tardia difusão e a renitência das populações em aceitar a novidade. A metalurgia do ferro não lhes oferecia as facilidades de que dispunham na do cobre e do bronze. O País era rico nos jazigos estaníferos e cupríferos. As forjas de ferro não encontravam aqui o ambiente tam favorável que tinham, por exemplo, noutros pontos da Europa, abundantes no minério e povoados de densas florestas fornecedoras do necessário combustível.

Assim, pois, as mais antigas referências históricas à Península atingem uma data muito anterior àquela em que a cultura da idade do ferro começa a difundir-se amplamente no território. O Vélho Testamento arquivou a notícia de que naus tírias, ao serviço do rei Hirão (969-935 a. C.) e do rei dos Hebreus, Salomão (1020-950 a. C.), vinham, pelo menos «uma vez cada três anos», a Tarschisch, à região de Tartessos, na foz do Guadalquivir, em longas viagens de tráfico comercial, que, no entanto, não excluíram relações de certa dependência política, pois a mesma fonte literária alude a ofertas dos reis de Tarschisch, que significariam vassalagem.

Uma inscrição assíria da época do rei Assarhadão (680-668 a. C.) diria, segundo Meissner e Unger: «*Os reis do meio do mar, todos os do país Iadnan* (Chipre), *do país Iaman* (Iavan), *até ao país Tarsisi, se curvam sob os meus pés*». Schulten entende que *Tarsisi* seria o *Tareschisch* bíblico e o *Tartessos* dos textos ulteriores e que, embora Assarhadão não tenha conquistado Tar-

tesso, êste país teria ficado na dependência indirecta da Assíria pela victória desta sôbre Tiro.

Também Plínio cita um trecho de Varrão em que se designam os Persas entre os povos que na antiguidade teriam vindo à Península, e Estrabão diz que Nabucodonosor, que «seria celebrado pelos Caldeus mais do que Hércules» teria trazido o seu exército *até às Colunas* (estreito de Gibraltar) e teria reünido tropas auxiliares na Ibéria. Embora algumas destas passagens sejam, para o próprio Estrabão, legendárias e duvidosas, seria talvez aplicável a Nabucodonosor o mesmo raciocínio que Schulten expõe sôbre as relações de Assarhadão com Tartesso. De facto, Nabucodonosor destruíu Tiro em 572 a. C.. Dado o domínio dos Tírios em Tartesso, não será històricamente inadmissível o domínio indirecto, ou, pelo menos, relações indirectas de Babilónia e de Nabucodonosor com aquela região da Península Ibérica.

Os poemas homéricos (séc. VIII a. C.) especialmente a *Odisseia*, revelam nos gregos dessa época, como dissemos no primeiro capítulo, alguns conhecimentos sôbre as regiões situadas fora das colunas de Hércules. As «noites curtas» no país dos Lestrigões seriam por ventura as noites de verão nos países da Europa setentrional, das quais os gregos teriam notícia através dos Tartéssios ou dos Ligures. O *Oceano* seria certamente o Oceano Atlântico. *O Zéfiro* descrito na *Odisseia* seria, segundo Schulten, o *Zéfiro* que, como mais tarde escreve Avieno, sopra daquele Oceano e impelia os navegantes tartéssios para as suas terras. Segundo Mülhenhoff, a região nebulosa vizinha do Tártaro, mencionada na *Odisseia*, seria a foz do Guadiana, também descrita mais tarde, como nebulosa, por Avieno. Estrabão, o grande geógrafo do século de Augusto, refere-se a passagens de Homero, que denotariam um certo conhecimento da Península, e conserva fragmentos de Hesíodo, Estesícoro e Anacreonte, dos séculos VII e VI a. C., que interessam ao esclarecimento das relações dos Gregos com o Ocidente. Essas relações são também esclarecidas por outras passagens de Hesíodo, Estesícoro, Hecateu de Mileto e outros autores cujos nomes não foram conservados, passagens que foram arquivadas sobretudo por Estêvão de Bizâncio e que se encontram reproduzidas, como as anteriores, nas *Fontes Hispaniae Antiquae*, de Schulten (fasc. I).

Êste iberólogo, no seu estudo sôbre Tartesso, supõe que os Cretenses teriam antecedido os Fenícios nas suas viagens a essa região peninsular. Há quem de tal muito duvide. Mas as viagens dos Gregos ao Ocidente desde cêrca de 700 a. C., época em que os Tírios são vencidos pelos Assírios, são já um facto histórico assente.

O aspecto legendário e fabuloso dalgumas passagens de Homero e doutros antigos autores gregos, como Hesíodo, não impediu que modernamente nelas se reconhecessem, pelo menos em parte, versões de factos reais. Embora mais tarde, no século V, Píndaro dê simbòlicamente as Colunas de Hércules como o limite intransponível das viagens dos Gregos para ocidente, (e, de facto os acontecimentos históricos lhes tinham dificultado o acesso às regiões ocidentais), é certo que o Tartesso «de raízes argênteas», o país das Hespérides «de voz sonora» e das «formosas maçãs de ouro», a residência das Górgonas «mais além do ilustre Oceano, nos confins da noite», o palácio de Estix «com colunas de prata que chegavam ao céu», os prados donde Hércules teria levado para Micenas, num dos seus trabalhos, os bois de Gerião, aparecem, com grande probabilidade, como paragens atlânticas conhecidas e visitadas pelos Gregos dessas remotas eras.

É, porém, de crer que algumas lendas e narrações fabulosas, primitivamente localizadas a leste, tivessem sido deslocadas progressivamente para oeste, à medida que o mistério que envolvia estas regiões aos povos do oriente mediterrâneo ia sendo dissipado, quer pela revivescência das tradições das viagens incertas de nautas cretenses e micénicos, quer por informes indirectos mais ou menos vagos dos Fenícios e doutros povos da bacia do Mediterrâneo, quer pelas expedições realizadas pelos próprios Gregos da época. Note-se, por exemplo, que a lenda de Gerião foi primeiro localizada no Epiro e depois transferida para Ocidente: a viagem de Hércules não teria sido, assim, tam longa.

Conta Heródoto que um barco sâmio, fazendo viagem para o Egipto, teria sido arremessado por uma tempestade para o ocidente,

atravessando as colunas de Hércules e atingindo Tartesso. Acrescenta o autor grego que esta cidade não era então freqüentada pelos mercadores e que os Sâmios, no regresso, tinham obtido lucros maiores do que quaisquer outros Gregos até à data.

Com razão Carpenter se admira de que uma tempestade tivesse arrastado tam longe uma embarcação grega e a fizesse atravessar o estreito de Gibraltar sem antes dar à costa tunisiana ou hispânica. A versão de Heródoto colocaria aquêle facto no meado do VII século, mas hoje, como diz Carpenter, não há motivo para supor que a mais antiga viagem sâmia ao ocidente não antecede 630 a. C.

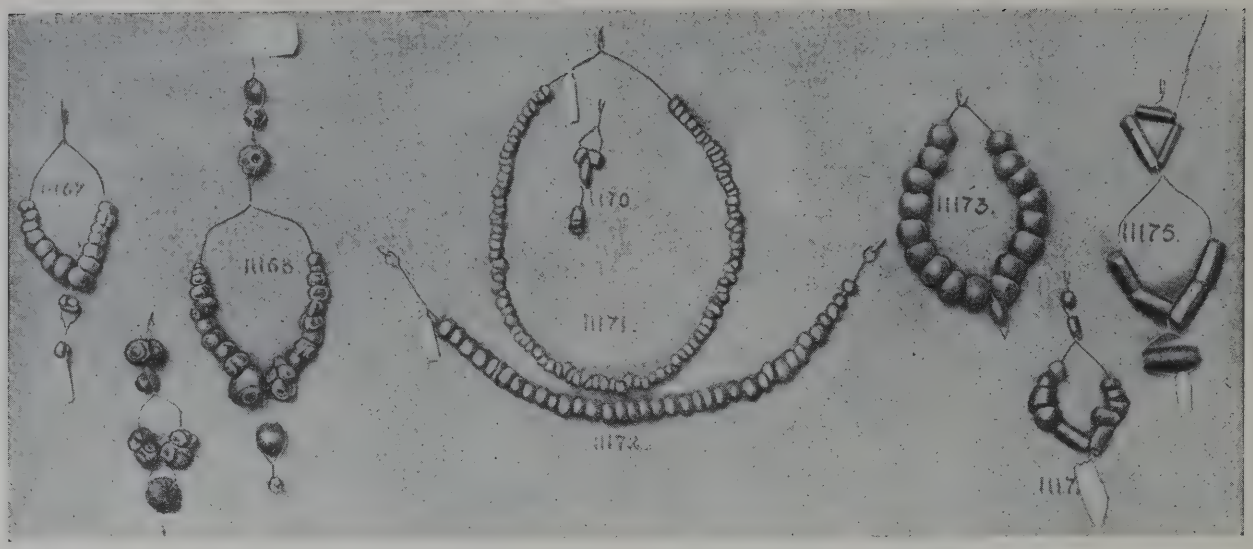
Não falando já nas problemáticas expedições cretenses e micénicas, anteriores às visitas dos Fenícios, e nesta narrativa de Heródoto, cabe aos Focenses, entre os Gregos, o principal papel nas relações dêste povo com Tartesso, onde por essa data reinaria o macróbio Argantónio, citado por Anacreonte, Heródoto e por outros textos da antiguidade. Vencidos pelos Persas no meado do século VI, os Focenses perdem a sua hegemonia comercial no roteiro de Tartesso. Uma parte dos habitantes da Focea abandonam a Jónia e veem estabelecer-se noutros pontos do Mediterrâneo, sendo ainda expulsos da sua colónia de Alália (Córsega), cinco anos depois, pelos Etruscos, que, com os Cartagineses, lhes vedavam o fácil acesso marítimo a Tartesso, onde haviam tido um tráfico próspero de cêrca dum século, tendo edificado, no litoral maditerrâneo da Península as colónias de Mainake (perto de Málaga) e Hemeroscopion (perto do cabo de La Nao).

Destruída Focea, os gregos da colónia de Massilia (Marselha) substituem, nos tráficos com a Península, os seus irmãos da metrópole e fundam as colónias de Emporion (Ampúrias) e Rhode (Rosas). As notáveis escavações realizadas nos últimos anos em Ampúrias permitiram reconstituir a evolução da cidade, desde o primeiro estabelecimento grego na ilha de Paleópolis até à época romana, em que a Neápolis possuía já uma grande área.

Depois da batalha de Alália (535 a. C.) e da destruïção da colónia de Ménaca, os Cartagineses vão retirando aos gregos, no Mediterrâneo ocidental, a hegemonia que êstes haviam tirado aos Fenícios. Por volta do ano 500 destroem Tartesso, em face da qual tinham os seus antepassados da metrópole síria edificado, talvez uns seis séculos antes, a colónia de Gades (Cádiz), com a qual mais tarde, segundo afirma Schulten, muitos confundiriam Tartesso. Além de Gades, os Fenícios teriam edificado, na costa levantina da Península, Malaca (Málaga), Abdera (província de Almeria), etc.

Duma data correspondente ao período consecutivo à queda da talassocracia focense, ou seja dos últimos decénios do séc. VI a. C., se supõe o périplo, porventura marselhês, sôbre o qual um escritor latino do séc. IV da era cristã, Rufo Festo Avieno, elaborou, com interpolações e modificações suas e de outrem, o poema *Ora Marítima*, considerado por alguns autores modernos como confuso, contradictório e sem valor scientífico, e por outros — hoje o maior número — como duma importância capital para o estudo da geografia e da etnologia antigas da Península. A despeito dos trabalhos de Mülhenhoff, Schulten, Martins Sarmento, etc., aliás divergentes em muitas opiniões, não se pode dizer que se encontrem elucidadas todas as passagens do poema alusivas ao ocidente peninsular, mas não há dúvida de que se mencionam naquele texto regiões e populações do território correspondente ao Portugal de hoje. A ser exacta, como cremos, a cronologia fixada ao périplo, estariamos assim em presença *da mais antiga fonte literária relativa ao nosso território*, na qual factos reais não aparecem, em geral, encobertos ou desfocados pela lenda ou pela fábula. Trata-se portanto dum texto do mais alto valor para a reconstituïção da história mais antiga do País.

É possível que algumas das referências vagas e legendárias de Homero e dos outros autores gregos anteriores ao périplo, houvessem de localizar-se em regiões mais ocidentais e setentrionais do que as paragens tartéssias. Nas suas viagens para as Cassitérides, no tráfico do estanho e do âmbar, os navegantes fenícios deveriam ter marginado as costas de Portugal e não teriam certamente deixado de abordar por vezes aos portos do território, entrando em contactos mais ou menos estreitos com os indígenas. A antropologia pretende ter encontrado vestígios de colonizações fenícias e púnicas no litoral português (Algarve, arredores de Aveiro, Póvoa



(Cl. E. Cerdeira)

Colares de contas esmaltadas de Fonte Vélha de Bensafrim, Algarve (Segunda idade do ferro), origem púnica

(Museu Etnológico Português)

de Varzim, Âncora), não sendo, porém, fácil marcar-lhes a época de acesso.

Quanto aos Gregos, é perfeitamente admissível que as narrativas respeitantes ao Tártaro, às Hespérides, à Atlântida, etc. signifiquem que o seu conhecimento directo da Península ultrapassava Tartesso e abrangia estas paragens extrêmas do Ocidente. A atribuïção fantasiosa da fundação de *Olisipo* (Lisboa) a Ulisses, a pretensa filiação grega dos *Gróvios* do N. do Douro (chamados *Gravii* por Sílio Itálico e, depois, até *Graii*), os achados de vasos gregos do séc. IV em Alcácer do Sal e de moedas gregas, ainda posteriores, na Serra do Pilar (Pôrto), a beleza das mulheres de Ílhavo, apresentada em dissertações literárias como prova da sua origem grega, não constituem provas scientíficas de vistas muito remotas dos Gregos ao litoral português. Ou se trata de pura fantasia, ou, como no caso dos achados arqueológicos e numismáticos (a que poderiamos juntar alguns outros) êles não correspondem à cronologia provável dessas visitas e podiam interpretar-se pela participação de intermediários, que fôssem os portadores dêsses documentos. Mais impressiva, embora ainda não concludente, parece a analogia, contestada e mais remota, das criptas alcalarenses de falsa cúpula, do Algarve, com os túmulos de cúpula Micenas.

Mas o périplo que Avieno parafraseou, pôs-nos diante duma prova muito frizante de que os Gregos da primeira metade do primeiro milénio antes da era cristã, alguma coisa conheciam conquanto não pormenorizadamente,

(Cl. E. Cerdeira)

Vaso grego da necrópole de Alcácer do Sal (séc. IV)

(Museu Etnol. Port.)

da costa ocidental da Península. E mostra-nos também que êsse conhecimento deveria ser, em parte, directo, visto que na descrição, incompleta e confusa, desta região, fornecida pela « Ora Maritima », o país aparece baptisado com um nome grego, *Ophiussa*. Muitos nomes focenses terminam em *-οῦσσα*, como *Pithecussa*, *Ichnussa*, *Melussa*, *Comyussa*, *Pityussa*. « Ophiussa » significaria « terra de serpentes », significado que convém confrontar com o de Sefes, um dos povos da região citados por Avieno (*Saefes* corresponderia também, talvez, ao mesmo significado de « serpentes »), e com a passagem do mesmo poema, segundo a qual os *Oestrímnios* teriam sido expulsos de Ofiusa por uma invasão de serpentes. Não se compreende que a toponímia fôsse grega, se êstes não tivessem visto as costas portuguesas antes da data do périplo. Teriam sido os Focenses? Os Massaliotas? Não é possível dize-lo. Mas, da metrópole ou das colónias, eram Gregos de origem e de idioma. Nem só portanto dos Tartéssios, como se pretendeu, êles teriam informes sôbre estas paragens.

No dizer de Estrabão, os casamentos entre os Lusitanos eram feitos segundo o costume dos Gregos. Nêste facto também alguns viram um indício duma remota influência grega no País. Embora não concludente, êste argumento é mais valioso do que alguns já apontados.

Não nos deteremos na análise da parte do poema de Avieno que se refere à geografia do território português, tam diversas são as suposições sôbre os logares a que dizem respeito algumas dessas referências. A ilha de Saturno, herbosa e cercada por vezes dum mar prodigiosamente excitado, segue-se, no texto, ao cabo *Aryium*, que distaria das Colunas cinco dias de viagem e que Schulten identifica com o cabo Ortegal, ao passo que Sarmento e Leite de Vasconcelos o identificam com um cabo da costa ocidental da Galiza. A ilha de Saturno é, para Schulten, uma das Berlengas (*Londobris* de Ptolomeu), para Martins Sarmento uma ilha da foz do Vouga, para Leite de Vasconcelos uma ínsua da foz do Minho.

Do mesmo modo a ilha Poetanion, a topografia duma parte da costa algarvia, etc., aparecem, no poema, de identificação bastante difícil.

O promontório de Ofiusa é de-certo, como entendem Schulten e Leite de Vasconcelos, o cabo da Roca, e não o cabo Carvoeiro, como pretendia Sarmento. O promontório Cêmpsico ou Ceprésico é o cabo Espichel. O cabo Cinético, « onde declina a luz sideral, levantando-se orgulhoso, como confim da rica Europa » e que se volta para « o Oceano cheio de monstros », é o cabo de S. Vicente, que os antigos supunham o mais ocidental da Europa, quando o é o da Roca. O *Anas* (Guadiana) separava o território dos Cynetes (Algarve) do dos Tartéssios (Andaluzia). Um caminho terrestre ligaria o estuário do Tejo (golfo ou *sinus* de Ofiusa) com Tartesso, também unido com Malaca por uma estrada, durando a primeira viagem, pelo menos, quatro dias, e a segunda cinco.

Sôbre etnologia, o poema de Avieno diz-nos: « Os Cempses e os Sefes ocupam ásperas colinas no território de Ofiusa; perto dêstes o ágil *Lucis* e a prole dos Draganes colocaram os seus lares num setentrião muito nevado. Também há a ilha de Poetanion ao lado dos Sefes e um amplo pôrto. Depois, o povo

Esbôço duma carta etnológica da Península no meio do primeiro milénio antes de Cristo.

dos Cinetes é vizinho dos Cempses ». Êstes voltam a ser mencionados no texto como confinantes dos Ileates da Andaluzia e como tendo outrora ocupado a ilha Cártara (ilha, desaparecida, da foz do Tartesso?) donde teriam sido expulsos para « vários logares » pelos vi-

zinhos (Tartéssios?). Como esta antiga ocupação da ilha Cártara condiz com a revelação que a arqueologia nos fez, como se viu no capítulo anterior, da expansão da cultura ocidental na Andaluzia!

É indispensável determo-nos no exame da passagem transcrita, que é da mais alta importância. A localização dos Cinetes no Algarve não oferece dúvida alguma, se bem que a menção dum *litus cyneticum* pelo mesmo Avieno na costa mediterrânea da França não possa explicar-se fàcilmente, a não ser por confusão ou por uma antiga colonização. Os Cinetes, Cinésios ou Cónios são mencionados noutros textos ulteriores e Schulten pensa que os nomes das povoações de *Conimbriga* e *Conistorgis* revelariam, nas suas etimologias, antigas expansões dos Cónios. Na segunda metade do século v, Heródoto, falando, pela primeira vez, da existência de Celtas na Península, localiza-os fora das colunas de Hércules e na vizinhança dos Cinésios, « o povo da Europa que se encontra mais a ocidente ». Note-se, que, sendo os Celtas já conhecidos do autor do périplo, que os cita no norte da Europa, êles não são por êle ainda referidos expressamente na Península.

Os Cempses e os Sefes encontrar-se-iam a norte dos Cinetes. A expressão « ásperas colinas » *(arduos colles)* corresponde às povoações indígenas fortificadas — os *castros* — situadas no alto de montes. Pretendem Schulten e Bosch que os Cempses e os Sefes seriam Celtas. Nada nos diz a tal respeito o poema de Avieno, que, entretanto, os não confunde também com os Tartéssios e com os Iberos. Os textos posteriores ao século vi não voltam a falar dos Sefes, que o poema faz chegar junto da ilha Poetanium e dum amplo pôrto (a foz do Sado, segundo Schulten, e a do Mira, segundo Leite de Vasconcelos), não sendo fácil separar a sua localização da dos Cempses, se êstes atingiam o cabo Espichel *(Cempsicum jugum?)*, confinando a S. com os Cinetes e a SE. com os Ileates do Guadalquivir. É bem de crer que uns e outros estendessem a sua área de distribuïção ao país montanhoso do alto Alentejo e do norte do Tejo, de acôrdo com a expressão « arduos colles » que mais se adaptaria aos *castros* do norte de Portugal do que às terras baixas do sul. Os Cempses são citados, muitos séculos depois, na *Periegesis* de Dionísio, na *Descriptio orbis terræ* de Avieno e na paráfrase de Dionísio feita por um autor do século vi da era cristã, Prisciano. São então registados nos Pireneus, mas esta passagem resultaria da convicção, muito antiga, mas expressa ainda no século iv por Marciano de Heraclea, de que os Pireneus se prolongavam numa derivação para o interior da Península. Tudo leva a crêr que essas alusões tardias aos Cempses se inspirassem em antigas fontes, como a que serviu de base à « Ora Maritima ».

O ágil *Lucis* e as proles dos Draganes estariam, segundo o poema, a norte dos Cempses e dos Sefes. No norte de Portugal? Na Galiza? Na costa cantábrica? Já no território francês? Não é fácil dizê-lo. Dos Draganes não há notícias posteriores. Quanto ao grupo étnico a que se refere a expressão *Lucis*, é corrente supôr-se que se trata de Lígures. Desde Schrader que se tem escrito, em várias edições da « Ora Maritima », *Ligus* em vez de *Lucis*, entendendo-se que esta última palavra não faz sentido e que um lapso de copista poderia ter transformado *Licus* em *Lucis* pela simples troca das vogais. Mas na « editio princeps » do poema, publicada em 1488 em Veneza e mais segura do que o único manuscrito do poema, o velho códice de Ortélio (em que aliás se lê *locos*, palavra que não faz sentido algum), lê-se *Lucis*. Em 1919 formulei a hipótese de que se trataria duma alusão aos Lusitanos, o que faria recuar alguns séculos a aparição dêstes na História, pois, a não ser exacta esta interpretação, êles só figurariam pela primeira vez, como fazendo parte do exército de Aníbal que, depois de conquistada Sagunto em 219 a. C., passa à Itália, através dos Pireneus, do sul da França e dos Alpes.

Parece-me mais fácil passar de *Lucis* para *Lusis* ou melhor (em vista das conveniências gramaticais) para *Lusus* do que para *Ligus*. Múltiplas objecções foram feitas a esta leitura por Schulten e Leite de Vasconcelos. A métrica não autorizaria a quantidade longa do *u* de *Lusitani*. Ora o *u* de *Lucis*, no verso de Avieno, é breve. Por outro lado, o professor português, que, seguindo Romey e Herculano, nota, com razão, a identidade do tema *Lus-* em *Lusitani* e no nome *Lusones* duma tríbu celtibérica, vizinha de Numância, afirma que o vocábulo *Luso*

só é usado como sinónimo de *Lusitano* pelos humanistas portugueses do Renascimento.

Mas Avieno tem versos errados e parece que se tem registado mudanças de quantidade através de alguns séculos. Por outro lado, os celtiberos Lusões aparecem na história mais tarde do que os Lusitanos e não teem a nomeada e importância dêstes. A comunidade do tema *Lus-* é evidente, mas não é lícito ir buscar aos Lusões a origem etimológica da palavra *Lusitani*. Deve antes admitir-se a prioridade dos Lusitanos ou, pelo menos, afinidades e parentesco dos dois grupos étnicos. Sucede, porém, que o termo *Lusus* é utilizado no século I a. C. por Varrão precisamente para uma etimologia de *Lusitani* e o vocábulo aparece em textos anteriores, de Aristóteles e de Teopompo, se bem que referindo-se a regiões e povos do oriente.

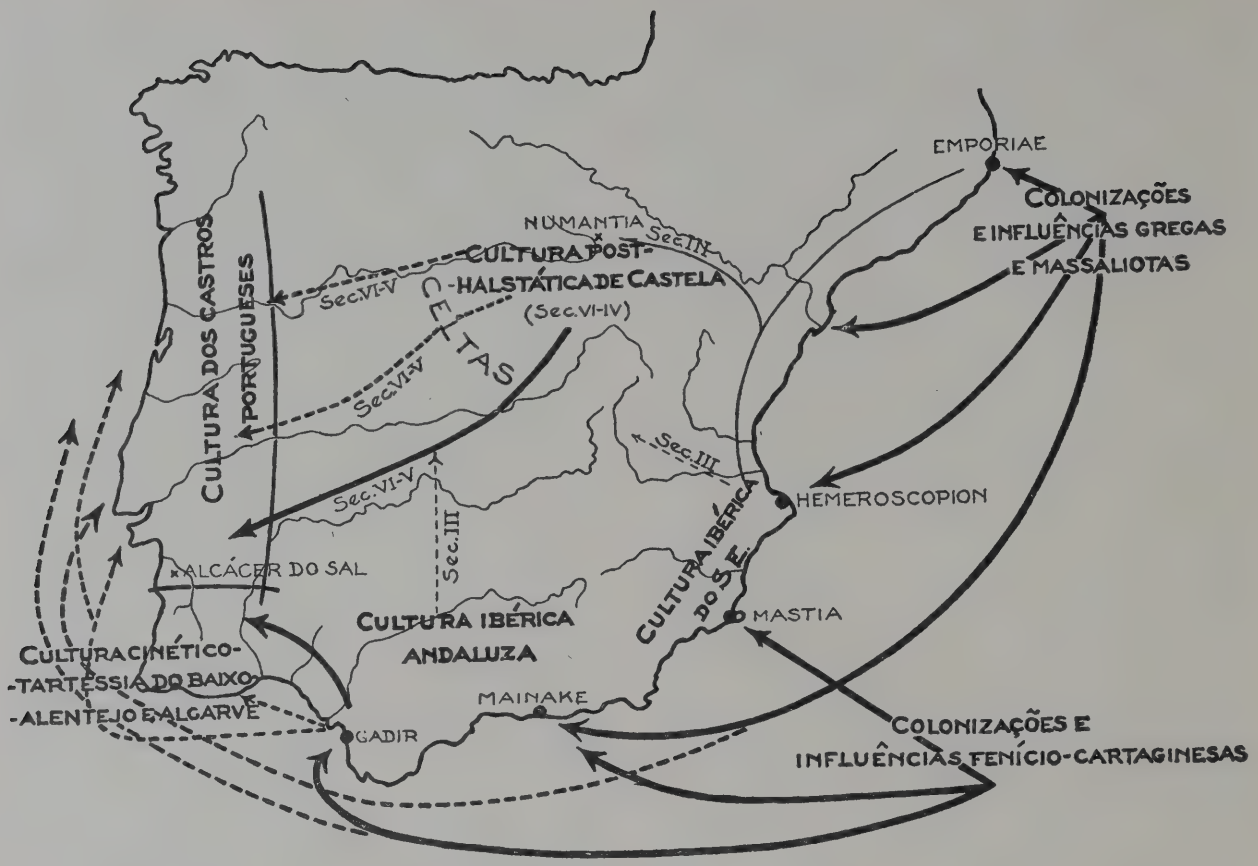
O qualificativo «ágil» que no texto de Avieno acompanha *Lucis* condiz perfeitamente com o que os autores do século de Augusto e seguintes afirmam a respeito das qualidades físicas dos Lusitanos. Estrabão di-los também ágeis. Nas campanhas de Aníbal, os cavaleiros lusitanos iam a eminências abruptas a que outros se não arriscavam. A mobilidade das hostes de Viriato nas guerras contra os Romanos não tem também outra explicação que não sejam o desembaraço e a agilidade dos soldados lusitanos.

Ultimamente um ilustre arqueólogo espanhol informou-me de que, havendo consultado sôbre a minha leitura de *Lucis* um autorizado especialista extrangeiro, este opinou que um copista fàcilmente trocaria o *s* por um *c*, dada a analogia paleográfica das duas letras.

Martins Sarmento, partidário, como Schulten, da tese da filiação ligúrica dos mais antigos habitantes do território, pretendeu mesmo fazer derivar etimològicamente da palavra *Ligures* o vocábulo *Lusitani*: *Ligures*—> *Liguses*—> *Ligusitani*—> *Liusitani*—> *Lusitani*. Esta hipótese etimológica foi contrariada com argumentos filológicos e Schulten entende mesmo, como Bosch, que os Lusitanos eram Iberos e não Lígures.

Para fundamentar o ligurismo de antigos habitantes do território invocam-se, porém, outras razões. Um texto de Hesíodo que diz apenas que os Lígures bebiam leite de égua, mas que foi por Schulten apresentado como a prova de que os Lígures eram o povo principal do ocidente, se bem que ali nada se dissesse sequer da sua localização; a existencia dum lago *ligustino*, citado pelo périplo de Avieno, perto de Tartesso; os factos, notados por D'Arbois de Jubainville, de *Durius* ser também o nome dum afluente do Pó, do deus Bormânico ser adorado simultâneamente em Portugal (inscrição latina de Vizela) e na Ligúria, e de se encontrar o sufixo ligúrico *asco* na palavra *Vipascensis* duma inscrição romana de Aljustrel; a citação por Estêvão de Bizâncio duma cidade de Lígures, *Ligustina*, na Ibéria ocidental, junto de Tartesso; eis, entre outros, argumentos já formulados para justificação da tese aludida. A vinda de Lígures em tempos remotos a estas regiões, como já dissemos no capítulo anterior, é muito verosímil, tanto mais que, segundo o testemunho do périplo suposto de Scylax (século IV a. C.) e outros, os Iberos se misturaram com os Lígures (constituindo os *Misgetas* de Hecateu, segundo Schulten) entre os Pireneus e o Ródano, sendo de admitir que esta expansão ibérica para leste tivesse sido antecedida alguns séculos por uma expansão ligúrica em sentido contrário. De resto, a talassocracia ocidental dos Lígures na idade do bronze, está mais ou menos assente pela arqueologia, e a estada de Lígures (assim como, até certo ponto, a dos comerciantes tartéssios) em regiões frias da Europa do norte, é afirmada por Avieno, que os dá ainda como expulsos dali pelos Celtas, sendo para admitir que o seu itinerário entre essas terras setentrionais e as da Ligúria mediterrânea, não fôsse terrestre, mas marítimo, com escala pelas costas atlânticas.

Antes de 500 a. C., as fontes literárias fornecem em suma, muito precários informes sôbre a faixa ocidental da Península e sôbre a sua etnologia. É lícito crer que Micénicos (?), Fenícios, Lígures (?), Tartéssios, Focenses, Marselheses, porventura mesmo as guardas-avançadas cartaginesas, tocaram nalguns pontos do nosso litoral antes dessa data, mas de tais contactos não há documentos coevos seguros, a não ser, relativamente aos Gregos, o nome de *Ophiussa*, com que no poema de Avieno aparecem baptisados o território peninsular e a sua proeminência ocidental, e porventura, em relação aos Fenícios, um amuleto egípcio



Áreas e roteiros culturais na segunda idade do ferro na Península.
(O sentido das difusões mais hipotéticas é indicado por linhas interrompidas).

do sec. VII, descoberto em Alcácer do Sal. É também a «Ora Maritima» o texto que nos dá o mais antigo quadro etnológico do nosso País, nomes de povos que depois desaparecem nas fontes literárias. Os Oestrímnicos, daqui expulsos para o noroeste da França, os Cinetes do Algarve, os Cempses e os Sefes dos *castros*, porventura já os Lusitanos (os Draganes são, com razão deslocados em geral para o norte de Espanha ou até para França), tinham ainda sido, verosìmilmente, testemunhas, e mesmo agentes, das manifestações culturais que se intercalam entre o neo-eneolítico do território e as mais antigas penetrações da cultura da idade do ferro em Portugal, muito tardias em relação ao início desta cultura nalguns pontos da Espanha e sobretudo da Europa central e mediterrânea.

Não pode excluir-se em absoluto a hipótese de que os Cempses e os Sefes pertencessem já, como querem Schulten e Bosch, à onda invasora celta, que, do século VI para o V, faz alastrar no norte, no centro e no ocidente da Península aquela cultura. Mas Avieno, citando os Celtas em logares fóra da Península, não fala dêles como povos desta região. Ou, de facto, êles ainda aqui não haviam dado então franco ingresso, ou o autor do velho périplo os desconheceria como habitantes da Península, talvez por êles se encontrarem no interior, longe das costas freqüentadas pelos navegadores e mercantes do Mediterrâneo.

A mais antiga referência, bem expressa, à presença de Celtas na Península surge em Heródoto, na segunda metade do século V. O célebre geógrafo e historiador grego escreveu que os Celtas «habitam fóra das Colunas de Hércules, e são vizinhos dos Cinésios, o povo da Europa que se encontra mais a ocidente». Noutra passagem, repete que os Celtas «são de todos os povos da Europa os que se encontram mais a ocidente, depois (?) dos Cinetes». Para Heródoto, a Ibéria é entendida *stricto sensu*, quer dizer, como uma região do leste da Península. É o que se depreende duma passagem em que diz que «os Focenses foram os primeiros Gregos que fizeram lon-

gínquas navegações, mostrando aos Gregos o mar Adriático, a Tirrénida, a *Ibéria* e Tartesso.» A menção da Ibéria antes de Tartesso e distinta desta região demonstra bem, como outros textos, que não era então aquela designação entendida como abrangendo toda a Península. Para Herodoro, que escreve quási na mesma época (cêrca de 420 a. C.), já os Cinetes e os Tartéssios são abrangidos na designação de Iberos, os quais a leste iriam então até ao Ródano. Para o mesmo autor, a N. E. dos Cinetes estariam os Gletes, citados também por Teopompo e que Leite de Vasconcelos supõe serem os Sefes de Avieno, e Schulten os Ileates do mesmo poema. Não seria confusão do nome dos Celtas, vizinhos dos Cinetes segundo Heródoto?

No periplo atribuído a Scylax, navegador do século IV, os Iberos «povo da Ibéria e do rio Iberus» (Ebro), aparecem como os «primeiros» da Europa seguindo-se-lhes os Lígures e Iberos misturados até ao Ródano. A costa da Ibéria levaria então a percorrer sete dias e sete noites, o que, permite supôr que não se entenderia então por Ibéria mais do que a região das Colunas até Emporion (Ampúrias). No mesmo século, Éforo diz que os Celtas são a população extrêma do Ocidente e, segundo Estrabão, atribuïria à Céltica uma grande área, nela abrangendo uma extensa parcela da Hispânia até Gades (Cádiz). Aristóteles, também no século IV, alude à Ibéria entendida, sem dúvida, *stricto sensu*, aos Fenícios de Gades e Tartesso, aos Cartagineses que andavam fóra das Colunas de Hércules e cercavam de mistério essas paragens, e, referindo-se a alguns costumes dos Celtas, localiza êstes «acima da Ibéria, numa região de frio muito rigoroso». Cêrca de 320 a. C., as viagens de Píteas no Atlântico facultam aos antigos um melhor conhecimento da Península hispânica, que, com o célebre geógrafo alexandrino Eratóstenes, no século III, é enfim designada globalmente pelo nome de Ibéria, até aí restringido à sua parte litoral mediterrânea. A Céltica confina-se desde então nìtidamente, na região de além-Pireneus, se bem que, segundo Schulten, ainda cêrca de 260 a. C. Timeu chamasse Céltica à Meseta ibérica. É também Timeu o introdutor da expressão Celtiberos que para a quási generalidade dos autores tem tido desde tempos remotos a significação de Celtas invasores misturados com os Iberos indígenas.

A conjugação dos textos referidos levou Schulten, apoiado, em certa medida, com elementos arqueológicos por Bosch Gimpera, a formular a opinião de que até ao século III os Iberos se localizavam no S. e no levante da Península, encontrando-se desde o século VI no norte, no ocidente e no centro do território peninsular os Celtas. Por volta do século III os Iberos teriam invadido as regiões anteriormente povoadas pelos Celtas e assim surgiram os Celtiberos, que seriam portanto «Iberos em território dos Celtas» e não, como anteriormente se pretendia, «Celtas em território dos Iberos». A própria construção do termo Celtibero seria concorde com essa nova interpretação. A carta etnológica da Península teria variado profundamente no século III com êsse movimento de povos. A arqueologia, segundo Schulten e Bosch, viria confirmar tais deslocamentos étnicos.

Veremos que o depoïmento da arqueologia não é de todo concludente para a demonstração dessa tese. Quanto aos textos, muitas passagens são susceptíveis de interpretações discordantes. A localização de Celtas, fóra das Colunas, junto dos Cinetes, feita por Heródoto, corresponderá de-certo à que, alguns séculos mais tarde Políbio, Estrabão, Plínio e outros autores fazem de Célticos na mesopotâmia entre o Tejo e o Guadiana. Mas a expressão de Aristóteles «acima da Ibéria, numa região de frio muito rigoroso» referir-se-ia ao interior e norte da Península ou a regiões mais setentrionais da Europa? Não é possível excluir esta segunda hipótese, a despeito da verosimilhança da primeira.

A verdade é que Estrabão e Flávio José afirmaram a ignorância dos antigos autores relativamente aos Celtas e Iberos, fazendo por exemplo, o primeiro notar que Eratóstenes *ignorava tudo o que dizia respeito à Ibéria e à Céltica* e com mais forte razão à Germânia, Bretanha, etc.

Quanto aos Celtiberos, Diodoro de Sicília, no século I a. C., di-los Iberos e Celtas que viviam juntos e se tinham unido por casamentos, feita a paz após lutas violentas na disputa de campos. O poeta Sílio Itálico (25-101) di-los «*Celtas* associados aos Iberos no nome» e, no mesmo século, outro poeta, Lucano, considera-os também «*Celtas* que, trânsfugas dos

antigos Gauleses, tinham misturado o nome com o dos Iberos». Muito mais tarde, do século VI para VII, Santo Isídoro de Sevilha afirmaria que os Celtiberos eram Galos-Celtas que se haviam instalado junto do *Iberus* (Ebro). Esta referência tardia não terá grande valor, mas as dos autores do século I servem, pelo menos, para demonstrar que, embora verosímil, a recente concepção sôbre as origens dos Celtiberos está em oposição com textos remotos, em que, em vez de aparecerem como Iberos, êles surgem como originàriamente Celtas.

O facto do quadro etnológico da Península aparecer do século III em diante diverso do que era anteriormente, pode, como escrevemos já noutros trabalhos, não significar essencialmente uma remodelação e movimentos das populações peninsulares, mas apenas um melhor conhecimento destas regiões. É muito possível

O QUADRO ETNOLÓGICO DA PENÍNSULA A PARTIR DO SÉC. III A. C.

que já antes do século III houvesse no ocidente, no norte e no centro da Península populações da mesma estirpe étnica dos Iberos do S. e de E. O que até então estava envolto em profundo mistério era o interior e o norte da Península. Com a penetração cartaginesa, como mais tarde com a romanização, estreitar-se-iam as relações entre as tríbus da costa e as do interior, e o conhecimento destas últimas progrediria consideràvelmente para os povos extranhos.

Dissemos já que a idade do ferro na Península teria começado tardiamente, sobretudo nalgumas regiões, como Portugal, em que o uso do bronze, pela dificuldade de acesso à nova cultura e pela natureza dos recursos mineiros do País teria perdurado mais duradouramente, com exclusão da nova indústria metálica. Os arqueólogos distinguem, dum modo geral, na idade do ferro duas fases: a primeira ou de Hallstatt, cuja indústria típica aparece na necrópole austríaca de Hallstatt, e a segunda, chamada também de La Tène, nome duma estação suissa em que está largamente representada essa cultura. Tischler dividiu a fase de Hallstatt em dois períodos, o primeiro dos quais caracterizado por uma grande espada de ferro de espigão chato e por espadas de ferro e de bronze envolvidas em baínhas de couro com terminações metálicas típicas, e o segundo caracterizado pelo punhal e espada de ferro com dois prolongamentos terminais do punho, chamados *antenas*, e por ornatos mais numerosos e fíbulas variadas (de arco serpentiforme, de sanguessuga, de navicela, etc.). Os dois períodos apresentam também tipos variados de cerâmica, e, na transição do primeiro para o segundo, há vasos cilíndricos de bronze, de origem itálica, com cordões que, primeiramente espaçados, se vão aproximando no princípio do segundo período.

Do mesmo modo que foi a arqueologia egípcia que forneceu as referências cronológicas iniciais para a idade do bronze, foi o estudo da cerâmica grega que facultou os pontos de referência para a cronologia da época de Hallstatt na Europa. A idade do ferro na Grécia, no seu período mais antigo, apresenta cerâmica com ornatos geométricos e, nos vasos áticos de Dipylon, com algumas scenas figuradas. Segue-se de 800 a 480 a. C. o período *arcáico*, em que as tríbus expulsas pelos Dórios para a Ásia Menor criam a arte *jónica*, na qual os ornatos são inspirados em motivos orientais, como lotus, palmas, animais fantásticos, etc.

Para a Gália, Déchelette data o primeiro período de Hallstatt de 900 a 700 a. C. e o segundo de 700 a 500 a. C. Por volta do meio do primeiro milénio antes da era cristã começa o período de La Tène, que corres-

ponde à fase culminante do império céltico e que se subdivide na Europa Central em três períodos: o primeiro de 500 a 300; o segundo de 300 a 100; o terceiro de 100 até ao princípio da nossa era. Na Grécia, à segunda idade do ferro pertencem o período *clássico* (480-300), que é o do apogeu da arte grega, e o período *helenístico*, isto é, da difusão do helenismo, que vai de 300 até à data da conquista da Grécia (146 a. C.).

Os vários períodos de La Tène são também caracterizados por tipos diferentes de armas, de ornatos, de cerâmica, de ritos fúnebres, etc. No período III predomina a incineração, que, como veremos, se usava também entre os Lusitanos.

Ora, a cronologia sumàriamente exposta não se aplica em todos os detalhes à Península Ibérica e especialmente ao território português. Alguns dos seus períodos nem sequer teem aqui representação, outros aparecem em data mais tardia. Segundo as sábias sistematizações de Bosch Gimpera, à primeira fase da cultura de Hallstatt pertenceriam algumas sepulturas de Almeria e da Catalunha. Estas últimas datariam de 850 a 650 a. C., e localizar-se-iam perto da costa, pois no interior manter-se-ia uma cultura de aspecto eneolítico, de cerâmica com relevos, no seio da qual porém, apareceriam já alguns vasos com formas e ornatos análogos aos das sepulturas hallstáticas do litoral. O segundo período de Hallstatt (650-500 a. C.) está apenas representado por algumas necrópoles catalãs de incineração e por espadas de ferro, com antenas de bronze, provenientes da Galiza, Astúrias, Leão e, no centro de Espanha, Aguilar de Anguita.

Supôs-se que algumas estações portuguesas pertencessem à primeira idade do ferro. Efectivamente aparecem em Portugal alguns objectos, como certas fíbulas de Santa Luzia (Viana do Castelo), Sabroso, Citânia de Briteiros, Terroso, etc., que teem formas hallstáticas ou afinidades com estas. Cartailhac, Estácio da Veiga, Leite de Vasconcelos e outros consideraram da primeira idade do ferro as estações de Fonte Velha de Bensafrim (no Algarve), de Alcácer do Sal, e alguns castros. É indubitável que muitos dêstes veem de longínquas eras e devem ter correspondido, numa parte da sua existência, à época em que noutros pontos da Europa se desenrola a cultura hallstática. Mas conservariam de-certo, num verdadeiro fenómeno de segregação cultural, uma relativa continuidade com as culturas anteriores à do ferro. E, já como Déchelette afirmava, alguns objectos de formas hallstáticas seriam na Península sobrevivências numa época posterior.

As fíbulas referidas serão dum hallstático póstumo (*post-hallstático*, na expressão de Bosch), que, coevo de La Tène e com relativa independência desta cultura, constitui no nosso País, como alguns pontos da Espanha, um prolongamento da cultura de Hallstatt, aqui introduzida na sua fase final, porventura pelos Celtas. Bensafrim, Alcácer-do-Sal, etc. serão, do mesmo modo, post-hallstáticos, embora Alcácer forneça, como veremos, espadas de antenas.

Dêste feitio, antes do século VI a. C. as populações do actual território português ainda não tinham entrado no conhecimento e no uso da indústria do ferro. Sobreviviam (porventura algumas delas em decadência) as formas

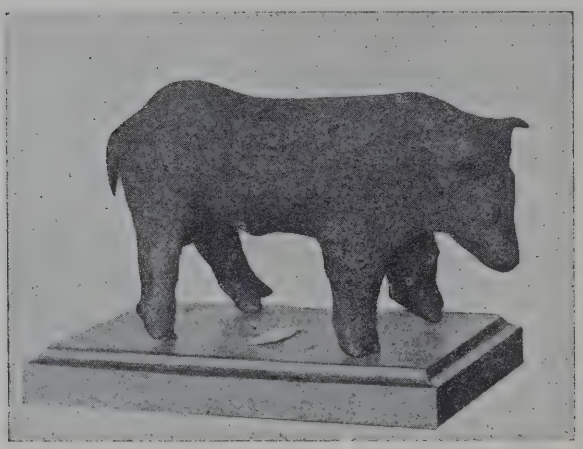
(Cl. E. Cerdeira)

JAVALI CULTUAL DE BRONZE
(CABO DE S. VICENTE)

(Museu Etnológ. Português)

culturais das idades anteriores. Assim, pois, as relações do extrêmo ocidente peninsular com o centro da Europa e com o oriente mediterrâneo, não podiam, de modo algum, ser intensas ao começar o primeiro milénio e durante a primeira metade dêste. A arqueologia confirma a conclusão que se pode extrair do

exame dos textos, sôbre o mistério de que esta região estava envolvida aos olhos dos mais antigos autores, e sôbre o carácter precário, mesmo em parte duvidoso, das expedi-



(Cl. E. Cerdeira)

TOURO CULTUAL DE BRONZE
(CABO DE S. VICENTE)

(Museu Etnológ. Português)

Estacio da Veiga considerava êste objecto e o da figura anterior como da idade do bronze, mas Leite de Vasconcelos considera-os posteriores, embora proto-históricos.

ções àquém de Tartessos antes do século VI. Isto não quere dizer que na idade do bronze e mesmo antes, a costa portuguesa não tivesse estado dentro duma esfera ocidental de tráficos e relações marítimas que poderiam abranger o domínio ligúrico no Mediterrâneo ocidental, no Atlântico a área tartéssia, Portugal e Galiza, a Bretanha, a Irlanda, porventura ainda as costas da Frísia no mar do Norte. Assim, pois, as presumíveis expedições, antes da data indicada, dos Egeus, Fenícios e Gregos àquém de Tartessos têem, quando muito, um carácter esporádico e superficial, que não devia influir profundamente na cultura indígena.

O mundo atlântico antes do século VI é portanto bem diverso e independente do mundo oriental. Assim, pois, as suas culturas apresentam uma fisionomia inconfundível com a das civilizações mediterrâneas. Quando estas entram em contacto intenso com o extrêmo ocidente da Península, esta região apresentava uma cultura pobre, humilde, arcáica, que representava uma fase de decadência profunda em relação a uma civilização mais antiga, neo-eneolítica e do bronze inicial, de cujo brilho e poder expansivo os recem-chegados às terras ocidentais não podiam suspeitar sequer perante o trazo e a pobreza que em muitos pontos os seus olhos contemplavam.

Manifestava-se então uma tendência que determinaria ainda certas orientações scientíficas modernas, segundo as quais a incultura e barbarie dalguns povos não representam nunca regressão, mas primitividade. Os visitantes não imaginaram que nestas parágens tivesse algum dia existido coisa melhor. A única excepção a êste critério aparece na narrativa platónica das prosperidades, poderio e fausto da Atlântida. O ouro e a prata de Tartessos surgiam aos antigos como riquezas naturais duma região sertaneja, povoada de gente bárbara e inculta, que não contava para nada. Apenas os Turdetanos, segundo Estrabão, se vangloriariam de possuir uma literatura e anais antiquíssimos.

Se tivessemos de atribuir ao fim do primeiro período da idade do bronze peninsular a data de 1700 a. C., ficaria entre esta e o começo da cultura do ferro em Portugal (cêrca de 500 a. C.) um longo hiato difícil de preencher, em vista do carácter isolado e da cronologia incerta de muitos achados de bronze no território. Teremos de admitir ou um prolongamento puro e simples das culturas anteriores no período que antecede a penetração céltica e a intensificação das influências tartéssio-mediterrâneas, ou, mais verosìmilmente, a decadência a que estávamos aludindo. Assim como, na primeira metade do primeiro milénio, a Catalunha interior conservava ainda uma cultura de carácter eneolítico a paredes meias com a cultura hallstática litoral, não é difícil conceber que idêntica sobrevivência de culturas primitivas, com atenuação progressiva do relativo brilho anterior, se tivesse dado em Portugal entre o começo do segundo milénio e o meado do primeiro. Não é possível dizer se algumas construções megalíticas, alguns espólios de cistas, grutas e povoados, alguns objectos isolados de carácter neo-eneolítico serão da fase remota de florescimento da cultura respectiva ou representam antes sobrevivências nêsse longo período, nessa extensa lacuna, que indicámos. Mas tudo leva a crêr que a analo-

gia tipológica não basta em muitos casos para formular a primeira cronologia. No entanto, o envelhecimento da antiga cultura, a diminuïção do antigo poder e da antiga solidariedade, a segregação a contactos estimulantes, a perda

dos incentivos políticos, económicos e espirituais, deveriam ter reduzido muito a energia construtora e a actividade industrial das populações que vivem no território português nêsse período intercalar. Assim, pois, é de crêr que as grandes edificações dolménicas tivessem caído em desuso, os velhos ídolos houvessem sido esquecidos e à riqueza decorativa dos ornatos cerâmicos das grutas e dos dolmens sucedesse uma certa pobreza de motivos ornamentais e de variedades cerâmicas.

Só novas descobertas, iluminadas por seguras referências cronológicas, poderão dar a solução dêste problema da arqueologia portuguesa. A aparição de machados de pedra e de cerâmica, incisa ou sem ornatos, de feição eneolítica, em castros atingidos pela própria romanização, a pobreza e o arcaísmo da cultura castreja, a que nem a invasão celta vem em muitos pontos imprimir um brilho sensível, a continuidade cultural que o mobiliário castrejo revela desde remotas eras, permitem, no entanto, dar como provisòriamente assente a nossa hipótese de que ao florescimento da civilização neo-eneolítica não sucedera no território, antes do século VI, nenhuma remodelação estrutural de cultura e que tam extenso período foi apenas coevo duma regressão, duma decadência, duma obliteração progressiva do brilho primitivo, que não significavam, no entanto, como já dissemos, a perda, pelos indígenas, de virtualidades raciais, que mais tarde inspiraram aos seus descendentes realizações assinaladas e gloriosas.

Com as reservas que são aconselhadas pela

I — Fragmento de cerâmica, com ornatos incisos, do castro pre-romano de Sabroso.

II — Cerâmica incisa da «cividade» de Bagunte.

(Museu Antropológico da Univ. do Pôrto)

(Cl. E. Cerdeira)

falta de indicadores cronológicos seguros e pelo carácter até certo ponto contraditório ou singular de muitos dêsses achados perante os conhecimentos anteriores, supomos que talvez o grupo interessantíssimo de documentos recolhidos pelos revs. Brenha e Rodrigues num dolmen de Carrazedo de Alvão e nas proximidades doutros dolmens da vasta necrópole megalítica transmontana, constitua uma parte importante do material arqueológico destinado a preencher o período que medeia no nosso País entre o final da primeira fase da idade do bronze e o comêço da idade do ferro.

Tais achados, a que já aludimos no capítulo anterior, teem sido objecto das mais vivas controvérsias, não só sob o ponto de vista da sua cronologia e interpretação, como até da sua própria autenticidade, que alguns não põem em dúvida ou não contestam, senão pelo motivo, aliás insuficiente, das suas muitas analogias com as peças tam discutidas de Glozel. É certo que as explorações de que resultou tam curiosa documentação, não fôram feitas com a regularidade metódica com que todas elas deveriam ser conduzidas, sendo obscuras as condições de jazida e até a topografia dalguns achados.

É certo que algumas peças, aliás numa reduzidíssima minoria, podem sugerir a hipótese de que desastradamente se teria procurado avivar alguns dos seus traços gravados. É certo que, como foi dito, muitos dêsses documentos apresentam uma morfologia imprevista, inédita, singular, o que entretanto não basta para os condenar, porque há muitas peças «únicas» em arqueologia.

Constituem, porém, elementos bastantes para o estabelecimento da autenticidade dos valiosos objectos: a honorabilidade dos revs. Brenha e Rodrigues, os seus informes absolutamente leais e concludentes sôbre as condições de proveniência de muitos dos achados; a inverosimilhança de que uma sertaneja e inculta aldeola transmontana fôsse há mais de 30 anos o teatro duma tal falsificação sem que até hoje qualquer inconfidência, qualquer revelação, fortuita ou não, ou mesmo qualquer vago indício dessa pretendida mistificação houvesse surgido; os depoïmentos favoráveis de todas as pessoas da região que temos ouvido; e, enfim, — principal argumento — a pátina homogénea e flagrante que se observa na quási totalidade dos objectos, devendo notar-se que em peças autênticas do neo-eneolítico, como nos traços dalguns ídolos-placas, ela falta freqüentemente.

Quando se aquietar o torvelinho de paixões e de debates que envolveu Glozel, as descobertas arqueológicas portuguesas de Alvão terão a sua hora de justiça reparadora, que, de resto, já começou a ser feita por Salomon Reinach, Breuil, Chevalier e outros, alguns dos quais anteriormente se haviam pronunciado desfavoràvelmente.

Se, pois, a contestação da genuïnidade dos achados dos revs. Brenha e Rodrigues não repousa essencialmente senão no misoneísmo duns ou no sectarismo doutros, que preferem privar a sciência de aquisições preciosas a abandonar as suas teorias e as suas posições de combate, a questão da sua cronologia e natureza paleo-etnológicas surge, no momento actual, ainda mal esclarecida e susceptível das opiniões mais divergentes.

Recordemos que as discutidas peças são grosseiras esculturas e gravuras zoomórficas e antropomórficas em pedra, objectos líticos amuletiformes, inscrições alfabetiformes em pedra e argila, pedras com còvinhas, etc. Apareceram representados cervídeos, javalís, aves, batráquios (?), peixes (?), etc. Certas figurinhas tôscas lembram os ídolos femininos do neolítico, mas são providas de boca, e algumas foram na extremidade inferior adaptadas a outras figurações animais. Uma só pedra, nas suas faces, contém umas poucas de figuras animais gravadas, o que levou o rev. Brenha a chamar-lhe a «arca de Noé». Aparecem representações de scenas da caça, vendo-se o caçador munido de arco e setas, e observa-se a extranha scena dum caçador cavalgando um cervídeo.

Os sinais alfabetiformes de Alvão foram por Hübner considerados da escrita chamada *ibérica* e efectivamente há muitos comuns às duas escritas, mas alguns, como a escada de três degraus, as duas paralelas horizontais, etc., são novos na grafia peninsular. Alvão apresenta-nos talvez maior variedade de sinais, e, se, nalgumas inscrições, êstes se encontram regularmente dispostos em linhas horizontais, noutras teem uma disposição irregular, em que se não reconhece fàcilmente a sua ordem de sucessão.

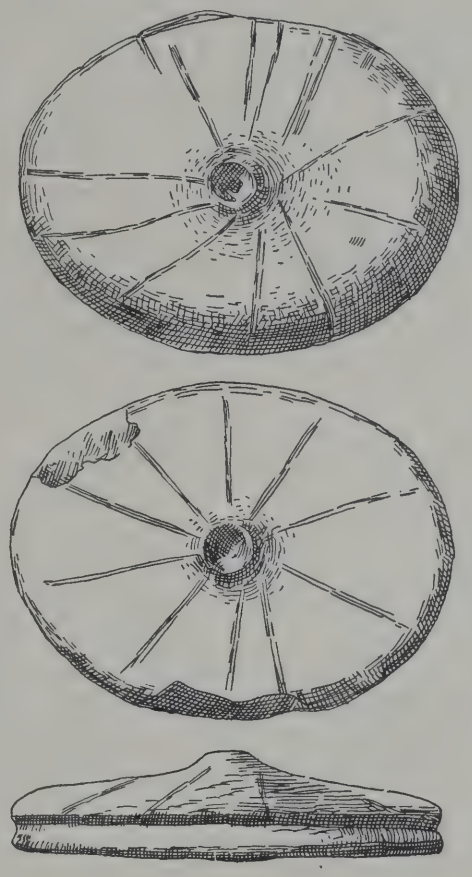
O rev. Brenha, Ricardo Severo, Wilke, S. Reinach, Teixeira Rego e outros, inclinam-se a datar êste notável espólio do neolítico, alguns mesmo do neolítico antigo, tendo até havido quem nas representações animais de Alvão houvesse reconhecido tipos quaternários, como *Rhinocerus*, *Elephas*, a rena, e pretendesse filiar essa arte animalista tôsca e infantil na belíssima arte madalenense. Mas para J. Loth o dolmen de Carrazedo, os objectos e as inscrições são da idade do bronze.

Apresentei, porém, a hipótese de que os achados não fôssem contemporâneos dos dolmens, mas posteriores.

As condições topográficas (localização em dolmens ou perto dêles), a ausência de metal (apenas *algumas* còvinhas fazem suspeitar que na sua factura teria intervindo um instrumento metálico não sendo, no entanto, sempre fácil, pelo simples aspecto, distinguir as còvinhas e mesmo os traços feitos na pedra com metal, dos feitos com silex), os presumíveis ídolos femininos, os supostos símbolos solares, os cervídeos estilizados, as pedras com còvinhas, relacionam inegàvelmente o espólio arqueológico de Alvão com a cultura neo-eneolítica. Porém, segundo conscienciosas informações do rev. Brenha, os objectos não estavam enterrados no solo da câmara do dolmen de Carrazedo, mas apenas depostos sôbre o pavimento, ladrilhado de pequenas pedras, da referida câmara, envolvendo-os sòmente alguma areia entrada pelos intervalos entre os esteios. Além disso, nem nas pinturas e gravuras parietais dos numerosos dolmens portugueses nem no mobiliário dêstes se encontrou até hoje qualquer coisa de analogo às inscrições alfabetiformes e mesmo a outras gravuras de Alvão.

Há semelhanças entre as rudes esculturas animalistas da estação transmontana e algumas esculturas da idade do ferro, da arte indevidamente designada por *ibérica*. A escultura zoomórfica de Alvão, representada por Leite de Vasconcelos nas « Religiões da Lusitânia », sugeriu-me logo a ideia da célebre porca de Murça. A arte de Alvão apareceria assim como antepassada da arte dita ibérica do nosso País, menos tôsca do que aquela, embora ainda de-veras rude, como adiante veremos.

Há também analogia profunda entre uns curiosos objectos de Alvão, que foram supostas figurações de ouriços do mar ou de preferência símbolos solares, e um objecto do *castro* de Monte Redondo (Braga) da colecção A. Belino, exposta no Museu Etnológico Português.



OBJECTO LÍTICO DO CASTRO DE MONTE REDONDO, SEMELHANTE AOS SÍMBOLOS ESTELARES OU SOLARES DE ALVÃO

(A. Belino)

O fragmento cerâmico de Alvão, com inscrição, que descrevi recentemente e que cómoda mas inexactamente Dussaud proclamou falso, porque êle apresenta alguns sinais glozelianos (já anteriormente tinham sido registadas afinidades entre Alvão e Glozel), êsse fragmento, repito, tem, a meu vêr, pelas dimensões do vaso a que pertencia, pelo seu grau de cozedura, pelo seu aspecto, menos semelhanças com a cerâmica dos dolmens e das grutas do que com a cerâmica mais grosseira dos castros.

Por todas estas razões fui levado a supôr que os dolmens de Alvão teriam sido cons-

truídos numa época anterior à correspondente ao curioso espólio e às inscrições, que, pelas afinidades neo-eneolíticas de alguns objectos já referidos e pelo carácter mais arcáico dos letreiros, não podiam, porém, sincronizar-se com a cultura castreja da idade do ferro, com as quais, entretanto, os factos que acabamos de mencionar permitem admitir as suas relações genealógicas. Os objectos de Alvão seriam assim duma data intermédia entre a época megalítica e a segunda idade do ferro, isto é, do período intercalar de que nos vinhamos ocupando nêste capítulo.

Para Camille Jullian, que é apoiado pelo arqueólogo Franchet, eu teria razão em considerar os mencionados objectos como posteriores à época dos dolmens, os quais teriam sido, porém, utilizados na época romana, já muito perto da época cristã, para recintos de práticas mágicas, para *officina* de feiticeiras rústicas. As legendas gravadas seriam, segundo Jullian, fórmulas mágicas de enfeitiçamento ou de imprecação, escritas num meio cursivo ibérico. Nenhum objecto do espólio em debate, aconselha, no entanto, que se dê como estabelecida a cronologia de Jullian. Nada tìpicamente romano, nada averiguadamente romano, nem um caco de *ampulla*, uma simples moeda, serve de fundamento à tese do sábio autor da «História da Gália».

A pre-historicidade de Alvão parece-me infinitamente mais verosímil. É mesmo admissível que a data dos objectos referidos deva fixar-se pouco tempo depois da época megalítica da região. Se o termo desta não ultrapassa, como supõe Bosch, 1700 a. C., a escrita de Alvão poderá muito bem ser anterior à inscrição tumular de Ahiram, que não é anterior ao séc. XIII e que se considera o mais antigo espécime do alfabeto fenício.

Não é difícil assim conceber os motivos da mal disfarçada antipatia com que são recebidos documentos como os de Alvão, por certos orientalistas que não conseguem sobrepôr o calmo interêsse da sciência à sua tese da origem oriental das mais antigas escritas ocidentais.

Preenchida dêste modo, embora ainda fragmentarmente, por sobrevivências de culturas anteriores, por vários documentos da idade do bronze e possìvelmente pelos debatidos materiais de Alvão, a lacuna que se supõe existir entre o fim da primeira idade do bronze e o comêço da idade do ferro em Portugal, nem por isso se desvanece no nosso espírito a convicção de que êsse extenso período representa um intervalo atípico e apagado entre uma cultura de certo brilho e a fase em que a história começa a iluminar reveladoramente uma região até então imersa em misterioso negrume.

A continuidade entre uma e outra épocas não se quebrou totalmente, mas o fulgor antigo extinguira-se, e a estagnação ou a decadência haviam-lhe sucedido, inertes e imperturbáveis perante alguns estímulos extranhos, silenciosos em face do clamor de vida exuberante cujos ecos vinham dos países mediterrâneos, desprezadas ou caluniadas pelo mundo oriental que, insciente das remotas glórias atlânticas, povoava de monstros esta pátria serena do mistério.

Os admiráveis artistas madalenenses, as nações poderosas e expansivas dos edificadores dos dolmens, os criadores inspirados e sentimentais de mitos e religiões, os inventores de escritas maravilhosas, tinham desaparecido na memória dos ingratos povos civilizados do Mediterrâneo. A história, não tendo aqui entrado em contacto senão com gentes bárbaras, em plena decadência, injustamente ignorava os antepassados dessas gentes. À arqueologia viria a caber o papel reparador de os exumar do imerecido esquecimento. Ela os evocaria, num esfôrço magnífico de ressurreição, e lhes cingiria, de novo, as frontes com a auréola fúlgida duma glória imperecível.

Capítulo VI — A epopeia dos castros

A invasão celta; culturas post-hallstática e ibérica; o pretenso movimento dos Iberos no sec. III a. C.; Celtiberos e Lusitanos; os Cartagineses na Lusitânia; filiação étnica dos Lusitanos; o quadro etnológico da Península depois do século III a. C.; tipo físico e cultura dos Lusitanos; o papel histórico dêstes; Viriato.

Por volta de 500 a. C. já a onda celta teria alastrado largamente no território peninsular, pouco mais ficando indemne à invasão do que as regiões do extremo sul e do leste, povoadas pelos Cinetes, Tartéssios e Iberos e por alguns colonizadores de ascendência grega e fenícia.

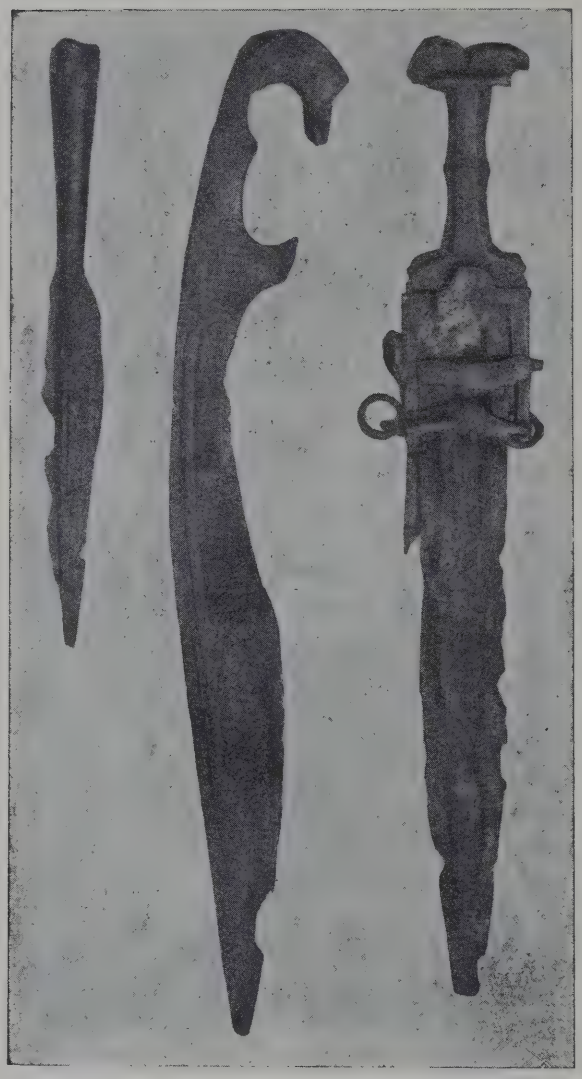
Traziam os Celtas consigo as últimas modalidades da cultura da idade do ferro chamada de Hallstatt, de que falámos no capítulo precedente. Embora o seu papel político e social no território tivesse ficado fora do horizonte dos textos, que apenas registam a sua aparição e as suas luctas com os Iberos na disputa dos campos, a arqueologia e a linguística permitem até certo ponto ajuizar da amplitude e da natureza da sua acção, que foi, sem dúvida, importante, conquanto não tivesse destruído radicalmente a fisionomia cultural e social indígena, antes lhe houvesse apenas adicionado alguns elementos novos.

Confundidos por muitos autores com os Gauleses e dêstes separados por outros, os Celtas já não teriam porventura um tipo antropológico puro. Segundo Henri Martin, Hamy, von Hölder, Lapouge, etc., êles pertenceriam ao tipo alto, loiro, de crânio alongado, conhecido por *nórdico*. Piroutet, dum estudo dos restos osteológicos de sepulturas hallstáticas e de La Tène, concluiu também que entre êles tinham um papel importante elementos dolicocéfalos e de estatura elevada. Mas os dolicocéfalos dos cemitérios do Marne, estudados por Hamy, são ortognatas, ao passo que os das sepulturas alinhadas hallstáticas do Wurtemberg, seriam, segundo von Hölder, dotados dum acentuado prognatismo alveolar. Além disso, na região do Jura, na Baviera, etc., o mesmo Piroutet, Ranke e Ecker encontraram, em sepulturas das mesmas épocas, indivíduos de crânio largo e curto e um tipo intermédio, o *Hügelgrabertypus* de Ecker.

A seu turno, Broca chamou «raça céltica» ao tipo braquicéfalo moreno, de baixa estatura, que hoje é, em geral, conhecido pelo nome de raça alpina. Baseou-se, para isso, na antropologia das populações actuais das regiões célticas, como a Bretanha francesa. Em Portugal, seguindo a mesma orientação, Fonseca Cardoso e Costa Ferreira identificaram com os Celtas o elemento de crânio largo que aparece, em minoria, na etnogenia da nossa população, e supuzeram reconhecer na elevação do índice cefálico no Minho e no Alentejo os vestígios da influência dos Célticos que os autores antigos localizaram na Galiza e juntos dos Cinetes do Algarve.

A opinião de Broca está, porém, quási de todo abandonada. Nem há uma raça céltica nem os Celtas eram fundamentalmente braquicéfalos do tipo alpino. Para Henri Martin e Mahoudeau, o elemento moreno seria a população pre-existente, submetida pelos *equites*,

pelos guerreiros, dolicocéfalos, loiros, de alta estatura, tais como Políbio, Tito Lívio, etc., descrevem os Gauleses, representados também pela estatuária antiga como altos, fortes, musculosos.



(Cl. E. Cerdeira)

ARMAS DA NECRÓPOLE POST-HALLSTÁTICA DE ALCÁCER DO SAL.
(No centro o sabre curvo ou falcata, à direita uma espada de antenas).

(Museu Etnológico Português)

Admitamos que os Celtas constituíam já uma população antropològicamente mixta, na qual entretanto, predominava o elemento nórdico. Êles aparecem assim na Península como uma guarda avançada dos Bárbaros do norte, que forma, como êstes, uma aristocracia guerreira que, de modo algum, vem a eliminar ou a substituir os elementos pre-existentes. Mas a *celtização* cultural — menos intensamente uma impregnação antropológica pelos Celtas — das gentes duma vasta área peninsular é um facto incontestável à face das indicações toponímicas e onomásticas, dos documentos arqueológicos e, mesmo, por legítimas inferências, das escassas alusões das fontes literárias.

A cultura da primeira fase da segunda idade do ferro na Península apresenta, segundo as sistematizações de Schulten e Bosch, um aspecto diferente do sul para norte e de leste para oeste.

No centro, no norte e a oeste, desenvolve-se a cultura que é um prolongamento local do hallstático e designada portanto por post-hallstática. Rareiam aqui os aspectos de La Tène que então floresce além Pireneus, mas que, pelo isolamento desta região, não encontram aqui difusão fácil. A cultura post-hallstática é por aqueles autores atribuída aos Celtas. Ela tem magnífica representação, por exemplo, nas necrópoles de Castela, exploradas pelo Marquez de Cerralbo. Essas numerosas e vastas necrópoles de incineração forneceram um espólio abundante e explêndido: urnas cerâmicas e outros vasos, espadas de antenas, dardos (alguns dos quais inteiramente de ferro, donde o nome de *soliferrea)*, punhais, lanças, sabres curvos *(falcata)*, fíbulas, fechos de cinturão, braceletes, escudos, capacetes, freios e ferraduras de cavalos, etc. Só em Aguilar de Anguita foram exploradas 2264 sepulturas. Luzaga forneceu uma bela fíbula em que estava representado um cavaleiro com o seu cavalo. Mas as fíbulas predominantes nestas necrópoles são as anulares do tipo chamado *ibérico* e as de botão terminal no apêndice caudal, aparecendo mais raramente tipos de La Tène com o apêndice dobrado sôbre o arco. Os fechos de cinturão são de vários tipos, alguns muito notáveis. As espadas de antenas apresentam uma evolução que termina pelo punhal duplo globular, com as antenas substituídas por um disco terminal no punho e outro no meio. A cerâmica é, em geral, pouco variada e feita com auxílio da roda de oleiro.

No sul e no leste da Península outra cultura se desenvolvia no mesmo período. É a

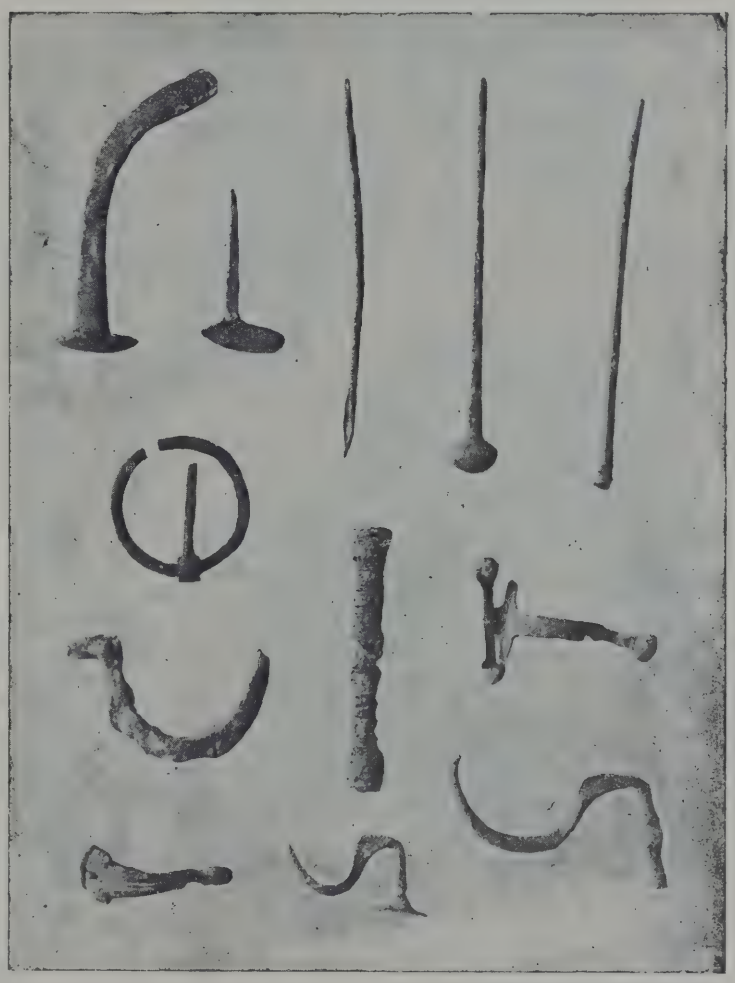
cultura designada geralmente pelo nome de cultura *ibérica* e que, em dado momento, alastrou pela costa meridional da França até ao Ródano. Povoações, santuários e necrópoles forneceram armas, objectos de adôrno, fíbulas, esculturas, cerâmica, estelas, fusaiolas, etc. O que caracteriza sobretudo esta cultura é a sua arte. A cerâmica ibérica é predominantemente de barro claro, feita com intervenção da roda de oleiro e pintada com tons avermelhados, acastanhados ou vinosos, mas nalguns pontos aparecem vasos grosseiros, feitos à mão, que lembram a cerâmica neolítica. Nas decorações picturais da cerâmica ibérica aparecem motivos geométricos, esquemas solares, estilizações de flores, de animais (sobretudo aves) e de figuras humanas.

Pierre Paris entendeu poder filiar esta cerâmica em modelos micénicos. Mas Déchelette e Bosch notaram o anacronismo que havia nessa derivação, visto que essa cerâmica datava, o máximo, do século v e o micénico era muito mais antigo. Para Bosch, tal cerâmica seria indígena, embora nalguns vasos se revelem sugestões gregas menos antigas do que o micénico e até do que o período dos vasos áticos de Dipylon. O ilustre arqueólogo catalão admite também que o gôsto da cerâmica pintada tivesse surgido do conhecimento dos modelos gregos. Carpenter pôs em evidência as analogias entre muitas decorações dos vasos gregos e as dos vasos ibéricos.

A influência grega, embora sem dúvida post-micénica, revela-se também noutras manifestações da arte ibérica do sul e do levante, como na escultura da Dama de Elche e noutras. O santuário do Cerro de los Santos, que forneceu numerosas esculturas de pedra e figuras e ex-votos de bronze, é de planta grega. Para Sandars, também a falcata resultaria dum modêlo grego, mas Bosch entende que se trataria duma evolução independente dum tipo hallstático de faca curva.

As referidas influências gregas eram naturalmente a conseqüência das navegações e colonizações de Focenses e Marselheses. Iniciava-se então, no sul, também a colonização cartaginesa (Villaricos e Ibiza), que se intensificaria até ao século III, data em que os exércitos e os mercadores púnicos freqüentam mesmo o interior da Península e não apenas os entrepostos do litoral.

Se a cultura post-hallstática aparece aos autores citados como obra dos Celtas e índice da sua permanência numa larga porção do território, a cultura ibérica do S. e do le-



(Cl. E. Cerdeira)

FÍBULAS, AGULHAS, ALFINETES E PREGOS DA «CIVIDADE» DE TERROSO (PÓVOA DE VARZIM).

Vêem-se fíbulas pos-hallstáticas de botão e uma fíbula anular ibérica.

(Depósito da família do Cons. José Fortes no Museu Antrop. da Univ. do Pôrto, identificado por R. de Serpa).

vante é atribuída aos Tartéssios e Iberos. Os Cempses e os Sefes do campo de Ofiusa, e os Berybraces citados por Avieno perto das nascentes do Tejo, seriam, aos olhos dos mesmos autores, os representantes dos Celtas nos textos anteriores ao século III, o que, embora admissível, não parece provado. Nos mesmos textos, os Iberos aparecem confinados às zonas litorais do leste peninsular.

ANIMAIS PINTADOS EM VASOS GREGOS E IBÉRICOS

(Carpenter)

Mas, do século, III em diante, como já vimos no capítulo anterior, generaliza-se o nome de Ibéria a toda a Península e o quadro etnológico desta surge muito diferente do que era antes. Muitos dos antigos nomes étnicos desaparecem, novas designações de povos surgem. Fala-se então dos Celtiberos da Meseta, dos Lusitanos da vertente ocidental, dos Célticos do SO. e do NO., e os autores do século I a. C. e dos séculos seguintes citam muitos outros povos cuja individualidade étnica vinha, sem dúvida, dos séculos precedentes, tendo alguns, como os Caláicos, os Vaceus, os Vetões, etc. desempenhado mesmo um papel histórico no século III.

Dissemos que os Celtiberos, segundo Schulten, eram « Iberos em terra de Celtas » e o mesmo autor considera Iberos os Lusitanos, como todos os outros povos citados na Península desde aquela data, à excepção dos núcleos celtas sobreviventes (os de SO. e NO. referidos) e de certos elementos por êle considerados residuais, como os Cónios do Algarve, descendentes dos Cynetes e de remota origem ligúrica. Assim, na opinião de Schulten e Bosch, as fontes literárias permitem estabelecer a tese de que no século III se deu uma mutação radical na carta etnológica da Península em virtude dum movimento dos Iberos para oeste e para Norte. Os Lusitanos seriam a guarda avançada dêsse movimento para oeste. As causas de tal deslocamento dos Iberos estariam na sua expulsão da Provença pelos Galos e na sua compressão pela ocupação cartaginesa dos Bárquidas no sul da Península.

A arqueologia confirmaria, no parecer de Bosch, essa tese dum movimento de povos na data e sentidos indicados. Com efeito, no centro, no norte e no ocidente da Península, à cultura pos-hallstática da primeira metade da segunda idade do ferro iria então sendo progressivamente substituída a cultura chamada ibérica, que no sul e levante caía aliás em decadência, precisamente quando florescia no interior, em Numância. No ocidente a cultura ibérica revelar-se-ia nos castros do centro e do norte de Portugal, mas pobre, e no Baixo Alentejo e Algarve influiria talvez a cultura ibérica andaluza. No NO., na Galiza, as influências ibéricas não se teriam feito sentir: de facto, à data da romanização, ainda ali havia Célticos.

Não nos parecem demonstrados êstes pontos de vista. Em primeiro logar, como já dissemos, a generalização do nome de Ibéria a toda a Península pode não significar um alastramento dos Iberos das vizinhanças do Ebro a todo o território, mas constituir apenas a generalização mais ou menos arbitrária dum

nome geográfico duma parte da Península, até então mal conhecida, a toda ela. São freqüentes factos desta ordem. O próprio nome de Iberos pode não ter tido origem, nos antigos textos, no reconhecimento duma sua individualidade étnica perfeita, mas derivar apenas da sua localização geográfica. Possìvelmente, alguns povos peninsulares parentes dos Iberos (entendidos *stricto sensu*) dêles eram separados pelos autores, em vista da sua localização em regiões distantes do Ebro.

A aparição de novos nomes étnicos no século III pode também significar um melhor conhecimento da Península por parte dos autores que dela se ocupam nessa data. Só com a penetração cartaginesa e, mais tarde, com a romanização, o interior do território começa a ser directamente devassado pelos povos mediterrâneos. Até então, êstes nada sabiam dessas regiões, a não ser, muito vagamente, através dos Fenícios e Gregos dos entrepostos litorais.

A definição proposta para a palavra «Celtiberos» não pode aceitar-se sem reservas. Vimos que os textos antigos não autorizam a supô-los Iberos e não Celtas, ou mesmo mais Iberos do que Celtas, mas apenas Celtas, ou antes Celtas misturados com Iberos depois de guerras para a posse do território, certamente ocupado, antes da invasão celta, por populações mais afins dos Iberos do que dos Celtas. As razões deduzidas da construção do têrmo, análoga à de Celtoscitas ou Libifenícios por exemplo, são certamente para ponderar, mas não podem prevalecer contra as definições expressas de Diodoro, Sílio Itálico, Lucano, etc.

As afinidades dos Lusitanos com os Iberos *(stricto sensu)* são verosímeis e de-certo remotas, mas nada prova que se identifiquem em absoluto e que os Lusitanos devam ser considerados uma guarda avançada dos Iberos na sua hipotética marcha para ocidente no século III. É certo que Diodoro Sículo os diz «os mais fortes dos Iberos», mas também Heródoto, no século V, dava os Cinetes como Iberos (do mesmo modo que os Tartéssios) e, no entanto, Schulten não hesita em considerar errónea esta asserção e em afirmar que os Cinetes eram Lígures. De resto, Diodoro podia então entender a palavra «Iberos» numa acepção mais geográfica do que étnica, isto é, como significando apenas habitantes da Ibéria, entendendo-se esta já no sentido lato, isto é, como designando toda a Península. Além disso, se a minha interpretação de Avieno é fundada, os Lusitanos já teriam muito antes do século III individualidade étnica e histórica definida, inconfundível com a dos Iberos do sul e leste.

O depoïmento da arqueologia não nos parece suficientemente demonstrativo do movimento suposto dos Iberos para ocidente. Em primeiro logar, entre a cultura ibérica e a cultura post-hallstática há vários elementos comuns, como as fíbulas anulares ibéricas, as falcatas, etc., e é legítimo supor que a cerâmica chamada ibérica e a arte do mesmo nome tenham resultado de sugestões estranhas exercidas nas regiões mais acessíveis a essas

CABEÇAS DE CAVALO PINTADAS EM VASOS GREGOS E IBÉRICOS

(Carpenter)

influências. Trata-se da área cultural do Mediterrâneo. Embora seja legítimo considerar a cultura post-hallstática de Castela como relacionada predominantemente com os Celtas e a ibérica do sul e do levante com os Iberos, nem por isso se trataria talvez de patrimónios culturais exclusivos duns e doutros, em vista dos elementos comuns e ainda da possibilidade de se explicarem as diferenças registadas como conseqüências da posição geográfica. Os alinhamentos orográficos do bordo meridional da Meseta, as altiplanícies da Mancha, as serranias de Cuenca, as terminações meridionais dos Montes Ibéricos, isolavam os povos do litoral dos do interior. Assim, as diferenças mencionadas de cultura bastam para provar que todas as populações que existiam a NO. e no centro, antes do século III, não pertenciam à mesma estirpe dos Tartéssios e dos Iberos? De-certo que não.

Mas a conjugação de certos factos históricos com essas constatações arqueológicas leva depressa ao parecer de que a expansão da cultura ibérica não é a conseqüência duma migração dos Iberos, mas apenas o resultado dum estreitamento de relações, no século III, entre os povos do interior e ocidente e os do litoral meridional e mediterrâneo. Nessa data, os mercadores cartagineses dos entrepostos do sul e de leste percorrem o País com uma facilidade de trânsito, que os Romanos não encontrariam depois, e que foi já explicada como uma simpatia derivada de certas afinidades étnicas. Os exércitos cartagineses atravessam a Península. Tito Lívio põe na bôca de Aníbal, numa exortação às suas tropas, antes do combate do Tessino, a afirmação de que antes haviam andado sem proveito pelos montes da Lusitânia e da Celtibéria, onde por muito tempo haviam perseguido os rebanhos. O general cartaginês teria também, antes da sua campanha contra os Romanos, feito uma expedição aos Vaceus, povo da bacia do Douro, da Meseta superior, confinante, a O., dos Lusitanos e, a E., dos Celtiberos e que, na expressão de Diodoro, constituïria uma «nação cultíssima».

Mas, segundo os testemunhos do mesmo Tito Lívio, de Sílio Itálico, de Plutarco, soldados peninsulares faziam parte do próprio exército com que Aníbal em 218 a. C. derrota os Romanos em Trébia. Sílio enumera os Celtiberos, os Calaicos, os Lusitanos, os Vetões, os Gróvios (que êle diz *Gravii*, atribuindo-lhes origem grega). Os Celtiberos e os Lusitanos assinalar-se-iam então pelos seus feitos de armas.

Uma tal colaboração militar em tam longínqua expedição confirma a intimidade da penetração cartaginesa na Península. Nada de admirar que ela provocasse o estreitamento de relações de que resultaria a difusão da

A Dama de Elche, do Museu de Louvre
Escultura ibérica, sob influência grega

(Pierre Paris)

cultura ibérica no território. Quem sabe mesmo se os próprios Cartagineses não foram os intermediários nessa difusão, mais do que os indígenas?

Os documentos que a arqueologia portuguesa fornece para elucidação da assunto, não facultam uma confirmação nítida das vistas de Bosch e de Schulten sôbre os movimentos dos Iberos no ocidente. Em primeiro logar, o espólio de muitas estações dessas épocas é de tal modo precário que nêle faltam formas típi-

cas de qualquer das culturas peninsulares do ferro. Por outro lado, a cerâmica de feição ibérica aparece em poucas estações: Faro, Alcácer do Sal, Lisboa, Santa Oláia (arredores da Figueira), *Conimbriga* (Condeixa-a-Vélha), Guifões (arredores do Pôrto), S. Julião (Caldelas), talvez certas louças pintadas de alguns outros castros do Minho, que poderiam ser, segundo Bosch, sobrevivências da cerâmica ibérica na época romana. Mas o ilustre arqueólogo catalão acentua que a cerâmica de S. Julião é, como Joaquim Fontes disse para todo o mobiliário dêsse castro, duma grande pobreza, e a de Guifões nem é pintada. Note-se porém, que os modelos ibéricos não aparecem nas estações do *hinterland* lusitano, como seria de esperar se êste povo tivesse resultado dum movimento de Iberos, no século III, de leste para oeste, como pretende Bosch. A presença de tais modelos em estações litorais ou quási litorais, e mais no sul do que no norte permite antes crer na sua importação por via marítima do S. para N. Alcácer do Sal está perto da foz do Sado, Santa Oláia e

Askos OU BIBERON
DE TÔRRE DE ARES, ALGARVE

(Origem cartaginesa?)

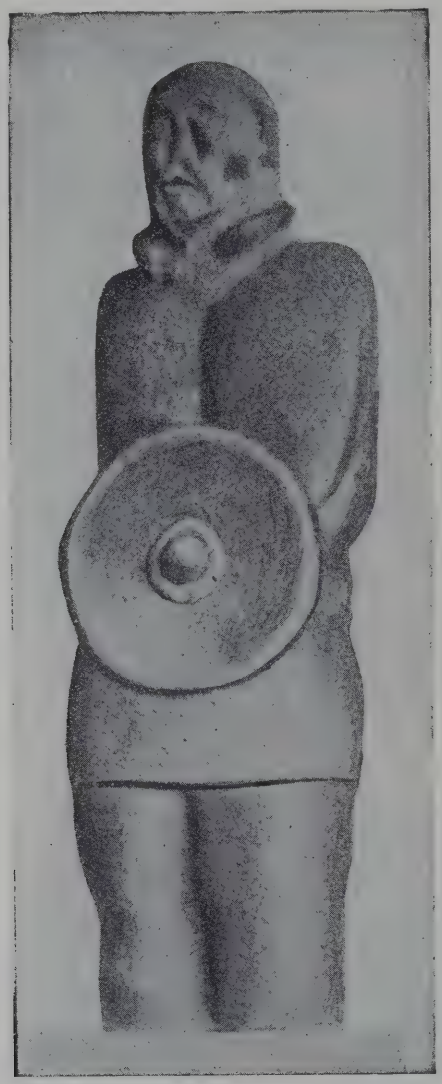
(Museu Etnológico Português)

(Cl. E. Cerdeira)

Conímbriga estão perto do Mondego, a algumas léguas da sua foz. Guifões está sôbre o Leça, nas vizinhanças da sua foz e da foz do Douro. Não excluiremos a importação de S. para N., a partir da área andaluza, por via terrestre, mas não seria indispensável admitir movimentos de povos, antes uma simples difusão cultural em virtude de relações comerciais. No entanto, os antigos autores falam, não só dos *raids* dos Lusitanos à Bética, mas também de deslocamentos de populações de S. para N. Assim, Estrabão refere-se a uma expedição legendária de Túrdulos e de Célticos das margens do Guadiana para o norte da Península. Essa expedição teria terminado no meio de discórdias, com a perda do seu chefe, nas proximidades do rio Lima, que teria sido baptisado rio *Lethes* ou «do esquecimento» por motivo dêsse facto e da dispersão consecutiva dos expedicionários por tais paragens. Segundo o antigo geógrafo, os Célticos das vizinhanças do Cabo Nério (Finisterra) seriam dêsses elementos. A existência dos antigos Túrdulos *(Turduli Veteres)*, assinalada no séc. I da nossa era por Pompónio Mela entre o Cabo da Roca e o Douro, e por Plínio nas regiões do *Vacua* (Vouga) e do *Monda* (Mondego) leva a admitir relações de parentesco entre algumas populações do ocidente da Península e as do Sul, pois na Andaluzia havia Túrdulos e Turdetanos. Se bem que os homónimos dêstes na vertente ocidental pareçam provir do núcleo andaluz, mais remotamente famoso, nem porisso a hipótese contrária, quere dizer dum deslocamento em sentido inverso, é de todo inadmissível.

Também têem sido consideradas como um indício da difusão da cultura ibérica meridional no ocidente e no norte algumas rudes esculturas de guerreiros e de animais (porcos ou *berrões*, como a célebre porca de

Murça e outras, cabrinhas, bodes, carneiros, bezerros, etc.) que têem aparecido em Portugal e às quais adiante nos referiremos de novo. Algumas dessas esculturas encontravam-se em castros. Segundo Bosch, tratar-se-ia duma expansão e degenerescência, ou *barbarização*, da arte ibérica meridional, representada mais precocemente pelas figurações de esfinges, leões, touros, etc. Mas Alves Pereira, ocupando-se especialmente dos guerreiros de Portugal, outorga-lhes uma nítida individualidade e relaciona-os com a arquitectura dos castros, tornando-os assim independentes da cultura andaluza. Pensamos que igual individualidade se pode estabelecer para as esculturas animais, que, em vez de nos aparecerem como uma degenerescência da arte meridional, presumimos representarem antes um progresso, em verdade pouco brilhante, sôbre a arte animalista de Alvão, de que já nos ocupamos. Estamos em face

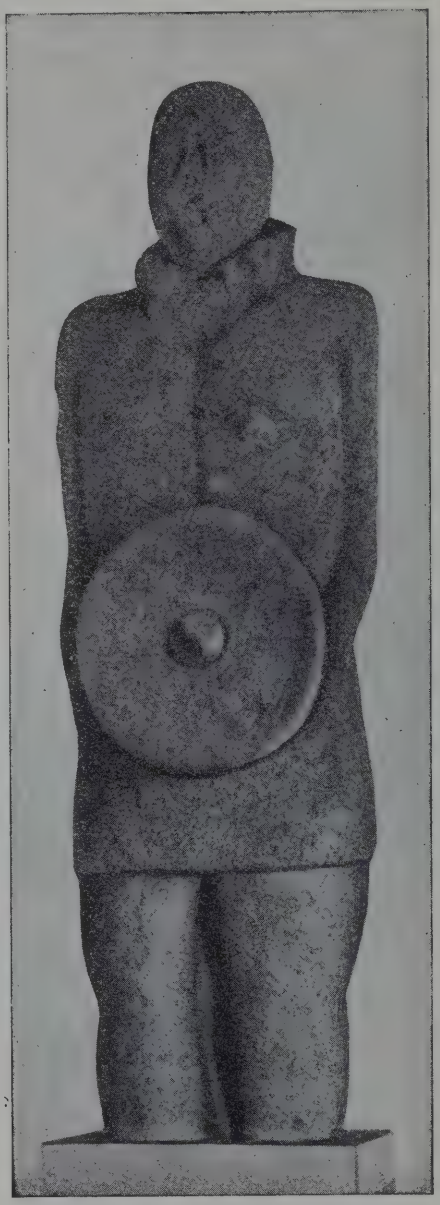


(Cl. E. Cerdeira)

ESTÁTUA DE GUERREIRO CALAICO-LUSITANO DE MONTALEGRE

(Vê-se bem a túnica ou *sagum* e o escudo pequeno e redondo ou *cetra)*

(Museu Etnol. Português)



(Cl. E. Cerdeira)

ESTÁTUA DE GUERREIRO CALAICO-LUSITANO DE MONTALEGRE

(Museu Etnol. Português)

dum problema que não encontrou ainda a sua solução definitiva.

No entanto, as afinidades da cultura dos castros com a cultura ibérica do sul e do levante são bastante reduzidas, mas as afinidades castrejas com a cultura post-hallstática das necrópoles castelhanas também não são completas.

A cultura post-hallstática revela-se amplamente, a par de algumas influências cinético-tartéssias e mediterrâneas, na necrópole trincheiramentos, a forma das suas habitações, não reflectem a arquitectura dos *remparts*, dos *Ringwälle* e das habitações das culturas de Hallstatt e de La Tène do N. da França e da Europa central. São um desenvolvimento autónomo dos povoados e das fortificações indígenas primitivas. Assim, pois, se a pretensa *iberização* dos castros portugueses não tem uma comprovação arqueológica plena, sendo as suas afinidades ibéricas susceptíveis de explicações diversas das

(Cl. Dr. Torcato Sousa Soares)

Aspectos das ruínas da Citânia de Briteiros

pre-romana de Alcácer do Sal, da antiga *Salacia*, cuja exploração tem sido ùltimamente feita com excelente fruto e método magistral pelo ilustre professor Vergílio Correia. Mas nos castros tal influência é menos ampla, reconhecendo-se porventura em pouco mais do que nalgumas fíbulas. As formas arquitectónicas dos castros, a natureza dos seus enque foram propostas, a sua *celtização* não destruíu muitos dos seus aspectos culturais anteriores. Como noutro logar escrevemos, pode dizer-se que «o fundo cultural dos castros tem por características a rudeza, a simplicidade primitiva, a sobrevivência de formas arcaicas. Nêles abunda, por exemplo a cerâmica de fabrico indígena, de pasta gros-

seira, mal cosida, com motivos incisos simples e primitivos, uma cerâmica cujos fragmentos destacados de outros documentos, custa por vezes a distinguir — se porventura sempre se podem distinguir — de muitos espécimes da cerâmica eneolítica do País». Os castros portugueses serão assim, num grande número, não só originàriamente pre-romanos, mas até pre-célticos. É possível que algumas localizações castrejas tenham derivado da invasão celta, mas não é possível discriminá-las das indígenas, nem reconhecer pela arqueologia (a não ser talvez sôbre certos elementos de Salácia) qual era no sul a área pertencente aos Celtas citados ali pelos textos e qual a área cinético-tartéssia.

(Cl. Dr. Torcato Souza Soares)

Outro aspecto da Citânia de Briteiros

Assim, os castros não são *ibéricos* (stricto-sensu) nem *célticos*, se bem que sobretudo esta cultura nêles tenha deixado vestígios. Mas são, em geral, originàriamente *pre-célticos*, tendo apenas sofrido uma *celtização* mais ou menos ampla, como mais tarde muitos sofreriam a *romanização*.

A celtização revela-se não só em aspectos arqueológicos, mas também em factos linguísticos. A terminação *-briga* de nomes de povoações torna-se muito freqüente. Na Citânia de Briteitos e em muitos outros pontos apareceram inscrições com nomes célticos. Segundo Leite de Vasconcelos, são célticos os nomes de muitos deuses do Panteão lusitano (Endovélico e Rumésio, do Alentejo; Trebaruna, da Beira Baixa; etc.). O próprio nome do caudilho lusitano, Viriato, derivaria de *viriae* (braceletes), palavra celtibérica, «mais céltica do que ibérica». Embora os textos não mencionem Celtas senão ao N. do Douro e ao S. do Tejo, o onomástico e a toponímia mostram que a sua influência se exerceu também no território compreendido entre os dois rios.

Assim, pois, a conjugação de todos êstes elementos permite considerar os Lusitanos (designando sob êste nome todos os povos da vertente ocidental da Península, que os Romanos aqui encontraram e distinguiram dos Cónios e dos Célticos) não como originàriamente Lígures, Iberos *(stricto sensu)* ou Celtas, mas apenas como *Pre-Celtas*, que eram talvez aparentados com os Iberos do leste e do sul e que sofreram a influência cultural, e porventura antropológica, dos invasores celtas.

Demos ao nome de Lusitanos uma acepção mais ampla do que ela teria na realidade no País, pois êsse nome pertencia apenas a uma das muitas tríbus do território. Mas tal generalização, de resto feita pelos próprios Romanos, é legítima, em face da nomeada e da importância que essa tríbu alcançou na História.

Os textos do século II a. C. (Políbio, etc.) referem-se já largamente aos Lusitanos e às suas guerras com Roma. Mas são do séc. I a. C. e dos séculos seguintes (Diodoro Síc ulo, Tito Lívio, Estrabão, Pompónio Mela, Plínio, Sílio Itálico, Lucano, Plutarco, Apiano, Justino, etc.) as informações mais detalhadas sôbre a etnologia do ocidente peninsular.

Os Lusitanos habitavam entre o Douro e o Tejo, mas não só alguns tinham ultrapassado o Tejo, como vários povos confinantes, espe-

cialmente os da *Callaecia*, do norte do Douro, eram, com freqüência, englobados na mesma designação que, dum modo geral, deu o nome à vertente ocidental da Península.

No Algarve, encontravam-se os Cónios, herdeiros dos Cinetes e confinando com os Turdetanos da Bética ou Andaluzia, herdeiros dos Tartéssios. Junto dos Cónios, nas margens do Guadiana, encontravam-se Célticos. Já falámos dos *Turduli veteres* das nossas Estremadura e Beira litoral, mencionando também Plínio ao sul do Douro os Presures. Segundo Estrabão, os Lusitanos, «a mais poderosa das nações ibéricas» (cf. com a expressão já referida de Diodoro, «os mais fortes dos Iberos»), habitavam entre o Tejo, a sul, e o Oceano, no norte e oeste, sendo seus vizinhos a leste, com outros povos de menor importância, os Carpetanos, Vetões, Vaceus e Caláicos, que alguns autores, porém abrangiam entre os Lusitanos e que teriam a seu turno, como confinantes, a leste, os Celtiberos, e, quanto aos Caláicos, também os Ástures. A sul dos Carpetanos, encontravam-se os Oretanos, que já ficavam a leste dos Turdetanos, como uma parte daqueles. Uma tríbu dos Celtiberos, os Arevacos, confinava com os Vaceus a leste. Para Pompónio Mela e Plínio, a Lusitânia estava compreendida entre o Guadiana e o Douro, de acôrdo com a divisão política peninsular feita por Agripa na segunda metade do século I a. C. Por esta divisão, ficava a N. do Douro a Tarraconense, em que, mais tarde, Caracala isolou a *Callaecia* e a *Asturia*. Sílio Itálico também distingue os Caláicos dos Lusitanos pròpriamente ditos, mas a arqueologia não permite distinguir sob os pontos de vista étnico e cultural êstes dois povos que, de resto, os próprios textos irmanam nos costumes. Assim, Estrabão diz que os costumes dos montanheses da Lusitânia, por êle expostos, eram também os dos Caláicos, Ástures e Cantabros, localizados na orla setentrional da Península até à terra dos Vascões (que só aparecem na história em 75 a. C., durante as guerras de Sertório (1)) e aos Pirineus.

Ao norte do Douro, além dos Caláicos, mencionam os textos muitos nomes étnicos como *Grovii*, *Praesamarchi*, *Bracari*, *Leuni*, *Seurbi*, etc., não esquecendo a NO., junto dos Artabros ou Arotrebas do cabo Nério (Finisterra), outra vez Célticos «próximos parentes dos das margens do Anas».

Muitos outros nomes de populações aparecem nos textos e em inscrições, entre o Tejo e o extrêmo norte da Península; alguns não são, em verdade, nomes étnicos, mas simples designações dos habitantes de certas localidades, sem que isso signifique diversidade de origem e de cultura entre essas gentes. Do Tejo à fronteira dos Artabros havia, segundo Estrabão, cinqüenta tríbus diversas.

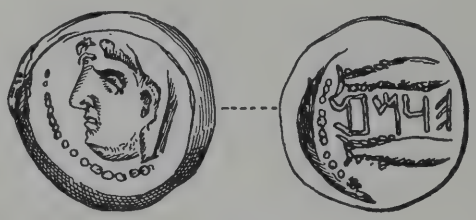
Entendendo a palavra Lusitanos no sentido lato, isto é, como já foi dito, na acepção legítima de habitantes da faixa ocidental da Península, passemos em rápida revista, em face das fontes literárias e dos testemunhos arqueológicos, o que se sabe da sua caracterização étnica e das várias manifestações da sua vida material, psíquica e social, na fase que imediatamente antecede a romanização.

Nada ou muito pouco se sabe, com segurança, do tipo físico dos Lusitanos. O uso da cremação e a destruïção dos esqueletos enterrados privaram a antropologia de materiais para o estudo morfológico directo dos habitantes do País na idade do ferro. Apenas possuímos, no momento presente, alguns escassos restos ósseos, desenterrados por Vergílio Correia nas suas explorações, já citadas, da necrópole pré-romana de Alcácer do Sal e que pelo ilustre investigador me foram enviados para um estudo, ainda em via de conclusão. Notei já que alguns caracteres divergem sensìvelmente dos registados em séries de datas anteriores e posteriores, mas trata-se porventura de casos individuais, sem significado bastante para uma generalização, dada a pequena quantidade de documentos

(1) Tentou-se a identificação dos Vaceus com os Vascões, havendo realmente uma vaga analogia fonética. Mas os textos distinguem-os nìtidamente, na sua individualidade étnica e histórica, e na sua localização geográfica (os Vaceus na meseta superior e os Vascões junto dos Pirineus). Do séc. VI para o VII da era cristã, Santo Isidoro de Sevilha dizia que *Vacca* foi uma cidade junto dos Pireneus, donde derivou o nome de *Vaccei*, e entendia não ser difícil passar de *Vaccones* para *Vascones*. Os nossos antigos humanistas colocaram a cidade de Vacca dentro da célebre *Cava* de Viseu, supondo *Cava* um anagrama de *Vacca*. Pura imaginação.

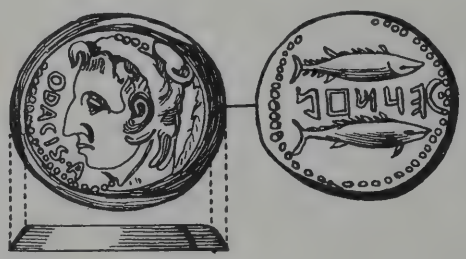
observados, que podiam muito bem não se referir ao tipo indígena dominante — aliás, na opinião de Vergílio Correia, certamente o edificador da necrópole.

As raízes profundas dos castros na arqueologia do território permitem supor antes que os Lusitanos conservassem dos remotos ascendentes, cujas ossadas tem sido possível estudar, os caracteres que reaparecem na morfologia da população do território em épocas subseqüentes, mesmo na actualidade. Várias necrópoles consideradas luso-romanas (Algarve, Viana do Alentejo, Vila Franca de Xira e, nas proximidades da Figueira da Foz, Nossa Senhora do Destêrro e Ferrastelo) facultaram alguns crânios e ossos longos, que foram objecto de estudos por parte de Ferraz de Macedo, Costa Ferreira, Fonseca Cardoso e Ricardo Severo. Não se trata de restos suficientemente numerosos para uma sistematização definitiva, mas nêles parece prevalecer sôbre uma minoria de braquióides (que aparecem sobretudo no Algarve, como ainda hoje se dá ali) e de exemplares de tendência para o alargamento nasal, o tipo *mediterrâneo* ou *ibero insular*, cujo representante pre-histórico é o tipo de Baumes Chaudes e que se observa também na população portuguesa de hoje, como se encontrava nas gentes neo-eneolíticas do território. Êste facto permite acreditar na continuidade de laços genealógicos entre estas gentes e a população actual, laços mantidos por intermédio dos Lusitanos.



MOEDA, COM CARACTERES INDÍGENAS, DE SALÁCIA (ALCÁCER DO SAL)

(Leite de Vasconcelos)



MOEDA, COM CARACTERES INDÍGENAS E LATINOS, DE SALÁCIA

(Leite de Vasconcelos)

(Cl. E. Cerdeira)

BUSTO DUM GUERREIRO CALAICO-LUSITANO

(Museu Etnol. Português)

Os textos apenas dizem que êstes eram fortes, ágeis, robustos, qualidades acentuadas sem dúvida nos montanheses, em certo contraste, porventura, com as dos Lusitanos das terras baixas, mais ricos e amolentados numa existência menos áspera e rigorosa.

Tentámos nos «Povos Primitivos da Lusitânia» uma reconstituïção da caracterização somatológica dos Lusitanos sôbre alguns documentos iconográficos, como as estátuas de guerreiros caláico-lusitanos, uma estatueta de Alcácer do Sal, algumas representações de

COLARES E OUTROS ADORNOS (Fonte Velha de Bensafrim)
(Idade do ferro)

(Museu Etnológico Português)

Deuses, e certas efígies de moedas autónomas e coloniais, algumas, destas com caracteres latinos e ibéricos, outras só com legendas ibéricas, mas todas, segundo a opinião de Schulten, cunhadas perante os exemplos romano e cartaginês, embora algumas sejam de datas anteriores à ocupação romana, bastando notar que Tito Lívio afirma que já se cunhavam moedas na Península quando os Romanos nela deram entrada.

A rudezas das estátuas de guerreiros não permite conclusões antropológicas sólidas. Quanto às efígies monetárias, o seu valor, sob um tal ponto de vista, é também reduzido, pois padrões extra-peninsulares podem ter servido de base aos seus delineamentos, mesmo nas moedas exclusivamente ibéricas e autónomas. Não nos foi possível, no exame a que procedemos, encontrar uma separação entre uma área antropológica peninsular correspondente a figuras caucasóides, bem europeias, e uma área influenciada por elementos negróides, se bem que algumas moedas isoladas apresentem alguns caracteres dêstes últimos elementos, aliás em muito reduzida minoria perante os tipos caucasóides.

Do nosso estudo concluímos: «não parece que nas efígies monetárias esteja marcada uma diferença entre Iberos, de cabelos mais ou menos encrespados, denotando origem africana, e Celtas, de cabelos flutuantes, como alguns autores têem pretendido caracterizar êstes povos. Em geral as cabeças nas moedas são de cabelos ondeados ou pouco anelados. Não é de estranhar a aparição de algumas figuras peninsulares de cabelos crêspos, numa data em que, além doutras penetrações africanas anteriores, exércitos cartagineses com soldados libifenícios tinham acabado de estar na Península. Marcial dizia: *Hispanis ego contumax capillis* — eu, de cabelo encrespado, hispano. Tácito falava em *torti crines*. Parece-me que será exagêro generalizar êste carácter a todos os antigos Hispanos, mesmo aos Iberos entendidos *stricto sensu*». Os lábios grossos. o prognatismo, o nariz achatado, outros caracteres negróides, são excepcionais ou faltam completamente nas antigas moedas peninsulares. As efígies de *Salacia* (Alcácer do Sal), por exemplo, são bem caucasóides, na saliência do nariz, na finura dos lábios, no ortognatismo. Êstes caracteres não se adaptam a parte da definição que Schulten dá dos Iberos e dos Celtiberos, que seriam dolicocéfalos, baixos, de côr tostada, lábios grossos e nariz achatado, mas não autorizam também a dar os Iberos como do tipo nórdico, alto e loiro, que lhes era fantasiosamente atribuído por Sílio Itálico e que Philippon pretendeu inferir também de passagens de Calpúrnio Flaco, aliás por Schulten diferentemente interpretadas, visto que ali a *flava proceritas* se referiria à palavra *Germinae* e não à seguinte, *Hispaniae*.

A impossibilidade de identificar os Lusitanos com os Lígures, com os Iberos ou com os Celtas, embora êles tivessem presumível parentesco com os Iberos e tivessem recebido talvez a influência antropológica dos outros dois grupos étnicos não nos veda o terreno das conjecturas fundadas, relativamente ao seu tipo físico, que podemos inferir do conhecimento de documentos osteológicos de épocas anteriores e posteriores à idade do ferro, como já foi dito. Considerámo-los como *Pre-Celtas que receberam a influência cultural e talvez antropológica dos Celtas* e é legítimo crer que êles são somatològicamente referíveis aos elementos antropológicos ainda dominantes na população actual do território, visto que há analogias profundas entre a composição desta e a da população neo-eneolítica do País. Os Lusitanos não deveriam ter constituído uma solução de continuidade na evolução antropológica dessas populações. Por um lado, a arqueologia mostra-nos como são fundas as raízes dos seus povoados e como era arcaico e indígena o substrato da sua cultura. Por outro lado, nada autoriza a supor que os Lusitanos foram uma tríbu extinta pelos invasores do território e que, como pretendia Alexandre Herculano, o povo português se constituíu mercê de estratificações variadíssimas, devidas a colonizadores e invasores estranhos, sem que os Lusitanos nêle representem o elemento fundamental e primitivo.

Não há de-certo, como já dissemos, uma sinonímia perfeita entre Lusitanos e Portugueses. Mas a ascendência lusitana dêstes últimos não é uma pura invenção dos nossos humanistas do Renascimento, como pretendia o grande historiador português e como, apenas sob o influxo dogmático do seu prestígio, alguns escritores ainda hoje afirmam inexactamente.

A tese antiquada de Herculano foi enunciada, quando ainda os estudos arqueológicos, linguísticos, antropológicos, etc., mal estavam iniciados. Compreende-se que nessa data, o rigor da sua crítica histórica o tivesse levado longe de mais na sua desconfiança em relação às afirmações dos historiógrafos patriotas dos séculos XVI e XVII. Compreende-se que êle então admitisse o desaparecimento gradual da vélha estirpe lusitana sob o gládio e sob a vaga asfixiante dos invasores, e concebesse o povo português como «uma mistura inextricável de homens de muitas e diversas origens», em que a população indígena se sumira, cedendo o terreno aos emigrantes e aos conquistadores.

Reconhece-se, porém, hoje que as devastações e violências realizadas por muitos invasores não tiveram a extensão e importância que lhes atribuiram cronistas nem sempre imparciais. É positivo que os romanos não exterminaram os Lusitanos por fim vencidos. Com os últimos soldados de Viriato fundaram uma colónia, Valência. Quanto às populações subjugadas, limitavam-se a impor-lhes a *Pax Romana*, a percorrer as montanhas e fazer descer os indígenas, como refere Estrabão, dos cumes escarpados e inacessíveis dos montes para a vida calma e pacífica das terras baixas. Era uma acção disciplinadora e uma progressiva subordinação a um novo regime jurídico e social. Um longo período de rebeliões sucessivas, as últimas das quais foram de menor importância e já, segundo Schulten, mais obra de salteadores do que verdadeiras lutas pela liberdade, atesta a permanência da população indígena. Houve, na guerra, carnificinas tremendas como as feitas por Galba e Luculo. Na Celtibéria, em 133, Scipião arrazava a heróica Numância. Mas, no fim de muitos combates, os romanos vencedores usavam de clemência ou cortavam as mãos aos prisioneiros, costume bárbaro que os Lusitanos também empregavam.

A arqueologia revela na cultura luso-romana muitos documentos que constituem sobrevivências culturais lusitanas, não abolidas nem sequer modificadas pelo povo conquistador. Nalguns pontos da Península, sobretudo no NO., a colonização romana não foi tam intensa como noutros, pouco mais havendo do que a ocupação militar.

A invasão bárbara também não destruíu a população pre-existente. Não se compreenderia, que os bárbaros dominadores houvessem adoptado a lingua, a religião e muitos costumes dos vencidos, se êstes tivessem sido eliminados.

(Cl. E. Cerdeira)

CERÂMICA DO CASTRO DE SANTA TECLA, GALIZA, COM ORNATOS ESTAMPADOS, DERIVADOS DE PALMÍPEDES

(Museu Antropol. da Univ. do Pôrto)

Do mesmo modo, o domínio muçulmano e as guerras da reconquista não se traduzem no desaparecimento dos indígenas. Cronicões parciais exageraram, sem dúvida, os morticínios e as devastações. «Não se conceberiam mesmo, como já escrevemos, certos factos históricos em determinadas regiões, se estas houvessem sido convertidas em êrmos por invasores impiedosos. Se a onda assoladora por vezes toma proporções formidáveis, como a chefiada por Al-Mansur no século x, é fácil conceber no final o regresso dos fugitivos, que se teriam escondido em recantos montanhosos, em sítios distantes, durante a passagem da horda devastadora. E os casais e os povoados renasciam sôbre as cinzas, os

campos voltavam a ser cultivados, as populações retomavam a sua existência calma enquanto se ia desvanecendo na névoa do passado a sinistra recordação do sobressalto, da chacina, do roubo e do incêndio».

O apêlo à terra natal após desvastações formidáveis, revelou-se ainda últimamente, após a grande guerra, nas multidões de fugitivos

(Cl. E. Cerdeira)

Cerâmica ornamentada da Citânia de Briteiros

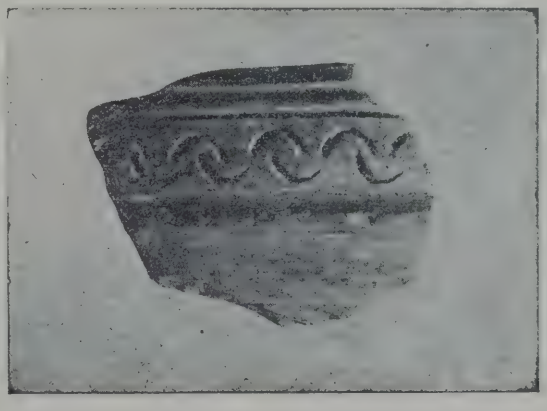
(Museu Antropol. da Univ. do Pôrto)

que regressavam de pronto aos seus lares arruïnados. Ocorre-me o que se passa com as populações dos arredores do Vesúvio afastadas pelas erupções do vulcão. Narrando uma dessas erupções e o regresso das populações fugitivas, Joseph de Nittis diz, depois de descrever a fuga e o terrível espectáculo de fogo e ruína: «O amor da montanha é tam tenaz no coração dos Vesuvianos (êsse amor que fêz reconstruir sete vezes Tôrre del Greco, a rica cidade sete vezes subvertida) que os habitantes voltavam já todos, com os seus colchões, com as vigas de ferro e as tábuas das camas. Gemiam. Falavam à montanha como a uma criatura viva, amada por quem se sofreu e a quem se oferece perdão. — ... Montanha querida! Montanha bela! Ah! Montanha má! Apressa-te a fazer reflorir as figueiras que vamos plantar!... »

À analogia antropológica que, em certa medida, permite crer na continuidade local da população do nosso território desde remotas eras até à actualidade, deve adicionar-se um facto também registado nos modernos estudos antropológicos: o da eliminação progressiva do sangue estranho pelo elemento indígena, numéricamente predominante e fisiològicamente adaptado e enraïzado. A doutrina mendeliana permitiria supor a sobrevivência ininterrupta dos elementos de origem exótica e até um seu desenvolvimento progressivo, desde que os caracteres que os definem, fôssem hereditàriamente *dominantes, não recessivos.* Mas o facto é que as condições ecológicas, fisiológicas e sociais colocam êsses elementos numa certa inferioridade perante os naturais. A diluïção do sangue estranho torna-se cada vez maior, por fim mesmo desprezível. Uma relativa endogamia, um mecanismo selectivo, a antipatia pelos mestiços, o regresso ao tipo primitivo por fusão dêstes com os indígenas e pela instabilidade antropológica da mestiçagem, são factores possíveis dessa eliminação progressiva.

Recordemos ainda que, como fêz notar o sr. Teófilo Braga, «o nome de Lusitânia nunca se perdeu na geografia da Península Ibérica». Aparece no século VII nas *Etimologias* de St.º Isidoro de Sevilha, e na geografia do Cosmógrafo de Ravena; aparece em mapas dos séculos XI, XII, XIII e XIV. No tempo dos Árabes, segundo o sr. Teófilo Braga, chamava-se-lhe *Lugidânia.*

A tese de Herculano é hoje insustentável. Ela traduz uma tendência que até se exteriorizou deploràvelmente nas duas linhas acrimoniosas, em que o ilustre historiador co-



(Cl. E. Cerdeira)

Cerâmica ornamentada da Cidade Vélha de Santa Luzia

(Museu Antropol. da Univ. do Pôrto)

mentou o papel de Viriato nas guerras da independência lusitana.

Analisemos, em breve resenha, especialmente sôbre os textos, as manifestações da cultura material e psíquica nos Lusitanos.

A frugalidade dos Lusitanos é clássica. Segundo Estrabão, bebiam apenas água, cerveja de cevada e leite de cabra. Vinho só o bebiam em festins. O principal alimento nas montanhas era constituído, durante uma grande parte do ano, pelas glandes de carvalho, que eram moídas e utilizadas para o fabrico do pão. No litoral e nas proximidades dos rios, alimentavam-se por-certo de peixes e mariscos, como os seus antepassados pré-históricos e como o revelam também alguns concheiros de data porventura menos primitiva. Os estuários eram ricos em pescado, no dizer de Estrabão e de Justino. Os autores referem-se a muitas plantas cultivadas na Lusitânia, em especial a vinha, a oliveira, a figueira, a cevada e o trigo. É de crer que a carne dos rebanhos numerosos fôsse também alimento dos Lusitanos. A antropofagia, de que se citaram uns vestígios discutíveis em ossadas neolíticas da Gruta da Furninha (Peniche), não figurava entre os costumes lusitanos.

(Cl. E. Cerdeira)

FRAGMENTO DE CERÂMICA CASTREJA COM RELEVOS E PONTUAÇÕES, DE PERRE

(Museu Antropol. da Univ. do Pôrto)

Em vez do azeite, os Lusitanos empregavam na alimentação a manteiga. Nos seus banquetes, os convivas sentavam-se em bancos de pedra, segundo a idade e a condição social, e passavam a comida de mão em mão.

Nos castros romanizados aparecem, em geral com abundância, fragmentos de tijolos *(lateres)*, de telhas curvas *(imbrices)*, de telhas planas de rebordo *(tegulae)*, de grandes vasos (ânforas e dólios) e de vasilhame mais miúdo sem ornatos ou com ornatos incisos, estampados ou mesmo pintados.

Nalguns surge mesmo a cerâmica chamada *arretina*, também designada *terra sigillata* e, menos pròpriamente, *samiana* e *saguntina*, e caracterizada por um verniz vermelho coralino que a reveste. Esta cerâmica, originária de *Arretium*, na Etrúria (séc. II ou I a. C.), passa, do século I ao III da era cristã, a ser imitada no sul da França e na Alemanha. Mas, além dêsses restos cerâmicos, resultantes já da influência romana surgem espécimes de aspecto mais primitivo, como (raramente) cerâmica pintada ibero-púnica, ou ibérica e muito principalmente cerâmica mal cosida, de pasta grosseira e de ornatos incisos de estilo arcáico, menos vezes de ornatos estampados. Alguns castros, como vimos, não foram atingidos pela romanização e não fornecem portanto outra cerâmica que não seja a de tipos arcaicos. A roda de oleiro entrou tardiamente na técnica da cerâmica castreja, mas na época romana achava-se vulgarizada. Merece uma especial menção a cerâmica de alguns castros do noroeste peninsular (Sabroso, Santa Luzia, Terroso, Santa Tecla, etc.) com palmípedes estampados, ornato do qual derivariam as decorações em SSS.

Para beber, os lusitanos serviam-se como os Celtas, de recipientes de madeira. Os *biberons*, de provável origem púnica, encontrados no Algarve, e outros espécimes que parecem remontar a uma época anterior e que foram encontrados em sepulturas de Alpiarça, seriam talvez utilizados para dar de beber a doentes.

A trituração dos grãos de cereais, da bolota, etc., era feita em trituradores de aspecto primitivo: uma simples pedra fixa, com uma

(Cl. Dr. Torcato Sousa Soares)

ASPECTO DA CITÂNIA DE BRITEIROS

Nos primeiros planos vêem-se algumas ruínas de paredes, notando-se numa delas a disposição arquitectónica típica a que se alude no texto

superfície plana ou escavada, contra a qual se exercia pressão com um calhau móvel, mais ou menos volumoso. Mas nos castros romanizados aparecem com freqüência as mós manuais *(molae manuariae)*, de contôrno circular e perfuradas no centro, uma das quais girante e a outra dormente.

Quanto à habitação, embora os seus remotos antepassados tivessem utilizado as grutas, as cavernas e os abrigos na rocha, para moradas dos vivos e dos mortos, não parece que os Lusitanos houvessem, no período que nos interessa, procedido de igual feitio, a não ser porventura acidental e esporàdicamente. Não será mais do que o produto da inventiva poética a passagem de Sílio Itálico que dá os soldados lusitanos do exército de Aníbal como «arrancados às suas cavernas longínquas».

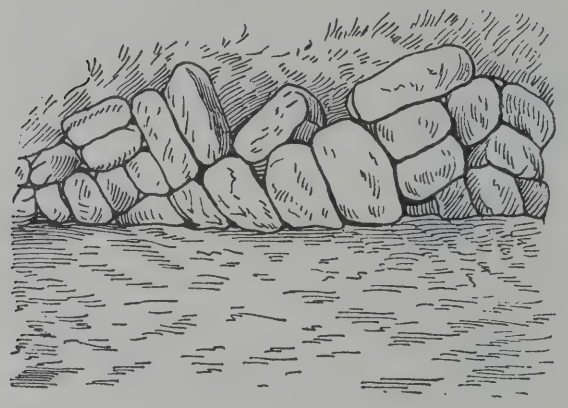
Em vários castros se reconhecem ainda numerosos vestígios das casas, que eram pequenas, de planta circular (forma predominante ao norte do Douro) ou quadrangular (algumas com os cantos arqueados, como no castro de Vilar de Viande, Trás-os-Montes). Nalgumas casas (Santa Olaia, Sabroso, Santa Tecla, etc.) a porta abria-se num alpendre ou vestíbulo. As paredes das habitações eram construídas com as pedras sôltas, sem cuidado arquitectónico, mas, em muitos castros (Arados, Briteiros, Santa Tecla, etc.), as pedras eram colocadas com o eixo em posição oblíqua ou em fiadas helicoidais. No centro das cabanas havia muitas vezes uma pedra crìvelmente destinada a servir de base à haste que suportava a cobertura da habitação. A lareira seria no mesmo logar, mas nalguns castros têem-se encontrado no exterior das habitações fornos bem construídos com lages. A cobertura das casas era de colmo, ou de argila e madeira;

(Cl. Dr. Torcato Sousa Soares)

TENTATIVA DE RECONSTRUÇÃO DE CASAS CIRCULARES DA CITÂNIA DE BRITEIROS

(A fotografia autoriza a crer que não se conservou a disposição característica das pedras)

só com a romanização se começaria a utilizar a telha. Os pavimentos eram o terreno natural, barro por cozer, e, depois com a romanização, tijolos e mosáicos.



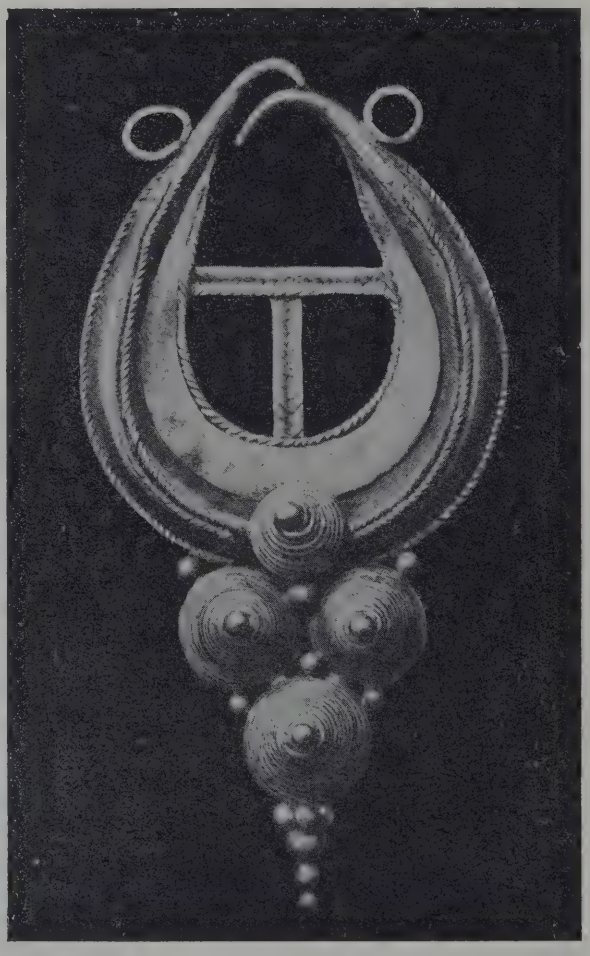
PAREDE NO CASTRO DE ARADOS, COM A DISPOSIÇÃO ARQUITECTÓNICA CARACTERÍSTICA

(Leite de Vasconcelos)

Os cuidados dos Lusitanos com o corpo foram registados pelos antigos autores. Segundo Estrabão, untavam-se com azeite. Diodoro afirma que os Celtiberos e as tríbus montanhesas tinham, a-pesar dos seus cuidados de limpeza, o costume estranho de lavar o corpo e os dentes com urina! Os balneários são já da época romana (S. Vicente de Pinheiro, etc.), se bem que o culto pre-romano de Bormânico em Vizela permita, por exemplo, crer na utilização terapêutica das águas minero-medicinais antes da época romana.

O vestuário dos homens, segundo Estrabão, era negro, de lã grosseira ou de pêlo de cabra. Apenas as mulheres usavam vestuários de côr. Dos textos e de algumas esculturas e petroglifos rudes podemos concluir que os montanheses, como os Celtas, vestiam um manto grosseiro, o *sagum*, que descia até perto dos joelhos ou mesmo mais abaixo. Usavam cabelos compridos, tanto os homens como as mulheres, prendendo-os, em combate, com uma fita. Não desconheceriam o uso de pentes e de alfinetes. Prendiam os vestuários com fíbulas, a cujos tipos já fizemos alusão. Usavam colares, torques, manilhas, braceletes, arrecadas e outras jóias, muitas das quais de ouro. Apareceram, no Algarve e nalguns raros castros do norte, contas de colar em vidro esmaltado, de diferentes côres, a que foi atribuída origem púnica. As jóias de ouro, encontradas em relativa abundância no território da Lusitânia, atestam uma técnica simples, indígena, de martelagem ou filigrana, de estampagem ou punção e de soldadura rude, por vezes com sobrevivência de motivos ornamentais muito primitivos, comuns às decorações das louças e das pedras dos castros e doutras estações mais remotas. Falamos já em jóias atribuídas à idade do bronze. É possível que se possam referir à cultura post-hallstática do País as jóias da Estela, de Lebução, de Arnozela, muitos tesouros galegos, etc.

Os textos nada dizem sôbre a tatuagem, entre os Lusitanos. Estabeleceram-se, porém, afinidades entre as decorações de alguns ídolos-placas, aliás de data mais remota, e as



ARRECADA DE OURO, INÉDITA DE SABROSA (IDADE DO FERRO)

Falta o fio de suspensão

(Propriedade do Sr. José Maximino Correia de Barros)

tatuagens faciais de alguns ídolos gentílicos da actualidade. A aparição de alguns pedaços de ocre, conjugada com aquela aproximação, permitirá inferir o costume da tatuagem nos Lusitanos? Duvidamos.

Foi formulada a hipótese de que as pontas dos sílices pigmeus de formas geométricas de épocas mais remotas servissem para a tatuagem. Não sabemos se seria assim.

Embora o País fôsse rico em plantas, fructos e gados, os Lusitanos das montanhas preferiam, segundo Estrabão, à cultura do território a depredação e as guerras com os vizinhos. No entanto, o pastoreio, a caça e a pesca deveriam ocupá-los, segundo as condições locais e as tendências. Escreve Sílio Itálico, que os Calaicos, ocupados na guerra, deixavam às mulheres a lavoura. Não é natural que os Lusitanos não tirassem também o menor proveito das riquezas mineiras do território, largamente utilizadas antes e depois dessa época. Escórias e os objectos metálicos atestam uma certa actividade metalúrgica em muitos castros.

Para a navegação lacustre e fluvial, os Lusitanos, no dizer de Estrabão, serviam-se de barcos de couro e de embarcações feitas de troncos de arvores escavados. Ao contrário dos Ligures, os povos ibéricos, segundo Tito Lívio, evitavam a vida marítima. O comércio dos Lusitanos seria, na expressão de Schulten, completamente passivo, mas é de presumir

I — Escudo *(cetra)* e túnica *(sagum)* ornamentados dum fragmento duma estátua de guerreiro calaico-lusitano.

(Cl. E. Cerdeira)

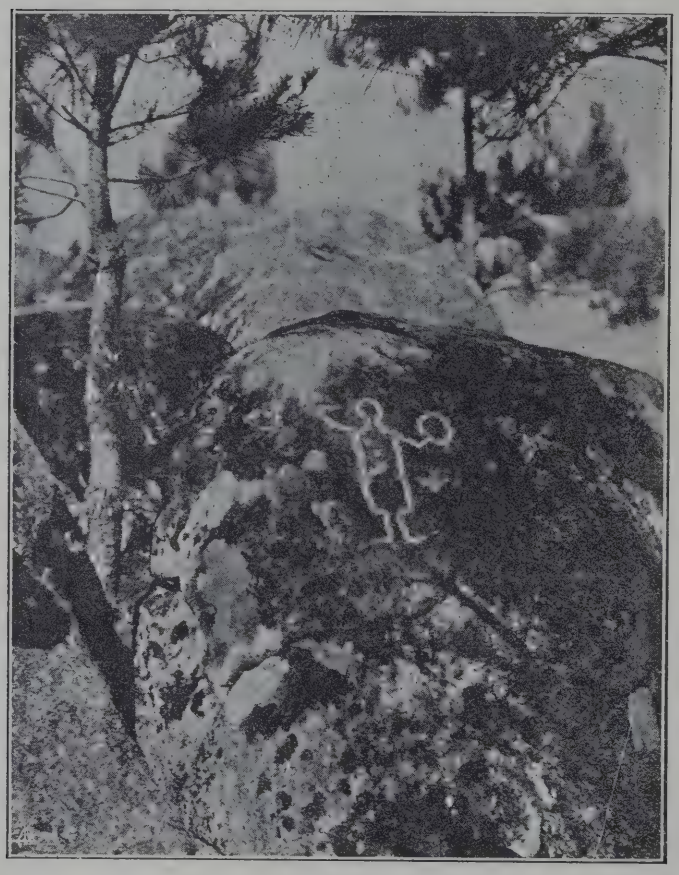
(Museu Etnol. Português)

II — Castro pre-romano do Monte do Castelo de Penafiel

Gravura cedida pela «Brotéria»

(Cl. H. Mendes Correia)

que as riquezas naturais incitassem a actividade mercantil nalgumas regiões. Em vez de moeda, êles serviam-se, para o tráfico, de objectos variados e de barras de prata em bruto. Segundo Políbio, a Lusitânia produzia abundantemente gados, cereais e vinho, dando-nos até aquêle autor, em passagens que restam da sua obra, os preços do trigo, da cevada, do vinho, etc. Já no périplo que serviu de base a Avieno, se citavam os rebanhos numerosos da costa algarvia.



(Cl. H. Mendes Correia)

PETROGLIFO REPRESENTANDO UM GUERREIRO CALAICO-LUSITANO (CASTELO DE PENAFIEL)

Gravura cedida pela « Brotéria »

Os Lusitanos executavam jogos de destreza física, torneios tanto de gimnástica como de equitação, arremêsso, pugilato, combate em grupos, etc. Por ocasião dos seus festins, dansavam em redor ao som da flauta e da buzina, saltando muito alto e caíndo em seguida de joelhos. Entoavam hinos e executavam dansas, também por ocasião dos combates. Nos funerais de Viriato, todo o exército, a pé e a cavalo, andava em tôrno da pira, cantando hinos de glorificação ao seu chefe assassinado. Depois de edificado o túmulo, 200 pares de guerreiros simularam um combate. Êstes jogos de destreza física fortaleciam o corpo e a alma do soldado lusitano.

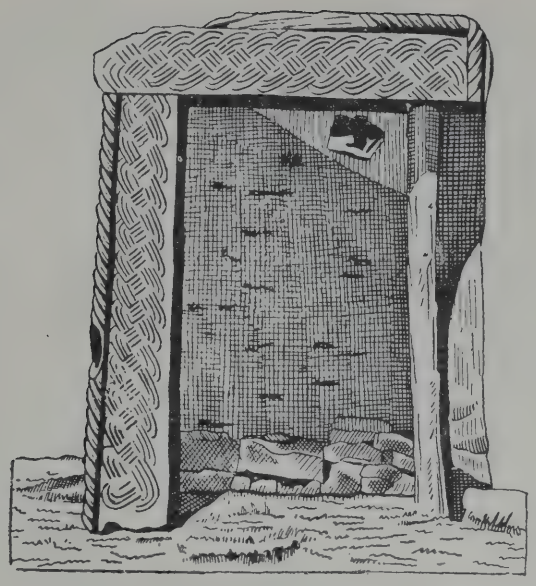
As artes plásticas, como já temos dito, não eram desdenhadas pelos Lusitanos, se bem que êstes fôssem, em geral, artistas duma técnica rude e de imaginação restricta. Falámos já nos petroglifos e nas esculturas de guerreiros, de deuses e de animais, nos ornatos cerâmicos, em decorações de jóias, nalguns ex-votos e amuletos, etc. Embora nalgumas estátuas de guerreiros, surjam inscrições latinas e alguns dos seus ornatos tenham concordância com os de bronzes coloniais de Augusto, é inteiramente crível que a data dessas esculturas seja pre-romana e que as inscrições tenham sido adicionadas mais tarde. Cumpre recordar que uma dessas estátuas figurava num solar fidalgo do norte como a efígie dum ascendente ilustre; e na ponte de Cabeceiras de Basto ainda se encontra uma dessas esculturas, deploràvelmente transformada em soldado do tempo das guerras peninsulares do séc. XIX, com barretina, botas, longos bigodes, etc., numa fantasmagoria polícroma que, por ser irreverente, não faz sorrir. É o *Basto* duma vaga tradição local que prefere a mascarada à conservação respeitosa do valioso documento num Museu.

Ignora-se se essas estátuas visam a consagração de guerreiros, se são monumentos sepulcrais ou se referem a heróis divinizados.

FIGURAS ESTAMPADAS DUM DIADEMA DE OURO DE RIVADEO (ASTÚRIAS), EXISTENTE NO LOUVRE

Notar as afinidades das representações de guerreiros com o petroglifo de Penafiel

(Cartailhac)



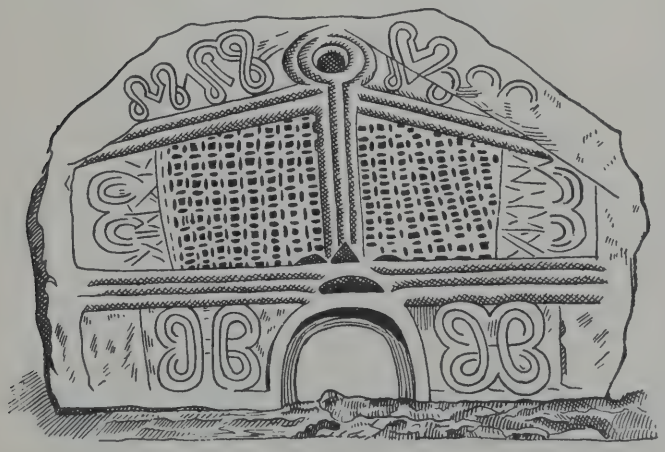
DECORAÇÃO DA ENTRADA DUMA CASA DA CIVIDADE DE ÂNCORA

(Cartailhac)

A sua uniformidade relativa e a sua distribuïção circunscrita ao noroeste da Península levam-me a supor que se trata dum culto religioso regional e não de consagrações individuais.

Num castro pre-romano, crìvelmente de ocupação transitória, o *Castelo de Penafiel* (ou, em documentos antigos, o *Castello de Penhafidelis*, *de Canas de Penafiel*, *de Canas* ou *do Reguengo)* que ocupa um cêrro abrupto dificilmente acessível, identifiquei, entre os restos castrejos e fragmentos de cerâmica e de armas de combate, um petroglifo que representa, sem dúvida, também um guerreiro calaico-lusitano, vestindo a comprida túnica ou *sagum*, e brandindo na dextra a adaga curta e na mão esquerda o escudo redondo e pequeno *(cetra)*. Armamento e indumentária correspondem às descrições dos textos, às estátuas acima mencionadas e a figuras estampadas em diademas de ouro, existentes no Louvre e provenientes de Rivadeo (Astúrias). As analogias do desenho e da atitude com os guerreiros gravados nêstes diademas são flagrantes. Bosch datou os mesmos diademas do período post-hallstático, data que julgo também ser a do guerreiro de Penafiel. Pela sua atitude de desafio ou triunfo, no alto daquela imponente penedia, num verdadeiro ninho de águias, ao lado de ruínas castrejas e de restos de armas, aquele petroglifo aparece como um símbolo altivo dum remoto sentimento de independência e do valor militar dos Lusos heróicos. Coevo ou anterior aos guerreiros calaico-lusitanos referidos (1), é natural que êste petroglifo encarnasse naquele logar uma divindade guerreira protectora. Estaria para os velhos Lusitanos como mais tarde Sant'Iago para os Castelhanos e S. Jorge para os Portugueses.

O carácter votivo ou religioso, e indígena, das esculturas de animais acima mencionadas é também crível. Como já dissemos, não parece indispensável filiá-las, como pretende Bosch, na arte *ibérica* do sul e do levante. Vimos já que o perturbante testemunho de Alvão nos oferece perspectivas admissíveis para uma sua genealogia local.



A «PEDRA FORMOSA» DA CITÂNIA DE BRITEIROS

(Cartailhac)

(1) Como notou Mahr, o guerreiro de Penafiel diverge na atitude, armamento, etc., dos da Europa Central e do descrito por Breuil, que está gravado numa lage sepulcral do Museu Arqueológico de Madrid, do fim da idade do bronze.

Há uma certa analogia entre o petroglifo de Penafiel e as figuras duma ara luso-romana de Castro Daire, da *Pedra dos Namorados*, de Bilhares (Ponte da Barca), e doutros baixos-relevos, todos ou quási todos funerários, de Santa Tecla, de Rianja (Araña), etc., o primeiro conservado no Museu de La Guardia e os restantes no de Pontevedra. Mas, embora também representados de face e com o *sagum*, diferem em vários detalhes (posição dos pés, pormenorização das figuras e dos dedos das mãos, posição dos braços, pregas no vestuário, intenção, etc.) e na data, que é, para quási todos, a época romana, como se depreende das inscrições latinas.

Nos ornatos e esculturas de alguns castros, como a Citânia de Briteiros, pretendeu-se encontrar vestígios da influência micénica, o que

é hoje considerado um anacronismo. É célebre uma grande pedra insculturada da Citânia de Briteiros, chamada a *Pedra Formosa*, que tem mais de 2,^{m} de altura por cêrca de 3,^{m} de largura e apresenta uma rêde mais ou menos geométrica de ornatos insculpidos, derivados e motivos vários e dispostos em tôrno dum esquema ou estilização da figura humana. Esta tem um orifício na parte correspondente à cabeça e outro perto duma chanfradura basilar no bôrdo oposto. Uma pessoa pode fàcilmente encaixar-se nessa chanfradura da pedra. No verso esta tem apenas gravada uma figura, que parece um *phallus*.

Sôbre a interpretação da « Pedra Formosa » têem sido emitidos vários pareceres. Tratar-se-ia duma lápide sepulcral, dum frontão, duma pedra de sacrifícios, dum *accubitum* ligado a uma crença em virtudes mágicas de certas pedras para a fecundidade matrimonial? Esta ultima hipótese, emitida por J. Cabré,

(Cl. E. Cerdeira)

I — Tríscelo insculpido em pedra do castro de Vilar, Aborim, Arcos de Val-de-Vês

II — Tetráscelo com cordão envolvente da cividade de Paderne (Monsão)

(Museu Etnol. Português)

(Cl. E. Cerdeira)

Tetráscelo com cordão envolvente do castro de Monte Mósinho (Penafiel)

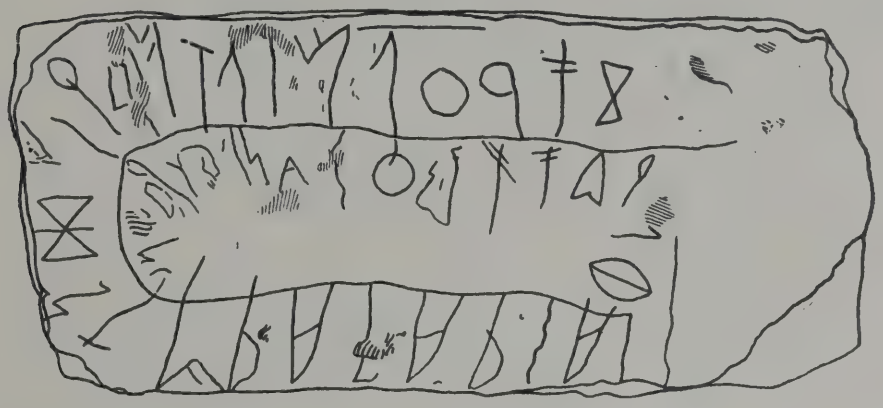
(Museu Antropol. da Univ. do Pôrto)

seria confirmada pela presença do *phallus* e pela notícia de costumes populares, segundo os quais a permanência do casal sôbre certas pedras combateria a esterilidade.

Em Briteiros, Sabroso, Monte Mósinho, Monte Redondo e muitos outros castros têem aparecido mais pedras esculpidas, apresentando sobretudo còvinhas, círculos concêntricos, espirais, cruzes, tetráscelos, tríscelos, etc.

É de crer que a poesia fôsse cultivada pelos Lusitanos. « O canto e a poesia fazem

um todo inseparável, escreve Deniker, nos primeiros estádios da civilização». Já vimos que Sílio Itálico diz que os Calaicos do exército de Aníbal vociferavam versos bárbaros nos seus cantos nacionais. Já falámos também nos hinos guerreiros e nos cantos fúnebres dos Lusitanos. Caberia recordar ainda que, segundo Estrabão, os Turdetanos da Andaluzia se vangloriavam de possuir anais e versos antiquíssimos. Se fôsse exacta a leitura das inscrições ibéricas feita por Cejador, muitas delas seriam puramente poéticas.



Inscrição ibérica conservada em Lisboa

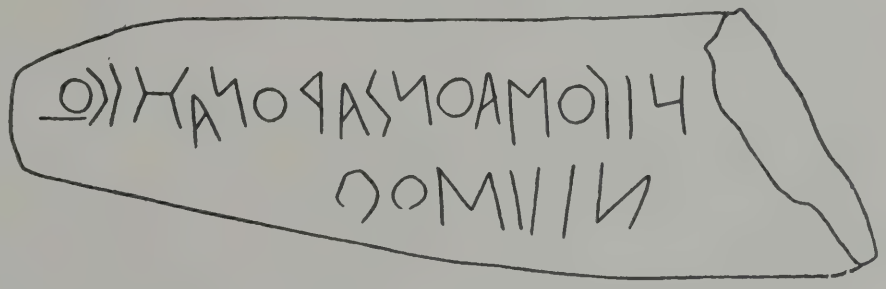
(Hübner)

Entre os Lusitanos havia o culto do Sol e da Lua, e numerosos cultos locais (de árvores, montanhas, rios, etc.), muitos dos quais se teriam conservado até à época romana. Muitos dos deuses do Panteão lusitano-romano, a que se referem várias inscrições, seriam certamente pre-romanos, como *Endovélico*, *Atégina*, *Návia*, etc. Segundo Estrabão, os Lusitanos eram sacrificadores solícitos e tiveram preságios do exame das entranhas *in situ* e das veias do flanco. Faziam êsses exames nos prisioneiros, cobertos por capas de sacrifício. A maneira como as vítimas caíam servia-lhes de preságio. Ao seu deus da guerra, segundo o mesmo autor, sacrificavam um bode, prisioneiros e cavalos. Organizavam sacrifícios em massa. Os Calaicos, segundo Sílio Itálico, «eram hábeis em adivinhar o futuro nas fibras das vítimas, no vôo das aves e no fogo dos céus».

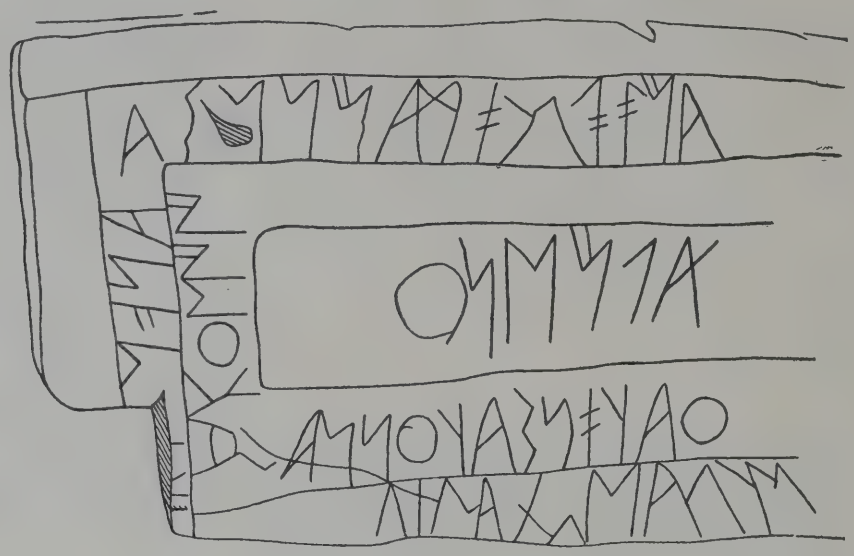
O culto dos mortos que, como dissemos remonta a longes eras no território, existia também entre os Lusitanos. Ao contrário dos Celtiberos e dos Vaceus que, segundo Sílio e Eliano, expunham os cadáveres às aves de rapina (costume que não seria aliás geral, em vista do depoïmento antagónico das suas necrópoles), os Lusitanos, ao que se depreende dos textos (Diodoro, Apiano, etc.) e do conhecimento da necrópole de Alcácer do Sal, incineravam os cadáveres dos seus, seguindo determinados ritos fúnebres, entre os quais o sacrifício de animais cujos despojos acompanhavam aqueles na sepultura, como talvez os restos de escravos também sacrificados na ocasião. Armas, cerâmica, ornatos, jóias, fíbulas, coçoiros, amuletos, etc., acompanhavam igualmente as cinzas do morto na última morada. Estas ficavam sem resguardo no terreno, ou eram introduzidas em vasos-ossuários ou ape-

Inscrição ibérica de S. Miguel de Pinheiro (Alentejo)

(Hübner)



nas protegidas por camadas de pedras, que cobriam uma fossa rectangular cavada na própria rocha. Segundo o Sr. Vergílio Correia, no espólio das sepulturas de Alcácer tudo o que é ornamento e adôrno guerreiro é indígena, mas há elementos estranhos: aneis de ouro, ovos de avestruz pintados, placas de marfim, candeias de tipo púnico, cerâmica greco-itálica de pinturas vermelhas em fundo negro, um amuleto egípcio de prata com um escaravelho, etc. O ilustre investigador entende que tais elementos resultaram de importações por via marítima, todas ou quási todas de origem púnica ou por intermédio dos Púnicos.



Inscrição ibérica de Ourique

(Hübner)

Se os vasos gregos permitem datar as sepulturas em que apareceram, do séc. IV a. C., o escaravelho faculta uma data anterior para início da necrópole, visto que é do tempo de Psamético I (séc. VII a. C).

A existência, em alguns castros, de petroglifos constituídos por espirais, círculos concêntricos e outras linhas com aspectos serpentiforme, que se encontram já nas paredes de dolmens e na arte rupestre pre-histórica, fez pensar em que se tratasse dum culto da serpente. Ultimamente, conjuguei êsses factos com as passagens de Avieno em que aparece o nome de Ofiusa (terra de serpentes) e em que se fala dos Sefes (talvez por Sepes, serpentes) e da expulsão dos Oestrímnicos destas paragens por « uma invasão de serpentes », e fui levado a crer que a serpente era o emblema tutelar, o suposto ascendente, o nome do *clan*, em suma o *tótem* duma tríbu proto-histórica dos castros do território. Ainda hoje na Austrália, por exemplo, a serpente, animal a que em todo o globo estão ligados numerosos cultos, mitos e superstições, é *tótem*, isto é, suposto ascendente e protector de tríbus que dela tomam o nome. Êstes factos são para Durkheim as características totémicas. Poderemos ligar também com práticas totémicas algumas representações animais da arte lusitana? Não o sabemos, mas é verosímil. Ainda a propósito da serpente-tótem na Lusitânia proto-histórica registemos o facto, assinalado pelos investigadores galegos snrs. F. Cuevillas e Bouza Brey, de figurar com grande freqüência no folk-lore dos castros galaicos a serpente. O povo localiza nos castros damas encantadas sob a forma de cobras ou atribui a cobras a defesa do local. Sobrevivência etnográfica de mais radicada crença do aludido totemismo? Por informação do snr. J. dos Santos Júnior, soube que no castro de Vilariça *(Civitas Baniensis)*, Moncorvo, há um penedo, chamado pelo povo *Penedo do Cobrão*, em que está gravada uma serpente. Talvez uma objecção á minha hipótese seja a de que a palavra *Sefes* pode muito bem ter uma etimologia diversa, indígena, não correspondendo ao significado de serpentes. Mas, ainda assim, um *clan* dos Serpentes poderia ter inspirado o nome grego

de Ofiusa e ficaria sempre como argumento a passagem referente à expulsão dos Oestrímnios.

Como dissemos já, não se sabe qual a língua ou quais as línguas que os Lusitanos falavam antes da romanização. Vimos, através do que afirmam os textos (Estravão, Sílio, Plínio, etc.), como bem arrevezada e desarmónica ela era para os ouvidos cultos dos Latinos.

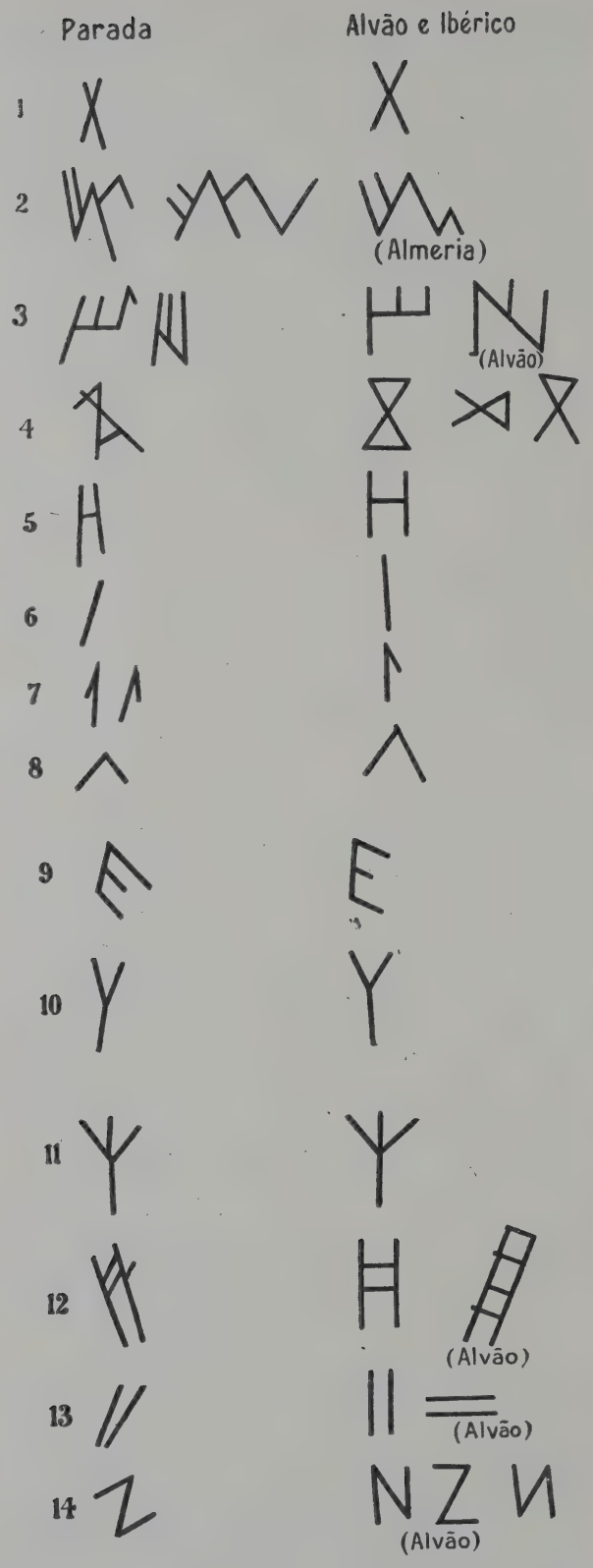
Entenderam muitos autores que no vasconço, língua aglutinante, anárica, de-certo sobreviva de remotos falares, nódulo estranho no seio de línguas flexivas áricas de ascendência latina, estaria o idioma primitivo da Ibéria. Era a orientação de Humboldt, recentemente defendida por Cejador, que julgou poder decifrar as inscrições em caracteres indígenas, na sua opinião escritas naquela língua, num basco puríssimo. Outros inclinaram-se para a suposição de que no norte de África, no berbere, se deveriam procurar as sobrevivências dos antigos falares da Península, que, de facto, tão íntimas relações teve com a África mediterrânea nos tempos pre- e proto-históricos. A verdade é que entre o vasconço e os idiomas líbicos não há afinidades impressivas, e convém recordar que a unidade lingüística primitiva da Península é difícilmente admissível, não só à face dos textos (Estrabão), como em virtude dum raciocínio derivado do conhecimento do isolamento mútuo das remotas tríbus peninsulares. Por-certo, das gentes estranhas que aqui abordaram ou penetraram antes dos Romanos, principalmente dos Celtas e dos Púnicos, receberam os indígenas contribuïções glossológicas mais ou menos amplas. Serão de origem pre-romana, autóctone, algumas palavras do nosso vocabulário actual, alguns termos do onomástico moderno. O Dr. Leite de Vasconcelos autorizadamente enumera, entre as poucas palavras supostas das línguas antigas do território: *paramus*, *celia*, *cetra*, *viriae*, *esquerdo* e *isquierdo*, *lousa*, *lança*, *Lima*, *Viriato*, os sufixos *-arro* e *orro*, que ainda existem no vasconço, etc. O onomástico até hoje mais estudado, diz o mesmo autor, é o de procedência céltica. São célticos muitos nomes de antigas povoações: é céltica a terminação *-briga*, serão célticos muitos nomes que aparecem em inscrições da época romana (*Romesius*, *Cominius*, *Gallus*, *Cantius*, *Aleba*, *Celtus*, *Tongius*, *Trebaruna*, *Tongetamus*, *Reburrus*, *Camalus*, *Caturus*, *Turiacus*, etc.).

A decifração das inscrições em caracteres indígenas derramaria luz intensa não apenas sôbre as línguas antigas da Ibéria, mas, como já dissemos, sobre a história antiga desta. Há muitas dessas inscrições, em grande parte sincrónicas, sem dúvida, da segunda idade do ferro e mesmo duma larga secção do período romano. Algumas como as de Alvão, Parada (Pontevedra) e Cueva de los Murcielagos, porventura algumas do sul de Portugal (infelizmente desacompanhadas de elementos de referência para uma cronologia segura), são anteriores a essas datas, mesmo bastante anteriores.

Os sinais em que estão escritas, dificilmente serão redutíveis a um alfabeto ou sistema único. Seria necessário admitir uma grande quantidade de variantes, se bem que entre as diferentes inscrições apareçam sinais comuns ou afins. A meu vêr, os caracteres de Alvão de que já nos ocupamos, constituem, como os de Parada, que no momento estou estudando, escritas que se poderão chamar *proto-ibéricas*, reservando-se o nome de *ibéricas* pròpriamente ditas para todas ou quási todas as inscrições indígenas de lápides, moedas, taças, etc., estudadas por Hübner nos seus *Monumenta Linguae Ibericae* ou semelhantes a estas.

Conhecem-se, do sul de Portugal, numerosas inscrições desta ordem em moedas de Alcácer do Sal e em lápides (1), como as de Ourique, S. Miguel do Pinheiro (Almodovar), Monte de Gadela (idem), Bensafrim (Lagos), Cômoro de Portela (Silves). Uma taça de prata do tesouro descoberto em Padrão, Proença-a-Nova, e pertencendo ao snr. Pequito Rebelo apresenta também alguns caracteres ibéricos. No norte do País, aparte as inscrições de Alvão, não se conhecem inscrições em caracteres indígenas. Hübner cita, porém, inscrições indígenas em caracteres romanos, como a de Lamas de Moledo, de perto de Viseu, a que se referiram dois historiadores desta cidade, Manuel Botelho Ribeiro Pereira no sec. XVII e José de Oliveira Bernardo no meado do

(1) Algumas inscrições ibéricas do Alentejo foram dadas a conhecer pelo Bispo de Beja, D. Frei Manuel de Cenáculo, no fim do séc. XVIII.



PARALELO IMPRESSIVO ENTRE ALGUNS SINAIS DE PARADA (ESTRADA, PONTEVEDRA) E OS DE ALVÃO E IBÉRICOS.

(Êste quadro está ainda sujeito a revisão, porque alguns sinais foram desenhados sôbre fotografias de decalques que tirei, e destacados duma rede de sinais associados, após um rápido estudo preliminar que vai ser completado)

sec. XIX. Algumas moedas são bilingues. É o caso duma de Alcácer atrás reproduzida.

Na minha opinião, os sinais das inscrições de Parada (Pontevedra) — uma parte dos quais vi numa pedra do museu desta cidade galega e outra consta dos desenhos de E. Campos arquivados pelo snr. D. Casto Sampedro, que dêles gentilmente me cedeu uma cópia fotográfica — têem afinidades com os sinais de Alvão e das inscrições ibéricas, mas apresentam muitas diferenças. Algumas parecem hieroglifos ou esquemas estilizados. Outros petroglifos daquela proveniência, como combinações dos círculos concêntricos, etc., relacionam-se com documentos da arte rupestre pre-histórica da Galiza. Algumas reservas me são impostas pelo facto de não ter ainda feito mais do que um estudo preliminar dessas gravuras, que me tinham sido assinaladas pelos snrs. Conde de la Vega del Sella e P.e Eugenio Jalhay depois de visitas suas á colecção do snr. Castro Sampedro, e às quais, num artigo do «Boletim da Real Academia Galega», já no começo de 1928, o snr. F. Cuevillas fizera uma brevíssima referência. Sob essas reservas, afirmarei que os sinais de Pontevedra me parecem mais primitivos do que os ibéricos em geral. Serão talvez da idade do bronze.

Hübner e Delgado julgaram poder tomar o alfabeto fenício como base para o estudo das escritas ibéricas. O esforço desenvolvido resultou quási inútil porque, como já dissemos, nada leva a supor que estas escritas derivaram do alfabeto fenício. De resto, as analogias morfológicas não implicam necessàriamente analogias fonéticas. A verdade é que, embora o carácter *alfabético* de muitos documentos da epigrafia ibérica pareça verosímil, é bem de crer que muitos caracteres indígenas não tivessem êsse carácter e fôssem ideográficos ou silábicos. As supostas palavras obtidas por Hübner jámais terão talvez tido realidade. É de crer que muitos supostos nomes de cidades ibéricas nunca tenham existido, a não ser no sistema daquele autor.

Cejador, numa tendência diversa, procurou a decifração dos sinais ibéricos, não nas suas escassas analogias com os caracteres fenícios, mas considerando-os derivados de ideogramas primitivos de articulação (isto é, ideogramas que reproduziam a forma da boca ao

articular os sons), e servindo-se do vasconço para a tradução das palavras. As legendas das moedas ibéricas e das inscrições em caracteres indígenas seriam em basco puro. Conquanto ignorando esta língua, já emitimos algumas reservas a respeito do sistema de Cejador. Êste admite muitas variantes de cada sinal, muitos sinais análogos para sons diferentes, a supressão freqüente de vogais no texto (o que, de resto, sucede noutras escritas primitivas), o facto de certas inscrições se lerem da esquerda para a direita e outras no sentido oposto (facto que se daria mesmo em diferentes partes da mesma inscrição). Compreende-se fàcilmente a elasticidade que, nestas condições, existe para a interpretação dos textos. Mas o que mais impressiona é a inverosimilhança de muitos dos resultados obtidos por Cejador. As legendas monetárias não continham nomes de povoações ou mesmo de pessoas, mas expressões mais ou menos vagas e poéticas, algumas mesmo incoerentes. As inscrições em lápides do sul do País conteriam recomendações banais de zêlo pelo trabalho, a operários duma suposta fábrica de tecidos, ou declamações literárias sôbre a inanidade das coisas terrenas e das grandezas do mundo. Nem um nome próprio, nem a consagração dum chefe, dum deus, dum herói, nem a comemoração duma vitória, dum acontecimento histórico importante! Seria um povo de poetas e declamadores, prêso a trivialidades ou a futilidades, sem sentimento histórico, sem tradições, sem uma vida social, política ou militar intensa. A escrita ibérica espera, pois, ainda, provàvelmente, o seu Champollion.

A falta dos documentos epigráficos ibéricos nos castros leva a crêr que aí a escrita estava pouco ou nada divulgada. Era sobretudo na área cinético-tartéssia que esta aparecia mais difundida. Pareceria assim que a escrita ibérica se encontrava sob a influência dos meios cultos do Mediterrâneo, mas os testemunhos de Parada, Alvão, etc. demonstram a antiguidade das suas raízes na cultura indígena, independentemente de sugestões ou exemplos daquela origem.

Nada se sabe sôbre processos de numeração e medida, cálculo do tempo, noções de astronomia, geografia, etc., entre os Lusitanos, anteriormente á penetração da cultura romana. A sua sciência devia ser muito rudimentar, a ajuizar pela pobreza freqüente dos restos arqueológicos e pela opinião pouco lisongeira que sobre o seu grau de civilização emitiram escritores. Sem dúvida os fenómenos da natureza apareciam aos seus olhos numa íntima relação com as suas concepções religiosas. O seu carácter supersticioso e ingénuo revela-se em vários factos, entre os quais o de Sertório, segundo Plutarco, ter convencido os seus soldados indígenas de que era inspirado por uma corça domesticada que pretendia ter-lhe sido oferecida por Diana.

Com a restrita cultura intelectual dos Lusitanos contrastava o desenvolvimento das artes e das letras na Bética, mas, em contraposição, os Turdetanos não eram nada belicosos. Com a romanização, o nível cultural sobe em toda a Península, que se torna o berço de homens notáveis na literatura e na erudição — *dives viris doctis*.

(Cl. Juan Cabré)

EX-VOTO IBÉRICO

Figura feminina com oferenda, de Despeñaperros

A medicina lusitana não era por-certo famosa. Registam-se espécimes de trepanação pre-histórica no território, mas talvez com um

fim mágico. É possível que os micrólitos geométricos e punções pre-históricos fôssem utilizados para tatuagem ou sangria. O uso de amuletos e o culto de certos deuses obedeceriam muitas vezes, a um objectivo de preservação ou cura de vários males. A utilização, no território, de águas minero-medicinais com um fim terapêutico vem de-certo duma data anterior á época romana. Já nos referimos ao uso remoto de *biberons*, talvez para ministrar líquidos a enfermos. Do período lusitano-romano, já se conhecem alguns objectos cirúrgicos, embora menos variados do que os que constituíam o rico arsenal operatório de Pompeia.

(Cl. Juan Cabré)

EX-VOTO IBÉRICO DE BRONZE, DE DESPEÑAPERROS

Segundo Estrabão, os Lusitanos expunham os doentes nas ruas para que os transeuntes, que tivessem sofrido das mesmas doenças, os pudessem elucidar sôbre o melhor tratamento.

O carácter dos Lusitanos é revelado pelos testemunhos literários e infere-se também de factos históricos em que êles intervieram. Corajosos e valentes — sobretudo os das montanhas — , eram ciosos da sua independência e capazes de feitos heróicos, de formidáveis sacrifícios, entre os quais o da própria vida. Obedeciam, porém, mais aos impulsos de momento do que a um plano perseverante. Fatigavam-se depressa, mesmo no meio das suas emprêsas, e, como afirma Diodoro Sículo, sucumbiam na adversidade. Se, por vezes, iam até á ferocidade, noutras ocasiões eram generosos. Fiéis á palavra dada, eram fácilmente iludidos, em vista do seu temperamento supersticioso e crédulo. « Enganados a miúde — escreve Schulten dos Iberos em geral — voltavam constantemente a dar crédito aos Romanos. Quando êstes os acusam de perfídia, tal acusação não é exacta aplicada aos Iberos mas a êles mesmos ». Muito da psicologia dos antigos Lusitanos, como a sua falta de perseverança, a sua impulsividade, etc., se reproduz nos Portugueses de hoje.

O heroísmo lusitano tomou, por vezes, proporções admiráveis. Perante a derrota, como outros povos ibéricos, êles iam até ao suicídio colectivo. Os Calaicos, cercados no monte Medúlio, das margens do Minho, considerando-se perdidos, suicidaram-se, lançando-se a fogueiras, atravessando-se com espadas ou envenenando-se. Preferiam a morte à escravidão.

Segundo Estrabão, os montanheses da Lusitânia eram monógamos como os Gregos. Entre os Iberos ou pelo menos, entre algumas tríbus do NO., os homens entregavam às mulheres todo o trabalho dos campos.

De cerimónias nupciais dos Lusitanos sabe-se apenas aquilo que Diodoro conta do casamento de Viriato com a filha do opulento Astolpas. Um faustoso banquete, em que o sogro ostentara vasos de ouro e trajes dispendiosos, e que Viriato contemplara, silencioso e irónico, sem tocar em nada mais do que nalgumas iguarias para os seus sequazes, festejou êsse casamento. No final, Viriato sacrificou aos deuses e saltando com a noiva para cima do seu cavalo, regressou de pronto ás montanhas.

O parentesco servia seguramente de fundamento, em grande parte, á organização social dos Lusitanos. Na época romana, as inscrições mencionam *gentilitates*, cuja base era a família, e é de crêr que em muitos castros se não reünissem senão indivíduos duma mesma família, tam escassa éra a sua área e reduzido o número de casas. Mas as unidades políticas são as pequenas comunidades, os castros e as *civitates*. A tríbu *(gens)* compreendia já várias comunidades.

As tríbus, porém, constituíam unidades etnológicas, não essencialmente unidades políticas, se bem que, freqüentemente, os seus elementos componentes tivessem interêsses associados. Os autores romanos designam, algumas vezes, as tríbus pelo nome de *populi*. O número de tríbus era elevado. Entre o Tejo e a costa setentrional, Estrabão mencionava nada menos de 50. O *Conventus Bracarum*, na época romana, contava 24 *civitates* ou comunidades e 275.000 *libera capita*, homens livres.

Nada se sabe sôbre o regíme de propriedade entre os Lusitanos, mas é de presumir que fôsse sobretudo familial ou comunial. Entre os Vaceus, existia o regime comunitário: segundo Diodoro, as terras eram repartidas todos os anos e as colheitas eram distribuídas pela comunidade.

Nalgumas regiões montanhosas do norte de Portugal, há ainda um regime comunista — talvez sobrevivência de remotos costumes — cujo estudo foi feito por Rocha Peixoto. No entanto, o que se sabe sôbre as riquezas de Astolpas, sogro de Viriato, permite supor que, pelo menos entre algumas tríbus lusitanas, havia a propriedade individual.

É de crêr que algumas tríbus do ocidente peninsular adoptassem nos tempos proto-históricos uma organização social totémica, mas dêsse facto não há outros vestígios mais do que as representações animalistas freqüentes e os factos a que aludimos, relativamente a um possível culto totémico da serpente.

A existência de classes sociaes depreende-se dos textos. Respeitavam-se as condições e as idades, como se infere da passagem, já mencionada, de Estrabão, relativa aos festins. Havia homens livres e escravos.

Sôbre a administração da justiça pouco se sabe. O roubo era uma ocupação corrente das tríbus das montanhas. Os Lusitanos eram simultâneamente pastores e salteadores. Sacrificavam os prisioneiros ou cortavam-lhes as mãos, pendurando a direita. Estrabão acrescenta que os condenados à morte eram lançados do alto dos rochedos e os parricidas lapidados diante das fronteiras.

Do regime político dos Lusitanos também pouco sabemos. Sem dúvida a cada comunidade presidia um organismo, cuja constituïção e funcionamento ignoramos. No sul e a leste da Península, aparecem monarcas hereditários, mas na Lusitânia a investidura na chefia suprema era por eleição e ditada exclusivamente pelas necessidades da guerra. Púnico, Césaro, Viriato, Táutalo, etc., pertencem ao número dêstes chefes guerreiros. O particularismo extrêmo das tríbus raro permitiu, porém, que elas se reünissem, em grande número, sob um mesmo chefe. O próprio Viriato que Roma, em dada altura, reconheceu como rei, nunca alcançou congregá-las todas sob o seu comando. Independentes, ora se aliavam momentâneamente para a defesa de interêsses comuns, ora se desligavam de qualquer solidariedade, indo mesmo freqüentemente ao ponto de se guerrearem umas às outras.

«Berrões» de Portugal (Olival dos Berrões – Moncorvo)
São filiados conjecturalmente na arte chamada ibérica

(Museu Etnol. Português)

O isolamento feroz das tríbus explica não só muitos episódios das guerras ibéricas e o facto de, a despeito de tam tenaz e heróica resistência, elas terem sido finalmente subjugadas pelos Romanos, como também o carácter precário do seu comércio e dos seus meios de comunicação. Falámos já nos seus processos de navegação. Dos primitivos veículos terrestes conhecemos apenas os restos dum carro de combate, encontrados na necrópole pre-romana de Alcácer do Sal, a representação dum carro num ex-voto de bronze, de Paredes, estudado por Eduardo de Freitas, e outra numa pedra do Museu Arqueológico de Madrid, descrita por Breuil. Avieno fala dum caminha que ligava a região de Lisboa a Tartessos. Outros haveria, mas foram os Romanos que estabeleceram no País uma rede de vias de comunicação e desenvolveram os meios de transporte.

Se, nas suas relações com os Romanos e com outros povos, os Lusitanos entraram por vezes em negociações diplomáticas e firmaram tratados, que, de resto, cumpriam mais lealmente do que aqueles seus cultos adversários, a verdade é que, na sua vida internacional, como em toda a sua vida pública, domina, como facto corrente, a guerra, de resto sua ocupação favorita.

A topografia e a arquitectura dos castros lusitanos obedecem essencialmente a um objectivo militar. Alguns castros serviam mesmo apenas de refúgio temporário em ocasião de perigo. O monte do Castelo de Penafiel, de que atrás se deu uma fotogravura, fornece um exemplo provável dum reduto dessa natureza, com as vertentes quási a pique, o acesso difícil e áspero, a área escassa. Outros, porém, eram de ocupação permanente, povoações mais ou menos extensas.

Da localização dos *castros*, *citânias e cividades* no alto dos montes dão conta, com os documentos arqueológicos, as fontes literárias (Avieno, Diodoro, Estrabão, etc.). Como já dissemos, a toponímia conserva também freqüentemente a tradição dêsses antigos povoados, devendo, no entanto, notar-se que, em muitos casos, às designações de *crasto*, *castelo*, *crestim*, *crestuma*, *cividade*, etc., que correspondem a essas localizações, o povo da actualidade não liga já qualquer significado. Noutros casos, porém, a tradição não se perdeu e, ás vezes, um rico *folk-lore* é pela imaginação popular adstrito a essas estações arqueológicas, povoadas de lendas, entre as quais prevalecem as de mouras encantadas.

Em geral, na vizinhança dos castros, no sopé do monte, serpeia um curso de água, que era quási sempre utilizado para o abastecimento do povoado. Alguns castros dispunham também de fontes e cisternas. O aqueduto que abastecia *Conimbriga* de água de Alcabidique, é de construção romana, mas um curso de água torrencial se encontra nas imediações dessa povoação.

A topografia natural e fortificações artificiais defendiam os castros dos assaltos de inimigos. Em geral, êles eram contornados por fossos, muralhas ou aterros, dispostos numa, duas, três ou até quatro linhas de fortificações, contínuas ou interrompidas nos trechos que as condições naturais (declive rápido, muralhas de penedia) tornavam menos acessíveis. Esta cintura defensiva coroava os cumes dos montes ou estava disposta a meio das suas encostas. No espaço mais ou menos vasto, delimitado por êsses redutos, encontravam-se as casas, a cuja forma, dimensões e arquitectura já fizemos referência. Nem sempre a pequenez das habitações traduzia um viver humilde. Grandes civilizações se desenrolaram, na antiguidade, em povoações formadas de casas pequenas e modestas, em que teriam vivido gentes que a História diz ricas. No entanto, os povoados castrejos eram geralmente pobres. No seu mobiliário nem leitos havia. Os Lusitanos dormiam no chão, cobrindo-se apenas com o seu manto negro. Porém a miséria não era geral. Embora as casas dos castros galegos sejam pequenas, a história fala, por exemplo, da «Galiza rica».

Os castros são menos freqüentes ao S. do Tejo do que a N. O seu número aumenta à medida que avançamos para o N. de Portugal e para a Galiza. É nestas regiões que a sua cultura aparece mais típica. Um recente estudo de Thurlow Leeds sôbre *Chun Castle*, em Penwith (Cornualhes, Grã-Bretanha) veio mostrar que não se limitaram ao território peninsular as manifestações da cultura castreja. Chum Castle é um verdadeiro *castro*, com dupla cintura de muralha e casas sub-circulares, aparecendo nas suas escavações fragmentos de cerâmica com estilizações de palmípedes, análogas às de Sabroso, Briteiros, Terroso, Arados, Santa Tecla, etc. O estudo doutros restos cerâmicos de Chum e de fíbulas do S O. da Inglaterra levou também o autor a admitir que teria havido difusões da cultura castreja do N O. peninsular para aquelas regiões, renovando-se assim um antigo tráfico. Se, como cremos, se não trata de relações intensas, nem por isso o mundo atlântico deixa, como anteriormente, de manter uma certa unidade nem, por outro lado, o isolamento das gentes ocidentais da idade do ferro é absoluto, perante outros países distantes. Facto interessante a registar é êste, sobretudo como restrição a opor a todos os que supõem poder encerrar em fórmulas unilaterais a história dos Lusitanos.

Alguns castros apresentavam um certo arranjo interior, na regularidade e factura dos

« Cidade Velha » de Santa Luzia (Viana do Castelo), um aspecto.
(Fotogr. do Museu Antrop. da Univ. do Pôrto)

seus arruamentos, na disposição das casas, etc. É o que se dá, por exemplo, na Citânia de Briteiros. Noutros é tudo mais confuso e sumário. As habitações aglomeram-se sem plano e as ruas não são calcetadas cuidadosamente nem constituem uma rede regular.

A indumentária e o armamento dos guerreiros lusitanos são conhecidos não só através dos achados arqueológicos, a que já nos referimos, como também por descrições minuciosas dos textos. Segundo Estrabão, usavam um pequeno escudo, de dois pés de diâmetro e côncavo anteriormente, que traziam suspenso do pescoço; vestiam cotas de linho, e por vezes cobriam-se com capacetes de couro. O mesmo autor diz que êles se serviam de punhal ou duma grande faca e que os peões utilizavam cnémides, dardos compridos ou lanças com ponta de bronze. O *sagum*, os adornos (torques, etc.), o escudo redondo e pequeno *(cetra)*, a adaga curta, as lanças só com a ponta de metal, os dardos todos de ferro *(soliferrea)*, o alfange curvo *(falcata* ou *κοπίς)* mesmo os capacetes cónicos, que deviam ser raros (pois, em geral, os Lusitanos andavam descobertos, esvoaçando os cabelos ao vento ou prendendo-os uma fita), aparecem, como vimos, nas estátuas e gravuras de guerreiros ou, alguns, como espécimes arqueológicos isolados.

Excelentes guerreiros, tanto a pé como a cavalo, enrijados por uma vida de lutas e exercícios corporais, os Lusitanos adquiriram, entretanto, uma fama especial como cavaleiros. Tito Lívio, Plutarco, Apiano e outros celebraram o valor dos cavaleiros lusitanos, que eram ajudados pelas qualidades dos seus cavalos. Êstes eram pequenos mas corredores e trepadores magníficos. Para exaltar a sua ligeireza, propagou-se a fábula de que as éguas das margens do Tejo e do país dos Vetões eram fecundadas pelo vento (Varrão, Sílio Itálico, Justino).

Entre as qualidades guerreiras dos Lusitanos avultavam a valentia, a coragem, a agilidade e o seu entusiasmo patriótico. Infelizmente, como já foi dito, faltavam-lhes a perseverança e a união, e na adversidade deixavam-se possuir pelo desânimo. Estrabão di-los hábeis para descobrir pistas e armar emboscadas. O seu valor na luta em campo aberto e em combate regular foi assinalado pelos autores, mas a sua estratégia habitual era a guerra de guerrilhas, que os Romanos consideravam desleal e deshonesta, chamando-lhe *latrocinium* e os guerrilheiros *latrones* ou *praedones*, mas que, como Schulten afirma, receavam acima de tudo porque ela lhes aniquilava os exércitos. Preferindo tomar a ofensiva à defensiva, os Lusitanos eram peritos nas emboscadas e surprezas. Na sua táctica, caracterizada principalmente pela mobilidade, pela rapidez e pelo imprevisto, figuravam como meios correntes: a alternância brusca do ataque e do recúo; a fuga simulada e imediatamente seguida de inesperada reviravolta ou de embuscada; os ataques repetidos e separados (« concursare »), que provocavam a inquietação, a desorientação e a fadiga do adversário; o corte dos abastecimentos ao inimigo; e, quando se pretendia obter ensejo para a fuga, o ataque por uma fracção do exército, que, subtraindo o resto dêste às atenções do adversário, lhe dava

tempo a fugir, geralmente por pequenos grupos que depois se reüniam de novo num logar previamente designado (1).

A ocupação permanente não era o objectivo destas guerras, as quais visavam antes o saque e o enfraquecimento ou destruïção do poder inimigo. As mais das vezes, nas suas lutas contra os Romanos, os Lusitanos iam combater fóra do seu território, não esperando que o inimigo lhes entrasse em casa. Só no final o teatro da guerra é a própria Lusitânia. Causa hoje admiração a narrativa de algumas dessas expedições, tam longe elas os levaram da sua pátria, sendo tam precários os pontos de apoio e os meios de ligação e transporte de que dispunham.

Como em todos os povos num idêntico nível cultural, os Lusitanos marcam o seu papel histórico sobretudo como guerreiros ciosos da independência pátria, insubmissos perante o poder e a cultura de invasores. Ao contrário dos Tartéssios e Turdetanos, pacíficos e fàcilmente influenciáveis por estranhos, êles mantêem tenazmente durante séculos a sua rebeldia indomável.

É de crêr, como já dissemos, que os Cartagineses, por afinidades étnicas, por diversidade de processos expansivos adoptados, por uma política imperialista de vistas mais modestas, menos ambiciosas, menos absorventes, ou por qualquer outra razão, não tivessem encontrado uma oposição forte nos indígenas.

No século IV a. C., como se depreende do tratado romano-cartaginês de 348, é cartaginesa a costa peninsular desde as vizinhanças de Gades, no sul, até Mástia ou Cartago Nova, no nordeste, mas é possível que a influência mercantil e cultural dos Cartagineses se estendesse mais àquém de Cádiz, no ocidente, como testemunham alguns documentos arqueológicos, especialmente certos objectos de Alcácer do Sal.

No século III o poderio cartaginês tem uma fase de decadência até 237, mas, de então a 218, os Bárquidas reconquistam e ampliam as possessões púnicas e, como já foi referido, os seus exércitos, como de-certo os seus mercadores, embrenham-se, sem oposição de vulto — a não ser a de poucos povos, como os Vaceus (Tito Lívio) — , nas montanhas da Meseta, na Lusitânia e na Celtibéria. Tudo permite, porém, crêr que não se efectuou uma ocupação permanente nem uma verdadeira conquista.

Embora a perseguição dos rebanhos que os textos (Tito Lívio) dizem ter ali sido efectuada pelas hostes de Aníbal, não constituísse de-certo um estímulo à amizade dos povos da região, depreende-se que as relações entre indígenas e Púnicos não eram, em geral, hostís, da existência de mercenários ibéricos nos exércitos de Amílcar e de Aníbal. Os Celtiberos, os Calaicos, os Lusitanos, etc., são expressamente mencionados, como vimos já, entre as tropas cartaginesas que, em 218 a. C., combatem em Itália contra os Romanos. Em 217, Asdrúbal vem à Lusitânia, donde depressa volta ao Ebro.

Por entre as alternativas da luta entre Cartagineses e Romanos na Península Ibérica, os segundos chegam à Bética, pelo litoral, em 214 a. C., submetendo os Turdetanos, mas, dois anos depois, o poderio romano recua de novo para o N. do Ebro, para avançar outra vez, outros dois anos decorridos, com a conquista de Cartago Nova. Em 206 os Romanos estendem a sua ocupação por toda a Andaluzia, até ao norte do Guadalquivir, e acaba o poderio cartaginês na Península, parte da qual é convertida numa província romana. Assim, pois, os Cartagineses, que tinham restaurado na segunda metade do século III o seu domínio peninsular, perdem-no completamente antes de finalizar êsse século.

A arqueologia mostra-nos por vários documentos, muitos dos quais já referidos, a extensão da influência cartaginesa no nosso território: vários objectos de Alcácer, as contas de vidro esmaltado de Bensafrim e de outros pontos, algumas peças cerâmicas ibero-púnicas, numismas (2), etc., atestam essa in-

---

(1) O magnífico estudo de Schulten sôbre a estratégia lusitana é fundado nos depoïmentos múltiplos de variados textos. Dêsse estudo, que figura no livro *Viriato*, extraímos a resenha sintética que, sôbre o assunto, damos no texto.

(2) Uma moeda do castro da Curvaceira, Alenquer, descoberta pelo sr. Francisco Raposo Sousa de Alte, foi pelo sr. Prof. Damião Peres, determinada como da série hispano-cartaginesa de Cartago Nova (236-206 a. C.). Falando de moedas, preencherei uma omissão na referência atrás feita a moedas gregas antigas, encontradas na Serra do Pilar, perto do Pôrto, numas

fluência, que foi, porém, muito mais intensa no sul do que no norte, onde nunca foi profunda. Nem por isso o papel histórico e mesmo cultural dos Cartagineses na Península se deve considerar desprezível. Êles deviam ter contribuído para o estreitamento de relações entre os povos indígenas, como se acentuou a respeito da difusão da cerâmica chamada ibérica, e porventura estimularam as populações no seu amor da liberdade, na sua preparação e organização militar, na sua relutância à soberania romana, se bem que alguns povos ibéricos, como, por exemplo, os Celtíberos, tivessem servido como mercenários ora nas hostes púnicas ora nas hostes latinas.

Instalados na Bética, onde já em 206 o procônsul Scipião destruíra a cidade de Iliturgi, os Romanos constituem uma séria ameaça para a Lusitânia, mas a vizinhança lusitana não era também, para êles motivo de tranqüilidade (1). Entretanto, as tentativas de penetração romana a partir das colónias litorais fizem-se primeiro no território celtibérico e na bacia do Ebro do que nas terras lusitanas. Em 195 o cônsul Catão começa a luta com os Celtiberos, e, poucos anos depois, as tríbus da Lusitânia meridional atravessam o Guadalquivir, entretanto também na luta, que termina em 179 com os êxitos militares e diplomáticos de Semprónio Graco em relação aos Celtiberos.

Das incursões lusitanas no meio dia espanhol só há notícia desde 193. Não lhes bastava, para as suas expedições de pilhagem, a terra fértil dos Cónios, o actual Algarve. Atravessavam o Guadiana, transpunham o Guadalquivir, percorriam todo o vale dêste, atacavam cidades, iam até à Bastetânia, não poupavam os antigos entrepostos fenícios do sul da Península.

Em 193, Públio Cornélio Scipião vence-os junto de Ilipa, na Bética quando voltavam duma expedição de saque. Em 191 êles derrotam e põem em fuga, a seu turno, na Bastetânia, Emílio Paulo, a quem matam seis mil homens, mas pouco tempo depois, são por êste vencidos. Em 186 estão de novo em guerra com os Romanos e seus aliados, sendo batidos por C. Atínio nas vizinhanças de Asta, cidade turdetana. Há novos combates em 185, sendo, ao que parece, os Lusitanos vencidos fóra do seu território. Até 179 há socêgo quási perfeito, mas nessa data Postúmio Albino vence os Vaceus e os Lusitanos.

Uma calma relativa existiu, porém, entre 178 e 154, não talvez sem alguns revezes para os Romanos. Mas a situação era de equilíbrio instável. Os dois inimigos ofereciam perigo mútuo. Os Romanos não estavam tranqüilos com essas tríbus tão irrequietas e insubmissas, nem abdicavam dos seus intuitos expansivos e absorventes. Os Lusitanos sentiam a ameaça permanente do estrangeiro culto, poderoso e imperialista, e não se resignavam ao duro regime de tutela que êle lhes queria impor. Além disso não abandonavam as suas expedições de saque, sobretudo à Bética.

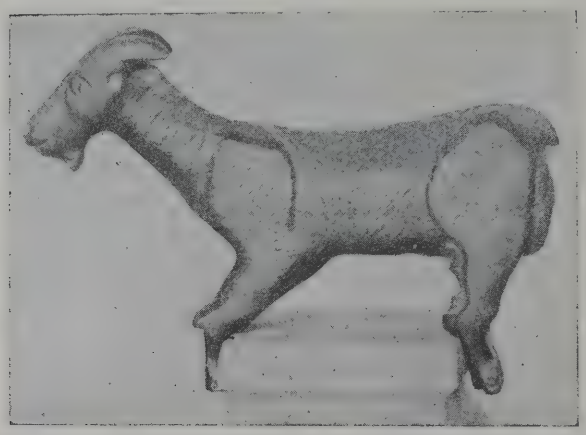
Aliados com os Vetões, os Lusitanos desencadeiam em 154 um violento ataque contra os Romanos. Sob o comando de Púnico e, mais tarde, de Césaro, atacam os Bástulo-

---

escavações, e pertencentes ao sr. W. Tait, que amàvelmente me proporcionou a sua notícia. Segundo a determinação do sr. E. Allen e a opinião de Carpenter, ambas são duma fase antiga dos tempos helenísticos (cêrca de 300 a. C.). Uma é ateniense, a outra tem a efígie de Alexandre Magno, mas provàvelmente foi cunhada depois da morte do soberano nela figurado. Segundo uma carta de Carpenter ao sr. Tait sôbre o assunto, é de crêr que essas moedas tivessem sido levadas para aquela região de Portugal pelo tráfico cartaginês.

(1) As fontes principais para a história das guerras entre Lusitanos e Romanos são Apiano, Tito Lívio, Diodoro de Sicília e Plutarco. Infelizmente grande parte do texto de Lívio não chegou até nós. É apenas conhecido através de sumários feitos antigamente, Quanta luz derramaria para a nossa história antiga a descoberta dêsses livros perdidos! Anunciou-se há tempos a sua aparição em Itália, mas foi desmentido o facto. No livro de Schulten *Viriato* (trad. portug., Pôrto, p. 21 e notas finais) e nas *Religiões da Lusitânia*, de Leite de Vasconcelos (t. III, p. 100 e segs.) vem, como noutros livros, citada larga bibliografia sôbre a conquista romana e sôbre Viriato. André de Rezende, Bernardo de Brito e outros historiógrafos dos sec. XVI e XVII trataram largamente o assunto mas nem sempre as afirmações de alguns merecem confiança. Sôbre a cava de Viriato, vd. além da bibliografia citada nas *Religiões*, (p. 125 de vol. III, nota 2) o vol. I do trabalho do sr. Maximiano de Aragão sôbre *Viseu* e as linhas que escrevemos no prefácio do livro citado de Schulten (pp. 13 e 14). Para a narração dos feitos viriatinos, utilizámos especialmente a biografia traçada nêste último livro.

-fenícios e vencem por fim os Romanos, dos quais zombam. Comandados por Caucênо, saqueiam a terra dos Cónios, aos quais tomam a cidade de Conistorgis, de localização hoje ignorada, passam á África junto das co-



(Cl. E. Cerdeira)

Cabrinha de Bronze (Mértola)

Arte indígena

(Museu Etnol. Português)

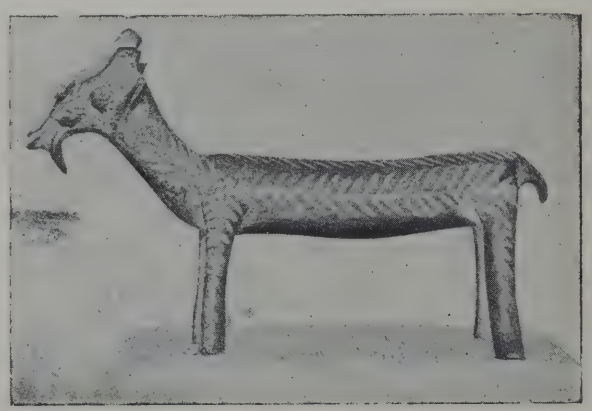
lunas de Hércules, vão até Ocilis (Arzila), dezenas de kilómetros ao S. do Estreito, e depois de terem batido, em sucessivos combates, as tropas romanas, são, enfim, ali detidos na sua marcha assoladora.

O poderio romano na Península encontra-se em sério perigo com as vitórias lusitanas. Sob o pretexto duma violação dos tratados de Graco com a fortificação, em 153, da cidade de Segeda pelas tríbus dos *Belles* e dos *Titti*, abrem-se de novo as hostilidades entre os Romanos e os Celtiberos. Aquelas tríbus aliam-se com os Arevacos, que fazem da sua capital, Numância, um heróico baluarte contra os exércitos de Roma, os quais só viriam a aniquilar o poderoso reduto em 133. Nobilior é derrotado mais duma vez pelos Celtiberos, e Marcelo, seu sucessor, consegue fazer a paz, firmando em 152 um tratado com os adversários. A guerra recomeçaria, porém, nove anos depois.

Entretanto, nem o pretor L. Múmio, nem, o seu sucessor, Marco Atílio Serrano, nem outros chefes haviam reduzido os Lusitanos á obediência, a-pesar-de alguns combates favoráveis. A rebelião lusitana continua durante anos seguidos, embora em condições mais desfavoráveis logo que os Romanos, pelo tratado de 152, se vêem temporàriamente livres do pesadelo celtibérico. Sérvio Galba, governador da Ulterior, auxiliado por Luculo, que tinha o govêrno da Citerior, faz aos Lusitanos uma guerra desleal e sem tréguas. A intriga e a traição vinham em socorro das armas romanas, exaustas e destroçadas pela valentia lusa. O adversário civilizado e poderoso recorria a processos indignos na luta contra êsses guerrilheiros incultos, mas bravos e leais. Não seria a última vez que tal faria, numa triste antecipação do maquiavelismo.

Tendo prometido terras aos Lusitanos, Galva obteve assim, em 150, que êles, confiantes, consentissem em ser desarmados e separados em grupos. Uma vez realizada essa tarefa, as tropas romanas cercaram-os e massacraram-os sem piedade. Poucos conseguiram fugir á infame carnificina. Um dos sobreviventes era Viriato, que dêsse massacre tiraria útil ensinamento para futuro.

Nem por tais meios esmorecera a resistência lusitana, se bem que, pelo menos desde 151, já os Cónios eram súbditos de Roma. Em 147 vemos os Lusitanos fazerem uma expedição ao vale de Guadalquivir. Batalha-



(Cl. E. Cerdeira)

Cabrinha de bronze (Évora)

Arte indígena

(Museu Etnol. Português)

vam então contra fôrças muito mais numerosas, comandadas pelo pretor Cáio Vetílio. Vencidos e cercados por êste, tinham já entabulado negociações com êle e obtido a pro-

CARTA DO TEATRO DAS GUERRAS VIRIATINAS (SEGUNDO SCHULTEN)

(A escala indicada na carta foi um pouco reduzida)

messa de terras, quando surgiu Viriato, um pastor e salteador que escapara da matança de Galba, a dissuadi-los de fechar qualquer tratado com um inimigo desleal que nada cumpriria. Evocou a perfídia de Galba e de Luculo, propôs-se salvá-los da sua crítica situação. Foi ouvido. Designado como chefe, tomou as providências, que se lhe afiguraram convenientes, para libertar as hostes lusas do apêrto em que elas se encontravam. Usou então da táctica que tantas vezes surtiria êxito: ataques dispersos e bruscos por pequenos grupos, enquanto êle, com mil cavaleiros escolhidos, concentraria sôbre si próprio as atenções do inimigo. A ofensiva deu resultado. Os Romanos, que contavam com a rendição, deixaram romper as suas linhas em vários pontos, sob a ofensiva inesperada, e viram-se impossibilitados de seguir todos os pequenos grupos que, em direcções divergentes, se escapavam por montes e vales, enquanto, na planície andaluza, a cavalaria de Viriato atraía os adversários, em alternativas de ataque e de fuga, até dar tempo a que os fugitivos se encontrassem longe. Ao fim de dois dias de escaramuças, o punhado de cavaleiros foi, sem que o inimigo desse por isso, reünir-se aos compatriotas num logar prèviamente combinado, Tríbola.

Estavam assim inutilizadas as esperanças que os Romanos tinham podido acalentar com a vitória. Para cúmulo, Viriato não se con-

tentara com a salvação tam hábil do seu exército e fôra armar, num estreito desfiladeiro da Serra de Ronda, onde os adversários iam passar, uma emboscada, para a qual os atraíu com algumas fôrças, pelo mesmo processo alternante do ataque e da fuga. Os Romanos, perseguindo-o, caíram na armadilha. Uma vez internados no desfiladeiro, viram-se cercados e atacados. Eram dez mil. Quási metade morreu, alguns foram feitos prisioneiros. Vetílio, aprisionado, é morto. Pouco mais de metade do exército fugiu para o extrêmo meridional do país, para Carteia, onde se entrincheirou e de onde pediu socorro à província Citerior. Um exército de *Belles e Titti*, enviado para tal efeito, foi, porém, completamente aniquilado por Viriato. Nem um só homem escapou, e, passando a NE., à Carpetânia, o caudilho, que se assenhoreara de facto da província Ulterior, começara a estender o seu poder à Citerior, levando bem longe da sua pátria as suas expedições guerreiras.

Aquelas operações hábeis e vitoriosas grangearam-lhe por toda a parte um extraordinário prestígio. Apareciam-lhe constantemente novos soldados e adesões novas. No entanto, muitas tríbus hispânicas não saíam do seu isolamento habitual para se congregarem sob a bandeira do chefe lusitano. Não se estabelecia uma unidade análoga à que Vercingetorix alcançou na Gália. Só em 143, isto é quatro anos depois, viria a estalar a nova revolta celtibérica.

Entretanto, Viriato bate em 146, pelo processo da fuga simulada com retôrno ofensivo no momento oportuno, C. Pláucio, que dispunha de 10.000 peões e 1.300 cavaleiros. Entrincheirado na montanha de Venus (que Schulten identifica conjecturalmente com a Serra de S. Vicente, entre Toledo e a Serra de Gredos), derrota de novo, Pláucio que o ataca debalde no seu reduto. A fuga do comandante romano foi tam precipitada que o historiador antigo diz, com ironia, que êle foi invernar em pleno verão.

A despeito de tam assinalados triunfos do caudilho lusitano, algumas tríbus, como os Vaceus, não lhe davam solidariedade. Na Carpetânia, toma êle a capital, Segóbriga, por um estratagema: a surprêsa após uma retirada simulada. A sua esfera de acção ampliara-se até às alti-planícies da Mancha.

As suas victórias contra Roma não findavam: em 146 e 145 derrota, respectivamente, Cláudio Unímano e Cáio Nigídio, governadores da Citerior. As façanhas heróicas sucedem-se. Roma, inquieta, toma medidas excepcionais. Envia como cônsul, com poderes extraordinários e mais duradouros, Fábio Máximo, irmão de Scipião, que sacrifica a Hércules em Gades, pedindo o favor dos deuses para a campanha que vai iniciar contra um adversário tam perigoso. Nem por isso os primeiros recontros lhe são favoráveis, o que o leva a desistir duma acção imediata, passando o primeiro ano do seu consulado (145) na preparação para a ingente luta, adestrando as suas tropas e habituando-as, em ligeiras escaramuças, ao contacto com o inimigo. Entrementes a Bética continuava, como antes, por assim dizer nas mãos de Viriato.

Em 144, porém, Fábio obriga os Lusitanos a abandonarem quási todo o vale do Guadalquivir e a refugiarem-se em Bécula, a nordeste. O seu sucessor, Q. Pompeu, não parece ter sido feliz. Viriato animou-se a ir atacar o pretor Quíncio na Citerior, mas, batido, voltou a refugiar-se na montanha de Venus. Efémera vitória foi essa para os Romanos, pois, tendo êles perseguido Viriato, êste inflingiu-lhes uma derrota, em que perderam mil homens e que obrigou Quíncio a refugiar-se, muito a sul, em Córdova. A boa estrêla das armas lusitanas mantinha-se. Quíncio não ousava mexer-se do seu refúgio, e Viriato, apenas incomodado por algumas investidas de C. Márcio, instalara-se, a SE., em Tucci, donde dominava quási toda a região, levando as suas expedições de saque à região dos Bastetanos, no SE. peninsular.

É o instante mais crítico para a conquista romana, porque em 143 se desencadeia simultâneamente, provocada por Viriato, a guerra celtibérica, que só acabaria em 133 com a destruïção de Numância. Infelizmente, os Celtiberos não unificam os seus esforços com os de Viriato, submetendo-se á sua chefia ou obedecendo a um plano comum. Assim, passados os anos de 143 e 142, os Romanos decidem-se a investir na Bética com os Lusitanos. O novo cônsul, também da família dos Scipiões, Serviliano, ataca os 600 homens de Viriato em Itucca. Num dos recontros, os Lu-

sitanos simulam a fuga e retrocedem bruscamente contra os seus perseguidores, matando três mil e obrigando os restantes a retirarem para Itucca. As hostes viriatinas estavam, porém muito dizimadas e sem mantimentos, pelo que regressaram à Lusitânia. Serviliano saqueou varias cidades andaluzas que se tinham pronunciado a favor de Viriato, e fez uma incursão na região dos Cónios. Quando procurava avançar contra a Lusitânia, foi detido e vencido por dez mil insurrectos chefiados por Cúrio e Apuleio, cuja aparição e cujos nomes latinos levam Schulten a concluir, respectivamente, que nem todas as tríbus da região estavam sob o comando de Viriato e que a deserção se havia manifestado entre os súbditos romanos.

Tendo Serviliano cercado a cidade andaluza de Erisane ou Arsa, Viriato, surgindo inesperadamente, entrou de noite na cidade sem que o inimigo houvesse dado conta da sua presença, e de manhã atacou imprevistamente os Romanos, que, aterrados, debandaram. O grosso do exército, encurralado pelas fôrças lusitanas, ficou á mercê destas. Mas, quando se podia esperar um golpe decisivo, o aniquilamento completo dos seus inimigos, Viriato mostra-se generoso e, a troco de promessas, deixa são e salvo o adversário, que aliás, em conjunturas análogas, não tivera egual proceder.

Em Roma teceram louvores a essa clemência, sendo sancionado o tratado e concedido ao caudilho o título de «amicus populi Romani» que significava implicitamente o seu reconhecimento como rei.

Efémera foi, porém, a paz de que disfrutaram os Lusitanos. Os Romanos não ocultavam o seu pouco desejo de cumprir um tratado que reputavam injurioso para o orgulho nacional. Servílio Cepião, irmão de Serviliano, que em 139 é colocado à frente da província, obtem facilmente do Senado permissão para provocar Viriato com vexames vários, levando-o a romper a paz, mas, como o processo não surtisse êxito consegue que o Senado, desmascarando-se e revelando menos linha moral do que aqueles que diziam bárbaros e ladrões, rasgasse o tratado e autorizasse de novo a guerra contra os Lusitanos. Forçado pela superioridade numérica dos adversários, Viriato abandona a Andaluzia e refugia-se na Carpetânia. Perseguido por Servílio, alcança esquivar-se-lhe, atacando com fôrças escolhidas o adversário, enquanto o resto do exército se põe a salvo, e aguardando depois em local combinado o resto das forças.

Servílio Cepião invade os países dos Calaicos e dos Vetões, aliados dos Lusitanos. Inicia-se a penetração romano ao norte do Tejo nas regiões montanhosas. Um acampamento permanente, «Castra Servília», é edificado pelo general romano nas cercanias de Cáceres, entre o Guadiana e o Tejo. Com o Consul Pompílio Lenas, da Citerior, combina um ataque convergente a Viriato. Cepião, perante o inimigo, tem, porém, de lutar com a indisciplina das suas tropas.

Mas, cansados e sentindo a sua inferioridade, os Lusitanos encontravam-se desalentados, era o desfalecimento na adversidade, de que fala Diodoro. Viriato é coagido pelos seus a entabular com Lenas e Cepião negociações para a paz. Acede a muitas exigências dos Romanos, como a morte dalguns Lusitanos mais notáveis, entre os quais Astolpas, seu próprio sogro, e a entrega doutros, aos quais os Romanos cortam as mãos, costume lusitano que não tinham já desdenhado adoptar noutras ocasiões. Mas as exigências redobram e Viriato vê-se forçado a suspender as negociações com Lenas. Porém, depressa o seu povo o levaria a reatar essa tarefa diplomática, utilizando como intermediários junto de Cepião três amigos seus, Audas, Ditalco e Minuro. O chefe romano instiga-os, com dádivas e promessas, ao assassinato do caudilho, e consegue que êles pratiquem o crime quando o chefe lusitano estáva dormindo na sua tenda. Reclamam em 138 o prémio da traição, mas Roma recusou-lho. O Senado não sancionou a combinação feita, a-pesar-da sua profunda decadência moral.

Assim, pela mais negra perfídea, por um crime detestável de sicários peitados secretamente pelo adversário forte e culto, cai para sempre o gigante e, com êle, declina a boa estrêla dos Lusitanos.

Chefiados por Táutalo, êstes ainda lutam por algum tempo, mas a perda do comandante glorioso criara nêles o mais profundo desânimo. Diodoro e Apiano descrevem as homenagens imponentes e comovidas que foram prestadas pelos compatriotas à memória do herói. Já nelas falámos a propósito

das cerimónias fúnebres entre os Lusitanos.

As hostes do novo chefe renderam-se a Cepião, depois duma resistência pouco duradoura. A penetração romana na Lusitânia ia começar em condições mais propícias, embora ainda raramente pacíficas. Até aí os Lusitanos tinham combatido quási sempre fóra do seu território, às vezes mesmo muito longe dêste. Os seus brados de guerra tinham soado na planície andaluza, nas montanhas de Castela, no planalto manchego, nas terras adustas de África, talvez nas costas hispânicas do S E. As legiões, pretores, cônsules, o povo romano, tremiam de medo e de raiva impotente perante êsse punhado heróico de guerreiros bárbaros que, de cabeleira ao vento, altivos, audaciosos, apareciam e desapareciam numa mobilidade que desorientava e que se esquivava aos golpes mais violentos, convertendo os planos de ataque dos adversários na própria ruina dêstes.

Com a morte de Viriato não findara entretanto a epopeia dos castros. A resistência ainda surgiria muitas vezes, aqui e ali, dificultando a conquista, sobretudo nas montanhas do norte. Cada castro é um reduto formidável da liberdade pátria. O heroísmo das mulheres brácaras fica na história. Não soltavam um queixume, no mais vivo da carnagem. Estava isso na tradição das mulheres lusitanas, que incitavam os homens ao combate e os animava na luta.

No cêrco de Cingínia às propostas de Bruto para a entrega mediante um tributo pesado, os habitantes respondem que os seus antepassados lhe haviam legado armas para defender os seus lares e não ouro para saciar um inimigo avarento. Mas a relativa unidade de esforços que Viriato alcançara, quebrara-se. Apenas se restabeleceria em 81 com a rebelião de Sertório. Então, porém, a chefia não é indígená, e Sertório, súbdito revoltado de Roma, colabora mais eficazmente na romanização da Lusitânia do que o próprio Décio Bruto, que de armas na mão, tinha subjugado a patriótica rebeldia lusa. Os costumes romanos divulgam-se então, mais do que nunca, no país.

A personalidade de Viriato foi justamente enaltecida, até pelos próprios autores latinos, não apenas pelas suas raras qualidades de chefe militar, mas pelas suas características morais e políticas. Forte, valente, decidido, hábil, dotado duma admirável visão estratégica e de magníficos recursos tácticos, êle possuía também faculdades excelentes de sugestão, que revelou na acção exercida sôbre os seus homens, e ao mesmo tempo, patenteava, através da sua rudeza nativa, os melhores sentimentos de justiça, generosidade e desinterêsse. « Orgulhosamente persuadido do seu próprio valor e da sua missão, escreve o seu biógrafo germânico, e excedendo os outros, a quem muitas vezes incomodava, Viriato era, como Sertório, um homem solitário. Nada para admirar que se iludisse sôbre aqueles que mais de perto o rodeavam e fôsse assassinado exactamente por aqueles que julgava os seus melhores amigos ».

« Involuntàriamente—continua Schulten—tomamos partido por Viriato contra Roma. Vemos como um grande povo civilizado aniquila, pelos meios mais baixos, um pequena tríbu bárbara. A vida de Viriato é, toda ela, um tremendo libelo contra Roma ».

A glória do caudilho, imortalizada por historiadores e poetas, inunda duma claridade triunfal a primeira página da história portuguesa. Dá-la como fabulosa, apócrifa ou fictícia é renegar injustificadamente um legítimo título de orgulho nacional. A guerra viriatina é uma previsão explêndida do que, com as suas virtudes e com os seus defeitos, pode realizar o povo português, sob uma direcção prestigiosa, enérgica, esclarecida, honesta e patriótica.

A biografia de Viriato pôde reconstituir-se sôbre fontes relativamente numerosas e insuspeitas. É uma das mais gloriosas figuras da história antiga, comparável a Aníbal, a Sertório, a tantos outros grandes capitães. Nenhuma representação ficou da sua figura corporal. Pretendeu-se mesmo errôneamente, dado o étimo de seu nome, que êste seria não um nome próprio, mas um nome comum ou uma simples alcunha, que, segundo aquela etimologia, significaria « portador de braceletes ». Mas o nome de Viriato era freqüente na antroponímia lusitana e o uso de braceletes era demasiado banal para que servisse de distintivo. Além disso não se compreende que os textos, relativamente pormenorizados na descrição dos seus feitos e da sua per-

(Cl. do autor)

CAVA DE VIRIATO, EM VIZEU

Parte da muralha, no sector N E., vista do lado interno.

sonalidade, tivessem omitido o seu próprio nome.

Os nossos humanistas do Renascimento não menosprezaram a memória de Viriato, cujo elogio lhes fôra transmitido pelos autores antigos e êles reeditaram patrióticamente.

Camões, nos «Lusíadas», fez-lhe justiça em versos imortais e reivindicou-o com razão para o nosso Panteão de glória. Errôneamente o épico, como outros, busca a etimologia do seu nome na palavra «vir», que traduziria a sua personalidade de varão forte e assinalado.

Parece que se começou então também a designar com o nome de «Cava de Viriato» um amplo entrincheiramento existente em Vizeu, mas há motivo para crer que se trata dum acampamento construído pelos Romanos depois da morte do caudilho, talvez por Bruto Calaico quando, em 138, percorre a Lusitânia na sua tarefa pacificadora, ou já no século I a. C., pelas legiões de Augusto, então em luta com os povos do setentrião da Península e que nesta região pacificada teriam constituído um sólido aquartelamento, sempre receosas de surprêsas dos naturais.

De planta octogonal regular, como se depreende dos lanços de muralha ainda conservados, a Cava é limitada por uma alta parede de terra, exteriormente á qual havia um fôsso, de que restam ainda alguns trechos. A área do entrincheiramento é de cêrca de 38 hectares e o perímetro de mais de 2 kilómetros. A localização da Cava e a sua forma regular não correspondem aos tipos freqüentes das fortificações indígenas pre-romanas, entre as quais nada há de semelhante. Se bem que a sua forma não corresponda também inteiramente à descrição dos acampamentos romanos feita por Políbio, a importância da construção, a sua regularidade, mesmo a sua situação topográfica, não estão em desacôrdo com a importância e as tradições da organização militar dos Romanos e com as necessidades da sua ocupação do território, que, desde o fim da época romana até á data em que primeiro aparece mencionada a Cava em documentos históricos (final dos tempos medievos), não foi teatro de esforços militares de análogas importância e características ou aos quais a história e a tradição pudessem atribuir com probabilidade a orígem do célebre acampamento.

(Cl. do autor)

CAVA DE VIRIATO

No início das escavações de 1925. Ao fundo a muralha.

O sr. Henrique José das Neves emitiu a hipótese de que as trincheiras e fossos de maior vulto teriam sido construídos pelos Cristãos no tempo de Fernando Magno (século XI), para aí se defenderem das incursões sarracenas. Acrescenta, porém, que talvez houvesse já um entrincheiramento anterior, lusitano, mais modesto, que teria sido ampliado.

(Cl. do autor)

CAVA DE VIRIATO

O «Poço da Cava», um dos restos do antigo fôsso. Vê-se o arvoredo reflectir-se na superfície da água estagnada. A base da muralha é à direita, onde está sentado um rapazito.

A tradição de que os habitantes de Vizeu se refugiaram, no tempo de Fernando Magno, dentro da Cava, não é inverosímil. Mas uma obra de tamanho vulto e de tal índole estava melhor dentro dos planos estratégicos e da capacidade construtiva das legiões romanas, que, muitos séculos antes, se tinham entregado à dura tarefa de subjugar êste território. E não se compreenderia que, poucos séculos depois dos tempos de Fernando Magno, se tivesse obliterado totalmente a notícia da edificação duma tal fortaleza, a ponto de ser esta ligada à tradição viriatina.

Em Setembro e Outubro de 1925 fiz escavações na zona norte-oriental da Cava, onde ainda não existem casas. Os resultados foram, dum modo geral, negativos, nada aparecendo de típico e mostrando-se que o entrincheiramento devia ter tido uma ocupação transitória. Apenas, fora da Cava, atravessando a ribeira de Santiago e deixando o caminho da aldeia assim chamada para subir para NE. ao outeiro da Lage, onde está a pirâmide geodésica, encontrei, numa pequena área, alguns restos de ocupação romana, que, como outros que se encontram em eminências castrejas que circundam a Cava, podem muito bem não estar em relação directa com esta.

São hoje consideradas apócrifas algumas pretensas inscrições que teriam sido encontradas dentro da Cava, segundo antigos historiógrafos portugueses.

Em 1887, por ocasião da demolição duma parede na Rua João Mendes, em Vizeu, a algumas centenas de metros da Cava, apareceu num cipo funerário uma inscrição do teor seguinte:

ESAE. VIRIATIS
NORVM. XXX
ONCINVS. REB
MATRI. F. C.

Tratar-se-ia talvez dum monumento erguido por Loncinus Reburrus á memória de sua mãe, Cesa, serva de Viriato. Mas êste último nome era, como dissemos, freqüente na Lusitânia. Martins Sarmento encontrou na Citânia de Briteiros uma inscrição com as palavras: ATVRO VIRIATI.

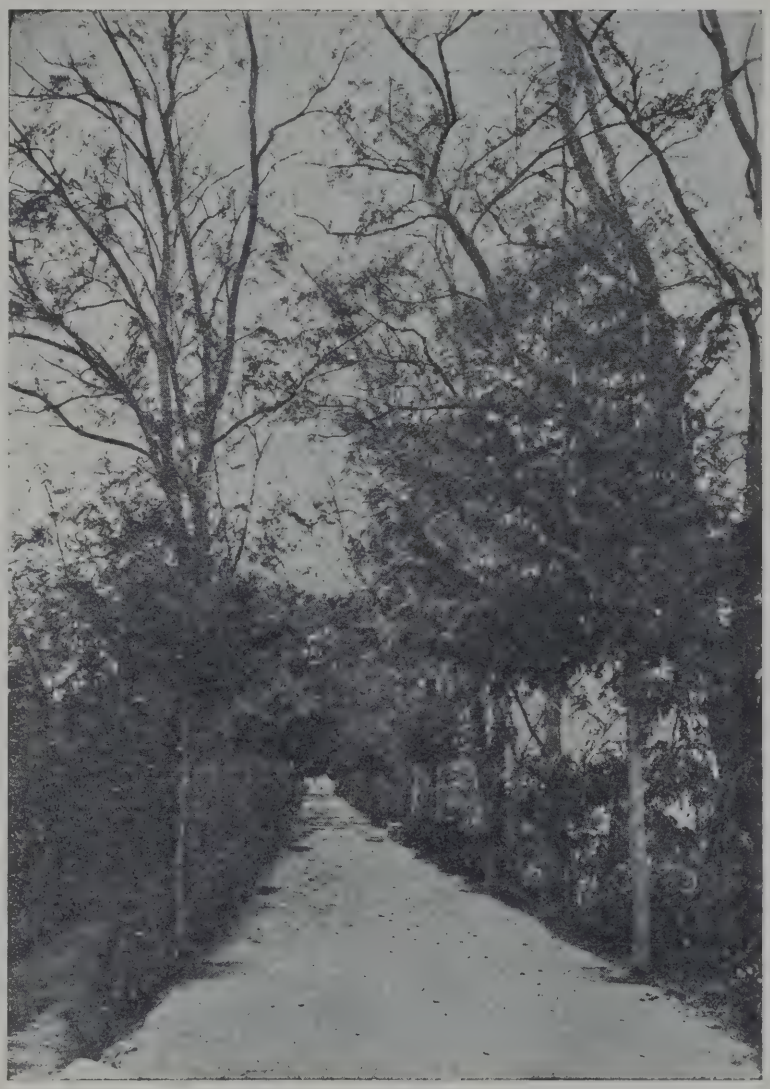
Um inquérito, a que procedi, junto de proprietários e moradores do interior da Cava, sôbre possíveis achados ali realizados, sobretudo ao cavar alicerces, abrir poços, etc., foi quási de todo negativo, sendo, pois, algo de estranhar que textos antigos registem que de edificações da Cava foi utilizada pedra em construções dos arredores de Viseu e que lá havia ainda muita no século XVII. Apenas o sr. Henrique Guedes de Melo me informou de ter sido ali, em tempos, achada uma moeda de prata, que me emprestou e que o sr. dr. Rui de Serpa determinou como sendo romana, da família Vocónia (41-37 a. C.). Êste achado revelaria uma ocupação em data posterior à ex-

pedição de Décimo Bruto, mesmo à insurreição de Sertório, às campanhas de César e à guerra civil entre César e Pompeu. Entretanto não anula a hipótese duma edificação antes do séc. I a. C., e torna, por outro lado, menos crível a da construção numa data posterior à ocupação romana. De resto, é possível que, mesmo depois daquelas guerras, a Cava tivesse servido de abrigo mais do que uma vez, embora sempre com pequena demora. É bem de supor que nas suas lutas contra os Cantabros, Ástures e alguns Calaicos, as legiões de Augusto, ao atravessarem esta região da Lusitânia, então já pacificada, utilizassem a Cava mais do que uma vez para seu acampamento.

Pretendeu-se que teria aparecido em Belas a sepultura de Viriato. João de Barros, que tal afirma, diz que vira ainda a inscrição da lápide tumular. A inverosimilhança da legenda conjuga-se com a facilidade com que os nossos antigos eruditos inventavam patranhas patrióticas, sendo assim para pôr de parte tal versão, como outras análogas.

A fama do caudilho perpetuou-se não só na história, mas também na lenda e na poesia. Várias terras disputaram a honra de lhe terem sido berço, que provàvelmente se deve imaginar nos Montes Hermínios (Serra da Estrêla) ou nas imediações. Além da Cava, falou-se num «Caminho de Viriato». A fantasia erudita, a emoção poética e a imaginação popular teceram em tôrno do herói lendas de viva devoção nacionalista.

Só agora reveladas pelas evocações arqueológicas, nações fortes e culturas notáveis tinham florescido nas plagas atlânticas, segregadas ao conhecimento do mundo oriental pela espêssa muralha da distância. Veio uma decadência secular, que apagou o brilho antigo e fez cair no olvido o valor e as conquistas dos remotos antepassados. Mas não se quebrara jámais, de todo, a continuidade de raça e de certos elementos culturais. A individualidade étnica exigia individualidade política. As ener-



(Cl. «Arte e Natureza em Portugal»)

CAVA DE VIRIATO

Parte superior dum lanço de muralha transformado hoje em passeio público.

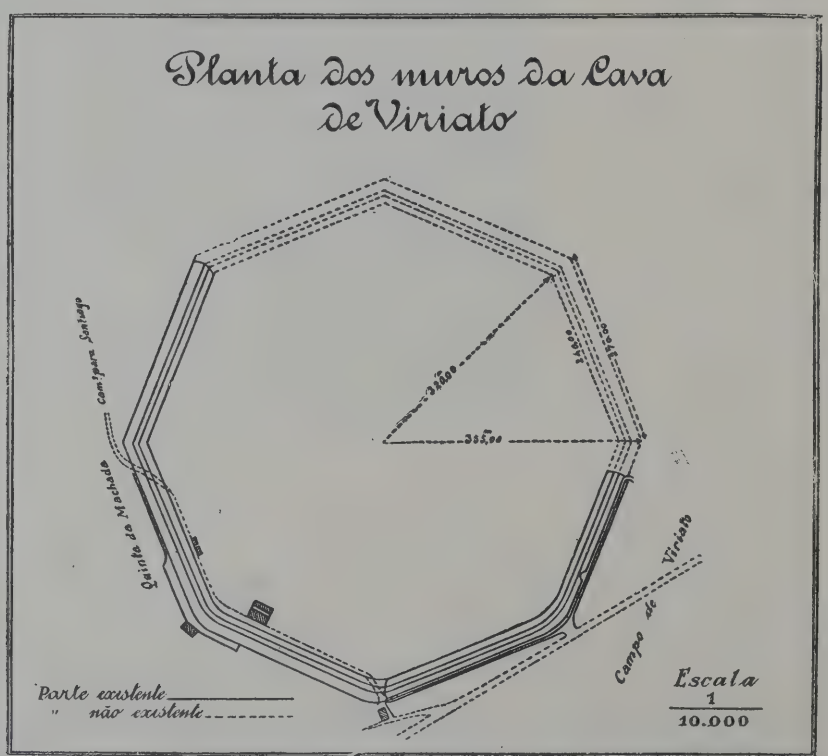
Viriato é um símbolo e um exemplo. Símbolo, expoente, do patriotismo castrejo; exemplo do que pode o valor indígena, devidamente orientado, contra as ambições dos mais fortes impérios.

gias primitivas, infiltradas no germen, latentes no sangue, despertam, impetuosas e belas, sob a ameaça estrangeira. A guerra viriatina, que transforma pastores em reis, salteadores em soldados, e soldados em heróis, é o ressurgimento de virtualidades profundas e o prelúdio distante da epopeia magnífica dos Portugueses.

A liberdade defendida a todo o custo, entre heroísmos e sacrifícios incomparáveis, sucumbe enfim transitòriamente. Por tam alto preço compram os Lusitanos a unidade, a disciplina, a civilização, a língua, a organização, as instituïções políticas e sociais que dos Portugueses seus herdeiros, fariam, séculos mais tarde, no xadrez da Europa, através de múltiplas vicissitudes que não alteraram profundamente a sua velha personalidade étnica —, uma nação independente e gloriosa.

Em límpidas alvoradas, a luz primeira da manhã polvilha de ouro as cristas sinuosas dos velhos castros da nossa terra. Como hóstia puríssima de fogo, o Sol eleva-se por detrás dessas colinas, amassadas com sangue de heróis e cingidas de muralhas valorosas e altivas, perante as quais se detiveram prolongadamente as legiões e tremeu de medo o orgulho romano. A auréola de esperança e de triunfo que assim nimba essas ruínas pobres e amarelecidas, aparece a nossos olhos como a própria alma eterna da Pátria. Estão ali as raízes benditas da história portuguesa, os monumentos singelos das nossas remotas glórias, o lar puríssimo da grei, a longínqua e primacial explicação da nossa independência e do nosso papel no mundo.

Incessantemente, dos cumes dêsses montes nús e abandonados, onde outrora ecoaram brados frementes de dôr e de triunfo, desce sôbre os vales e sôbre a planície, sôbre os homens de hoje, sôbre o futuro, uma irradiação sobrenatural. Um manto divino e límpido de bençãos se estende sôbre Portugal inteiro. Um manancial inexaurível de energias salutares, vindas dum remoto passado, alimenta nas almas portuguesas a esperança e o vigor, o amor da liberdade e a fé nos altos destinos da Pátria imortal.



TERCEIRA PARTE

O DOMÍNIO ROMANO

POR

Vergílio Correia
Professor da Universidade de Coimbra

TERCEIRA PARTE

O DOMÍNIO ROMANO

Capítulo I — A conquista

As resistências isoladas na Lusitânia após a morte de Viriato. A campanha celtibera. Destruïção de Numância. A invasão dos címbrios e repercussões peninsulares. Reflexos de guerra social na Ibéria. Lutas de Mário e Sila. Sertório e as suas campanhas. Aceitação peninsular do caudilho. César e os seus govêrnos na Hispânia. Campanha contra os Lusitanos e Calaicos. Campanha contra os partidários de Pompeio. Augusto e o final das lutas de independência e de partidos.

Dois séculos (218-19) fôram necessários a Roma para pacificar a Hispânia; à sua parte os Lusitanos ocuparam os exércitos latinos mais de século e meio (193-25). Números formidáveis, principalmente postos em confronto com os breves 7 anos que durou a conquista da Gália!

Nem a diversidade de valor de iberos e gauleses, nem a diferença dos efectivos empregados contra êles, — Cepião reuniu 60.000 homens deante de Numância, e César nunca comandou na Gália mais de 70.000 —, nem o próprio talento dos generais explicam êsse facto. A justificação do prolongamento e da rapidez de uma e outra conquistas encontrá-la-emos de preferência nas circunstâncias sociais e políticas que mantiveram na Península uma pulverização de fôrças rebeldes a quaisquer ligações ou subordinação, e na época tardia em que se realizou a anexação das Gálias, em plena expansão latina.

Quando, destruído o poder de Cartago e herdada dos seus despojos, Roma resolveu, por medida de segurança militar e política, estabelecer-se na Hispânia, não pensava certamente então mais do que em vedar a fachada mediterrânia aos púnicos. Mas, exceptuadas certas regiões costeiras de sudeste e sul, desde sempre em contacto com os navegadores e colonizadores orientais e norte-africanos, o resto da Ibéria, em bloco, repelia o entendimento com os estrangeiros ou a sua tutela. Como no Marrocos de nossos dias, as

(Cl. Juan Cabré)

GUERREIRO IBÉRICO ORANTE, DE CASTELAR DE SANTISTEBAN

tríbus ribeirinhas estabelecidas em planura resistiam menos que as do interior montanhoso. A romanização partiu, portanto, dessas zonas costeiras, prosseguindo lentamente por nódoas de influência e de ocupação, à vista das tríbus insubmissas, encerradas no seu particularismo descuidoso, até que lhes chegava também a hora da composição, ou a da fôrça.

As incursões dos povos do interior — movidas pelos instinto da prêsa, por impulsões démicas ou pelo sentimento obscuro da ameaça latente — , decidindo-as a operar decisivamente contra a Meseta imponente e cerrada, puseram as fôrças romanas em contacto com a barragem celtibero-lusitânica que obliquamente, dos Pireneus ao Atlântico, custodiava a terra. Essa era, de toda a evidência, a mais forte e homogénea organização guerreira da Ibéria; contra ela dirigiu, portanto, Roma todos os seus esforços.

Alarmada a grei e iniciado o combate pelos Lusitanos, desenrolava-se um dos mais sangrentos e heróicos actos da tragédia de luta pela independência. Sob o número e a organização, minada pela traição de alguns, privada do chefe assassinado, a Lusitânia sucumbia. O ano 139 assinalava-se, funesto, nos fastos ibéricos.

*
* *

Morto Viriato, dispersas as fôrças que êle guiava, os chefes secundários retiram com as suas mesnadas para os *castros* e resistem como podem. Da mesma forma que, actualmente, os comunicados oficiais cognominam de « bandoleiros » os patriotas que na Síria, na Líbia e em Marrocos defendem palmo a palmo os restos da sua liberdade, Appiano, grego alexandrino louvaminheiro dos fortes, apelida de « maltas de ladrões » as guerrilhas lusas.

Para atacar e expurgar dessas guerrilhas a Lusitânia, o cônsul Décimo Júnio Bruto, fortificada Olísipo, avança desde as margens do Tejo, destroi 30 povoações da Estremadura e Beira, estabelece um acampamento fortificado em Vizeu, na encruzilhada dos principais caminhos beirões (138), sobe até o Douro, que transpõe, entra na Callaecia e alcança o Lima no ano 137, sendo o primeiro romano que ultrapassa o « rio do esquecimento ». Para abafar o temor supersticioso dos soldados precede-os na travessia com os estandartes totémicos, só mais tarde substituídos nos exércitos pelas águias de prata.

Triunfou em Roma de Galegos e Lusitanos em data não precisada, e o sobrenome de *Callaicus* com que ficou na História revela a importância que os contemporâneos atribuíram à sua acção, esquecida na glorificação a derrota que, de companhia com Marco Emílio Lépido, sofrera no ataque de Pallantia (Palencia) aliada dos numantinos.

O episódio arquivado pelo historiador alexandrino, referente a Talábriga, — a qual F. Alves Pereira coloca na freguesia da Branca,

NUMÂNCIA — Vista da cidade desenterrada, tirada de avião

da região costeira de Aveiro — , cidade que Décimo Júnio Bruto reduziu primeiro à mercê, restituindo-a depois aos habitantes, mostra uma face da sua política de atracção, da escola daquele Tibério Semprónio Gracco que dera um quarto de século de paz à Península romanizada. À mesma política obedeceria a fundação de Valência na costa mediterrânica, povoada em 138 com lusitanos, antigos soldados de Viriato.

Enquanto a ala direita da resistência ibérica acabava de desmantelar-se, a ala esquerda resistia. À data em que Bruto subjugava lusitanos e galegos, os celtiberos, após três lustros de lutas (desde 153) podiam orgulhar-se de que dos oito generais romanos enviados contra êles cinco haviam fracassado diante da sua capital, Numância, sendo três (Marcelo, Pompeio e Mancino) obrigados a tratar de paz como de igual para igual. Mas agora, confinada e isolada a rebelião, a heróica cidade tinha os dias contados

Públio Cornélio Cepião Emiliano, filho do pretor da Hispânia, Paulo Emílio, neto adoptivo do *Africano* e como êle vencedor de Cartago, chegara à Península com 4.000 voluntários, reorganizara e disciplinara o exército, elevando-o a 60.000 homens. Com essas fôrças imponentes circunvalara a capital dos celtiberos, sequestrando os defensores que, não representando mais que a décima parte do efectivo dos assediantes, resistiram com tenacidade durante largos meses.

O que foi o cêrco de Numância dizem-no os antigos autores (Appiano, Orósio, T. Lívio, Valeio Patérculo) e entre êles, mais sentidamente, Lúcio Aneo Floro; e atestam-no por um lado as ruínas da cidade, o recheio saqueado e queimado das casas desmanteladas; e por outro a obra formidável dos acampamentos fortificados e os muros com que Cepião rodeou a povoação num perímetro de perto de 50 estádios. A arqueologia espanhola explora, desde 1906, o núcleo citadino. Precedera-a a arqueologia germânica, exumando a obra dos acampamentos. De 1905 a 1913 o professor Adolfo Schulten exumou os sete acampamentos de Cepião; de 1908 a 1912, em especial os campos fortificados de Renieblas, entre os quais o que Fúlvio Nobilor, de triste memória, construira por 150.

Defesa heróica e sem esperança a dessa pobre capital celtibera, sacrificada até o último homem pela libertação da Ibéria!

NUMÂNCIA — Rua ibérica cortada por um muro da cidade posterior, romana

Com o ano do seu holocausto (133) encerra-se o mais importante capítulo das guerras da independência hispânica. Um silêncio de morte, ou de cansaço, fica pesando sôbre lusitanos e celtiberos até os fins do século II.

*
* *

Nos fins do século II um vasto movimento de povos do norte põe em risco a dominação romana para cá da barreira dos Alpes.

Os *címbrios*, multidão imensa de origens diversas, dirigida por um núcleo de imigrantes germânicos do Báltico ultrapassa em 113 os Alpes Cárnicos, derrota os romanos nesse ano e depois, em 109; lança, pela repercussão dos seus movimentos e vitórias um fermento de revoltas no centro e ocidente europeus. A vitória de Boiorix, chefe címbrio, em 105, nas margens do Ródano, perto de *Arausio* (Orange) em que 80.000 soldados romanos pereceram, derrota que, no dizer de Mommsen, moral e materialmente ultrapassava a de Cannas, alarma tôda a Itália. Insurreições na Cisalpina e na Lusitânia coïncidem com os movimentos e as vitórias dos nórdicos.

Êstes, porém, em logar de lançar-se sôbre a Itália, como parecia seu escopo, obliquam para os Pirineus, e assolam o oriente e o norte da Península Ibérica, onde as tríbus celtibéricas lhes resistem, e retrocedem por fim ao longo da costa atlântica para o norte da França.

Aliados aos *teutões* resolvem finalmente em 102, a invasão da Itália; mas os teutões são vencidos por Mário no verão, em *Aquæ Sextiæ;* e, no ano seguinte, em *Vercellae* (a 70 quilómetros de Turim) o mesmo general romano extermina os címbrios. A torrente que durante 13 anos arrastara ou revolvera os povos bárbaros do Danúbio ao Ebro, do Sena ao Pó, secou-se nos campos de Aix e Verceuil; mas na periferia das zonas inundadas ou taladas do caudal, movimentos perduráveis de ressaca revelam claramente a importância do impulso material e espiritual dessa convulsão démica.

Durante a invasão címbrio-teutónica e no seu apogeu, Quinto Servílio Cepião, pretor da

(Cl. do Museu Numantino)

NUMÂNCIA — PERISTILO DUMA CASA IBERO-ROMANA

Peças de cerâmica ibérica expostas no Museu Numantino

Hispânia Ulterior, vence os Lusitanos (109); em 105 é aniquilado pelos mesmos um exército romano; e em 102, no ano de *Aquæ Sextiæ*, os Lusitanos são novamente vencidos e a Ulterior pacificada.

Desde o ano de 98, em que o pro-cônsul L. Cornélio Dolabela triunfou em Roma da Hispânia Ulterior dos Lusitanos, até o de 93, em que o pro-cônsul Públio Lucínio Crasso celebrou um triunfo igual, os movimentos de revolta prosseguem desordenados, pulverizados. As vitórias romanas trazem desta vez, como conseqüência a transplantação em larga escala das populações, dos altos pacificados, dos *castros*, para as planuras.

Em 91-90 iniciam-se as guerras de Itália, a contenda geralmente denominada do boi sabélico contra a loba romana, período de lutas civis, de combates sangrentos na capital. Mário perseguido, regressa vitorioso em 87; seguem-se o governo dos populares, a morte do general no ano seguinte, a entrada de Sila em Roma após a batalha da porta Colina em 82, as proscrições sem conto para os democratas de toda a Itália.

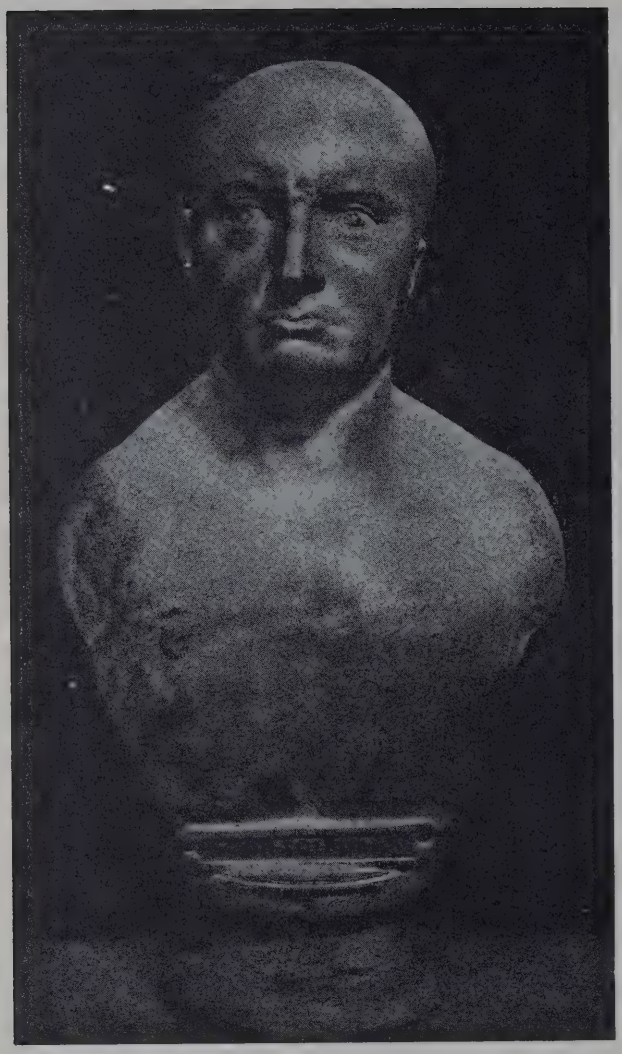
Como conseqüência directa das luts civis estendidas a todo o orbe romano, a Lusitânia ia assinalar-se em mais um capítulo da sua história heróica.

*

* *

Entre os chefes de segunda ordem do partido marista contavam-se, diz Mommsen na *História Romana*, algumas boas cabeças, como o tribuno do povo Cnaeus Papirius Carbon, e Quintus Sertorius, êste um dos oficiais mais capazes do exército, homem excelente sob todos os aspectos que, desde a sua candidatura ao tribunato, havia ficado inimigo pessoal de Sila e por isso se encontrava envolvido no movimento.

Nascido em Nursia, na Sabina, um vizinho de Roma, portanto, militar de carreira depois de abandonar o foro em que se iniciara, fizera a guerra dos címbrios, servira em Hispânia como tribuno junto do cônsul Tito Dídio (98-94) contra os celtiberos, e depois, durante a guerra social governara a Itália superior em 90, como questor. Quando Mário ataca Roma em 87, Sertório enfrenta Pompeio na margem esquerda do Tibre, contra o muro de Sérvio. Entrada a cidade procura suspender a carna-



CEPIÃO AFRICANO, O ANTIGO
Busto de mármore

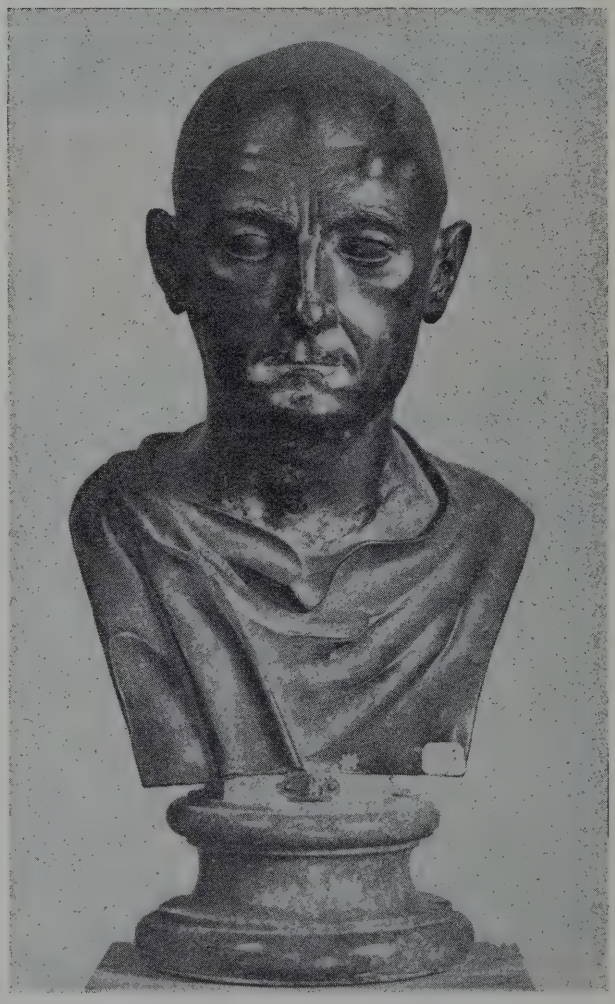
(Museu Capitolino — ROMA)

gem, e é êle próprio que, após a morte do general, em janeiro de 86, reünindo a sua divisão de escravos a faz massacrar toda pelas tropas célticas do seu comando.

Reacêsas as lutas militares, Sertório colocado no estado maior do exército de Cepião, que o govêrno opunha na Campânia a Sila, tenta debalde evitar a mistura dos Soldados dos dois campos entre Cales e Teamum, confraternização que traz como resultado a resignação forçada do cônsul comandante, e o enfraquecimento das fôrças democráticas. Passa depois à Etrúria a levantar tropas, em seguida à Hispânia Citerior com a autoridade da pretura.

Após a batalha da Porta Colina, que entregara Roma à soldadesca de Sila, durante o período de terror silano, a causa popular perseguida na Itália, não se cria perdida ainda na Sicília, na África e na Hispânia. Marco Perpena, governador da Sicília, defendia-a valentemente. Na Citerior, Sertório organizava por sua parte a defesa. Para interceptar a passagem dos Pirineus, Sertório envia Salinator com um exército. Êste, porém, é assassinado por um oficial, os soldados dispersam, e Cáio Ânnio e Cáio Valério Flaco, delegados do novo govêrno, não encontram resistência séria.

Reünindo as suas divisões, Quinto Sertório embarca em Cartagena com destino incerto, para a África ou Canárias, e a Hispânia revoltada submete-se ao poder central. Mas Flaco ainda luta, em 80, contra os celtiberos.

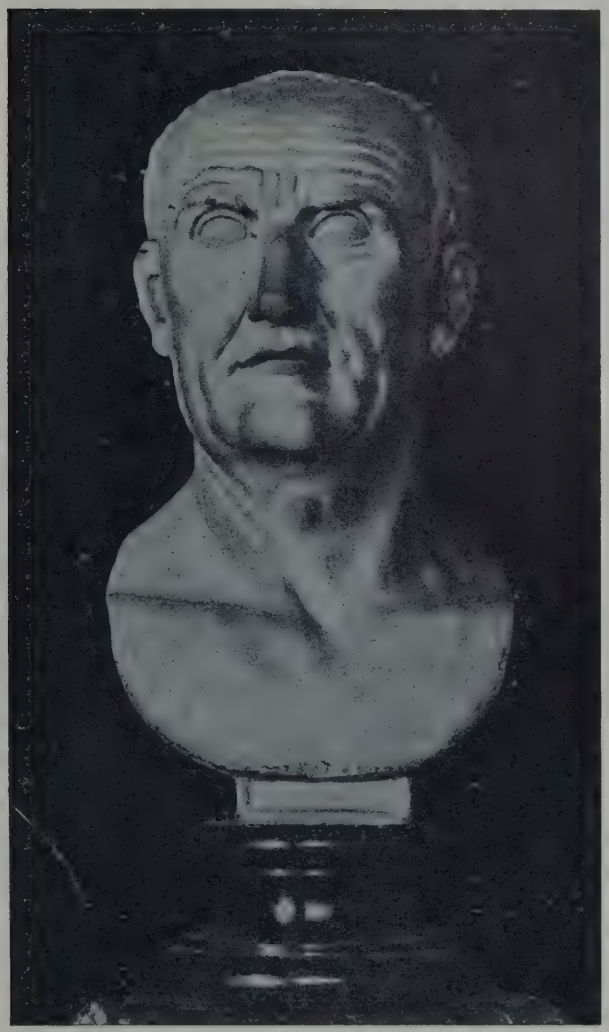


CEPIÃO, O DESTRUÏDOR DE CARTAGO E NUMÂNCIA
Busto de bronze

(Museu Nacional — NÁPOLES)

Entretanto o capitão proscrito, refere Mommsen, umas vezes como aliado, outras como adversário das tribus líbicas e dos piratas cicilienses ali estabelecidos erra pelo norte de África, passa à Mauretânia marista e aí, ao serviço de um príncipe indígena, assedia Tingis, onde um corpo do exército romano às ordens de Pacciaecus o ataca. Sertório derrota o chefe adverso e toma Tânger. Narram os antigos autores que a seguir a êste feito os Lusitanos lhe enviaram uma embaixada convidando-o a comandá-los.

Certo é que por 80, Sertório atravessa o Estreito, iludindo a vigilância da esquadra romana de Cotta, e desembarca na Lusitânia com 2.600 homens, principalmente trânsfugas de Pacciaecus e africanos.



Caio Mário
Busto de mármore

(Galeria Ulffizi — florença)

Lúcio Cornélio Scilla
Busto de bronze

(Museu do Louvre — paris)

Estava aberto um novo capítulo das lutas ibéricas, e, posto que não se tratasse puramente de guerras da independência, o interêsse, por vezes o entusiasmo que citeriores, lusitânos e celtiberos puseram na causa sertoriana, revelam-nos que a tendência separatista se mantinha vivaz na Península.

Reforçado o corpo de tropas que trouxera consigo de África até o efectivo de uma legião, com ela e os voluntários ibéricos encontra-se nas margens do Bétis com as fôrças do pro-pretor Lúcio Fufídio, derrotando-o completamente. Dois mil romanos ficaram juncando o campo de batalha.

É o seu primeiro sucesso, cuja retumbância acende entusiasmos e desencadeia auxílios de hesitantes.

Quinto Motelo Pio, enviado para substituir Fufídio, não consegue debelar o movimento, tem de retirar, e Marco Domício Calvino e L. Tório Balbo, legado do general, são batidos no ano seguinte (79) nas margens do

JÚLIO CÉSAR
Estátua giganteia de mármore

(Palazzo dei Conservatori — ROMA)

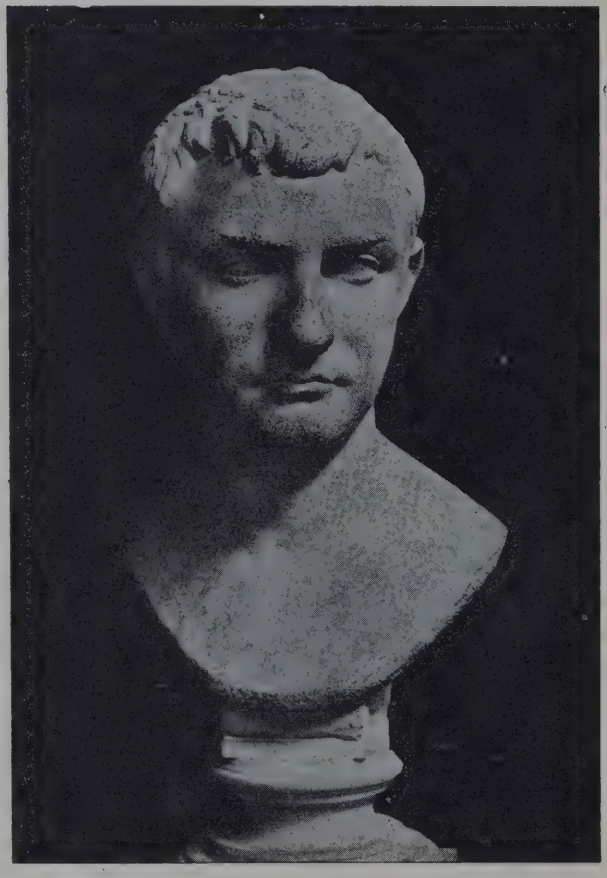
Anas, pelas tropas de Lúcio Hirtuleio, logar tenente de Sertório. Metelo chama em seu socorro o governador da Gália Narbonense, Lúcio Mânlio que derrotado igualmente nas margens do Ebro recua para a sua província caíndo a mór parte da Citerior em poder de Sertório que já dominava na Ulterior (78).

No ano de 78 se colocam provàvelmente uma avançada de Metelo pela Lusitânia, a conquista de Dipo, para cá de Emérita, a marcha até Conistorgis no território dos Cúneos. W. Stahl, em *De Bello Sertoriano* (1907), sustenta que o general romano estabeleceu o seu acampamento nas margens do Guadiana, onde depois se fixou a *Cilonia Metellinensis* (Medelin), e que avançou de aí para Longobriga (Lagos?), que cercou, abandonando o cêrco porque Sertório lhe aprisionou uma divisão, comandada por Aquinus. Perseguindo-o, o capitão bateu ainda sôbre o Anas o corpo de Túrio e incomodou fortemente o general romano na sua retirada para quarteis de inverno, em Córduba (77).

Pouco a pouco, à excepção das cidades marítimas, protegidas pelas esquadras, e dos distritos de Indigetas e Laletanos, no extremo nordeste da Península, toda a Hispânia Citerior caíra pela fôrça ou pelos tratados, na posse de Sertório, que então firmara na região do Ebro superior e médio, o núcleo do seu govêrno.

Entretanto Sila morre subitamente; em Roma recomeça o fervilhar das lutas de partido; novos chefes despontam. Cneio Pompeio bate Lépido revoltado e exige o comando do exército na Hispânia, que lhe é concedido pela oligarquia com o poder pro-consular e o govêrno supremo na Citerior.

Mês e meio depois, no verão de 77, Pompeio estava na Gália, resolvendo assuntos de grande interêsse para os romanos, e no outono atravessava os Pirineus estabelecendo



POMPEIO
Busto de bronze
(Museu Nacional — NÁPOLES)

POMPEIO

Estátua giganteia, de mármore

(Palácio Spada — ROMA)

bivaques para os seus 40.000 homens do extrêmo nordeste da Península, afazendo os soldados à guerra de escaramuças e surprezas que os esperava.

Nas refregas do ano 76, movidas à volta de Valência, Sertório conseguiu sensíveis vantagens sôbre Pompeio, principalmente no episódio de Lauron (sôbre o Jucar) cujos habitantes foram transportados para a Lusitânia, o que de algum modo equilibrava o facto da povoação de Valência com Lusitanos, que Bruto realizara em 138. Quem sabe se nesta transumância não teriam influído quaisquer motivos étnicos.

No fim do mesmo ano Hirtuleius, logar-tenente de Sertório, era derrotado não longe de Itálica, por Metelo, deixando por isso o território meridional e refugiando-se na Lusitânia menos acessível. Metelo teve assim liberdade de reünir-se a Pompeio, indo a sua chegada impedir uma derrota total do pro-cônsul nas margens do Sucron (Jucar).

São várias e desencontradas, por vezes, as opiniões dos melhores autores à cêrca deste período das campanhas sertorianas, e do que se lhe seguiu. Sabe-se que o exército pompeiano avançou então até Clunia, no Douro superior, onde Quinto Sertório se encerrou reaparecendo, porém, a breve trecho em campo com novas fôrças. Como Anteu, o capitão dos iberos recobrava energias em contacto com a terra.

A luta concentrou-se de 75 em diante no alto Ebro, à volta de Calagurris, Osca, Ilerda e até Tarraco; os sucessos mais sólidos couberam a Metelo.

Os anos de 74 e 73 foram empregados por Pompeio e Metelo na árdua tarefa de isolar o caudilho, enfraquecendo ou neutralizando a acção dos seus aliados. O cêrco de Pallatina, que o pro-cônsul empreende, redunda como o que 63 anos antes lhe haviam posto Lépido e Bruto, em fracasso. Sertório descerca a cidade e bate os dois generais reünidos, em Calahorra.

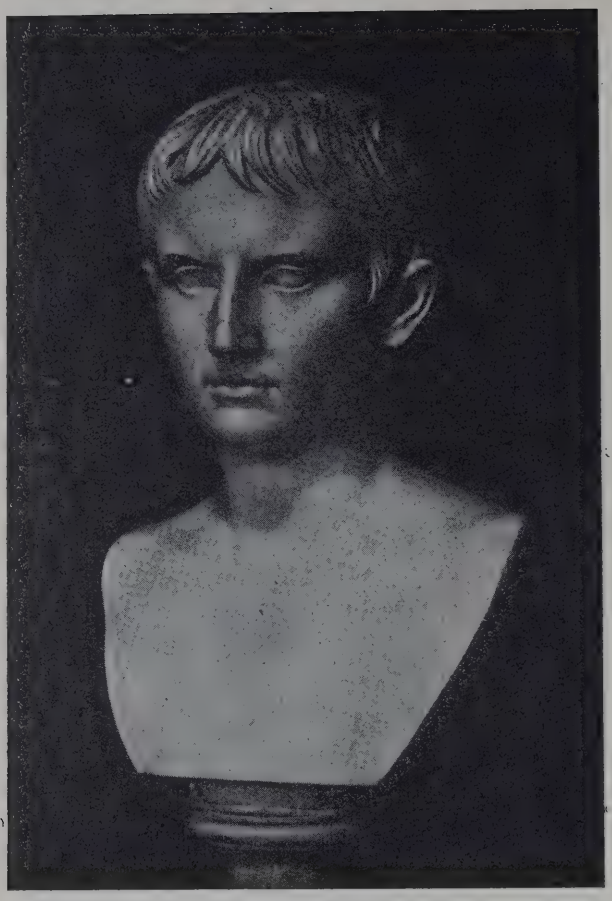
Contudo os chefes romanos conseguiram neste biénio melhorar, pelo emprêgo prudente das fôrças que comandavam, a sua situação. Alguns autores mencionam, neste período uma expedição de Perpena à Galiza.

No ano seguinte, 72, no quartel general de Osca (Huesca), ao fim de um banquete de regosijo por pretensa vitória, em meio de tumulto adrede provocado Sertório foi assassinado por um grupo de oficiais que Perpena inspirara ou aliciara. E com a morte do capitão, os fogachos soltos do patriotismo ibérico, a pouco e pouco os apagaram o bater de azas violento da águia romana.

Perpena que assumira o comando foi vencido e executado por Pompeio que regressou a Roma para o triunfo de 71.

Depois de narrar esta morte, Mommsen, que com particular simpatia seguira a acção de Sertório nos sucessos escalonados das guerras de Mário contra címbrio-teutões até o assassinato de Huesca, comenta: «Assim acabou um dos maiores, se não o maior dos homens que Roma vira nascer até aí, um homem que em circunstâncias favoráveis teria sido o regenerador do seu país...»

E todos os seus biógrafos, de Plutarco a Schulten, têem para a sua memória palavras de idêntico louvor e justiça.



AUGUSTO, JOVEM

Cabeça de mármore encontrada em Óstia

(Museu do Vaticano — ROMA)

Pelo que, dispondo de meios reduzidíssimos, fez na Hispânia, se pode avaliar do que teria conseguido governando o mundo romano. Admirável como capitão e como político êle é, na Península Ibérica, o primeiro grande organizador. Amolda os povos da Citerior e Ulterior aos quadros romanos, estabelece um Senado, nomeia magistrados, realiza o regime de igualdade entre metrópole e domínios que era a pedra fundamental do programa do partido democrático. De todo o território da República o exemplo foi olhado atentamente; provava-se que a rígida armação latina imposta às províncias por uma administração rotineira, podia modificar-se com proveito geral.

Entre os Lusitanos, Sertório encontrara, desde a sua chegada à Península, especial simpatia, e o culto pelo seu nome fixaram-no os historiadores quinhentistas portugueses no aqueduto antigo e no templo romano de Évora, que certamente em lembrança da corça branca que transmitia ao capitão as ordens dos deuses, foi denominado de Diana.

Tanto ou mais que os celtiberos, os Lusitanos choraram a sua morte e a perdida esperança da sua libertação.

*
* *

Questor da Hispânia Ulterior de 69 a 68, sem sucesso em seu govêrno, digno de nota, Cáio Júlio César volta à Península em 61-60, como governador da mesma província.

Segundo os seus dois biógrafos, Suetónio e Plutarco, e principalmente Dião Cássio historiador, César combateu contra Lusitanos e Calaicos. O historiador alonga-se sôbre esta luta contando como o general acometera os serranos dos Hermínios, obrigando-os segundo um sistema que desde Dolabela e Crasso fazia lei, a transmudarem-se às planuras, e referindo como, havendo os povos confinantes feito atravessar o Douro a pessoas e bens, êle os vencera nos castros onde se haviam refugiado, perseguindo os bárbaros do Hermínio até o mar e passando trás êles a certa ilha. Aí os venceu com auxílio de uma esquadra que fizera vir de Gades. Tomara depois a cidade costeira de Brigantium (Betanzos) e subjugara as gentes do termo.

Como mais tarde na Gália, César tributou, pilhou sistemàticamente, e o dinheiro da Lusitânia serviu-lhe na sua carreira política, quando formado o primeiro triunvirato com Crasso e Pompeio, obteve por plebiscito o consulado em 59, e, no ano seguinte, o govêrno de Gália Cisalpina por 5 anos.

A Hispânia, que sob Quinto Sertório se havia batido pela democracia, a qual defendia os seus interêsses vitais de independência e de progresso, vai, passadas duas dezenas de anos, combater sob as bandeiras da aristocracia, melhor, sob as ordens de um despeitado passado ao serviço da aristocracia, Pompeio.

O vencedor de Sertório soubera, como governador da Citerior, captar as simpatias espanholas, e o seu comando das Hispânias, em 55, a-pesar-de exercido por intermédio de lo-

gar-tenentes, fortalecera a sua posição peninsular. De modo que, desfeito o triunvirato e desencadeada a luta ao chegar o ano de 49, a Ibéria aparece como o mais importante foco do pompeiismo.

Sete legiões pompeianas, sob as ordens de Lúcio Afrânio, na Citerior, Marco Petreio, na Ulterior desde o *saltus Castulonensis* até o Anas, e Marco Terêncio Varrão, que ocupava com duas legiões a zona do Guadiana para o Mar, e ainda o território dos Vetões e a Lusitânia, custodiavam a Península, e contra essas fôrças o Governador da Cisalpina não possuia mais do que seis legiões.

O próprio César, nos seus *Commentarii de bello civili* relata os sucessos.

Reünidos sob os muros de Ilerda, a Lérida actual, as seis unidades de César contra as 5 legiões de Afrânio e Petreio, coadjuvadas estas por cavaleiros e auxiliares lusitanos e celtiberos, o general, a princípio maltratado do inimigo, consegue depois de recebidos reforços da Gália, obrigá-lo a recuar até o Ebro, e cansando-o com a estratégia das marchas e contra-marchas, acuá-lo à capitulação. (Agosto de 49). A falta de unidade no comando pompeiano, o pouco entusiasmo dos auxiliares, que se bateram mal, e o génio de César, tudo concorreu para a vitória.

Marco Terêncio Varrão, o ilustrado polígrafo do *De Re Rustica*, procurou refugiar-se, com as suas legiões, em Cádiz; mas ante o repúdio das cidades, e a deserção dos soldados submete-se. Em Córduba, César anula as exacções de Varrão, restitui às cidades os seus bens, a Cádiz os tesouros do templo de Hércules e retira deixando como governadores das Hispânias a Lépido e a Cássio Longino.

O pretor Longino em 48 assalta na Lusitânia o castro de Medóbriga, e persegue os fugitivos até os Hermínios. Pilha sistemàticamente a sua província, descontentando os povos da Bética, sublevando-se Córduba contra a sua autoridade. Obrigado a fugir embarca em Málaga e perece num naufrágio com o produto das suas razias. Varrão foi mais feliz, pois morreu tranqüilamente na que se aponta como sua «villa» magnífica de Cassino, cujos fundamentos, postos a descoberto perto do anfiteatro, o sol de Itália requeima e doura.

César volta à Península pela derradeira vez, em 46, no ano do seu grande triunfo sôbre os Galos, Egipto, Juba e Pompeio. Vinha encerrar o capítulo das lutas civis contra o partido pompeiano que, embora vencido em Pharsalo e perdido o chefe, assassinado no Egipto, nem por isso deixava de resistir e embaraçar o ditador. O final da contenda ia decidir-se no sul da Hispânia, onde os descontentamentos que haviam provocado a revolta de 49 persistiam.

Thapsus não intimidara os hispanos, e logo após essa vitória de César a Bética expulsa Trebónio, o governador cesariano, e Sexto e Cneio, filhos de Pompeio, e Labieno, acorrem das Baleares e da África com núcleos de tropas experimentadas, que contingentes béticos e lusitanos do sul auxiliam. A revolta propaga-se da foz do Tejo à costa oriental.

César acorrido de Roma alcança Sagunto em 24 dias e reúne as fôrças romanas, 10 legiões e 8.000 cavaleiros, que alinham em Munda (perto de Osuna) no dia 17 de Março de 45, contra 13 legiões pompeianas. A batalha foi renhidíssima, e só uma imprudência de Labieno, recuando a defender o acampamento — o que as tropas de Cneio tomaram por fuga — deu a vitória a César. Sem esta imprudência a carreira política e militar do ditador teria findado na Bética.

Dos filhos de Pompeio, Sexto ocultou-se no norte da Hispânia; Cneio retirou-se a Carteia embarcando, sendo perseguido e morto pelo almirante romano Caio Dídio. Entre os seus companheiros figuram Lusitanos e os outros Lusitanos em Cádiz executam Dídio.

Assim terminou a guerra da Hispânia, que durara sete meses. Um ano depois de Munda, quási dia por dia, o ditador caía apunhalado na Cúria.

O assassinato de César em 44 e a conseqüente indecisão política permitiram a Sexto Pompeio, refugiado no setentrião espanhol independente, fortalecer a sua situação. Atribuída pelo segundo triunvirato a Lépido, a Narbonense e a Hispânia Citerior, a breve trecho acusando-o de convivência com o filho de Pompeio, António e Octávio distribuíram as duas províncias entre si, cabendo a Octávio a Hispânia.

Graças às contendas do Oriente Sexto Pompeio, ajudado pelos príncipes da África, levanta um exército na Lusitânia, assenhoreia-se de grande parte da Península, onde as dedica-

ções pompeianas abundavam, e pela reünião de uma esquadra magnífica é o verdadeiro senhor do Mar ocidental.

Mas as forças de Octávio vencem em Myles a Sexto Pompeio, e em Actium a António, o triunvirato reduz-se a favor de um só, e necessitando encher os cofres exaustos, Augusto estabelece um vasto plano de drenagem monetária em todas as províncias. Não esqueceram nesse plano as regiões auríferas do norte da Hispânia. Em 26, pessoalmente, Augusto vem à Península, assenta arraiais em Segisana (Sasamón) e, depois de iniciar uma campanha imprecisa contra Cantabros, Ástures e Galegos, o imperador abandona o comando e, doente, retira para Tarragona.

A guerra lavrava em todo o setentrião peninsular já desde anos atrás. Segundo Dião Cássio, em 29, Cantabros, Ástures e Vacceos haviam sido vencidos por Statílio Tauro. Com a vinda de Augusto todo o território desde os Perineus ao mar da Galiza foi ocupado, datando então a fundação de *Augusta Asturica* (Astorga) e *Bracarn Augusta* (Braga).

Com a criação destas cidades podemos considerar plenamente pacificado o norte de Portugal. Ao mesmo tempo, no sul, o *princeps* deu terras aos *emeriti* (reformados) das legiões V e X, e fundou uma cidade destinada a ser a capital da província romana da Lusitânia, *Emerita Augusta*.

Estava-se no ano 729 da fundação de Roma, 25 antes de Cristo.

CÉSAR AUGUSTO, IMPERADOR

Estátua de mármore

(Vaticano — ROMA)

Capítulo II — A organização da conquista

Divisão provincial. População. Govêrno e administração. Corpos administrativos. Organização militar. Produções, comércio e indústria. Moeda. Tributos. A vida e a cultura. Vias de comunicação e povoação. Religiões: o panteon greco-latino; divindades oficiais; o panteon indígena; cultos orientais; o Cristianismo; D. M. S; os ritos funerários.

Concluída a segunda guerra púnica e empossados dos domínios cartagineses na Ibéria, os romanos dividiram o território ocupado em duas províncias: Citerior e Ulterior, em relação ao Ébro que as separava.

Perdurou tal divisão durante todo o período republicano, acrescida a Citerior com a zona levantina até Cartagena e ampliada a Ulterior após a pacificação lusitana, com as terras ocidentais atlânticas.

«Em tempo de Augusto, escreve Mélida nos *Monumentos romanos de España*, a Citerior compreende a parte oriental e maior da Península, e a Ulterior a outra parte, separadas por uma linha que desde as nascentes do *Iber* (Ebro) descia até o *Saltus Castulonensis* (Despeñaperros), seguindo daí obliquamente, até um pouco ao norte de Almeria».

Da ulterior foi distratada no ano 27 a. C. uma nova província, a *Lusitânia*, que abrangia do Guadiana ao Douro, sendo êste distrate obra de Marco Agripa, que foi genro de Augusto. Kornemann, citado por Leite de Vasconcelos, aponta para o sucesso o decénio 15-5 a. C. «Depois, entre os anos 7 e 2 a. C., acrescenta Schulten na *Hispania*, fez Augusto uma nova divisão: alargou o limite, na costa do Levante, desde Cartago Nova até Murgi; daqui seguia a divisória pelo *Mons Solorius* (Serra Nevada) entre Illiberri e Acci, Mentesa e Tucci por Osigi, e depois pelos *juga Oretana* até o Guadiana, e desde aí para noroeste a alcançar o Douro, que acompanhava até a foz».

O primeiro dos antigos autores que nomeia a Lusitânia como nova província é Estrabão, no liv. 3.º da *Geografia*, obra escrita em começos do reinado de Tibério.

Esta circunstância levou Hübner a supor que a separação oficial datasse do govêrno dêsse imperador, ou de fins do reinado de Augusto, remontando portanto a tal data o emprêgo das designações administrativas: *Tarraconense*, *Bética* e *Lusitânia*.

Mais tarde Caracala (comêço do século III) enfeixou o noroeste peninsular, *Callaecia* e *Asturia*, pertencentes à antiga Citerior, numa nova divisão; o Diocleciano (284-305) elevou a seis o número das províncias ibéricas pelo acrescentamento da *Cartaginiense* e da *Mauritania*.

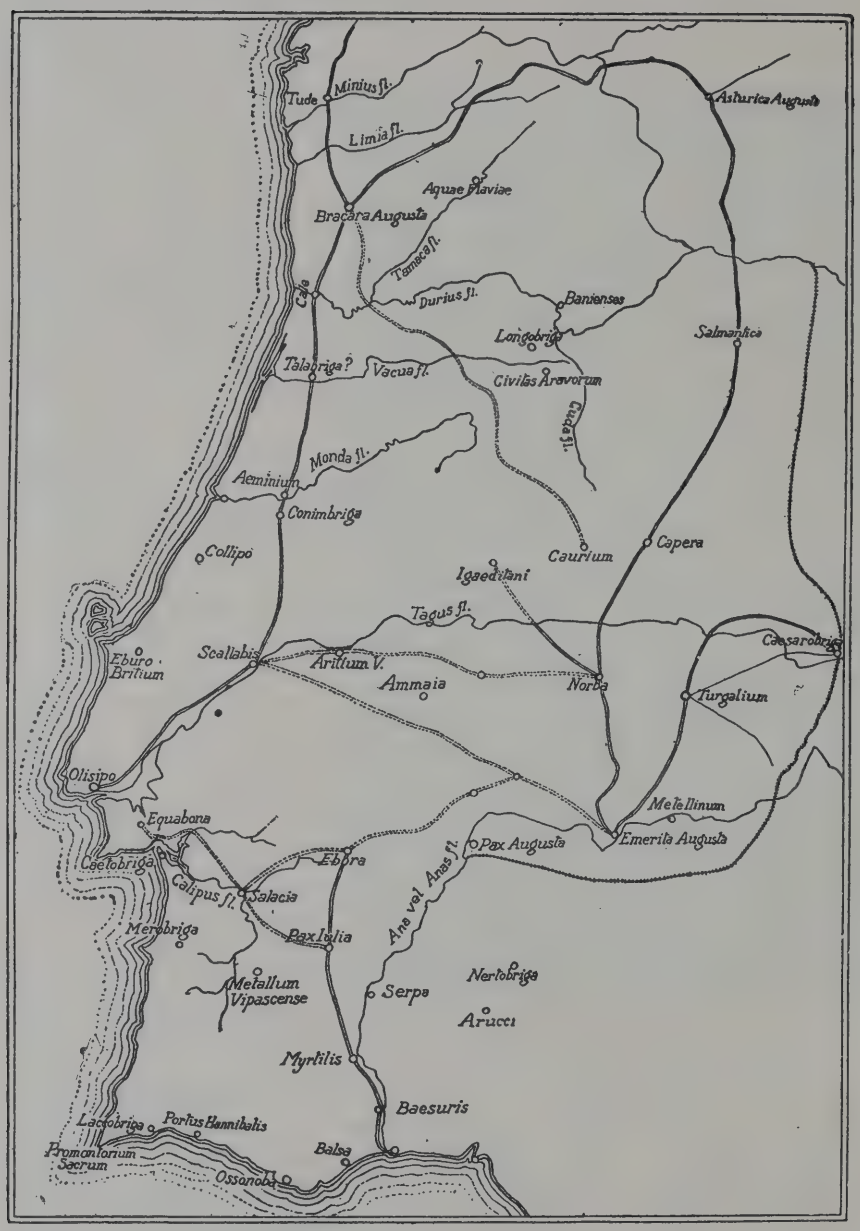
Desta sorte ficou a diocese das Espanhas *(diœcesis Hispaniarum)* composta de Tarraconense, Cartaginiense, Galécia, Lusitânia, Bética, e Mauritânia Tingitana, na África fronteira.

«A *Lusitânia* compreendia o ocidente peninsular, desde a foz do Anas para o norte até Noega próximo de Gijon, nas Asturias, seguindo a sua fronteira oriental a corrente do rio até Mérida, continuando para o lado de Laconimurgis, cruzando o Tejo cêrca de

Cesaróbriga (Talavera de la Reina) e o Douro junto de Zamora, excluindo Leon e Astorga», afirma Hübner, em *La arqueologia de España*.

O território português incluía-se portanto: até o Douro, na Galécia; do Douro ao Guadiana, na Lusitânia; e a zona ribeirinha esquerda do baixo Guadiana pertencia à Bética. Por outro lado na Lusitânia englobava-se parte das províncias espanholas de Salamanca e Badajoz, e entrava toda a de Cáceres.

Habitavam êsse vastíssimo território de 130.000 quilómetros quadrados, segundo os calculos de Feliciani, na segunda metade do século I, em tempo de Plínio, aproximadamente um milhão de homens livres, quer indígenas em progresso de romanização, quer italianos de proveniências diversas, ou descendentes dos povoadores das colónias.



CARTA DA LUSITÂNIA ROMANA COM INDICAÇÃO DE RIOS E POVOAÇÕES, E O TRAÇADO CONJECTURAL DE ALGUMAS ESTRADAS, SEGUNDO HÜBNER

Encontrando uma sociedade sòlidamente organizada, os conquistadores procuraram pelos meios de que dispunham, militares, políticos, administrativos, modificá-la ou adaptá-la, sem contudo desmantelarem os quadros etnográficos. A Lusitânia indígena sobreviveu por isso à absorção, e, saradas as feridas das lutas bi-seculares, amoldou-se ao ritmo da vida romana irmanando-se os seus elementos representativos, em cultura, com os das restantes províncias extra-peninsulares. E, muito afastada, desta feita, das lutas caseiras que por vezes convulsionaram o Império, o mais ocidental dos domínios de Roma foi, até as invasões nórdicas, com sacudidelas ocasionais — incursões de rifenhos na Bética e Lusitânia, em tempos de Nero e Marco Aurélio, e pronunciamentos de tropas, principalmente nos séculos III e IV —, um daqueles rincões sem história que soem chamar-se felizes, precisamente porque, não pagam com o sangue dos seus habitantes o direito de inscrição no Grande Livro da Humanidade.

A etnografia do conjunto peninsular foi já atrás proficientemente tratada pelo ilustre prof. Mendes Correia. Pouco se pode acrescentar,

forrageando nos geógrafos e historiadores, sôbre o assunto. Mas o contributo das inscrições — honoríficas, comemorativas, religiosas, funerárias — , arquivando nomes étnicos e locativos indígenas, é precioso, e aumenta sem cessar mercê das explorações regulares e das descobertas avulsas.

Entre os mais notáveis monumentos do género há que salientar os letreiros das pontes de Chaves e Alcântara, onde se quizeram perpetuar os nomes de 20 povos da Beira, Trás-os-Montes e confins. Infelizmente êstes e outros nomes encontrados isolados em epígrafes não se vinculam, na maior parte dos casos, a determinado local ou território, e raros sobrevivem no onomástico actual.

(Cl. A. Gomes Nunes)

Vista geral de Mértola (Myrtilis)

*
* *

A organização das conquistas comportou a criação dum certo número de colónias, núcleos de povoadores pobres de origem italiana, destinados a actuarem no meio bárbaro, servindo de exemplo e de ponto de apoio, de focos de cultura e de expansão romana.

A mais antiga dessas colónias na Hispânia foi *Itálica*, fundada por Cepião para os seus veteranos, rematada a conquista do sudeste peninsular. *Tarraco*, praça força e primitiva base de operações, só de César recebeu o título de *colonia Julia Victrix Triumphalis*. Seguiu-se a *Itálica*, *Corduba*, fundação de Marcelo no meado do século II a. C. Plínio assinala mais tarde doze colónias na Tarraconense, nove na Bética e cinco na Lusitânia.

As da Tarraconense eram: *Tarraco* (Tarragona), *Valentia*, *Cartago Nova*, *Celsa* (Velilla del Ebro), *Acci* (Guadix), *Ilici* (Elche), *Barcino*, *Caesarea Augusta* (Saragoça), *Libisosa*, (Lezuza) *Salaria* (Ubeda la Vieja), *Dertosa* (Tortosa), *Flaviobriga* e *Clunia*.

As da Bética: *Itálica* (Santiponce), *Carteia* (perto de Algeciras), *Hasta Regia*, (cêrca de Jerez), *Julia Genitiva* (Osuna), *Itucci* (perto de Baena), *Ucubi* (Espejo), *Hispalis* (Sevilha), *Astigi* (Ecija) e *Tucci* (Martos).

As da Lusitânia foram: Medelin, Cáceres, Beja, Santarém e Mérida.

Medelin, nas margens do Guadiana, a *colonia Metellinensis*, foi fundada por Quintus Cecilius Metellus Pius, o cônsul do ano 80 a. C. que triunfou sôbre a Hispânia no ano 71. Originou-se nos acampamentos *castra Caecilia* e *castra Metellina*, sendo a mais antiga das colónias lusitanas.

Com Cáceres identificou Hübner a *colonia Norba Caesarina*, de iniciativa de César.

Beja é a *colonia Pax Julia*. Santarém representa a *colonia Scallabis Præsidium Julium*. Ambas são também criações de Júlio César.

Mérida é a *colonia Augusta Emerita*, fundação de Augusto em 25 a. C. como estipêndio aos «*emeriti*» ou veteranos das legiões V e X.

Como era natural, estas colónias, — que é conveniente diferençar das povoações crescidas à sombra dos acampamentos —, tiveram de princípio, dados os elementos componentes, carácter militar.

É para notar que todas as colónias lusitanas são antigas e se encontram no sul, até a corrente do Tejo, em regiões vizinhas de Bética, a província espanhola que melhor assimilou a cultura romana.

Para as povoações indígenas os romanos estabeleceram várias categorias, considerando algumas, aliadas antigas, como livres, independentes e com direito a cunhar moeda, imunes de tributação; outras confederadas; outras ainda como estipendiárias ou obrigadas a pagamento de tributo, por castigo da sua resistência.

Transformaram também certos agregados urbanos em municípios romanos ou comunidades de direito latino, com privilégios e meios de acção que as aproximavam, em importância, das colónias.

(Cl. do autor)

A esplanada do cêrro do «Castelo Velho», Santiago do Cacém (antiga Meróbriga?)

Os comentários de Agripa assinalam cinco classes de povoações: colónias (antigos núcleos militares); municípios; cidades aliadas e livres; cidades tributárias; logares sem direito municipal independente e contribuintes; distinguindo ainda as colónias e municípios de direito romano, dos de direito latino.

Lisboa, o *municipium Felicitas Julia Olisipo*, foi na Lusitânia o único *oppidum civium Romanorum*. Évora — *Ebora liberalitas Julia* —, Mértola — *Myrtilis* —, e Alcácer do Sal — *urbs imperatoria Salacia* —, eram cidades de direito latino.

Plínio cita na nossa província 36 cidades estipendiárias, das quais nomeia *Aeminium*, *Balsa*, *Conimbriga*, *Capera* e *Cæsarobriga*.

Durante o período republicano as províncias espanholas haviam sido governadas por pro-cônsules e pro-pretores. Após a tríplice divisão passaram a sê-lo, cada uma das províncias imperiais, como a Citerior e a Lusitânia, por um *legatus Augusti pro-prætore;* a Bética, que era província senatorial, por um legado, ou pro-cônsul, consular ou pretório (conforme o personagem houvesse sido em Roma cônsul ou pretor).

Ao legado augustal da Citerior subordinavam-se 3 delegados do govêrno provincial, um para a diocese *Asturia et Callaecia*, outro para a *Cantabria* e o terceiro para a *Tarraconense*. Esta divisão em dioceses encontra-se pelo menos desde o século II. Segundo Estrabão havia duas na Lusitânia: em Mérida governava o legado do imperador; em Lisboa, provàvelmente, o delegado do legado provincial.

Sob Caracala, em 216, a diocese *Asturia et Callaecia* transformou-se, como já vimos, na nova província da Galécia sendo o *legatus Augusti pro-prætore* Gaio Júlio Cerealis, o primeiro que nessa qualidade governou todo o norte de Portugal, até o Douro, abrangido pela divisão.

Assistiam aos legados imperiais ou pro-cônsules: delegados, questores, curadores, empregados de finanças, oficiais, etc. Poderes civil e militar estiveram, até o século III, concentrados nas suas mãos, pois os legados imperiais dispunham de tropas nas províncias que lhes estavam confiadas.

Diocleciano e Constantino terminaram com o regime provincial estabelecido por Augusto. Com a divisão do Império em Oriental o Ocidental, cada uma das partes se repartiu em duas prefeituras, compreendendo a prefeitura do Ocidente, a Itália e as Gálias, incluindo esta última três dioceses: a Hispânia, a Gália e a Bretanha. A diocese era governada por um vice-perfeito, ou vigário, e subdividia-se em províncias a cuja frente se colocavam *praesides* ou consulares. Eram

consulares: a Bética, a Lusitânia e a Galécia; presidiais: a Tarraconense, a Cartaginiense, a Tingitana e a Baleares, sétima província, acrescentada no século IV.

Ursin apresenta uma lista de governadores da Lusitânia, de que reconheceu a existência desde Augusto até meados do século IV. O primeiro parece ter sido P. Carísio. Leite de Vasconcelos acrescenta a lista do autor finlandês, L. Fulcinius Trio, legado de Tibério no ano 31. A colheita de nomes de funcionários realizada pelo *Corpus* é importantíssima.

Das assembleias regionais, o Concílio provincial, reünido na capital, foi o mais importante. Era constituído por altos funcionários municipais deputados de todas as povoações independentes de cada círculo, *legados do concílio*, com prerrogativas e direitos honoríficos, em relações com o governador, podendo decretar honras e estátuas a beneméritos e apelar para o Imperador. O Concílio era também o centro do culto provincial, escolhendo-se entre os seus componentes o sumo sacerdote, que com sua mulher presidiam as cerimónias — o *flamen* e a *flaminica* da deusa Roma e dos divinos Augustos.

Para a administração da justiça os governadores circundavam-se de um corpo consultivo, formado por romanos e indígenas que constituíam o *conventus juridicus*. Êste nome fixou-se às povoações onde a justiça provincial, sob a presidência do governador ou delegados, costumava exercer-se.

Na Tarraconense havia 7 *conventus;* na Bética, 4; na Lusitânia, 3; respectivamente encabeçados em *Tarraco*, *Cartago Nova*, *Caesarea Augusta*, *Clunia*, *Asturica*, *Lucus*, *Bracara;* em *Gades*, *Garduba*, *Astigi*, *Hispalis;* e em *Emerita*, *Pax Julia* e *Scallabis*.

O moderno Portugal incluía-se, portanto, nos conventos *Bracarum* (da larraconense), *Emeritensis*, *Pacensis* e *Scallabitanus* (da Lusitânia), e *Hispalensis* (da margem esquerda do Guadiana).

Plínio conservou-nos notícia de que nos três conventos lusitanos estavam englobados 45 *populi* (5 colónias, 3 municípios de direito latino, 1 de direito romano e 36 cidades estipendiárias). No *conventus Bracarum* havia 24 *civitates*.

(Cl. Dr. Mesquita Figueiredo)

RUÍNAS DE CONSTRUÇÕES ROMANAS DA ANTIGA CETÓBRIGA
(AREAL DE TRÓIA, EM FRENTE DE SETÚBAL)

*
* *

A administração das povoações regulava-se, de um modo geral, nas cidades de direito itálico, à semelhança de Roma, com variantes locais, por exemplo, as que as leis municipais de Osuna, Málaga e Salpesa nos re-

velam. Espanha apresenta com referência às outras províncias do Império a superioridade de se haverem encontrado no seu solo fragmentos, até agora únicos, de diversas leis municipais, ou sejam constituïções ou forais concedidos pelos imperadores a colónias e municípios. A de *Urso* (Osuna) data da época de César (ano 44 a. C.) conservando-a, com intercalações, um texto da época de Vespasiano; as de Salpesa e Málaga foram outorgadas por Domiciano por 81-84; e uma *lex metalli vipascensis*, regulamento das minas de cobre de Aljustrel, data da época dos Flávios.

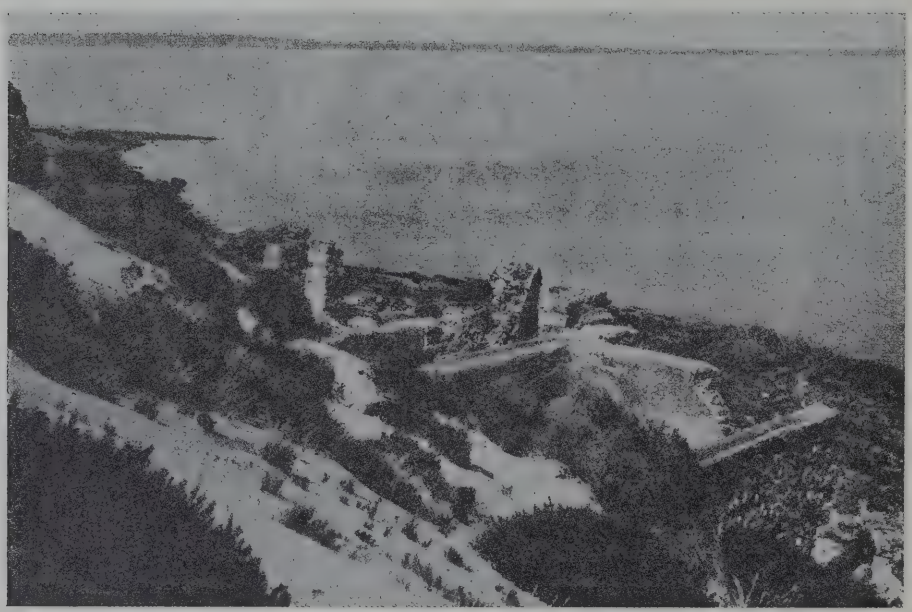
Á frente dos governos locais encontravam-se dois magistrados, os *duumviros*, eleitos, como cônsules, pelos cidadãos, os quais administravam a justiça, curavam dos órfãos, assistiam à manumissão dos escravos, exerciam a censura, presidiam os comícios, e governavam militarmente as cidades. A seu lado os edís curavam dos jogos, da *annona*, dos edifícios públicos e dos caminhos; os questores ocupavam-se das finanças. Os quatro formavam um «Colégio de quatuórviros». Cada 5 anos, outros dois magistrados *quinquennales*, obtinham as funções dos censores de Roma. Quando o imperador era duúmviro, substituía-o um *prefectus*. Mais tarde, curadores de nomeação imperial vieram vigiar os réditos. Não faltavam os sacerdotes municipais, pontífices, áugures, flâmines.

Aos magistrados assistia a *ordem dos decuriões*, espécie de senado romano composto de antigos magistrados, que constituíam a Cúria. Entre os decuriões *(decuriones)* e o povo *(populus)* — como em Roma entre o Senado e a plebe se intercalara a ordem equestre dos cavaleiros —, interpôs-se mais tarde a ordem dos *augustales*, corporação destinada ao culto do imperador, constituída por pessoas de grau inferior, oriundas de escravos libertos, mais ricas.

Dentro dos municípios distinguiam-se os *municipes* filhos da cidade, os *allecti*, adoptados como nativos, os *incolae*, antigos povoadores de colónias, os *adventores*, transeuntes, e os *hospites*.

O município hispano-romano compreendia não só o *oppidum*, a cidade, mas ainda o território circundante. Da união dos *pagi* e *vici*, favorecida pela realização de mercados em locais certos, nasceram os concílios rurais, dependentes do concílio urbano.

A Cúria ou câmara municipal da cidade compunha-se geralmente de 100 membros, funcionando como corpo deliberante e pautando o proceder dos magistrados, como se verifica pelos bronzes de Osuna. «As leis de Málaga e Salpensa marcam as suas atribuïções na época de maior florescimento municipal; tinham encargo das fortificações, dos aquedutos, dos jogos, nomeavam o *interrex* ou prefeito para as magistraturas vacantes até as eleições, escolhiam os legados ao imperador e os patronos do município, concediam as *tesserae*



(Cl. Dr. Mesquita Figueiredo)

RUÍNAS DE CONSTRUÇÕES ROMANAS DA ANTIGA CETÓBRIGA
(AREAL DE TRÓIA, EM FRENTE DE SETÚBAL)

de hospitalidade», consigna Ballesteros na *Historia de España.*

A decadência do município inicia-se em tempo dos Antoninos. Funcionários imperiais, os *curatores*, são nomeados para inspeccionar as finanças; o *curator civitatis Reipublicæ* absorve as atribuïções dos duúmvirus. Com a abolição dos comícios e o amesquinhamento das magistraturas locais o município arrüinou-se. Lògicamente a concessão do *jus latii* a todas as cidades espanholas, por Vaspesiano, uniformizando, concorreu para a centralização, que a proclamação de Caracala, declarando cidadãos todos os súbditos imperiais, completou.

*
* *

Os assuntos referentes à administração militar da Península foram estudados com desenvolvimento por Marquart e Hübner. Infelizmente poucas referências à Lusitânia se colhem nas suas obras.

Da época da República nada conhecemos sôbre as tropas de ocupação. Tibério retirou da Bética, completamente pacífica, as guarnições que ali haviam estado desde Augusto. De *Acci* foram as legiões I e II transladadas a Braga e Astorga; de *Corduba* a V e a X passaram a Mérida. Mais tarde a I, II e V saíram de Espanha ficando a X na Lusitânia. As moedas de *Emerita*, *Acci*, *Corduba* e *Cesarea-Augusta* conservam os números das legiões que nelas tiveram guarnição.

As tropas romanas eram constituídas por regulares e milícias de auxiliares, ocupando quarteis fixos, *castra*, independentes das colónias de veteranos com assignação de terras.

A legião compunha-se de 10 coortes, 30 manípulos e 60 centúrias, cada coorte compreendendo 3 manípulos e 6 centurias, num total de 500 ou 1000 homens. A insígnia da legião era a águia, que o *aquilifer* levava; como cada manípulo (2 centúrias) tinha direito a um *signum*, que o *signifer* levantava, correspondiam a cada coorte 3 *signa*. Os auxiliares tinham por estandarte o *vexillum*, pano quadrado de côr preso a uma régua atravessada no alto de uma lança.

De lusitanos conhecemos pelo menos 7 coortes que serviram no Oriente; igualmente os encontramos como pretorianos em Roma. Entre os *auxiliares hispani* conhecem-se 5 coortes de bracaraugustanos.

Adiante teremos ocasião de falar dos *castra*, acampamentos dos exércitos romanos na Lusitânia.

(Foto-Académica — COÍMBRA)

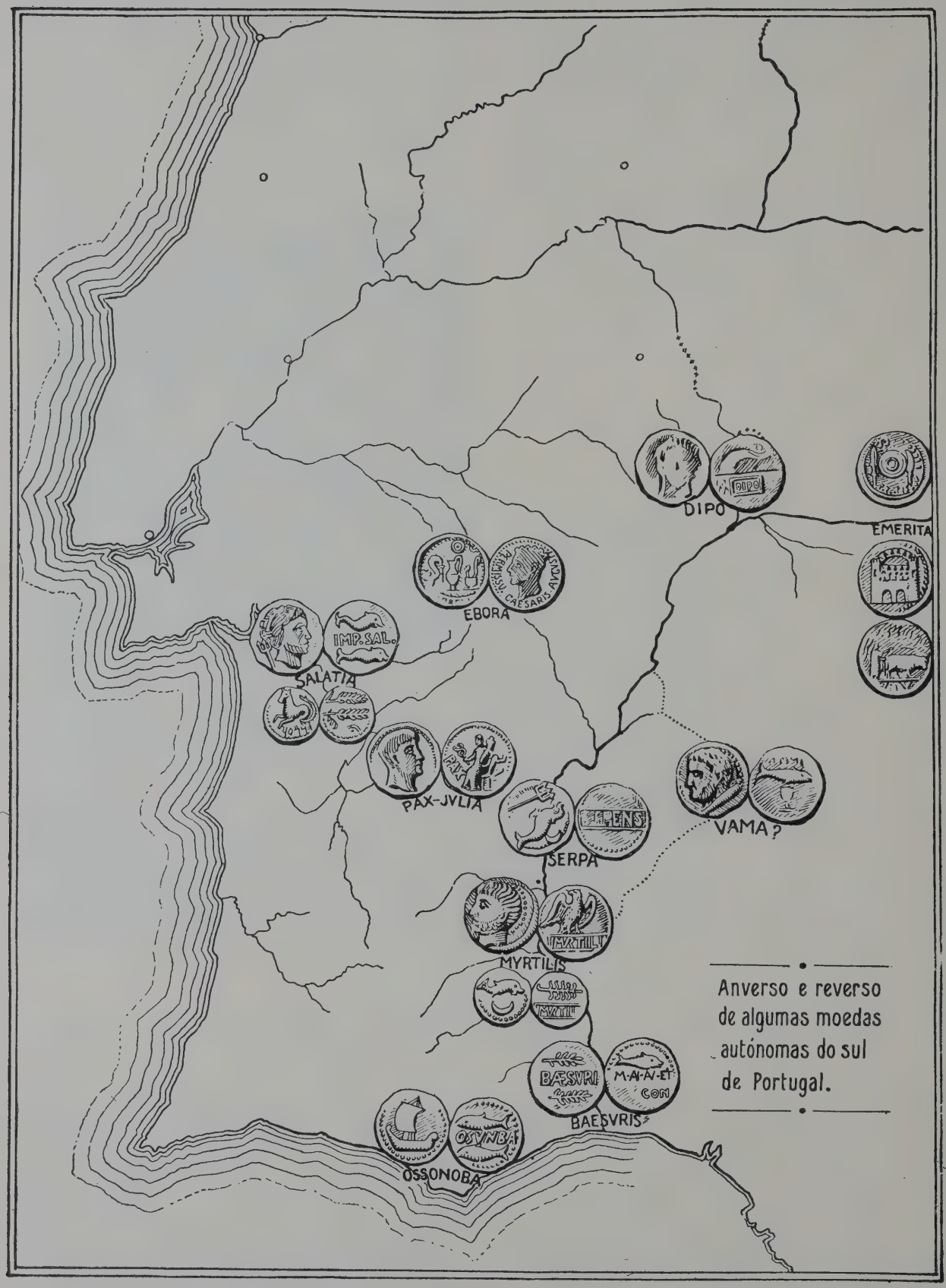
UM ASPECTO DA MURALHA ROMANA DE CONÍMBRIGA (CONDEIXA-A-VELHA)

*
* *

Schulten reüne e resume os *Laudes Hispaniae* em que os antigos autores testemunharam a abundância e a bondade dos produtos da terra.

Políbio e Estrabão enaltecem especialmente as riquezas agrícolas e mineiras da Lusitânia. Depois dêles referem-se à Península em geral, com idênticos encómios: Mela, Plínio, Sílio, Marcial, Justino, Solino, Claudiano e outros, até Martianus Dapella, que não esquece o vinho da Lusitânia e o ouro do Tejo. Com razão observa o professor alemão que tais alusões só diriam respeito ás regiões costeiras, as mais férteis da Ibéria.

A Península abundava de facto em cereais, gados e peixes, vendo-se as espigas e os



Anverso e reverso de algumas moedas autónomas do sul de Portugal.

atuns representados com símbolos nas moedas autónomas. Plínio constata o preço ínfimo da carne de porco na Lusitânia. A lenda da fecundação das éguas pelo vento nos campos olisiponenses fixa — tal como hoje —, a criação de gado cavalar no Ribatejo. Da mesma região se mencionam os olivais e os vinhedos. Das lãs de Salácia dizem algo os mesmos Plínio e Estrabão. A indústria do peixe salgado e em conserva *(garum)*, concorrendo com o do Ponto, estendia-se ao longo do litoral atlântico.

O comércio da Ibéria meridional fazia-se com a Itália e Roma, afirma ainda Estrabão. Todos os produtos agrícolas e minerais se encaminhavam para a metrópole. No Monte Testaccio, hoje altura do sistema defensivo de Roma, elevação artificial de ao menos 50 metros, longa mais de duzentos, constituída pelo vasilhame partido que transportara vinho e azeite, e que os navios de abastecimento de Roma despejavam na margem esquerda, encontrou Dressel inúmeras peças com carimbos de fabricantes ou oleiros da Ibéria, e nós proprio aí fizemos abundante colheita de marcas figulinas.

Das indústrias lusitanas apenas Plínio refere a dos tecidos leves, de lã, de Salácia. Ignoramos tudo à cêrca de outras indústrias cujos obreiros estavam agremiados em *Collegia* ou corporações de artífices, aos quais fazia concorrência a mão de obra escrava.

Do ouro do Tejo, Douro e Minho, do estanho da Galiza e Portugal também os antigos autores disseram alguma cousa; mas quási nada referiram das nossas minas de cobre tão abundantes, que a arqueologia reconheceu como já exploradas no tempo dos romanos: S. Domingos, Serra da Caveira, Aljustrel, etc.

As minas de Aljustrel, que ainda hoje se encontram em plena e activa exploração, ministraram um documento absolutamente precioso para a história da organização e trabalho mineiro sob os romanos, os fragmentos tabulares da *lex metalli Vipascensis* que Soromenho, Estacio da Veiga e Hübner estudaram e comentaram.

(Cl. E. Cerdeira)

ESTÁTUA ROMANA DE GRANITO, OUTRORA NA BARRA DO DOURO

(Museu Arq. do Carmo — LISBOA)

* * *

Ao conquistar a Península os romanos introduziram a moeda que haviam adoptado havia menos de um século, e que em 217 acabara de ser alterada no valor do asse, do denário e do sestércio. Encontramos depois dois sistemas monetários; o da Tarraconense e o da Bética, o primeiro com uma certa uniformidade de tipos, o segundo com numerosos sub-grupos. Na época imperial os tipos provinciais refundiram-se em modelos semelhantes aos dos imperadores. A moeda municipal era de cobre.

A obra de Delgado — *Nuevo método de classificación de las medallas autónomas de España* (1871--1876), verdadeiro *Corpus* da numismática ibérica, descreve e reproduz 2.193 moedas, correspondentes a 174 localidades peninsulares. Um trabalho recente de Casto M.ª del Rivero — *La colección de monedas ibéricas del Museo Arqueológico Nacional* (1. Madrid 1923) apresenta-nos em 31 lâminas os cunhos de 70 povoações do Ulterior, entre os quais se incluem as de *Aipora-Ebora*, *Brutobriga*, *Dipo*, *Baesuris*, *Myrtilis*, *Osonoba*, *Pax Julia*, *Salacia*, *Serpa* e *Tamusia--Tubucci*.

Rareiam estas moedas do meridião português, excepto as de Salácia, de que se

conhecem algumas dezenas de exemplares encontrados em Alcácer do Sal, Santiago de Cacém, Tróia, etc. Zobel de Zangrónis, em artigo da *Revue Numismatique* (1836, p. 369) atribuíu a Salácia moedas em que aparece uma epígrafe em caracteres que, coïncidindo na essência com os do alfabeto ibérico, apresenta uma modalidade que a diferencia da das moedas de *Obulco*. Heiss, Delgado, Berlanga e Leite de Vasconcelos lêem nessa epígrafe *Eviom*, que seria o nome indígena da cidade. No recente *Catalogo do Gabinete Numismático* da Biblioteca Nacional mencionam-se 8 moedas do *conventus Pacensis*.

(Cl. Alfredo Cândido)

BONECO DE BARRO, « TOGATUS », APARECIDO EM BEJA NO SEC. XVIII

(Biblioteca Nacional — Lisboa)

*
* *

Ao problema da riqueza pública está intimamente ligado o mecanismo tributário.

Durante a República, como o tesouro era um só e os gastos do Estado não pesavam demasiadamente sôbre os povos, limitando-se às despezas com o culto, exército, obras públicas, pagamento do funcionalismo menor e socorros, o próprio Senado que elaborava o orçamento inspeccionava a percepção dos impostos fixados, cobrando-se directamente, e em dinheiro, o *tributum* ou *stipendium* das províncias. Só os rendimentos variáveis eram arrendados a uma espécie de sociedade de publicanos, que se encarregavam de os arrecadar, assistidos pela fôrça pública.

Nos tempos do Império existiram dois tesouros; o *ærarium* do Senado, que recolhia os impostos nas províncias senatoriais, e o *fiscus* ou cofre do imperador, para onde entravam os rendimentos das províncias imperiais, que êle considerava como seu património. Aumentadas as despezas com a côrte imperial, repartições e serviços dependendo directamente da magestade, com o exército permanente, distribuïções de trigo, vinho e azeite *(annona* e *congiaria)* etc., subiu também a tributação, representada por taxas de transmissão, impostos directos e indirectos. Criados os procuradores augustais no comêço do Império, suprimiram-se os publicanos.

(Cl. do Autor)

FIGURINHA DE BARRO ENVERGANDO TRAJO POPULAR APARECIDA EM BEJA NO SÉC. XVIII

(Museu Municipal de Évora)

Roma considerava os territórios provinciais como seus *(prædia populi Romani)*, permitindo o cultivo do solo aos habitantes mediante um imposto *(vectigal certum)*, pago pelos distritos, globalmente.

« As cidades possuíam bens comuns; mas a fazenda municipal formava-se com a renda

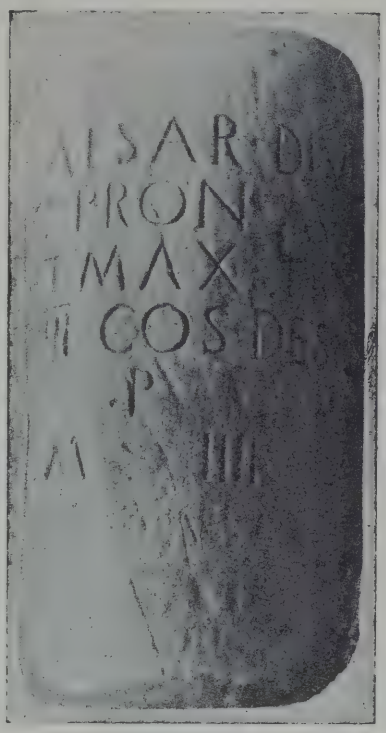
dos bens próprios e com os *vectigalia*. Eram bens próprios do município — pessoa jurídica — as casas, terras de lavoura, pastos, prados, montes e a *pecunia pública* procedente de legados e doações. Os *vectigalia* concediam-se com a lei constitutiva das colónias, e consistiam no produto de certos aproveitamentos e impostos indirectos, como portagens e pontagens», resume Ballesteros.

Com escassas variantes de fórmula e processo, os impostos eram, afinal, os de todos os tempos...

*

* *

Pouco espaço se pode conceder, num estudo como êste, ao capítulo da vida e da cultura romana, assunto divulgado por uma bibliografia vastíssima que se aprovisiona tanto nos textos dos antigos autores como no conhecimento dos documentos vivos que chegaram até nós: — cidades completas, monumentos grandiosos, inscrições sem conta.



(Cl. do Autor)

MARCO MILIÁRIO ENCONTRADO NA MEALHADA

(Museu Machado de Castro — COIMBRA)

Foto-Alves — CHAVES

COLUNA VIAL SÔBRE A PONTE ROMANA DE CHAVES

Reflexos de Roma nas províncias, as colónias e os municípios foram por sua vez, para os agregados menores indígenas, reflectores da vida e da civilização greco-latina.

Com a adaptação progressiva os usos, os gostos, as crenças itálicas ou de aceitação italiana, generalizaram-se. Exceptuada a constituïção etnológica e um pouco da alma religiosa, tudo o mais, da linguagem ao vestuário, se romanizou paulatinamente.

Vislumbra-se porém que, tal como hoje sucede dentro da Península e dentro de Portugal, houve povos e zonas que se deixaram distanciar do contacto romano, sobrevivendo aí as nomenclaturas, costumeiras, rítuais e artes autóctones através a sujeição dourada.

Schulten, aproveitando a massa das inscrições reünidas no *Corpus* para um trabalho

de estatística, estabelece o seguinte grau de romanização provincial, em ordem decrescente; Bética e o Convento tarraconense: a parte sul da Lusitânia; o convento de Cartago Nova; por fim Asturias, Galiza e o convento de Clunia e Saragoça, terras celtiberas.

A Bética foi de facto, a mais romana das províncias espanholas, o que aliás era de esperar do seu passado cultural turdetânico. Narra Estrabão que os seus habitantes chamavam *togati*, porque se vestiam à romana, com a toga. É natural que desde muito cêdo o mesmo acontecesse no Algarve e no Alentejo, províncias que, com as margens do Guadalquivir, compartilharam da educação, divertimentos, desportos e hábitos de conforto dos colonos e munícipes do sul. Os próprios documentos materiais que nos ficaram nessas regiões acusam uma real superioridade estética, correspondente a um afinamento de cultura, de que a transformação do trajo é um indício capital.

(Foto-Alves — CHAVES)

COLUNA VIAL SÔBRE A PONTE ROMANA DE CHAVES, COM A DEDICATÓRIA AO IMPERADOR E OS NOMES DAS DEZ COMUNIDADES INDÍGENAS QUE CONTRIBUIRAM PARA A OBRA.

Das quatro dúzias de bonecos de barro encontrados no século XVIII em Beja, debaixo de uma parede da rua Ancha, juntamente com uma moeda de Julia Messa, colecção de que restam poucos exemplares no Museu de Évora e uma na Biblioteca Nacional de Lisboa, obras de coroplastia regional, podemos inferir o tipo usual do vestuário. Ao lado da figura togada encontramos outra coberta com uma espécie de capucha, certamente o *cucullus* inverneiro ou de viagem.

As estátuas de deuses, imperadores e magistrados ostentam roupas de cerimónia ou parada. Para reconhecer o trajo trivial popular servem as figuras dos ex-votos, tam abundantes desta época na França e Itália e tam raras entre nós. Do santuário de Endovélico ficou-nos uma figura masculina, togada; outra de túnica de mangas, com cinto apertado. Os monumentos de Sá e de Frende mostram figuras enroupadas de túnicas longas ou saios curtos, cintados, variantes do mais simples dos trajos romanos, que se reduzia a uma espécie de calção *(subligaculum)*, à túnica, e à toga, que cobria as duas peças, vestuário ainda hoje peculiar à África do Norte.

A transformação do modo de vestir correspondia — como nesta era em que marroquinos, turcos e chineses, europeizando-se no exterior, procuram integrar-se nos costumes e no pensamento cosmopolita —, a uma transformação cultural profunda.

Com o trajo toda a vida exterior acompanhou o movimento, sofrendo os locais onde a vida pública e particuar decorria, a mesma transmutação, facilitada quer pela ingenuïdade e desimpedimento da terra, quer pela comodidade evidente da construção romana em comparação com as rudes edificações indígenas.

A casa romano-etrusca de átrio e *impluvium* central, dos colonos, foi imitada por toda a parte, e perdura na construção urbana e rural com páteos, do sul, Templos, foros, basílicas, teatros, mercados, banhos públicos e particulares, vilas, rurais, desseminaram-se pela vasta Lusitânia. Restam inúmeros vestígios dessas construções; dos monumentos me ocuparei adiante, em capítulo especial.

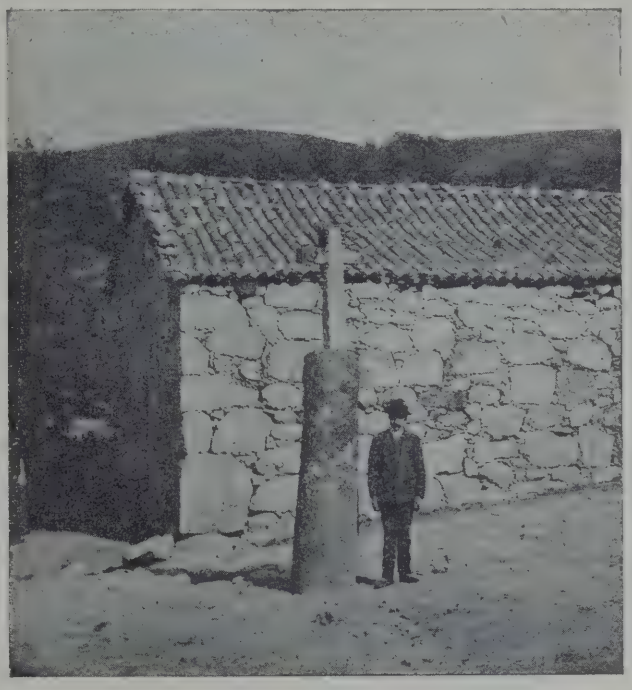
Nêsse ambiente profundamente latinizado decorreu a vida ibérica até muito depois das invasões bárbaras.

Da importância social e cultural da Hispânia testemunham os imperadores, funcionários civís e militares, e literatos oriundos da Península.

Pompónio Mela, o geógrafo, Columela, o da *De Re Rustica*, e Sílio Itálico eram do sul; Daciano, o estóico, de Mérida. De Alcácer do Sal foi talvez, segundo Leite de Vasconcelos, o historiador Cornélio Boccho.

A Hispânia deu a Roma 5 imperadores: Galba, que as tropas levantaram em Clúnia; Trajano, natural de Itálica; Adriano, dado também como de Itálica; Máximo; e Teodósio, o último dos grandes imperadores romanos, que nasceu em Cauca.

* * *



(Cl. Tude de Sousa)

Cruzeiro na freguesia de Covide (Gerez)
Miliário cristianizado

Ninguem ignora que para consolidação dos seus domínios e penetração em territórios em via de assimilação os Romanos abriram grande número de estradas, umas traçadas sôbre o percurso dos velhos caminhos comerciais, outras de carácter estratégico; e que essas vias de comunicação construídas com grande solidez, empedradas ou lageadas no leito, providas de valetas ou passeios, marcadas de milha a milha por colunas de pedra que memoravam os nomes dos imperadores sob cuja égide se executavam, e continham indicações de distância, foram utilizadas em alguns casos até a actualidade, perdendo-se porém a maioria delas na assolação das invasões e com as transformações políticas e sociais.

No manuscrito quinhentista *Da Fabrica que falece á cidade de Lisboa*, Francisco de Olanda enaltece-as, como bom escritor clássico: «não se fizeram mais grandes nem proveitosas obras quais as que fizeram os romãos nas calçadas e pontes de todo o mundo, em Asia, Africa e Europa, sempre continuando cõ as calçadas e pontes por altissimas serras e montes e lagunas e vales como se vê em Portugal na serra de Gerez alem de Braga (fl. 27)...; e costumarão eles a pôr de legua a legua hũa coluna ou pedra com letras, como se vê entre Evora e Beja sem letras, e com letras em a serra do Gerez e nos padrões que dela vierão que estão ẽ Santana de Braga (fl. 31)...; e não pudera eu crer esta cousa se quando parti de Lisboa logo ẽ Sacavẽ não achara a via romana e ponte quebrada no ryo, e nas charnecas de Montragil até onde chamão as Mestas as calçadas de scilice (pedra negra)...»

Em 1871 Hübner lamentava-se, em as *Noticias Archeologicas de Portugal*, de que não estivesse organizada uma carta das vias romanas do País, considerando que as suas indicações resolveriam, em grande parte, o problema da distribuïção da população na época luso-romana.

São óbvias as dificuldades de um tal trabalho, que não poderia realizar-se sem o concurso de muitos, e que obrigaria a sondar o País em todos os sentidos, por monte e vale. De mais a mais não estando levantada, ou sequer esboçada, a carta dos achados arqueológicos.

Raro será o arqueólogo português, dos mais antigos aos contemporâneos, a quem o

assunto estradas romanas, visto através da epigrafia dos seus marcos miliários, não tenha interessado. Mas faltam a concatenação e metodização dos informes. Sôbre o assunto devem salientar-se, nos últimos decénios, os trabalhos de: Martins Capela, referente aos miliários do Convento Bracaraugustano; Tavares Proença, que investigou os traçados viais da Beira Baixa; Alves Pereira, que estudou a estrada que passava sôbre a ponte de Vila Formosa; e o professor Amorim Girão, o qual num estudo recente de geografia urbana — *Viseu*, considerou esta cidade como centro de todos os ignorados caminhos da Beira Alta, atribuindo a tal circunstância o desenvolvimento da cidade.

I — Tronco duma estátua de Ceres (?), de Arraiolos

(Museu Machado de Castro — coímbra)

II — Estátua de Prosérpina (?)

(Museu de Abrantes)

(Cls. do autor)

O *Itenerário* de Antonino consigna, entre o rio Minho e o Guadiana, a existência de várias estradas cujos nodos foram Astúrica, Brácara, Olísipo, Emérita e Pax Júlia, cidades certamente as mais importantes do ocidente peninsular. Entre Astorga e Braga estão indicadas 4 *viae;* de Braga a Lisboa, uma; entre Lisboa e Mérida, três; de Beja a *Baesuris* (Castro Marim), duas.

Mas estas estradas, de indeciso traçado em mais de um ponto, não foram certamente as únicas abertas ao tráfico durante a ocupação romana, e o achado de miliários tem permitido documentar a existência de outras, como a que unia a região dos igeditanos aos *aravi* e ao Douro; a de Évora a Beja; outras que se cruzariam em Vizeu: — para Águeda, para o Pôrto, para a Guarda, esta talvez dirigindo-se à «Via da Prata». A estrada que por Trás-os-Montes, seguia a Chaves e Bragança, está identificada por pontes e marcos mais que por dados do *Itinerário.*

De todos os nomes de paragens indicadas sôbre o sulco das *viae* romanas, nem metade se conseguiu ainda localizar.

Das três estradas que ligavam Lisboa a Mérida, a primeira atravessaria o Tejo em frente da capital passando a Coina Velha — trajecto comum ainda no século XVI —, Setúbal, Marateca, Alcácer do Sal, Évora e Vila Boím; a segunda salvava o Tejo talvez em Vila Franca, seguindo na direcção de Montargil, Altér do Chão, Campo Maior, Botoa e La Matanza; a terceira seguiria a margem direita do Tejo até Santarém ou Abrantes, passando o rio, encaminhando-se por *Montobriga* (Aramenha?) *ad Septem Aras*, a oeste de Albuquerque, a entroncar com a anterior.

A estrada de Lisboa a Braga é a melhor identificada. *Jerabriga* ficaria entre Vila Franca e Alenquer, Santarém vinha depois, a seguir, ao norte, *Selium*, depois *Conimbriga*-Condeixa-a-Velha, logo *Aeminium*-Coímbra, *Talabriga*, na freguesia de Branca (Aveiro) *Langobriga*, *Cale* e Braga.

(Cl. E. Cerdeira)

MERCÚRIO

Busto de bronze

(Museu Etnol. Port.)

Do traçado das estradas de Braga para Astorga apenas de uma pode afirmar-se, com Hübner, que seguiria algum tempo ao longo do rio Douro. Das povoações citadas nos trôços de estradas entre Baesuris e Pax Júlia, Balsa fica em Tôrre de Ares (Tavira), Ossonoba na região de Faro. Salácia, Ebora, Serpa e Myrtilis são conhecidas; Arani, Fines e Arucci de localização incerta.

Os Museus, Etnológico de Belém, e do Carmo, de Lisboa; Machado de Castro, de Coímbra; e os de Bragança e Braga, possuem bons exemplares de miliários, sendo o agrupamento mais importante o do Museu bracarense. Em 1506, D. Diogo de Sousa reüniu muitos no campo da Vinha, depois passados para o Campo de Santana, mais tarde para o Largo das Carvalheiras, junto à capela de S. Sebastião, e finalmente para o Museu que ostenta o nome do grande prelado quinhentista. Provinham em grande parte da « Estrada da Geira », a que seguia pelo Gerez para a Galiza.

Além do *Itinerário* ministram-nos informações sôbre corografia lusitana, os geógrafos e historiadores antigos e as inscrições lapidares, conservadas ainda, ou de que ficou memória. O *Corpus Inscriptionum Latinarum*, de Hübner, proporciona: uma relação completa dos letreiros aparecidos em Portugal, com a sua leitura fiel, ou conjectural quando há dúvidas, e um mapa da povoação do território, incluindo o traçado das vias conhecidas.

Repartindo para efeitos de distribuïção geográfica, como o fez Leite de Vasconcelos, o País, segundo os conventos jurídicos a que já atrás ficou referência — Pacensis, Scallabitanus, Bracarum e Hispalensis —, das diferentes províncias — Lusitânia, Tarraconense e Bética —, dentro dos quais se inclui todo o actual território português, encontraríamos, partindo do sul, além de inúmeras localidades onde se encontram ou encontraram vestígios de povoação romana, certos agregados urbanos cujos nomes se podem localizar com segurança ou aproximadamente, em determinada região, e outros em ponto preciso.

No *Conventus Pacensis*, do Tejo ao Anas: *Laccobriga* (Lagos?), *Portus Hannibalis* (Portimão?), *Ossonoba* (Faro), *Balsa* (Senhora da Cruz — Tavira), *Baesuris* (Castro Marim), *Myrtilis* (Mértola), *Aranni*, metallum *Vipascensis* (Aljustrel), *Pax Julia* (Beja), *Ebora* (Évora), *Merobriga* (Santiago de Cacém), *Salacia* (Alcacer do Sal), *Caetobriga* (Setubal-Tróia), *Ammaia* (Portalegre), *Aritium Vetus* (Alvega?), Aramenha, *ad Fraxinum*, *Montobriga*, *Dippo* (Elvas?).

(Cl. João da Cruz e Silva)

ARA CONSAGRADA A VÉNUS SANTIAGO DE CACÉM

No *Conventus Scallabitanus*, do Tejo ao Douro:

Olisipo (Lisboa), *Scallabis* (Santarém) *Tubucci* (Abrantes?), *Sellium* (Seixo?), *Jerabriga*, *Conimbriga* (Condeixa - a - Velha), *Aeminium* (Coímbra), *Collippo* (Leiria), *Eburobrittium*, *vicus Baedorus* (aro de Coímbra-Bera?), *Talabriga* (freg. das Brancas? —Aveiro). *Langobriga* (Longroiva), *civitas Aravorum* (Marialva), *civitas Igaeditanorum* (Idanha-a-Velha), *Talabra* (Capinha?), *Lancia Oppidana*.

No *Conventus Bracarum*, do Douro ao Minho:

Cale (Portucale), *Salacia*, *Bracara Augusta* (Braga) *vicus Atucausensium*, *Tongobriga*, *Caladunum*, *Araduca*, *Aquae Flaviae* (Chaves), *civitas Baniensium*.

No *Conventus Hispalensis*, além do Anas: Serpa, *Fines* (Moura?), *Arucci* (Mourão?).

LUCERNA DE BRONZE APARECIDA EM VILA NOVA DE FAMALICÃO
(Aspecto de lado e frente)

(Cls. E. Cerdeira)

(Museu Etnol. Port.)

*

* *

Com as águias das legiões e os *signa* das coortes, as tropas romanas trouxeram à Hispânia os deuses do panteon helénico-itálico, os quais entre as inúmeras divindades indígenas alcançaram situação predominante e oficial.

O culto dos deuses greco-romanos na Lusitânia está amplamente documentado, principalmente por inscrições votivas, sendo mais abundantes as que se referem a *Jupiter*, pai dos deuses e dos homens, figura primacial do capitólio metropolitano.

Cl. E. Cerdeira)

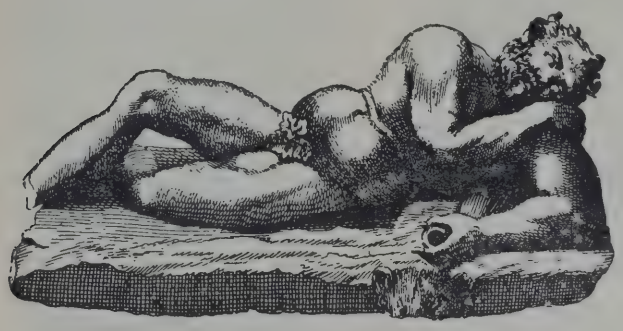
CARRANCA DE BRONZE
(Aparecida em Arcos de Val-de-Vez)

(Museu Etnol. Port.)

Aproveitando as informações do *Corpus* hübneriano e a bibliografia posterior à sua elaboração, Leite de Vasconcelos relacionou, nas *Religiões da Lusitânia*, as terras onde apare-

ceram inscrições consagradas a Júpiter, encontrando que, ao contrário do que seria de supor dentro dos princípios estatísticos adoptados para estabelecer a maior ou menor densidade de romanização em qualquer zona, é precisamente no norte, em regiões menos marcadas da cultura itálica, que abundam as epígrafes jovianas. É de facto em Trás-os-Montes, Entre-Douro-e-Minho e na Beira raiana que se têem achado mais pedras-votivas a *Jupiter Optimus*, *Maximus*, *Conservator*, *Depulsor* (inscrição de Dume) ou *Solutorius* (insc. da Lus. esp.). Leite de Vasconcelos procura explicar

o fenómeno aventando que, sob a designação de Jove, se houvesse acolhido qualquer poderosa divindade indígena. Outros opinam que tal difusão se deve à influência da *Legio Septima Gemina* que teve sede e depósito em Leão, e destacamentos espalhados por todo o ocidente peninsular.



SILENO DO TEATRO ROMANO DE LISBOA
(Segundo um desenho antigo)

Dos restantes membros da tríade capitolina, *Juno*, irmã e mulher de Júpiter, protectora da mãe e da esposa, e *Minerva*, guerreira Palas, ou sábia e habilidosa patrona dos *collegia* de artífices (em Hispânia, dos pedreiros e mestres de obras) e das indústrias femininas caseiras, poucos vestígios ficaram na epigrafia luso-romana. A primeira figura num monumento de Idanha-a-Velha, e em vários da região emeritense; a segunda, de que o professor Hernández-Pacheco possui uma estátua provinda de Alcuescar, era citada numa pedra descoberta no século XVIII em Valado de Alcobaça.

As doze grandes divindades incluídas em dois versos do Ennius, e constituintes do Concílio divino:

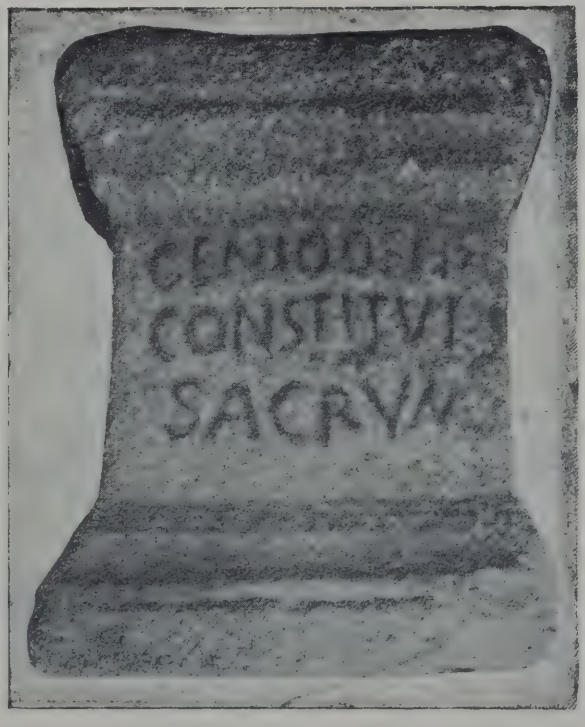
Juno, Vesta, Minerva, Ceres, Diana, Venus, Mars
Mercurius, Jovis, Neptunus, Volcanus, Apollo

todas tiveram culto na Península. Vesta, a deusa do lar, possuiu devotos em Hispalis e em Mantesa da Batistânia; e está documentada a sua veneração na Lusitânia por uma inscrição de Arroyo del Puerco (Cáceres).

De *Ceres*, deusa das colheitas, existe uma estátua de mármore em Mérida, exumada com outra que se supõe de Júpiter, no *Teatro* da capital. Dela podemos aproximar o tronco feminino procedente de Arraiolos e agora no Museu Machado de Castro, de Coímbra, igualmente de mármore e de belo trabalho. De *Metellinum* há uma ara consagrada à deusa, cujo nome a inscrição politeia das Caldas de Vizela também inclui.

Diana, irmã de Apolo, patrona da caça, a alva Fébe, a deusa triforme dos poetas, aparece-nos nos historiadores do período clássico português ligada à lenda de Sertório, a quem ela por intermédio de uma corça branca transmitiu os seus oráculos. E, pretendendo fixar a lenda, consideraram-se como consagrados a Diana os dois melhores templos remanescentes na Lusitânia, em Mérida e Évora.

Do seu culto, documentado na Bética (em Arucci e Burguillos) pouco se conhece na província ocidental, onde apenas um cipo de Loulé, em cujos flancos esculpiram um carcaz e um arco, e cujo letreiro é encabeçado pelas maiúsculas D. S. S. (*Corpus*, II. 5136), lhe é atribuído. Na coleção do Marquês de Monsalud, em Almendralejo, há uma estátua de Diana, de tamanho maior que o natural mas



(Cl. Luis Keil)

ARA CONSAGRADA A UM GÉNIO
(Existente em Aramenha — Alentejo)

incompleta, pelo movimento e disposição de modêlo praxiteliano.

Vénus-Afrodite com seu cortejo risonho de amores, génios e graças foi venerada no levante helenizado e na Bética, e teve estátuas em Emérita, de que chegaram até nós exemplares destroçados. O melhor, de pequenas dimensões mas de boa arte grega, representa o tronco da deusa desnudada, ao toucador; outra, nascente das águas, acompanhada de Cupido que cavalga um golfinho, pertenceu ao intercolúnio da scena do Teatro.

Em Portugal achou-se em 1808 em Santiago de Cácem uma ara consagrada *Veneri Victrici*, e, em 1925, no mesmo local outra dedicada *Veneri* (a Vénus).

Marte, deus da guerra e dos soldados teve em todas as províncias da forte Hispânia larga veneração. Era o deus que, mesmo fóra da Península, uma *cohors Hispaniarum* acantonada na Bretanha invocava, para que protegesse o imperador Trajano.

Em Portugal conhecem-se inscrições, em que o deus figura, de Santiago de Cacém, Tomar e Idanha-a-Velha, terra esta possìvelmente ocupada por um destacamento legionário, dada a abundância de dedicatórias a divindades guerreiras na região.

No pórtico do *hornito de Santa Eulália*, de Mérida, foram aproveitados elementos pertencentes a um templo de Marte. De Cañamero foi para o Museu de Cáceres uma lápide marciana. Entre as 30 inscrições que Hübner reüniu de *Turgalium*—Trujillo, havia uma referente ao deus.

(Foto-Académica — COIMBRA)

ARA CONSAGRADA AOS LARES PÁTRIOS
(Proveniente de Conímbriga)

(Mus. Machado de Castro — Coímbra)

Mercúrio, deus dos pastores, dos ladrões, da eloqüência, das artes liberais e do comércio, moço, ágil, sorridente, desnudado e de azas nos pés, sentado num rochedo e tendo ao lado a lira que inventou, tal nos aparece numa estátua do Museu de Mérida, encontrada em 1913. De Salvatierra de Santiago e Valência de Alcântara há aras consagradas ao mensageiro celeste, citadas por Mélida no *Cat. Mon. de Esp.* — *Província de Cáceres.*

(Cl. E. Cerdeira)

ESTATUETA DE BRONZE DA DEUSA FORTUNA

(Museu Etnol. Port.)

Em Medelim de Portugal (Idanha) encontrou-se em 1907 uma árula dedicada ao deus. Outra de Enfias (Fornos de Algodres), e duas de Olísipo, transcreve o *Corpus*. A representação de Mercúrio em estatuetas, lucernas, pesos e fundos de vaso é freqüente.

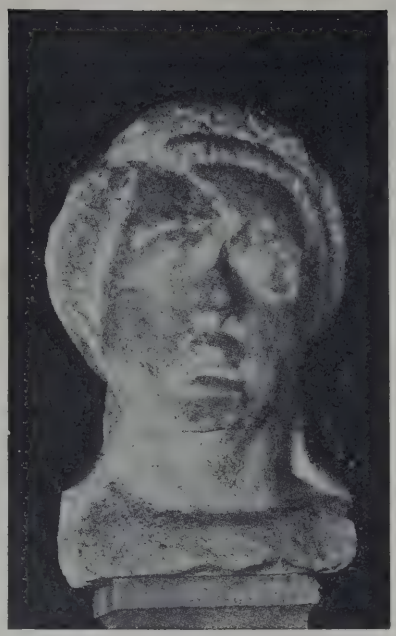
Neptuno, irmão de Júpiter, senhor das águas, venerado em todo o perímetro mediterrânico, teve culto especial no levante e no sul da Península.

Nas ruínas de Tróia descobriu-se em 1814 uma pátera de prata em que se distinguia o tridente neptunino. Um asse do município de Salácia mostra duma banda a figura cabeluda e barbada do deus, precedida do tridente, e da outra, entre dois golfinhos, IMP. SAL.

Do disforme e industrioso *Vulcano*, ferreiro genial que forjou as armas de todos os heróis antigos, refere André de Resende que possuía uma imagem reduzida, de cobre, estatueta encontrada junto da capela de S. Brás, em Santiago de Cacém.

A *Apolo* ou Febo, auriga do Sol, tomado freqüentemente pelo próprio Sol, como Diana, sua irmã o era pela Lua, jovem, belo, cantor e músico, querido dos poetas, deus das artes, levantou o mundo antigo culto inúmeras estátuas, sendo estas, mais que as inscrições votivas, que engrandecem o seu culto.

Em 1876 encontrou-se nas margens do Guadiana, no concelho de Alcoutim, uma estátua de Apolo encostado a um tronco de árvore, no qual se enleia a aljava divina. Faltam-lhe cabeça, braços e parte de uma perna, pertencendo hoje ao Museu Etnológico. Em Mérida não apareceu até agora nenhuma outra evocação plástica do deus, o que em verdade não favorece intelectualmente a capital dos lusitanos.



(Foto-Académica — COIMBRA)

CABEÇA GIGANTEIA DE UM IMPERADOR PROVENIENTE DE BOBADELA

(Mus. Machado de Castro — Coímbra)

A seguir aos doze *consentes* da côrte celeste pagã, encontramos em categoria imediatamente inferior os *selecti;* depois os deuses inferiores: — campestres, marinhos, domésticos e alegóricos — ; e finalmente os semi-deuses, filhos dum deus e dum mortal.

Sôbre estas classes secundárias de divindades, a mitologia é menos precisa e a exemplificação ibérica é impossível ou irregular. Dos *selecti* foram invocados na Lusitânia: *Plutão* e *Prosérpina*, cujas estátuas de mármore,—uma de 2,^{m}25 de alto, outra de 1,^{m}82— figuravam no intercolúnio do teatro emeritense, evocando, com Ceres, a scena dos mistérios clássicos da perpétua renovação, e de cujo culto no Alentejo, em Revelhos, de Arronches e Fonte Branca, de Elvas, ficaram documentos epigráficos, sendo provàvelmente também de Prosérpina a bela estátua descabeçada do Museu de Abrantes; o *Sol* e a *Lua*, a quem os nossos antigos autores atribuíam um santuário no extremo da Serra de Sintra; e *Baco*, consagrado numa inscrição da região de Cória. Nas escavações do teatro romano de S. Mamede de Lisboa vieram à luz duas estátuas de *Sileno*, uma das quais está exposta agora no Museu Etnológico. Igualmente em desaterros de Mérida surgiu uma cabecita de Sileno coroada de pâmpanos. Em Torremejia, a 3 léguas de Mérida, uma lápide testemunha que Lúcio Júlio Juliano cumpriu uma promessa a *Silvano*, fauno alegre da escolta de Baco. Em Cacela, no Algarve, recolheu-se um par de *hermae*, marcos terminando em vulto bifronte, um dos quais representa as cabeças de *Báco* e *Ariadna.* Uma antefixa ou bocarra de telhado, de bronze, proveniente de perto dos Arcos de Val-de-Vez figura uma cabeça de *bacante.*

De divindades menores, de procedência romana, podemos ainda citar outros exemplos.

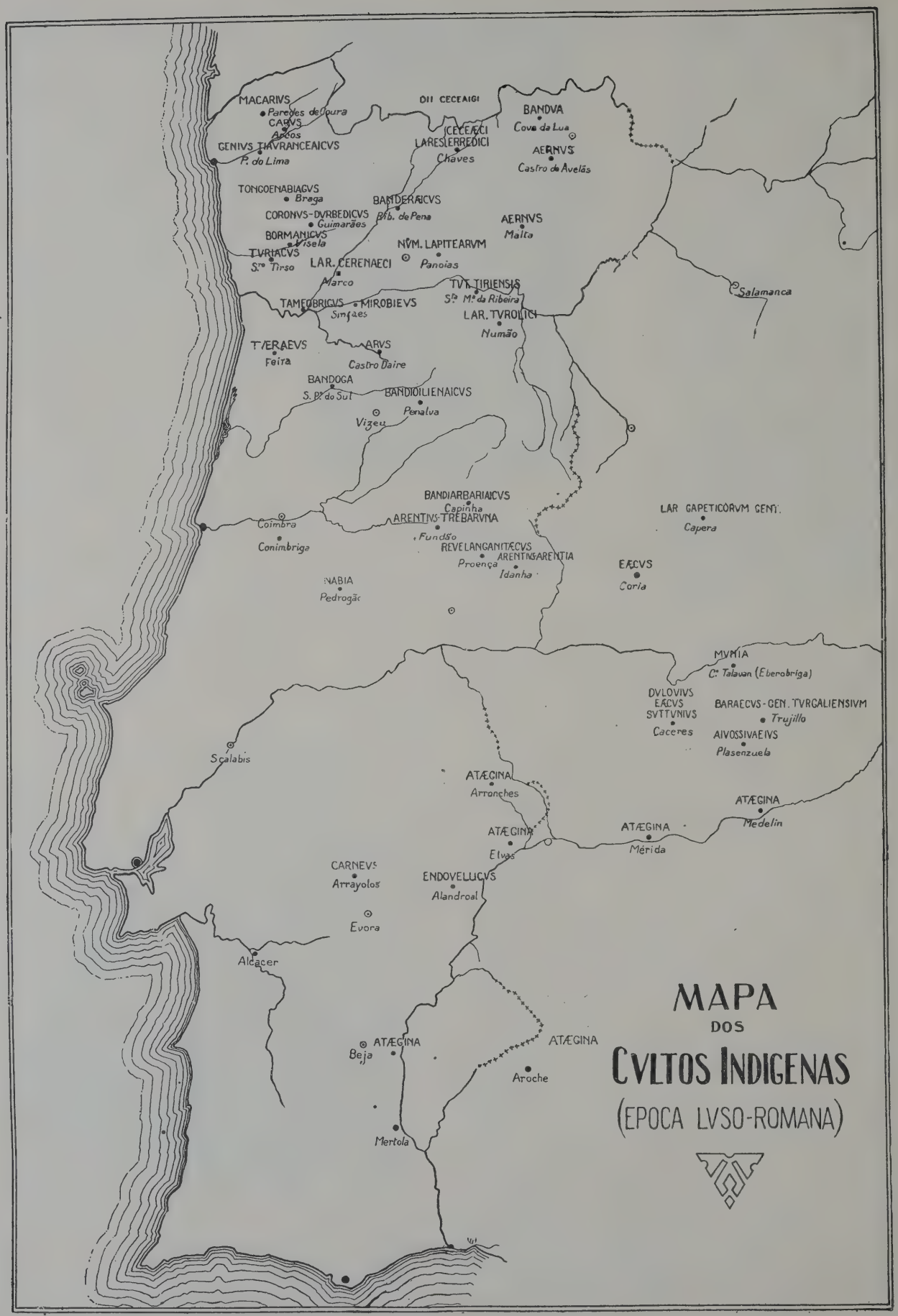
Tellus, a Terra divinizada, *(Terra mater, Terra genitrix)* aparece numa inscrição muito simples de Orense, na Galiza.

Conta Plínio que os olisiponenses mandaram uma delegação a Tibério para lhes anun-

(Foto-Académica — COIMBRA)

PÉ DUMA ESTÁTUA COLOSSAL DE IMPERADOR?

(Museu Machado de Castro — Coímbra)


MAPA
DOS
CVLTOS INDIGENAS
(EPOCA LVSO-ROMANA)
MACARIVS
Paredes de Coura
CARVS
Arcos
GENIVS TIAVRANCEAICVS
P. do Lima
DII CECEAIGI
CECEÆCI
LARES ERREDICI
Chaves
BANDVA
Cova da Lua
AERNVS
Castro de Avelãs
TONGOENABIAGVS
Braga
BANDERÆICVS
Rib. de Pena
CORONVS-DVRBEDICVS
Guimarães
BORMANICVS
Visela
TVRIACVS
Sto Tirso
LAR. CERENAECI
Marco
NVM. LAPITEARVM
Panoias
AERNVS
Malta
TVT. TIRIENSIS
Sta Ma da Ribeira
LAR. TVROLICI
Numão
Salamanca
TAMEOBRIGVS
Sinfães
MIROBIEVS
TÆRAEVS
Feira
ARVS
Castro Daire
BANDOGA
S. Pº do Sul
BANDIOILIENAICVS
Penalva
Vizeu
BANDIARBARIAICVS
Capinha
ARENTIVS-TREBARVNA
Fundão
Coimbra
Conimbriga
REVELANGANITÆCVS
Proença
ARENTIVS-ARENTIA
Idanha
LAR GAPETICORVM GENT.
Capera
EÆCVS
Coria
NABIA
Pedrogão
MVNIA
Cº Talavan (Eberobriga)
DVLOVIVS
EÆCVS
SVTTVNIVS
Caceres
BARAECVS-GEN. TVRGALIENSIVM
Trujillo
AIVOSSIVAEIVS
Plasenzuela
Scalabis
ATÆGINA
Arronches
ATÆGINA
Elvas
ATÆGINA
Mérida
ATÆGINA
Medelin
CARNEVS
Arrayolos
ENDOVELLICVS
Alandroal
Evora
Alcacer
ATÆGINA
Beja
ATÆGINA
Aroche
Mertola

ciar que tinham visto e ouvido numa gruta um *Tritão* ao natural, tocando um búzio; e igualmente narra que na costa olisiponense tinha sido vista uma *Nereida*, « cuius morientis etiam cantum tristem accolae audivere longe », a qual ao morrer desferira canto saüdoso, ouvido longe pelos moradores.

(Cl. E. Cerdeira)

Cabeça do deus Endovélico (?)

(Museu Etnol. Port.)

Do *Oceano* há uma belíssima estátua em Mérida, identificada por Pierre Paris. E o *Guadiana*, como rio divinizado, figura num asse da capital da Lusitânia. O *Ebro* teve estátua em Tarragona.

Em Baños de Montemayor, onde perdura um estabelecimento termal que data da época romana, existem várias inscrições votivas às *Ninfas*, às Ninfas de Capera e à *Fonte*. Em Guimarães um lápide do Museu Martins Sarmento é consagrada às Ninfas; e a mesma dedicatória se arquivou noutra de Chaves.

Nos campos de Bencatel, junto de uma fonte, encontrou-se um voto *Fontano et Fontanae*. Da colecção do Marquês de Monsalud faz parte uma pedra consagrada às Fontes: *Fontibus sacrum*.

Uma estátua de tronco nú, teatral e vulgar, como a classificou Pierre Paris, encontrada com outras no recinto do *mithraeum* emeritense, representa o deus da medicina *Esculapio*, cuja aceitação lusitana vários monumentos epigráficos documentam, como o de Santiago de Cacém: — « *A esculapio Deo Cattius Januarius, medicus Pacencis* » —, e os 3 de Olísipo: um das ruínas das termas da Rua da Prata, os outros provàvelmente das térmas das Pedras Negras. A *Asclepius* e à páredra *Hygia* dedicou Marcus, braguês, uma pedra. Hygia é a mesma *Salus*, saúde, à qual há dedicatórias de Capera e Baños de Montemayor, Ibahernando, Montanchez, etc.

Dentre as divindades domésticas e públicas, os Lares, Génios e Tutelas foram venerados na Lusitânia.

Em Aprá (concelho de Loulé) e Vizeu encontraram-se inscrições larárias. E com invocação aos *Lares Viales*, patronos dos caminhantes, conhecem-se letreiros da Galiza, e um de Brácara. Os Lares Turobrigenses são invocados numa pedra de Vilamiel.

Em Cáceres perdura a estátua do *Genius* da *Colonia Norbensis Cæsarina;* em Emérita ao *genius civitatis* houve um voto; em Midões, Caius Cantius Modestinus consagrou um templo ao *Genio Municipii;* no castro de Alvarelhos desenterrou-se uma ara de granito, que Martins Sarmento estudou, dedicada ao *Genio* por Saturnino, filho de Caturão. O mercado de Braga possuía tambem o seu génio — *Genius Ma-*

(Cl. E. Cerdeira)

Ara consagrada a Endovélico

(Museu Etnol. Port.)

(Cl. do autor)

O prédio das lápides, na Travessa do Almada, às Pedras Negras, Lisboa

cida no século XVIII e depois perdida, era dedicada, segundo a leitura de Hübner, às seguintes divindades: «... *(Junoni) reginae, Minervae, Soli, Lunae, diis omnipot (entibus), Fortunae, Mercurio, Genio Jovis, Genio Martis, Aesculapio, Somno, Veneri, Cupidini, Caelo, Castoribus (Heroibus?), Cereri, Ge(nio) Victoriae, Genio meo, diis sedis perv...* ».

* * *

celli —, como se lia no cipo basal de uma estátua. A epígrafe de uma ara de Aramenha inicia-se pela consagração *Genio.*

Da *Tutela* fala uma inscrição de Aquae Flaviae *(Corpus*, II, 5618).

No grupo das divindades que costumam denominar-se alegóricas podemos incluir a *Victoria*, a que se dedicaram monumentos de Idanha-a-Velha e Fundão. O mesmo C. Cantius Modestinus que fez a consagração de um templo ao *Genio Municipii*, fez outra à Vitória, — *Victoriae.* O génio da Vitória figura também na inscrição politeia de Vizela.

A *juventus*, deusa da mocidade, prestaram os pacenses culto; *Pietas*, a ternura doméstica, evoca-se numa inscrição de Coja; à *Fortuna* dedicaram-se monumentos em Mérida Montereal, Tôrres Novas e Luz de Tavira, êste importantíssimo, hoje no Museu de Faro. De um templo à *Concordia*, restam aras sobrepostas na coluna de Santa Eulália, em Mérida. Segundo as letras *Concordiae Augusti*, o P.e Fita atribuíu êsse templo à época dos Antoninos. Um munícipe de Olísipo consagrou também uma pedra à Concórdia.

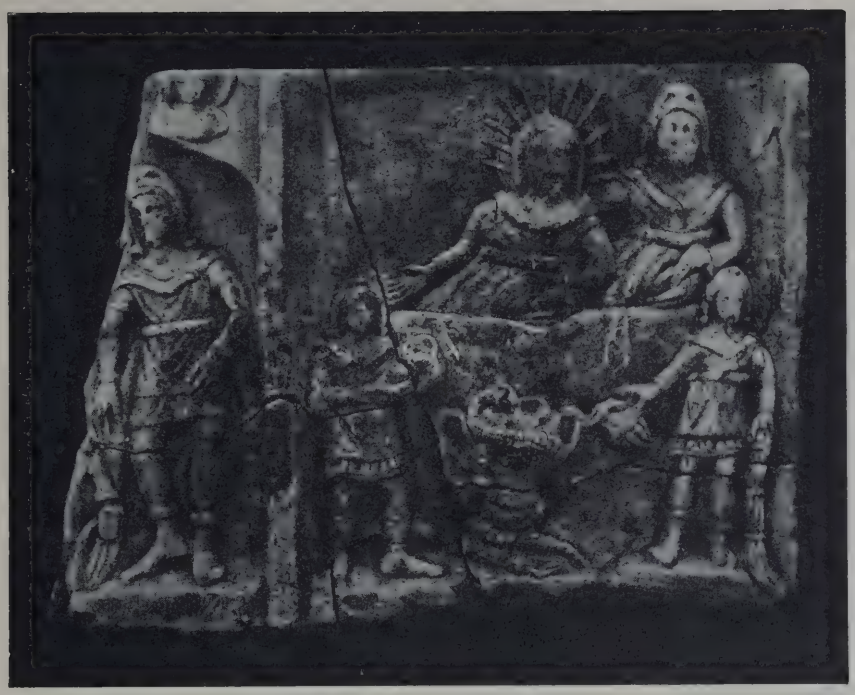
Rememoram o semi-deus *Hércules*, o forte defensor, duas inscrições de Cáceres. Admira que o seu culto não tomasse uma grande extensão, substituindo a veneração do Hercules púnico, certamente conhecido na Península desde muitos séculos.

A inscrição politeia de Caldas de Vizela, a que mais de uma vez se fez referência, apare-

O culto dos imperadores, com origens orientais, praticou-se na Hispânia como noutras regiões do mundo romano. Augusto, que já no ano 25 recebera dos tarraconenses a oferta de um altar, teve, segundo o testemunho de Tácito, um templo na capital da província Citerior. - *Augusti* - ou *divi*, divinizados - sempre *post-mortem*, Cláudio, Vespasiano, Tito, Marco Aurélio, Cómodo e Aureliano foram

(Cl. do autor)

Ara consagrada a Cybele, do prédio das lápides da Travessa do Almada, Lisboa



Tróia; Flávia Rufina emeritense (numa inscrição alcacerense); Labéria Galla, enterrada em Collipo (Leiria); Servília, olisiponense; Calchísia, que figura num letreiro de Montemór-o-Novo, etc.

Além dos flâmines provinciais existiram flâmines e flamínicas adstritos aos cultos locais: em Emérita, Caesaróbriga, Ossonoba, Pax Júlia, Salácia, Olísipo e Bobadela.

Igualmente desempenharam funções no sacerdócio oficial dos Césares, os *augustaes* e os *séviros*, tendo o seu Colégio ou

adorados na Península. E com as mulheres sucedeu o mesmo: Lívia possuíu um templo em Olísipo, Faustina em Tarragona.

Os *divi* são mencionados em inscrições de Beja e de Alcácer do Sal. Uma lápide da fonte de Armez (Vila-Verde — Sintra) fala de *L. Julius Maelo* (remoto antepassado dos Melos) *flam (en) caudic(arius) divi Aug (usti)*, barqueiro, flamen do divino Augusto. Noutro letreiro olisiponense rememora-se Q. Julius Plotus, um *flamen* de Germânico César, filho de Druso, sobrinho de Tibério, e também de Lívia, viuva de Augusto, só depois da morte do marido, *Julia Augusta*.

Existiu, além do individual, o culto colectivo dos imperadores, a que se associou o da deusa *Roma*. Divulgou-se também a veneração do Génio ou nume tutelar dos césares.

Como ficou dito noutra secção, um dos fins do *Concilium* ou assembleia provincial era exercer o culto oficial. Tal culto é testemunhado por numerosas inscrições em que figuram os sumo-sacerdotes, os flâmines. No *conventus Bracaraugustanus* houve também *concilium*, ao qual presidia um *sacerdos*.

Hübner relacionou bastantes nomes de *flamines* e *flaminicae* da província da Lusitânia: — C. Júlio Vegeto, de Ammaia (Portalegre); L. Junius Latro, de Conímbriga; dois L. Cornelius Bocchus, de Alcácer do Sal e

I — Baixo-relêvo com representação mitraica encontrada num «mithraeum» em Tróia (Cetóbriga)

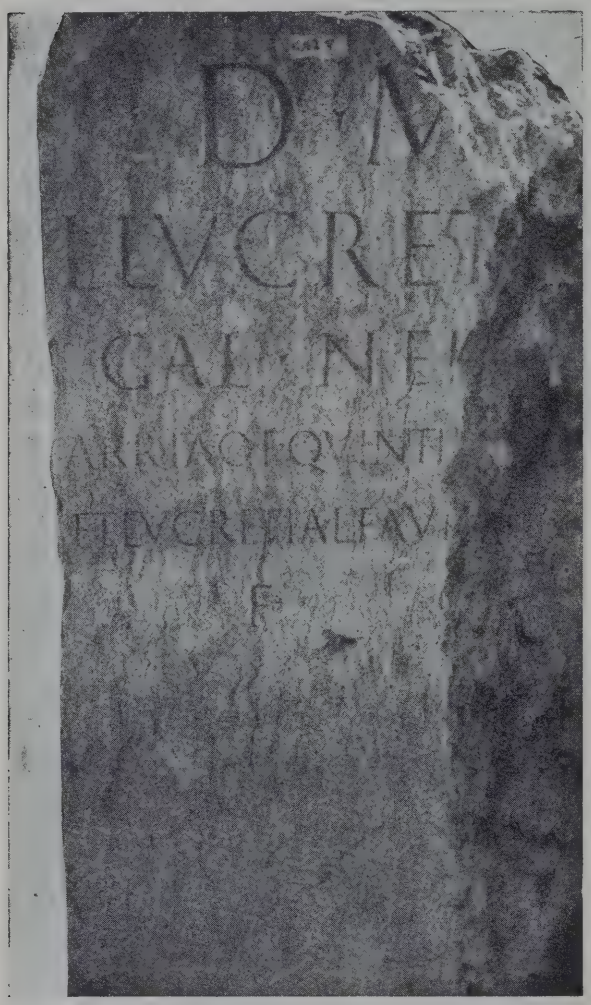
(Cl. do autor)

II — Lucerna romana encontrada em Tróia (Cetóbriga)

(Cl. F. Alves Pereira)

(Mus. Etnol. Português)

Ordem sido criada com libertos ricos, gregos e orientais na sua maioria. A epigrafia lusitânica perpetúa a existência de uns e outros no sul de Portugal, em Ossonoba, Balsa, Beja, Évora, Lisboa. Em Beja, uma inscrição encontrada em 1895 nas escavações do Palá-



(Cl. do autor)

Cipo colossal consagrado aos Deuses Manes, encontrado em Lisboa

(Museu Arqueológico do Carmo — Lisboa)

cio dos Infantes, relata que os amigos de Lúcio Márcio Piero, natural de Pax Júlia, augustal da colónia pacense e do município de Évora, lhe erigiram uma estátua cuja despesa o homenageado quis pagar. Em Olísipo a orquestra e o proscénio do teatro foram dedicados a Nero, em 57 da nossa era, por C. Heius Primus Cato, angustal perpétuo.

*

* *

Nas províncias profundamente romanizadas, como a Bética e a Tarraconense, os deuses indígenas desapareceram quási por completo, o mesmo sucedendo no sul da Lusitânia. Na Lusitânia setentrional, na Galécia e na Celtibéria, porém, os cultos tradicionais conservaram toda a importância.

Em aras, tábulas e estelas, talhadas, gravadas ou esculpidas ao gosto romano, os deuses locais, em maioria anicónicos, foram memorados pelos benefícios dispensados aos seus devotos.

São numerosíssimos êsses numes regionais no norte de Portugal, e embora não esteja levantado o mapa das suas áreas culturais, as *Religiões da Lusitânia* do professor Leite de Vasconcelos arquivaram elementos suficientes para a elaboração dessa carta. Não deve esquecer-se, sôbre o assunto deuses indígenas, o trabalho filológico, profundo e original, do professor Adolfo Coelho.

Dentre as divindades ibéricas, aquela cujo culto na Lusitânia está melhor documentado é Atégina, nome provàvelmente derivado do céltico *ate-gena*, e que aparece ortografado — Ataecina e Adaegina. A séde do seu culto foi em Turóbriga, na Betúria céltica, local que se crê ter assento não muito longe de Arucci (Aroche), estendendo-se entre Guadalquivir e Tejo a veneração pelos seus poderes de deusa fecunda, infernal e médica, assimilada a Prosérpina e Libera.

O grupo maior de inscrições que se lhe referem, consagradas *Deae Ataecinae Turobrigensi*, recolheu-se nas províncias de Badajoz e Cáceres, e no Alentejo: em Mérida, Medelin, Cárdenas, Ibabernando, Herguijuela (Trujilo), Cáceres, Arronches, Quintos (Beja), etc.

A inscrição de Herguijuela notabiliza-se por começar *D. Ara. Es. Ata. Turibrice* (« dedicata ara est Ataecinae Turibricensi »). Não menos notável era a que se encontrou perto de uma albufeira onde bebe o aqueduto dos Milagres, de Mérida, contendo uma fórmula imprecativa contra um larápio que roubara ao devoto duas capas, seis túnicas e certas camisas, e que era encabeçado por *Dea Atae-*

cina Turobrig. Proserpina. Entre os dedicantes à deusa encontram-se indígenas e gregos.

De área mais limitada foi o culto de *Endovélico*, nome derivado do celtico *andevellicos* (o muito bom), divindade tópica talvez assimilável a Esculápio, cujo *fanum* se encontrava no outeiro de S. Miguel da Mota em Terena (concelho de Alandroal). Numerosos documentos lapidares testemunham a existência do santuário do *numen loci*, pedras aproveitadas como material de construção nas paredes de uma capela consagrada ao Arcanjo tutelar da medicina, e que foram transportadas ao Museu Etnológico de Belém. Entre essas pedras figura o ex-voto de um hemiplégico, esculturas antropomórficas e bastantes aras encimadas pela fórmula D. E. S. (Deo Endovellico Sacrum), « consagrado ao deus Endovelico ».

Sôbre o santuário e suas pedras-votivas tem-se escrito muito, desde o século XVI.

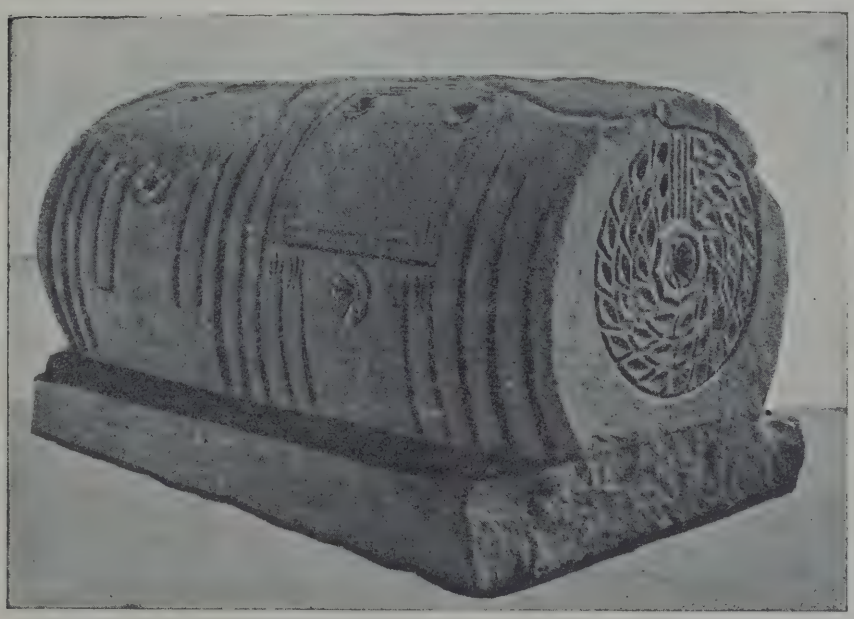
Carneus, a que se referiam duas lápides perdidas de Arraiolos, teve provàvelmente o centro do seu culto em Santana do Campo, onde perdura parte de uma bela construção romana.

Uma ara tôsca de calcáreo que foi achada nos arredores de Évora e se encontra no Museu dessa cidade, parece dedicada a outra divindade indígena, *Runesocesius*.

Na Lusitânia espanhola correspondente à província de Badajoz, não conhecemos mais deuses além de Atégina; mas na província de Cáceres, em correspondência com a nossa Beira Baixa, abundam as memórias de cultos locais. Conhecemos *Eacus*, por letreiros de Norba e Cória; *Suttunius* (Norba); *Baraecus* (Turgalium); *Aivossivaeius* (Plasenzuela-Trujillo), *Dulovius* (Cáceres). Na ara de Dulovius, a seguir ao seu nome vê-se um touro, possivelmente a representação do deus, o que revelaria sobrevivências de um panteon animalista, tam desenvolvido na Galia. Conhecemos ainda os *Lares gapeticorum gentilitatis*, de Capera; e *Munia*, a deusa de Eberóbriga (castro de Talavan), divindade de nome céltico-lusitano.

Do lado de cá da fronteira, a Beira Baixa raiana foi também alfobre de divindades indígenas, sendo a região de Idanha excepcionalmente rica em documentos epigráficos luso-romanos. Há deuses de nomes estranhos, como *Revelanganitaecus* (de Proença) e *Bandiarbariaicus* = *Bandio Arbariaicus* (de Capinha); outros com culto bastante extenso, como *Arentio*, aparecendo ora sósinho, como numa inscrição de Zebras-Fundão, ora acompanhado (Idanha) da páredra *Arentia* (Cfr. Fontanus e Fontana; Aesclepios e Hygia). Duas aras recolhidas no Fundão dizem-nos: uma que Tongio, filho de Tongétamo, *signifer* da coorte II dos Lusitanos, igeditano, dedicou uma ara a *Trebaruna*, divindade indígena que os celtistas consideram, conforme à filologia, um penate ou génio doméstico; outra, que cumpriu um voto à *Victoria*. Leite de Vasconcelos assimila as duas divindades, indígena e romana.

Mais para o interior português, no paralelo de Idanha, encontrou-se em Pedrógão Pequeno uma ins-



(Cl. E. Cerdeira)

MONUMENTO SEPULCRAL CUPIFORME, ALENTEJANO

(Museu Etnológico Português)

crição votiva a *Nabia* ou Navia, cujo culto está documentado na Callaecia (Galiza, Braga, Paredes) e na Lusitânia hespanhola (Alcântara). Tal disseminação, absurda para um deus local, confirma que as *navias* tutelares das águas tiveram larga aceitação. Tem-se recordado, a propósito, a designação *Horta Navia*, em Lisboa.

(Cl. do autor)

ARA SEPULCRAL

(Museu de Évora)

Na Beira Alta as epígrafes votivas falam-nos de *Bandius Ilienaicus* (de Esmolfe-Penalva); de *Bandoga* (S. Pedro do Sul); e de *Arus*, inscrito numa árula de Castro de Aire, hoje no Museu do Carmo.

Ao longo da corrente do Douro conhecemos: por uma ara encontrada na confluência do Tâmega, *Tameobrigus*, naturalmente o senhor do rio; por uma pedra de Tuias (Marco de Canavezes) os *Lares Cerenaeci;* por uma inscrição de Santa Maria da Ribeira-Vesúvio, a *Tutela Tiriensis;* e ainda, por lápides da roqueira Freixo de Numão, os *Lares Turolici*, e os indígenas *Dii deaeque Coniumbrigensium* (os lares e ninfas de Conimbriga-Condeixa-a-Velha), aos quais Tibério Cláudio Sâncio, cavaleiro da coorte III dos Lusitanos, cumpriu uma promessa.

Em Trás-os-Montes, na região bragança, Castro de Avelãs possuiu um santuário consagrado a *Aernus*, o que confirmam três pedras, duas do Castro e uma de Malta, a 27 quilómetros. A deusa *Bandua* figura, mais ao norte, numa inscrição da Cova da Lua.

No lado ocidental da província, a Valnogueiras-Vila Real, pertenceram os *Numina Lapitearum;* à Ribeira da Pena, *Banderaecus;* à região de Chaves: os *Lares Erredici* (S. Pedro de Agostém), os *Lares Findenetici* (Celeirós), os *Lares Cusicelenses* (Couto de Argeriz), os *Lares Tarmucenbaci Ceceaeci* (Granjinha).

Os Lares protegiam os campos, as casas, as aldeias, os bairros, as cidades. Os *compitales* velavam nas encruzilhadas. A assimilação dos deuses indígenas e romanos da mesma categoria foi favorecida pelo desenvolvimento que Augusto deu ao culto larário. As ninfas tomavam a seu cargo a paisagem: montanhas, outeiros, bosques e fontes.

Além Douro, no Convento Bracarense, incluindo a terra dos Grórios, encontramos, nas margens do Vizela: as *Nimphae Lupianae*, o *Genius Laquiniensis* (S. Miguel), e *Bormanius*, divindade tutelar das Caldas, a quem um celtibero de Uxama cumpriu um voto; em Santo Tirso, *Cusuneneoecus*, e *Turiacus*, ao qual L. Valério Silvano, soldado da legião 6.ª, vencedora, pagou uma promessa no século I.; em Guimarães: — *Durbedicus* e *Coronus*. Além dêstes conhecem-se *Brigus*, de Famalicão, *Macarius*, de Paredes de Coura, o *Genius Tiauranceaicus*, de Ponte de Lima, *Carus* de Santa Vaia de Rio de Moínhos-Arcos, etc.

Da vizinha Galiza podem citar-se: *Nabia*, *Aegiamuniaegus*, *Cosus*, *Edovius*, os *Dii Ceceaigi*, *Mars Cariociecus* e Júpiter: — *Andero*, *Candiedo* e *Ladicus*.

* * *

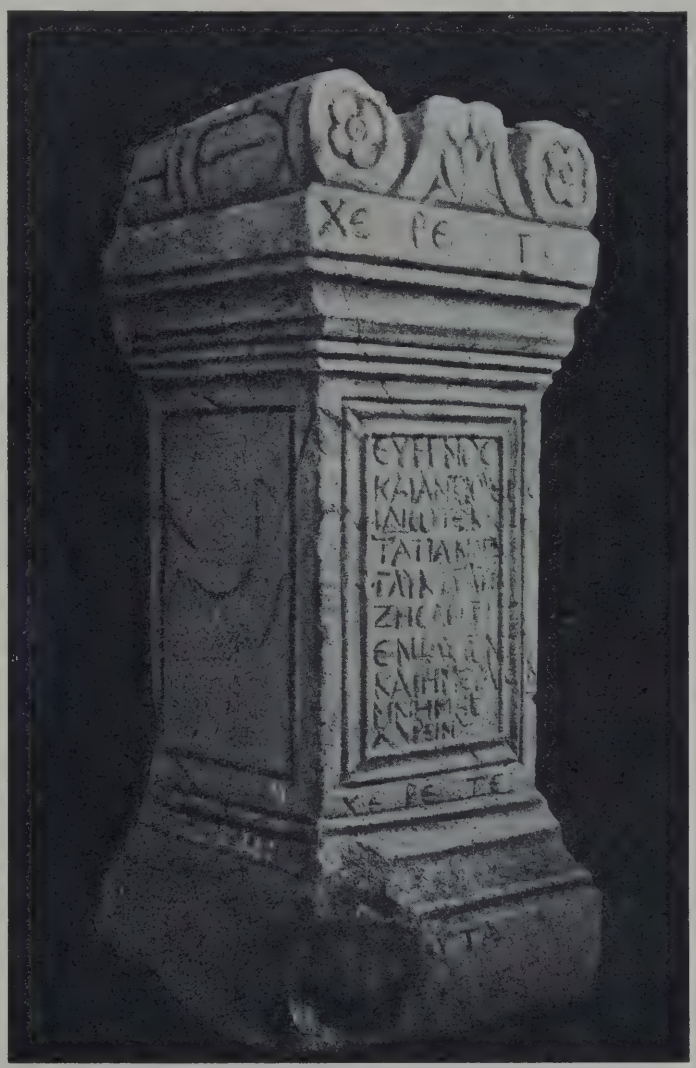
Dentre os *sacra peregrina* do Império romano, o culto de Cybele, nume da abundância e mãe de deuses, adorada nas montanhas da Frígia, e conforme elas apelidada de *Dindymene*, *Berecinthia* e *Idaea*, foi das mais importantes; e da sua aceitação em Portugal

ficaram alguns monumentos epigráficos e uma cabeça de estátua colossal, descoberta em Mértola, identificada como tal por Leite de Vasconcelos.

Das inscrições a mais típica é a que podemos examinar em Lisboa, engastada com outras na parede de um prédio da Travessa do Almada, às Pedras Negras, desde a reconstrução pombalina, a qual refere que no ano 108 da nossa era a *cernophora* Flávia Tyche (uma grega) consagrou o monumento à Mãe dos Deuses, Magna, Idéa, Frígia.

Cernófora era a que levava a vasilha sagrada à cabeça nas cerimónias religiosas. Certamente por ali perto houve um santuário da deusa, pois outro ex-voto *Deum Matri* (à mãe dos deuses) faz companhia ao anterior. Hübner também assim o supôs.

Em Mérida, Medelin e Caparra, na Lusitânia espanhola, mais lápides documentam o culto cibeliano. No Museu da capital provincial guarda-se o mais notável monumento dêsse culto, uma ara também do século II, em que se faz referência ao *taurobolium*, o sacrifício de touro imolado no baptismo dos iniciados, que colocados num compartimento debaixo do animal recebiam a aspersão de sangue quente que os divinizava.



(Cl. F. Alves Pereira)

ÁRULA COM INSCRIÇÃO GREGA, DE BALSA

(Museu Etnol. Port.)

O culto egípcio de Ísis, a Lua, mulher de Osíris, Sol, representada vàriamente na arte egípcio-helénica e greco-romana, foi autorizado em Roma por Calígula, (37-41) e reconhecido oficialmente por Nero. Favorecidas pelas situações liberais que gregos, sírios e egípcios, ocupavam nas casas romanas, as superstições orientais divulgaram-se ràpidamente. Pouco a pouco as práticas mais extranhas substituíram os severos costumes latinos. Cómodo (180-192) iniciou-se nos mistérios de Mitra. A acessão dos imperadores sírios (193-235) favoreceu ainda mais o movimento. Em 218 o grão sacerdote da pedra negra de Emeso torna-se imperador sob o nome de Eliogabalo. Alexandre Severo, sucessor, reüne na sua capela particular as imagens do pitagórico Apolónio de Tyane, de Orfeu e de Jesus.

Essa vaga religiosa tocou a costa da Ibéria com os navegadores e mercadores levantinos e infiltrou-se no interior das terras. Uma inscrição de Alcácer do Sal, que Cornide copiou no séc. XVIII, referia um voto cumprido por um liberto *Isidi dominae*, a Ísis, soberana das coisas e dos elementos. Outro monumento de Braga foi consagrado a Ísis *(Isidi augustae sacrum)* por uma sacerdotisa de Roma e Augusto.

(Foto-Académica — COIMBRA)

CUPA FUNERÁRIA ENCONTRADA NO RECINTO DO ANTIGO CASTELO DE COÍMBRA

(Museu Machado de Castro — Coímbra)

Serapis, o touro simbólico de Osíris, sol poente e juiz dos infernos, teve por sua vez culto em Beja, Mérida e Vila Real. Em Beja descobriu-se, nos fins do século XIX, fóra da porta de Avís, uma lápide consagrada a *Serapis* Pantheo, a qual Cenáculo supôs ter feito parte de um *serapeum*. Em Mérida há restos de uma inscrição e uma cabeça barbada, recolhidas no panteon do « Cerro de San Albin ». Nas celebradas rochas de Panoias, santuário rupestre a que adiante nos referiremos, um letreiro bilingue, greco-latino, diz que o iniciado Calpúrnio consagrou o monumento ao altíssimo Serapis.

(Cl. F. Alves Pereira)

ESTELA SEPULCRAL DE AMBATUS

(Museu Etnol. Português)

O culto pérsico de Mitra, divindade da luz, bom para os homens, garante de contratos e juramentos, mediador entre o deus supremo e os mortais, vencedor do mal, salvador das almas, espalhou-se pelo Império com os soldados romanos dos exércitos do Oriente e com a seqüela de mercantís que se deslocava com êles. A-pesar-de culto popular de uma seita, invadiu o orbe romano do século I ao IV, criando fortes núcleos religiosos cuja importância está documentada em edifícios, estátuas e inscrições. Durante algum tempo a aceitação do mitraísmo equilibrou a do cristianismo, que o combateu e proscreveu depois de 400. Certas analogias de moral e ritos — hierarquia dos iniciados, fraternidade dos fieis, celibato nos votados ao culto, comunhões, baptismos, jejuns, etc. — apontava-as Turtuliano, por 200 da nossa era, como artifícios diabólicos, e explica-as Reinach pelo tronco comum em qualquer velha religião asiática onde existissem o sacrifício divino e a comunhão.

Felizmente que os mitraístas não se esquivaram a fixar na pedra passagens dos seus ritos e mistérios, o que nos permite entrever alguma coisa da sua organização religiosa. Por outro lado os *mithraea* não são raros.

O mais importante da Lusitânia deve ter sido o de Mérida, descoberto em 1902 no cabeço de San Albin, a sudoeste da cidade, ao construir-se a praça de touros. No mesmo edifício se veneravam Serapis e outros deuses romanos. De Mitra, vestido de túnica asiática e calçado de borzeguins, apareceu aí uma estátua, em cujo pedes-

(Cl. E. Cerdeira)

ESTELA ROMANA

(Museu Arqueol. do Carmo)

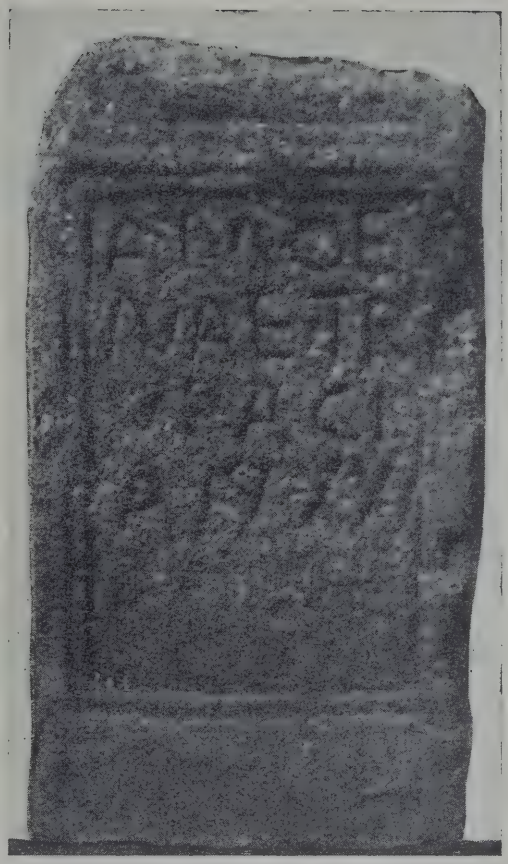
(Foto-Académica — Coímbra)

Ara com ornatos arcaicos

(Museu Machado de Castro — Coímbra)

tal o devoto Caio Cúrio Ávito relembra que a consagrou, no tempo do padre Áccio Hedychro, o qual por outra epígrafe se conhece que vivia no ano 180 da Colónia, ou seja no meado do século II. Por baixo, em grego, o escultor assinou: *Demetrio fazia.*

Mais quatro estátuas de génios mitraicos se encontraram, em 1902, e em escavações realizadas no local, em 1913: — duas de *Zervan-Kronos*, simbolizando o tempo, os corpos enleados por serpentes que representam a marcha do Sol, — uma delas leontocéfala, outra de figura moça e desnudada com a cabeça de leão em medalha sôbre o peito —; e mais um par de imagens varonís, quási nuas com insígnias, simbólicas.



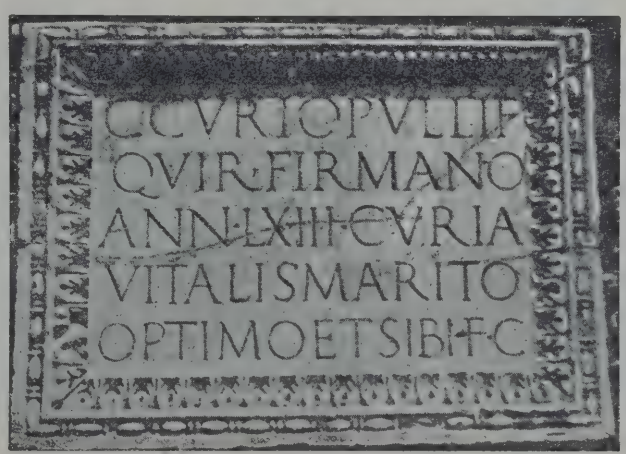
(Cl. do autor)

Inscrição descoberta na cidade de Lamego

(Museu de Lamego)

Com razão lamenta Pierre Paris em *Promenades Archéologiques en Espagne*, o não se haver ainda explorado convenientemente o local dos achados, de modo a pôr a descoberto o *spelaeum* e o seu recinto, dentro do qual se acharia talvez o grande baixo-relêvo de *Mithra tauroctone*, que, segundo a praxe, adornava o fundo dos santuários.

Recentemente, nas obras executadas por M. Souto-Maior na península de Tróia, em frente de Setúbal, apareceu parte de um baixo-relêvo com figuras que identificamos como alusivas a um mistério mitraico, o qual certamente fez parte, nessa cidade comercial, entreposto de embarques, de um *mithraeum*. Em Óstia, o grande pôrto de Roma, havia quatro.



Lápide funerária de Idanha-a-Velha conservada na povoação

Segundo Crispiniano da Fonseca — *A Aegitania*

* * *

Pouco a pouco aos cultos indígenas, greco-romanos, ou africano-asiáticos, sobrepõe-se o Cristianismo. Propagado e desenvolvido na Pe-

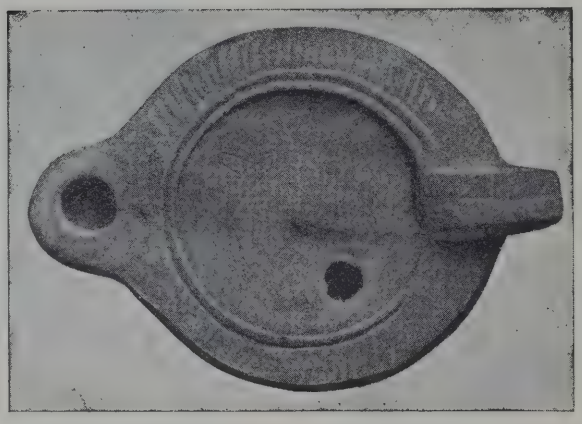
(Foto-Académica — COIMBRA)

LUCERNAS SEPULCRAIS ROMANAS (CONDEIXA-A-VELHA)

(Museu Machado de Castro — Coimbra)

nínsula paralelamente aos outros cultos orientais, tanto em favor no Império, sentiu e sofreu, mais do que qualquer dêsses cultos, o bafejo suave da popularidade ou o travor sangrento das perseguições, até o reconhecimento oficial em 313.

«Como de ordinário acontece com todos os grandes fenómenos sociais, escreve Leite de Vasconcelos nas *Religiões da Lusitânia*, a origem desta propagação está envolta em sombras, e não apenas em sombras, mas em lendas, que se têem avolumado pela nímia credulidade de uns, e não pouco pela conveniência de outros, pois que o espírito do homem, por mais alto que busque remontar-se e manter-se, quási nunca, na sua própria esfera de acção, deixa de empanar-se com o egoísmo que emana das coisas mundanais».



(Cl. E. Cerdeira)

LUCERNA ROMANA (TAVIRA)

(Museu Etnológico Português)

(Cl. E. Cerdeira)

VIDROS SEPULCRAIS ROMANOS (ALJUSTREL)

(Museu Etnológico Português)

Os factos primordiais da história do cristianismo na Península: — prègações de S. Paulo, de Sant'Iago Maior, e dos varões apostólicos —, têem sido discutidíssimos por autores sacros e profanos. A epístola de S. Paulo *ad romanos*, onde o apóstolo anuncia a sua intenção de dirigir-se à Hispânia, « pertence a uma classe de textos à-cêrca da pureza dos quais a crítica ainda não acabou de se decidir; e a prègação (de Sant'Iago) não passa de fabulosa », ajunta o professor Leite de Vasconcelos. Quanto aos sete varões que se julga terem sido sagrados em Roma e enviados a evangelizar a Hispânia: — Torcato, Segundo, Indalécio, Tesifonte, Eufrásio, Cecílio e Hesíquio —, nenhuma das suas sédes de missão pertenceu ao território lusitano.

(Cl. E. Cerdeira)

ESTOJO DE CIRURGIÃO, ENCONTRADO NUMA SEPULTURA ROMANA DE TORRE DE ARES

(Museu Etnológico Português)

Possuímos notícias seguras da existência de sociedades cristãs na Península desde o século II, e na Lusitânia desde o III. Como fontes anteriores a Constantino, apontam-se a epístola de S. Cipriano e a acta do concílio de Illiberis, realizado à volta do ano 300, a que assistiram os bispos de Ossonoba e Ebora. Posteriormente a Constantino as fontes escasseiam igualmente, reduzindo-se quási às actas dos primeiros concílios de Saragoça e Toledo (em 400), e às epístolas pontifícias, de S. Damaso a Santo Inocêncio (Ballesteros).

A era dos mártires espanhóis é a da perseguição de Diocleciano, começada por 304. Então pereceram Santa Eulália, de Mérida, as Santas Justa e Rufina, de Sevilha, o diácono Vicente, de Valência, e inúmeros outros, virgens e confessores.

Perturbaram o crescimento do Cristianismo na Península várias heresias, entre as quais deve citar-se a de Prisciliano, de origem galega, representante do panteísmo oriental, que encontrou na Lusitânia por opositores, principalmente, os bispos de Emérita e Ossonaba, que o acusaram e perseguiram. Condenado à morte e degolado (385), Prisciliano, para alguns autores, conta-se entre os mártires da igreja espanhola.

A hierárquia eclesiástica compreendia, desde o citado concílio iliberitano, bispos, presbíteros, diáconos e mais clérigos que constituíam a Cúria. « Sòmente os leigos, escreve Ballesteros, formavam a plebe eclesiástica, da qual estavam excluídos os catecumenos; entre os clérigos e os leigos ficavam as mulheres religiosas, virgens, viúvas ou diaconisas, e os monges ». Os concílios de Illiberis e Toledo I proíbiram que se conferissem ordens aos escravos.

Abstendo-se dos jogos públicos e da freqüentação dos teatros, isolando-se na prática de uma moral distinta, os cristãos viveram contudo a vida exterior romana, sendo raríssimos os monumentos religiosos ou sepulcrais anteriores à época de Constantino que revelem a diferenciação de crenças.

(Cl. Dr. Mendes Correia)

SEPULTURA ROMANA DE INCINERAÇÃO, DE VALADARES

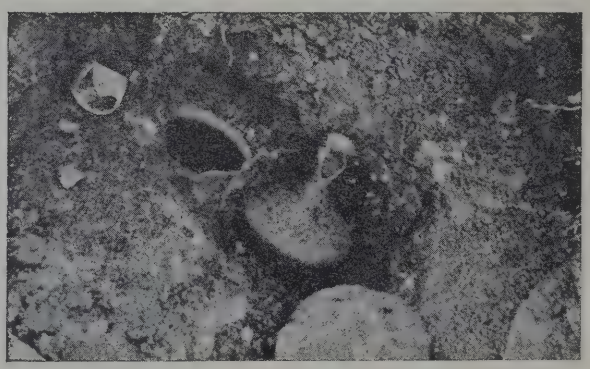
*

* *

D. M. S. — Estas capitais aparecem-nos como chancela reveladora de crenças. A maioria das inscrições finerárias são encabeçadas pela dedicatória *Diis Manibus Sacrum*, consagração aos *dii manes*, benévolas divindades infernais, de além-campa. Em correspondência epigráfica, o Cristianismo vulgarizou, no segundo milénio da nossa era, o monograma I H S.

Cipos, aras, cupas, estelas, tábulas e arquetas, levam em maioria os letreiros ferais encimados pelo trigrama tradicional. Votivos ou comemorativos, êstes variados moimentos eram assentes sôbre o local do enterramento de corpos e cinzas, cravados no solo, ou depostos nos jazigos e *columbaria*, privados ou públicos.

A incineração foi prática corrente na Lusitânia, onde tinham arreigadas tradições, especialmente documentadas quanto à 2.ª idade do ferro ibérica. Com a difusão das religiões orientais, que sempre haviam conservado o rito da inumação, começa êste a prevalecer depois do século III, até que o triunfo do cristianismo suprime a cremação dos cadáveres.



(Cl. Dr. João da Cruz e Silva)

SEPULTURA ROMANA DE INCINERAÇÃO
(FORMIGA — SANTIAGO DE CACÉM)

São numerosíssimos os cemitérios de um e outro rito, e ainda mixtos, indiciados, sondados ou explorados em Portugal.

Seguido o sistema de incineração, os corpos eram queimados sôbre uma pira de madeira, a descoberto ou metidos em caixões, sendo a lenha umas vezes acumulada no próprio local destinado a sepultura, outras no *ustrinum*, ou queimadeiro comum. As cinzas e os ossos imperfeitamente calcinados eram, após a cerimónia crematória, recolhidos em

(Foto-Académica — COÍMBRA)

ARQUETA CINERÁRIA ENCONTRADA NOS ALICERCES DA MURALHA DE COÍMBRA

fossos cilíndricos abertos na terra (Lomba, de Amarante) ou escavados na rocha (Rouca, do Alandroal); metidos em cistas de lages (Fraga,

(Cl. E. Cerdeira)

Sarcófago do século III, proveniente de Alfazeirão

(Museu Arqueológico do Carmo — Lisboa)

de Marco de Canavezes), com paredes de alvenaria (Rouca) ou de tijolo (Tróia), ou em caixas de pedra talhada (Alcácer do Sal e Coímbra), e de chumbo (Balsa e Linda-a--Velha); ou, finalmente, depostos em vasilhas de barro, processo mais generalizado e de mais larga tradição.

A *olla cineraria*, vasilha bojuda de gola curta e boca larga, tapava-se com lages ou páteras figulinas. Quási sempre outros vasos de barro ou vidro, destinados a perfumes e vitualhas, e ainda candeias, caixas e acessórios vários, acompanhavam a urna.

Sôbre o local em que se enterravam os despojos colocava-se então a estela, cravada no solo, ou qualquer outra memória de cantaria ou alvenaria, com ou sem inscrição indicativa de nome e idade.

O cipo de grandes dimensões é constituído por um fuste de pilastra assente sôbre base quadrangular e sobrepujado por um entablamento ou capitel do mesmo gôsto. Êsses elementos arquitectónicos unidos e reduzidos formam a *ara* vulgar, divulgada em todo o mundo romano.

Os maiores monumentos do género que se conhecem em Portugal, são: o de Galla, de 35 anos, a quem o marido Hipnus o consagrou, encontrado no areal da Tróia e hoje recolhido no Museu Etnológico; o de L. Lucrécio da tríbu Galéria, colossal no tronco, de pedra liós da Fervença, exumado de umas escavações na Rua das Canastras, por baixo da Sé, em Lisboa, transportado há poucos anos ao Museu do Carmo; outro ainda, que perdura na vedação do adro da paroquial de Bucelas.

Mais freqüentes no norte e leste do País, do que no centro e sul, são as estelas, em cujas cabeceiras figuram símbolos e sinais que arrancam, quantas vezes, das crenças pre e proto-históricas. Na Beira Baixa, Trás-os--Montes e Minho as estelas são geralmente encabeçadas por suásticas, rosetas sexi-fólias e meias luas, motivos que a arte popular conservou intactos até nossos dias. Em muitas divisam-se, na parte inferior, escavados ou gravados, arcos que simbolizam as portas do ceu. No 3.º volume das *Religiões da Lusitânia*, Leite de Vasconcelos reüniu dese-

(Cl. F. Alves Pereira)

Tampa de sarcófago, encontrada em Chelas

(Museu Etnológico Português — Lisboa)

(Cl. E. Cerdeira)

SARCÓFAGO ROMANO ENCONTRADO EM REGUENGOS

(Museu Municipal do Pôrto)

nhos de muitos dêsses típicos marcos; e Eugenius Frankowski, ilustre etnógrafo polaco cuja passagem por Portugal ficou brilhantemente assinalada, deixou delas em *Estelas discoideas de la Peninsula Iberica* uma notável apreciação de conjunto e uma tentativa de sistematização cronológica, morfológica e simbólica.

As portas do céu das estelas portuguesas têem correspondências em Espanha; e fomos encontrá-las vulgarizadas nas cabeceiras de sepulturas dos cemitérios mouros de Rabat e Fez. Os arcos ultrapassados, vulgarmente chamados de ferradura, com que muitas dessas portas são cobertas, deram origem a uma interessante teoria do eminente arqueólogo granadino Gómez Moreno, professor da Universidade de Madrid, que através delas encontra uma origem peninsular ao arco de ferradura.

Menos vulgares, as *cupae*, monumentos sepulcrais em forma de pipa, encontram-se no Alentejo e Algarve, datando entre nós dos três primeiros séculos da era cristã. Nestas o letreiro insculpia-se no tampo ou no dorso. No museu de Mérida, o baixo-relêvo de Sancia Amarantis, *diis manibus sacrum*, mostra-nos um homem tirando vinho de uma pipa, igual às que, em volume real, se depunham sôbre fossas de incinerados.

Outros monumentos sepulcrais encontrados nos arredores de Lisboa, para os lados de Cascais e Sintra (Caparide, Lourel, Odrinhas), têem a forma de baús ou tumbas, *cupulae*. Idênticas memórias, porém construídas de alvenaria, se erguiam sôbre muitas sepulturas de incineração de Baelo, exploradas nos últimos anos por Paris, Bonsor e Mergelina; e do mesmo gôsto são ainda as campas dos cemitérios israelitas de Fez, «alvos sepulcros caiados por fora».

No rito de inumação houve também modalidades, sendo os corpos depositados quer em fossas oblongas escavadas no solo; quer em caixas: — de lages, alvenaria, tijolo e telhas; ou ainda em sarcófagos de pedra, rectangulares. Êstes podem apresentar as faces

(Cl. E. Cerdeira)

OUTRO ASPECTO DO SARCÓFAGO ROMANO ENCONTRADO EM REGUENGOS

(Museu Municipal do Pôrto)

isas, tais os aparecidos em Condeixa-a-Velha, hoje no Museu de Coímbra; ou o contôrno decorado com motivos repetidos e composições simbólicas ou históricas, obras, umas de arte indígena, outras importadas de Espanha ou Itália. Devem mencionar-se especialmente, entre os esculturados, os de Alfazeirão, Chelas e Reguengos.

O de Alfazeirão, hoje no Museu do Carmo, considerado como obra do século III, mostra nos faciais génios alados apagando o facho da vida, e no frontal Apolo Muságetes com as pupilas. O friso da tampa do de Chelas, descrito por Borges de Figueiredo em 1890, ostenta também figuras de musas e carrancas scénicas. Dos três o mais notável é aquele que comprou feito, ou fez lavrar, um magistrado municipal cujo busto em moldura figuras aladas ostentam entre os génios das estações, e que, encontrado em 1840 na região de Reguengos, foi adquirido para a colecção Allen, pertencendo hoje ao Museu Municipal do Pôrto.

(Cl. E. Cerdeira)

SARCÓFAGO ROMANO, ADORNADO DE ESTRIGILES, PROVENIENTE DE ÉVORA

(Museu Etnológico Português)

Capítulo III — Os monumentos

As construções de carácter monumental na vida romana. Templos. Santuários rupestres. Arcos de triunfo. Circos, anfiteatros e teatros. Pontes, aquedutos e faróis. Termas. Muralhas, fortes e acampamentos.

Nenhuma civilização antiga soube aproveitar, como a romana, a colaboração constante e polimorfa da arquitectura e artes anexas.

A necessidade de assegurar, com instalação adequada, o bom funcionamento das instituïções políticas, judiciárias e administrativas; o reconhecimento da utilidade social e governativa que advinha da criação de cidades agradáveis, salubres e fortes — reflexos da grandeza e beleza de Roma nas províncias —; a convicção de que para o domínio, policiamento e defesa do mundo submetido era indispensável a existência de um sistema modelar de vias de comunicação; o encargo voluntàriamente assumido pelos govêrnos centrais e pelos municípios de proporcionarem aos povos, além das construções exigidas pela vida corrente, os edifícios destinados ao desenvolvimento físico, à higiene e às distracções; a preocupação da eternidade, revelada na erecção de monumentos comemorativos; tudo concorreu para que na engrenagem estadual romana a arquitectura desempenhasse um papel de extraordinário relêvo.

A longa paz imperial, que condicionou a multiplicação das obras de carácter monumental, auxiliada pela firmeza dos processos técnicos e pela excelência dos materiais empregados, permite-nos, quási 20 séculos decorridos, reconhecer visualmente o que foi a prodigiosa eflorescência construtiva da época romana.

A-pesar-de província afastada, onde mais atenuadamente se repercutia o pulsar do coração do mundo, a Lusitânia não se distanciou excessivamente de qualquer das suas parceiras da Ásia Anterior ou da África Menor.

Emerita, capital, possuíu como todas as outras congéneres, e mais do que algumas, o seu circo, um anfiteatro, teatro, numerósos templos, aquedutos, pontes, albufeiras, e construções monumentais diversas. A capital marítima, *Olisipo*, pela assolação das invasões e convulsões da terra privada do seu cabedal de arquétipos, não quedaria muito distanciada da capital interior em importância e grandeza. Noutras povoações, como Évora, Beja, *Conimbriga*, *Egitania* e Mértola, alguns monumentos perduram também, documentando a passada grandeza. E, fóra dos povoados actuais, sôbre as antigas vias de comunicação abandonadas, quantos alicerces, quantos trôços de muros morrendo lentamente, atacados pelo arado e pela picareta, resistindo a-pesar-de tudo pela coesão admirável da massa!

Um inventário dos edifícios ou trechos de construções que remanescem em Portugal impõe-se, como aliás todo o cadastro arqueológico do País.

Numa história como esta, em que a parte de documentação gráfica se evidencia, uma indicação, pôsto que sumária, dos principais dêsses edifícios, ajudará a materializar o qua-

dro em que se desenvolveu e evolucionou a civilização luso-romana. Templos, teatros, arcos, pontes, aquedutos, fortificações, de tudo nos ficou um pouco, atestando a sucessão das modalidades arquitectónicas e o espírito diverso que presidiu às criações. Sem preocupações de sèrieção cronológica ou evolução artística, como singela resenha monumental, apresentamos as mais interessantes construções de que temos notícia.

(Cl. do autor)

TEMPLO ROMANO DE ÉVORA (SÉC. II-III)

*

* *

Comparável aos melhores santuários que a cultura romana disseminou pela área do domínio imperial, semelhante aos que na capital da Lusitânia atestavam a solidez da religião oficial, um templo romano, levantado na acrópole do município eborense, recorta na doçura do ceu alentejano a gracilidade das suas colunas, coroadas da cesta exuberante da folhagem dos capiteis.

Hexastilo períptero, assentavam-lhe a *cella* e a galeria sôbre *podium* rectangular, com sôco e cimalha de cantaria de granito e o dado do envasamento de *opus incertum*, fortalecido por cunhais de silharia. Directamente sôbre a cimalha erguem-se as colunas formidáveis e magestosas, sustentando uma arquitrave incompleta. O acesso à *cella* e ao altar que se lhe antepunha fazia-se por larga e suave escadaria talhada na massa do *stylobatum*, do lado do norte.

As bases e os capiteis das colunas são de mármore estremocense; os fustes, goivados de doze meias caneluras, são de granito, tal como a arquitrave e as molduras do envasamento. A altura dêste é 3,^{m}46; a largura 15,^{m}25; o comprimento 25,^{m}18. A elevação total das colunas alcança 7,^{m}68; a presumível, total, do edifício orçaria por 15 metros.

Atribui-se a construção ao século II ou começos do III, ignorando-se a quem foi dedicado. Possìvelmente o orago seria, não a Diana que a lenda sertoriana pôs em favor, mas qualquer divindade imperial. O facto nada teria de estranho; Lívia teve a consagração de um templo em *Olisipo*.

Não muito longe de Évora, na freguezia de Santana do Campo, aro de Arraiolos, a igreja paroquial acantonou-se dentro dos restos de um edifício romano construído de grossa silharia almofadada, típica dos primeiros séculos da ocupação, edifício que Rivara e Gabriel Pereira estudaram no meado e fim do século XIX, aproximando-o êste último dos santuários pagãos com anexos, e que de facto, na disposição do seu corpo central, balizado de pesados botaréus de granito, testemunhando a existência de uma abóbada de grande balanço, faz lembrar as alas do templo de Sbeitla.

Uma perdida lápide consagrada a Cárneo indicava o nume a quem o templo fôra, provàvelmente dedicado.

Se do presumível templo de *Carneus*, evidentemente uma divindade indígena, perduram consideráveis vestígios, os restos do santuário de Endovélico, outra divindade do panteão luso-romano, venerada na corôa dum cabêço a uns 4 kilómetros da vila de Terena, pulverizaram-se, saqueados e revolvidos, no século XVI pelos duques de Bragança, e no XIX pela arqueologia oficial, que arrebanhou quanto restava engastado na ermida de S. Miguel, cristãmente empossada das ruínas.

No « Castelo Velho » de Santiago de Cacém, por onde o prior Bonifácio de Carvalho procedeu a escavações por instigação de Cenáculo, em 1808, apareceram pedras consagradas *Veneri Victrici*, a Marte, e a Esculápio. Um século depois, o Dr. Cruz e Silva desenterrou aí mais uma ara dedicada a Vénus. Em meio de construções importantes, datando da época romana e pre-romana, estas inscrições e as bases de estátuas que lá perduram indicam a existência de um santuário importante no *ubi* conjectural de *Merobriga*.

Em Frende, no vale do Douro, na capela de S. João, alcandorada no alto do « Castelo », descobriram-se duas esculturas com figurações de um cortejo e de uma luta, as quais certamente fizeram parte do friso de um templo, de cujo pavimento de mosaico existem ainda fragmentos.

As grossas colunas e grandes capiteis que, de ora em vez, se desaterram, ou que secularmente são utilizados nos locais de antigas povoações romanas, como em Condeixa-a-Velha, Beja, Idanha, Bobadela ou Alcácer do Sal, pertenceram, na quási totalidade, a templos que a sanha dos homens desavindos por motivos religiosos arruïnou.

Não faltam nos antigos autores notícias do aparecimento de trechos arquitectónicos fàcilmente identificáveis como componentes de santuários. Por outro lado, as inúmeras lápides votivas confirmam a existência de copiosos monumentos erguidos em honra das divindades maiores e menores, oficiais, populares e exóticas do panteão luso-romano.

« De toda a Hispânia romana é na Lusitânia que ficaram os mais importantes restos de templos », consigna o eminente Mélida nos *Monumentos romanos de España*.

De facto, na parte da Lusitânia que pertence à nação irmã da Península são numerosos ainda os santuários que, mais ou menos ruïnosos, remanescem.

Só em Mérida, a capital, podemos relacionar vestígios de cinco, um dos quais, sem fundamento denominado, como o de

(Cl. do autor)

TRECHO DO SANTUÁRIO ROMANO DE SANTANA DO CAMPO (ARRAIOLOS)

Évora, de Diana, se reconhece ter sido próstilo, hexastilo, períptero, restando das suas 28 colunas coríntias de granito, de fustes estriados, apenas 17.

Mais rico, porém de menores dimensões, é, na mesma cidade, o templo dedicado a Marte, do qual se conserva um trôço no pórtico do Forninho de Santa Eulália. A construção era de mármore, tendo sido dela aproveitadas duas colunas, quatro pilastras e o entablamento formosíssimo, em cujo friso se lê a dedicatória: «Consagrado a Marte por Vetília, mulher de Páculo». Segundo Hübner, o tipo de letra da dedicatória corresponde ao tempo de Nero.

Nos alicerces do antigo convento de Jesus encontraram-se, no século XVIII, restos de um templo consagrado *Concordiae Augusti*. As aras dêste templo, sobrepostas, compõem o fuste da coluna de Santa Eulália.

Em Talavera la Vieja (Cáceres), na margem esquerda do Tejo, onde foi *Augustobriga*, há um pequeno templo próstilo, tetrástilo, com basamento completo, restos de escadaria, três das quatro colunas da frente, construção coríntia de granito consagrada a Júpiter, que Mélida nos descreve no admiravel *Catalogo monumental de España-Provincia de Caceres*.

Gracioso e completo é o templosinho *in-antis* da ponte de Alcântara, verdadeira capela votiva, de planta rectangular com muros de silharia almofadada, escada de acesso, e com a frontaria — onde se rasga a porta enquadrada de colunas toscanas —, coroada de um pesado frontão. O interior, que foi dividido em *naos* e *pronaos*, mede 5,^{m}66 de comprimento, 4,^{m}10 de largo, e 6,^{m}61 até o festo do telhado, que é, como a restante construção, de granito. Foi consagrado ao imperador Trajano ao mesmo tempo que a ponte e o arco triunfal que a domina, e deu o risco da obra o arquiteto Lacer.

Fora dos moldes habituais se encontra uma construção quadrada, de cantaria granítica, com 9,^{m}60 de lado, que perdura em Fuentidueñas, a uma légua de Plasência, aproveitada como casa de campo. Mélida supõe-na um santuário isolado, lembrando que as janelas que possui, as ostenta igualmente o *Erecteion* de Atenas. Atrevemo-nos a aproximar dêsse tipo de edifício a semi-arruinada edificação chamada tôrre de *Centum-Coeli* (Belmonte), bela construção granítica que, mesmo considerando apenas o número de aberturas que lhe rasgam os muros, nunca poderia ter sido uma fortaleza.

A RUINA DA CHAMADA *Torre* DE *Centum-Coeli* (BELMONTE)

Fóra dos muros de Cáceres, que foi a *Norba Caesarina*, há um pequeno *sacellum*, espécie de monumento votivo ou funerário, de que podemos apontar uma correspondência portuguesa na edícula revestida de *opus signinum* que o coronel Marques da Costa encontrou na vertente sul da serra de S. Luis e descreveu no seu livro, *Estações pre-históricas dos arredores de Setúbal*.

*
* *

Ao lado dos templos construídos por arte e devoção de arquitectos e fieis, outros existiram em que a natureza contribuiu, quási exclusivamente, para a monumentalidade do conjunto sagrado: — os santuários rupestres que com certa abundância se encontram na Beira e em Trás-os-Montes, e de que Panóias, na freguesia de Vale-de-Nogueiras, su-

burbana de Vila Real, é o mais importante e característico exemplo.

Conhecido e estudado no século XVIII pelo Contador de Argote, que dêle nos deixou bons desenhos, e, em tempos mais chegados, por Hübner, Leite de Vasconcelos, etc., teria sido um verdadeiro recinto sagrado, na área do qual numerosos fragões de granito, aproveitados e afeiçoados com escadas e cavidades sacrificiais, alongam os dorsos boleados. Letreiros alusivos de consagração, — um dêles com inscrição greco-latina a Serapis; outro em que o iniciado C. C. Calpúrnio Rufino dedica o templo aos deuses e deusas e a todos os numes em geral; ainda outros, reduzidos a fragmentos ou quási ilegíveis, — adornam a face de um dos penedos.

Exemplo de pequeno santuário semi-rústico é o do *Quintal do Ídolo*, em plena cidade de Braga. Ao espaldar de rocha de uma fonte encosta-se a figura togada de um Celicus Fronto, arcobrigense, que, segundo inscrição posta à esquerda, fez o monumento. Em edícula mais baixa divisa-se o busto da divindade (no gosto dos Silenos), acompanhado do letreiro *Tongoenabiago*, que seria a invocação do nume tutelar do manancial.

*

* *

O único arco triunfal cuja existência, na Lusitânia portuguesa, os antigos autores consignaram foi o de Évora, no topo da actual Praça do Geraldo, demolido em 1570 por ordem do Cardeal D. Henrique para lhe aproveitarem os mármores no Colégio dos Jesuitas, actual Casa Pia da cidade. Ignoramos qual fôsse a sua forma, se em gosto de templete, como o de Caparra, se do tipo clássico, como os de Bará (Tarragona) e Medinaceli (Soria), os melhores das Espanhas. Desapareceu igualmente o Arco de Belcouce, que Coelho Gasco descrevia como «obra perfeitissima romana, tudo de pedraria, com suas colunas mui bem lavradas, com seus frisos e nichos como quem teve antigamente estátuas», de que o mapa de Bráunio com a vista de Coímbra nos mostra um trôço dominando o segundo lanço da Couraça de Lisboa. Por informação de Mestre António Augusto Gonçalves, conhecemos que nas obras de construção da casa do professor Ângelo da Fonseca, que abrange êsse local, apareceu um grande capitel jónico, naturalmente pertença do arco.

Ennobrecendo as portas da cidade existiam em Beja, ainda no fim do século XVIII, 3 arcos, de dois dos quais nos ficaram os desenhos, subsistindo um, perto do Castelo. Deviam assemelhar-se, pela sua simplicidade estrutural, ao arco do século II que perdura, isolado, em Cabanes (região valenciana).

O chamado arco de D. Isabel, em Évora, engastado como o seu parceiro, o grandioso arco de Trajano, de Mérida, em construções modernas, pouco se evidencía, arqueològicamente.

(Cl. F. Loureiro)

ARCO ROMANO DA BOBADELA (OLIVEIRA DO HOSPITAL)

No alto Distrito de Coímbra, no meio da actual povoação de Bobadela, um belo arco de 17 aduelas, com encontros de silharia almofadada e restos de muro arruïnado indica uma porta de cêrca ou passagem vial sob o aqueduto que serviu a *splendidissima civitas* de que fala uma inscrição encontrada no local.

ARCO ROMANO TRANSPORTADO DE ARAMENHA PARA CASTELO DE VIDE (DESTRUÍDO)

Mais interessante de certo era o arco de Aramenha, distante 3 léguas de Portalegre, donde certo governador militar o transportou, em 1710, a Castelo de Vide, colocando-o numa das entradas da vila, permanecendo aí armado até que em 1891 o destruíram. Era todo de aparelho rústico, no arco como nas pilastras.

Possìvelmente romana, ou inspirada em monumentos similares, é ainda a porta do velho palácio ducal de Vila Viçosa.

Dentro da Lusitânia espanhola o arco mais importante é o de Caparra, na região de Plasência, a antiga *Capera*, hoje despovoada, arco sob o qual passava a chamada *Via da Prata*. É um edifício quadrado, de quatro entradas, com abóbada de aresta assente sobre pilares rectangulares, de 2,^{m}32 por 1,^{m}73, avivadas por pilastras áticas erguidas sôbre sôco moldurado. Pesa sôbre a abóbada uma massa de formigão, resto de uma pirâmide, segundo a opinião de Cean Bermudez. O conjunto alcançará uns nove metros de altura. Uma inscrição revela que M. Fídio Mácer o fez levantar por cumprimento de cláusula testamentária de seus pais.

«Nada tem, diz Mélida no *Catalogo monumental da provincia de Caceres*, de comum com o tipo corrente de arcos triunfais ou honoríficos de Bara e Medinaceli, cujos modelos conhecidos correspondem aos de Tito e Septímio Severo, em Roma. O arco de *Capera*, em forma de templete, tipo muito raro e original, é unico na Península. Fora dela escasseiam também os arcos dêsse gosto. Assim era em Roma o de *Janus quadrifons* que formava a entrada do *forum boarium;* e a êste há que juntar os de Caracala, em Tebessa, e de Marco Aurélio, em Tripoli».

Nesta disposição estrutural podemos nós os portugueses afundar a estirpe das protecções ediculares de cruzeiros e fontes, de que basta citar, como exemplares de grande estilo, de épocas bem diversas, a do adro de Santa Maria de Oliveira, de Guimarães, e a do largo da igreja do Carmo, de Lisboa, que tanto encantou pela sua graça e ineditismo o arquitecto alemão Haupt.

*

* *

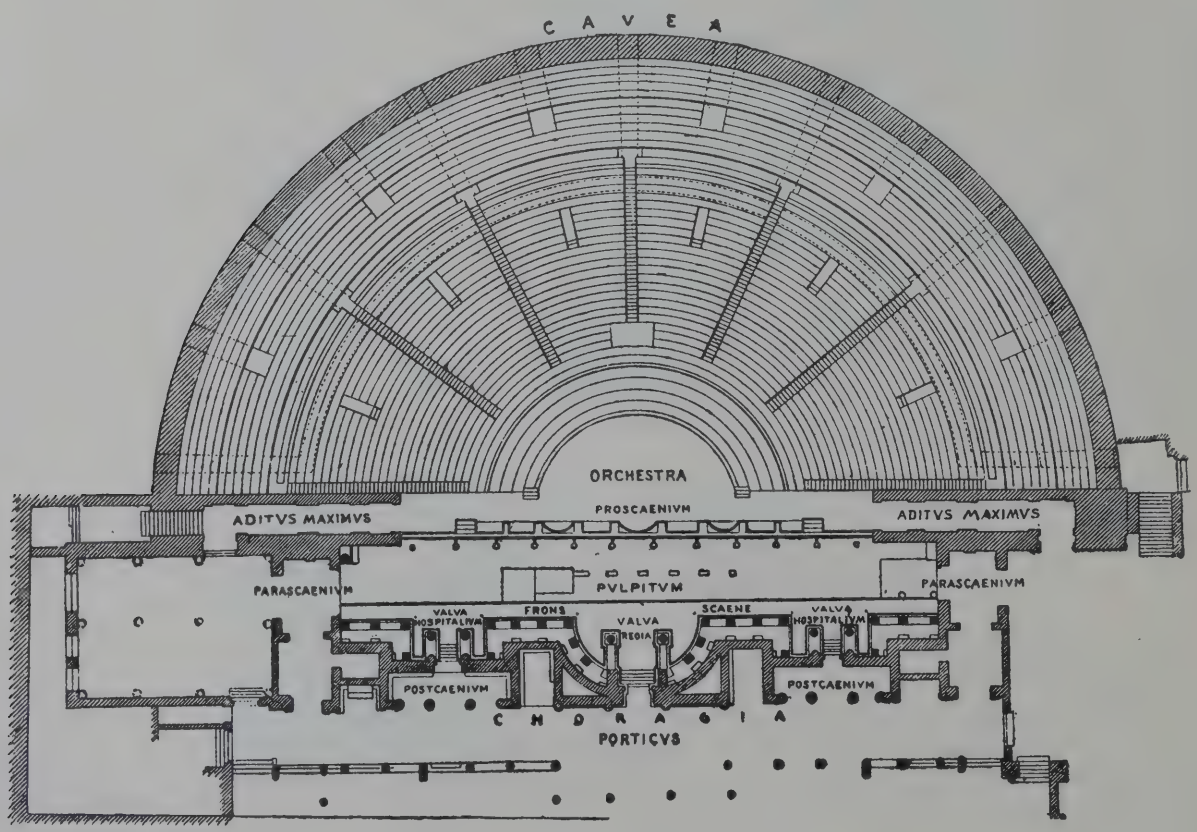
A existência de um *circo* em Balsa, perto de Tavira, foi-nos revelada por inscrições encontradas na Quinta das Antas, inscrições que Hübner estudou em artigo intitulado

Monumentos de Balsa, publicado em 1887 na « Revista Arqueológica e Histórica » de Borges de Figueiredo. Uma delas refere que Gaio Licínio Báudio mandara fazer à sua custa 100 pés do *podium* do circo, por dádiva à cidade; outra menciona que o mesmo exemplo seguira Titus Cassius Celer.

Várias cidades ibéricas: — Tarragona, Sagunto, Calahorra, Toledo —, possuiram Circos, extensos terraplenos entre vertentes de degraus olhando uma espinha larga, à volta da qual corriam as equipagens. Mas só do de Mérida, explorado por José Ramon Mélida de 1920 em diante, se tem noção perfeita. Conhecido desde a época do renascimento, reproduziu-lhe a planta, pela primeira vez, o Conde de Laborde na preciosa *Voyage pittoresque de l'Espagne* (1806). Recentemente o explorador espanhol consagrou-lhe as memórias n.os 39 e 72 da *Junta Superior de Excavaciones y Antiguedades* (1921-1925). O Schliemann emeritense desenterrou ali 7 *cárceres* das quadrigas, a *spina* — longa 233 metros, larga, 8,60 e alta 1 metro —, revestida de mármores e ladrilhada, as *caveas* e os assentos. A construção é de alvenaria e formigão. O comprimento total do circo de Mérida, que está situado a meio quilómetro da cidade, para nascente, é de 435 metros, a largura 114,80. Comportava 30.000 espectadores.

A *naumaquia* da Deveza, junto a Marialva, de que falam os nossos autores antigos, considerando-a como pertença da *civitas aravorum*, não será um anfiteatro, mas talvez um reservatório de águas servido por aquedutos, no genero do que encontramos às portas de Vila Nova de Foscôa, na mesma região. Barreiros foi, provàvelmente, o culpado da difusão dêste título.

De facto o nosso Gaspar Barreiros, que visitou Mérida em 1546, foi o primeiro que designou o anfiteatro emeritense por *naumaquia*, ou seja, circo para combates navais. Influiu certamente para essa classificação do autor quinhentista a vizinhança dos grandes aquedutos; e tal designação perdurou até às escavações de Mélida, que há uma dezena de anos definiu a sua utilização e lhe publicou a planta. Deve contudo notar-se que



PLANTA DO TEATRO DE MÉRIDA

(Mélida)

Peres Bayer na sua *Viaje a Portugal*, em 1872, e Hübner na *Arqueologia de España*, o denominam já *anfiteatro*. As primeiras tentativas de exploração do edifício datam de 1888. Mélida pô-lo a descoberto de 1915 a 1919.

O anfiteatro de Mérida é elíptico, medindo no eixo maior 126,^{m}30, e no menor 102,^{m}65. A arena baliza-se entre 64,^{m}50 e 41,^{m}15, correspondendo ao anel construtivo 30,^{m}65. Êste antepassado das nossas praças de touros foi construído num cabeço, que se esvasiou para deixar assento aos degraus da arena.

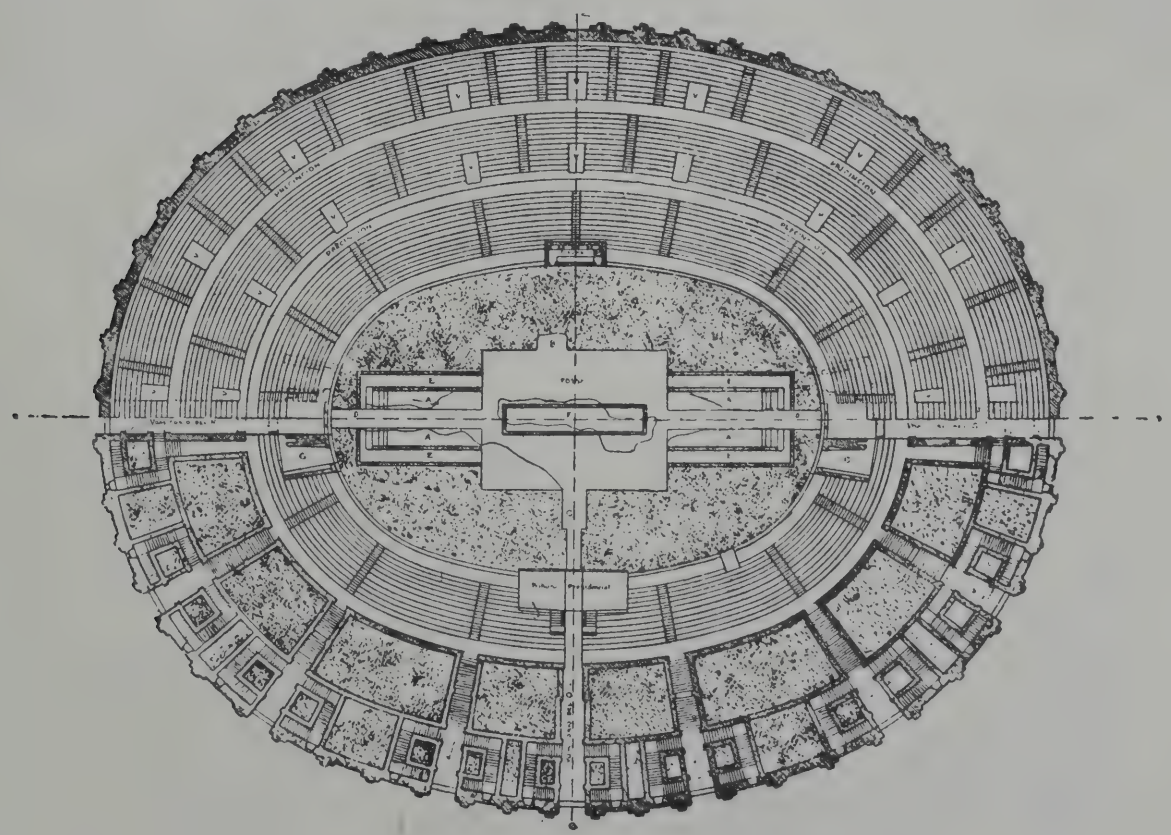
Pelas inscrições aparecidas no recinto, as quais mencionam Augusto, filho do divino César, pontífice, cônsul, imperador e tribuno pela décima quarta vez, o edifício data do último decénio do século I a. C.

Embora o anfiteatro de *Itálica* (perto de Sevilha) seja maior que o de *Emérita*, pois mede 156,50×134 metros, cotam-se ambos entre os maiores do mundo romano, segundo a lista de Friedländer no *Darstell aus d'Sittengeschichte Roms*. O de Itálica só é excedido pelos de Pozzuoli, Cápua e Roma.

Em Espanha há trôços de outros, em Cartagena, Cabeza del Griego, Bolonia, Santiponce, Carmona e Calahorra. Dos de Barcelona, Tarragona, Málaga, Córdova e Toledo desapareceram todos os vestígios. Em Caparra, na Lusitânia espanhola, julgou Mélida reconhecer mais um anfiteatro pequeno.

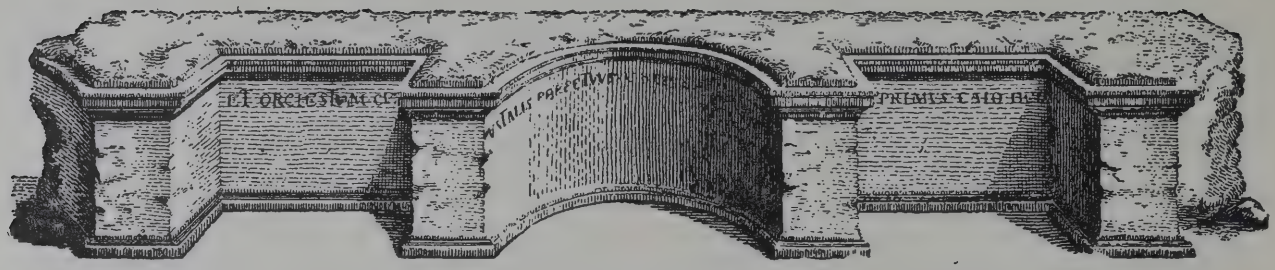
Como o anfiteatro, o *teatro* de Mérida é, pelas dimensões e pelos materiais empregados, dos mais belos da Península, onde todavia existem outros exemplares magníficos, tais os de Sagunto, Clunia, *Acinipo* (Ronda la Vieja-Malaga), Osuna, etc. Outros estão por explorar, como os de *Uxama* (Osma), *Bilbilis* (perto de Catalayud) que foi a pátria de Marcial, Arcobriga, *Italica*, etc.

O teatro emeritense foi escavado de 1910 a 1915. É de traça vitruviana, perfeito na *cavea*, na *orchestra* e na *scena*, com 13 *vomitoria* que conduzem aos assentos. «Até 1910, ano em que começámos as escavações, refere Mélida nos *Monumentos romanos de España*, só se podiam reconhecer, aflorando, as construções semi-circulares do pódio, com



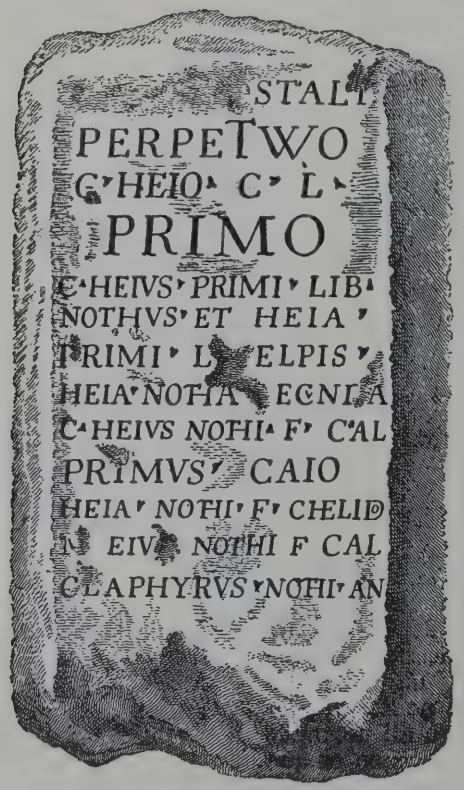
PLANTA DO ANFITEATRO DE MÉRIDA

(Mélida)



Proscénio do Teatro romano de S. Mamede de Lisboa, segundo gravura do livro de L. A. de Azevedo

cinco « vomitórios », sôbre o qual assenta a secção média de bancadas, e os macissos de formigão estruturais da secção superior, os quais por terem ficado repartidos em 7 trôços eram chamados as *sete cadeiras*. Descobrimos depois: os degraus inferiores divididos em seis sectores *(cunei)*, com o corredor semi-lunar que lhe dá acesso por seis « vomitórios »; a *orchestra*, pavimentada de mármores e circuitada de três degraus de assentos para as autoridades; o *proscoenium* recoberto de mármores; a scena *(pulpitum)*, com bons pedaços do muro fundeiro e as suas três portas; o *postscoenium* com as *choragias* ou camarins dos actores; e restos do pórtico posterior, para os ensaios e resguardo do público em caso de chuva ». Singular a série de mármores decorativos do fundo da scena, mais as estátuas do Ceres, Plutão, Prosérpina, Baco, Vénus, 3 imperadores envergando a couraça e 2 personagens togadas, erguidas nos intercolúnios. Mede de diâmetro 86,^{m}63; a scena tem 59,^{m}90 de comprimento e 7,^{m}28 de largura. Acabou de construir-se em 18 a. C. e comportava 5.500 espectadores.



Cipo com a dedicatória do Teatro romano de Lisboa

Nas ruínas da *colonia Metellinensis* (Medelin) há um teatro pequeno.

Olisipo possuíu também o seu teatro, localizado nas abas do Castelo, a S. Mamede, perto da Sé. Em 1798 descobriram-se os assentos da plateia, o pavimento da orquestra, a base do proscénio, dois Silenos de mármore, colunas estriadas, capiteis, e inscrições revelando que Caio Heio Primo, flâmine augustal, erguera proscénio e orquestra à sua custa, em honra de Nero. Luís António de Azevedo escreveu em 1815, sôbre êstes achados, uma minuciosa *Dissertação crítico-filológico-histórica...*

*
* *

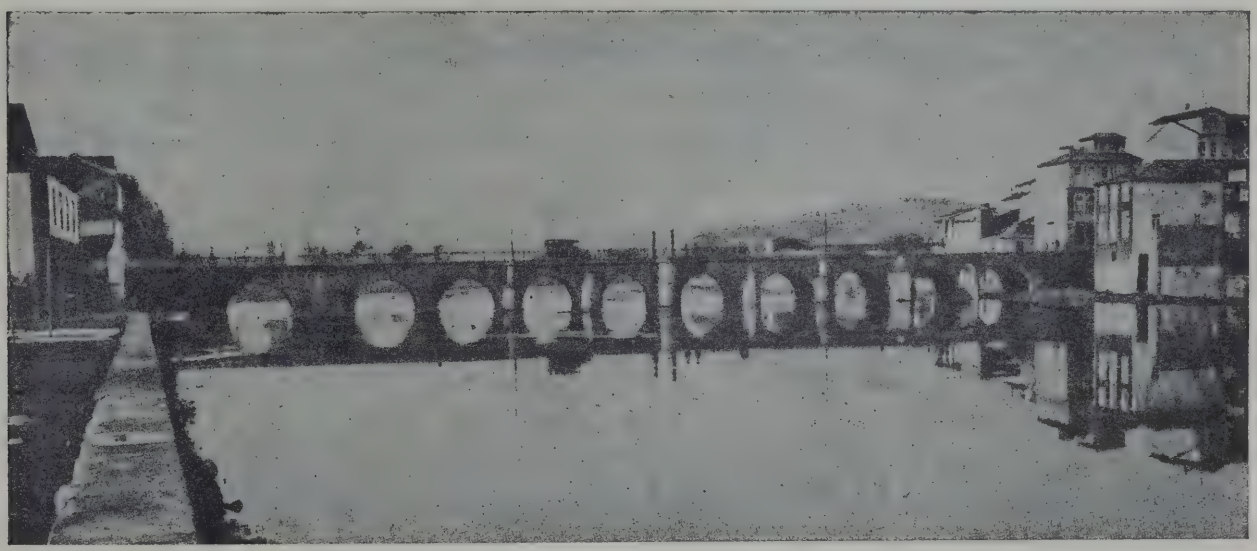
A-pesar-de comummente se atribuir origem romana a qualquer ponte arcaica, escassas são hoje em Portugal aquelas em que tal antiguidade se pode comprovar, e mais raras as que se conservam completas ou quási intactas. Mencionaremos sòmente, das últimas, as de maior vulto.

A mais importante ponte romana em território português é a que cavalga o Tâmega em Chaves, construção formidável de cantaria de granito, — *structurae est non multum elaboratae, sed firmissimae*, dizia dela Argote nos começos de setecentos —, furada de olhais de volta plena, com tímpanos macissos, agora assoriados os arcos até quási às impostas, al-

guns ficando até fóra do leito normal do rio, entaipados. O manuscrito das *Memorias Parochiaes* refere: «Tem esta villa hũa famosa ponte que constava em outros tempos de dezoito arcos de grande e excellente cantaria e hoje de doze somente que principia no arrabalde da Madalena ate o das Couraças, e terá de comprimento 92 passos geometricos e tres palmos, e de largura tres passos geometricos e tres palmos».

Esta ponte servia, em *Aquae Flaviae*, uma estrada identificada no *Itinerário* de Antonino, e cuja derrota na direcção de Braga está documentada por numerosos miliários. Uma inscrição latina que Hübner transcreve no *Corpus* (II, 2478), e se encontra gravada numa das colunas viais ou padrões erguidos a meio da ponte, e que R. de Sande e Vasconcelos adornou e avivou em 1738, dedica o monumento aos imperadores Vespasiano, Tito e Domiciano e ao legado Valério Festo (de que Tácito deixou notícia), mencionando-se também no fuste os nomes das 10 comunidades que concorreram para a obra e que foram, por ordem alfabética: *Aquiflavienses*, *Aobrigenses*, *Bibali*, *Coelerni*, *Equasi*, *Interamici*, *Limici*, *Naebisoci*, *Quarquerni*, e *Tamagani*. Publicou boas fotografias dêstes padrões o ilustre arqueólogo Dr. José Fortes, na *Ilustração Transmontana*, em 1909.

A 11 quilómetros de Alter do Chão, na estrada que liga esta vila à de Ponte de Sôr, subjugando a ribeira da Seda, encontra-se outra admirável ponte romana, que Almeida Carvalhais revelou e o Dr. Félix Alves Pereira estudou em 1910, descrevendo-a proficientemente dois anos depois em *O Arqueologo Português*, donde transcrevemos os períodos seguintes: «Consta de seis arcos de volta redonda, aparentemente iguais entre si e compostos, nas frentes, de 33 aduelas. Traspassando os tímpanos dêsses arcos há 5 olhais em forma de pórtico, com os pés direitos de silharia e o arco de meio ponto constituído por 3 aduelas verdadeiras e um silhar horizontal de cada lado com o tôpo já vivo perfilado em curva. Na base de cada pègão, e em redor dêle, quási junto à água, há uma faixa saliente constituída por duas fortes molduras (filete e talão), faixa que representa o papel de imposta, relativamente à arquivolta de aduelas de cada arco. Logo por cima do fecho de cada arcada corre a todo o comprimento, do lado de juzante, uma cornija robusta, duma composição igual à faixa dos pègões (filete e talão), o que dá a esta construção um certo carácter monumental, pela sombra que êstes relevos projectam... As pedras dos muros que suportam as avenidas da ponte têem almofadas; as dos panos das



(Foto Alves — CHAVES)

VISTA GERAL DA PONTE ROMANA SÔBRE O TÂMEGA, EM CHAVES

(*Foto Alves* – CHAVES)

TRECHO DA PONTE ROMANA DE CHAVES

paredes são mais irregulares, *rústicas*, tanto nas linhas laterais como na própria grossura».

São visíveis os buracos, profundos 0,^{m}03 a 0,^{m}05, do *forfex*, o instrumento de ferro que garrava no solo os *cantos* e os içava até a altura competente. O comprimento total da ponte é de 116,^{m}56; a largura, tomada nas abóbadas, 6,^{m}79; o diametro de um arco, 8,^{m}95; a altura, das guardas à superfície da água, 8,^{m}40.

Esta ponte milagrosamente conservada na sua pureza originária, servia a estrada romana que seguia na direcção Ponte do Sôr — entre Alter do Chão e Alter Pedroso —, estrada que depois de tocar em *Aritium Praetorium* passava em *Abelterium* e de que na região se conservam vestígios. Alguns miliários anepígrafos documentam o traçado desta via, hoje ainda conhecida por «estrada de Santarem».

No manuscrito *Da Fábrica que falece á cidade de Lisboa*, que Francisco de Olanda terminou em 1576, há no capítulo VII várias referências a pontes romanas, de algumas das quais nem vestígios restam. Transcrevo de folhas 24 e 25 do manuscrito original essas referências: «Fizeram os Romãos para nosso uso illustres e famosas pontes. A primeira das quaes (pois que estamos tam perto) foi sobre o Rio de Sacavem, como se veem claros e manifestos o começo e o fim della, e esta deve Vossa Alteza mandar reedificar porque é proveitosa, e tambem por passar por ella a Corte sem o rodeio de ir ao Tojal.

«Fizeram outra ponte sobre o rio Tejo em Santarem tambem de muita importancia e vê-se a memoria della nas Junqueiras onde chamam a Torruja... porque era o pegão da ponte de tijolo vermelho.

«Fizeram outra ponte magnifica acima de Abrantes onde estão os pegões e montes de pedra, e esta quizera reedificar o infante D. Fernando que Deos tem segundo dixe a

(*Foto Alves* – CHAVES)

OS PRIMEIROS ARCOS DA PONTE DE CHAVES, ENTAIPADOS E APROVEITADOS

(Cl. Alberto Cortez)

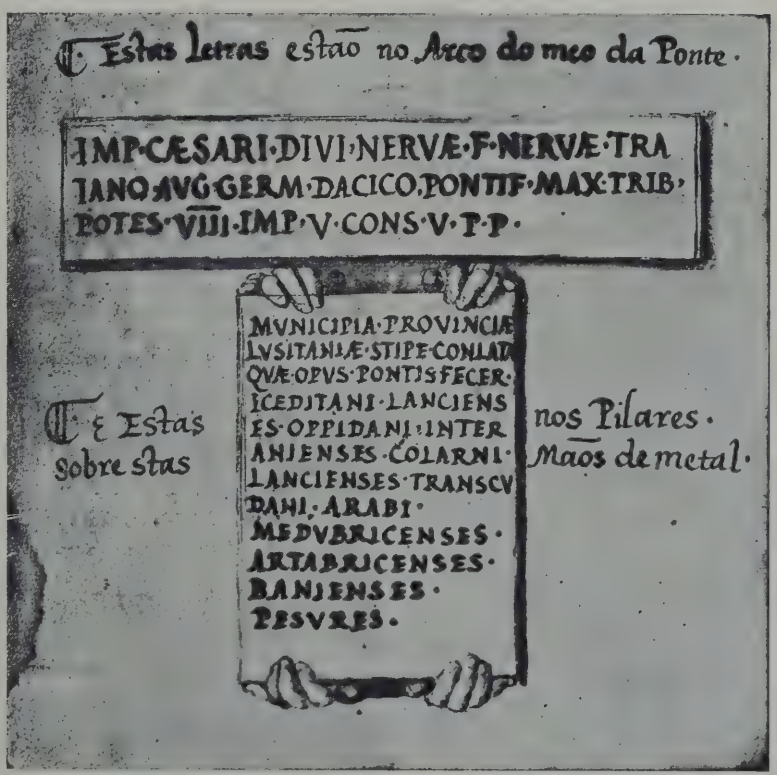
PONTE ROMANA DE ALCÂNTARA, SEGUNDO UM DESENHO INÉDITO DE FRANCISCO DE OLANDA (SÉC. XVI)

meu pai Antonio de Olanda, tambem que Deos tem. Mas destas não curo de dar o cuidado da sua reedificação a V. A. nem aos vereadores de Lisboa, mas seja do Provedor de Santarem João Homem de Olanda, meu irmão, com as outras que lhe V. A. mandou pelo Reino edificar. Mas temo que não sejam tam fortes como eram as antiguas nem como a que fez Julio Lacer Lusitano na Ponte de Alcantara sobre o rio Tejo, que me certificou Pero Sanchez que é daquela patria e por isso muito bom portuguez e por sua vertude e lettras, que é tam alta a ponte de Alcantara que bem pode um pequeno navio passar por baixo dos arcos sem detrimento nem tocar com os lados nem mastro na volta do arco. Ao menos Julio Lacer architector della diz em uns versos que ali estão que a fez para durar ate o fim do mundo... »

Estas referências deixadas pelo nosso primeiro arqueólogo-artista conduzem-nos a tratar da obra monumental de Alcântara, a ponte mais importante da Lusitânia, imponente pela altura dos seus arcos que se elevam cêrca de 50 metros sôbre a superfície normal da corrente do Tejo.

Na vasta bibliografia que Mélida reüniu sôbre o monumento *(Catálogo Mon. de Esp. — Província de Caceres)* falta a menção de Francisco de Olanda e dos desenhos que êle deixou e reproduzimos.

Lançada num estreitamento penhascoso das margens, salvando uma distância de 194 metros sôbre 6 arcos apenas, o arquitecto teve que dar uma largura enorme aos dois arcos centrais, que medem de diâmetro, respectivamente, 27,^{m}35



(Cl. Alberto Cortez)

INSCRIÇÃO DA PONTE DE ALCÂNTARA SEGUNDO UM DESENHO INÉDITO DE FRANCISCO DE OLANDA

(*Foto Rodrigues Brazão* — ALTER DO CHÃO)

UM ASPECTO DA PONTE ROMANA DE VILA FORMOSA, SÔBRE A RIBEIRA DE SEDA

e 28,^{m}06, sendo os primeiros acólitos largos 24,^{m}27, e os segundos, os dos extremos, apenas 18,^{m}41.

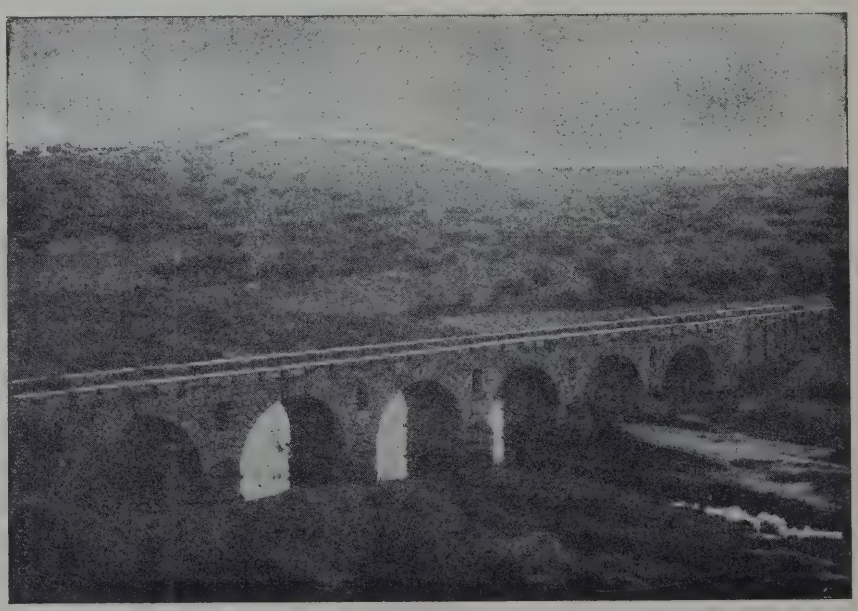
Êsse arquiteto foi Gaio Júlio Lacer, que a terminou de 105 a 106 da nossa era, imperando Trajano. O seu nome figura na renovada inscrição da verga do templete de uma das margens, a que já nos referimos, e que um cidadão igaeditano, teria mandado gravar em honra do artista amigo.

Colaboraram na construção, tal como sucedera na de *Aquae Flaviae*, os povos de vários municípios da província da Lusitânia: *Igaeditani* (de Idanha-a-Velha), *Lancienses Oppidani*, *(Talori)*, *Interamnenses*, *Colarni*, *Lancienses Transcudani*, *Aravi*, *Medubrigenses*, *(Artabricences)*, *Banienses* e *Paesures*.

Esta inscrição encontrava-se num pilar do arco triunfal, reconstruído no século XVI por ordem de Carlos V (1543), o qual se ergue a meio da ponte até 14 metros de alto. Sob êste arco e pela ponte passava a via que de Cáceres se inclina para sudoeste.

O nosso Olanda transcreve as inscrições do arco, a do entablamento e a do pilar, suspenso então por mãos de metal, bem como a do frontispício do templete da margem direita.

Como de justiça, a capital da Lusitânia possui ainda as suas antigas pontes romanas: uma de quatro arcos grandes e dois olhais pequenos nas avenidas, com o comprimento de 125 metros, por onde saíam a *Via da Prata* e a de Lisboa, sôbre o Albarregas; outra enorme, de forte silharia almofadada e com os tímpanos vasados de grandes olhais, por onde passava a calçada que seguia a Sevilha atravessando a parte mais larga do Guadiana, cruzando uma ilha em que se crê existiu um mercado. O arquitecto Lamperez supôs até que se tratava de duas pontes ligadas.



(*Foto Rodrigues Brazão* — ALTER DO CHÃO)

OUTRO ASPECTO DA PONTE ROMANA DE VILA FORMOSA

O comprimento total dêste monumento, em algumas partes reconstruído, é de 792 metros e os seus arcos são em número de 60, sendo a parte mais conservada a que despega da cidade por um maciço de 8 grandes arcos de volta plena, com o diâmetro de 6,^{m}80. Data dos princípios da fundação da Colónia, fins do primeiro século a. C., época de Augusto.

Além destas, várias outras pontes de menores dimensões perduram na Lusitânia espanhola, como a de Segura, sôbre o Eljas, internacional entre Portugal e Espanha, de 5 arcos, com 84 metros de comprido e 6,88 de largura. É provàvelmente coetânea da de Alcântara e do mesmo arquitecto, pois servia a mesma estrada romana e acham-se apenas afastadas duas léguas.

Belo edifício é também a ponte de Salamanca, sôbre o Tormes, metade conservada, metade reconstruída no século XVII. Incaracterística a pequena de Baños de Montemayor. Destroçada e de Medelin, sôbre o Guadiana; mas admirável ainda, na sua ruína, a de Mantibla ou Alconétar.

António Prieto Vives publicou em 1925, no 2.º número da revista *Archivo Español* de *Arte y Arqueologia* um artigo intitulado *El puente romano de Alconétar*, em que se faz a história completa e se dá conta do estado do monumento, construído junto à confluência do Almonte e do Tejo, e sôbre o qual passava a estrada de Mérida a Cesaraugusta (Zaragoza). Os vestígios dêsse monumento alongam-se por espaço de perto de 300 metros, dos quais dois centos contados no álveo do rio e um cento na margem descoberta durante a estiagem. O sistema de construção é diverso do das congéneres da região, aproximando-a Vives da ponte que Trajano fez construír sôbre o Danúbio. Conserva-se a armação, em parte almofadada rùsticamente, de quatro arcos, no mesmo estado ruïnoso em que os desenhou de Laborde há um século. Mas a ruína vinha de muito atrás, falando já documentos do século XIV das «barcas de Alconetar para passar o rio, pois ponte não avia».

Transcrevemos um trecho do *Da Fabrica*, de Olanda, em que se mencionam essas barcas, que o arquitecto-pintor atravessou na sua marcha para Roma, por 1537.

«E não podera eu crer esta cousa se quando parti de Lisboa indo a Roma, logo en Sacavem não achara a via romana e a ponte quebrada no Rio, e nas charnecas de Montragil, ali onde chamam as Mestas, as calçadas de scilice, e em Castela *nos barcos d'Alconete*, e na antigualha de Capara, e depois em França ...»

Da ponte do rio de Sacavém, a que aqui e na transcrição anterior se faz referência, não restam vestígios nem desenhos; e o mesmo sucede com a de Santarém, a cujos pègões de tijolo se refere o Olanda, como tendo-os ainda visto. Restam-nos porém em Mértola, na margem direita do Guadiana, sob as muralhas da velha *Myrtilis*, alguns sólidos pilares, parte de pedra, parte de tijolo, que pertenceram à ponte romana que serviu a povoação mais importante do Alentejo, depois de *Ebora* e *Pax Julia*.

(Cl. de A. Gomes Nunes)

PILARES DA PONTE ROMANA DE MYRTILIS

*
* *

Pelo que respeita a aquedutos, Mérida, capital, sobrelevava às demais cidades lusitanas, o que atestam ainda as ruínas dos condutos de Los Milagres e San Lazaro. Do primeiro, que se desenrolava pelo vale do Albarregas, subsistem 37 pilares, onde a silharia, o formigão e o tijolo foram empregadas em acertada conjugação. Um terceiro aqueduto trazia à cidade as águas represadas na albufeira artificial de Cornalvo, uma das várias que a engenharia romana construíra nos arredores.

Reconhecem-se restos de aquedutos também em Cória, a antiga *Caurium* e em Talavera-la-Vieja *(Augustobriga)*.

Deve porém dizer-se que, nem os aquedutos romanos de Mérida, a-pezar-da sua imponência, nem qualquer dos outros mencionados, se pode comparar ao de Segóvia, do tempo de Augusto, em partes com duas ordens de arcos sobrepostos (como o de Tarragona), e que é considerado uma das grandes obras da engenharia romana.

Em Portugal, *Olisipo*, *Ebora*, *Ossonoba*, Alvega, *Conimbriga*, Bobadela, conservam vestígios de condução aéreas das águas, mas nenhuma delas alcança imponência monumental, já pelo estado ruïnoso, já pelas transformações sofridas. Em Alcabideque, perto de Condeixa-a-Velha, subsiste a tôrre ou arca de água de um depósito.

Referem os antigos autores a existência de alguns faróis romanos, em geral tôrres imitando o grande farol de Alexandria, nas costas de Portugal. Desconhece-se, porém, a sua precisa localização. Devemos contudo fazer menção, neste parágrafo, da chamada Tôrre de Hercules, na Corunha, farol da época romana construído por C. Sevius Lupus, Aeminiense, ou seja natural de Coímbra do qual se ocupou o Dr. Mesquita de Figueiredo na revista *Terra Portuguesa*. Com Gaio Júlio Lacer, constructor da ponte de Alcântara, serão dois os arquitectos lusitanos de que chegou memória até nós.

(Foto-Académica — COÍMBRA)

CÊRCA FORTE DE CONÍMBRIGA — TÔRRE E MURALHA DA PARTE NORTE DO RECINTO

*

* *

Na construção de banhos públicos o mundo romano deixou mais um claro exemplo da sua preocupação monumental, aliada nêste caso a eugenia e à higiene. Abundam no território português da Lusitânia os balneários, quer destinados a fins salutares de desenvolvimento físico, quer de carácter medicinal, sendo porém escassos aquêles cujos vestígios têem sido identificados ou estudados scientìficamente.

Partindo do sul para o norte, podemos citar, para o Sul do Tejo: as termas de Ossonoba, em ruínas junto de Estoy, bela série de construções sôbre lastro de hipocaustos, com piscinas e tanques revestidos de mosaicos de peixes, conjunto que Mons. Pereira Boto estudou; os banhos da Senhora da Luz, desenterrados em 1878 por Estácio da Veiga, e cuja descrição consta do volume v das *Antiguidades Monumentaes do Algarve;* e o balneário de Tróia, com piscinas forradas de mosaicos, conhecidas de há muito e de que Maximiano Apolinário levantou uma planta em 1896.

Em Lisboa, das celebradas *Thermae Cassiorum*, que ficavam às Pedras Negras, a reconstrução pombalina da cidade permitiu sòmente a conservação de alguns letreiros comemorativos; das outras, da Rua da Prata, onde Esculápio tinha um santuário, pouco resta acessível.

No norte, o Dr. José Fortes estudou um modesto *balineum* em S. Vicente do Pinheiro, perto de Penafiel. As termas de Vizela, consagradas a Bormânico, o génio tutelar das águas, e as de Chaves, fundadas ou restauradas sob Vespasiano, ambas com destino exclusivamente medicinal, têem-se perpetuado até nossos dias.

Na Lusitânia espanhola abundaram, paralelamente, os balneários. Extra-muros de Mérida reconheceram-se trôços de dois: um a oriente, conservando uma galeria subterrânea

(*Foto-Académica* — COIMBRA)

BOTARÉUS OU CONTRA-FORTES DA MURALHA ROMANA DE CONÍMBRIGA — LADO DO NASCENTE

com os muros decorados de pinturas, hipocaustos, e uma câmara circular de 6,^{m}50 de diâmetro; outro a noroeste, onde perdura uma piscina longa 10 metros, à volta da qual se erguiam colunas de mármore. E houve mais, particulares.

Em Alanje (antigo *Castrum Colubri*), a 15 quilómetros a sudeste da capital lusitana, as termas actuais aproveitam ainda duas rotundas, com absidíolas murais para o desnudamento dos banhistas e piscinas centrais com degraus, sendo o diâmetro das câmaras 11,^{m}30 e o das poças 5 metros. Mélida, que as visitou pela primeira vez em 1908, assevera com razão serem no plano idênticas ao *frigidarium* das termas de Stabies, em Pompeios.

Em Baños de Montemayor (província de Caceres), outra estância termal, freqüentada desde o tempo dos romanos à actualidade, abrange na parte antiga do balneário a câmara circular, com absidíolas e piscina central, típica do referido *frigidarium* pompeiano.

*

* *

Os vestígios militares da ocupação romana em Portugal são escassos, e essa escassez explica porventura melhor que todos os tratados o que foram o domínio e a paz imperiais. A-pesar-da pacificação muitas cidades — naturalmente as mais antigas —, conservaram as suas muralhas.

Conhecemos trechos de muros romanos em Évora, Beja, Idanha-a-Velha, e Conímbriga, para só mencionar cidades principais. Excepto em Conímbriga, cujas muralhas são balizadas de botaréus prismáticos, como os dos muros de Pompeios, os seus perímetros não foram até agora delimitados.

Na Lusitânia espanhola são mais bastos os restos de fortificação reconhecidos ou estudados. Em Mérida a cêrca forte teve forma quadrada, com 700 metros de lado, comportando, segundo os cálculos de Schulten, 20.000 habitantes. Em Cáceres, como em Évora e Beja, sob panos de muros medievais e modernos denuncia-se a silharia arcaica. Em Talavera-la-Vieja a cêrca teria sido semicircular. Em Cória encontra-se a mais completa fortificação urbana da Lusitânia espanhola. O perímetro é irregularmente hexagonal, os muros de boa cantaria são contrafortados de tôrres salientes, perdurando as 4 portas primitivas, entre fortes cubelos.

Tanto em Espanha como em Portugal há exemplares de fortins de grossa blocagem erguidos nas vizinhanças das estradas principais, para custodiá-las, como um que subsiste no aro de Évora, destroçado. Dos acampamentos, *castra* que os exércitos romanos estabeleceram fortes quer para quarteis de inverno, quer para resguardo de tropas ou centros de operações, vários exemplares remanescem na Península, os quais, em prolongamento das suas investigações numantinas, Schulten tem procurado reconhecer a classificar cronològicamente. Num resumo publicado recentemente sob o titulo *Campamentos romanos en España*, inserto na revista madrilena *Investigacion y Progresso*, o professor alemão menciona, entre os 20 *castra* levantados de 218 a 17 a. C. que estudou, os lusitanos de Vizeu e Cáceres.

A *Cava de Viriato* de que se ocuparam especialmente Henrique das Neves, Amorim Girão na dissertação de concurso «*Viseu*» (1925), e, nesta História, o prof. Mendes Correia, é um vastíssimo campo entrincheirado, octogonal, com 920 metros de raio interno e 355 de raio exterior. Os muros são de terra, espessos 35 metros, circuitados de um fôsso de 10 metros de largo. Em 1903 levantou-se do monumento uma planta rigorosa para acompanhar um relatório minucioso do pintor Almeida e Silva. Para Amorim Girão, que opunha dúvidas à antiguidade da cêrca, o campo foi um pôsto de defesa no cruzamento de estradas da Beira, que se fazia em Vizeu. No seu resumo, como aliás já anteriormente no seu *Viriato*, o professor Adolfo Schulten supõe-o edificado por Bruto, o vencedor dos Calaicos, no ano de 138 a. C.

O facto de possuir muros de terra singulariza a *Cava de Viriato*. Os *castra* costumam ter paredes de cantaria e tam sólidas que serviram por vezes de berço a povoações importantes, tal o de Leon, cidade criada nos quarteis da *Legio VII Gemina*. Mais freqüentemente as cidades nasciam ao lado dos

acampamentos, como sucedeu em Vizeu ou em Cáceres, a *colonia Norba Caesarina*, crescida entre *castra Caecilia* e *castra Servilia*, segundo a informação de Plínio.

A pouco mais de dois quilómetros de Cáceres, em pequena elevação, um recinto quadrilongo, de 654 por 402 metros, circuitado de fôsso, conserva os seus muros espessos dois metros e as suas portas. Foi o acampamento de Cecílio Metelo na sua guerra contra Sertório e os Lusitanos. É actualmente explorado pelo professor alemão.

No despovoado de Alconétar, dominando o rio, existe uma cêrca de muros regulares, quadrada e de vastas dimensões, que se supõe ter sido também um acampamento.

Estamos convencidos de que outros se irão reconhecendo na Lusitânia. E é bom que isso suceda, pois tais acampamentos, numa expressão feliz de Schulten, «imortalizam tanto o heroísmo ibérico como a arte militar romana».

(Foto-Académica — COIMBRA)

ARCADA VIADUTO, EM CONDEIXA-A-VELHA

Capítulo IV — Artes aplicadas

Os mosaicos. Pinturas murais. A cerâmica indígena e a cerâmica de importação. O trabalho dos metais e da pedra.

Paralelamente à acção governativa, que dotava a província com imponentes edifícios de utilidade geral, a acção dos particulares concorria poderosamente, pelas construcções que erguiam, e pelo exemplo da vida que levavam, para a romanização do território lusitano.

As classes privilegiadas foram as primeiras a imitar os colonos, os funcionários e os comerciantes, latinos ou com direitos de cidadãos romanos; e a estas se seguiram os povos, pautando o seu proceder pelo dos senhores, que faziam educar seus filhos à maneira romana e construiam habitações semelhantes às dos dominadores.

Uma prova desta assimilação construcional vêmo-la no aparecimento da *tegula*, a grossa e larga telha de rebôrdo, nos castros, documentando a substituïção da cobertura de palha das cabanas indígenas, até nas regiões menos acessíveis, pelo pesado telhado romano. Quando ainda hoje se encontram povoações inteiras dos planaltos da Beira e Norte, com o casario tapado de côlmo, reservada a telha mourisca apenas para a igreja, essa difusão castreja da *tegula* tem de ser tomada em consideração como indício cultural.

Lògicamente a construção geral inspirou-se nos modêlos itálicos, tanto nos agregados urbanos como nas edificações campestres, fôssem estas vivendas de luxo ou modestos centros de exploração rural.

A maioria dos trechos de construção romana que o arado ou a enxada, por todo o solo português, põem periòdicamente a descoberto, a cada desbravamento ou exploração funda de terrenos, pertenceram a habitações, que fizeram parte de cidades *(civitates* e *oppida)*, aldeias maiores e menores *(vici* e *pagi)*, ou de «montes» e casais *(villae)* isolados.

Infelizmente nunca entre nós se realizou a exploração ordenada de qualquer conjunto urbano extenso, da época romana, fenecendo à míngua de recursos todas as tentativas nesse sentido iniciadas, de que podemos apontar, no decurso do século XIX, as explorações da península de Tróia, em frente de Setubal, custeadas pela «Sociedade Archeológica Lusitana»; as do Marmelar, junto a Tomar, onde Possidónio da Silva, fundador da «Associação dos Arqueólogos» quiz situar Nabância; e as de Conímbriga, dirigidas pelo «Instituto» de Coímbra.

Mais completamente escavadas, a expensas do Estado ou de particulares, foram algumas vivendas campestres, tais as de Tralharíz (Tua), Ameixial (Estremoz), e Barrosinha (Alcácer do Sal).

É compreensível e justificável o rápido abandono de explorações dêste género. Nenhum cataclismo conservou, como em Pompeios, as habitações no estado em que as abandonaram seus moradores; o recheio foi saqueado ou totalmente transportado a outro ponto; e a

simples verificação do traçado e planos dos edifícios não interessa excessivamente aos investigadores, que dirigem de preferência a sua atenção para os santuários e necrópoles.

(Cl. do autor)

Mosaico do Monte dos Fernandos
Margem esquerda do Guadiana (Bética)

A nota de maior interêsse na exploração de trechos de habitação e *villae* é-nos ministrada pelos mosaicos que cobrem os pavimentos, os quais nem os proprietários, mudando de pouso, nem os saqueadores, puderam levantar ou destruir.

O mosaico é, como geralmente se sabe, um processo decorativo que consiste em agrupar sôbre argamassa especial cubosinhos de pedras coloridas (desde o basalto ao ónyx), fragmentos cerâmicos e pastas vítreas, que combinados podem produzir todo o género de desenhos e pinturas, aplicando-se principalmente no revestimento do solo e das paredes, reservando-se para o primeiro as pedras e para os muros os vidros, mais leves e brilhantes.

(Cl. do autor)

Mosaico do Monte
dos Fernandos
Márgem esquerda
do Guadiana (Bética)

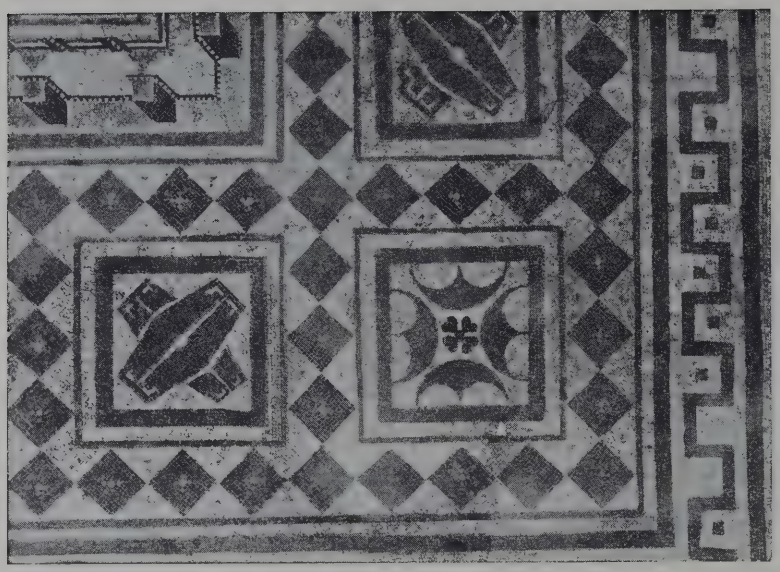
De origem oriental, adoptado pela Grécia, passou de Pérgamo e Alexandria a Roma, como obra de luxo, criando-se a breve trecho na Itália uma arte do mosaico diferenciada da originária, naturalmente mais grosseira e utilitária. O grego considerava o mosaico como uma espécie da tapeçaria, representando nela, de preferência a figura humana, quadros com animais, naturezas mortas ou *asorota* (restos de banquete), réplicas de um quadro célebre de Sosos de Pérgamo. O mosaicista romano, ao contrário, atacou o desenho de figuras, transportando ao solo dos perístilos, dos átrios, das câmaras e dos *lararia*, nas casas particulares, e ao pavimento dos templos, termas e *columbaria*, todas as imagens da mitologia, excepção feita das divindades principais, que um certo escrúpulo impedia de representar em lugares a toda a hora pisados das *soleae* e *crepidae* sonoras.

A obra de mosaico inundou Roma e a Itália, e com as armas e a civilização itálica alastrou até as mais remotas províncias do Império, pela Inglaterra e a Alemanha, pela Espanha e pela África. Orçará por 3000 o número dos mosaicos desenterrados até agora na área do

(Cl. do autor)

Mosaico romano de Conímbriga (Condeixa-a-Velha)
(Museu Machado de Castro)

mundo romano, contando-se entre os mais notáveis os da África do norte, que as condições de clima e a falta de remeximento das terras conservou em melhores condições. São tão abundantes, de Alexandria a Tânger, que René Cagnat não teve dúvida em afirmar «que rara é a casa das cidades africanas onde se não encontra pavimento de mosaico». Só na *villa* dos Laberi, em Oudna,



(Cl. Dr. Zeiss)

MOSAICO ROMANO DE CONÍMBRIGA (CONDEIXA-A-VELHA)

(Museu Machado de Castro — Coímbra)

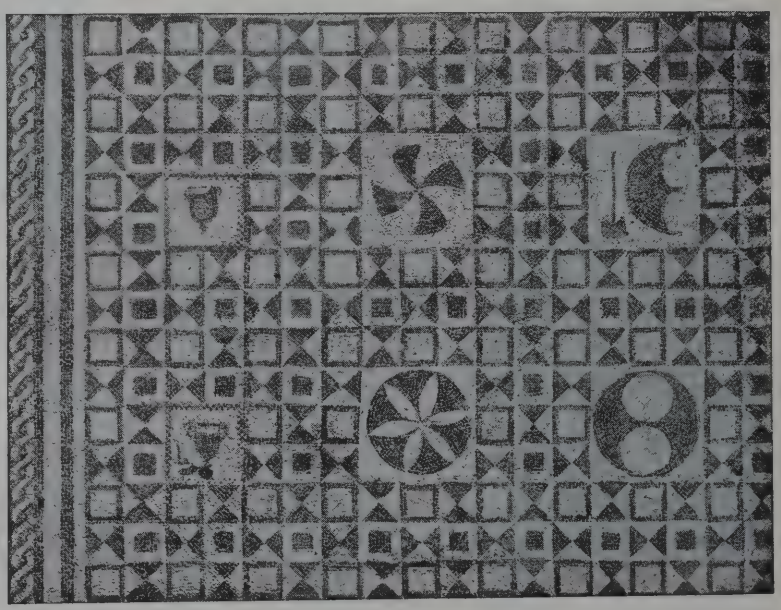
se desenterraram 67, com representações variadíssimas de quadros mitológicos, caçadas, scenas rurais e ornatos naturalísticos. E pode dizer-se que o mesmo sucede na Bética.

Para produzir essas composições, pinturas mais duradouras do que as lançadas sôbre a tela ou a madeira, o artista *musivarius* dispunha de uma infinidade de pedras: para os tons brilhantes as rochas eruptivas, basalto, granito, pórfiro; para as cores fortes, a malaquite, o lápis-lazúli, os jaspes, a cornalina; para as transparências, que as representações aquáticas por vezes exigiam, a ágata, o ónix, o alabastro. Trabalha primeiro em casa, na sua oficina, compondo os *emblemas* ricos que depois expedia prontos a serem colocados dentro de outras qualidades de mosaico local. Não bastando os mosaicistas de Itália, à medida que o gosto por essa decoração pavimentar se alargava, o artista fez-se nómada, percorreu as províncias, e da sua fixação numa ou noutra cidade derivaram por vezes importantes escolas regionais.

Na Lusitânia o mosaico de composição regional distingue-se daquele que artistas italianos e gregos expediram para cá ou aqui prepararam. Ao lado da obra original, a imitação reconhece-se com relativa facilidade.

De inúmeros mosaicos ficou memória entre nós. Percorrendo as comunicações arqueológicas e as revistas da especialidade, a cada passo se encontram referências a pavimentos de pedras coloridas. Mas a continuação dos trabalhos agrícolas, umas vezes, outras a falta de cuidado na conservação dos pavimentos descobertos, fez perder a maior parte dêsse capital artístico.

Por todo o País os encontraram, do Minho ao Algarve. Citaremos, no norte, os de Vizela e Tralhariz; no centro os de S. Simão (Penela), Conímbriga e Ançã, os de Marmelar, (a pseudo-Nabância de Possidónio), os dos arredores de Leiria (Martim Gil, Arnal e S. Sebastião), o



(Cl. Dr. Zeiss)

MOSAICO ROMANO DE CONÍMBRIGA (CONDEIXA-A-VELHA)

(Museu Machado de Castro — Coímbra)

MOSAICOS ROMANOS

Descobertos por Estácio da Veiga em «Boca do Rio» (Budens, Vila do Bispo)

de Póvoa de Cós (Alcobaça), os de Almoçageme e Oeiras (dentro da vila), etc. Além-Tejo aparecem com freqüência, tendo sido recolhidos fragmentos de alguns de Tróia, Alcácer, arredores de Évora, Elvas, Quintos, Beja, Mértola etc. Dos do Algarve, de que Estácio da Veiga reconheceu e desenterrou a maior parte, notabilizam-se os de Budens e os de Milreu (Estoy) perto de Faro, em parte salvos, perdidos os que ficaram incrustados nas paredes das piscinas e nos pavimentos de grande edifício que perdura nessa última localidade.

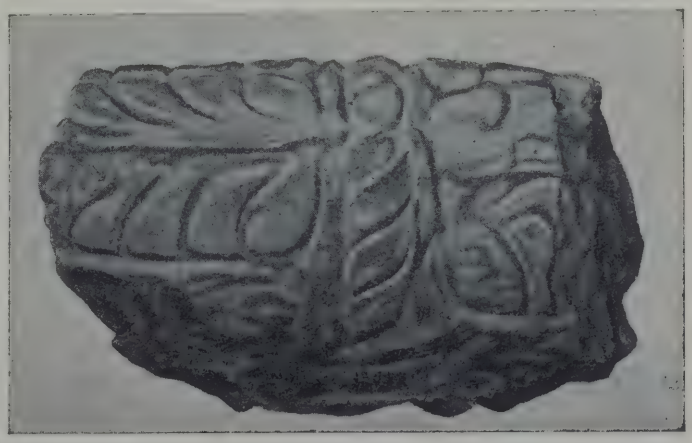
Mosaico descoberto nos arredores de Elvas
(Comunicado pelo Snr. L. A. Barradas)

Os Museus de Arqueologia que possuem mosaicos valiosos são o Museu Machado de Castro, de Coímbra, e o Museu Etnológico Português, de Belém.

Nos mosaicos do Museu de Coímbra, provenientes das escavações realizadas no *oppidum* de Conímbriga, sôbre um fundo de desenhos geométricos, envolvidos por gregas ou pela típica trança romana, ressaltam, cada qual em sua moldura, motivos repetidos, alternadamente de suásticas tetrásceles, rosetas sexifólias, escudos oblongos cruzados, revelando estas duas últimas figurações uma época tardia. A superfície de um dos exemplares é ocupada pelas meandrosas carreiras do *Labirinto* de Creta, no centro do qual se recorta o busto do Minotauro.

O Museu Etnológico possui várias espécies de *vermiculatum*, tanto policrómicas como simplesmente coloridas a branco e negro. Entre elas o mosaico de Martim Gil (Leiria) destingue-se por um quadro representando Orfeu entre aves e quadrupedes encantados da suavidade da sua lira. O da Póvoa de Cós mostra uma bela cabeça radiada. Noutro, descoberto em S. Sebastião, perto da Batalha, representa-se a negro, sôbre fundo branco, um hipocampo. De todos o maior e melhor é o desenterrado em 1914-15 no Ameixial, que ostenta numerosas figuras humanas e de divindades, e também inscrições.

Nêste campo ainda Mérida guarda sensível superioridade, quer nos mosaicos de decoração corrente com motivos geométricos, quer no mosaico de arte. O célebre revestimento « das Fortunas » está assinado: *C(olonia) A(ugusta) E(merita) F(ecerunt) Seleucus et Anthus.* O aparecimento dêstes nomes gregos ou orientais



(Cl. E. Cerdeira)

Fragmento arquitectónico de Tróia

(Museu Etnol. Português)

revela que nem só de Itália a Lusitânia recebia os seus mestres mosaicistas.

Raramente deixam de encontrar-se, nos locais onde se descobrem mosaicos, vestígios de revestimentos parietais pintados.

(Cl. E. Cerdeira)

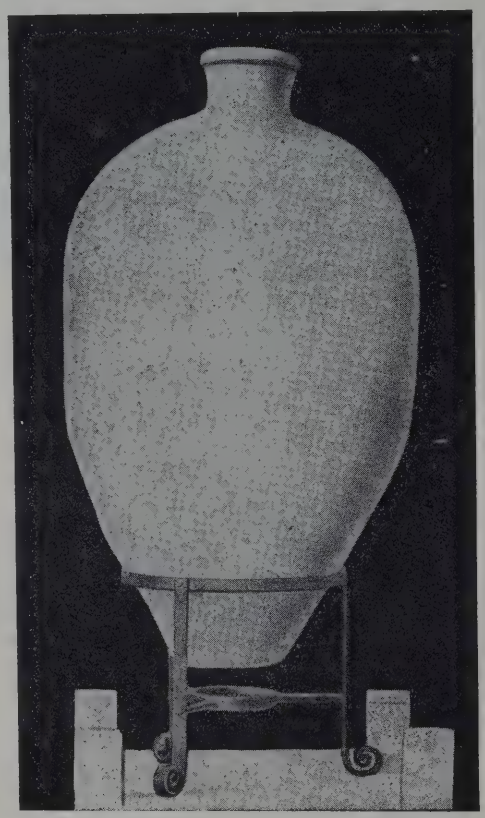
ÂNFORA ROMANA

(Museu Antrop. da Univ. do Pôrto)

A pintura mural, executada geralmente a frêsco sôbre cal pura ou argamassas mais ou menos depuradas, foi de uso corrente na decoração interior das construções urbanas e rurais da época romana. Derruídos, porém, quási sempre até os alicerces, os edifícios em que as aplicaram, caídos os emboços e desfeitos com êles os ornatos, os fragmentos que perduram se bastam para documentar a existência das pinturas parietais, não permitem reconstituïções interessantes para o conhecimento da arte provincial.

Recolheram pedaços de argamassas coloridas: em Marim e Milreu, o arqueólogo figueirense Santos Rocha; em *Balsa*, Estácio da Veiga; em *Salacia*, o autor do presente estudo; em *Conímbriga*, abundantemente, os exploradores do « Instituto » de Coímbra. Marques da Costa prepara um trabalho à-cêrca de um edifício da Tróia setubalense, em que o revestimento mural ostentava figuras. Como hoje nos estuques, os ornatos comuns eram constituídos por filetes de côres, debruando fundos unidos de tonalidades vermelhas, amarelas ou verdes.

Os materiais empregados na construção: cantarias, mármores, tijolos e telhas, recolhiam-se ou fabricavam-se na província. Misturando cal, areia e fragmentos cerâmicos, preparava-se o *opus signinum*, massa de duração eterna que se aplicava em lastros e revestimentos, e cujo aparecimento denuncia sempre a época romana. Às *tegulae* e *imbrices*, as telhas planas de rebôrdo alto, e as encanudadas destinadas a cobrir as juntas, já deixámos referência. Os tijolos, *lateres* e *laterculi*, rectangulares, quadrados, trapezoidais, e em quarto de círculo, — destinados êstes ao âmago das colunas —, aparecem algumas vezes



(Cl. E. Cerdeira)

TALHA ROMANA

(Museu Etnol. Português)

marcados com os nomes ou sinais das fabricantes, como os de Milreu que estadeiam em círculo: *Frontiniani*. A tubagem de barro concorria com a metálica nas construções, e, além de exemplares dispersos pelos museus, divisámo-los *in-loco*, para escoamento, nos panos de muralha de Conímbriga.

Freqüentíssimo é o achado de pesos de tear, *pondera* de barro, em paralelipípedo ou pirâmide truncada, normalmente desadornados, e só muito raramente decorados de círculos,

(Cl. do autor)

LUCERNA DE SALÁCIA

(Museu de Alcácer do Sal)

como um de Vila Real, ou marcados de nomes e letras em cursivo, como os que recolhemos no Mucifal de Colares. Menos vulgares são os pesos de rêde, de que há exemplares de *Portus Hannibalis*, no Museu Etnológico.

(Cl. E. Cerdeira)

TAÇA DE BARRO ARRETINO DA NECRÓPOLE DA ROUCA (ALANDROAL)

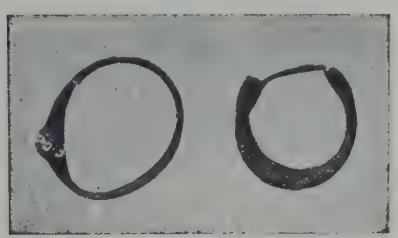
(Museu Etnol. Português)

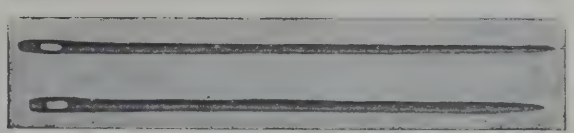
(Foto J. Felipe Porfirio — FARO)

VASO JASPÓIDE, ENCONTRADO NAS RUÍNAS DE MILREU

(Museu de Faro)

Tam abundantes no sul de Portugal como os pesos são as ânforas, peças vistosas mas comuns da olaria da época romana, altas e grossas vasilhas destinadas a vinho e azeite, de gola estreita e pé em bico que se crava-





ANEL, BRINCO E AGULHAS, DE TÔRRE DE ARES

(Museu Etnol. Português)

va na terra ou assentava em suportes apropriados. Aparecem em geral avulsamente, mas em S. Bartolomeu de Castro Marim descobriram-se doze, perto do forno de uma olaria; e na margem esquerda do Guadiana, em frente de Mértola, outro depósito de ânforas proporcionou numerosos exemplares, de tipos esguios e bojudos. Nas margens do Sado, perto de Alcácer do Sal, divisam-se por vezes volumosas acumulações de ânforas partidas. Supomos tratar-se de cais de embarque das *villae rusticae*, obedecendo a sua formação aos mesmos motivos que criaram o *Testaccio*, de Roma.

Além da ânfora, outros tipos de grande vasilha conheceu o Alentejo,— onde a talha giganteia perdura nas adegas —, na época romana, tais a *olla* e o *dolium* quási esférico, de que J. Correia Baptista recolheu um belo espécime no Museu de Salácia, que dirige.

As duas faces da placa de mármore aparecida na Quinta da Tôrre de Ares — Algarve

A cerâmica indígena não está ainda estudada, a-pesar-da sua abundância. Têem-se exumado, especialmente dos cemitérios do norte, numerosos tipos de fabrico local, nos quais podemos encontrar sem dificuldade os precursores de muitas peças das olarias regionais da actualidade. No sul é mais freqüente a louça fina estrangeira, em especial a arretina, vermelha e envernizada, adornada de relevos e marcada com carimbos de industriais de Itália, Gália e Levante hispânico.

O trabalho dos metais está amplamente documentado na Lusitânia, não faltando sequer vestígios de grandes estátuas de bronze. As estatuetas dêste metal são freqüentes, podendo citar-se: os Mercúrios, de Casal Comba e Columbeiras; as Fortunas, de Torres Novas e Pombalino; um Júpiter, da Maia; um Atlante canéforo, do Fundão; um legionário, de Loulé; uma figura báquica itifálica, de Bucelas, que talvez fizesse parte de um candelabro; etc. Entre as lucernas metálicas que os museus guardam notabilizam-se: a de Famalicão, atrás reproduzida; outra, com uma cabeça de cavalo, que adquirimos em Pavia para o Museu Etnológico; outra, ainda, encontrada em Sintra, hoje na Biblioteda Nacional.

Braceletes, aneis e fíbulas abundam também, em especial estas últimas. Ao lado de um tipo caracterìsticamente romano, em *S* deitado, com goteira no pé e cabeça com pri-

AMPULLA LUSO-ROMANA DA NECRÓPOLE DE GULPILHARES

(Museu Antropológico da Universidade do Porto)

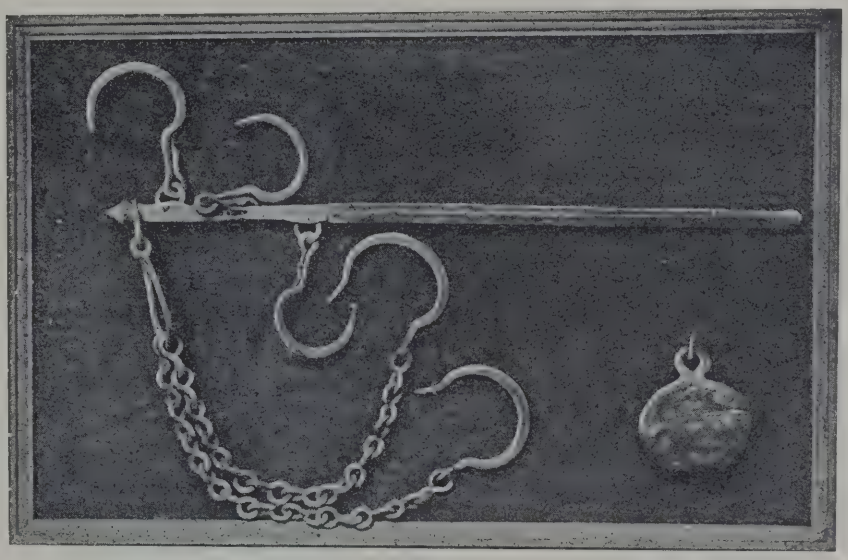
são do fusilhão em charneira, — de que há um exemplar de prata, do Mogadouro, e de cobre vários, de Alcácer, Conímbriga, etc. —, encontra-se a fivela circular do norte, estudada por José Fortes, e representada também abundantemente em Condeixa-a-Velha.

Uma *statera* de Mértola, asas de sítula, de diversas proveniências, um *simpulum* de Grândola, um *stilus* de Tróia, tinteiros de Alcácer e Santiago de Cacém, agulhas vulgares e de fazer rede, anzóis de dois tipos, um farpado, outro simplesmente aguçado, espécimes vários — e alguns notáveis, como os que compõem o estojo de cirurgião descoberto em Tôrre de Ares — da utensilagem metálica, profissional e caseira, revelam a unidade de cultura material a que se subordinara o meridião europeu sob o domínio romano.

As armas são raras: um ou outro *pugio* e glandes de chumbo, de arremêsso; abundam porém os instrumentos agrícolas, de que se recolheram numerosos e variados exemplares em Coruche, em Montemór-o-Novo e em Condeixa-a-Velha.

Fora do campo das artes decorativas ou industriais são raros, excepto em Mérida, os achados de estátuas, bustos e relevos. Obras de arte convencional, como imagens de deuses ou corpos de altos dignitários, tais as dos museus de Évora, Abrantes, Coímbra e Lisboa; ou realistas, reproduzindo as feições de imperadores e magistrados, como as cabeças de Nabância, Beja, Milreu, Alcácer e Bobadela (esta cremos que de Trajano), de todas poucas são as que ultrapassam a mediania artística.

Essa mediania dá-nos o tom geral do desenvolvimento cultural lusitânico durante a época romana. Se a província disfrutou, sob o Império, uma paz duradoura, não se elevou contudo, em qualquer campo de actividade, a posição eminente.



(Cl. E. Cerdeira)

BALANÇA ROMANA DE MÉRTOLA

(Museu Etnol. Português)

A-pesar-do passado brilhante da Ibéria, e do desenvolvimento notável alcançado sob o secular domínio, Roma dando a paz à Hispânia, não soube fazer dela uma nação. Quando os bárbaros, tam pouco numerosos, invadem a Península, as províncias desarmadas, deixando o cuidado da sua defesa a quem as explorava, assistem doloridas, mas inertes, à nova ocupação.

Estatueta de bronze
aparecida na Serra de Sintra

QUARTA PARTE

O DOMÍNIO GERMÂNICO

POR

F. Newton de Macedo

Professor da Universidade do Pôrto

QUARTA PARTE

O DOMÍNIO GERMÂNICO

Capítulo I — Os Bárbaros

Roma e os bárbaros. Evolução política e social dos povos germânicos até as invasões. Estabelecimento dos bárbaros no Império: suas modalidades.

Foi na sua fronteira setentrional, ao longo do Reno e do Danúbio, ora com maior, ora com menor intensidade, nêste ou naquêle ponto, que o Império Romano teve de suportar durante séculos, até à sua derrocada, a pressão contínua, lentamente erosiva, das populações bárbaras que para o norte dêsses rios viviam. Roma que, no seu período orgânico de expansão militar, conseguira dilatar as suas fronteiras no ocidente até o Atlântico, no oriente até a Ásia Menor e no tempo de Trajano até a Índia, cessando então a sua política militar ofensiva, não conseguiu contudo, para o norte do Reno e do Danúbio, realizar um esfôrço igual que lhe permitisse respirar duma maneira mais desafogada, afastando, senão aniquilando de todo, a ameaça que para a sua tranqüilidade representavam as populações bárbaras fronteiriças. Num dado momento, é certo, Roma na plena posse ainda do seu poderio militar e com a lembrança, viva ainda também, da dura experiência da invasão címbrica e teutónica, tentou libertar-se dessa ameaça por uma política de conquista metódica, que acabasse por reduzir a Germânia e as suas irrequietas populações a uma condição igual àquela em que se encontravam já a Gália e a Península Hispânica.

Foi o génio militar de César o primeiro a reconhecer que, para afastar o perigo da vizinhança bárbara, não bastava a política defensiva que o Senado até então adoptara, antes pelo contrário se impunha a necessidade duma política ofensiva, imperialista, de extermínio

ou pelo menos de submissão. Mas, a-pesar-do génio militar de César ter concebido um plano de conquista donde resultaria, não apenas a submissão dos germanos, mas de todos os bárbaros do norte, pelo ataque simultâneo, pela frente e pela retaguarda, das legiões do Reno e de outras que partindo do mar Negro subissem ao longo dos rios até os apertar na tenaz assim formada; a-pesar-do talento militar, não inferior, de Druso ter planeado, e quási realizado com êxito, um ataque não menos genial pela acção concertada de legiões penetrando na Germânia, umas pela fronteira do Danúbio, outras ainda pelo norte, onde as tropas desembarcadas de navios completariam o ataque pela retaguarda; a-pesar-de as legiões terem atravessado duas vezes toda a Germânia, desde o Reno até ao Weser, e terem penetrado duas vezes para além do Elba, onde se juntavam os navios de guerra romanos em virtude duma rêde de canais que Druso mandara executar; a-pesar-dos êxitos militares de Tibério, de Germânico e de outros generais; Roma vê-se obrigada a renunciar, passadas poucas dezenas de anos, não dissimulada mas pùblicamente, a essa política de conquista, onde o brilho de tanta vitória inútil não conseguira desfazer a sombra do extermínio cruel das legiões de Varo.

O ímpeto ofensivo de Roma contra os bárbaros, iniciado por César que, pela primeira vez, leva as legiões romanas às Ilhas Britânicas, à margem direita do Reno e aos pântanos da Germânia, vai-se quebrando, a-pesar-de tanta vitória, até ter o seu arranco final no tempo de Trajano com a conquista da Dácia.

Renunciando a essa política imperialista do extermínio ou de submissão completa, Roma vai retirando as suas legiões de todos os pontos ocupados, mesmo daqueles que regularmente, durante o verão, costumavam ser guarnecidos, passando a concentrar todos os seus esforços, agora defensivos, na fortificação do território limítrofe submetido, por meío duma cadeia de castelos, de acampamentos permanentes, de cidades fortificadas, de vias estratégicas que, desde Colónia e Deutz, se estendia até Kelheim. E foi assim, com êsse sistema defensivo de fortificações cuja construção começa com Domiciano e Trajano, que Roma conseguiu durante séculos conter, para além do Reno e do Danúbio, as populações bárbaras sempre ameaçadoras.

¿Mas que populações eram essas que assim conseguiram a-pesar-da sua barbaria, da sua falta de recursos, opôr-se e com êxito, ao avanço do maior poder militar do mundo antigo? ¿Como se explica o estranho paradoxo que a história de Roma nos apresenta sob êste aspecto, caminhando para a mais completa das derrotas, para a derrocada final, através duma série consecutiva de vitórias? Porque, com efeito, não apenas nos primeiros séculos do Império, mas mesmo no século v, no período crítico da agonia, só excepcionalmente as águias romanas foram abatidas pelos bárbaros. Para respondermos a estas preguntas, indispensável se torna saber o que eram, o que valiam essas populações bárbaras, qual a sua influência nos destinos do Império e nos destinos dos primeiros séculos medievais. Com as naturais limitações que a índole dêste trabalho nos impõe, será êste capítulo uma resposta a essas preguntas.

Para o norte do Reno e do Danúbio, nas regiões pantanosas e de florestas cerradas da Germânia do sul e nas regiões brumosas das margens do Báltico e do mar do Norte, movimentavam-se, à data em que os romanos com êles pela primeira vez entraram em contacto, inúmeros povos sôbre cujas orígens e estado social primitivo a história ainda hoje formula preguntas sem uma resposta definitiva. E dizemos movimentavam-se, porque, de facto, essas populações não tinham atingido ainda na sua evolução política e social, aquela fase da vida sedentária ou agrícola, na qual o homem se prende à terra para dela tirar pelo trabalho continuado e metódico, o que ela abundantemente lhe pode dar. ¿Donde vinham essas populações que, em estado nómada ou pastoril, vivendo da caça e da carne dos seus rebanhos e dos frutos naturais, assim lentamente caminhavam, não numa marcha idílica, pacífica, mas numa luta contínua e áspera contra outras populações que como elas se deslocavam também, contra os obstáculos naturais de regiões não desbravadas, contra os pântanos, contra as florestas virgens, contra os rigores do clima, contra as féras acossadas?

A teoria *indo-europeia* à-cêrca das orígens desses *povos árias* teve durante muito tempo uma aceitação quási unânime. A *filologia com-*

parada mostrara que essas populações falavam línguas com um tão apertado grau de parentesco que necessàriamente se impunha, como conclusão, admitir que todas elas deviam derivar duma língua-mãe, como as línguas novi-latinas derivam do latim. A *antropologia pre-histórica*, firmando-se nêsse forte argumento filológico, concluiu da unidade linguística a unidade racial, admitindo que todas essas populações deviam ter tido um berço, um centro comum de orígem, donde progressivamente por migrações sucessivas, se teriam ido afastando. E como não se encontrava, por mais que se penetrasse no passado, o argumento directo, decisivo, dêsse povo-berço falando ainda essa língua-mãe, pôde todavia a filologia, pelo estudo das raízes comuns às palavras dessas várias línguas já diferenciadas, reconstituir hipotèticamente essa língua primitiva, e, pelo seu exame, formular conjecturas não apenas à-cêrca do estado de civilização dêsse povo primitivo como também do seu *habitat* de orígem. Dessas línguas, já diferenciadas, aquelas que apresentassem um menor grau de diferenciação, aquelas que revelassem na sua estrutura um maior arcaísmo, deviam ser as que mais próximas estavam da língua-mãe; conseqüentemente, os povos que as falassem deviam ser os que mais perto do seu centro de orígem viviam ainda. Os trabalhos geniais do criador da filologia comparada, o filólogo Max Muller, revelando o profundo arcaísmo da língua sagrada dos indús, o *sânscrito*, na qual estão escritos os seus livros religiosos, os *Vedas*, deram um apoio sólido à tese das orígens indo-europeias dêsses povos, segundo a qual o seu berço primitivo teria sido nos planaltos da Ásia central, donde, por migrações sucessivas, se teriam ido afastando, vindo uma das principais correntes de migração em direcção à Europa. Mas vários e fortes argumentos, como por exemplo o facto da língua lituânia, no norte da Europa, apresentar características dum maior arcaísmo que o *sânscrito*, começaram a abrir brecha na solidez da tese das orígens indo-europeias, a ponto de Salomão Reinach classificar de *miragem oriental* essa tendência, quási generalizada, para marcar à marcha da civilização uma directriz leste-oeste, da Ásia para a Europa. Pondo de parte a exposição das controvérsias travadas entre aqueles que mantêem a posição clássica das orígens orientais, e os que situam na Europa, quer no norte do mar Cáspio, quer nas margens do Báltico, quer na Escandinávia, o centro de orígem — controvérsias a que actualmente o problema de Glosel veio dar um novo interêsse —, retenhamos apenas o facto que directamente nos interessa: a contínua e já milenária movimentação dos povos da Europa, qualquer que tenha sido o seu centro de orígem. Os latinos, como os gregos, também por essa movimentação tinham passado e as suas línguas eram também indo-europeias, para mantermos a designação clássica. Do mesmo modo o eram as populações célticas que Roma encontrara habitando as Gálias e a Península Ibérica, populações célticas que, antes do grupo grego-latino, tinham já abandonado a pátria comum.

Os *Germanos*, palavra céltica significando *vizinhos*, constituiram a terceira camada de povos indo-europeus que, avançando lentamente para o sul e para sudoeste, depois de passarem por cima das populações célticas que se encontravam espalhadas pela Europa Central, acabam por esbarrar de encontro ao Danúbio e ao Reno, ao sul dos quais se encontrava a resistência tenaz do poderio militar e civilizador dum povo, os Romanos, com quem iam travar uma luta de séculos. Já muitos anos antes de César, tríbus germânicas dispersas tinham passado o Reno, no seu curso médio e ocupado distritos celtas. Mas pouco antes da chegada de César à Gália, dera-se uma invasão mais terrível, seguida sempre de novas invasões de hordas germânicas, atraídas pela fertilidade, pela riqueza e pela amenidade dum clima tam diferente do das regiões que até então tinham percorrido. Com efeito, exceptuando a região central com as suas serras, eram péssimas as condições climáticas da vasta região ocupada por essas populações, região limitada ao norte pelos areais úmidos do mar Báltico *(Mare suevicum)* e do mar do Norte *(Mare germanicum)*, ao sul pelo curso superior do Danúbio, a ocidente pelo Reno, e a oriente, fronteira incerta, pela vasta planura do nordeste europeu, onde confinavam com os germanos orientais. Região coberta de florestas impenetráveis, de vastos terrenos pantanosos, mais úmida na parte ocidental, mais exposta aos ventos na direcção leste e sudeste, com uma primavera tardia, com um outono

precoce, abundante em neves e em chuvas. A dureza de um tal clima estimulou, por um lado, as qualidades de resistência moral dos seus habitantes que, nas suas características raciais, se impunham já pela sua alta estatura, pela côr azul dos seus olhos, pelo tom ruivo, flamejante, dos seus cabelos compridos, e, nas suas características morais, por um exacerbado sentimento de independência individual, por uma indómita coragem que não receava a morte, antes a acolhia, quando em combate, como o único fim digno dum guerreiro que após ela, passaria a disfrutar no *Walhala*, o Olimpo germânico, a companhia ruïdosa, heróica, dos outros guerreiros mortos também em combate, a companhia dos Deuses servidos pela graça feminina mas varonil das Valquírias, em banquetes sem fim, em copiosas libações...

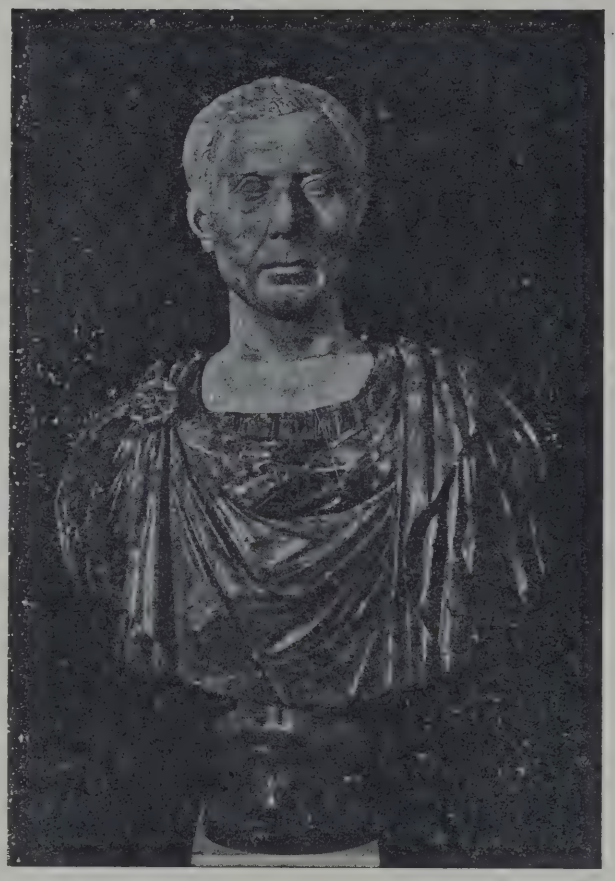
Mas por outro lado, essa mesma aspereza climática, aliada aos obstáculos naturais dos pântanos e das florestas impenetráveis, contribuíu para o insucesso da conquista romana, dificultando o avanço das legiões, que só nos meses da curta primavera podiam operar com êxito. O clima e a floresta foram com efeito os grandes aliados dos germanos na luta secular contra Roma. Era na floresta que as suas qualidades de resistência física e moral, estimuladas pelo clima, encontravam fartos recursos para equilibrar a luta entre legiões senhoras de todos os aperfeiçoamentos militares, que uma secular experiência guerreira lhes tinha aconselhado, e homens que combatiam a peito descoberto, e com um armamento primitivo. Dum lado, as legiões com as suas formações em massas; do outro, a formação em cunha dos bárbaros que, como um aríete de carne, avançavam procurando romper a formação legionária, armados apenas com o seu desprêzo pela morte e com armas de pedra ou de madeira, as pontas de frecha, a faca ou *simaramasax* de pedra, as clavas e as pontas da lança de madeira, porquanto, rareando os metais, as espadas curtas ou as compridas eram pouco usadas. E todavia, nos primeiros combates, os romanos, desorientados, não conseguiram quebrar o ímpeto dêsse aríete de carne. Foi preciso que Mário modificasse a estratégia tradicional dos romanos para que as legiões, pondo de parte a pretenção de quebrarem de frente êsse ímpeto propositadamente deixassem penetrar a cunha bárbara para, depois, atacando simultâneamente de flanco, de frente e pela rectaguarda, a exterminarem por completo. Por isso uma vitória romana significava em regra o extermínio completo do povo inimigo.

E contudo, ao passo que em Roma vai baixando progressivamente o índice da natalidade, flagelo de todas as civilizações requintadas, a proliferação bárbara resiste a êsse extermínio secular e sempre novas ondas bárbaras, no seu lento movimento de avanço, continuam a vir quebrar-se contra a muralha de ferro do *limes* fronteiriço. Mas, nessa luta tam desigual sob o ponto de vista militar, lá estava a floresta para proteger o bárbaro. Era dentro dela, nas suas clareiras inexpugnáveis que êle se refugiava contra os ataques de outros povos, bárbaros também, que por sua vez vinham caminhando no seu lento movimento de avanço. ¿Que importava a razia, a devastação das suas colheitas, que as legiões romanas levavam ás suas terras, se era principalmente da caça e da carne dos seus rebanhos que êles se alimentavam e se as reservas dos cereais que já cultivavam habitualmente, a aveia e a cevada, fàcilmente poderiam ser recolhidas, até que os romanos, açoitados pelo outono precoce, de novo se retirassem? ¿Que importava o incêndio das suas casas, se elas eram feitas de madeira e fàcilmente transportáveis em carros puxados pelas suas juntas de gado, se lá estava a floresta para fornecer pròdigamente novos materiais?

Vida nómada, pastoril, a acentuar cada vez mais os seus hábitos guerreiros, pela necessidade de luta contra as feras, contra os outros bárbaros, e contra os romanos no dia em que com êles entraram em contacto, — tais eram as características da existência silvícola que, durante centenas de anos, os bárbaros levaram. Mas a-par dessa acentuação de hábitos guerreiros, uma outra transformação se vai lentamente operando na sua existência: a passagem da vida nómada para a vida sedentária, da fase pastoril para a fase agrícola. Não quer isto dizer que os germanos não conhecessem já, desde os tempos primitivos, os rudimentos da actividade agrícola. Certas palavras do seu vocabulário primitivo, como por exemplo *mehl, brod e teig* (farinha, pão e massa), mostram que a vida agrícola e os seus

produtos nunca lhes tinham sido inteiramente desconhecidos. O que se dá é uma intensificação progressiva dessa actividade, um maior apêgo à terra que passa a ser olhada com mais carinho e atenção. E essa lenta alteração da sua forma predominante de actividade económica, alteração que tam profunda influência exerceu, como veremos, no seu condicionalismo político e social, não resultou duma decisão arbitrária; as novas condições criadas pelo seu género de vida foram-na necessàriamente determinando. Os povos pastoris, que vivem principalmente da caça e dos gados, precisam de vastos territórios onde os prados abundem. Como da terra se servem apenas naquilo que ela produz naturalmente, quando a avidez dos rebanhos e as condições climáticas fazem rarear as pastagens têem de procurar novas terras onde os prados naturais e a caça, não usados ainda, medrem com abundância. Daí a necessidade do deslocamento, o lento movimento de ondulação dessas populações, que impossibilitadas de voltar para trás, onde outras, numa situação igual, já se encontravam estabelecidas, e impossibilitadas de continuar sempre para a frente, pois se lhes depara a fronteira do Império, vão sentindo simultâneamente a necessidade de se contentarem com terras menos férteis e menos extensas e conseqüentemente reconhecendo que precisam, para viver, de cultivar mais intensivamente a terra, para dela tirarem um maior rendimento, pois não basta já o que ela naturalmente produz.

No momento em que César com êles entrou em contacto, estavam os germanos já nessa fase crítica de transição da vida pastoril para a vida agrícola, o que não quer dizer que outras populações bárbaras vivendo mais para o norte, mais afastadas da fronteira do Império, com uma maior liberdade de movimentos, não se encontrassem ainda, nessa mesma época, numa fase mais puramente pastoril. Quando Tácito, quási dois séculos depois de César, torna a descrever os bárbaros que conheceu, a sua descrição acentua ainda mais essas características da transição da vida pastoril para a sedentária. As obras de César e de Tácito são, com efeito, dentre as poucas notícias que a historiografia romana nos legou à-cêrca dos barbaros, as que mais satisfazem. Essa carência de documentação, aliada ás dificuldades de interpretação dos textos, explica a diversidade de opiniões que sôbre o estado social e político dos bárbaros, durante muito tempo e ainda hoje mesmo, dividiram os historiadores. Para metodizar o assunto procuraremos resumir num certo número de preguntas os problemas mais importantes que a história dos bárbaros levanta: 1.º — ¿Qual o estado social e político dos bárbaros primitivos, anteriormente ás grandes invasões? 2.º — ¿Qual o seu estado social e político à data das invasões do século v? 3.º — ¿Quais as várias modalidades da invasão bárbara? 4.º — ¿Como se estabeleceram os bárbaros nas várias províncias do Império? Preguntas estas cuja resposta nos levará naturalmente á história do estabelecimento dos bárbaros na Península hispânica.



JÚLIO CÉSAR
Busto de mármore
(Museu Capitolino — Roma)

Durante muito tempo a palavra *bárbaro* aplicada aos povos que viviam para além da fronteira norte do Império, foi tomada numa acepção exageradamente pejorativa, como sinónimo duma ausência completa não apenas de cultura mas de organização política e social. Ainda no século passado o grande historiador francês Guizot, a-pesar-de ter tomado para texto das suas interpretações a narrativa de Tácito, na qual os bárbaros se encontram já longe da sua fase primitiva de organização, defendia a tese da ausência completa, entre os bárbaros, duma organização política e social, explicando essa ausência pelo sentimento indómito de independência individual, característico dos bárbaros, sentimento que se opusera sempre á formação de laços colectivos, dum conceito público de soberania, a que as vontades individuais tivessem de se subordinar. Todavia a exacta interpretação dos textos não permite uma tal conclusão. « Quando falamos de *tríbus germânicas*, diz Fustel de Coulanges, dizemos uma coisa em que os antigos nunca pensaram. A palavra *tríbu*, tal como nós a empregamos ao falar de povos não civilizados ou no início da civilização, traz ao espírito a ideia de um organismo absolutamente primitivo e embrionário; quem diz *tríbu*, diz reunião dum certo número de famílias duma mesma raça; a *tríbu* é um corpo pouco numeroso, fàcilmente constituído e que não tem outro elo senão o do nascimento ou o das necessidades mais materiais. Nenhum autor antigo falando dos germanos, emprega essa palavra ou qualquer perífrase que traduza as mesmas ideias. Os modernos é que se habituaram a dizer *tríbus germânicas*, como dizem *tríbus selvagens*. Os antigos nunca se exprimiram assim. César e Tácito, falando dos germanos, empregam os dois termos *populus*, *civitas*. *Populus* na língua latina tem um sentido muito preciso de povo organizado. *Civitas* significa pròpriamente o Estado. Assim os antigos romanos que conheceram a Germânia, nunca notaram que nela a sociedade estivesse no estado rudimentar; nunca disseram que nela faltava o organismo social ou que êste era fracamente constituído. Viram nela povos, Estados. Êstes povos e êsses estados apareceram-lhes mesmo como consideráveis. O Estado germânico, semelhante ao que era o estado gaulês antes de César, é um grande corpo organizado ». Do mesmo modo o grande historiador dos bárbaros, Dahn, afirma: « Os germanos ao entrarem na história já não se encontravam no estado *selvagem;* a natureza tinha sido pródiga com êles dotando-os nobre e profundamente. Achavam-se em um período de civilização muito rudimentar, em uma espécie de período preparatório, comparado com o seu desenvolvimento ulterior, porém não num período desprovido de toda a cultura. O seu grau de civilização pode comparar-se com o que apresentavam os antigos gregos das poesias de Homero, tendo em conta as vantagens que, em favor dos gregos, ofereciam um clima meridional, um solo mais rico e dotes mais brilhantes para as artes plásticas e para a indústria artística ». De resto, se, de facto, era profundo o sentimento de liberdade individual entre os bárbaros, a sua fôrça não era tanta que o não sacrificassem, por vezes, a outros sentimentos, a outras paixões igualmente vivas, como por exemplo à paixão do jogo, nêles tam exacerbada que a própria liberdade individual chegavam a jogar, depois de tudo terem perdido, resignando-se à situação de escravos.

Eram êstes que constituiam a camada inferior das sociedades bárbaras, camada alimentada pelos prisioneiros das guerras em que contìnuamente andavam envolvidos e por aqueles homens livres da sua raça que à liberdade tinham renunciado, sacrificando-a aos acasos do jogo. E de certo modo a situação da classe dos escravos era, entre êles, superior à que disfrutavam os escravos em Roma. Já o hábito de reduzir os vencidos à escravatura representava uma atenuação da rudeza primitiva que só se contentava com a morte do vencido. A distância que separava, no que diz respeito ao grau de cultura e ás condições materiais da vida, o senhor do escravo, era entre os germanos menor que em Roma, permitindo uma maior familiaridade, e, embora fôsse absoluto o poder do senhor sôbre o escravo, êste beneficiava do princípio fundamental do direito germânico, segundo o qual cada um devia ser julgado pelos seus pares. « Nenhum senhor, diz Dahn, podia castigar nem julgar as culpas do servo por seu capricho ilimitado, mas, á maneira do seu parlamento ou assembleia de homens livres, convo-

cados pelo conde ou chefe do distrito, devia reünir um tribunal de família constituído pelos seus servos o qual, dirigido e presidido formalmente pelo amo, julgava e sentenciava o delinqüente, do mesmo modo que se fazia entre homens livres».

Eram êstes que constituíam a camada superior da sociedade germânica. Confiando aos escravos os cuidados da existência material, os pesados serviços que esta exigia, os homens livres podiam dar larga satisfação aos seus sentimentos favoritos, ao amor da caça e da guerra, aos prazeres do jogo e da mesa, em banquetes entre vizinhos, entre homens de igual condição livre, banquetes que satisfaziam não apenas o seu apetite sàdio, mas também o seu espírito de convivência social. «Como passam a maior parte da noite a beber, diz Tácito, dormem até muito tarde. Quando acordam tomam um banho geralmente quente, pois que no seu país o inverno se prolonga por quási todo o ano. Depois almoçam em mesas separadas e, satisfeita essa necessidade, vão, sempre armados, para as suas ocupações ou voltam a reünir-se para beber e folgar, acabando com muita freqüência por se embriagarem e por travar conflitos. Nestas reüniões discutem também o que interessa a dada família ou ao seu distrito; as contendas parciais ou gerais; os casamentos e alianças importantes entre as principais famílias; a eleição de reis ou chefes de distrito; a união com algum guerreiro afamado, senhor de numerosa comitiva; e, finalmente, até os casos de paz e de guerra. Sob a influência da bebida e do prazer se apresenta cada qual como é e falando como quem é, e, deste modo, nascem as grandes resoluções; com o copo na mão abrem-se com franqueza e comunicam os seus pensamentos sem reserva, para tornar a discuti-los no dia seguinte, antes de beber, com a maior ponderação. Nestes banquetes apresentam também os príncipes as propostas para as assembleias gerais e ali se celebra o único espectáculo que conhecem, que se repete em todas as suas festas e assembleias, o baile das espadas, executado por jovens completamente nus que saltam e evolucionam entre espadas e piques afiados e em riste. Êste exercício, em que chegam a adquirir uma rara destreza, desenvolve a graça das formas. A única recompensa do seu arrogante valor é a satisfação dos espectadores. Afora esta diversão, têem uma paixão cega pelo jogo dos dados». Por outro lado, a situação que a mulher disfrutava entre os germanos mostra bem como êles se encontravam longe já da pura barbaria. «Tem para êles a mulher, diz Tácito, alguma coisa de sagrado e certo dom profético. Não desprezam os seus conselhos, pelo contrário têem-nos em muita conta». «Vivem escudadas, diz o mesmo autor, pelo mais rigoroso pudor, não profanado pela assistência a banquetes excitantes ou a espectáculos públicos. Nem elas nem os seus maridos conheciam o segredo das cartas amorosas. Nêste povo é raríssimo o adultério, que o marido está autorizado a castigar acto contínuo; despida, cortado o cabelo, e em presença dos mais próximos parentes, a culpada é expulsa de casa pelo marido ultrajado que a corre à paulada através da aldeia, pois não há ali a menor contemplação para a que falta aos deveres da castidade; à adúltera, por mais formosa e rica que seja, não lhe passa pela mente encontrar novo marido. Ninguém se ri ali dêsse vício e não chamam sedução a essa moda da nossa época. Mais dignas de elogio ainda, são as tríbus que só às donzelas permitem o casamento, de modo que para a mulher não resta senão uma única esperança a alimentar e um só voto de fidelidade a manter. Consideram como crime o limitar o número dos filhos ou eliminar os que nascerem depois do número que se tiver fixado; podem mais ali os bons costumes que em outras partes as boas leis».

Na classe dos homens livres existia naturalmente a diferença entre os pobres e os ricos, entre aqueles que limitavam os seus haveres à posse de poucos escravos e de poucas cabeças de gado e os que possuiam uma e outra riqueza em abundância. Mas, além desta distinção, uma outra existia entre a simples massa popular dos homens livres e a *nobreza*, constituída por aqueles que pertenciam a determinadas famílias consideradas como mais antigas, como tendo sido o berço da comunidade, famílias que em virtude da sua antiguidade e da crença germânica na origem divina dos antepassados, gozavam dum prestígio quasi religioso. Dentre essas famílias salientava-se ainda, como a mais antiga e prestigiosa, a família rial, aquela onde eram

escolhidos os chefes da comunidade. Mas notemos desde já, a-propósito da expressão *família real*, que o princípio monárquico de organização política nunca teve entre os germanos, tanto no período primitivo, como posteriormente, aquela acepção, aquela amplitude de sentido que estamos habituados a dar-lhe, por analogia com as organizações monárquicas modernas. Os germanos tiveram sempre, desde os seus tempos primitivos até aos estados bárbaros da alta Idade Média, uma organização política, híbrida, mistura de instituïções democráticas, republicanas e de instituïções monárquicas. Com efeito, desde o início, a soberania das colectividades germânicas residiu nas *assembleias populares*, constituídas por todos os homens livres, nobres ou plebeus. « Com muita razão se chama, diz Dahn, ao período que precedeu a invasão do império romano, até ao estabelecimento da antiga monarquia germânica em território e sob a influência romana, o período da liberdade do povo; porque, ainda que alguns povos germanos tivessem já reis ou outros chefes, como os dos cantões ou *condes*, o poder soberano baseava-se sempre no povo, no conjunto das famílias livres que o exerciam nas assembleias populares. Se alguma diferença havia, era que, em alguns, o rei era eleito dentre os indivíduos da família real, sendo a eleição vitalícia e faltando-se a estas prescrições só em casos excepcionais; noutros, a eleição do rei não se restringia a família alguma determinada, podendo, além disso, ser vitalícia ou temporária. Até nos povos monárquicos ou reais, como Heródoto lhes chama, por exemplo os scitas, a soberania residia no povo e na sua assembleia, assim como também a declaração de guerra, a paz, os convénios, as alianças, as mensagens de embaixadores, a decisão suprema de todas as questões de política nacional e internacional, a determinação do abandono de um território de passagem para outro com ou sem reserva do domínio sôbre o território que abandonavam, ou sôbre as propriedades particulares, como os vândalos em 405, ou abandono e cessão a favor duma parte do povo que preferia ficar no mesmo território, ou a favor dos vizinhos como fizeram os lombardos em 568, a determinação do rumo e país que se havia de conquistar e até mesmo a eleição do rei, do chefe de cantão *(conde)*, da centúria, da *gau*, ou do grupo de casas, competia á assembleia popular, assim como a administração da justiça e a aplicação das penalidades ».

Os rudimentos de organização monárquica que, embora a-dentro do tipo electivo, nas sociedades germânicas encontramos desde o início, vão-se naturalmente acentuando em detrimento das assembleias populares, á medida que os hábitos de vida guerreira se vão acentuando também, pois o perigo, o estado de luta permanente, impunham o fortalecimento da direcção única, libertando-a das demoras e das hesitações das assembleias populares. Mas nunca a acentuação do princípio monárquico foi até o ponto de apagar por completo as suas tradicionais instituïções democráticas, mesmo quando, estabelecidos já nas províncias do Império, os bárbaros passam a sofrer mais fortemente a influência do direito imperialista romano. É êsse carácter híbrido da sua organização política que explica as divergências entre os historiadores, à-cêrca da condição dos germanos primitivos, uns pondo em relêvo as suas instituïções democráticas, outros os rudimentos de organização monárquica, outros ainda, como Eichhorn, dando uma importância excepcional, elevando-a mesmo à categoria de instituïção estrutural das sociedades germânicas, à instituïção do *séquito* do *comitatus*, que Tácito nos descreve na sua *Germânia*. Essa instituïção, filha dos hábitos guerreiros dos germanos, consistia na colocação voluntária dum número maior de homens livres sob as ordens dum só, o chefe, que em troca dos serviços militares recebidos e da subordinação voluntária em que os seus homens se colocavam, lhes concedia armas, cavalos, mantimentos e parte no saque dos vencidos. Mas êsse agrupamento de homens livres sob as ordens dum chefe, instituïção onde os partidários da tese das origens germanistas do feudalismo medieval vão filiar o feudo, era apenas uma instituïção de carácter privado, a-dentro do organismo político-social dos germanos, organismo regulado por relações de direito público.

¿Qual a extensão dêsse organismo? À semelhança do que observamos nos outros aspectos já tratados, o volume dêsse organismo vai aumentando ao longo da sua secular evo-

lução. A princípio a comunidade circunscrevia-se à família, à *cibja*, palavra etimològicamente derivada do termo sânscrito *sabhá* que significa mesmo comunidade. O direito e a justiça limitavam-se, na sua aplicação, aos membros da família que devia viver em paz, ou derimir as suas contendas amigàvelmente, por um julgamento de pares e nunca pelas armas. Mas naturalmente e desde o início, as relações de vizinhança estabeleceram laços mais apertados entre várias famílias que reünidas formavam a *horda*, com uma jurisprudência comum às famílias que a constituíam. Muitas hordas reünidas formavam um cantão ou *gau*, que, segundo Dahn, ficou sendo durante séculos o Estado pròpriamente dito, muitas vezes dividido em *centúrias* e estas em *aldeias* e *casais*. Outros autores admitem um grau superior ainda, na evolução do corpo social, *Cívitas*, identificando-a com a *Tríbu*, *Nação*, ou mesmo *Estado*.

Êste alargamento do corpo social vai-se efectuando não arbitràriamente, mas sob a pressão de novas condições de existência. Assim como á medida que, pela ondulação crescente dos povos caminhando para sul e sudoeste, os vastos territórios indispensáveis à vida nómada, pastoril, foram rareando e obrigando, portanto, à vida sedentária, agrícola, do mesmo modo e simultâneamente se vai efectuando uma maior concentração dessas populações, outrora isoladas umas das outras e dispersas por vastos territórios incultos, ou por florestas impenetráveis. César, 50 anos a. C., diz, falando dos suevos, que « êstes povos consideram como uma das suas maiores glórias o viverem rodeados de dilatados territórios desabitados; é para êles um sinal e uma prova do seu valor que os povos por êles expulsos, agora vizinhos, se não atrevam a estabelecer-se nêsses territórios abandonados, ainda que também julguem que assim estão mais garantidos contra hostís surpresas ». A pouco e pouco, porém, pela impossibilidade de continuarem caminhando para o sul e sudoeste, onde Roma se opunha á sua marcha, e pela de voltarem para trás, pois novos povos tinham já vindo estabelecer-se nos territórios por êles abandonados, foram sendo obrigados a uma maior concentração territorial e conseqüentemente social. A floresta, a secular amiga dos germanos, que tam fartos recursos de defesa e de adaptação lhes fornecera, vai a pouco e pouco escasseando, tornando-se insuficiente para satisfazer as suas sempre crescentes necessidades. Se, durante muito tempo, a morte das feras e o desbaste da floresta virgem valeram como vitórias do homem sôbre o meio; se a abertura de clareiras, onde, abrigados pela espessa muralha da floresta circundante, viviam isolados uns dos outros, permitiu aos inúmeros povos em que os germanos se encontravam divididos viverem tranqüilos os momentâneos repousos da sua vida nómada, pastoril; a pouco e pouco, contudo, pelo avanço contínuo de novos povos, pelo aumento crescente da população, que sempre acompanha a passagem da vida nómada para a sedentária, as muralhas isoladoras foram rareando, a convivência entre êsses povos foi-se tornando mais íntima, e a luta pela posse da terra, mais áspera, mais violenta. Daí a formação de confederações de povos, facilitada ainda pela necessidade de união na defesa ou no ataque contra o inimigo comum — os romanos —; daí ainda a absorção pacífica ou violenta dos mais fracos pelos mais fortes. O organismo social vai-se avolumando, formando um todo compacto, pacífico voluntàriamente nuns casos, pela violência noutros, sem que as medidas postas em prática pelas várias comunidades para retardar essa evolução, tivessem sortido efeito, a-pesar-do seu rigor. As disposições do velho direito consuetudinário germânico, prescrevendo rigorosamente quantas árvores cada indivíduo podia cortar, quantas cabeças de gado podia levar aos pastos comuns, quais as fogueiras que podiam ser acendidas no bosque, o rigor das penalidades contra aqueles que mudassem os marcos divisórios, que profanassem o bosque sagrado, ou que causassem dano nas árvores, são vestígios das medidas postas em prática pelas comunidades germânicas, na fase crítica da sua evolução, em que as terras começam a faltar e as florestas a não bastar já para o alimento e para a defesa contra os povos vizinhos. Medidas que não conseguiram, contudo, impedir a evolução imposta a essas comunidades pela fôrça crescente das suas necessidades, evolução que a pouco e pouco vai fazendo desaparecer as mais pequenas e mais fracas absorvidas pelas mais fortes. « É esta a razão, diz

Dahn, por que desde o século III da nossa era os autores latinos e gregos deixam de mencionar os diversos nomes dos povos pouco numerosos que antes citavam, pois se fundiram nos povos maiores ou, pelo menos, os estrangeiros, inimigos, não conseguiram distingui-los da massa comum. É por isso que só nomeiam as grandes colectividades dos francos, turíngios, saxões e frisões». Essa lenta concentração das comunidades germânicas, essa lenta conversão dos pequenos reinos de cantões em reinos de povos, vai-se acentuando á medida que os séculos passam. Se já no tempo de César, por exemplo, os godos e os suevos formavam verdadeiras nacionalidades, dentro das quais era possível, todavia, distinguir ainda os nomes das comunidades que as constituíam, em 357, na batalha de Estrasburgo contra os alamanos, o imperador Juliano combate ainda contra mais de doze reis — naturalmente chefes dos cantões — em que êsse povo se encontrava ainda dividido. Mas 140 anos mais tarde, na batalha de Tolbiac, Clóvis vence os mesmos alamanos, vencendo um só rei, prova de que a fusão das várias comunidades que constituíam êsse povo já estava realizada por completo. O que temos vindo a dizer conduz-nos à segunda pregunta por nós atrás formulada e fornece-nos já os elementos da resposta a dar: ¿Qual a condição política e social dos bárbaros à data das invasões do século V?

No momento em que a fôrça da pressão exercida pelos bárbaros sôbre a fronteira norte do Império, consegue nela abrir brecha, e a inundação alastra pelas províncias romanas da Dácia, da Mésia, da Panónia, da Ilíria, do Epiro, da Acáia, da Nórica, da Vindelícia, da Récia, da Germânia, da Bélgica, das Gálias e da Itália, os povos godos, alanos, vândalos, suevos, burgundos, francos, lombardos, etc., são já verdadeiras nacionalidades em marcha, com a sua típica organização político-social, estados com plena consciência dos seus interêsses colectivos, e não apenas bandos de guerreiros homens-livres, conduzidos por um chefe e atraídos pelo desejo da rapina. Todavia Fustel de Coulanges, o grande historiador francês, sustenta, sôbre a condição dos germanos na data das invasões do século V, uma opinião muito particular, que, embora contrária à da grande maioria dos historiadores, não podemos deixar de mencionar. Fustel de Coulanges que, como atrás já dissemos, combate a opinião daqueles que, com Guizot, negam a existência entre os germanos primitivos, isto é na fase em que entraram em contacto com os romanos, de uma organização político-social que os colocasse acima dos povos no estado de pura barbaria, sustenta contudo que, após a luta secular contra Roma, o desgaste e o extermínio, causados por essa luta tinham de tal modo arruïnado êsses povos que á data das invasões do século V, são não já povos com as suas instituïções peculiares, nacionalidades em marcha, mas simples bandos guerreiros, entre os quais se tinha obliterado por completo a ideia da pátria. «Os germanos que hão de aparecer na história, no século V, diz Fustel de Coulanges e que invadiram o império romano, não são um povo jovem que chega valentemente a abrir campo entre os outros povos. São os restos duma raça debilitada, e vencida durante três séculos pelos romanos, que em seguida o foram pelos eslavos e pelos hunos, que foi sobretudo dilacerada pelas suas largas lutas intestinas, inervada por uma série de revoluções sociais e que perdeu as suas instituïções». «Êstes povos germanos, diz o mesmo autor, por outras palavras, não tinham já as instituïções políticas da velha Germânia. Tinham perdido também o gosto pela vida sedentária, o amor á terra, a ideia de pátria». Esta opinião de Fustel de Coulanges que está em desacôrdo com a sucinta exposição que fizemos, seguindo a opinião quási unânime dos historiadores à-cêrca da maneira e das causas porque as comunidades germânicas primitivas se foram lentamente organizando em nacionalidades, foi ultimamente ainda objecto duma refutação decisiva, num magistral trabalho de Manuel Torres sôbre o *Estado Visigótico*. Nêsse trabalho, o ilustre catedrático da Universidade de Salamanca, mostra duma maneira irrefutável como os visigodos ao invadirem o Império, constituíam uma verdadeira nacionalidade em marcha, em busca duma base territorial onde se podesse estabelecer. Foi a luta pela posse da terra, cada vez mais rara, que obrigou os germanos a acentuar cada vez mais os seus incipientes hábitos de vida sedentária. Foi essa mesma luta que os obrigou a concentrarem-se em comunidades

cada vez mais volumosas, até constituírem autênticas nacionalidades. Foi essa luta ainda, que os levou, no dia em que Roma pelo seu enfraquecimento senil não pôde continuar a opôr-lhes a resistência necessária, a passar a barreira fronteiriça e a espalharem-se pelo Império, não levados por um sentimento de ódio ou de cubiça que os fizesse obrar de concêrto, mas por uma necessidade imperiosa de alcançarem novas terras onde podessem estabelecer-se.

Mas, falando da invasão bárbara do século v, não nos devemos deixar levar pela falsa ideia de que até essa data, o Império conseguiu opôr-se sempre duma maneira completa á infiltração dos elementos bárbaros. A invasão do século v é apenas o ponto culminante dum secular processo da barbarização do Império, começado há muito e por vias diferentes. Respondamos pois á terceira pregunta atrás formulada: ¿Quais as diferentes modalidades da invasão bárbara?

« Ordinàriamente, diz Fustel de Coulanges, somos tentados a considerar a entrada dos germanos no Império, como um acontecimento uno e simples que se teria dado sob uma única forma, a invasão à mão armada. Foi, pelo contrário, um acontecimento muito complexo, que se realizou no decorrer de vários séculos e sob formas muito diversas. O único método para o estudar e compreender é o método analítico. É necessário decompô-lo nas suas diversas partes e examiná-lo nos seus diferentes aspectos. Os germanos entraram no Império de cinco maneiras: 1.º, como invasores e inimigos: 2.º, como súbditos de Roma e súbditos voluntários; 3.º, como escravos, colonos, súbditos contra vontade; 4.º, como soldados do Império e soldados sempre fieis; 5.º, como soldados do Império, mas soldados infieis ou exigentes que, depois de o terem defendido, dêle se apoderam ». É, com efeito, através da organização militar, das legiões, que tam largo e fecundo papel tinham outrora desempenhado na romanização das províncias conquistadas, que a partir dum dado momento, sob o pêso crescente das necessidades defensivas, a obra de barbarização do Império se vai lentamente efectuando. Um rápido confronto entre a organização militar dos primeiros tempos e as alterações que ela foi sofrendo, á medida que as necessidades defensivas se foram tornando mais instantes, mostra bem como de facto o Império, para se defender dos bárbaros, se viu obrigado a acolhê-los dentro de si, a confiar-lhes a sua própria defesa, a facultar-lhes o acesso a altas funções dirigentes, até o exercício da própria dignidade imperial.

Desde os tempos da República, Roma dividira sempre o seu exército em duas categorias bem separadas: as *legiões*, constituídas apenas por cidadãos romanos, e os *contingentes*, formados com soldados dos povos aliados ou vencidos. Mas já nos primeiros tempos do Império essa distinção se começa a atenuar. Tendo sido alargado o direito de cidade a toda a Itália e a muitas províncias, as legiões perdem o seu carácter expecificamente romano, passando os seus soldados a ser recrutados nas próprias províncias, embora Augusto tivesse tomado a precaução de escolher para êsse recrutamento as províncias senatoriais, que estavam mais romanizadas. Por outro lado como o espírito militar se ia obliterando entre os habitantes de Roma e os da Itália, o recrutamento dêstes passa a ser feito, salvo em circunstâncias excepcionais, pelo regime do voluntariado, sendo-lhes confiado de preferência o serviço militar menos pesado, o da guarnição de Roma, nas coortes pretorianas e urbanas. Na categoria militar das legiões uma diferença se estabelece já, portanto, a partir de Augusto: as coortes pretorianas e urbanas, constituídas exclusivamente por romanos e italianos, e as legiões mixtas, em que entram provinciais — uns cidadãos de nascimento, outros a quem os imperadores, que a si tinham chamado essa prerrogativa, conferiam o título para que podessem nelas entrar. Os soldados dos contingentes aliados, *os auxiliares* que não constituíam um exército à-parte das legiões, mas que a estas sempre se juntavam, não eram cidadãos nem dêsse título necessitavam. Êsse título só lhes era conferido, terminado o serviço militar como recompensa da sua boa conduta. O seu recrutamento fazia-se de preferência nas províncias imperiais e até mesmo fóra do Império, entre os povos submetidos ao seu protectorado; o seu armamento, o seu uniforme e a sua maneira de combater, nada tinham de romano, variando segundo as regiões onde eram recrutados.

Seguindo o seu plano defensivo, Augusto distribuíu a maior parte das fôrças militares do Império ao longo da fronteira. Mas uma hora chegou em que êsse exército defensivo assim distribuído, enfraquecido pela crise crescente do despovoamento, pela luta contínua contra os inimigos fronteiriços, pelas guerras civís, pela indisciplina e pela falta de espírito militar, se revelou impotente para, por si só, desempenhar a sua missão. Para obviar a êsse enfraquecimento crescente do seu poderio militar, Roma vai a pouco e pouco pondo em prática medidas que, valendo como remédios de momento, vão todavia contribuindo cada vez mais para a desnacionalização do exército. Desde os fins do século I, as legiões são já quási constituídas exclusivamente por provinciais. Como a crise do despovoamento se agrava, os cidadãos não bastam já para satisfazer todas as exigências do recrutamento, e por isso a zona em que êste se efectua de preferência se vai lentamente deslocando para a fronteira, e o título de *cidadão*, condição indispensável para ser legionário, passa a ser conferido a bárbaros ou a semi-bárbaros, alheios a toda a cultura e tradição romanas, e que de *cidadãos* só o nome tinham. No dia em que êsse título é conferido a todos os habitantes do Império, a diferença entre legiões e tropas auxiliares desaparece. Os escravos, a quem durante séculos fora rigorosamente interdita a carreira militar, passam a poder segui-la também, pois dum escravo podia-se fazer um liberto e dêste, pela ficção jurídica da *restitutio natalium*, um ingénuo, um homem livre. Os libertos, que durante muito tempo só poderam servir na frota de guerra e nas coortes das vigílias em Roma, aparecem já nas legiões no tempo de Marco Aurélio.

AUGUSTO

(Museu Capitolino — Roma)

Mas a-pesar-dessas medidas, a reserva de homens do império ainda não chegava para satisfazer as suas necessidades militares. Por isso se generaliza mais o hábito, antigo já, de recorrer aos bárbaros para o recrutamento militar, contratando-os individual ou colectivamente, como *federados*, ou obrigando-os a servir após uma vitória de Roma, como *dedititii*. Diocleciano substitui o plano defensivo de Augusto por um outro que consistia, nas suas linhas gerais, num exército de cobertura situado ao longo da fronteira, exército destinado a receber o primeiro choque — os

limitanei ou *riparienses*, fixados à terra, interessados em defendê-la porque era sua propriedade —, e um exército de campanha — os *palatini* ou *comitatenses* e os *pseudo-comitatenses*, concentrados no interior, nas praças fortes que por toda a parte se erguiam, tal o receio de que a onda bárbara abrisse brecha na fronteira e alastrasse. A própria cidade de Roma, não se sentindo ao abrigo duma surprêsa, reforçara as suas fortificações no tempo de Aureliano.

Mas mais para recear do que a ameaça exterior dos bárbaros fronteiriços, era a ameaça interior dos bárbaros ao serviço do Império, que a pouco e pouco se iam tornando senhores dos seus destinos; ameaça de que Roma por vezes teve clara consciência e da qual Sinésio, no seu célebre discurso ao Imperador Arcádio, se fez eco, ao pedir-lhe que não confiasse aos lobos a guarda do rebanho. «Antes de permitir, diz Sinésio, que êstes scitas (os visigodos) passeiem armados entre nós, deveriam ter-se chamado às armas todos os romanos capazes de manejar lança e espada; é uma vergonha que êste populoso império abandone a glória guerreira a estrangeiros, cujas vitórias, ainda quando para nós vantajosas, nos fazem còrar. Estes homens acostumados ao ofício das armas hão de querer um dia mandar-nos... Êstes bárbaros, até agora nossos escravos, robustos e úteis como tais, querem governar-nos. Ai de nós no dia em que os seus exércitos e chefes, que vivem agora do sôldo que lhes pagamos, se amotinem contra nós e se juntem a êles todos os seus muitos compatriotas escravos, espalhados por todo o Império!»

Mas dêsse perigo não podia Roma livrar-se, pois mais sombrias, mais trágicas do que a visão ameaçadora dum futuro em que Roma fôsse apenas um joguete nas mãos dos bárbaros que a defendiam, eram as circunstâncias de momento, em que só êles, embora brutais, indisciplinados, com a consciência arrogante da sua fôrça, lhe podiam valer. Por isso a lenta barbarização do Império segue a sua marcha inevitável. Se, com Pertinax, pela primeira vez o imperador deixa de ser escolhido entre a nobreza para ser elevado a essa dignidade um soldado de fortuna, filho dum liberto, com Maximino, filho dum geta e alano por sua mãe, pela primeira vez um bárbaro se reveste com a púrpura imperial. E notemos que Maximino não foi uma excepção, pois Décio, Cláudio, Diocleciano, Maximiano, Valentiniano e outros imperadores, ao *imperium* chegaram, partindo duma condição obscura, de famílias oriundas da região danubiana, onde a barbárie mais se acentuava. O comando supremo do exército que Diocleciano confia a dois chefes da milícia, o chefe da infantaria *(magister peditum)* e o da cavalaria *(magister equitum)*, cargos que por vezes eram confiados a um chefe único *(magister utriusque militiae)*, e que sob as suas ordens tinham os generais ou *duces*, passa a caír com freqüência nas mãos de bárbaros. Os casamentos entre êstes e os romanos mais acentuam ainda a obra de barbarização. Na própria família imperial essas alianças se dão; Arcádio casa com Eudóxia, filha dum franco; Estilicão, um vândalo, com Serena, filha adoptiva de Teodósio; Ataúlfo, um visigodo, com Placídia, filha de Honório; e como estas muitas outras alianças. E não era apenas ás dignidades militares que os bárbaros ascendiam, mas também ás funções civís mais eminentes, como por exemplo ao consulado. E como não seria assim, se tinham já conseguido ascender à própria magistratura imperial!

Moedas de Arcádio, Honório e Teodósio

(Museu Municipal do Pôrto)

Com razão afirma, pois, Fustel de Coulanges que «o império romano não foi derrubado por aqueles que o atacaram, mas sim por aqueles que se tinham feito seus soldados. Os Germanos não tiveram todavia o propósito consciente de o derrubar». Com efeito, assim

como os bárbaros do exterior não se lançaram sôbre o Império movidos pelo ódio ou pela cubiça, mas sim pela necessidade imperiosa de encontrar terras onde se pudessem estabelecer, do mesmo modo os bárbaros do interior, que nele tinham penetrado como soldados, funcionários, comerciantes, colonos, escravos, etc., contribuindo para a sua derrocada, não o fizeram, contudo, movidos por um propósito de consciente hostilidade. Se por vezes, na luta contra os bárbaros exteriores, os bárbaros soldados do Império sobrepunham aos interêsses dêste último, que serviam, os seus sentimentos de raça — como por exemplo na batalha de Estrasburgo, em que a traição de oficiais de alta patente ao serviço de Roma, mas de raça alamana, facultou aos alamanos o plano da guerra que Juliano contra êles movia —, em regra não foi pela traição nem pelo ódio que o Império sucumbiu às mãos dos bárbaros, mas sim pelo enfraquecimento causado pelas contínuas lutas entre os chefes militares, pelas intrigas da côrte numa palavra pela anarquia geral.

NÉRO

(Museu do Louvre)

Roma vira pela primeira vez após a morte de Nero, mas num momento em que a vitalidade das suas instituïções e da sua ideologia ainda era bastante para resistir a um mal de que nunca mais se devia libertar, as legiões, sobrepondo a fôrça ao direito, arrogarem a si o privilégio da escolha do novo imperador. Mas nessa época, que Tácito melancòlicamente descrevia já como «uma época fecunda em catástrofes, época de combates ferozes e de sedições, em que o segrêdo do Estado deixa de ser guardado e em que se fica sabendo que o imperador pode ser feito fóra de Roma», o Império conseguiu ainda resistir à anarquia causada pela ambição dos seus generais. Quatro séculos passados, porém, abalado profundamente nos seus alicerces sociais, políticos, económicos e ideológicos, essa am-

bição tem já efeitos mais perniciosos. É certo que o prestígio da ideia imperial se mantinha ainda e tam fortemente que, na luta pelo poder, travada entre as ambições dos chefes militares bárbaros que o serviam, nunca acudiu, por mais ambiciosos que tivessem sido, à mente de nenhum deles o plano de derrubar violentamente o Império e de, sôbre as suas ruínas, estabelecer uma monarquia bárbara que o substituísse. Como veremos, Ataúlfo, chefe visigodo que por momentos alimentara êsse plano, em breve dêle desistiu. A ambição dêsses chefes bárbaros, refreada pelo prestígio moral da ideia do Império, contentava-se com exercer o domínio *de facto*, confiando a um imperador escolhido a seu belo prazer o poder *de direito*, que bem fraco era. E mesmo quando em 476 Odoacro, rei dos hérulos, depõe violentamente o imperador que então reinava, e que, por uma ironia do acaso, se chamava Rómulo Augusto, e declara abolido o Império Romano do Ocidente, êsse acto de fôrça foi simultâneamente um acto de reverência para com a ideia imperial, pois em vez de arrogar a si os direitos do imperador que derrubara, se limita a declarar abolido o Império do Ocidente e restabelecida a unidade imperial sob o govêrno do imperador do Oriente. Mas, se o prestígio moral de Roma e da sua organização secular resiste a tanta ambição e se continua mantendo através de toda a Idade Média; se Clóvis considera ainda como prémio bastante para as suas vitórias o diploma de cônsul que lhe concede o longínquo imperador do Oriente; se Carlos Magno consegue restabelecer, mercê da sua política de entendimento com a Santa Sé, e continuidade imperial no ocidente; se, de direito, o ocidente europeu continua sendo, e por muito tempo ainda, domínio do império de Constantinopla; se êste nunca abdicou por completo dos seus direitos sôbre as províncias ocidentais, por exemplo sôbre a Península Ibérica, como adiante teremos ocasião de ver; — de facto os bárbaros, nessas províncias estabelecidos, vão a pouco e pouco quebrando os laços de subordinação que ao Império do Oriente ainda os prendiam e criando reinos autónomos.

Respondamos agora à última pregunta atrás formulada: ¿Qual a maneira como os bárbaros se estabeleceram nas províncias do Império?

Durante muito tempo, por um errado conhecimento do que tivesse sido a invasão, reinou em história a opinião de que os bárbaros, ao alastrarem por sôbre as províncias do Império, teriam, movidos pelo ódio ou pela cubiça, reduzido os habitantes dessas províncias a uma dura condição, apossando-se violentamente das suas terras, inflingindo-lhes todos os vexames, cometendo todos os atropelos a que os levava a crueldade dos seus hábitos de barbárie. «Dias de dura prova, diz o historiador espanhol Perez Pujol, ao descrever dentro dêsse critério a invasão da Península, foram aqueles para estas infortunadas províncias: a devastação, o incêndio e a morte acompanhavam por toda a parte os bárbaros; a peste e a fome, flagelos inseparáveis da guerra, dizimaran vencidos e vencedores; chegaram as mães a comer os seus filhos e as feras habituadas à carne humana, ao pasto dos cadáveres que a peste, a fome e a guerra lhes ofereciam em abundância, abandonavam suas guaridas para se misturarem com os vivos». Êste quadro sombrio traduz bem a *concepção catastrófica* das invasões bárbaras. Mas já tivemos ocasião de dizer o que de errado existe numa tal teoria. Os bárbaros que se estabelecem nas províncias do Império não se encontram já naquele estado de rudeza de costumes que tinham no tempo de César e de Tácito, rudeza que, como vimos já também, não foi nunca pura barbárie. Ao seu contacto com Roma, com as suas instituïções, com a sua cultura, com os seus hábitos de civilização, a rudeza dos bárbaros mais se atenua ainda, o que não quere dizer que tivesse desaparecido por completo e que o seu estabelecimento nas províncias não tenha sido acompanhado de actos de crueldade e de violência. Mas em regra a sua atitude para com os habitantes das regiões onde se estabeleceram não foi de extermínio, de hostilidade irredutível.

Fustel de Coulanges, com a autoridade que lhe dá o seu conhecimento minucioso da época merovíngia, declara que não encontrou um único texto desta época donde se possa concluir que os habitantes da Gália romana ficaram reduzidos à condição de vencidos, privados das suas terras, servos de gleba ou escravos dos seus novos e únicos senhores, os bárbaros invasores. Para êste resultado

muito contribuíu a política habilidosa que Roma adoptou para com os povos invasores. Quando não os podia exterminar ou submeter pela fôrça das armas, Roma, para amortecer a violência do choque bárbaro, entrava em negociações com êles, contratava-os como *federados*, concedendo-lhes, em paga dos serviços militares que daí por diante lhe passavam a prestar, aquilo que êles mais ambicionavam, isto é, terras onde se podessem estabelecer. Mas ao estabelecerem-se nessas terras, que assim lhe eram concedidas, faziam-no, não já como inimigos do Império, mas sim como seus soldados, como seus *hospites*, e o seu modo de assentamento, em vez de ser anárquico, violento, obedecia àquelas normas jurídicas do aboletamento, *da hospitalidade*, que conhecemos através dos códigos de Teodósio e de Justiniano. E assim, se as regiões invadidas antes das negociações com Roma sofriam mais os horrores da invasão desencadeada, pelo contrário os habitantes das províncias onde o Império consentia que êles se estabelecessem como seus federados, em vez de serem violentamente desapossados das terras, tratados como vencidos, eram apenas obrigados a partilhar as suas propriedades rústicas e urbanas com os invasores, transformados já em *hospites*, soldados de Roma, que tinham de ser aquartelados segundo as leis em vigor.

MARCO AURÉLIO SACRIFICANDO

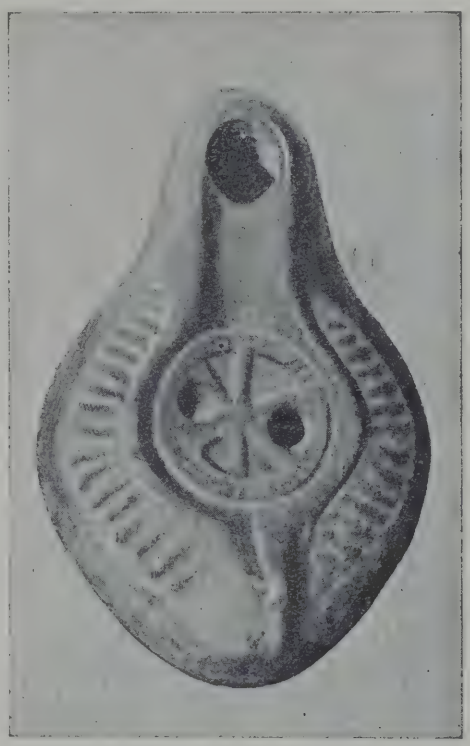
(Roma — Palazzo dei Conservatori)

Comprovemos o que acabamos de dizer à-cêrca das invasões e do modo como os bárbaros se estabeleceram no Império com a marcha invasora dos quatro povos — vândalos, alanos, suevos e visigodos — que acabaram por se estabelecer na Península Hispânica.

Os *vândalos*, nome colectivo com que eram designados vários povos, como os *silingos* e os *asdingos*, encontravam-se ainda, segundo Tácito, no ano 100 da nossa era, ocupando a região situada entre o Elba e o Vístula. Nos anos 171 a 173 encontram-se já estabelecidos nas margens do Danúbio, combatendo, aliados aos marcomanos, contra o imperador Marco Aurélio. Como resultado dessa campanha, que

o imperador empreendera para libertar a Panónia da invasão, os vândalos asdingos, que Roma conseguira atrair para o seu partido, recebem em recompensa terrenos na Dácia, onde desejavam estabelecer-se, com a condição de combaterem contra os marcomanos. É nessa região da Dácia, que confinava ao sul com o Danúbio, a oeste com os marcomanos, a norte com os hermúnduros, e a leste com os godos, que os vândalos se conservam durante séculos, embora nêsse intervalo várias vezes Roma tivesse de se defrontar com bandos dêsse povo, que, levados pelo instinto de rapina e pelo seu feitio nómada, se afastavam da região ocupada. É assim que Aureliano vence, nos fins do século III, alguns dêsses bandos, consentindo-lhes o livre tráfico no Danúbio em troca dum contingente de 2000 cavaleiros auxiliares. Enfraquecidos pelas contínuas lutas contra os godos, seus visinhos de leste, os vândalos acolhem-se à protecção de Roma, e Constantino autoriza-os a abandonarem a margem esquerda do Danúbio, onde estavam mais expostos aos ataques dos seus inimigos, e a estabelecerem-se na margem direita, na Panónia, em troca da sua submissão e do auxílio militar que deviam dar a Roma, principalmente em tropas de cavalaria. Nos fins do século IV, o oitavo esquadrão de cavalaria às ordens do governador do Egipto é constituído por vândalos.

Nos princípios do século V, impelidos pela fome, os vândalos silingos e asdingos abandonam a Panónia em busca de terras mais fartas, caminham para ocidente, para o Reno, arrastando na sua marcha os alanos, povo de origem diferente e cuja língua, nos poucos vestígios que dela nos restam, não tem afinidade com nenhuma língua germânica, chefiados todos pelo rei vândalo Godigiselo, embora os povos que os acompanhavam, tivessem também os seus reis particulares. Chegados às margens do Reno, onde encontram a resistência, não das tropas romanas que se tinham retirado, mas dos francos, conseguem, após uma luta em que estiveram prestes a ser exterminados e em que secumbiram Godigiselo e 20000 dos seus homens, penetrar na Gália, que, desguarnecida de tropas romanas, é por êles devastada durante três anos. Depois duma primeira tentativa, repelida pelos pastores bascos que os defendiam, conseguem passar os desfiladeiros dos Pirineus no outono do ano 409, com a conivência das tropas mercenárias, germânicas, da guarda imperial de Honório, que, em vez dos pastores bascos, nesse momento defendiam os desfiladeiros. O imperador, sem fôrças bastantes para os exterminar ou submeter, contemporiza com os invasores, reconhecendo-lhes, em troca da sua submissão ao Império e do compromisso de o defenderem contra outros bárbaros, a posse das terras onde se tinham estabelecido: os *suevos*, sob a chefia do seu rei Hermerico, e os *vândalos asdingos*, com o seu rei Gunderico, a noroeste, na Galiza; os *alanos*, sob o governo de Atax, a sudoeste, na Lusitânia; os *vândalos silingos*, com o seu rei Fridibaldo, a sudeste dos alanos, na Bética. Ficava apenas livre dos invasores o nordeste da Península, a província Tarraconense. Mas Roma, seguindo a sua política habilidosa de contratar, quando não podia vencer, para depois fomentar a rivalidade entre os povos a quem se via forçada a conceder terras, faz com os visigodos, que



LUCERNA CRISTÃ

(Museu Etnol. Português)

em 415 penetram na Espanha oriental, um convénio de paz e de aliança, em virtude do qual o povo visigodo, seu aliado se comprometia a combater, ao serviço de Roma, os outros povos que tinham invadido a Península.

Sigamos agora a marcha dos visigodos desde o seu berço de origem, até à sua entrada na Península, em 415. Os visigodos formavam um dos muitos povos em que se dividiam os godos ou germanos orientais, povos que ocupavam, desde os antigos tempos em que a história tem deles as primeiras notícias, a vasta região situada entre o Báltico e o Mar Negro. Plínio e Tácito dizem-nos que os godos habitavam as costas do Báltico, junto à embocadura do Vístula, e nos fins do século II aparecem já na costa setentrional do Mar Negro e junto à foz do Danúbio. A palavra *godo*, nome colectivo por que eram designados todos esses povos que se estendiam desde o Báltico até o Mar Negro, significava apenas para êles a sua lendária filiação comum, descendentes todos de *Gaut*, o godo, e não uma unidade política, pois viviam independentes uns dos outros, sem formarem uma federação e muito menos ainda um império. Mas, a pouco e pouco, os povos godos que mais ao norte se encontravam estabelecidos, os ostrogodos, os hérulos, os rúgidos, os vândalos, foram-se deslocando para sudeste, comprimindo os povos, godos também, que nessa direcção se encontram já estabelecidos, movimento de compresão que obrigava uns e outros a irem substituindo os seus hábitos de vida nómada pelos da vida sedentária.

Nos meados do seculo III da nossa era, os visigodos, que até então formavam nas margens do Mar Negro um só povo com os ostrogodos, separam-se dêstes, para viverem à-parte com os seus chefes ou reis, tantos quantas as tríbus em que se dividiam. E assim se mantêem com os seus chefes particulares, uns seguindo uma política amigável para com os romanos fronteiriços, outros uma política mais nacionalista de hostilidade declarada, até que, impelidos pela invasão huna, tentam passar, sem autorização do Império, o Danúbio. Repelidos, umas tríbus, as mais nacionalistas, sob o comando do seu chefe Atanarico, que jurara não pisar nunca território romano, e que não podiam pois contar com ser nele bem recebidas, vão refugiar-se nas serranias do noroeste, na Transilvânia, enquanto as outras, num total dum milhão de homens, entre os quais 200.000 capazes de pegar em armas, acolhendo-se à protecção do chefe visigodo Fridigerno, amigo e aliado de Roma, recebem do imperador autorização para se estabelecerem na Trácia, sob a condição de combaterem contra os inimigos do Império.

Mas a carência de víveres indispensáveis para alimentar uma tam grande multidão de homens, de mulheres, de crianças, de escravos, pois era um povo que se deslocava e não apenas um bando armado, aliada às exacções dos governadores romanos da região onde se estabelecem, acabam por provocar um levantamento em massa; e a onda dos visigodos foragidos, engrossada com outros bárbaros espalhados por aquela parte do Império como soldados, colonos e escravos, inunda a Trácia sob a chefia de Fridigerno, sem que o imperador, que inutilmente tenta contratar paz, a consiga deter. Em 3 de agosto de 378, na batalha de Andrinopla, o imperador perde, com a vida, duas terças partes do seu exército e os bárbaros apoderam-se sem resistência da Trácia, desde Perinto até Bizâncio, desde o Mar Negro aos Alpes Julianos. O talento político e militar do novo imperador Teodósio consegue, porém, afastar o perigo em que essa «segunda batalha de Canas», como os romanos a ficaram designando, colocava o Império. Reïntroduzindo a disciplina nas legiões desmoralizadas pela derrota, cavando dissensões entre as várias tríbus da onda bárbara, Teodósio atraíu para o seu partido os ostrogodos que dela faziam parte, cedendo-lhes a Panónia, onde se estabelecem em 380, e, morto Fridigerno, consegue até converter em amigo fiel do Império — recebendo-o na sua côrte, honrando-o com funerais régios e uma coluna comemorativa no dia em que morrer — o novo chefe visigodo, Atanarico, o que jurara, tal o seu odio ao Império, nunca pôr pés em território que lhe pertencesse. Morto Atanarico, essa política de paz mantem-se, e, em 381, os visigodos estabelecem-se na fronteira, onde o imperador lhes concede terras e soldos em troca dos seus serviços militares contra os outros bárbaros.

Mas, em 395, morto já Teodósio e governando o Império do Oriente o imperador Arcádio, com o seu ministro Rufino, de novo

os visigodos se levantam, e, seguindo Alarico, visigodo da nobre família dos Baltos, que já servira o Império no exército de Teodósio e que tinha sido aclamado rei por todas as tríbus, inundam de novo a Trácia, a Tessália, a Arcádia e penetram pelo istmo de Corinto, na Grécia, onde ocupam sem resistência a maior parte das cidades. E quando, no ano seguinte, a onda chega a ameaçar a própria capital, Constantinopla, o imperador do oriente vê-se obrigado a aceitar o auxílio, que pouco antes recusara, do germano Estilicão, o qual, como primeiro ministro, governava em nome de Honório o Império do ocidente. Mas a-pesar-de encurralado nos montes de Foloé, na Arcádia, pelas tropas de Estilicão, que desembarcara em 396 no istmo de Corinto, Alarico consegue abrir passagem para as suas centenas de milhares de homens, de mulheres, de crianças, de escravos e de cabeças de gado, para a sua imensa bagagem enriquecida pelas presas da guerra, e, garantido por um convénio de paz feito com Estilicão e talvez também com Rufino, abandona o Peloponeso em direcção ao Epiro, não já como inimigo do Império, mas sim como seu *dux*, *dux* da Ilíria e talvez mesmo como *magister militum*, honra que o imperador lhe concede juntamente com o direito de se fornecer nos arsenais e depósitos imperiais de tudo o que seja preciso ao seu povo até chegar à fronteira.

Em Janeiro de 401, encontram-se os visigodos já na Campânia e, aproveitando-se da ausência de Estilicão que na fronteira da Récia combatia contra outros bárbaros, Alarico segue a sua marcha pela Itália, derrota as tropas imperiais perto de Aquileia, força a passagem do Timavo, inunda o Veneto, passa em seguida o Pó, envia a sua cavalaria ligeira até ao sul da Itália, enquanto os habitantes de Roma, aterrorizados, restauram à pressa as muralhas de Aureliano. Mas chega Estilicão, e em breve, após a batalha de Polência, Alarico vê-se obrigado a retirar para além do Pó. A luta continua, até que um novo tratado de paz é assinado entre os dois chefes bárbaros, entre o vândalo Estilicão, ao serviço do Império ocidental como seu primeiro ministro, e o visigodo Alarico, rei dum povo que, através destas peripécias várias, buscava apenas uma base geográfica para a sua nacionalidade. Se ao vândalo Estilicão não convinha a presença de Alarico na Itália, como inimigo, pelo contrário como amigo, como federado do Império, o seu auxílio era-lhe valioso na luta que o ministro tinha de travar continuamente contra as intrigas da côrte, contra o partido adverso, nacionalista em política, católico em religião, que nêle via um bárbaro e um herético, um ariano; — luta que terminou pela vitória dêsse partido, pois assassinado Estilicão com o consentimento de seu próprio genro, o imperador, igualmente assassinados foram seu filho Euquério e toda a sua guarda, composta exclusivamente de germanos que ficam proïbidos de servir, assim como os arianos, o Império. Alarico vê engrossadas as fileiras do seu povo com todos os bárbaros descontentes que, até então ao serviço do Império, se viam assim escorraçados; e, em face da recusa de lhe pagarem as anuïdades estipuladas com Estilicão e de lhe permitirem mesmo o estabelecimento do seu povo na Panónia, transpõe de novo o Pó, atravessa a Toscana e chega às portas de Roma, onde pela primeira vez, depois dos dias terríveis de Aníbal, um inimigo estrangeiro conseguia chegar. Mas desiste da tomada da cidade a trôco dum pesado resgate, levanta o sítio e estabelece os seus quarteis de inverno na Toscana, onde se lhe juntam milhares de escravos germanos, fugitivos. Mas o imperador Honório, chefe do partido nacionalista e católico, refugiado em Ravena, recusava-se a ceder às pretensões de Alarico, as quais consistiam em dinheiro, cereais e terras para o seu povo no Veneto, na Dalmácia e na Nórica. Em virtude dessa recusa do imperador, não dando ouvidos ao seu ministro Jóvio, o qual lhe aconselha que nomeasse o rei visigodo seu *magister utriusque militiae*, convencido de que com essa honraria moderaria as suas exigências, Alarico renuncia à maior parte delas, contentando-se apenas com trigo para o seu povo e com a Nórica para nela se estabelecer.

Mas de novo o imperador se opõe. E então Alarico, cercando Roma, declara-o destronado, e obriga o povo e o Senado a conferirem a dignidade imperial a Atalo, duma velha família senatorial, o qual se converte ao arianismo nomeando logo Alarico seu *magister militum* e o cunhado dêste, Ataúlfo, seu futuro sucessor, *comes domesticorum*, chefe do palácio.

Mas o partido adverso encontrou na África, província romana que era o celeiro da Italia e onde governava Heracliano, o assassino de Estilicão, um apoio valiosíssimo. Privada de cereais, a população de Roma, que só forçada reconhecera o novo imperador e o seu general, começa mais ostensivamente a inclinar-se para o partido contrário; e Alarico, vendo minada a sua influência junto até do imperador que fizera, de novo tenta negociar com Honório, destronando Atalo e enviando àquele novamente a púrpura que lhe tirara. Diante de nova recusa de Honório, Alarico põe então pela terceira vez cêrco a Roma, e a 26 de Agôsto de 410 entra na cidade. Após o saque poucos dias se demora, marchando para o sul, na intenção de passar à Sicília e daí à África, cujo governador tinha a Itália nas suas mãos, pelo trigo que lhe era imprescindível.

Morto Alarico pouco depois do insucesso da sua tentativa de passagem à África, pois uma tempestade destruíra a frota em que deviam embarcar, os visigodos aclamam, como rei, *Ataúlfo*. Êste entabola de novo negociações com Honório, cuja irmã Placídia, desde 408, os visigodos detinham como refens; e após novas lutas, abandonando sucessivamente o sul e o centro da Itália, encaminha-se com o povo para a fronteira dos Alpes Marítimos, passando, autorizado por Honório, em 412 à Galia, província que o Império reputava como perdida, pois não só a anarquia nela lavrava em virtude da revolta dos escravos e dos servos contra os seus senhores, como também um pretendente, Jovino, aliado aos burgundos e alanos, se revoltara contra Roma. Conseguia assim Honório libertar-se do perigo que para o Império representava a permanência dos visigodos na Itália, embora, como já dissemos, nem Alarico, nem Ataúlfo tivessem praticado nenhum acto donde se pudesse concluír a sua intenção de destruír o Império. Quando o primeiro destrona Honório, é com o fim de o substituír por um novo imperador, que lhe facilite os planos e não com a mira de êle próprio se proclamar como tal. É certo que alguns actos da conduta posterior de Ataúlfo, após a entrada na Gália, como o seu casamento com Placídia, a restauração de Atalo no trono imperial, a escolha do nome de Teodósio para seu filho, parecem indicar que êle alimentara durante algum tempo o plano ambicioso de acabar com o Império e de sôbre as suas ruínas estabelecer um novo Império visigótico. Mas uma passagem célebre do historiador Orósio, discípulo de Santo Agostinho, e contemporâneo dos acontecimentos que ora vamos relatando, se de facto confirma essa suposição à-cêrca das intenções de Ataúlfo, diz-nos também que em breve êle reconheceu a impossibilidade de as efectivar.

Penetrando na Gália, Ataúlfo, em virtude do convénio estipulado com Honório, pelo qual se comprometia a atacar o pretendente Jovino e seu irmão Sebastião, que se tinham proclamado imperadores, e a libertar Placídia, em troca de cereais para o seu povo e do consentimento tácito para na Gália se estabelecer, Ataúlfo conquista as cidades de Narbona e de Valência, onde se encontravam os dois pretendentes, cujas cabeças envia ao imperador. Mas os interêsses antagónicos do Império e de Ataúlfo, momentâneamente conciliados na luta contra um inimigo comum, em breve entram de novo em conflito. Ataúlfo recusa-se a entregar Placídia, o imperador suspende as remessas de cereais, e, acossados pela necessidade, os visigodos de novo se movimentam pelo sul da Gália, tomando pela astúcia ou pela fôrça várias cidades, como Tolosa e Bordeus, para dentro em breve tentarem uma nova aproximação com Roma. Mas mais uma vez o imperador se recusa a entrar em negociações, e Ataúlfo, a-pesar-dos expedientes do seu casamento com Placídia e do destronamento de Honório, para em seu logar tornar a pôr Atalo, vê-se obrigado, acossado pela fome provocada pela suspensão da remessa de cereais e pelo bloqueio da esquadra romana, que impedia a chegada de víveres da Itália e da África, a marchar com o seu povo para oeste, a passar os Pirineus, a penetrar na Espanha, tomando logo de entrada a cidade de Barcelona. Em 415, já de novo aliados ou auxiliares ao serviço de Roma, os visigodos entram em luta com os vândalos.

Morto Ataúlfo, e após o govêrno de dias de Sigerico, reinou, de 415 a 419, Vália, que, marchando ao longo da costa do Mediterrâneo até Cádiz, alimentou o projecto de passar à África, defendida então por pequenas guarni-

ções imperiais. Mas a destruïção por um temporal das poucas naus que para tal fim conseguiu reünir, e o ataque de Constâncio, primeiro ministro de Honório e pretendente, de há muito, à mão de Placídia, obrigam-no a desistir e a entrar em negociações com Roma, negociações que tiveram o seu termo no célebre convénio ou *foedus* de 418.

A importância e o significado dêsse convénio serão objecto duma mais demorada referência no capítulo em que tratarmos da organização política e social da monarquia visigótica. Por agora, limitemo-nos a dizer que, em virtude dêle e em troca da entrega de Placídia e do compromisso de combaterem contra os outros bárbaros da Península, recebem os visigodos uma indemnização de 600.000 fangas de trigo e o consentimento para se estabelecerem no oriente da Península, que tinham conquistado aos alanos, vândalos e suevos, e autorização, também, para do mesmo modo se poderem estabelecer no sul da Gália, onde o Império lhes cede a *Aquitania segunda* e algumas cidades, entre as quais Tolosa, que escolhem para capital do seu reino.

Êste breve relato sôbre a marcha dos povos invasores que acabam por se estabelecer na Península, sôbre a sua atitude para com o Império e sôbre a atitude dêste para com êles, mostrou-nos que de facto não foi como inimigos de Roma, anciosos por o derrubar, que os bárbaros o invadiram, mas sim movidos pela necessidade imperiosa de encontrar terras — que pedem, em vez de violentamente as conquistarem, — para se poderem estabelecer. E mostrou-nos também que êsses invasores, ao penetrarem no Império, não eram simples bandos armados às ordens dum chefe que apenas procurasse satisfazer, nas suas relações com Roma, as suas ambições pessoais de riqueza ou de predomínio político, mas sim povos em marcha, com a sua organização política e social e a que faltava apenas uma base territorial. Os seus caudilhos foram, não chefes de bando que se impuzessem apenas pelo prestígio resultante da coragem ou da riqueza, mas reis escolhidos livremente pelo povo nas suas assembleias nacionais, que, como tal, procuravam servir, acima dos seus interêsses particulares, os interêsses da nação que governavam. Diz Dahn, falando de Alarico: «Basta fixar ao de leve a atenção nas condições de Alarico para se ver que êle primeiro que tudo procurava assegurar ao seu povo a existência material, pedindo terras, cereais e dinheiro, e só em último logar elevadas dignidades romanas para si, indispensáveis também para consolidar a sua posição no Império, colocado como estava entre muitos outros chefes bárbaros. Daí se infere que Alarico se distinguiu dos outros chefes godos ao serviço de Roma, que não passavam de uns meros aventureiros, como os godos Eriulfo, Gaina e Saro. Alarico o Balto era o chefe, pai ou patriarca do povo visigodo, como Teodorico o Amalo o era dos ostrogodos. Claro está que esta tão distinta categoria lhes atava até certo ponto as mãos, porque tinham de consultar os homens livres que faziam parte do povo que comandavam, em todas as questões que interessassem directamente à nação, como a guerra, a paz, as alianças, o abandôno do território que ocupavam e a escolha daquele para onde convinha ir, etc... Em troca desta limitação da sua autoridade, tinha esta por outro lado raizes tão profundas no povo que os reis podiam prescindir, em caso de necessidade, das dignidades e mercês romanas, caso em que se não encontravam outros chefes ou personagens principais de origem bárbara, mesmo o vândalo Estilicão ou o suevo Ricimer, o fabricante de imperadores». Não entraram pois os povos bárbaros, no Império como inimigos, nem como bandos de guerreiros, mas como nações em marcha, nem também adoptaram para com os habitantes das províncias em que se estabeleceram uma violência sistemática, pois em regra o fizeram na qualidade de federados, aliados de Roma.

Capítulo II — Os Bárbaros na Península

A Península desde a invasão dos Bárbaros até à queda do Império romano. Os Alanos e os Vândalos. Passagem dos Vândalos à África. Reino dos Suevos e monarquia visigótica. Unificação política e religiosa da Península. Leovegildo, Recáredo e Chindasvinto. A invasão árabe.

Mais de meio século decorre ainda, desde a entrada dos povos bárbaros na Península, até à queda do Império romano do Ocidente, em 476. Prova cabal de como a invasão, mesmo quando alastrou até ao extrêmo de atingir províncias do Império que, pela sua situação geográfica, mais ao abrigo pareciam estar dessa ameaça, nunca teve aqueles efeitos imediatos, catastróficos, que alguns erradamente lhe atribuem.

Sigamos agora os destinos da Península e dos povos que nela se estabeleceram nesta primeira jornada, que vai até à derrocada do Império do Ocidente. Primeira jornada a que se seguirão outras, pois só passados três séculos, em 711, com a invasão árabe, os povos bárbaros, que na Península se estabelecem agora, desaparecerão da scena da história como unidades políticas.

Todavia êsse desaparecimento não foi sincrónico para os quatro povos invasores: vândalos, alanos, suevos e visigodos. Só êstes últimos terão as energias necessárias para viver essa vida de três séculos, depois de, sucessivamente eliminados os outros, terem firmado o seu domínio sôbre toda a Península. Os dois primeiros, vândalos e alanos, desaparecerão da scena da história peninsular, mesmo antes de terminada a primeira jornada, a que vai até à queda do Império ocidental.

Os alanos, que à Península chegam juntamente com os vândalos e suevos, constituíam apenas uma parte diminuta do seu povo, que, ainda nos fins do século IV, continuava a sua vida nómada a nordeste do Cáucaso. E mesmo dessas tríbus que tinham marchado para ocidente, até penetrarem na Gália, nem todas chegam à Península. Com efeito, tendo entrado na Gália, separaram-se os alanos em dois grupos, um dos quais ficou ao serviço de Roma, estabelecido nas margens do Loire, acabando, após vicissitudes várias, por cair sob o domínio franco em 462. O outro grupo, o que penetrou na Península e se estabeleceu, com o seu rei Atax, na Lusitânia e na Carteia, após uma momentânea superioridade sôbre os visigodos, e ainda no tempo de Atax, foi vencido por êstes em 412, deixando, após a derrota, de constituir um reino autónomo e integrando-se no reino vândalo, cujos reis passam a intitular-se reis dos vândalos e dos alanos.

Os *vândalos*, que na Península entram também divididos em dois grupos, os *asdingos* e os *silingos*, em breve se reünem num só povo, em virtude da necessidade de defesa comum contra os visigodos de Vália, que, com sucessivas derrotas, os vai enfraquecendo. Mas, aumentada a sua fôrça por essa união e pela retirada dos visigodos para a Gália, em 418, os vândalos atacam e cercam durante anos os suevos, nos montes entre Oviedo e

Leão, cêrco de que só desistem quando atacados por sua vez por Astério, governador das comarcas romanas que ainda se conservavam independentes e fieis a Roma. Estabelecidos outra vez no sul, na Bética, voltam de novo a ser atacados por Castino, governador romano, aliado aos visigodos; mas, victoriosos, acabam por preponderar momentâneamente na Península, conseguindo mesmo apoderar-se das duas importantes cidades de Sevilha e Cartagena, que até então tinham permanecido fieis a Roma. Senhores da costa do Mediterrâneo, os vândalos começam então a assolar com as suas frotas o mar das Baleares e a preparar-se para levar a invasão até à província da Mauritânia, a qual, pela sua situação geográfica, estivera até então protegida da onda invasora, que por todas as outras já alastrava. Esta província, pela sua tranqüilidade, fôra escolhida como logar de refúgio por muitas famílias ricas das regiões já assoladas; pela sua fertilidade, pela abundância dos cereais, era o celeiro da Itália. No dia em que o Império perdesse o único celeiro que lhe restava, pois o Egipto servia para abastecer Constantinopla, um golpe mortal lhe seria vibrado. E êsse dia chega em breve, e mais uma vez as intrigas da côrte, a rivalidade entre as ambições dos generais que o serviam, contribuem para apressar a agonia do Império. Governava a Mauritânia o grande general Bonifácio, que pelas intrigas do seu rival Aécio, o futuro vencedor dos hunos, cai em desgraça junto da côrte, da imperatriz Placídia, mãe de Valentiniano III. Intimado a comparecer na côrte, para se justificar das acusações que lhe eram feitas, e prevenido de que, se lá fôsse, não mais voltaria, Bonifácio recusa-se a cumprir a intimação, sendo por tal motivo destituído do govêrno da província e declarado traidor. A um primeiro exército que contra êle é enviado, ainda Bonifácio consegue fazer frente. Mas diante da ameaça dum novo exército e dos ataques dos mouros, que devastavam as fronteiras da província, Bonifácio chama em seu auxílio os vândalos, comprometendo-se a dividir a Mauritânia em três reinos independentes, um para si, os outros dois para Gunderico, rei vândalo, e seu irmão Genserico. E em maio de 429, sob, o govêrno já de Genserico, pois seu irmão o rei morrera em luta contra os francos, que na Península tinham entrado como aliados dos suevos, passam os vândalos à África juntamente com os alanos, que do seu povo já faziam parte, e com um numeroso bando de godos. Antes pois de terminada a primeira metade do século v, dos quatro povos que

MOEDA SUEVO-LUSITANA

(Museu Municipal do Pôrto)

tinham invadido a Península só dois se encontram frente a frente, os suevos e os visigodos.

Sigamos agora êstes últimos desde o seu estabelecimento na Gália, em 418, em virtude do convénio negociado entre Vália e Roma, até à queda do Império romano do Ocidente, acontecimento que poucos anos depois será seguido dum outro de não menor importância para os destinos da Península — a derrota dos visigodos, na Gália, pelos francos, donde resultou a perda de quási todos os domínios que nessa província possuíam e a sua concentração na Península; por outras palavras, a queda do *reino visigótico de Tolosa*, na Gália, a que se seguirá o *reino visigótico de Toledo*, na Península, assim denominados, um e outro reino em virtude dos nomes das cidades que foram escolhidas para suas respectivas capitais.

Pouco depois do seu regresso à Gália, Vália morreu, e o seu povo escolheu para novo rei Teodorico, que governará de 419 a 451. Tanto êste monarca, como os que se lhe seguirão até à queda do Império, adoptarão para com êste uma política análoga à que já tinha sido seguida por Vália, Ataúlfo, e Alarico. Ora aliados, ora inimigos de Roma, consoante as circunstâncias do momento o permitirem, tanto Teodorico como os seus sucessores, aproveitando-se dos embaraços

crescentes com que o Império terá de lutar, procurarão, não derrubá-lo, substituindo-se-lhe, mas firmar duma maneira cada vez mais efectiva o seu domínio sôbre as regiões que mais propícias se lhes apresentavam para base geográfica da sua nacionalidade. É em obediência a essa política que Teodorico, após ter combatido, em 422, contra os vândalos, como aliado de Roma, logo em 425, aproveitando-se duma revolta na Gália contra Valentiniano III, sucessor de Honório, tenta apoderar-se da importante cidade de Arles, capital das sete províncias da Gália, actuando aparentemente como aliado e em nome de Valentiniano, mas de facto em proveito pessoal. O grande general romano Aécio, desmascara-lhe contudo as intenções e, derrotando os visigodos perto da cidade, evita que Teodorico dela se apodere, como o evitará mais uma vez, em 429, diante duma nova tentativa do rei visigodo. Mas nêsse intervalo, em 427, mais uma vez os visigodos voltaram a combater os vândalos da Península, como aliados de Roma, e será como tais que os voltarão a combater na África, em 436. Roma, cançada dessa atitude dúbia, tenta pôr-lhe côbro. Aécio, em face duma nova tentativa de Teodorico para dilatar o território que pelo convénio lhe pertencia, apoderando-se da cidade de Narbona, derrota-o de novo; mas, mudando a sorte das armas, é Roma por sua vez que em breve solicita a paz. Em 446 de novo encontramos os visigodos, aliados de Roma, combatendo contra os suevos da Península, para em 449, aliados dos suevos, a cujo rei Requiário dera sua filha em casamento, Teodorico os auxiliar na conquista das cidades romanas de Lérida e Saragoça. Mas um perigo comum se aproximava tanto para os romanos como para os visigodos, *a invasão dos hunos*, que, depois de terem desistido de alastrar pelo Império do Oriente, onde o imperador Marciano lhes opusera heróica e eficaz resistência, avançavam para o ocidente, arrastando já consigo os ostrogodos. Em face dêsse inimigo comum, Teodorico enfileira ao lado de Aécio, na batalha dos Campos Cataláunicos, batalha em que se defrontaram, dum lado, os romanos os visigodos, algumas tríbus alanas e borgundas, tríbus saxónicas do baixo Reno e os francos ripuários, e do outro, os hunos, os ostrogodos, os gépidas, os rúgios, os turíngios, tropas eslavas ou sarmatas e francos da margem direita do Reno, arrastados pela impetuosidade da corrente invasora. Nessa grande batalha entre tam várias nações, na qual o ocidente conseguiu deter a marcha de Átila, Teodorico perdeu a vida, e no próprio campo foi eleito para lhe suceder o seu primogénito, Turismundo, que, passados apenas dois anos, morre às mãos dos seus dois irmãos, Teodorico II, que lhe sucederá, e Frederico, sem que todavia nesse breve lapso de tempo os visigodos, seguindo sempre a sua tradicional política, tivessem deixado de entrar de novo em conflito com Roma, ao tentarem apoderar-se da cidade de Arles, que já Teodorico tanto cubiçara.

Teodorico II, partilhando o govêrno com seu irmão, reina de 453 a 466. No decorrer do seu reinado, a atitude dos visigodos para com o Império continua a ser a mesma que até então. De acôrdo com Roma e com o seu prefeito da Gália, Avito, combatem em Espanha a população rural que se revoltara, mas, aproveitando-se da anarquia que na Itália lançara a tomada de Roma pelos vândalos e o assassínio do imperador Máximo, Teodorico, declarando-se ostensivamente contra a capital do Império, proclama imperador Avito. Em luta contra os suevos que atacavam os territórios romanos da Península, toma Braga, capital do seu reino, depois de os ter derrotado perto de Astorga. No entretanto, Avito fôra destronado em Roma, e Teodorico, não reconhecendo o novo imperador, combate por sua conta os suevos e tenta de novo apoderar-se da cidade de Arles. Derrotado por Egídio, sucessor de Aécio, renova o pacto com Roma e combate com ela contra os suevos. Mas em Roma a anarquia aumentava. Majoriano, sucessor de Avito, fôra assassinado, e não querendo Egídio reconhecer o novo imperador Severo, os partidários dêste na Gália entregam a cidade de Narbona, chave da Península, aos visigodos, que entram em luta contra Egídio. Em 463, morto já Egídio, os visigodos combatem de novo contra os suevos na Península e contra os romanos no Loire; e, em 466, Teodorico morre por sua vez às mãos de seu irmão e sucessor Eurico, que reinará de 466 a 486. A agonia secular do império atinge o seu termo. Dez anos ainda após o seu desaparecimento definitivo, Eurico reinará, para, aproveitando-se das circunstâncias e com

OCEANUS ATLANTICUS
OCEANUS GERMANICUS
MARE SUEBICUM
REINO DOS ANGLOS
REINO DOS SAXÕES
Londinium
Moguntiacum
Luticia
REINO DOS FRANCOS
Argentoratum
REINO DOS BURGUINHÕES
Lugdunum
Burdigala
Massilia
REINO DOS SUEVOS
Bracara
REINO DOS VISIGODOS
Cassaraugusta
Olisipo
Ebora
Emerita
Corduba
Hispalis
Gades
Tingis
Tarraco
Corsica
Roma
Sardinia
REINO DOS OSTROGODOS
MARE HADRIATICUM
MARE TIRRHENUM
MARE IONIUM
Sicilia
Carthago
REINO DOS VÂNDALOS
PONTUS EUXINUS
Byzantium
IMPÉRIO DO ORIENTE
Athenae
Creta
Cipcus
REINOS BÁRBAROS
no fim do século V

o seu talento militar e administrativo, efectivar o plano que os seus predecessores já tinham, embora com vicissitudes várias, começado a pôr em prática. Na Gália, consegue conquistar para o seu reino toda a região compreendida entre o Loire, o Rodano, o Atlântico e o Mediterrâneo, e na Espanha toma Mérida e Lisboa aos suevos, Tarragona, Sevilha e Coímbra, aos romanos. Quando, em 476, Odoacro destrona Rómulo Augusto, que sucedera a Nepos, declarando abolido o Império do Ocidente, Eurico, com o pretexto de que o convénio celebrado com Nepos não o obrigava para com os seus sucessores e inimigos, entra na Península e, depois de conquistar as cidades da Pamplona e Saragoça e de derrotar um exército que a nobreza provincial contra êle levantara, apodera-se de toda a Hispânia, com excepção do extremo noroeste da Galiza, onde os suevos se sustentarão um século ainda. O Império do Ocidente já não existia. O do Oriente estava longe de mais para poder com êxito opôr-se ao engrandecimento do reino visigótico. Por isso, êste conseguiu ser no tempo de Eurico o reino mais poderoso de todo o ocidente. Mas a inportância de Eurico na história da monarquia visigótica não resultou apenas da sua política militar. Qual a sua contribuïção para a obra de organização interna, é o que teremos oportunidade de ver no capítulo em que tratarmos da organização política e social da monarquia visigótica.

Mas a vasta extensão territorial do reino visigodo, no tempo de Eurico, vai ser reduzida, e muito, logo no reinado do seu sucessor e filho Alarico II, que governa de 485 a 507. Com efeito, se com o desaparecimento do Império do Ocidente, os visigodos tinham conseguido uma maior liberdade de movimentos para a realização da sua política tradicional — estabelecimento da sua nacionalidade livre numa base geográfica estável — todavia um novo obstáculo se lhes levanta, e na própria Gália, onde tam longe tinham conseguido levar as suas conquistas: o progressivo desenvolvimento do reino bárbaro dos francos, que, mercê de circunstâncias especiais, estava destinado a ser, de todas as monarquias bárbaras da alta Idade Média, aquela que, sem quebra de continüidade no seu desenvolvimento, conseguiria triunfar de todas as vicissitudes históricas e perdurar ainda hoje na França actual. Entre essas circunstâncias que favoreceram o lento mas firme incremento da nacionalidade franca, duas devem reter a nossa atenção. Uma delas, o facto dos francos, no seu alastramento pela Gália romana, nunca terem perdido o contacto com o seu ponto de partida, as margens do Reno, de modo tal, que sempre lhes foi possivel refazer, no seu braço de origem, as energias em homens e em víveres, gastas no esfôrço da conquista. Circunstância excepcionalmente favorável, pois todos os outros povos bárbaros, na sua marcha invasora, acabaram por perder êsse contacto, isolando-se, como ilhas perdidas, no oceano das populações hostis das províncias romanas onde se estabeleceram. Lembremo-nos da distância que separa a Península Hispânica, onde os suevos, vândalos, alanos e visigodos se estabeleceram das margens do Danúbio e do mar Negro, de onde tinham partido. A outra circunstância que contribuíu para colocar a monarquia franca numa situação privilegiada, em face de todos os outros reinos bárbaros, foi o apoio firme e considerável que ela encontrou na fôrça prestigiosa do catolicismo. No dia em que, após a batalha de Tolbiac, Clóvis e o seu reino se converteram ao catolicismo, pela primeira vez no ocidente aparecia um reino bárbaro que a Igreja podia deixar de olhar com a desconfiança hostil com que olhava todos os heréticos, indivíduos ou colectividades. Ora todos os povos bárbaros que antes de Clóvis tinham deixado o paganismo e abraçado o cristianismo, o tinham feito através do *arianismo*, seita herética, cuja doutrina, principalmente no ponto melindroso da interpretação da crença na Trindade divina, o primeiro concílio universal *(ecuménico)* de Niceia (323) formalmente condenara, após inúmeras e tumultuosas controvérsias, chefiadas por dois grandes contendores, Atanásio, o campeão ortodoxo, e Ario, patriarca de Alexandria, o futuro heresiarca. Os visigodos tinham sido um dêsses povos bárbaros que, ainda nas margens do Mar Negro, ao abraçarem o cristianismo, o tinham feito adoptando o arianismo. O seu contacto com Roma, quer como limótrofes, quer como soldados mercenários ou prisioneiros, facilitara-lhes também o contacto com a nova religião, que conheciam já no decorrer do século III e que de tal

modo entre êles se propagou que, no concílio de Niceia, toma já parte um dos seus bispos indígenas, Teófilo. Mas é a partir dos meados do século IV, após a conversão de Vúlfila, o seu apóstolo, que para maior êxito da sua propaganda efectua a maravilhosa tradução da Bíblia para o idioma nacional dos godos, bispo missionário, entre os godos da Mésia propaga a nova confissão de fé. Ora, se nas provincias orientais do Império o arianismo encontrara para a sua difusão um ambiente favorável, por razões que os limites do nosso trabalho não nos permitem enumerar, mas que podemos resumir todas na fôrça da tradição racionalista, filosófica, da cultura helénica, que era mais intensa nessas províncias do que nas ocidentais, nestas, pelo contrário, o cristianismo ortodoxo, católico, fôra o que se propagara com mais completo e duradoiro êxito. De modo que, quando na sua marcha para o ocidente os visigodos se estabelecem sucessivamente na Itália, na Gália e na Península, a hostilidade dos habitantes dessas províncias invadidas para com os invasores exacerba-se ainda mais, por êsse divórcio entre a crença católica, ortodoxa, dos provin-

SEPULTURAS ABERTAS NA ROCHA, DOS ARREDORES DE VIZEU

A cronologia destas sepulturas freqüentes no País, é incerta, mas elas são, em geral, consideradas proto-cristãs.

(Cls. Dr. Mendes Correia)

ciais, e a crença herética e como tal detestada dos intrusos. Foi essa hostilidade um dos grandes obstáculos que não só os visigodos, mas todos os outros bárbaros arianos, encontraram, ao procurar firmar o seu domínio sôbre as regiões ocupadas no ocidente.

Os francos, pelo contrário, abraçando directamente, na sua passagem do paganismo para

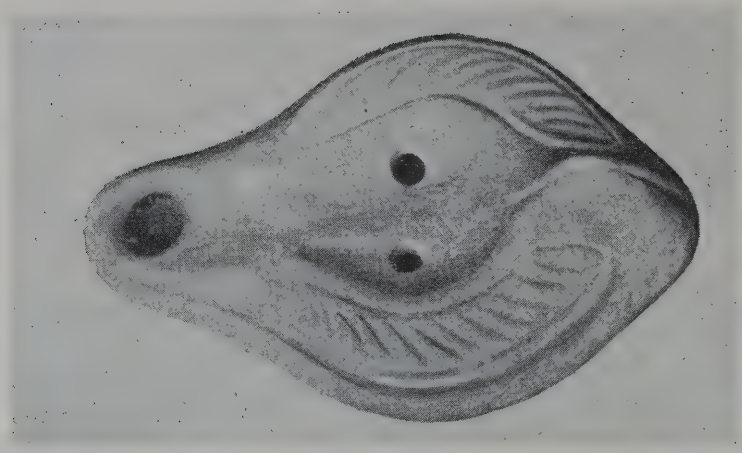
que o cristianismo entre êles mais se difunde. Vúlfila, a quem os seus contemporâneos e compatriotas denominavam o *segundo Moisés*, era um cristão ariano que, tendo abraçado a carreira eclesiástica, fôra consagrado bispo em 341, no concílio ariano de Antioquia, por Eusébio de Nicomédia, um dos chefes do arianismo, e que, durante 33 anos, como

o cristianismo, o catolicismo ortodoxo, não só encontraram na Santa Sé um apoio decidido à sua política de expansão territorial, como também viram facilitadas as suas emprêsas guerreiras pelo decidido apoio que a população das regiões ocupadas pelos outros bárbaros heréticos, velada ou ostensivamente, consoante as circunstâncias o permitiam, lhes dispensava também. A história das relações entre francos e visigodos a partir de Alarico II vai-nos fornecer bastantes provas do que acabamos de dizer. Em 486, quando Clóvis, rei dos francos, conquista todo o território compreendido entre a cidade de Soissons e o Loire, após a derrota de Siágrio, seu governador, acabando assim com o pouco que restava ainda do domínio romano na Gália, os francos e os visigodos encontram-se frente a frente, os primeiros como defensores da fé ortodoxa, após a conversão de Clóvis, os outros, os visigodos, como heréticos, hostilizados pela própria população católica das regiões que ocupavam, a-pesar-da política de tolerância do seu rei para com ela, tolerância revelada, por exemplo, na autorização concedida aos católicos para poderem celebrar um concílio na cidade de Agde, na admissão dos sacerdotes católicos expulsos da África pelos vândalos e na nomeação de sete bispos para dioceses que Eurico deixara vagas.

Quando, em 506, Clóvis, engrossado já o seu exército com os burgundos, que derrotara anos antes e que se tinham convertido ao catolicismo, declara guerra a Alarico, as razões com que justifica o seu empreendimento são principalmente de ordem religiosa, como o mostram as palavras que, segundo Gregório de Tours, dirigiu aos seus homens de armas: «Pesa-me na alma ver êstes arianos serem senhores duma parte da Gália. Vamos com a ajuda de Deus ao encontro dêles, tirar-lhes o país que ocupam». A guerra, transformada assim pela astúcia de Clóvis numa cruzada religiosa, termina pela derrota dos visigodos que, hostilizados pela própria população dos seus territórios (em Poitiers, Bourges, Bazas e outras cidades os bispos, os sacerdotes e o povo abrem as portas ao inimigo), perdem numa batalha perto de Poitiers, com o seu rei, quási todos os domínios que na Gália possuiam. E se não os perdem todos, é porque um outro povo bárbaro, os ostrogodos, que na Itália se tinha estabelecido e que na altura do sucesso que relatamos obedecia ao govêrno do seu grande rei Teodorico, se opõe à realização dos ambiciosos projectos de Clóvis.

Essa intervenção foi também facilitada pela circunstância de Amalarico, filho e sucessor de Alarico, ser neto de Teodorico, o ostrogodo. O pânico da derrota agrava-se ainda pelas dificuldades da sucessão ao trono. Tendo Amalarico apenas cinco anos de idade, seu irmão natural Gesaleico faz-se proclamar rei, abandonando a Gália e refugiando-se na Espanha, em Barcelona, emquanto o rei legítimo abandona a capital (Tolosa) e se refugia em Carcassona, praça forte e inexpugnável de que Clóvis, depois de ter percorrido toda a Aquitânia e o Perigord, e tomado Bordeus, tenta em vão apoderar-se. Mas Teodorico intervem e, colocando à frente do seu exército não um ariano, mas um católico, o duque Uba, consegue repelir os francos e os burgundos da Provença e da Narbonense, fazer levantar os cercos de Carcassona e de Arles, passando depois à Espanha, onde derrota o usurpador Gesaleico. A guerra termina com vantagens para os francos, que ficam senhores da Aquitânia, do Auvergne, de todo o território ao norte do Garona e, ao sul, com Tolosa, com a Gasconha, e a Guiana, e para os ostrogodos, que em paga do auxílio prestado tomam para si muítas cidades. O pequeno território visigótico que restava além dos Pirineus, fica tendo por capital a cidade de Narbona. Mas a intervenção de Teodorico nos negócios da monarquia visigótica não cessa com a guerra.

Quando Amalarico atinge a maioridade, Teodorico, representado na Espanha pelo seu logar-tenente, Teudis, continua a administrar o reino visigótico, a cobrar os impostos, a comandar os exércitos, etc. Mas após a morte de Teodorico, Teudis, que casara com uma rica dama da nobreza provincial romana e que governava a Espanha como um autêntico rei, cede o govêrno a Amalarico, ao mesmo tempo que o novo rei da Itália, Atalarico, em troca da cedência, por parte dos visigodos, de toda a região compreendida entre os Alpes Marítimos e o Ródano, reconhece a independência do reino visigótico e renuncia à contribuïção que êste lhe pagava. Amalarico, para manter relações amistosas com os seus inimigos, os francos, casa com uma filha de Clóvis; mas em



(Cl. E. Cerdeira)

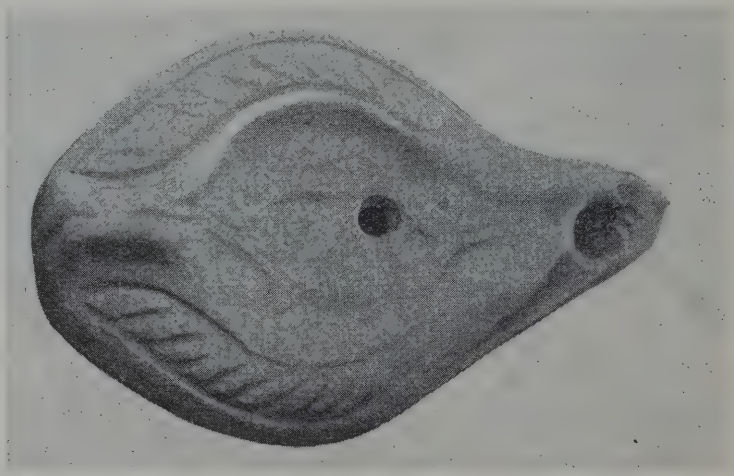
LUCERNA VISIGÓTICA (?)

(Museu Etnol. Português)

breve, e por motivos ainda de incompatibilidade religiosa, o conflito de novo estala. Em virtude dos maus tratos infligidos pelo rei a sua irmã, Childeberto, rei dos francos, ataca os visigodos, toma de assalto a cidade de Narbona, perecendo Amalaríco a quem sucede Teudis, que governa de 531 a 548.

A partir de Teudis uma nova ameaça externa, que em breve se converterá, em realidade, paira sôbre a monarquia visigótica. Não só os francos continuam os seus ataques contra a Gália visigótica, reduzida quási já apenas à Setimânia, chegando mesmo a passar os Pirinéus e a tomar a cidade de Pamplona, donde retiram carregados de despojos, como também o imperador romano do oriente, Justiniano, depois de ter destruído o reino vândalo da África, e posto em sério risco o reino ostrogodo da Itália, se prepara para reconquistar a perdida província da Ibéria. Para conjurar êsse perigo e para aliviar os seus compatriotas da Itália do ataque bizantino, Teudis, o ostrogodo, empreende uma campanha contra a África, onde toma a cidade de Ceuta, que em breve recai em poder dos imperiais. Quatro anos após o insucesso dessa campanha morre assassinado, sucedendo-lhe o seu logar-tenente Teudigeselo, que teve igual sorte antes que dois anos tivessem passado sôbre a sua aclamação.

No reinado de Agila, sucessor de Teudigeselo, a ameaça bizantina, que Teudis procurara conjurar com as suas campanhas em África, converte-se numa realidade pela cumplicidade dos próprios visigodos. Exacerbada a luta religiosa entre católicos e arianos, os primeiros, principalmente os da cidade de Córdova, revoltam-se, morrendo o rei assassinado, pouco tempo depois duma derrota em que perdera o filho, sendo aclamado rei o chefe do partido revoltoso Atanagildo. Quando ainda apenas chefe do partido revoltoso, Atanagildo chamara em seu auxílio o imperador do oriente, que acabava de aniquilar, em 554, o reino ostrogodo da Itália e cujas tropas, ao desembarcarem no sul da Espanha, são acolhidas com entusiasmo pela população católica das cidades do litoral do Mediterrâneo, que lhes abre as suas portas de par em par. Já rei, procurou Atanagildo, mas sem o conseguir, livrar-se dos seus ameaçadores auxiliares, e, como na altura dêste sucesso os suevos se tinham convertido já ao catolicismo, a monarquia visigótica ariana viu-se simultâneamente ameaçada por três inimigos católicos, os francos a nordeste, os suevos a noroeste, e os bizantinos a sudeste, na costa, desde a antiga



(Cl. E. Cerdeira)

LUCERNA VISIGÓTICA (?)

(Museu Etnol. Português)

Sucruna, no Mediterrâneo, até à ponta de Sagres. Para quebrar êsse círculo de ferro, fraco expediente foi o casar o monarca a sua filha Brunihilda com o rei franco da Austrásia, Sigiberto, tentando assim acalmar o mais irrequieto dos três inimigos. A ameaça continua mesmo após a sua morte, em Toledo, no decorrer do reinado do seu sucessor Liuva; e só quando, por morte dêste foi aclamado Leovegildo, a monarquia visigótica encontrou o monarca com talento militar e político bastante para fazer frente às dificuldades externas, ao progressivo avanço dos francos, dos suevos e dos bizantinos, e às dificuldades não menores de ordem interna, causadas pela rebeldia da nobreza e pela scisão religiosa que dividia a população do reino.

Apenas ainda como logar-tenente de Liuva, que o associara ao seu govêrno, confiando-lhe a Espanha, enquanto reservava para si a Gália visigótica, Leovegildo empreende, em 569, a luta contra os bizantinos; e, após sucessivas vitórias, mercê das quais consegue não só deter o seu avanço, mas recuperar a maior parte das cidades que êles ocupavam, entre elas a importante cidade de Córdova, dirige, em 572, ano em que é aclamado rei único, os seus ataques para nordeste, contra os suevos, que se tinham aliado aos bizantinos, e contra a nobreza provincial romana e visigótica, que contìnuamente, levada pelo seu espírito de rebeldia e de independência, se levantava contra o poder real. E como uma das circunstâncias que mais contribuía para o enfraquecimento dêsse poder era o tradicional sistema electivo da escolha do rei, tenta Leovegildo substituí-lo pelo sistema da sucessão hereditária, associando, logo em 572, ao seu govêrno, como co-regentes, os seus dois filhos Hermenegildo e Recáredo, com os quais partilha o reino. Em Toledo, cidade que escolhe definitivamente para capital do reino, faz-se rodear duma pompa, de um esplendor até então não usados pelos monarcas seus antecessores, ao passo que, de Sevilha, Hermenegildo governa a parte do reino que lhe fôra confiada, e Recáredo a sua, da cidade de Recópolis, que seu pai expressamente mandara construir para tal fim.

Mas a luta religiosa ia em breve perturbar, e intensamente, a paz que o seu pulso de ferro conseguira estabelecer. O partido católico, para com o qual Leovegildo usara de toda a tolerância, pois, no seu primeiro matrimónio, casara com Teodósia, católica, irmã do célebre Leandro, futuro bispo de Sevilha, consegue colocar à frente das suas pretensões, como chefe, a Hermenegildo, que, em 580,

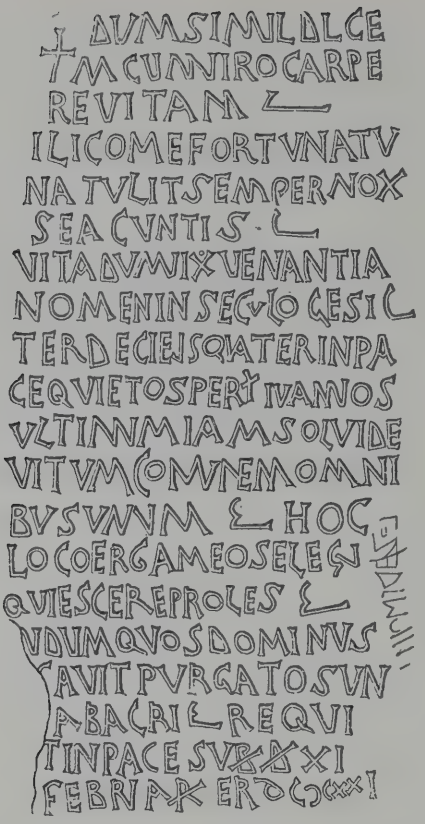
(Cl. E. Cerdeira)

LÁPIDE FUNERÁRIA DO SÉCULO VI

(Museu Etnol. Português)

casara com a católica Ingunda, filha de Sigiberto e de Brunihilda. Hermenegildo, depois de se ter convertido ao catolicismo, declara-se em franca rebelião contra o pai, tomando o título de rei, cunhando moeda e combinando com os suevos e com os bizantinos a invasão pelo noroeste e pelo sul. Numa tão grave conjectura, Leovegildo mostrou mais uma vez o seu talento militar e político.

Antes de empreender a luta pelas armas, reüne um concílio ariano, no qual se decide para facilitar a conversão dos católicos, abolir do ritual ariano o obstáculo que maior relutância aos conversos causava, a repetição

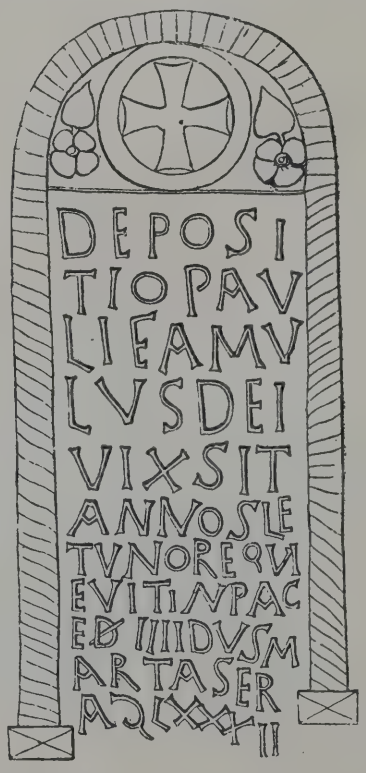


Lápide funerária do século vi, de Reguengos

(Hübner)

da cerimónia do baptismo. Mas a-pesar-de muitos católicos terem passado para o seu partido, entre êles o bispo Vicente de Saragoça, não consegue evitar a luta pelas armas. Atacado simultâneamente, ao sul por Hermenegildo e pelos bizantinos, ao noroeste pelos suevos, ao norte pelos cântabros e bascos, e a nordeste pelos francos, que invadem a Setimânia, Leovegildo, depois de ter afastado momentâneamente êstes últimos da luta por meio de negociações que entabola para o casamento de seu filho Recáredo com a filha do rei franco Chilperico, dirige-se para o sul, cerca Sevilha, centro da revolta, e antes de esta terminada pela conquista da cidade, ataca e vence o rei dos suevos, Mico, que em auxílio de Hermenegildo viera. Após a tomada de Sevilha, que em vão esperara os socorros bizantinos que o arcebispo Leandro fôra pedir a Constantinopla, entra na cidade de Córdova, onde o filho rebelde se refugiara. Feito prisioneiro, confiscados os seus bens, reduzida a sua comitiva a um só criado, Hermenegildo é levado para Toledo, desterrado dali para Valência, vindo a morrer de morte violenta, no ano seguinte, em Tarragona. E nêsse mesmo ano (585) aproveitando-se da luta entre Eborico, filho e sucessor de Mico, que ao subir ao trono jurara, como o pai, vassalagem ao rei visigótico, e o seu cunhado Audica, Leovegildo derrota e aprisiona êste último, declarando abolido o reino suevo, incorporando-o no visigótico, incorporação que se manteve como definitiva, a-pesar-da rebeldia do suevo Malorico, que nêsse mesmo ano tenta inùtilmente restabelecê-lo. No ano seguinte, 586, depois de novas lutas contra os francos, dos quais saiu sempre vitorioso, morre Leovegildo, sucedendo-lhe seu filho Recáredo, que governa de 586 a 601.

Antes de passarmos adiante, fixemos como facto dos mais notáveis do reinado de Leovegildo, o desaparecimento do reino dos suevos, que, mercê das condições geográficas da região onde se tinham estabelecido, ao fixarem-se na Península, no seu extrêmo noroeste, com as suas fronteiras naturais do mar e de elevadas cordilheiras, durante quási dois séculos conseguem manter a autonomia. A sua história política externa, no decorrer de êsse largo



Lápide funerária do século vi, de Évora

(Hübner)

período de existência autónoma, consistiu numa contínua luta contra os outros povos visinhos; luta ao princípio contra os seus companheiros de emigração, alanos e vândalos, luta que se continua após a passagem dêstes à África, contra os visigodos e romanos, ora aliados aos primeiros contra os segundos, ora tendo de os combater a ambos.

É assim que, logo no reinado de Hermerico, que governa de 410 a 440, depois de se verem livres dos ataques dos alanos, derrotados por Vália, entram em conflito com os vândalos. Depois, quando êstes últimos passam à África, são atacados pelos romanos, que, refugiados nos seus castelos, se aproveitam da derrota que Genserico por despedida lhes infligira, para os derrotarem também, obrigando-os em 429 a negociar a paz. A história dessas lutas, que se seguiram imediatamente ao seu estabelecimento na Península, chegou até nós através, entre outras fontes, da célebre crónica de Idácio, bispo de Chaves. Morto Hermerico, seu filho Réquila, que já como regente do pai atacara os romanos, tomando-lhes Mérida e Mírtilis, torna a atacá-los, invadindo o sul da Península, passando do Guadiana ao Guadalquivir, conquistando Sevilha, tôda a Bética e a província de Cartagena. A luta contra os romanos continua no tempo de Requiário, filho e sucessor de Réquila e genro do rei visigodo Teodorico I. Requiário devasta a província romana de Saragoça, toma a cidade de Lérida, mas, diante da sua recusa em tomar parte, ao lado dos romanos e seus aliados, na luta contra os hunos, e da ameaça feita a seu cunhado Teodorico II de o atacar na própria capital, Tolosa, se porventura tentasse opor-se aos seus projectos contra as cidades romanas da Península, romanos e visigodos coligam-se contra êle. Completamente derrotado, Requiário refugia-se no extrêmo da Galiza, tenta fugir por mar, sendo aprisionado e morto em Portus Cale (Pôrto). Mas a-pesar-de morto o rei e de conquistada por Teodorico a própria capital do reino, a cidade de Braga, os suevos resistem; e, enquanto Aiulfo, conselheiro de Teodorico, que o escolhera para seu logar-tenente junto dos suevos, a instâncias dêstes se revolta e se declara rei independente, outro rei suevo, Maldra, se faz proclamar, conquistando Lisboa. Aiulfo não consegue fazer triunfar o seu acto de rebeldia; derrotado, é feito prisioneiro e morto. Mas os seus partidários imediatamente aclamam Franta, como rei, no sul do país. Morto êste, fica Maldra senhor de todo o reino suevo. E, confiando o govêrno do sul do país a seu filho Remismundo, empreendem ambos a luta contra os visigodos, devastam a região do Douro em 458, a Lusitânia em 459, tomando-lhes as cidades do Pôrto, de Lugo e de Chaves, onde aprisionam o seu bispo Idácio. Morto Maldra, um novo rei suevo aparece ao lado de Remismundo, Fromário. Note-se a particularidade curiosa, na organização política dos suevos, da coexistência de dois reis: Hermerico e Hermigaro; Hermerico e Réquila: Aiulfo e Maldra; Maldra e Franta; Maldra e Remismundo; Remismundo e Fromário.

Em luta contra o seu rival Fromário, Remismundo alia-se aos visigodos, e do seu casamento com uma visigoda, resultou a introdução do arianismo entre os suevos, que na sua maioria se conservavam pagãos ainda, embora o catolicismo tivesse já feito adeptos até na própria família real. Assim, Requiário fôra baptisado católico. Mas essa aliança com os visigodos, que lhe permite conquistar Coímbra, e depois Lisboa e Anona, em breve se rompe, pela subida ao trono visigótico de Eurico, que, com o seu talento político e militar, começa a dar os primeiros passos firmes para a realização da unidade política da Península, sob o domínio visigótico, projecto que Leovegildo concluirá. Repelindo as propostas de paz de Remismundo, Eurico consegue, após uma luta sangrenta de que Idácio nos deixou o sombrio relato, tirar aos suevos todas as suas conquistas e reduzir o seu domínio ao primitivo território da Galiza. E aí se mantêem ainda durante um século, no decorrer do qual as notícias que a história dêles possui são tam escassas que até o nome dos próprios reis ignora. Finalmente, já convertidos ao catolicismo pela intensa acção evangélica de S. Martinho de Dúmio, que funda muitos mosteiros, entre os quais os de Dúmio, Tibães e Lorvão, vamos encontrá-los combatendo ao lado dos francos e dos bizantinos contra os visigodos de Leovegildo, luta em que, como vimos, perderam a independência.

Mas se Leovegildo, conquistando o reino dos suevos, consegue estabelecer a unidade

política na Península sob o domínio visigótico, a luta religiosa entre católicos e arianos continua dividindo a população do reino em dois campos inimigos. E já vimos como essa

Moeda de Leovegildo (anverso e reverso)

(Museu Municipal do Pôrto)

luta pôs por vezes em sério risco a própria integridade do reino, em virtude do apoio que os seus visinhos e inimigos católicos (francos, bizantinos e suevos), encontravam na população católica.

Recáredo, filho e sucessor de Leovegildo, dá um passo decisivo para pôr termo a essa contínua ameaça externa, agravada pelo apoio que encontrava a dentro do reino, abjurando o arianismo e declarando religião oficial do Estado o catolicismo. Se uma tal medida não vinha pôr termo definitivamente à luta religiosa, pois apenas se invertiam os papeis, passando os católicos a perseguidores, e os arianos a perseguidos, todavia os interêsses do reino tinham tudo a lucrar com uma tal resolução. Com efeito, o catolicismo, com a sua modelar organização hierárquica e ideológica, com o corpo firme dos seus dogmas fundamentais e das suas instituïções administrativas, fôra a pouco e pouco acabando por dominar em todo o ocidente bárbaro. No momento em que o Império do Ocidente cai e a anarquia alastra, pela ausência dum poder central forte, a Igreja romana fica de pé, como o único poder capaz de fazer frente às tumultuárias tentativas dos povos invasores para estabelecerem e desenvolverem, nos territórios que ocupavam, as suas nacionalidades. Êsses povos encontram nas províncias invadidas uma população já católica, que, em volta das suas autoridades eclesiásticas, dos seus bispos e sacerdotes, disciplinadamente se unem, num momento em que as autoridades temporais, os agentes do poder imperial, pelo enfraquecimento cada vez maior dêste, se mostram impotentes para exercer a sua natural função de defesa das populações a seu cargo. E, se para com êsses elementos estranhos, invasores, que assim vinham perturbar, com o seu paganismo, a unidade religiosa das províncias romanizadas, a Igreja adopta uma política de intensa evangelização, tendente a restabelecer, pela conversão dêsses povos, a unidade perdida, para com as heresias, para com as divergências de interpretação dos pontos fundamentais da crença cristã, a sua acção combativa faz-se sentir do mesmo modo e com igual êxito.

Dissemos já que, nos princípios do século v, os bárbaros que invadem o Império ou são pagãos ainda, ou já cristãos, mas dum cristianismo que a Igreja repelia como herético. Nos fins dêsse mesmo século, a acção evangelizadora da Igreja consegue pela primeira vez chamar directamente para o seu grémio, sem transição por nenhuma heresia, os francos, em virtude da conversão de Clóvis. E essa acção continua no século seguinte a exercer-se com tal êxito que, no momento em que Recáredo ascende ao trono, de todos os povos bárbaros que tinham invadido o ocidente europeu, só os visigodos e os lombardos, na Itália, se conservavam ainda arianos. E o que se observa em grande escala em toda a Europa ocidental, observa-se também na Península, onde o catolicismo vai sempre vendo as suas fileiras engrossadas com elementos vindos da própria população visigótica do reino. É assim que, antes de Recáredo, na lista dos bispos católicos figuram já muitos nomes de godos de nobre estirpe, como os de Beltrão de Cádiz, Mausona de Mérida e Bado de Granada. E a integração dos suevos, católicos já também, no reino visigótico, viera ainda tornar maior a massa já considerável da sua população católica. Compreende-se pois que

Moeda de Recáredo (anverso e reverso)

(Museu Municipal do Pôrto)

Recáredo, independentemente do interêsse directo que teria em satisfazer as suas convicções pessoais, e olhando apenas para a situação do reino, rodeado de inimigos que mascaravam os seus planos de engrandecimento territorial com a máscara dos interêsses religiosos, que era preciso defender contra os heréticos, os visigodos, e minado na sua população por um partido católico cada vez mais numeroso, que auxiliava velada ou ostensivamente essas ambições estranhas, tivesse reconhecido que a melhor maneira de acabar com essas ameaças, interna e externa, consistia em pôr côbro ao estado de coisas que lhe servia de pretexto. Mas parece que, de facto, além das razões de interêsse colectivo, razões de convicção pessoal contribuíram para que o arianismo fôsse abjurado e o catolicismo elevado à categoria de religião oficial. As cartas do papa Gregório o Grande a Leandro, arcebispo de Sevilha, que um tão grande papel desempenhara na conversão de Hermenegildo e na guerra civil que se lhe seguira, dizem-nos que o próprio Leovegildo não só se arrependera, nos últimos anos, da sua política religiosa, como levara mesmo êsse arrependimento até ao extrêmo de se converter à religião do filho, que tão duramente castigara. Sem coragem para tornar pública a sua conversão, teria Leovegildo mandado instruir catòlicamente o seu herdeiro, servindo-se para isso da figura prestigiosa de Leandro. Fôssem ou não verdadeiros êsses rumores à-cêrca da conversão de Leovegildo e de seu filho, que até nós chegaram através das cartas de Gregório, rumores que a benevolência do pai para com os católicos, após a guerra civil, e a conduta posterior do seu herdeiro tornam verosímeis, o que é certo é que, com ou sem convicções pessoais nêsse sentido, Recáredo realizou êsse acto decisivo para a história política e religiosa do reino visigótico. Depois de ter mandado dar morte infamante a Sisberto, que se salientara na execução de Hermenegildo, mostrando assim o seu amor fraternal e a sua repulsa por uma tal execução, depois de ter tentado, e em parte com êxito, negociar a paz com os francos, convoca Recáredo para uma controvérsia religiosa, em Toledo, logo no primeiro ano do seu reinado, em 586, os bispos arianos e católicos, para que, ouvidas as razões aduzidas por uns e por outros em defesa dos seus credos, êle rei se pudesse conscientemente pronunciar. O resultado dum tal debate foi a declaração feita pelo rei de que, por razões não só de ordem espiritual, mas de ordem temporal também, optava pelo catolicismo, o qual, proclamado religião oficial, foi logo abraçado por muitos membros da nobreza do reino.

O partido ariano, espoliado da sua secular posição de privilégio, vendo-se excluído de todos os empregos e cargos do paço e da administração civil e militar, tenta reagir contra uma tal medida, sublevando-se na Setimânia sob a chefia do bispo ariano Ataloco, auxiliado pelos francos, em Mérida sob a chefia do seu bispo Suna e de vários nobres, entre os quais o conde Viterico. Mas de todas essas sublevações Recáredo consegue triunfar. Sufocada a revolta interna, derrotados os francos, mais socegado também à-cêrca da ameaça que os bizantinos do sul representavam, pois os católicos já não tinham os motivos que outrora os levara a abrir-lhes as portas das suas cidades, Recáredo consegue assim quebrar o círculo de ferro que o talento militar e político de seu pai já tanto tinha alargado. A influência que na política interna do reino os católicos passam a exercer, vai revelar-se na obra dos concílios, que, embora fôssem assembleias políticas nacionais, e não apenas religiosas, todavia nunca perderam por completo a sua índole primitiva. É assim que, no terceiro concílio de Toledo, que no reinado de Recáredo se reüne em 589, sob a presidência de Leandro de Sevilha, de Mausona de Mérida e de Eugénio de Toledo, tomam parte 67 bispos e apenas 5 dignitários laicos.

A importância, a organização e a obra dêsses concílios serão objecto de uma mais larga referência no capítulo em que tratarmos da organização política e social do reino visigótico.

Dois anos após a realização do terceiro concílio de Toledo, morre Recáredo, sucedendo-lhe seu filho Liuva II. Êste, com vinte anos apenas de idade, não teve a energia bastante para se opor às pretensões da nobreza, que contra seu pai já se sublevara, sendo feito prisioneiro e morto ao fim de um ano e meio de govêrno. Sucede-lhe o chefe da rebelião, Viterico, de quem já falámos como um dos dirigentes do

Moeda de Viterico (anverso e reverso)

(Museu Municipal do Pôrto)

partido ariano. Viterico, que governa de 603 a 610, não se aproveita contudo do triunfo, para restaurar o arianismo que tam contrário se mostrara aos interêsses do reino. Proíbe contudo, no decorrer do reinado, a realização de qualquer concílio. É também no seu tempo que se activa a luta contra os bizantinos do litoral, os quais, sem o apoio já da população católica, e impossibilitados de receber reforços do imperador Heráclio, ocupado no oriente com a luta contra os ávaros, vão em breve perder definitivamente a orla da Península, onde desde Atanagildo, e pelo espaço de duas gerações, tinham conseguido manter-se.

A Viterico, que morre assassinado, sucede Gundimaro, que, no seu curto reinado, de 610

Moeda de Gondomaro (anverso e reverso)

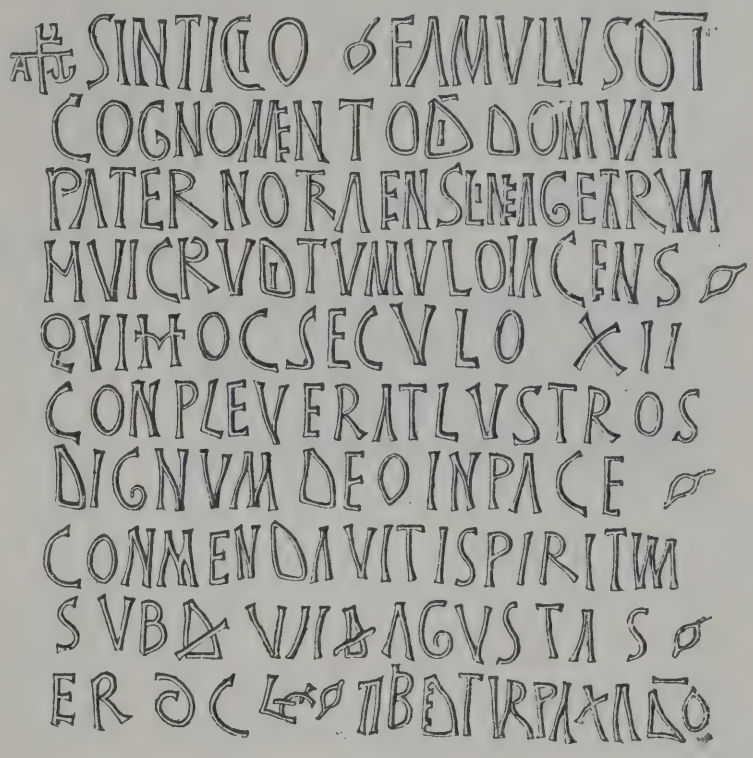
(Museu Municipal do Pôrto)

a 612, continua, sem grande êxito, os ataques do seu antecessor contra as cidades bizantinas. Mas, com o reinado do seu sucessor Sisebuto, que governa de 612 a 620, aproxima-se a hora do desaparecimento definitivo do domínio bizantino, domínio que se estendia ainda a duas províncias, uma para ocidente do estreito de Gibraltar, até à ponta de Sagres, outra para o oriente, até Sucruna. Derrotado Cesário, logar-tenente do imperador, em duas batalhas, o imperador do oriente, Heráclio vê-se obrigado a ceder aos visigodos, por um tratado assinado em 615-616, toda a província oriental, cujos castelos costeiros, onde os bizantinos não tinham conseguido manter-se por falta de reforços, são arrazados. É também no reinado de Sisebuto, príncipe erudito, autor duma crónica dos godos infelizmente perdida e duma biografia de S. Desidério, que os judeus, tendo disfrutado, até ao tempo de Recáredo, e graças à legislação romana ainda em vigor, uma situação favorável, podendo casar com cristãos, possuir escravos e desempenhar cargos públicos importantes, como os de juizes e de empregados na administração fiscal, começam a ser perseguidos. Mas a piedade do rei, que o levou a edificar a célebre basílica de Santa Leocádia de Toledo e a perseguir os judeus, dando assim satisfação ao ódio que contra êles os cristãos alimentavam, não o impediu contudo de defender com zêlo as prerrogativas do poder civil contra a abusiva interferência dos bispos, nem de os castigar, quando os seus abusos a isso o obrigavam.

Morto Sisebuto em 620, e após o curto reinado do seu sucessor e co-regente Recáredo II, ascende ao trono, por eleição, Suintila, que governa de 621 a 631, e em cujo reinado termina definitivamente o domínio bizantino na Península, que durara 80 anos. Suintila, que, já no reinado de Sisebuto, contribuíra como general para a grande redução que êsse domínio então sofreu, derrota as tropas bizantinas em batalha decisiva, obrigando-as a embarcar nos portos do extrêmo Algarve, seu último reduto. Nos dez anos do seu reinado, no decurso dos quais não convoca nenhum concílio, a sua política interna foi de decidida oposição às abusivas pretensões do clero e da nobreza e de franco apoio à classe livre, atitude que, se por um lado lhe valeu o título honroso de pai dos pobres, motivou por outro a sublevação dos seus adversários, os quais, sob a chefia de Sisenando, se levantam na Setimânia, aliados aos francos, cujo auxílio compram com a dádiva de uma célebre bacia de ouro de 500 libras de pêso, que, segundo a lenda, coubera a Turismundo nos despojos dos hunos. Ante a revolta de Sisenando, que apoiado nos francos passa os Pirineus, e ante a traição do seu próprio exército, e até de seu irmão Gaila, o rei e seu filho são derrotados, e, confiscados os seus bens, desterrados para um con-

vento, ascendendo ao trono Sisenando, o caudilho das pretensões do clero. Êste convoca logo em 633 o IV concílio de Toledo, presidido por Izidoro de Sevilha, irmão e sucessor de Leandro. A Sisenando sucede Chintila, que governa de 636 a 640, e que segue a mesma política de franca adesão às pretensões do clero, convocando em 636 o V e em 638 o VI concílios de Toledo.

Mas em 641, após o efémero govêrno de Tulga, filho de Chintila, ascende ao trono visigótico um monarca da têmpera de Eurico e Leovegildo, monarca que, a-pesar-da sua avançada idade de 79 anos, vai com talento e energia continuar a política de defesa das prerrogativas do poder rial, contra as abusivas pretensões da nobreza e do clero, que desde Suintila tão favorecidos tinham sido. O VII concílio de Toledo (646) decreta, a pedido do rei, o destêrro e a confiscação dos bens de «aqueles emigrados perigosos, sublevados e usurpadores, que, cheios de soberba, só tratavam de desmembrar províncias do reino, que fatigavam o exército ocupado na sua perseguição e que finalmente se passavam para o estrangeiro». A necessidade duma tal medida já de resto os concílios V e VI a tinham reconhecido, ao decretarem a pena de excomunhão para aqueles que se revoltassem contra o seu rei, e obrigando êste a vingar a morte do seu antecessor, quando tivesse sido assassinado. Mas a história dos reinados anteriores mostrou-nos como era da própria nobreza e do clero, que nêsses concílios se reüniam, que os actos de rebeldia partiam, o que vinha reduzir muito a eficácia dessas declarações teóricas. De resto, o mal era mais profundo, porquanto o sistema electivo da nomeação do rei, profundamente radicado na secular tradição germânica, muito favorecia a eclosão dêsse espírito de latente revolta. O sistema hereditário, que Leovegildo com o seu pulso forte tentara introduzir, não vingara, pois, como vimos, logo após o govêrno de seu filho Recáredo, subira ao trono por eleição Liuva II. A morte violenta dos reis era uma das conseqüências imediatas dessa instabilidade, dêsse espírito de rebeldia. Já Gregório de Tours, comentando o assassinato de Teudigiselo dizia: «Êstes visigodos tinham o abominável costume de degolar o rei que não lhes agradava, de espada na mão, substituindo-o por outro». E quando Atanagildo morre, a crónica refere, com estranheza, que foi de «morte natural». Por sua vez, Fredegário, autor, ou um dos autores, duma crónica célebre que continua a de Gregório de Tours, diz, ao falar da atitude de Chindasvinto para com essa chaga incurável da organização visigótica: «O rei conhecia a doença dos godos, de destronarem os seus reis, pois que tinha tomado parte em muitas conspirações; mas pelo mesmo motivo conhecia também as famílias mais exaltadas e mais perigosas, as quais não escaparam aos seus golpes certeiros, pois mandou matar ou desterrar todos aqueles que tinham tomado parte nos anteriores destronamentos, calculando-se que exterminou por

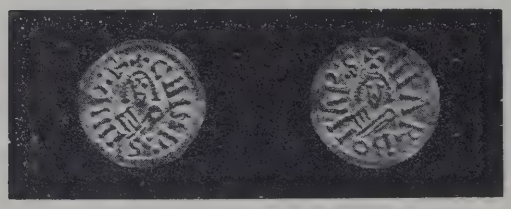


LÁPIDE FUNERÁRIA DO TEMPO DE SISENANDO (SÉCULO VII), DE ALCÁCER DO SAL

(Hübner)

êste motivo 200 indivíduos da classe mais distinta e 500 das classes inferiores, repartindo as mulheres, filhos e fazendas dêles pelos seus partidários». O mal era contudo profundo de mais para ser definitivamente debelado e reaparecerá mais tarde, passado o govêrno enérgico de Chindasvinto, a corroer sempre, até ao seu desaparecimento, a vitalidade do Estado visigótico.

Foi no sentido de fazer dêste Estado um todo orgânico, uma perfeita unidade política e social, e não apenas territorial, que toda a política de Chindasvinto se orientou. Refreando



Moeda de Chindasvinto (anverso e reverso)

(Museu Municipal do Pôrto)

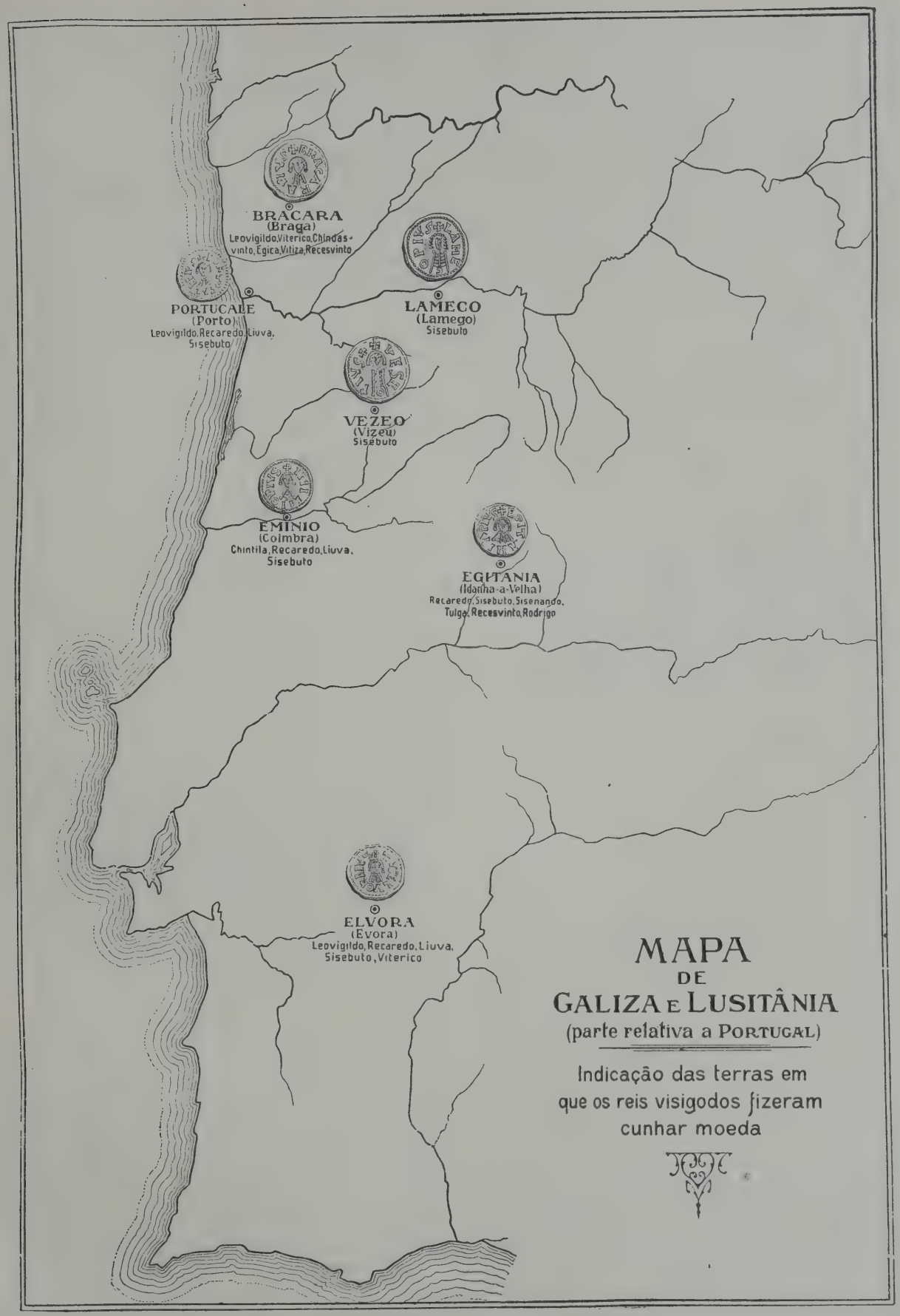
as ambições do clero e da nobreza, reformando radicalmente o código penal e a administração da justiça, obrigando os sacerdotes a comparecerem e a responderem, como os leigos, diante dos juizes civis, quando fôssem citados, e os nobres a sofrerem, quando réus, as mesmas penas que os simples homens livres, amparando êstes contra as exacções arbitrárias daqueles, Chindasvinto contudo vai mais longe ainda nos seus esforços para conseguir essa unidade. Como teremos ocasião de ver no capítulo seguinte, até ao seu reinado, a população visigótica do reino e a hispano-romana regulavam-se ainda por diferentes normas jurídicas: a população visigótica pela *Lex antiqua*, na qual Eurico codificara os usos e costumes do seu povo, e a hispano-romana pelo *Breviarium Aniani* ou *Breviário de Alarico II*, que êste monarca, perante a ameaça dos ataques de Clóvis, mandara compilar para chamar a si a simpatia da população hispano-romana do seu reino. Chindasvinto revoga essas legislações particulares, substituindo-as pelo código geral visigótico, o *Liber Judicum*, aplicável a todos os habitantes do reino, fôsse qual fôsse a sua linhagem ou nação. Com essa medida dá Chindasvinto confirmação jurídica a um processo histórico que lentamente se tinha vindo operando através do tempo e que, na conversão do Estado ao catolicismo, religião da população hispano-romana, tivera um activo fermento: o desaparecimento da scisão que de início separara a população vencida da vencedora. Chindasvinto associa em 649 ao seu govêrno, como co-regente e sucessor, seu filho Recesvinto, o qual governa de 652 a 672.

A êle se atribui a publicação do último código geral visigótico, com novas disposições, que mostram bem como em vez de continuar a enérgica política do pai na defesa das prerrogativas do poder real e no refreamento dos abusos do clero e da nobreza, o novo monarca, pessoa bondosa, culta, mas fraca, deixara cair em desuso muitas das medidas que, para tal fim, seu pai conseguira efectivar com pulso forte. É assim que êle próprio propõe à assembleia de Toledo o indulto de todos os sublevados que o pai castigara e a nomeação de juízes árbitros, encarregados de resolver as questões entre os particulares e o rei, devendo êste submeter-se sem apêlo às suas decisões. A nobreza e o clero conseguem, com a aquiescência do rei, arrogar a si o direito exclusivo de eleger o sucessor ao trono, de-

Moeda de Recesvinto (anverso e reverso)

(Museu Municipal do Pôrto)

vendo essa eleição fazer-se na própria localidade onde o seu predecessor tivesse morrido, medida que traduz a reacção dessas classes contra as tentativas para estabelecer o sistema hereditário de sucessão. Por outra medida, são rigorosamente separados os bens da coroa dos bens pessoais do monarca, tendo os herdeiros dêste, por sua morte, apenas o direito de herdar o que êle possuísse no momento da sua subida ao trono e não o que



MAPA
DE
GALIZA E LUSITÂNIA
(parte relativa a PORTUGAL)

Indicação das terras em que os reis visigodos fizeram cunhar moeda

tivesse adquirido no exercício das suas régias funções. No capítulo seguinte teremos ocasião de nos referir a esta disposição como dado importante para o conhecimento da estrutura política e social do Estado visigótico.

Sob o ponto de vista militar, o govêrno dêste monarca pacífico apenas se assinalou por uma revolta dos bascos, fomentada por um nobre visigodo, Froja, pretendente ao trono, revolta que o rei rapidamente sufocou. A sua política religiosa foi de defesa intransigente da fé católica, reünindo muitos concílios, aumentando o rigor das leis contra os judeus, construindo e dotando largamente muitas igrejas, entre elas a de Banho. Numa pequena aldeia perto de Valladolid, onde o rei morre em 672, os magnates do reino elegem para seu sucessor, Vamba, que nêsse mesmo ano foi ungido na Basílica de S. Pedro e S. Paulo de Toledo.

Mas grande parte da nobreza e do clero da afastada província da Setimânia, na Gália visigótica, que não tinha colaborado na eleição de Vamba, subleva-se, proclamando rei o chefe da rebelião, Hilderico de Nimes. O general Paulo, comandante do exército que Vamba envia contra os sublevados, ao chegar ao teatro da revolta, passa-se traiçoeiramente para o partido contrário, proclamando-se também rei, ao mesmo tempo que os francos, em auxílio dos sublevados, invadiam a Setimânia até Beziers, devastando tudo na sua passagem. Vamba, ocupado, ao estalar da revolta, numa expedição contra os irrequietos bascos, marcha fulminantemente com um pequeno exército de que dispunha contra os revoltosos, sem seguir o aviso dos que lhe aconselhavam que, antes de partir, refizesse e reforçasse as suas tropas em Toledo. Com essas poucas tropas, depois de abrir passagem através dos bascos, entra na Setimânia, vencendo os revoltosos e os francos e aprisionando Paulo, que se refugiara no célebre anfiteatro romano da cidade de Nimes, seu último reduto.

Sob o ponto de vista legislativo, a mais importante medida posta em prática por Vamba, logo após a guerra contra os revoltosos, foi a reforma radical da organização militar visigótica. Até então mantivera-se a milenária tradição germânica de só poderem ser soldados os homens livres, de só êles terem o direito de usar armas. Mas no decorrer da sua longa existência histórica e principalmente nos quási três séculos que tinham decorrido desde o seu estabelecimento no Império, a situação da classe dos homens livres alterara-se profundamente no sentido duma perda cada vez maior da sua primitiva importância. O estado de luta quási contínua, a insegurança geral da vida no período de anarquia que precede e segue imediatamente a queda do Império, o poder crescente dos grandes senhores, nobres e eclesiásticos, a situação desamparada dos fracos, sujeitos às exacções arbitrárias dos fortes, a ausência dum poder central refreador dêsses abusos, intensificara o sentimento colectivo de insegurança, que já vinha dos últimos tempos do Império e conseqüentemente acentuara a necessidade colectiva de protecção. É por isso que os dois principais recursos de que se lançara mão nos tempos do Império contra as exacções e exigências violentas dum poder central cada vez mais despótico, a saber, o *precário* e o *patronato* ou *clientela*, não só sobrevivem, mas mais se generalizam ainda, nos séculos da alta Idade Média, sob os mesmos nomes ou com nomes diferentes.

A situação desprotegida dos pequenos proprietários, homens livres, sujeitos aos pezados encargos do fisco e aos violentos abusos dos fortes, ia-os obrigando a pouco e pouco a preferirem a essa condição livre, mas cheia de encargos, uma outra em que, embora sem liberdade, a sua vida disfrutasse uma maior tranqüilidade e segurança. Assim os fracos, os pequenos proprietários, vão-se acolhendo à sombra protectora dos fortes, do rei, da nobreza e do clero secular e regular, embora para isso tivessem de renunciar aos poucos bens e à liberdade que possuiam. A importância cada vez menor da primitiva assembleia nacional dos homens livres, onde outrora se concentrava a soberania dos povos bárbaros, é um sintoma flagrante dêsse lento enfraquecimento da classe média em número e em valor político e social. Vamba, reformando radicalmente a organização militar do reino visigótico, determinando que nove décimas partes de todos os escravos e servos deveriam prestar o serviço militar quando fôsse necessário, deixando apenas para o trabalho dos campos uma décima parte, procurou assegu-

rar a defesa do reino, que o número cada vez mais diminuto dos homens livres colocava em sério perigo. Mas essa medida que tam contrária era a uma das mais arreigadas tradições germânicas e que tam profundamente ia ferir os interesses dos grandes proprietários, foi logo revogada no reinado seguinte, de Ervígio, que com o auxílio dos magnates sobe ao trono por um dos actos de mais requintada traição que a história menciona.

Ervígio, filho dum nobre bizantino que chegara à côrte de Toledo no tempo de Chindasvinto, era o cortezão favorito de Vamba, que o cumulara de honrarias. Abusando dessa confiança, depois de cortarem ao rei os cabelos, símbolo da dignidade rial e de lhe vestirem um hábito de monge, aproveitando-se para isso do sono profundo em que uma beberagem o mergulhara, Ervígio e os seus cúmplices desterram-no para um convento da província de Burgos. Uma assembleia composta de quinze nobres e de numerosos prelados, reünida em Toledo em 680, e presidida por Julião de Toledo, que, numa crónica célebre sôbre a *História da Rebelião de Paulo contra Vamba*, tanto elogiara o rei atraiçoado, não só aclama e unge o novo rei Ervígio, como tenta legalizar o acto de traição cometido, argumentando, entre outras razões, com o facto de a ausência de cabeleira ser um sinal de servidão incompatível com as funções régias. Os concílios XII e XIII de Toledo, reünidos em 681 e 683, procuram firmar a posição do rei que ao trono chegara por um acto de traição, decretando medidas condenatórias para aqueles que contra o rei se rebelassem. É assim que declaram inviolável a pessoa do rei, tomando a Igreja sob a sua protecção a mulher e os filhos.

Moeda de Ervígio (anverso e reverso)

(Museu Municipal do Porto)

Para aumentar o número dos seus partidários, Ervígio reïntegra em todos os seus direitos os rebeldes de Paulo, enquanto, por outro lado, para desarmar os inimigos, casa uma filha com Egica, sobrinho de Vamba, designando-o para seu sucessor. Sob a influência de Julião, metropolitano de Toledo, judeu convertido que à sua antiga religião não perdoava, decreta trinta e duas leis contra os judeus, criando-lhes uma situação de tal modo intolerável que, quando soou a hora, então muito próxima, da queda da monarquia visigótica, com a invasão árabe, os perseguidos acolheram-na como uma hora de libertação.

Quando em 687 o seu sucessor Egica sobe ao trono, encontra-se logo num grande embaraço, motivado pelos dois juramentos contrários que tinha feito, e, para dêle sair, convoca o concílio de Toledo, ao qual expõe os seus escrúpulos de consciência. Jurára, por um lado, ao receber a filha de Ervígio em casamento, defender sempre a família dêste nos seus bens e nas suas pessoas, e jurara, por outro, ao subir ao trono, fazer justiça a todos os seus súbditos, alguns dos quais, naturalmente partidários de Vamba, tinham sido injustamente castigados como réus de alta traição, expoliados dos seus bens e reduzidos à condição de servos. Cumprir o juramento público de justa defesa dos seus vassalos, restituindo a liberdade e os bens às vítimas do sogro, era faltar ao juramento que a êste fizera, embaraço de que o concílio o libertou, desligando-o do juramento privado. Ao XV concílio de Toledo preside o metropolitano Sisberto, sucessor de Julião, o qual em breve se coloca à frente duma conspiração destinada a eliminar o rei e sua família, conspiração que o monarca consegue fazer abortar, sendo o rebelde condenado, pelo XVI concílio, para tal reünido, como réu de lesa-

Moeda de Égica (anverso e reverso)

(Museu Municipal do Porto)

-magestade, à destituïção, à confiscação dos bens e ao exílio para um convento.

Mas novas conjurações ameaçam a segurança do rei e do próprio Estado, conjurações cujo motivo parece ter sido a situação intolerável em que se encontravam os judeus do reino, e que as leis de Ervígio mais tinham vindo agravar ainda; conjurações que ameaçavam a própria segurança do Estado, porquanto os judeus do reino, embora não haja provas decisivas duma tal suposição, parece terem entrado em conluio com os correligionários que, fugindo às perseguições, no norte de África, tinham ido acolher-se à sombra da legislação bizantina, muito mais tolerante do que a visigótica, e em conluio com os próprios árabes, que do norte de África nêsse momento se encontravam já senhores. A conquista islâmica do norte de África não viera agravar a situação dos judeus ali foragidos, porquanto, mais tolerantes ainda que a legislação romana, os árabes apenas exigiam dos judeus, como de todos os infieis, uma pequena capitação, em troco da liberdade.

O XVII concílio, que logo no ano seguinte se reüne, tenta libertar o rei e o reino dessas ameaças interna e externa, não captando as simpatias da população judaica pela atenuação das leis em vigor, mas agravando-as ainda mais, tirando-lhes algumas concessões que Egica ainda fizera no princípio do seu reinado, e decretando que se distribuíssem todos os judeus adultos pelos cristãos na qualidade de escravos, confiscando-lhes os bens, separando dos pais os filhos maiores de seis anos, afim de serem educados na fé cristã e mais tarde casados nessa fé também.

Mas se outrora, no tempo de Leovegildo, o pulso forte dêste rei e as energias do reino tinham conseguido arredar a ameaça dos inimigos externos (francos, suevos e bizantinos), católicos que, com o auxílio interno da população católica, representavam um perigo grave para a segurança do reino, e se Recáredo conseguira completar a obra guerreira do pai, chamando a si, pela abjuração do arianismo e pela elevação do catolicismo a religião oficial, a maioria da população do reino, agora, pelo contrário, êste, com as suas energias já gastas, não conseguirá evitar o triunfo dum novo inimigo externo, muito inferior em fôrça numérica aos inimigos de outrora.

Com Vitiza, penúltimo rei visigótico, que a Egica sucede em 701, e que, como co-regente do pai, já governara a Galiza, a catástrofe fi-

Moeda de Egica e Vitiza (anverso e reverso)

(Museu Municipal do Pôrto)

nal aproxima-se. Do seu reinado, como do reinado do seu sucessor, as notícias que a história regista são incertas e contraditórias, porquanto nos destroços da catástrofe final se perderam os documentos que sôbre êles nos podiam elucidar. Assim, perderam-se as actas do XVII concílio de Toledo, pelo rei convocado, actas que constituïriam a melhor documentação para o estudo claro e imparcial dêsse reinado. Daí as versões contraditórias sôbre a personalidade do rei, umas, as mais antigas, as que mais se aproximam dos acontecimentos, apresentando-o como um monarca amado pelo povo, outras, pela primeira vez relatadas um século depois dos acontecimentos, em 818, na crónica estrangeira de Moissac, apresentando-o como um monstro de crueldade e de vícios, outras ainda, das quais se fez eco o arcebispo Rodrigo Ximenes, que escreveu na primeira metade do século XIII, procurando conciliar essas tradições contraditórias e retratando o rei como um personagem bom e virtuoso no princípio do seu reinado, mas que depois se teria pervertido.

O que há de certo, para além das lendas que o apresentam como um monarca que levou tam longe a sua impiedade e a falta de sentimento pátrio que chegou a igualar os judeus aos cristãos e a destruir todas as fortalezas do reino, com excepção das de Toledo, Leão e Astorga, é que Vitiza morreu de morte natural em 710, sucedendo-lhe o último rei visigótico, Rodrigo, à-cêrca do qual as lendas se avolumam de tal modo que de-certo apenas se conhece o nome do rei. Essas lendas, tecidas em volta do trágico destino de

Rodrigo, constituíram matéria de inúmeros romances populares, alguns dos quais se conservam ainda na tradição oral, na Galiza, nas Astúrias e no Chile. No *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende há quatro reflexos da lenda de Rodrigo, cujas versões mais antigas localizam o seu epílogo em Portugal, em Vizeu e Pederneira. A versão lendária diz-nos que Rodrigo, descendente de Chindasvinto, mandado cegar por Vitiza, se apoderou do trono por morte dêste. Para vencerem o usurpador, os filhos de Vitiza ter-se-iam aliado com o conde Julião, governador das possessões visigóticas da África, inimigo do rei, que lhe seduzira a filha, Florinda ou a Cava, e chamado em seu auxílio também os mouros. Entram êstes em Espanha sob o comando de Tárique, e, na batalha campal que se trava nas margens do Guadalete, Rodrigo é vencido pelo ímpeto do inimigo e pela traição da ala direita do seu exército.

O que a história nos diz de seguro é que, penetrando os árabes na Península, após a batalha de Guadalete, em que o exército visigodo é vencido, os invasores se apoderam ràpidamente de todo o reino, com excepção das escarpadas serranias das Astúrias, núcleo gerador das futuras monarquias neocristãs que a pouco e pouco se irão formando na Península, à custa das sucessivas vitórias que os vencidos, refugiados nas Astúrias, e os seus descendentes, irão alcançando sôbre os vencedores de Guadalete.

As razões que explicam o facto estranho de um reino três vezes secular ruir assim, após uma só batalha, conhecemo-las já, bastando para isso recordar tudo que sumàriamente ficou dito nêste capítulo à-cêrca do curso e das vicissitudes do seu desenvolvimento. Lembremo-nos apenas do estado quási contínuo de luta interna em que viveu, luta política entre a realeza e as classes elevadas do reino, luta religiosa entre arianos e católicos, ou entre católicos, arianos e judeus, e que depauperou todas as energias do reino. E essas energias ainda mais se depauperam com o lento desaparecimento da classe média, da pequena propriedade.

Capítulo III — Organização política e social

A estrutura das sociedades bárbaras: Tese romanista e tese germanista. A organização político-social dos reinos bárbaros, antes das invasões. A ocupação das províncias do Império pelos bárbaros: Sua influência na estrutura dos reinos bárbaros da alta Idade-Média. A sociedade visigótica: a realeza, as classes sociais e os concílios.

Analisemos agora na sua estrutura interna a individualidade dos reinos bárbaros que sôbre as ruínas do Império romano do Ocidente se ergueram e, em especial, a do reino visigótico. Embora êste não fôsse o único que se desenvolveu na Península, é contudo o que pela sua duração e pela sua influência uma maior atenção merece. Com efeito, lembremo-nos de que os reinos dos alanos e dos vândalos desaparecem da história peninsular ainda antes da queda do Império romano do Ocidente e de que o reino dos suevos, mais duradoiro, com individualidade própria até ao tempo de Leovegildo, acabou também por perdê-la no reinado dêste monarca, isto é, num momento em que o reino visigótico tinha ainda diante de si um século de existência, tempo mais do que bastante para que se perdessem, diluídos no ambiente visigótico, os traços característicos da nacionalidade sueva.

Mas, ocupando-nos sobretudo, por estas razões, do caso particular da sociedade visigótica, teremos todavia de nos referir, por vezes, a todas as outras monarquias bárbaras. E teremos de fazer essas referências, que nos levarão para fóra do campo limitado da sociedade visigótica, porque todos os povos bárbaros que após o século IV se estabeleceram no Império possuíam, para além das diferenças que os distinguiam, um certo número de características comuns que tornam legítima a comum designação de *reinos bárbaros*.

Mostramos no capítulo I, ao falar dos bárbaros em geral, como sob a pressão de necessidades instantes se foi operando a sua lenta passagem do estado de vida nómada, pastoril, para o estado de vida agrícola, sedentária; e quais as profundas alterações que na sua estrutura política e social essa evolução tinha ocasionado. Evolução mais ou menos lenta, consoante o maior ou menor número de dificuldades que encontravam em conseguir terras para a crescente população, mas evolução contínua, que já se tinha iniciado no momento em que, ao tempo de César, os romanos pela primeira vez com êles entram em contacto, e que só termina quando, derrubada a barreira fronteiriça, o Império é invadido e as populações bárbaras nêle se estabelecem. A curva de evolução dessas populações, no sentido da passagem da vida nómada para a sendentária, da pastoril para a agrícola, com todas as suas conseqüências políticas e sociais, foi idêntica para todas elas, variando apenas na extensão do percurso já efectuado. Por outras palavras, no alvorecer do século V, todos os bárbaros que penetraram no Império para nêle procurarem terras onde se podessem estabelecer, tinham já evoluído, modificado de tal modo as suas condições de vida política e social, que se apresentam diante

do Império, a contratar com êle, não como simples bandos armados, conduzidos pela ambição dum chefe, não como hordas movidas apenas pelo ódio ou pela cubiça, mas sim como nações em marcha, buscando terras.

A constatação do facto que acabamos de mencionar — isto é, a certeza de que, ao penetrarem no Império, já os bárbaros tinham atingido duma maneira mais ou menos perfeita, na curva da sua evolução, aquele conjunto de características políticas e sociais indispensável para que a um povo se possa chamar uma nacionalidade — é duma importância decisiva para bem podermos compreender a estrutura dos reinos que êsses bárbaros formaram na alta Idade Média sôbre as ruínas do Império. Com efeito, notemos que, consoante tiver sido maior ou menor o grau de individualidade político-social característica atingido já por êsses povos, no momento em que no Império se estabelecem, assim será menor ou maior o grau de influência exercido pelo ambiente romano com a sua ideologia político-social e com as suas correspondentes instituïções, sôbre a génese e o desenvolvimento das monarquias bárbaras da alta Idade Média.

Assim, se aceitássemos como verdadeira a falsa tese de Guisot, a que já nos referimos, e segundo a qual, tanto no momento em que penetram no Império, como em toda a sua história pregressa, os bárbaros nunca possuíram uma individualidade nacional com características específicas, ou a tese de Fustel de Coulanges, para quem também os povos bárbaros, à data do seu estabelecimento no Império, careciam dessa individualidade, não porque nunca a tivessem tido, mas porque o estado de luta permanente em que se mantiveram durante séculos contra Roma, a tinha ido apagando até a fazer desaparecer de todo, transformando-os de povos em bandos — tanto numa como noutra tese, a caracterização das monarquias bárbaras da alta Idade Média teria de ser feita em termos romanistas.

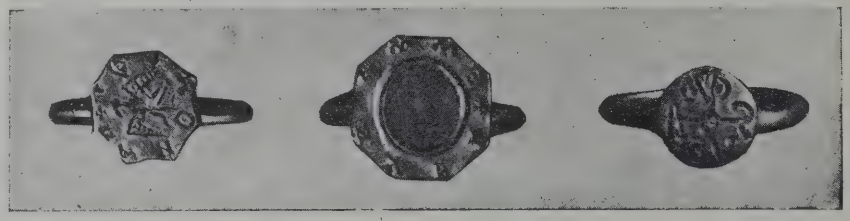
Massas amorfas sem um passado característico de vida política e social atrás de si, ou porque nunca o tivessem possuído, ou porque as vicissitudes da sua luta secular com Roma o tivesse apagado de todo, os bárbaros, que no Império se estabelecem, teriam criado e desenvolvido a sua individualidade nacional à imagem e semelhança do modêlo romano que se lhes oferecia, moldando a sua organização político-social no molde perfeito da ideologia e das instituïções romanas. De novo teriam trazido, nas instituïções características para opor à influência do modêlo romano, mas apenas o sangue novo, a seiva não estiolada ainda dos povos juvenís no alvorecer da vida histórica, as qualidades e os defeitos do seu temperamento, o sentimento exacerbado de independência individual, o instinto combativo, o desprêso pela morte, o heroísmo, o respeito pela mulher. Sangue novo, nova frescura a rejuvenescer, a dar novo conteúdo aos quadro vazios, caducos, duma civilização que morria de esgotamento senil, nas ideias e nas instituïções. A isso se teria limitado a contribuïção peculiar dos bárbaros na profunda transformação histórica que das províncias do Império fez surgir as novas monarquias.

Se, pelo contrário, admitirmos, dentro da verdade histórica, que nunca os bárbaros deixaram de ter, mesmo nos primeiros tempos em que a história com êles depara, um mínimo de organização político-social característica; que nunca as palavras *horda* ou *tribu*, no seu sentido pejorativo, lhes podem ser aplicadas com razão, mas sim as palavras *populus* ou *civitas* com que os romanos já os designavam, a índole dos reinos bárbaros já não pode ser interpretada em termos puramente romanistas. E notemos ainda que êsse mínimo de organização político-social primitiva se foi transformando sempre, à medida que os séculos de contacto com Roma passam, no sentido duma intensificação crescente daquelas condições de vida colectiva que favorecem a eclosão duma *nacionalidade* — concentração geográfica e espiritual, interêsses colectivos a sobreporem-se aos interêsses mèramente individuais, predomínio crescente do direito público, político, sôbre o direito privado.

É pois como nacionalidades plenamente conscientes dos seus interêsses que os bárbaros penetram e se estabelecem no Império. Mas, estabelecidas num ambiente perfeitamente romanizado, até que ponto poderam essas nacionalidades resistir à influência do meio, mantendo a integridade das suas características político-sociais? Três respostas são possíveis: ou a resistência oposta à influência do meio romano foi tam grande que, embora nêle mergulhadas, essas nacionalidades continuaram a

manter a integridade das suas características, isolados uns dos outros os vencedores bárbaros e os provinciais vencidos; ou em face dessa influência a sua capacidade de resistência foi tam fraca que deixaram apagar de todo a sua tradição político-social; ou, numa última hipótese, a influência romana e a fôrça da tradição germânica se equilibraram de tal modo que os reinos bárbaros da alta Idade Média apresentam na sua estrutura os traços de uma íntima fusão dos dois elementos em contacto, o romano e o germânico.

Vejamos agora como ao problema concreto, e que mais directamente nos interessa, da génese e desenvolvimento da monarquia visigótica se aplicam as considerações que acabamos de fazer.



(Cls. E. Cerdeira)

ANEIS VISIGÓTICOS

(Museu Municipal do Pôrto)

Em relação ao primeiro aspecto do problema tratado, o da existência ou da não existência duma vida nacional, com características próprias, entre os visigodos, no momento em que com Alarico se levantam em face do Império, solicitando terras, os dados históricos são concludentes.

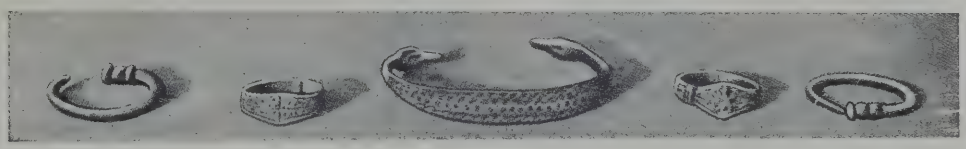
Quando, em 395, Alarico se põe à frente dos visigodos, fá-lo, não na qualidade de um chefe militar a capitanear um bando guerreiro mais ou menos numeroso, mas na qualidade de um rei, de um chefe de Estado, eleito, segundo a tradição política dos germanos, pelo órgão representativo da soberania colectiva, pela assembleia nacional dos homens livres. Embora, naturalmente, tivessem contribuído para essa decisão colectiva as qualidades pessoais de energia e combatividade do eleito, essa consideração não foi a única, nem a mais importante, a influir na escôlha. A reforçar o seu prestígio pessoal, acrescia a circunstância de Alarico pertencer à família real dos Baltos e, já sabemos que, na tradição política dos germanos, a solução electiva da escolha do rei era mitigada pela existência de famílias que gozavam do privilégio de serem as únicas de entre cujos membros os reis podiam sair por eleição. Do mesmo modo, quando, após a sua morte, Ataúlfo é eleito, o problema da sucessão resolve-se dentro do mesmo critério tradicionalista, como claramente o mostra a frase em que Jordanes nos relata o acontecimento: «*e entregaram o reino dos visigodos a Ataúlfo, seu consanguíneo*».

Se é verdade, pois, que a monarquia visigótica se inicia com Alarico, a sua criação não resultou todavia da influência do meio romano, mas sim duma secular evolução político-social dos povos bárbaros, evolução cujas linhas gerais já tivemos ocasião de traçar. Podia contudo ter-se dado a circunstância de Roma ter favorecido a sua eclosão, intervindo indirectamente na escolha do rei e reforçando o prestígio dêste, pelo assentimento que desse à escolha livremente feita pelo povo visigótico. Mas nem sequer dessa maneira Roma contribuíu para o aparecimento da monarquia, pois a eleição de Alarico teve um significado claramente nacionalista, representando o triunfo do partido adversário das transigências com o Império e a derrota daqueles que preconizavam uma política de conciliação. No capítulo anterior, ao falarmos das relações entre os visigodos e o Império, no período que precede imediatamente o advento de Alarico, vimos como de facto existiam entre os visigodos dois partidos, um intransigentemente nacionalista, o outro com uma menor repugnância em tratar com os romanos. O aparecimento da monarquia visigótica com Alarico não foi, pois, uma criação romana, um simples efeito da adaptação dum

povo sem tradições político-sociais características ao modêlo perfeito de organização monárquica, centralista, que o Império representava. Êsse aparecimento é apenas o fruto duma secular evolução político-social, que na estrutura interna da sociedade visigótica, como na de todos os outros povos bárbaros se vinha operando por desenvolvimento próprio. E não só a monarquia entre os visigodos não deve a sua origem à influência romana, como o seu início representa, com a eleição de Alarico, o triunfo da tradição puramente germânica sôbre a política de transigência com o Império.

A essa mesma conclusão nos conduz o exame da atitude de Alarico para com o Império, desde o seu levantamento na Trácia até à sua morte no sul da Itália. Como vimos no capítulo anterior, nunca Alarico procurou honrarias pessoais, como faria qualquer chefe de bando que apenas tivesse como garantia do seu poder sobre os seus subordinados o prestígio resultante das suas qualidades pessoais, das suas riquezas e honrarias. Cargos honoríficos, funções de mando, só as aceitou de Roma, quando dessa aceitação alguns benefícios podia colher para o seu povo. Foi o que sucedeu, por exemplo, quando na Ilíria aceitou o cargo de *magister militum*, cargo que lhe permitia abrir as portas dos arsenais romanos e prover o seu povo do indispensável. Mas quando, pelo contrário, as honrarias oferecidas por Roma tinham apenas um significado pessoal e não colectivo, quando da sua aceitação nenhum proveito para o seu povo resultava, Alarico de bom grado a elas renunciava, contentando-se, em troca, com concessões menos espectaculosas, mas de maior utilidade colectiva. Foi assim, que já na Itália, renunciando de bom grado à promessa por parte de Jóvio, ministro de Honório, da concessão da alta dignidade de *magister utriusque militiae* que lhe dava o comando dos exércitos romanos do ocidente, Alarico pede, em troca da sua renúncia, apenas trigo para o seu povo e a Nórica para nela o estabelecer.

É essa mesma finalidade nacionalista, o desejo de encontrar uma base territorial para a nação que guia todos os passos de Ataúlfo, sucessor de Alarico, e não uma ambição de carácter mèramente pessoal. Vimos há pouco como a sua eleição após a morte de Alarico, seu consangüíneo, revela a persistência entre os visigodos da solução tradicionalista dada ao problema da escolha do rei. Do mesmo modo, se recordarmos o plano que, segundo Orósio, Ataúlfo momentâneamente alimentou, de orien-



(Cl. E. Cerdeira)

JÓIAS VISIGÓTICAS: DUAS ARGOLAS DE ORELHAS (?); DOIS ANEIS (OLHÃO); UMA PULSEIRA (MÉRTOLA)

(Museu Etnol. Português)

tar a política visigótica para com Roma no sentido de aniquilar o poderio desta e de lhe substituir o domínio do seu povo, claramente se revela que, a-pesar-de isolado no meio do Império, servindo-o na condição de federado, o espírito nacionalista de Ataúlfo não se tinha todavia apagado. Com efeito, a sua aparente subordinação a Roma na qualidade de federados, não reduz os visigodos à incaracterística situação de mercenários. Se as circunstâncias resultantes do isolamento em que se encontram a dentro do Império, suficientemente vigoroso ainda na sua fôrça material e no seu prestígio moral para que qualquer povo bárbaro pensasse em derrubá-lo, obrigam os visigodos a aceitar, como expediente forçado, essa situação de federados, não perderam êstes contudo, por tal motivo, a sua liberdade de iniciativa, o seu firme propósito de alcançar o desiderato que se propunham, isto é, terras para se estabelecerem. E, na escolha das terras que mais favoráveis se lhes apresentavam para êsse estabelecimento e que de

Roma procuravam alcançar, não era apenas a vontade do rei que decidia, mas a vontade da nação inteira, manifestando-se pelos seus orgãos tradicionais.

Manuel Torres, no seu magistral trabalho sôbre o *Estado Visigótico* publicado no *Anuário de História do Direito Espanhol*, chama com razão, a êste respeito, a atenção para uma passagem da notícia em que Jordanes se refere à estada de Alarico na Itália e às suas relações com Honório, passagem donde claramente transparece essa interferência de toda a nação na escolha de terras. Federados de Roma, é certo, mas federados tratando com ela como de nação para nação e sobrepondo por vezes a sua vontade e os seus interêsses à vontade e aos interêsses do Império. É assim que Manuel Torres, a propósito do regresso dos visigodos da Espanha para a Gália, depois de mencionar a feliz observação, que já Von Halban fizera, de que ao Império convinha que êles continuassem na Espanha, onde lhe eram mais necessários os seus serviços — o que torna legítima a conclusão de que foram êles e não o Império que quiseram êsse regresso — cita em abono dessa conclusão, um texto decisivo do *Epítome* de Fredegário, no qual textualmente se diz que são os visigodos que escolhem *(elegunt)* de novo a Gália para residência.

Nacionalidade cuja estrutura político-social se formara independentemente da influência do modêlo romano e que, com Alarico, atinge no seu desenvolvimento interno a fase de organização monárquica, os visigodos continuam mantendo, a-pesar-da situação de federados, a sua individualidade característica, com iniciativa própria, até ao momento em que, pelo convénio de 418, se estabelecem na Gália, donde passam à Espanha. ¿Mas se até então lhes tinha sido possível manter a sua autonomia, a sua relativa liberdade de iniciativa, não terá o laço de subordinação ao Império, criado por êsse convénio, reduzido os visigodos à condição de súbditos de Roma, pondo termo à liberdade política de que ainda gosavam? Rosenstein e Fustel de Coulanges respondem afirmativamente, sustentando a tese de que só sessenta anos depois, pelo convénio de 475, concertado entre o Império agonizante e Eurico, a sua independência como Estado autónomo começará.

Todavia o próprio Fustel de Coulanges constata que, no decorrer dêsses sessenta anos, várias vezes o convénio se rompeu e teve de ser de novo concertado, prova de que, embora êsse laço de subordinação política teòricamente existisse, pràticamente os visigodos continuaram a manter a sua liberdade de iniciativa, cumprindo o pacto apenas naquilo em que êle os viera beneficiar e pondo-o de parte sempre que êle se opunha à realização dos seus projectos nacionalistas. «O *foedus*, podemos afirmar, diz Manuel Torres, não produziu senão os efeitos que eram benéficos: refiro-me à forma de assentamento e de partilha das terras. Nova demonstração da independência com que os godos podiam actuar para com o Império. No que diz respeito à dependência política, à prestação de serviços militares, os efeitos do *foedus* foram quási nulos». «O convénio federal, continua ainda o mesmo autor, não produz politicamente os efeitos duma situação de dependência para com Roma, pois os godos prescindem dêle, desde o primeiro momento. Desde Teodorico I os godos procedem para com Roma como um Estado que às vezes lhe faz guerra, lhe impõe a paz, com as mais diversas, as mais duríssimas condições». O convénio de 418 não representou, pois, nem da parte de Roma uma cedência absoluta dos seus direitos de soberania sôbre as terras onde permitiu que os visigodos se estabelecessem, direitos que para êstes tivessem passado, nem representou para os visigodos uma perda da sua liberdade política. As regiões onde os visigodos se estabelecem continuam a ser romanas, os seus habitantes continuam a reconhecer uma única soberania, a de Roma, exercendo-se através da apertada rede da administração imperial, mas por sua vez, os visigodos que nessas regiões se estabelecem, embora teòricamente federados de Roma, continuam a manter a sua vida nacional, não caíndo nunca na situação de simples mercenários, pois se de facto a história alude a mercenários visigodos posteriormente ao convénio, isso significa apenas uma situação que alguns visigodos, individualmente, tinham aceitado, não a situação dos visigodos como nacionalidade. E desta maneira, porque nem Roma renunciava aos seus direitos de soberania sôbre os habitantes das regiões onde

consentia que os visigodos se estabelecessem, nem êstes renunciavam à sua existência colectiva como Nação, essas regiões, no que dizia respeito à situação política dos seus habitantes, ofereciam o espectáculo singular de duas nacionalidades sobrepostas: uma romana, outra visigótica.

¿Assim sobrepostas, qual delas conseguiu triunfar da outra? ¿Terá conseguido a população galo-romana e hispano-romana, com a sua cultura superior, com a rede mais aperfeiçoada das suas instituïções político-sociais, apagar de todo os traços da individualidade visigótica como nação; ter-se-á, pelo contrário, dado o fenómeno inverso; ou ainda, numa terceira hipótese, terá o processo de fusão das duas nacionalidades sobrepostas dado origem a uma nova nacionalidade, em cuja estrutura interna se patenteiem claramente os vestígios da influência de uma e de outra? A resposta completa a estas preguntas vai-nos ser dada, principalmente, pelo estudo das condições em que se efectuou a partilha das terras entre os seus antigos habitantes e os novos, os visigodos.

Com efeito, consoante dessa partilha tenha resultado uma maior ou menor mistura dos dois elementos sobrepostos da população, assim terá sido maior ou menor a resistência de qualquer dêsses elementos à influência do outro, maior ou menor resistência que pode ter ido desde a separação completa à mais íntima fusão.

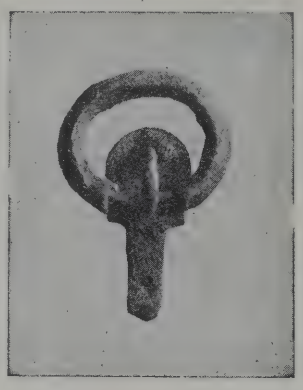
O problema da partilha das terras entre os bárbaros invasores e os habitantes das regiões ocupadas, foi dos mais largamente debatidos na história.

Desde aqueles que, com Boulainvilliers, no século XVIII, e Tierry no século XIX, tirando da errada concepção catastrófica das invasões uma das suas mais lógicas conseqüências, negaram que essa partilha se tivesse efectuado, porquanto os bárbaros invasores se limitaram a desapossar violentamente das terras que possuíam os provinciais vencidos, reduzindo-os à condição de servos, até Dubos que, defendendo a tese diametralmente oposta, negou que dessa ocupação tivesse resultado o mais pequeno dano para os habitantes das regiões invadidas, entre uma e outra dessas teses opostas, as mais variadas opiniões se têem degladiado. Assim, por exemplo, Fustel de Coulanges, embora afirmando que não existe nenhum documento da época das invasões, ou dos cinco primeiros séculos que a elas se seguiram, donde se possa concluír, para a Gália, que os seus habitantes tivessem sido reduzidos à condição servil, ficando os invasores como senhores, nega contudo que a célebre passagem do Código Visigótico onde se fala «*de duobus partibus goti*» e «*de tertia romani*» seja prova suficiente para aceitar a teoria tradicional da partilha. Entre nós, Alexandre Herculano, que, na *História de Portugal*, aceitara a versão tradicional da partilha, acaba por, nos *Opúsculos*, ter dúvidas à-cêrca dela. E do mesmo modo as tem Gama Barros na sua *História da Administração Pública*. O Prof. Paulo Mereia afirma, contudo, que não lhe parecem concludentes as razões em que tanto Fustel de Coulanges, como Herculano e Gama Barros, baseiam a sua opinião dubitativa.

Com efeito, a quási unanimidade dos historiadores aceita hoje como um facto incontestável essa partilha, embora as opiniões variem no que diz respeito ao modo como ela se efectuou. Lembremo-nos do que já atrás ficou dito à-cêrca da maneira como os bárbaros penetram nas regiões onde o Império consentiu que êles se estabelecessem. Federados ao seu serviço e não inimigos intratáveis, é segundo as normas jurídicas do aboletamento militar que a partilha das propriedades se efectua, entre os visigodos a aboletar e os provinciais que os recebem. O código de Teodósio, e posteriormente o de Justiniano, dizem-nos que o *hospites* ficava partilhando da propriedade rústica e urbana do provincial que o tinha de aquartelar, numa dada proporção, que foi para os visigodos de 2 para 1. Isto é, cada visigodo ficava com dois terços da propriedade rústica ou urbana do provincial que o aboletava. Todas as terras são dessa maneira divididas entre os visigodos e os galo-romanos e hispano-romanos, divisão que se estendeu também aos escravos que o provincial possuía. Os bens fiscais passam para o rei, não como seu património pessoal, mas como bem público, por cuja conservação êle, representante do Estado, devia velar. Referimo-nos já à distinção feita entre o património do rei e da sua família e os bens da coroa. Por dividir ficaram apenas aquelas terras que, já antes da invasão, constituíam propriedade colectiva, logradouro público, os *compascua*, montes e prados comuns, onde os cultivadores

visinhos, os *consortes*, podiam levar a pastar os seus gados. Mas assim como o *hospites* aboletado partilhava, na proporção indicada, da propriedade rústica ou urbana e dos escravos do provincial que o recebia, assim também ficava partilhando dos direitos que êle tinha sôbre as pastagens comuns.

Note-se contudo que essa partilha das terras, que, segundo a opinião dominante, se começa a efectuar logo após o estabelecimento dos visigodos na Gália e na Espanha, embora Perez Pujol a faça datar de mais tarde, do tempo de Eurico, não se efectuou sempre dentro da rigidez numérica da proporção estabelecida. Naturalmente aqueles visigodos que tinham a seu cargo uma mais numerosa família, foram sendo mais largamente contemplados na partilha efectuada.



FIVELA VISIGÓTICA

(Museu da Comissão de Serviço Geodésico)

Uma das conseqüências mais importantes dêste processo de estabelecimento e de partilha das terras foi uma profunda mistura da população visigótica e da população galo-romana e hispano-romana, mistura que muito contribuíu para a progressiva fusão dos dois Estados sobrepostos. Todavia alguns autores, como Halban e Schmidt, embora aceitando o facto da partilha, conceberam-no contudo como tendo sido efectuado em circunstâncias que não teriam favorecido essa fusão. Assim Halban, baseando-se no facto do progressivo aumento da população visigótica, principalmente a partir de Alarico, aumento que acaba por lhes dar uma superioridade numérica sôbre os habitantes das regiões onde se estabelecem, e baseando-se ainda na grande extensão das terras tomadas aos romanos e na circunstância de essas terras, de que se apropriaram, terem sido plausìvelmente mais do que aquelas de que os documentos nos falam, chega à conclusão de que em certas regiões, o estabelecimento dos visigodos se teria efectuado não duma maneira dispersiva, mas *concentradamente*, em massas compactas, constituíndo verdadeiras ilhas visigóticas, isoladas da restante população indígena, processo de estabelecimento em massa que teria dificultado a fusão dos dois elementos em presença. Schmidt chega a essa mesma conclusão, baseando-se principalmente na existência dos grandes *latifúndios* romanos, onde a população goda se teria estabelecido em massa também. Por sua vez Meitzen concebe a ocupação como tendo sido efectuada duma maneira que muito também teria contribuído para o isolamento dos bárbaros no meio dos habitantes das regiões ocupadas. Segundo êste autor, os visigodos teriam adoptado como forma de ocupação o costume celta do estabelecimento nos campos, em *vilas* isoladas.

FIVELA VISIGÓTICA

(Museu da Comissão de Serviço Geodésico)

Manuel Torres, criticando as três opiniões que acabamos de expor, observa, em relação à primeira, que a superioridade numérica dos visigodos em relação aos galo-romanos, ainda que tivesse continuado a manter-se posteriormente, não implicaria como conseqüência forçada um assentamento em massas cerradas, de mais a mais admitindo Halban, como admite, que a partilha das terras, em vez de se ter limitado aos grandes domínios, se estendeu também às pequenas propriedades. Criticando a opinião de Schmidt, nota Manuel Torres que o termo *latifundium* traduzia um conceito jurídico e não uma unidade geográfica, pois uma série de pequenas propriedades geogràfica-

mente separadas podia constituir juridicamente um *latifundium*, bastando para isso que fôssem propriedade dum único indivíduo. Quanto à tese de Meitzen sôbre a forma do assentamento em vilas, tese que leva êste autor a considerar as aldeias visigóticas como simples criações dos reis, doando terras, ela cai imediatamente pela base, segundo Manuel Torres, pois os visigodos, ao estabelecerem-se em aldeias, como se estabeleceram, não faziam mais do que continuar o primitivo processo de estabelecimento dos iberos, que já os hispano-romanos tinham adoptado. De resto, se na *Lex Visigotorum* aparecem os termos *villa* e *vilula*, aparecem também os termos *civitas*, *urbs*, *vicus* e *castellum*.

Da rápida exposição que acabamos de fazer à-cêrca da forma como se efectuou o estabelecimento dos visigodos na Gália e na Península e da maneira como passaram a partilhar das terras ocupadas, sem perda da sua autonomia política, embora federados do Império, mas largamente disseminados por entre a população galo-romana e hispano-romana, várias conseqüências resultaram para a organização político-social da monarquia visigótica, dentre as quais convem fixar desde já, duas das mais importantes: por um lado *separação política* dos dois elementos em presença, o visigodo e o romano; por outro, uma *íntima convivência social.*

(Cl. E. Cerdeira)

ORNATO DE CINTURÃO, VISIGÓTICO

(Museu Etnológico Português)

Mas à medida que o tempo vai passando êsse processo de integração dos dois elementos em presença, donde resultará a sociedade visigótica com as suas características peculiares, nem puramente romanas, nem puramente germânicas, vai também atingindo um grau de perfeição cada vez maior. Assim, logo no decorrer do século v, à medida que se fôr aproximando a queda do Império romano do ocidente, a barreira divisória da separação política irá desaparecendo, ao passo que, sob o ponto de vista social, o tempo irá tornando cada vez mais perfeita, pela convivência, a uniformidade dos dois elementos da população.

Com o enfraquecimento progressivo do poder imperial, a subordinação política dos visigodos ao Império, como seus federados, embora não tivesse passado nunca duma subordinação teórica, sem efeitos práticos, irá dando logar a uma independência de facto, cada vez mais acentuada, até ao dia em que Eurico, aproveitando-se do gesto de Odoacro, e com o pretexto de que o pacto celebrado com o imperador Nepos não o obrigava para com os seus sucessores, rompeu definitivamente o laço frágil que o ligava ainda a Roma. Simultâneamente, no decorrer dêsse mesmo século, e em virtude ainda da mesma causa, isto é, do enfraquecimento do poder central, os hispano-romanos vão assistindo à lenta derrocada da soberania, que há séculos acatavam, e ao mesmo tempo sentindo a pressão cada vez mais forte da soberania dum povo que entrara nas suas terras como simples federado, mas que de facto era o único cujo poder eficaz e forte sôbre êles se fazia sentir. A liberdade de iniciativa do povo visigótico, que nunca desaparecera por completo, mesmo quando na situação de federado, converte-se, com a queda do Império, numa real independência, e ao mesmo tempo os hispano-romanos, desaparecida a soberania do Império, vão-se subordinando a outra, a visigótica, mais próxima e como tal mais eficaz. E assim, no decorrer do século v, intensificada cada vez mais a convivência social e invertida a situação política dos dois elementos em presença pela progressiva subordinação do elemento romano à soberania visigótica, um largo passo se dá no sentido da unificação político-social. Prova

concreta do caminho percorrido nessa via de integração político-social é a existência de preceitos, que não são já puramente germânicos, na compilação que Eurico mandou fazer do direito germânico tradicional, para uso dos seus súbditos visigodos. Dessa compilação, conhecida pelo nome de *Codex Eurici* ou *Estatuta Legum*, restam apenas alguns fragmentos encontrados num palimpsesto da Biblioteca Nacional de Paris.

É certo que o simples facto dessa legislação ser aplicada sòmente à população visigoda do reino mostra que a fusão das duas sociedades, a germânica e a galo-romana e hispano-romana, não estava ainda completamente realizada, como o mostra de igual modo a publicação poucos anos depois, em 506, no reinado de Alarico II, do *Breviarium Alaracianum*, código especial para a população romana do reino. Mas concluír dessa separação, que ainda persiste nos princípios do século VI, que nenhum caminho tinha sido percorrido na via do processo integrativo, e que mesmo muitos séculos depois, desaparecido já o reino visigótico, êsse isolamento, essa separação, se mantêem ainda entre godos e hispano-romanos, como pretende E. Mayer na sua *História das Instituïções Sociais e Políticas de Espanha e Portugal durante os séculos V a XV*, é defender, embora com brilho e profunda erudição, uma tese que a quási unanimidade dos historiadores repele. Diz com efeito E. Mayer que «godos e romanos, assim como os germanos e romanos de outros estados meridionais, conservaram o seu direito e a sua organização peculiar». «No ano 506, continua o mesmo autor, foi composto o Breviário, código especial para os romanos que está ainda em vigor em 546. Em 579, a população encontra-se como sempre dividida em godos e romanos. Nos princípios do século VII, Santo Isidoro de Sevilha designa com as palavras *comes* e *cives* um *comes* galo-romano dos fins do século V que está ao lado dos godos; de maneira que nos princípios do século VII era considerado como *cives* um romano em oposição aos godos. A fusão num estado de godos e romanos interrompe-se quando, nos meados do século VI, os bizantinos se estabelecem no sul da Península, estendendo o seu domínio através de lutas de desigual resultado; só no tempo de Suintila (621-631) são expulsos finalmente da Península». Mas, no passo que acabamos de transcrever, o próprio Mayer fala numa fusão *que se interrompe*, prova de que ela se vinha dando, e, ao referir-se à intervenção dos bizantinos, indirectamente se refere a uma causa de importância considerável, que dificultou durante muito tempo a completa fusão dos dois elementos político-sociais em jôgo, fusão que tam favorecida tinha sido pelas circunstâncias especiais em que se realizara o estabelecimento dos godos na Península e a partilha das terras. Queremos referir-nos à oposição religiosa que separava os dois elementos: um católico, o hispano-romano; outro ariano, o visigótico.

Mas êsse obstáculo acaba por desaparecer também, em 589, com o III concílio de Toledo, ao ser declarada religião oficial do Estado a religião católica. E mesmo enquanto existira, sòmente dificultara a fusão em marcha, demorando-a, e não tendo todavia impedido por completo que ela se fôsse lentamente operando. Porque não foi certamente apenas no relativamente breve lapso de tempo que separa Recáredo de Chindasvinto, 589 a 641, que a fusão se efectuou, e tam apressada e profundamente que tornasse possível a Chindasvinto decretar um código único, o *Liber Judicum* para todos os habitantes do reino, pondo assim termo ao dualismo jurídico até então existente. O código de Chindasvinto veio apenas dar sanção jurídica ao facto da fusão que lentamente se fôra operando, favorecida por certas circunstâncias, como a subordinação política e a convivência social, e dificultada por outras, como a oposição religiosa, sem que contudo se tivesse interrompido com a chegada dos bizantinos, nem começado sòmente após a abjuração oficial do arianismo. Não é a unificação jurídica total decretada por Chindasvinto que cria o facto da fusão; pelo contrário, é a existência desta, como facto, que torna possível a sua consagração jurídica. De resto, no próprio terreno da confirmação jurídica, a fusão fôra já sendo, antes de Chindasvinto, consagrada parcialmente, sob a forma de unificações progressivas — como por exemplo, a unificação do direito matrimonial, a unificação ante o serviço militar, a unificação em matéria fiscal — até que finalmente com Chindasvinto se realiza a unificação jurídica total.

Na sua estrutura político-social, a sociedade visigótica apresenta pois, em virtude dessa fusão, uma fisionomia que não é puramente germânica nem puramente romana. As suas instituïções tradicionais, de povo puramente germânico, transformaram-se sob a influência do novo ambiente, o romano, para onde foram transplantadas, sem que contudo essa influência fôsse até ao extrêmo de apagar de todo as características da sua individualidade nacional.

Lembremo-nos de que, se no domínio da convivência social o ambiente romano domina o visigodo, pela superioridade da sua cultura, da sua técnica agrícola e industrial, do seu regime fiscal e administrativo, na ordem política, em virtude da fraqueza crescente seguida de morte do poder imperial, é o visigodo que acaba por dominar e de tal modo, que nunca, a-pesar-da integração cada vez mais completa dos dois elementos sociais, um hispano-romano ascendeu ao trono, ocupado sempre, no decorrer de três séculos, por monarcas de origem goda. O pretendente Paulo, a-pesar-de apoiado por muitos visigodos, não conseguiu, como vimos no capítulo anterior, levar avante a sua tentativa; Ervígio, embora filho de pai bizantino, tinha mãe visigoda. E não só os hispano-romanos não podiam ser monarcas, como nem sequer podiam tomar parte na sua eleição, a não ser aqueles que fôssem bispos, dignidade eclesiástica que, dada a influência crescente da Igreja nos negócios do reino, fica sendo a única porta aberta para o exercício dêsse direito político.

Vejamos agora como de facto essa transplantação das instituïções puramente germânicas para ambiente romano, para novas condições de vida, as altera, fazendo-lhes perder a pureza das suas características tradicionais. Tomemos para exemplo o facto político do *poder real* e vejamos como os reis visigodos passam a exercer a sua função em condições que já diferem muito das condições primitivas. A influência dessas novas condições, criadas pelo estabelecimento em território romano e pela maneira como se efectuou a partilha das terras, traduziu-se, no que diz respeito ao poder real, por um notável aumento dêsse poder. Note-se todavia que tal incremento não resultou do propósito consciente, da parte dos monarcas visigodos, de imitarem o modêlo romano, arrogando a si, por uma imitação que os favorecia, os direitos do imperador, do *Dominus*, senhor despótico do Império. É esta a tese de Fustel de Coulanges e de todos aqueles que, negando individualidade característica aos povos bárbaros no momento em que penetraram no Império, explicam a génese da sua vida nacional, das suas instituïções políticas e sociais, entre as quais a realeza, por um simples acto de mimetismo político, por uma cópia servil do modêlo imperial. Já tivemos ocasião de ver como a organização monárquica dêsses povos resultou, não da influência do ambiente romano, mas dum lento evoluir das suas instituïções primitivas sob a pressão das suas necessidades de vida. E assim como à organização monárquica chegaram, sob a pressão dessas necessidades, do mesmo modo, quando estabelecidos em território romano, essa evolução continua no sentido dum progressivo aumento do poder real, provocado também por novas condições de existência.

Com efeito, a *assembleia* dos homens livres, fácil de reünir quando o povo levava, por carência de território, uma vida concentrada, fôra o grande obstáculo que o poder real encontrara ao seu livre e ilimitado exercício. Mas no dia em que, em virtude do aumento da população e do modo como se efectua a partilha das terras, os homens livres se disseminam pelos vastos territórios em que o Império consente que se estabeleçam, misturando-se com a população hispano-romana, deixando de constituir uma massa nacional concentrada, a convocação dessa assembleia vai-se tornando mais morosa e difícil, passando por conseqüência para um segundo plano, com o que só tinha a lucrar o poder real, tam apertado outrora nas suas malhas paralizadoras. Mas por outro lado, a contribuir também para êsse incremento, acrescia ainda a circunstância de a população hispano-romana ter da soberania política um conceito muito diferente do da população visigoda. Durante séculos, essa população vivera sob a pressão cada vez mais violenta dos mil tentáculos da administração imperial, e a sua mentalidade política fôra sendo moldada de tal modo que a pessoa do imperador lhe aparecia como uma fonte de ilimitado poder, diante do qual todas as vontades se curvavam, na atitude de re-

núncia e de reverência absoluta que o culto da Divindade exige.

Desde o principado de Augusto até à teocracia de Diocleciano, realiza-se o progressivo enriquecimento do conceito de soberania imperial. Quando, após o estabelecimento dos bárbaros, os laços políticos que prendiam as províncias ao Império se começam a quebrar e a soberania de Roma vai sendo lenta mas eficazmente substituída pela soberania dos monarcas bárbaros, a população romana dessas províncias, insensìvelmente, vai transferindo para êsses monarcas os atributos da soberania com que a pessoa do imperador

(Cl. E. Cerdeira)

ORNATO DE CINTURÃO, VISIGÓTICO

(Museu Etnológico Português)

outrora a seus olhos se apresentava. Quando, pois, com Eurico se quebram definitivamente os frágeis laços que prendiam ainda a nacionalidade visigótica ao Império, no novo reino a população hispano-romana, à medida que se vai submetendo pela fôrça ou de bom grado à autoridade do novo soberano, vai simultâneamente contribuindo para o robustecimento dessa autoridade, em virtude da sua concepção autocrática da magestade real. Todavia êsse robustecimento da realeza não foi até ao extremo de converter o Estado visigótico num mero património da pessoa do rei, que dêle pudesse dispor para satisfação dos seus interêsses privados.

É certo que, como diz Dahn, «o rei defendia o país contra os inimigos externos; chamava o povo às armas, comandava em chefe o exército e os contingentes dos nobres; dissolvia-o e licenciava-o». É certo também que, na ordem judicial, como afirma o mesmo autor, «o rei visigodo era o supremo representante da justiça, que era administrada em seu nome por juizes de distrito por êle nomeados. Da antiga justiça das tríbus germânicas, exercida pelo povo em plena assembleia, não ficara vestígio algum, seguindo-se em seu logar o princípio romano». É certo ainda que, na ordem administrativa, «o rei visigodo nomeava os funcionários de quási toda a administração do reino, sem limitação ou impedimento, ainda que judeus, não obstante o fanatismo religioso, excepto alguns poucos que a nação nomeava»; e que, no domínio financeiro, «o rei dispunha dos recursos económicos das contribuïções e outros encargos, aumentando-as ou perdoando-as sem intervenção do conselho de estado e castigando as infracções contra as leis tributárias».

O estudo das atribuïções do poder real levou Dahn a uma concepção absolutista, despótica, patrimonial, da monarquia visigótica, segundo a qual, debilitada a ideia de Estado, o interêsse público se teria confundido com o interêsse do rei. E mesmo quando algum facto parece contradizer essa sua concepção, mesmo quando, por exemplo, se vê obrigado a afirmar que «causa surpreza ver separados minuciosamente no reino visigótico os dois tesouros, o público, e o particular do rei», e que «essa obra do oitavo concílio de Toledo pôde competir, nesta parte, com os minuciosos trabalhos dos nossos modernos parlamentos, quando discutem os orçamentos nacionais respectivos», Dahn ainda conclui que, dessa contradição entre um poder ora absolutista e despótico, ora completamente limitado e paralizado por outros poderes, só se pode tirar «como sintoma a debilidade da ideia do Estado e do Direito». Toda a argumentação de Manuel Torres, no trabalho que já citámos, tende a rebater essa tese de Dahn, e a pro-

var que «a ideia do Estado e da cousa pública aparecem sempre na organização visigótica unidas, porém não confundidas com a ideia da monarquia ou com a pessoa do rei». Dentre a sua rica e decisiva argumentação retenhamos apenas, como exemplo, a crítica que Manuel Torres faz à tese de Dahn no que diz respeito às atribuïções do rei como chefe militar. Diz Manuel Torres: «Dahn começa o capítulo em que trata da organização militar, dizendo: *a coroa tem a soberania militar... o rei é o defensor contra os inimigos internos e externos; o rei determina o logar e o tempo da reünião do exército...* Tudo isto é perfeitamente exacto; porém não menos exacto é que essa chefatura do rei vai unida à ideia duma *expeditio publica* em todo o sentido político da palavra *pública*, como *respublica*, e também que a *iussio principalis*, a *admonitio*, a *indictio armorum* se faz *pro publica utilitate*. Digamos contudo que Dahn não deixa de assinalar o facto da existência do conceito de utilidade pública na convocação do exército; não tira porém as devidas conseqüências dêsse facto».

(Cl. E. Cerdeira)

ARTEFACTO VISIGÓTICO

(Museu Arqueológico do Carmo)

Êsse progressivo aumento do poder real que não vai contudo, como acabamos de ver, até ao extremo que Dahn lhe marca, teve como paralelo uma mudança na posição política da nobreza tradicional. Com efeito, entre as causas que mais contribuíram para impedir êsse completo desenvolvimento do absolutismo político, avulta a circunstância de a nobreza nunca ter abdicado do seu privilégio tradicional de interferência directa na solução dos altos interêsses do Estado, como por exemplo na eleição dos reis. Sabemos já, pelo capítulo anterior, como resultaram infrutíferas todas as tentativas para o estabelecimento do sistema hereditário da sucessão. Mas a nobreza, que assim continua fazendo frente, com maior ou menor êxito, segundo as circunstâncias, à política absolutista dos reis, não é já a nobreza tradicional doutrora, a nobreza de sangue, constituída por aquele conjunto de famílias, cuja antiguidade lhes outorgava um logar de privilégio no seio da população dos homens livres.

Assim como a disseminação dêstes por mais vastos territórios vai dificultando e fazendo cair em desuso a convocação da assembleia nacional, constituída outrora por toda a população livre do reino, assim também a nobreza de sangue, vai sendo substituida, mercê dessas novas circunstâncias, por uma outra aristocracia, cujo prestígio e influência política se baseava, não já na fôrça da tradição, mas na posse de vastos domínios territoriais.

A formação dessa aristocracia territorial, latifundiária, resultou, com efeito, daquele mesmo complexo de circunstâncias que, tendo favorecido, por um lado, o engrandecimento do poder real, contribuíu, por outro, para o aniquilamento da assembleia nacional. E no que diz respeito à nobreza, êsse complexo de circunstâncias, já antes mesmo do estabelecimento dos visigodos na Gália e na Hispânia, fizera sentir os seus efeitos, contribuindo para a formação duma aristocracia territorial, galo-romana e hispano-romana, contra a qual os visigodos tiveram de se defrontar no decorrer da ocupação.

Como processo de defesa contra o despotismo crescente da administração imperial, fôra-se generalizando o uso dum certo número de práticas extra-legais que, embora à margem da lei e mesmo por ela proïbidas, acabaram por originar a constituïção de uma aristocracia territorial, em prejuízo do regime da pequena propriedade, que a pouco e pouco vai desaparecendo.

O pequeno proprietário, sôbre quem pesavam com mais violência as crescentes exac-

ções do fisco imperial, procura fugir-lhes, acolhendo-se à sombra protectora de qualquer magnate, que, pela sua riqueza ou pela sua influência política, contra essas exacções o podesse defender. Um dos costumes que mais contribuíu para essa absorpção da pequena na grande propriedade, foi a prática do *precário*. O Prof. Paulo Mereia, na sua *Introdução ao Problema do Feudalismo em Portugal*, resume do seguinte modo as características essenciais dessa prática:

« 1.º — era um acto pertencente não ao direito, mas sim à prática extra-legal. A expressão *precario possidere*, com as suas congéneres *vi possidere*, *clam possidere*, longe de traduzir a existência dum direito, era um indício da sua ausência, implicando entre outras conseqüências, a impossibilidade de adquirir por prescripção.

2.º — constituía-se não por um contrato, mas pela súplica *(preces)* dum homem e pela liberalidade de outro.

3.º — não era hereditário nem alienável; não era sequer vitalício, mas sim revogável a todo o tempo, pela simples vontade do concedente.

4.º — era gratuíto na forma, o que o não impedia de implicar na realidade serviços e prestações de toda a espécie. Pode mesmo afirmar-se que o *precário* se constituía freqüentemente, mais em proveito do proprietário, do que no interêsse do precarista.

5.º — a falta de lei ou contrato submetia o precarista ao arbítrio do concedente, criando entre os dois um vínculo de subordinação pessoal ».

O uso crescente duma tal prática, explica-se não apenas por uma necessidade de defesa do fraco e do pobre contra o arbítrio dos ricos e do fisco, mas também pelo interêsse que os grandes proprietários tiravam da sua utilização. Se o pequeno proprietário, esmagado pelo fisco, tinha no *precário* um recurso para contrair dívidas, vendendo as suas terras ao crèdor, o qual todavia consentia que êle nelas continuasse vivendo e explorando-as em *posse precária*, por sua vez o grande proprietário que lutava, em virtude da crise do despovoamento, com a falta de braços para a exploração intensiva dos seus latifúndios, encontrava também nessa prática uma maneira de os valorizar, cedendo-os em posse precária àqueles que neles se quizessem estabelecer.

Deste modo, quer por uma venda real, quer por uma venda fíctícia, a pequena propriedade ia sendo absorvida pela grande, e, concomitantemente, vínculos de subordinação pessoal do pequeno ao grande proprietário se iam criando em detrimento do poder central, que assim via fugir-lhe aquela porção da massa colectável que, pela sua fraqueza, menor resistência podia oferecer às suas exacções.

Com efeito, o *precário* andava, em regra, unido a uma outra prática, extra-legal também, o *patronato* ou *clientela*, mercê da qual um indivíduo se colocava voluntàriamente sob a protecção dum outro mais poderoso, capaz de o proteger contra o mal estar crescente da vida, mal estar intensificado em grande parte pela interferência cada vez mais arbitrária e violenta do poder central do domínio da actividade individual, interferência que foi, por exemplo no domínio da actividade económica, até ao extrêmo de converter as *classes sociais* em autênticas *castas*. Mas assim como a vulgarização do *precário* vinha tolher a acção do fisco, assim também a prática do *patronato*, sob todas as suas formas, vinha provocar um movimento centrífugo, de desintegração social, contrário aos interêsses da política centralista imperial. Por isso as constituïções imperiais, publicadas entre 360 e 534 e reünidas nos códigos de Teodósio e de Justiniano, ameaçam com graves penalidades os patronos, clientes e tabeliães que interviessem na confecção dos falsos contratos que serviam de capa a essas duas práticas.

Mas, a-pesar-da hostilidade das leis e porque as necessidades que as tinham originado vão sempre aumentando, essas duas práticas não só se generalizam mais ainda nos últimos tempos do Império, como vão mesmo sobreviver-lhe. Se de facto, entre as circunstâncias que as tinham originado, sobressaíam o mal estar crescente da vida, a insegurança geral e a falta dum poder central que protegesse sem violentar, à medida que êsse poder vai enfraquecendo, a nobreza provincial latifundiária, com os seus clientes, colonos, servos e escravos, acaba por ficar sendo, no meio da deliqüescência geral, o único núcleo de resistência romana contra a invasão dos bárbaros.

Quando êstes penetram na Península, é, com efeito, essa nobreza territorial, auxiliada apenas pela natureza acidentada do solo, a única fôrça séria contra a qual têem de se defrontar, fôrça que bastou, por exemplo, por si só e sem o auxílio do poder central, para expulsar os vândalos num dado momento.

Das duas práticas que mais tinham contribuído para a formação dessa nobreza territorial, só uma delas, o *precário*, representava uma novidade para os bárbaros recem-estabelecidos, pois os seus hábitos de vida forçadamente nómada, em busca de terras, que até então tinham levado, eram com êle incompatíveis. Mas a outra, o *patronato*, a colocação voluntária dum homem sob a tutela dum outro, fazia parte já do fundo mais primitivo dos seus hábitos de vida. Já Tácito a tinha descrito na sua *Germania*, com o nome de *comitatus*, agrupamento de guerreiros, homens livres, subordinados voluntàriamente à autoridade dum chefe, que em troca dos seus serviços militares os recompensava com armas, cavalos e mantimentos.

Quando, pois, os visigodos penetram na Península e se efectua a partilha das terras, nas condições já atrás indicadas, ao lado da nobreza de sangue, tradicional, enfraquecida pelas contínuas lutas entre as famílias rivais, lutas que levam ao robustecimento do poder real, uma nova aristocracia começa a formar-se, mercê de novas circunstâncias favoráveis à sua eclosão. Entre essas circunstâncias avultam as de natureza económica, criadas pela partilha das terras. Como vimos, essa partilha nunca de facto se efectuara rigorosamente dentro da proporção numérica indicada. Umas famílias foram mais generosamente contempladas que outras, de modo que a diferença entre ricos e pobres, que entre êles já existia, em vez de desaparecer, acentua-se ainda mais. « Os lotes atribuídos aos bárbaros, diz Calmette, foram mesmo insuficientes para assegurar a sua existência, pelo menos na geração seguinte, em virtude da sua fragmentação por herança. Os descendentes do bárbaro hospitalizado são numerosos, porque a raça é prolífica. Não podendo viver sôbre as suas respectivas parcelas, os filhos do invasor tornam-se necessàriamente trabalhadores agrícolas ao serviço de um outro. Para o fazer, tinham contudo de entrar na engrenagem de contratos cuja natureza já definimos ». Entre êsses contratos de largo uso na sociedade hispano-romana, figurava, como vimos, o *precário*. « Pràticamente, continua o mesmo autor, a operação efectua-se da seguinte maneira: o bárbaro restitui a sua parcela ao grande proprietário, que lha entrega de novo, aumentada com mais a porção de terra que êle possa ao mesmo tempo cultivar... Uma operação idêntica resulta muitas vezes dum sentimento piedoso: para a sua salvação — *pro remedio animae*, para se assegurar da proteção dum santo, o fiel prefere *receber a sua terra* de um estabelecimento religioso ».

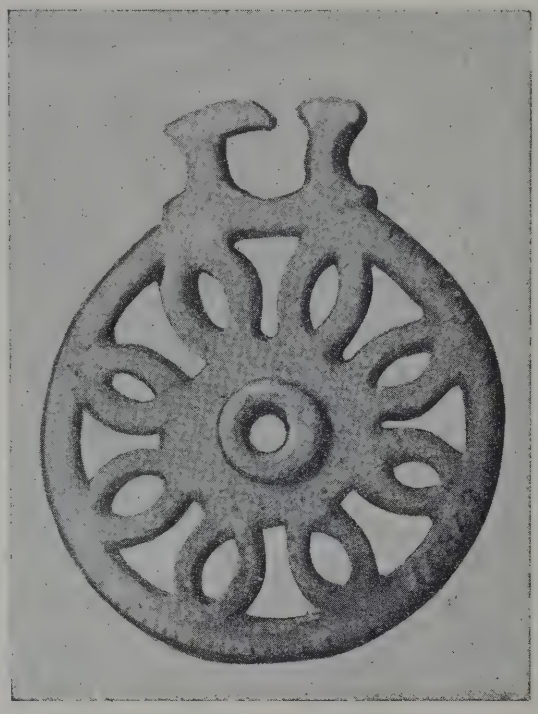
Dêste modo, à semelhança do que sucedera no decorrer da era imperial, a pequena propriedade continua na sociedade visigótica a ser absorvida pela grande, formando-se assim uma nova aristocracia territorial que vem substituir a arruïnada aristocracia de sangue. Para a sua formação muito contribuíu também a circunstância de, em virtude da partilha das terras, os monarcas terem ficado senhores de todas as terras fiscais do Império e por conseqüência em condições de poderem delas dispor, cedendo-as em favor daqueles súbditos a quem desejavam favorecer ou recompensar. A conseqüência mais importante dêste processo de formação duma nova aristocracia territorial e palaciana é o lento desaparecimento da classe média, dos pequenos proprietários homens livres. Por sua vez, aquela insegurança política e social que, embora à margem da lei, levara, sob a fórma do patronato, à criação de laços de subordinação pessoal do fraco ao forte, do pobre ao rico, em vez de desaparecer, mais se acentua ainda com as contínuas lutas internas e externas que, durante três séculos, foram cavando a ruína da sociedade visigótica. Essa insegurança geral da vida, com a correlativa necessidade de protecção, explica-nos por que motivo a prática do patronato, que já tinha de resto o seu correspondente nas instituïções puramente germânicas, não só sobreviveu ao Império como também se intensificou no uso.

Na sociedade visigótica, a sua vulgarização manifesta-se logo claramente na atitude que para com ela o Estado adoptou. Se no Império o patronato, a *commendatio*, fôra sempre

uma prática extra-legal e combatida pela lei, na sociedade visigótica, pelo contrário, não só o Estado reconheceu os laços de protecção já existentes entre os habitantes da Península, como foi mesmo mais longe legitimando nos seus códigos as conseqüências que dessa prática resultavam. Assim, por exemplo, se de facto o encomendado interpunha entre a sua pessoa e o Estado a pessoa do seu patrono, tendência centrífuga que o centralismo imperial tentara combater, a lei visigótica, tanto no código de Eurico como na *Lex Visigothorum*, dá sanção jurídica a essa situação de facto, isentando de culpa aqueles clientes que tivessem tomado parte em alguma acção criminosa cometida pelo seu patrono.

Em regra, os clientes hispano-godos ou habitavam a casa do seu patrono, de quem recebiam armas e outros benefícios, ou em terras que êle lhes tinha cedido. Mas a encomendação pessoal vai-se lentamente transformando em encomendação, acompanhada da entrega de terras. Se o código de Eurico não fala ainda em concessões territoriais, as leis do *Forum Judicum* referem-se já à cedência de terras feitas pelo senhor aos clientes. Entre as várias designações por que eram conhecidos aqueles que se encomendavam, isto é, que se colocavam voluntàriamente sob a protecção dum outro homem mais poderoso, convem mencionar o termo *bucelarios* em virtude do problema ainda hoje debatido, à-cêrca da origem e da condição jurídica da instituïção que êsse têrmo designava. Se todos os autores estão de acôrdo em considerar os *bucelarios* como encomendados, as divergências começam, contudo, logo ao concretizar a forma dessa encomendação e os seus precedentes históricos. Assim, para Dahn e outros autores, os bucelários visigodos têem a sua origem no costume romano de os grandes senhores territoriais e altos funcionários utilizarem como soldados particulares ao seu serviço os homens que se submetiam ao seu patrocínio, ao passo que para Viollet, Flach e Seek, a sua ascendência se deve procurar na instituïção germânica do *comitatus*.

Uma outra transformação se opera ainda na prática do patronato ao transplantar-se para a sociedade visigótica, transformação que o coloca a meio caminho entre a encomendação puramente romana e a encomendação das sociedades franca e lombarda do século VIII. Se o cliente romano podia romper os laços de subordinação que o ligavam ao seu patrono, entre os visigodos — embora a lei facultasse ao patrocinado o direito de romper os laços de subordinação, contanto que devolvesse os bens recebidos e metade do que tivesse ganho enquanto fôra cliente — vai-se acentuando contudo a tendência para transformar êsses laços de temporários em vitalícios



(Cl. E. Cerdeira)

FIVELA DE CINTURÃO, VISIGÓTICA

(Museu Etnológico Português)

e até em hereditários. Na *Lex Visigothorum* a relação de patrocínio é já vitalícia, embora para não ferir de frente a tradição de liberdade de rompimento, de que o ingénuo gosava, se adoptasse uma fórmula conciliatória entre o direito do cliente e os interêsses do patrono. Segundo essa fórmula, no acto da encomendação o cliente tomava, por escrito, o compromisso de não abandonar durante a vida o seu patrono.

Notemos contudo que, ao falar há pouco da liberdade que o cliente romano tinha de romper os laços que o prendiam ao seu patrono,

nos referimos apenas àquela forma de clientela romana voluntária, prática extra-legal que convem não confundir com duas outras fórmas legais de clientela romana, a clientela familiar, vínculo religioso e doméstico que era hereditário, e a clientela resultante do acto da *manumissão* que era obrigatória, pois o escravo que alcançava a liberdade era obrigado a colocar-se como cliente.

Formação de uma nova aristocracia territorial e palaciana, lento desaparecimento da classe média e da pequena propriedade, lenta fusão da soberania com a terra, que vai a pouco e pouco transformando-se em pedra angular de todo o edifício político-social, são em resumo as mais importantes transformações por que passa a estrutura interna da sociedade visigótica no decorrer dos séculos que separam o seu estabelecimento na Gália e na Península da sua derrocada em 711.

É essa nova nobreza latifundiária e palaciana, que assim vem preencher os quadros outrora ocupados pela aristocracia de sangue, o principal obstáculo que o poder real encontra no seu crescente desenvolvimento. Obstáculo que se manifestou ao longo de toda a história visigótica por uma ininterrupta série de conflitos, a maior parte das vezes sangrentos, entre os monarcas que procuram inùtilmente estabilizar o seu poder pela introdução da fórma hereditária da sucessão e a nobreza ciosa do seu tradicional direito de interferência na resolução dêsse problêma.

E o que vinha dar mais fôrça ainda a essa classe privilegiada era a circunstância de grande parte dela ser constituída por indivíduos que aliavam ao prestígio resultante da riqueza o prestígio intelectual duma cultura superior e a influência decisiva emanada do elevado cargo que ocupavam na hierarquia social. Queremos referir-nos à *nobreza eclesiástica*, aos altos dignitários da Egreja, bispos e arcebispos, cuja influência nos destinos da sociedade visigótica foi decisiva, principalmente a partir da conversão de Recáredo e do seu povo. Influência decisiva não apenas no domínio espiritual, em virtude do triunfo crescente, e por fim, completo, do catolicismo sôbre o arianismo, mas também no domínio político e social, pois é nos *concílios*, assembleias que antes de Recáredo se ocupavam apenas de assuntos de carácter religioso, que toda a vida do Estado passa a ser regulada. Foi dêsses concílios, assembleias religiosas transformadas em assembleias nacionais, e em que predominava sempre em número e em influência o elemento eclesiástico sôbre o elemento civil, que saíu toda a legislação visigótica, tanto para o fôro eclesiástico como para o fôro secular. É certo que todas as decisões dêsses concílios careciam, para ter valor jurídico, da sanção do rei, mas o que é certo também é que, de facto, nunca os monarcas negaram essa sanção, com o receio de provocar mais uma revolta da parte da irrequieta nobreza civil e eclesiástica. Compreende-se pois que, dada essa interferência directa e quási exclusiva do clero nos negócios do reino, aquele conjunto de privilégios expresso numa legislação especial, a legislação canónica, de que êsse clero gosava desde o triunfo da Egreja no Império, tivesse alargado de tal modo o seu âmbito que toda a legislação, mesmo a civil, acabasse por apresentar marcas nítidas dessa situação privilegiada. Citemos algumas disposições reveladoras do logar de excepção ocupado pelo clero no Estado visigótico. O pertencer ao estado eclesiástico era circunstância atenuante em todas as causas criminais; assim, crimes pelos quais um laico era punido com a pena de morte, tinham apenas como sanção, quando praticados por um clérigo, a pena de suspensão e de penitência eclesiástica. Mesmo para os crimes de alta traição contra o rei ou contra a segurança do Estado se mantinha essa diferença de tratamento: o laico era condenado à morte: o clérigo era encerrado por toda a vida num convento.

Os concílios arrogavam para si o direito exclusivo de julgar os clérigos acusados de conspiração armada em cumplicidade com o estrangeiro. Os bispos, cujo poder e categoria eram iguais aos do chefe militar superior, o *dux*, e superiores aos *condes*, só por outros bispos podiam ser julgados. Como êstes que acabamos de citar muitos outros exemplos podiamos trazer em abôno não só da situação de privilégio em que a nobreza eclesiástica se encontrava a dentro do Estado, como também do alastramento da sua acção para fóra das questões puramente religiosas, como nas causas de libertação, tutela, testamentárias, etc.

(Cl. E. Cerdeira)

CRUZ PROCESSIONAL, VISIGÓTICA (?)

(Museu Etnológico Português)

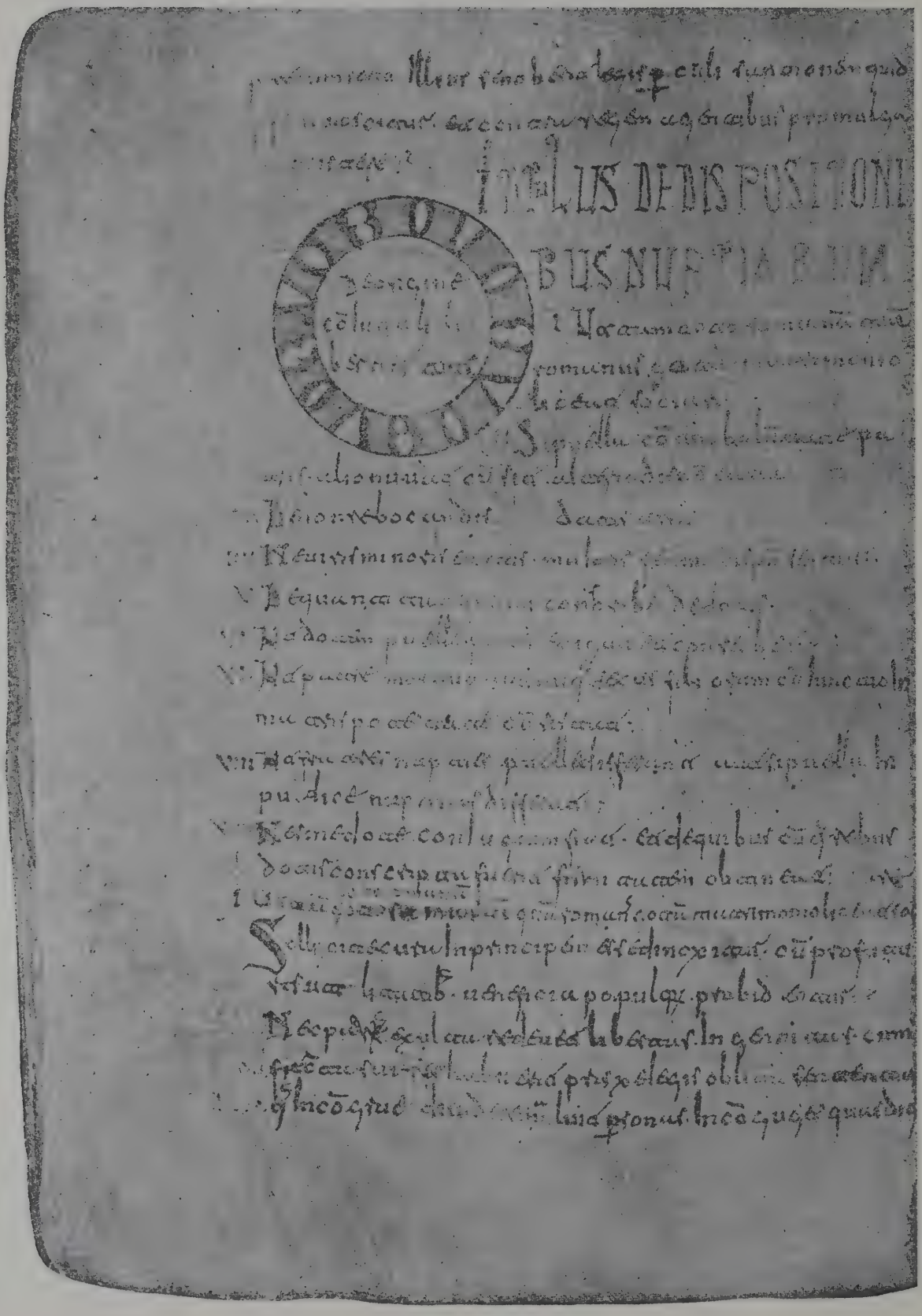
Capítulo IV — Cultura intelectual

A cultura latina dos séculos de decadência. Sua transmissão para a Idade Média. Boécio, Cassiodoro, Marciano Capela. A contribüição da Península para essa obra de transmissão. A escola de Sevilha e Santo Isidoro.

Se no domínio das instituïções político-sociais a influência do modêlo romano nunca conseguiu esbater de todo os traços característicos da individualidade que os germanos, como unidades nacionais, já possuíam no momento em que penetram no Império, pelo contrário no domínio da cultura intelectual essa influência foi decisiva. O diferente grau de receptividade num e noutro domínio explica-se fàcilmente se nos lembrarmos de que, tendo atingido já na curva da sua evolução político-social, por desenvolvimento próprio, uma fase de maturação, os bárbaros quando penetram no Império se encontram ainda, pelo que diz respeito à sua cultura intelectual, numa fase de desenvolvimento que se póde com razão classificar de infantil. Daí a diferença de comportamento em face do modêlo romano: colaboração activa no que diz respeito à génese das instituïções político-sociais; simples passividade no que diz respeito à recepção da cultura superior que o modêlo representava.

Mas, embora separados uns dos outros, os Romanos e os Bárbaros, pelo abismo que separa um povo representante de uma das mais típicas e superiores culturas que o génio europeu tem criado de outros povos no estado ainda de pura barbárie intelectual (único sentido em que a palavra barbárie lhes pode ser aplicada), nem por isso a teoria catastrófica das invasões, cuja falsidade em outros aspectos do problema da transição da Antiguidade Clássica para a Idade Média já tivemos ocasião de mostrar, encontra finalmente um reduto firme onde se possa manter. Com efeito as invasões dos bárbaros, a-pesar-do estado de barbárie intelectual em que êstes se encontram ao penetrarem no Império, não provocam aquela solução de continuidade, aquele brusco desaparecimento da cultura clássica, que segundo essa teoria se devia ter operado. É certo que, olhando a história da cultura do ocidente europeu depois das invasões, nos séculos da alta Idade Média, e confrontando-a com a do século áureo de Augusto ou mesmo com a dos primeiros séculos da era imperial, se tem a dolorosa impressão de quem contempla os destroços dum naufrágio — o naufrágio duma das maiores criações do génio europeu, o da cultura clássica. Mas, olhando de perto e atentando não apenas nos efeitos mas nas causas que o provocaram, chegamos à conclusão de que êsse naufrágio não foi motivado apenas pelo tufão das invasões. De resto muitos destroços se salvaram — os bastantes para que, a pouco e pouco, sem quebra de continuidade, os bárbaros se fôssem educando na escola do passado, obreiros de uma nova cultura, a cultura medieval.

Quando o tufão final irrompeu, havia muito já que a actividade espiritual dos romanos passara a sua fase criadora, e, assim como nos



REPRODUÇÃO DE UMA PÁGINA DA «*Lex Romana Visigothorum*», MANUSCRITO DO SÉCULO IX

(Biblioteca Nacional, Paris)

domínios político-social e económico assistimos à lenta agonia do Império por degenerescência senil, do mesmo modo no domínio da cultura iremos encontrar, antes das invasões, muitos sintomas dessa degenerescência, sintomas que as invasões bárbaras irão momentâneamente acentuar. Com efeito, a cultura latina essencialmente literária entra na sua fase de declínio muito antes das invasões do século v. Após a morte de Juvenal e Tácito o poder de criação literária vai-se ràpidamente extinguindo e todos aqueles sintomas que traduzem essa perda começam a marcar com o seu sêlo de decadência as produções dos últimos séculos imperiais. Essencialmente literária, a cultura latina tivera sempre como pedras angulares das suas criações a gramática e a retórica. Mas, no período áureo do seu desenvolvimento, o cultivo dessas disciplinas fôra sempre condicionado pelas necessidades de criação original, subordinando-se a forma ao conteúdo ou, melhor, mantendo com êle um equilíbrio orgânico, o tam falado equilíbrio clássico. O divórcio que, à medida que o Império se barbariza, se vai estabelecendo entre a linguagem erudita e a linguagem vulgar não era ainda tam sensível que não permitisse à gramática trabalhar sôbre formas vivas, disciplinar uma linguagem cuja seiva se alimentava ainda no grande manancial das criações populares. Do mesmo modo a retórica fôra até então um maravilhoso instrumento de difusão da Literatura e do Direito romanos pelas províncias recem-conquistadas.

Mas, com a decadência, tanto a gramática como a retórica começam a ser encaradas não como meios de cultura mas como fins; tanto numa como noutra disciplina o cultivo exclusivo da forma, por carência de assuntos vivos de real interêsse, vai esvasiando as produções literárias, tornando-as bombásticas, rebuscadas, transformando os discursos em panegíricos ao serviço da adulação e os trabalhos gramaticais em simples comentários servís das grandes obras que o passado legara. Por um dêsses panegíricos em honra do imperador Antemio recebeu Sidónio Apolinário a alta dignidade de *praefectus urbi*, prova de como êsse sintoma de decadência intelectual, o gosto exclusivo pela forma, era um mal que alastrara para fora dos círculos literários. Mas além dêste sintoma de decadência muitos outros a êles ligados, e todos traduzindo o mesmo mal, a perda da capacidade criadora, vamos encontrar antes das invasões do século v. Impotentes para criar de novo, os escritores da época da decadência voltam-se para o passado numa atitude servil de admiração sem limites, buscando nas obras que êle legara não apenas os ensinamentos que elas de facto lhes podiam dar, mas tudo o mais que nelas o seu gosto pelo maravilhoso e a sua tendência para a interpretação alegórica podiam encontrar. Exemplos frisantes dêsse respeito sem limites pelo passado são entre outros os *centoni* e as *sortes virgilianae*.

A obra de Vergílio gozara sempre dum prestígio imenso e justificado como interprete fiel do sentimento nacional, como criação artística em harmonia com o gosto, com as tendências, com a cultura e com as necessidades do espírito público. Nas escolas era Vergílio o primeiro autor latino, com que as crianças entravam em contacto, e, tanto no ensino elementar como no superior, tanto para a gramática como para a retórica, era êle a autoridade preferida. É certo que a autoridade de Cícero era naturalmente grande nas escolas de retórica, mas a de Virgílio era maior ainda; como notava já o autor do diálogo *De oratoribus*, era mais fácil encontrar quem dissesse mal do primeiro que do segundo. Mas, mesmo nesse período orgânico da cultura latina, a análise da obra de Vergílio enfermava já da tendência, que mais tarde se acentuará desmedidamente, para ser puramente externa e formal. A sua autoridade em assuntos gramaticais, como modêlo de linguagem perfeita, era tal que na gramática de Nónio, escrita nos fins do século III, os exemplos tirados da obra de Vergílio ascendem a 1500. Se se tivessem perdido todos os códices de Vergílio, diz Compareti, poderiamos reconstituir, quási por inteiro, as Bucólicas, as Geórgicas e a Eneida ùnicamente com as notícias que os antigos nos deixaram sôbre a poesia vergiliana e com os exemplos citados pelos gramáticos, pelos *vergílios*, como com razão eram alcunhados. Mas, se compararmos a atitude dos primeiros críticos de Vergílio, seus contemporâneos, com a dos gramáticos dos séculos da decadência, claramente ressalta a diferença que separa a cul-

tura de um período ainda criador da de uma época em que, incapaz de criar de novo ou de criticar sã e equilibradamente, a actividade intelectual se compraz num respeito servil pelo passado, deturpando-o ao sabor das suas novas tendências. Embora considerado como uma altíssima autoridade Vergílio não foi contudo admirado cegamente pelos seus primeiros comentadores. Pouco e pouco, porém, essa admiração vai-se intensificando até ao extrêmo de a sua autoridade ser considerada como infalível, não apenas como fonte de ensinamentos gramaticais mas de universal sabedoria.

Fase curiosa da transição para essa crença no universal saber de Vergílio é aquela em que essa universalidade lhe era já atribuída, mas ainda apenas no domínio literário. É assim que Marcial, exprimindo uma opinião que naturalmente era a dos seus contemporâneos, dizia que se Vergílio tivesse querido cultivar a lírica ou o drama teria sido superior aos maiores líricos e aos maiores trágicos. Com a decadência a admiração aumenta e com ela a incompreensão dos verdadeiros métodos do poeta. Sendo Vergílio objecto de uma veneração supersticiosa, tomado como um oráculo infalível sôbre todos os assuntos a partir do tempo dos Antoninos, vai-se generalizando o costume das *sortes Vergilianae*, que consistiam em abrir ao acaso o poema de Vergílio e encontrar num verso a resposta a qualquer pregunta formulada. E não era apenas a grande massa que, arrastada pela sua admiração supersticiosa, assim utilizava a obra do poeta. O próprio Adriano, o culto imperador helenista, não desdenhou recorrer às *sortes Vergilianae*.

Outro exemplo típico da grande popularidade do poeta nos séculos da decadência é o uso dos *sentoni*, passatempo que consistia em combinar os versos e os hemistíquios vergilianos de maneira a fazer cantar por Vergílio toda a espécie de assuntos. Êste costume vinha de longe, pois se, entre outros autores, Mário Vitorino compõe com versos vergilianos um hino sôbre a Páscoa, no século IV, e Sedúlio um outro sôbre a Incarnação, no século V, já no tempo de Tertuliano um poeta, Osídio Geta, compusera uma tragédia intitulada Medêa.

Mas onde a crença na omnisciência e infalibilidade de Vergílio se revela duma maneira mais completa é na obra *Saturnali* do seu comentador Macróbio, na qual o poeta aparece glorificado como um maravilhoso autor enciclopédico. Para Macróbio, Vergílio não só é douto em todos os domínios do saber, « *disciplinarum omnium peritissimus* », mas também é sempre infalível.

Macróbio, como os outros comentadores, entre os quais avultam os nomes gramáticos Sérvio Donato e Presciano, não faziam mais nas suas obras do que compilar sem discernimento crítico tudo o que de verdadeiro e de falso a tradição tinha dito já à-cêrca do poeta; nos seus comentários pessoais, quando os faziam, só vinham deturpar ainda mais a exacta compreensão dum passado que pela sua originalidade criadora lhes era já inacessível.

Antes pois das invasões do século V, a cultura latina chegara já a uma fórma rígida, estereotipada, e a actividade intelectual dos últimos séculos imperiais, sem fôrças criadoras, exgota-se num trabalho de compilação esquemática de tudo o que de grande o passado produzira, num exaustivo esfôrço para carrear uma tradição já morta e deturpada.

Quando, pois, no decorrer do século V, aparecem os grandes compiladores da cultura clássica, através de cujas obras essa cultura se transmitirá aos séculos medievais, êsse esfôrço de compilação não faz mais do que continuar o trabalho que de há muito vinha sendo realizado, e os defeitos de que enfermam essas obras são os mesmos de que enfermavam já as dos compiladores dos séculos imperiais.

Com efeito, o costume de compendiar as noções fundamentais que nas escolas eram ministradas, distribuindo-as num esbôço rudimentar de classificação do saber, por sete disciplinas ou *artes liberais* — o *trivium* e o *quatrivium*, formados respectivamente pela Gramática, Rectórica e Dialéctica, e pela Geometria, Aritmética, Astronomia e Música — vinha já de muito longe, dos tempos anteriores a Augusto. Mas nêsse tempo tais compilações, como por exemplo as que fizeram Catão e Varrão, embora utilizadas, ocupavam um logar secundário no meio da produção literária, pois cada uma das disciplinas que as constituíam se encontrava ainda com seiva bastante para novas criações. Mas estancada a seiva criadora, essas compilações, à falta

de obras originais, passam para um primeiro plano.

Daí o renome dos gramáticos e compiladores, como Sérvio Donato e Prisciano; daí a larga voga da obra de Macróbio. Mas a acrescentar aos nomes dêsses gramáticos e compiladores, de cujas obras a Idade-Média fez um intensivo uso, vêem os nomes de Cassiodoro, Boécio, Marciano Capela, Isidoro de Sevilha, Bedo o Venerável, e de muitos outros, através de cujos compêndios de artes liberais, a cultura se transmite da Antiguidade Clássica à Idade-Média. E notemos — observação que para o nosso tema fundamentalmente interessa — que a maior parte dêsses compiladores viveram já depois das invasões do século v e muitos dêles no justo momento em que nas províncias do Império se estavam estabilizando as novas monarquias bárbaras. Prova cabal de que essas invasões não vieram cavar um abismo entre a cultura clássica e a cultura medieval, e não impediram tam pouco que o trabalho de compilação, a que a actividade intelectual dos últimos séculos imperiais se encontrava quási reduzida, se continuasse em obras decisivas para os destinos da cultura europeia.

Cassiodoro e Boécio viveram na côrte do rei ostrogodo Teodorico desempenhando nela o elevado cargo de ministros. Depois, o primeiro retira-se para o mosteiro de Vivariune por êle fundado no sul da Itália, mosteiro que com o de Bobbio, fundado nos princípios do século VII por Columbano, monge irlandês, ficam sendo na Itália os dois centros de estudos clássicos da alta Idade-Média. Boécio é lançado numa prisão pela desconfiança do rei.

De entre as várias obras de Cassiodoro a intitulada *Institutiones divinarum et saecularium lectionum*, tratado de Teologia e compêndio das sete artes liberais, foi uma das fontes transmissoras da cultura clássica para a Idade-Média, como o foram também as obras de Boécio, mais importante ainda sob ponto de vista da transmissão da cultura filosófica. Foi com efeito através da sua tradução comentada das *categorias* de Aristóteles, da tradução do livro *De Interpretatione* e do *Isagogo* de Porfírio, que a Idade-Média tomou conhecimento da parte lógica da obra de Aristóteles antes que os árabes lhe viessem trazer o conhecimento da parte metafísica e scientífica.

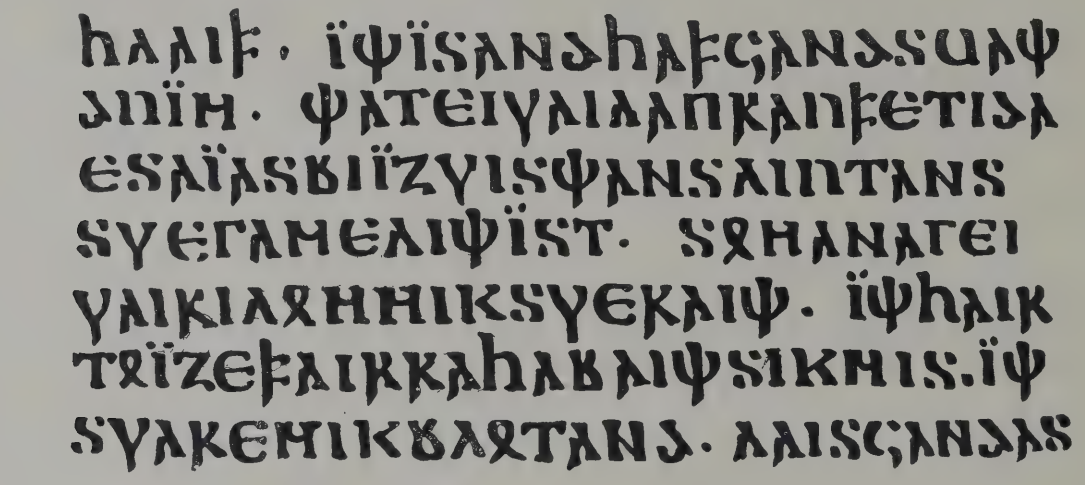
Ao lado dêsses compêndios e servindo por vezes de única base para o ensino escolar, enfileira a obra intitulada *De Nuptiis Philosophiae et Mercurii* de Marciano Capela, um africano que escreveu na primeira metade do século v, em plena anarquia bárbara também, obra cuja popularidade se explica pelo uso repetido que o autor nela faz do mito e da alegoria, formas de expressão literária cujo emprêgo abusivo datava também já de antes das invasões.

Com S. Isidoro de Sevilha voltamos à Península, depois desta necessária digressão que nos permitiu ver como de facto não existe entre os últimos séculos do Império e os primeiros séculos medievais aquela solução de continuïdade que seria de prever segundo a teoria catastrófica das invasões. Os bárbaros, embora incultos, foram a pouco e pouco aprendendo na escola do passado, contribuindo muito para facilitar essa aprendizagem a circunstância de a cultura latina ter baixado de nível já, por desenvolvimento próprio. Os bárbaros não interrompem o progressivo desenvolvimento duma cultura criadora. Encontram uma cultura moribunda, e, embora momentâneamente tenham contribuído para um desnível maior ainda, serão êles com o seu sangue juvenil, com as suas qualidades étnicas ao serviço dum novo ideal, o ideal cristão, que darão conteúdo vivo às formas vasias do passado, aceitando-as para as fazer reviver, transformadas, no dia em que à fase de recepção passiva se segue a fase de assimilação activa dessas formas.

À Península Hispânica coube um papel importante nêsse trabalho decisivo para os destinos da cultura europeia, na transmissão da cultura clássica aos séculos medievais. Entre as circunstâncias que contribuíram para lhe marcar um logar de privilégio nessa obra civilisadora, duas avultam. Por um lado, a circunstância de a Península ter sido entre as várias províncias do Império uma daquelas onde o esfôrço civilizador de Roma colheu mais precoces e brilhantes resultados; por outro, a circunstância de os visigodos, que a invadem no século v, terem sido, em virtude do seu secular contacto com Roma, um dos povos bárbaros cuja rudeza intelectual se encontrava mais atenuada. «O século de ouro (da cultura latina), escreve Masdeu na sua

História Crítica de Espanha, não tinha ainda chegado, não se tinha ainda ouvido ressoar a lira de Catulo e de Horácio, nem a trombeta de Vergílio, e já cantavam em Roma os célebres poetas de Córdova que tinham vindo à Itália com Quinto Cecílio Metelo, setenta e um ano antes da era cristã ».

Quando, após os séculos da decadência, os visigodos a invadem, ainda na Península o facho bruxoleante da cultura se mantinha



Fragmento do «Codex argenteus»

firme nas mãos de Orêncio e Dracôncio, poetas afamados do seu tempo, de Idácio de Lémica, de Martinho de Dúmio, de João de Biclara, de Montano de Toledo, de Severo de Málaga, de Estrópio de Valência, de Turríbio de Astorga, de Artémio de Tarragona, de Liciniano de Cartagena, de Justo de Urjel, e de muitos outros escritores que na história da Egreja e da literatura peninsular ocupam um logar de relêvo.

Por seu lado os visigodos ao chegarem à Península, havia muito já que tinham entrado em contacto com a civilização romana, e dêsse contacto tinha resultado necessàriamente uma moderação da sua rudeza primitiva, da sua barbárie intelectual.

Ao passo que os vândalos e os ostrogodos só começam a sofrer sensìvelmente a influência romana a partir dos séculos v e vi, os visigodos já no século iv, antes de abandonarem as margens do Danúbio, se encontravam em um tam íntimo convívio com a cultura clássica que foi possível a *Wulfilas* fazer uma tradução da Bíblia.

De todos os povos bárbaros foi, com efeito, o visigodo o único de cujo idioma até nós chegaram documentos escritos através dessa genial tradução de que nos restam diversos fragmentos, entre os quais o célebre *Códice de Prata* (Codex Argenteus), assim denominado por ser escrito com letras de ouro e prata sôbre pergaminho côr de púrpura.

Jóia de ouro com inscrições em caracteres rúnicos, existente no Museu de Copenhague

A primeira obra escrita em todos os idiomas germânicos foi, pois, obra dum visigodo, e o génio de Wulfilas para essa primeira criação de prosa germânica foi incontestàvelmente um factor muito importante; todavia o seu significado é mais largo, pois nos mostra

que o ambiente intelectual do seu povo se encontrava já em condições de poder dar o o passo decisivo que, na curva da evolução cultural dos povos, separa a fase lendária das produções metrificadas e transmitidas por simples *tradição oral*, da fase em que êsses povos já possuem o maravilhoso instrumento civilisador que é a *linguagem escrita*.

Ao estabelecerem-se na Península encontravam-se, pois, já os visigodos bem longe da pura barbárie intelectual com um nível de cultura superior nêsse momento as de todos os outros povos bárbaros que invadiram o Império, em condições de, por conseqüência, poderem com facilidade ir a pouco e pouco fundindo a sua rudeza bárbara no foco de cultura latina que a Península, nesse crepúsculo da civilização antiga, continuava ainda a ser.

E, pouco a pouco também, sem quebra de continuïdade, num lento e ascensional esfôrço de aprendizagem, a Península bárbara vai contribuindo com a sua valiosa parte para o trabalho colectivo de transmissão da cultura clássica aos séculos medievais.

Como já dissemos, ao lado de Cassiodoro, Boécio e Marciano Capela, cujas obras tanto contribuíram para que o filão da cultura clássica não se perdesse, enfileira Santo Isidoro de Sevilha.

Foi, com efeito, a *escola de Sevilha* o centro principal de estudos clássicos no decorrer dos séculos de domínio visigótico.

Sevilha, a *Hispalis* dos romanos, fôra já no tempo dêstes um dos principais centros da cultura do ocidente. Quando os visigodos se estabelecem na Península, é ela a cidade que os monarcas preferem para capital do reino, antes de transferirem esta para Toledo. Nos séculos da alta Idade-Média, Sevilha disputava com Córdova o título de *Atenas do Ocidente*.

TROMPA COM INSCRIÇÃO EM CARACTERES RÚNICOS ENCONTRADA NO DUCADO DE SCHLESWIG

No século VI, no momento crítico da história da monarquia visigótica, em que, após uma luta sem tréguas, o catolicismo acabou por triunfar do arianismo com a conversão de Recáredo, é Sevilha o principal reduto do partido católico, à frente do qual se encontra nesse momento a personalidade prestigiosa de S. Leandro, metropolitano da cidade.

Filho de Severiano, provincial de Cartagena que se refugiara, fugindo à perseguição dos arianos, na capital, S. Leandro desempenha, em virtude do seu prestígio pessoal e da sua influência junto da côrte, um papel decisivo nos últimos episódios da luta que precede êsse triunfo. Sua irmã mais velha, Teodora, casara com Leovegildo, sendo pois seus sobrinhos os primeiros príncipes visigodos católicos, Hermenegildo e Recáredo. Dos seus outros irmãos, Florentina, Fulgôncio e Isidoro, será êste último, seu sucessor na séde metropolitana, o principal obreiro da nova *escola de Sevilha*, organizada segundo o modêlo das instituïções do mesmo género que havia dois séculos já existiam no ocidente e no norte da África, mercê do impulso animador de Santo Agostinho.

Na Península, o desenvolvimento dessas escolas, principal instrumento de que os bispos se serviam para a conversão dos bárbaros, tinha sido prejudicado até ao tempo de Leandro pela hostilidade do partido, adverso o do arianismo, religião oficial. Embora o II concílio de Toledo

já tivesse imposto aos bispos a obrigação de fundarem escolas nas suas dioceses e de dirigirem a educação daqueles alunos que se destinavam ao sacerdócio, só após o III concílio, com o triunfo oficial do catolicismo, essas escolas começaram a ter uma atmosfera favorável ao seu desenvolvimento.

Fundada por S. Leandro, a escola de Sevilha ascende, sob a direcção de seu irmão e sucessor imediato, Santo Isidoro, à categoria de foco principal dos estudos cristãos e clássicos na Península.

E dizemos juntamente *estudos cristãos e clássicos* porque, a-pezar-da incompatibilidade que existia entre os dois ideais de educação, o ideal clássico e o ideal cristão, a Igreja se via obrigada a utilizar o então único fundamento de cultura geral, o classicismo, como instrumento propedêutico de cultura religiosa.

Mesmo antes do triunfo do cristianismo como religião oficial do Império, quando o entusiasmo religioso, exacerbado pelas perseguições sofridas, levava os escritores cristãos, como Arnóbio e Tertuliano, a marcarem com violência nas suas apologias «*adversus gentes*» a irredutibilidade dos dois ideais; mesmo nessa hora de combate sem tréguas, êsses escritores tinham de ler e de estudar as obras do paganismo, quando mais não fôsse senão para as poderem refutar. E por vezes sucedia, como no caso célebre de S. Jerónimo, que a admiração causada pela beleza dessas obras em forma e conteúdo resistia à acção catártica do ideal cristão, de onde os dramas de consciência, a luta entre os dois sentimentos opostos, a irresistível paixão pelos eternos modelos de beleza que o génio clássico criara, e a crença ascética num novo ideal de Beleza que nada de terror tinha já.

Mas, a-pesar-dêsses riscos, a Igreja, para escrever na língua e segundo o gôsto da sociedade que procurava converter, não podia alhear-se do conhecimento da cultura dessa sociedade, embora para a utilizar como um simples meio e não como um fim. Por isso ela protestou, considerando-o como uma perseguição odiosa, contra o decreto do imperador Juliano que proïbia aos cristãos o ensino da gramática e da rectórica. Com efeito, êsse decreto, separando radicalmente o cristianismo da cultura antiga, impondo-lhe uma lógica rigorosa que o relegava para dentro dos limites da sua natureza anti-mundana, era o melhor processo para o combater ou para impedir os seus progressos numa sociedade de cultura greco-latina.

Quando, após o triunfo do Cristianismo e a queda do Império, o paganismo deixou de ser o adversário terrível de outros tempos, quando se torna ocioso refutar os pagãos, as escolas cristãs não sentem a necessidade de reformar radicalmente a sua base tradicional de classicismo, pois já ninguem receava que o paganismo morto pudesse por elas ser ressuscitado.

É certo que, nas novas compilações gramaticais dos séculos da alta Idade-Média, ao lado dos exemplos tirados dos clássicos, aparecem os tirados da *Vulgata* e de escritores cristãos, mas são os primeiros os que continuam a gosar duma maior autoridade.

Santo Isidoro de Sevilha foi um dêsses novos compiladores que empregaram exemplos tirados da *Vulgata*, declarando fazê-lo expressamente. É certo que nos mosteiros, onde era de regra o silêncio e onde os pedidos se faziam por meio de sinais convencionais, quando o escolar desejava um livro pagão, fazia seguir o sinal que significava *livro* dum gesto que imitava o cão quando coça as orelhas com as patas, «porque com razão um infiel deve ser comparado a êsse animal». É certo ainda que homens da categoria intelectual e hierárquica de Gregório o Grande não hesitavam em responder desdenhosamente àqueles que o acusavam, e ao clero em geral, de ignorantes que «o reino de Deus não consiste em palavras mas na virtude», e que «o Evangelho foi confiado a pescadores rudes e incultos e não a ridículos oradores».

Mas, a-pesar-de desprezados, os autores clássicos continuam a ser lidos como o único instrumento capaz de criar aquela cultura geral indispensável para uma fácil e segura compreensão das escrituras sagradas. A célebre capitular de Carlos Magno de 787, na qual o monarca exorta os monges «não só a não descurarem o estudo das letras, mas a redobrarem de zêlo no seu estudo, para que com facilidade e segurança possam penetrar os mistérios da Sagrada Escritura», mostra bem como foi essa finalidade religiosa o principal motivo que salvou a cultura clássica duma total ruína.

Na obra de Santo Isidoro de Sevilha vamos encontrar tìpicamente representadas todas as características da cultura clássico-cristã a que nos acabamos de referir. Embora, no seu *Liber Sententiarum*, Santo Isidoro tivesse escrito « prohibetur christianis figmenta legere poetarum », todas as suas obras, principalmente os célebres *Vinte Livros de Etimologias*, revelam uma íntima fusão de classicismo e cristianismo, dum classicismo da decadência, empobrecido por uma escessiva esquematização e reduzido a uma função meramente propedêutica.

Na época em que Santo Isidoro viveu, os homens de génio são raros e as produções literárias pecam todas por falta de originalidade. A sciência tem um carácter enciclopédico, a universalidade é o traço característico das inteligências. É preciso saber tudo para parecer saber alguma coisa. Simultâneamente ministros da Igreja, homens de Estado, poetas, filósofos, historiadores, cultivando ainda as matemáticas, a música, a gramática, os grandes escritores dos séculos bárbaros procuraram assim, com o seu saber enciclopédico, não apenas satisfazer uma curiosidade de diletantes, mas salvar a cultura da ruína total que a ameaçava. Dentre todos êsses escritores Santo Isidoro é o maior compilador, talvez mesmo de todos os tempos. Daí a influência enorme exercida pela sua obra sôbre a cultura geral e sôbre a literatura da Idade-Média, influência que se explica não apenas por essa obra valer como um resumo de bibliotecas inteiras, numa época em que tam poucas bibliotecas havia, mas também em virtude da disposição simples e clara dos assuntos e da facilidade duma expressão ao alcance de todos.

A maior das suas obras, *Vinte livros de Etimologias*, é uma volumosa enciclopédia de toda a sciência da época, que bem merece o título que tem, pois o autor, para definir as noções scientíficas, se serviu da etimologia das palavras que as designam, etimologia a maior parte das vezes fantasista e errada. Um dos livros, o X, não contem mesmo senão etimologias dum certo número de termos classificados segundo a ordem alfabética.

Dos vinte livros, os três primeiros tratam das sete artes liberais, ocupando a *gramática* com a *métrica* um livro inteiro. Êsse logar de honra concedido à Gramática, bem como o esquematismo extraordinário, indispensável para expor apenas nos dois outros livros as seis restantes disciplinas, são as características literárias da época.

O livro IV é consagrado à medicina. Nêle são enumeradas e definidas etimològicamente as doenças principais; termina por um catálogo das diferentes espécies de remédios. O Livro V trata das « leis » (noções de direito, crimes e castigos) e dos « tempos » (dias, meses, estações, séculos e idades do mundo), apresentando a propósito uma crónica universal até ao décimo sétimo ano do reinado do imperador Heráclio. No livro VI fala-se dos livros da Bíblia e dos seus autores, das Bibliotecas, de tudo o que é preciso para escrever. No VII descreve-se a hierarquia celeste, as três pessoas divinas, anjos, etc., e a hierarquia eclesiástica com os títulos, nomes e respectivas explicações etimológicas. No livro VIII trata-se da Igreja e das seitas, enumerando-se pelo menos 68, das escolas filosóficas, das sibilas, dos magos, dos poetas, etc. No livro IX enumeram-se as línguas e os povos, dividindo-se as primeiras em três classes: guturais, palatais e dentais. É curiosa também a divisão da língua latina em quatro fases de desenvolvimento: a antiga *(prisca)*, nos cantos sábios; a *latina*, nas Doze Tábuas; a *romana*, na literatura a partir de Névio; e a *mixta*, após a dispersão dos bárbaros. Trata ainda o mesmo livro, a propósito dos povos, das autoridades civís e militares, das classes da população, dos graus de parentesco, etc. Após o livro X, só de etimologias, passa o autor, com o livro XI, às cousas da natureza: descrição do corpo humano, idades, monstros, gigantes, hermafroditas. No livro XII trata do reino animal, enumerando entre as aves a fénix com o seu segundo nascimento. No XIII descreve o mundo: céu, ar, ventos, águas, etc. Dedica o XIV à Terra, à sua descrição geográfica. O XV é uma nomenclatura das cidades mais importantes, dos monumentos, etc. O XVI tem por objecto as pedras e os metais, os pesos e as medidas. O XVII é consagrado à cultura dos campos e dos jardins, aos frutos, àrvores e arbustos em geral. O XVIII, à guerra, aos jogos e espectáculos. No XIX trata-se dos navios, suas partes e equipamento, assim como de todos os materiais in-

dispensáveis à construção duma casa, dos vestuários, jóias, e costumes nacionais. O XX é consagrado à alimentação (comidas, bebidas, utensílios caseiros, etc.).

Êste breve sumário, mostrando-nos a extraordinária variedade de noções contidas numa tam vasta compilação, permite-nos prever qual a influência enorme que ela deve ter exercido sôbre os séculos da alta Idade-Média, como veículo transmissor da cultura clássica. Para uma tam vasta enciclopédia do saber, Santo Isidoro recorreu não apenas à Bíblia e aos escritores cristãos, mas principalmente à mina inexgotável dos conhecimentos sôbre a antiguidade, obtidos quer directamente, quer através de outros compiladores.

Mas além dêste vasto dicionário das artes e das sciências, que tam poderosamente contribuíu para o desenvolvimento da cultura incipiente dos tempos que então corriam, muitas outras obras, quer sôbre as sete artes liberais quer de teologia, Santo Isidoro escreveu. Limitemo-nos, para terminar, a falar da sua autoridade como historiador. A crónica universal do livro V das *Etimologias* é o resumo duma outra Crónica mais completa, onde o autor, seguindo o critério divisionário adoptado por S. Agostinho na *Cidade de Deus*, nos diz a história das 6 idades do mundo. Além dessa Crónica, escreveu ainda Santo Isidoro uma história *De Regibus Gothorum Vandalorum et Suevorum*, onde à similhança de Cassiodoro, e embora como êle de origem romana, dá largas à sua entusiástica admiração pelos godos; e uma obra intitulada *De Viris illustribus*, que é a continuação da obra com o mesmo nome de S. Jerónimo, onde traça a biografia de 23 autores, começando por Ósio, o célebre bispo de Córdova, e terminando por seu irmão Leandro e Gregório o Grande.

Mas, no domínio da história, quem exerceu uma maior influência sôbre toda a Idade-Média, foi o historiador lusitano, discípulo de Santo Agostinho, Paulo Orósio, que, nos *Historiarum libri VII contra paganos*, nos deixou o primeiro ensaio duma história universal, escrita embora com a finalidade apologética de mostrar, à similhança da *Cidade de Deus* de Santo Agostinho, que os males de que a humanidade enfermava após o triunfo do cristianismo não deviam ser atribuídos a vingança dos deuses escorraçados, do politeísmo, porquanto êsses males se encontravam já, e com maior intensidade, antes dêsse triunfo. Dominada por um critério providencialista, segundo o qual tudo o que aconteceu na história da humanidade foi ordenado e conduzido pelo Deus único, a obra de Orósio deu à Idade-Média os quadros da história universal pela divisão desta em quatro períodos, correspondentes a quatro grandes impérios: o babilónico, a oriente; o macedónico, ao norte; o africano, cartaginês, ao sul; e, finalmente, o romano, a oeste. Mas a par desta divisão em 4 períodos, que teve por ideia inspiradora a explicação bíblica do sonho de Nabucodonosor pelo profeta Daniel, Orósio admite sem contradição, como Santo Agostinho, apenas duas monarquias universais: quando a monarquia oriental, babilónica, desaparece, o império ocidental, romano, está ainda na infância, donde a intervenção providencial dos dois impérios intermediários, Macedónia e Cartago, que momentâneamente dominam.

Ao lado de Orósio, como historiadores peninsulares também, nos quais Isidoro colheu larga documentação, figuram Idácio, João de Biclara e ainda outros cronistas.

Mas não foi a escola de Sevilha o único centro de estudos da Península no tempo dos visigodos. O movimento literário, partindo dessas escolas, irradiou ràpidamente por toda a Península, e, sob o impulso forte dado a êsse movimento por Santo Isidoro, os seus discípulos ou fundam novas escolas ou dão a outras já existentes um maior incremento.

Assim, a escola de Toledo, que o bispo Heládio fundara no mosteiro de Agalia, no tempo em que S. Leandro trabalhava no restabelecimento da cultura na Andaluzia, e que no tempo dos bispos Justo e Eugénio II, discípulos e sucessores de Heládio, se tinha mantido, a-pesar-da rivalidade da escola de Sevilha, só atinge o seu maior esplendor sob a direcção dos bispos Eugénio III, Ildefonso e Julião, discípulos de Santo Isidoro. Eugénio III foi o mais afamado poeta da Península visigótica. Os seus versos revelam a sua cultura clássica. A fórma é a parte mais curiosa das poesias de Santo Eugénio, em virtude das subtilezas gramaticais, das extravagâncias do recorte, construção e medida do

uso repetido dos acrósticos. Mas além dessas particularidades, uma outra, mais importante sôbre o ponto de vista da história literária, caracteriza a poesia de Santo Eugénio: uso quási contínuo da rima, das aliterações, das assonâncias, que dão à sua obra um grande valor documental para o problema das origens da rima. Foi ainda Eugénio de Toledo quem editou e completou, a pedido de Chindasvinto, o poema de Dracôncio sôbre a obra dos seis dias *(Hexaemeron)*.

Santo Ildefonso, godo de origem, continuou a obra *De Viris illustribus* de Santo Isidoro, acrescentando-lhe catorze nomes, doze dos quais peninsulares.

S. Julião, o último escritor da Península visigótica, escreveu, além de várias obras teológicas, de um livro de gramática e de um livro de poemas, a *História dos acontecimentos que sucederam na Gália na época do rei Vamba*, obra a que já nos referimos.

Mas além das escolas que, como a de Toledo, já existiam, outras criadas de novo mostram no seu desenvolvimento o forte impulso dado aos estudos pelos discípulos de Santo Isidoro. Citemos apenas a escola de Saragoça, fundada por S. Bráulio, a quem o mestre dedicou as suas Etimologias — dedicatória merecida, porquanto foi devido aos pedidos insistentes de S. Bráulio que Santo Isidoro se decidiu a publicar a sua vasta compilação, enviando-lha para que êle a revisse e corrigisse: « Há mais de sete anos, escreveu e bispo de Saragoça, que me prometestes os vossos livros das *Origens* e sempre encontrais pretextos para diferir o que eu tam ardentemente desejo ». « Envio-vos, respondeu-lhe Santo Isidoro, o meu tratado das *Origens das Cousas* que vos tinha prometido. É composto com as reminiscências das minhas antigas leituras; eu mesmo anotei em alguns logares os passos tirados dos autores da antiguidade ».

O esfôrço cultural de Santo Isidoro e dos seus discípulos irradia até ao extrêmo ocidental da Península mercê da acção de S. Frutuoso de Braga. E que a Lusitânia, a-pesar-da sua situação geográfica, não se tinha mantido alheia aos benefícios da cultura, mostra-o bem a carta em que S. Bráulio responde aos conselhos e aos livros que S. Frutuoso lhe pedira: « Não vos julgueis tam digno de desprêzo por estardes relegado na extremidade do ocidente, num país ignorante, como dizeis, e onde não se ouve senão o ruído das tempestades, porque é caso para dizer desta vez que os que estavam mergulhados na treva viram a luz. A Província que habitais não é de resto tam bárbara como dizeis. Foi povoada pelos gregos, pelos mestres da eloqüência e do génio, e eu sei que dela saíram homens muito instruídos e muito hábeis nas letras, tais como o padre Orósio, o bispo Turríbio, Idácio e Cartério, pontífice não menos respeitável pela extensão da sua erudição que pela longa velhice ».

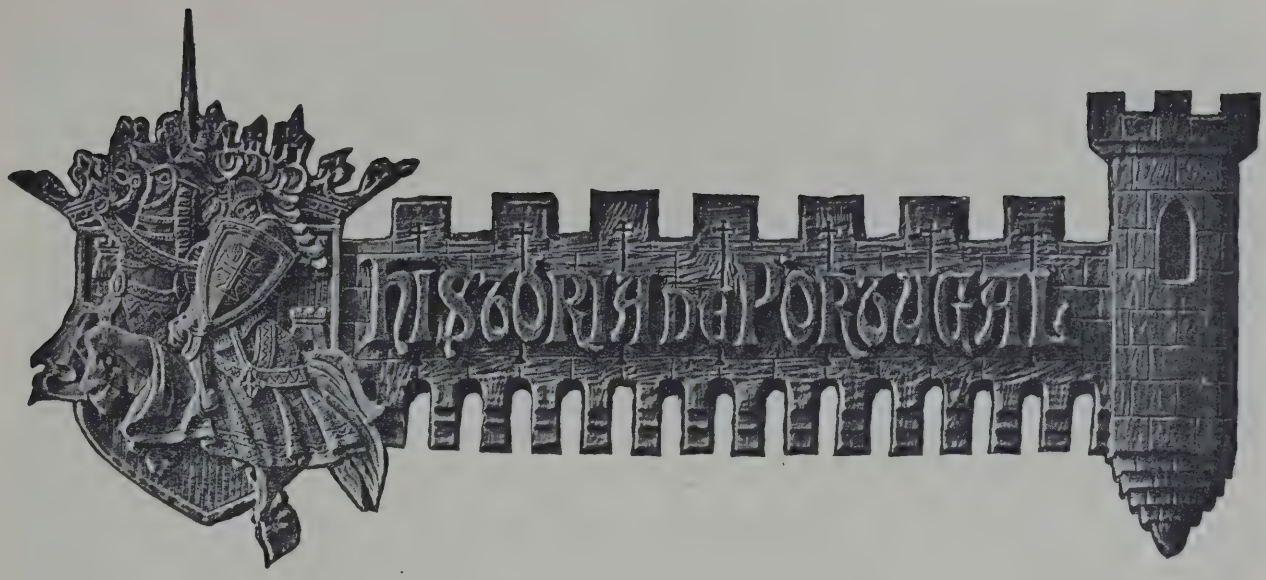
QUINTA PARTE

ARTE VISIGÓTICA

POR

Vergílio Correia

Professor da Universidade de Coimbra



QUINTA PARTE

ARTE VISIGÓTICA

A arte peninsular durante a alta Idade-Média. A arquitectura nas fases visigótica, moçárabe e asturiana. Difusão do arco ultra-semicircular. Edifícios visigóticos portugueses: Balsemão (Lamego) e S. Frutuoso (S. Salvador de Montélios-Braga). Outras construções atribuíveis a essa época. As lages sepulcrais de Mértola. Monumentos avulsos de Beja, Sines, Alcácer, Lisboa, Tomar e Miranda do Corvo. Artes industriais.

Os seis séculos que medeiam entre a decadência do Império do Ocidente e a época românica foram durante muito tempo, para a história da civilização e para a história da arte, por deficiência de documentos literários e monumentais, um dos períodos mais imperfeitamente conhecidos. Mas, pouco e pouco, os trabalhos de investigação e de crítica contemporâneos, quer pela exploração de filões arqueológicos, quer pela revisão das fontes e ainda pela delimitação e valorização das espécies remanescentes, conseguiram ampliar consideràvelmente o conhecimento daquele período.

Tudo quanto, até então, de uma maneira geral, aparecia englobado sob a designação genérica de arte latino-bizantina, foi sendo repartido progressivamente em vários capítulos correspondentes à arte cristã em plena eficiência, à arte bárbara e àquelas artes europeias subseqüentes — visigótica, lombarda e franca —, em que tam curiosa e diversamente se acusa a mistura de elementos ocidentais, orientais e nórdicos.

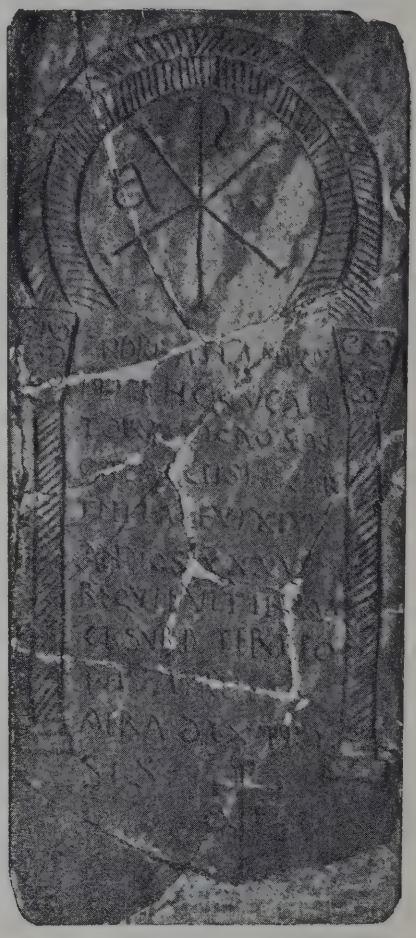
Pôsto que subordinada aos mesmos movimentos que convulsionaram a Europa na alta Idade-Média, a Península Ibérica recebe, a partir do século VIII, a acessão de um elemento novo, de plena formação oriental e norte-africana, a arte muçulmana. Por isso a história da arte em Espanha e Portugal conhece além das fases romano-cristiana, fracamente representada no nosso País, e visigóti-

I — Estela sepulcral romana, leonesa, da mulher de Flavo

(Prof. Gómez-Moreno)

elaboram uma arquitectura que adopta a cúpula como elemento basilar, e aplica uma ornamentação envolvente e policromada, conseguindo «reünir em síntese o esplendor das técnicas orientais com o génio luminoso da Grécia» (Bréhier), na criação de um estilo novo e original, o qual, quer na sua feição oficial, quer nas modalidades populares, exerceu enorme influência sôbre o centro e ocidente bárbaros, que se manifesta principalmente na época justiniana.

Para a esquerda do Adriático perdura a arquitectura latina, tocada muito embora de influências orientais, especialmente



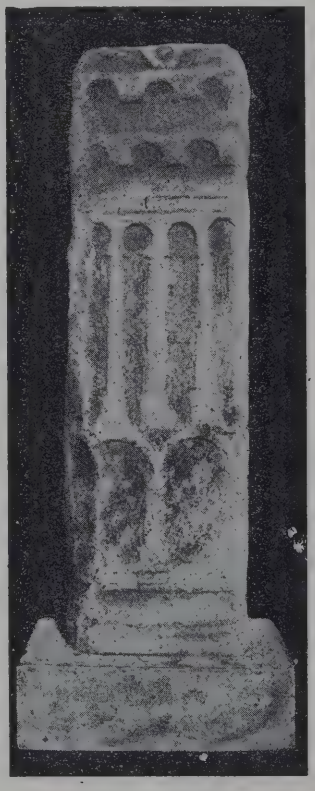
II — Lage sepulcral de Mértola do século VI, de Andreas, «princeps cantorum».

(Cl. Alfredo Cândido)

ca, (nome que engloba todos os bárbaros invasores), as fases árabe e moçárabe, representando esta última combinação das artes anteriores sob o domínio maometano.

Da arte denominada visigótica, que se desenvolve na Península sob o domínio dos germânicos, nos ocuparemos neste capítulo.

À data em que a torrente bárbara corroía e desagregava os restos da unidade imperial, o mundo antigo aparece repartido, sob o ponto de vista artístico, em três manchas distintas, norte, oriente e ocidente, estas separadas pelo Adriático. Para a direita da Itália, gregos da Europa, Ásia e África, sírios, arménios e persas



III — Pilastra (Museu de Beja)

A face principal da pilastra está adornada, no fuste, com dois andares de arcadas; na parte superior, que representa o capitel divisam-se estilizações de folhas de acanto dando a impressão de arquilhos ultrapassados.

(Cl. do autor)

(Cl. do autor)

ESTELAS DO CEMITÉRIO JUNTO À «KASBAH» DOS OUDAIA, EM RABAT (MARROCOS)

Numa das estelas vêem-se arcos como os das lápides romanas e cristãs; noutra distingue-se uma arcada de rebôrdo lobulado.

e 3 ábsides, em que as colunas eram totalmente substituídas por pilastras a que se adossavam meias-colunas (origem do pilar composto), e em que o telhado desaparecia para dar logar à abóbada, *o que tudo conduziu à arquitectura românica*. O espírito da época tendia, na parte estrutural, à conservação dos tipos latinos, modificados por inevitáveis influências bizantinas e pelas necessidades de consolidação, diversas consoante os materiais empregados. Na ornamentação, uma mistura variàvelmente doseada de elementos clássicos, bizantinos e nórdicos, dava a medida da confluência de contributos e da receptividade ou eclètismo de quem os utilizava.

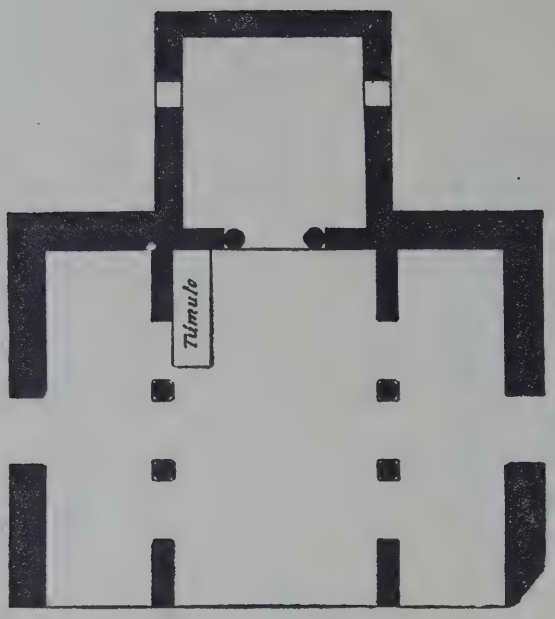
A arte peninsular dos séculos V ao X — posta de parte a arte exótica dos invasores muçulmanos — subordina-se aos mesmos princípios e tendências ocidentais, podendo distinguir-se nêsse espaço seis vezes secular três grupos de obras: um primeiro, que alcança o século VIII e documenta

decorativas. No vago norte, da densa floresta germânica aos fjords escandinavos e ás estepes scíticas, onde a arquitectura não se arreigara, o esfôrço artístico concentra-se na metalurgia e na sumptuária, artes divagantes por excelência.

Na Itália Central, fóco cultural do ocidente, conservara-se rigorosamente a basílica latina, com a planta de 3 naves e uma ábside, de arcadas de volta plena sustentadas por pilastras entremeadas com as colunas, coberta com armação de madeira; na decoração aproveitavam-se os trechos esculpidos antigos, ou imitavam-se êsses trechos. Mas na Itália do norte, onde os lombardos dominavam desde o século VI, verificava-se a partir do século VIII a transformação dêsse tipo basilical para outro de 3 naves

(Cl. do autor)

MONUMENTOS-CABECEIRAS DO CEMITÉRIO DE BAB-FETOUH, EM FEZ, COM REPRESENTAÇÃO DE PORTAS DE DIVERSOS MODELOS.



PLANTA DA IGREJA DE BALSEMÃO

(Desenho do Dr. Albano Sardoeira)

a arte visigótica; dois outros grupos posteriores representando o esfôrço artístico dos dois mundos hispânicos, distintos mas sincrónicos, o moçárabe ou cristão submetido, e o arturiense, ou cristão independente.

Segundo Lampérez y Romea, o arquitecto ilustre, autor da *Historia de la arquitectura cristiana española en la edad media*, êsses três grupos distinguem-se por características estruturais e decorativas, que resume da seguinte forma:

No grupo visigótico conservam-se em certo estado de pureza as fórmas herdadas da arquitectura hispano-romana, com alguma mistura de elementos bizantinos abastardados pela distância e diversidade de meio, e pela comparticipação do gosto bárbaro do povo visigodo, o que produziu um conjunto de obras de arte degenerada, todavia faustosa e brilhante.

No grupo moçárabe acusa-se a continuação da arquitectura visigótica, mas decaída e alterada por elementos secundários de estilo maometano, cristalizando-se na decoração certas formas tradicionais, com evidente tendência para constituïções particularistas.

No grupo asturiense, a arquitectura visigótica na sua maior decadência é ainda a que inspira os constructores, em obras pobres e de grande singeleza, notando-se para o final do período em que tal arquitectura vigora um renascimento executado sôbre modelos locais, que se antevê fecundo, mas que a introdução do românico francês interrompeu em breve na sua marcha.

Os monumentos arquitectónicos, indiscutìvelmente da época visigótica, que chegaram até nós, datam do último quartel do século VI, correspondendo ao período em que se realiza na Península uma relativa unidade social e cultural, após o reinado de Atanagildo (554-567). A Lampérez y Romea e a Gómez-Moreno se devem principalmente o estudo e divulgação dêsses monumentos, que o primeiro repartiu, consoante neles se fizeram sentir mais as influências latinas ou bizantinas, em duas escolas.

Caracterizam os monumentos da primeira; o traçado rectangular da planta, a forma prismática do conjunto exterior, o emprêgo da madeira nas coberturas, e a existência de pormenores de estilo clássico. Apresenta-se a basílica de S. Juan de Baños como padrão dessa escola.

(Cl. Dr. Aarão de Lacerda)

UM DOS CAPITEIS DAS NAVES DA IGREJA DE BALSEMÃO

Definem os monumentos da segunda: a adopção de planta quadrada ou em forma de cruz grega, a disposição em pirâmide do aparato externo, a aplicação da abóbada como elemento de cobertura, e a presença de motivos de estilo bizantino; com exemplificação no baptistério de S. Miguel de Tarrasa e em Santa Comba de Bande (Orense).

Basílicas, *delabra* (baptistérios), oratórios, capelas consagradas a mártires, restos de cenóbios e mosteiros, construções religiosas diversas, a que Santo Isidoro se refere no capítulo *De edificiis sacris* das *Etimologias*, subordinaram-se a essas duas feições, que em Portugal possuem uma representação reduzida, mas digna de consideração.

Uma característica comum às duas escolas é a do emprêgo do arco semicircular ultrapassado, que habitualmente se denomina *de ferradura*. Um estudo do professor Gómez-Moreno, intitulado *Excursión á través el arco de herradura*, publicado em 1906 na revista *Cultura Española*, ministra-nos sôbre tal arco e o seu emprêgo desenvolvidas informações.

(Cl. Dr. Aarão de Lacerda)

ARCO DA CAPELA-MOR DA IGREJA DE BALSEMÃO (LAMEGO)

O arco de ferradura foi, posteriormente, alteado pela intercalação de aduelas, vendo-se as impostas de grande rôlo e o começo das insculturas que as acompanham.

Desde que o escritor Quadrado salientou a existência dêste arco na igreja visigótica de S. Juan de Baños — fundada por Recesvinto em 661, quando, voltando de sufocar uma rebelião de vasconços, caiu doente e guareceu nos Baños de Cerrate —, deixara de supor-se que o arco de ferradura tinha sido uma invenção dos andaluzes muçulmanos. Mas o encontro de lápides em que êsse típico arco era representado desde o século II d. C. estendeu e avolumou o interêsse do problema, pois permitiu atribuir-lhe uma antiguidade maior, e origem ibérica.

As mais antigas lápides onde o arco aparece são estelas sepulcrais pagãs descobertas nos arredores de Astorga, cujas epígrafes correspondem, pelos tipos de letra, ao referido século II e ao III: a lápide de L. Emílio Valente, com arco ultrapassado, incluindo um suástica, pesando sôbre colunas clássicas; a do sol-

(Cl. Dr. Aarão de Lacerda)

CAPITEL E IMPOSTA DO ARCO DA CAPELA-MOR DA IGREJA DE BALSEMÃO (LAMEGO)

dado L. Campilo Paterno, em cuja parte inferior se divisam dois arcos gémeos, ambos de volta mais que semi-circular; e a da mulher de um certo Flavo na qual se divisam 3 arcos do mesmo tipo, o central mais largo. De Leon e dos arredores de Zamora há mais estelas dêsse tipo, e elas abundam igualmente na zona oriental fronteiriça da nossa província de Trás-os-Montes, recolhidos os exemplares conhecidos quási todos nos museus de Bragança, e Etnológico, de Lisboa.

Em contrário de Gómez-Moreno e Lamperez, o etnógrafo E. Frankowski, em *Estelas discoideas de la Peninsula Iberica* (Madrid — 1920) entende que êsse arco nada tem que ver com o arco de ferradura arquitectónico, e que o seu recorte ultrapassado representa apenas a estilização reduzida da estela antropomorfa, repetida assim a sobrevivência ritual sôbre a verdadeira estela.

Algumas vezes terá razão Frankowski, e o arco ultrapassado da estela não será mais que a esquematização da cabeça e ombros do corpo humano, que a estela discóide em última análise figurará. Mas em muitos casos não há que duvidar, pelo lançamento dos arcos, assento dos respectivos extremos e motivos puramente arquitectónicos, que se procurou reproduzir um pormenor construtivo, sendo tal figuração considerada pelos que a empregavam como a representação das portas do céu, ou de um santuário, o que abundantemente documentam as estelas e construções funerárias, antigas e modernas, dos cemitérios marroquinos dos Oudaias, de Rabat, e de Bab-Fetouh, de Fez. O sentido primitivo da figuração será talvez o que Frankowski aventa, mas a sua transformação em motivo arquitectónico é um facto; e se essa transformação se não fez de acôrdo com formas existentes, foi então a geradora dessas formas, de que os monumentos do século VII nos apresentaram os frutos em plena maturação.

Depois das estelas romanas das concas do Esla e do alto Douro, cita Moreno as plantas de êxedras em ruínas do período da decadência de S. Julian de Valmuza (Salamanca), e do santuário do Arnal (Leiria) cujo solo estava coberto com um mosaico ostentando uma figura de Orfeu. A mesma forma mostram os arcos dos nichos de um edifício romano de Tróia, que Maximiano Apolinário classificou de *columbarium*.

Nas lápides cristãs peninsulares tal forma aparece com maior freqüência, vindo à cabeça da série uma de Mértola, datada de 525, indicadora do enterramento de *Andreas*,

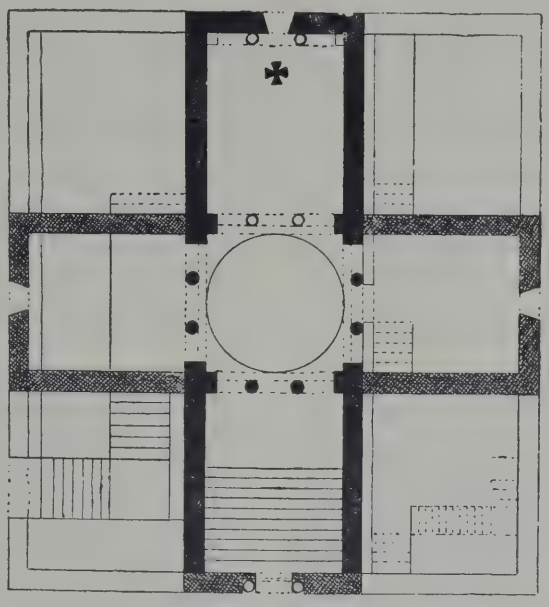
(Cl. Dr. Aarão de Lacerda)

CAPITEL E IMPOSTA DO ARCO DA CAPELA-MOR DA IGREJA DE BALSEMÃO (LAMEGO)

famulus dei, princeps cantorum sacrosancte aeclisiae Mirtilliane. Essa estela reproduzida em fotografia de um calco na revista portuense *Arte*, em 1908, por Joaquim de Vasconcelos, apresenta o *Crismon* incluído num arco de ferradura assente sôbre colunas caneladas torsas.

Ajimezes provenientes de basílicas andaluzas ou lusitanas (de Mérida) aparecem encabeçados com o mesmo tipo de arco, confirmando a anterioridade de tal feição ao domínio árabe. É porém em Castela, favorecida pela hegemonia visigótica de Toledo, côrte sumptuosa e rica, que maior número de edifícios religiosos se conservam dêsse tempo, dos quais o mais antigo será provàvelmente a igreja de S. Romão de Hornija, fundação de Chindasvinto.

Além da cronologia, outro elemento diferencia freqüentemente o arco ultrapassado visigótico do arco muçulmano de ferradura: a sua abertura; sendo o primeiro normalmente ultrapassado na curva dos extremos sòmente um têrço do raio, e o segundo metade.



I — Planta da Capela de S. Frutuoso

(Aguiar Barreiros)

II — A tríplice arcada de arcos ultrapassados que dá acesso ao centro do santuário de S. Frutuoso

(Cl. Dr. Aarão de Lacerda)

Não aparecendo tal tipo de arco exclusivamente na Ibéria, — citando Choisy exemplos da Frígia, donde o supõe originário, Texier, espécimes da Pérsia, Ásia Menor e Síria, e Bréhier modelos do Diehl e oriente cristão primitivo —, haverá porventura direito de considerar o seu emprêgo como feição ibérica? Para Gómez-Moreno com certeza, pois no Oriente tal arco não caracteriza nenhum estilo, nem foi exclusivo de qualquer arquitectura, ao contrário do que sucedeu em Espanha.

A divulgação dêste arco alheio a toda a conveniência estrutural e surgindo numa área limitada, parece levar lògicamente à suposição de que se trata de uma forma originária da região onde se manifesta mais poderosamente, devendo-se a sua aceitação talvez a moda imposta por uma das capitais, que tomaram porventura o modêlo da arte indígena comum, conceda-se mesmo que dos arcos decorativos das lápides funerárias.

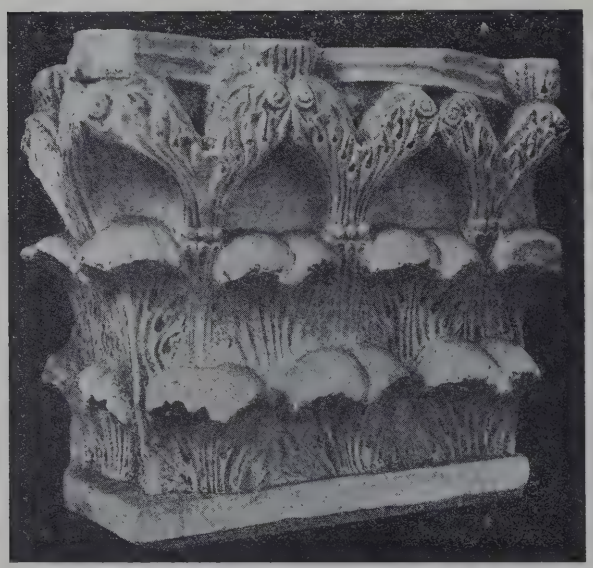
Certo é que o referido tipo de arco foi conhecido entre a decadência ro-

mana e invasão árabe, cabendo portanto o seu desenvolvimento ao período do domínio bárbaro, em especial ao dos visigodos, na Península.

*

* *

A ocupação bárbara não parece ter trazido para as cidades da Lusitânia e Galécia portuguesa mudança sensível na situação ou hegemonia provincial. Documentos epigráficos ou numismáticos, concernentes a Mérida, Osso-



(Foto-Académica — COIMBRA)

REPRODUÇÕES DE MOLDAGENS DE CAPITÉIS DO SANTUÁRIO DE S. FRUTUOSO

(Museu de Coimbra)

noba, Myrtilis, Pax Júlia, Évora, Alcácer do Sal, Olísipo, Conímbriga, Emínio, Veseo, Egitânea, Portucale e Brácara, revelam-nos que essas povoações perduravam, não fazendo a mudança da capital para Toledo, perder importância ao sul da Lusitânia e à Bética. Como escreveu Gonçalo de Reparaz, o notável geógrafo ibérico, sob os visigodos Sevilha foi o foco da cultura cristiano-africana tradicionalista, em oposição a Toledo. E a vizinhança do Algarve e do Alentejo da região sevilhana deve ter influído na evolução artística das nossas cidades meridionais. A época visigótica encontra-se documentada no sul, especialmente por peças de arte avulsa. Os monumentos arquitectónicos mais importantes que nos restam dêsse tempo, as capelas de Balsemão, junto a Lamego, e S. Frutuoso, perto de Braga, estão porém situados no Minho e Beira-Alta duriense.

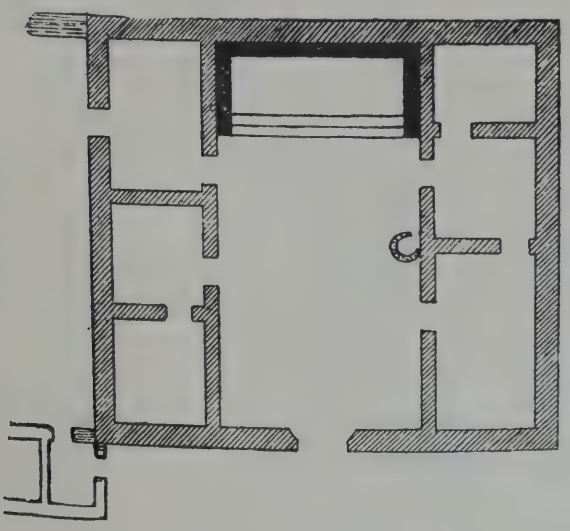
Perto da velha cidade episcopal de Lamego, a capela de Balsemão esconde sob a capa

FRAGMENTO DO FRISO DECORATIVO EXTERIOR DE S. FRUTUOSO

banal de uma restauração seiscentista uma jóia da arquitectura primitiva do País, um santuário basilical singelo, de tipo latino, para uns atribuível ao VII século, para outros mais antigo ainda.

Transposto o portal cuja verga rodeiam inscrições latinas mandadas cravar ali pelo restaurador, Luís Pinto de Sousa Coutinho, em 1643,

encontramo-nos num recinto retangular dividido em três naves por trôços de muros e arcadas de três vãos, cujas extremidades pesam sôbre impostas de grande rôlo encorporadas nas paredes, e as bases dos arcos sôbre colunas. Prolonga o recinto uma ábside rectangular, a que um forte arco de cruzeiro assente nas mesmas típicas impostas dá entrada.



PLANTA DO DESTRUIDO SANTUÁRIO DE S. MIGUEL DA MOTA (ALANDROAL) SEGUNDO DESENHO DE GABRIEL PEREIRA

Nos arcos dos vãos laterais e no do cruzeiro verifica-se, — nos primeiros a-pesar-da ablação do derradeiro silhar dos extremos, que fazia a curva do semi-círculo ultrapassado, no último, mau grado o seu alçamento por meio de aduelas intermédias —, que a forma primitiva foi a ultrapassada ou de ferradura visigótica característica; o que, junto à planta basilical do monumento e à sua ornamentação, levou Lamperez a considerá-lo do século VII, opinião confirmada pela do professor Gómez-Moreno. Recentemente Helmut Schlunk, moço investigador delegado na Península do *Künsthistoriches Institut* da Universidade de Berlim, aventou a possibilidade de um recuo da cronologia de Balsemão para o fim do século VI.

Os capitéis são do tipo coríntio degenerado, e alguns, segundo a opinião de Joaquim de Vasconcelos devem ter sido talhados sôbre o modêlo antigo. Mas para lá desta escultura clássica aparece no monumento toda uma série de insculturas decorativas de aparência bárbara, cujos motivos o primeiro milénio da nossa era conheceu e adoptou, persistindo alguns na arte popular até à actualidade.

Das impostas citadas, a ornamentação que as reveste continua-se até ao extrêmo das paredes em motivos seguidos, de cordões, círculos concêntricos, círculos encadeados com losangos, gregas de S deitado, espinhas e dentes de serra, uns de ascendência pre e proto-histórica, outros divulgados na decadência romana, outros finalmente vulgares no páleo-cristão e no visigótico. Elementos isolados, como a roseta sexifólia, o suástica, a folha de hera estilizada, aparecem também nos mosaicos e nas inscrições latinas. O cordão, possível continuador da típica *trança* romana, sublinha as decorações visigóticas.

Todos êstes motivos se repetem em várias gradações evolutivas em numerosos monumentos espanhóis, visigóticos, moçárabes e asturianos, Santa Comba de Bande (Orense), S. Pedro de la Nave (Zamora), S. Millan de Suso, Santa Cristina de Lena, Santa Maria de Naranco, etc.

TABULEIRO DECORATIVO ENCONTRADO NAS RUÍNAS DO SANTUÁRIO DE S. MIGUEL DA MOTA (ALANDROAL), SEGUNDO RECONSTITUÏÇÃO DE ALFREDO CÂNDIDO

(Museu Etnológico Português)

No seu livro *S. Pedro de Balsemão e S. Pedro de Lourosa* (Coímbra-1927) o professor José Pessanha supõe que as modificações feitas no santuário consistissem: quanto

à planta, apenas na supressão das ábsides laterais; quanto aos alçados, no alteamento do arco triunfal; na eliminação dos arcos que, no tôpo das naves laterais constituíam as portadas dos absidíolos, na diminuição dos arcos longitudinais, e na obstrução da porta principal, voltada ao ocidente.

Esperemos que sondagens e escavações realizadas no edifício e no terreno sôbre que êle assenta, esclareçam o interessante problema das transformações de Balsemão.

*
* *

(Cls. do autor)

RUÍNAS DO BAPTISTÉRIO DE S. MIGUEL DE ODRINHAS (SINTRA)

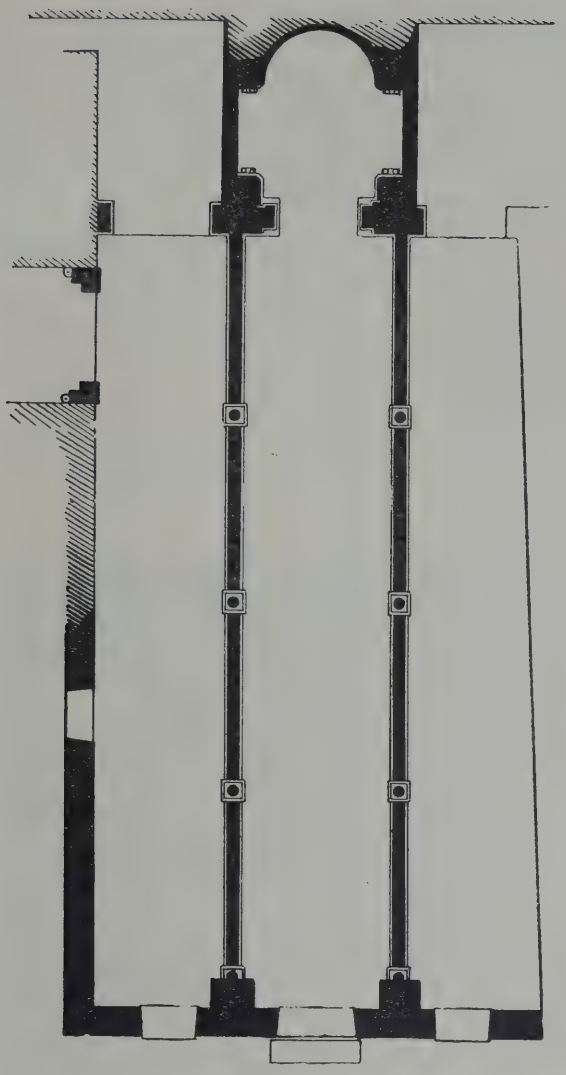
Aspectos exterior e interior.
No último nota-se a nascença da cúpula.

Segundo corógrafos e historiadores antigos em S. Jerónimo de Real, nos arredores de Braga, existiu um templo consagrado a Esculápio, sôbre as ruínas cristianizadas do qual se ergueu no VII século, por devoção do bispo de Dume, S. Frutuoso, um mosteiro para monges beneditinos, consagrado ao Salvador. Êsse mosteiro seria destruído pelos mouros, escapando a igreja, que continuou dedicada ao culto cristão. Passando a área do convento a propriedade arquiepiscopal, foi a igreja reedificada em 1523 por D. Diogo de Sousa, que nela estabeleceu os capuchos da Soledade, donde lhe veio a designação que conserva, do Convento de S. Francisco. Em 1728 empreendeu-se a reconstrução do templo, — que é o actual — no qual deixaram engastado um trecho arcaico de construção dumiana.

Vários autores contemporâneos se ocuparam dêsse venerável arquétipo cristão, tendo-o monografado: o arquitecto E. Korrodi, o professor José Pessanha e o arqueólogo bracarense P.e Aguiar Barreiros.

Entrando na igreja pela porta principal encontra-se, do lado direito, em nível bastante superior, uma construção de planta quadrada, de 5,m37 de lado, com os muros vasados de arcos, um despejado dando acesso a uma espécie de capela-mor rectangular, que prolonga a quadra, os outros envolvendo cada qual um grupo de 3 arquinhos, sendo o central mais ancho. Cobre o edifício uma cúpula de tijolo, de perfil um pouco abatido, assente sôbre pendentes.

Os arcos são ultrapassados à maneira visigótica, o que melhor se revela nos incluídos.



PLANTA DA IGREJA DE SANTO AMARO, DE BEJA (NA IDADE-MÉDIA DA INVOCAÇÃO DE *Santa Maria da Graça,)* LEVANTADA PELO AUTOR. NOS FLANCOS DA CAPELA-MOR FORAM ABERTOS DOIS ARCO-SÓLIOS SEPULCRAIS.

As pilastras ou pés-direitos dos grandes arcos pertencem ao tipo clássico, e à mesma tradição obedece a forma dos capitéis e impostas de mármore, de um compósito em que as folhas de acanto degeneradas se sobrepõem em três andares, os inferiores de folha simples, o superior de folha bipartida. Se a inspiração é latina, a execução incorrecta, minuciosa, com tendência para a geometrização dos ornatos naturalísticos, e o emprêgo do trépano (broca) refletem a influência bizantina.

Externamente a construção é um corpo quadrado coroado por um telhado de quatro águas, alçado como uma lanterna, o que evoca a disposição de certas igrejas moçárabes e asturianas de Espanha.

Sob o beiral corre uma forte moldura levemente esculpida, sustentada pelos arquilhos da cornija, que denunciam na maioria a forma ultrapassada. Acompanha o exterior um friso lavrado de um cordão sôbre o qual se alongam semi-círculos em série, incluindo trifólios, ornato caracteristicamente visigótico freqüente em Beja, e que perdura no moçárabe, por exemplo em S. Miguel de la Escalada. Edifício com cúpula central, manifestando influências peninsulares e orientais, por disposição estrutural e arranjo de pormenores incluído na escola bizantina do visigótico espanhol, — do mesmo tipo quadrado com cruzeiro central, a que pertencem segundo Gómez-Moreno, a mesquita do Cristo de la Luz, em Toledo, e San Martin, em Segóvia —, a capela de S. Frutuoso a-pesar-das suas dimensões exíguas é um dos mais interessantes monumentos remanescentes da alta Idade-Média ibérica.

A disposição dos arcos, em grupos de 3, abrangidos por outro maior, típica feição bizantina que em S. Vitale de Ravena se adoptou no século VI, o ultrapassamento das voltas, o tipo da escultura interna e exterior, colocam além disso o monumento dentro do século VII, o que dá toda a fôrça probatória à tradição de uma fundação dumiense.

(Foto-Albuquerque — BEJA)

CAPITEL DE SANTO AMARO, DE BEJA (N.º 4)

(Foto-Albuquerque — BEJA)

CAPITEL DE SANTO AMARO (N.º 6)

*

* *

Êstes os monumentos arquitectónicos cuja origem podemos atribuir com segurança ao século VII. Outros existem porém de cronologia menos segura, mas que devem congregar-se no mesmo aprisco: o perdido santuário de S. Miguel da Mota (Alandroal); o baptistério de Odrinhas, e a capela de Santo Amaro (Beja).

Sôbre o outeiro de S. Miguel da Mota, a 290 metros, ergueu-se acolhedor durante a época romana, e naturalmente desde tempos muito anteriores, o santuário de Endovélico, divindade indigena, *genius loci* e deus salutífero. Substituídos os cultos luso-romanos pela religião nova, o local foi cristianizado, aparecendo-nos desde a mais antiga referência documental sob a invocação de S. Miguel, arcanjo tutelar da Medicina.

O templo romano foi destruído ou modificado, construindo-se em época incerta sôbre as suas ruínas um santuário de 3 naves, à maneira basilical, como uma planta levantada em fins do século XIX por Gabriel Pereira, e publicada em 1889 no 3.º volume da *Revista Archeologica*, de Borges de Figueiredo, deixa antever.

(Foto-Albuquerque — BEJA)

CAPITEL DE SANTO AMARO (N.º 2)

(Cl. do autor)

CAPITEL DE SANTO AMARO (N.º 5)

Que essa construção de 3 naves não era o templo romano primitivo indica-o claramente o facto de nas paredes se encontrarem integrados variados ex-votos de pedra, como aras, tábulas e estátuas; e que o edifício não podia ter sido reconstituído nas épocas românica ou gótica, conclui-se de circunstâncias de ordem técnica e histórica.

Por outro lado é flagrante a semelhança de plano com Balsemão, a-pesar-da falta

de ábsides talvez perdidas nalguma restauração, pois da *Crónica dos eremitas de Santo Agostinho*, de Frei António da Purificação (1656), consta que o 5.º duque de Bragança, D. Teodósio, mandou derrubar o santuário, que mais tarde foi reconstruído. Gabriel Pereira duvida, e com razão, de tal derrubamento, pois nêsse caso o duque aproveitaria as lápides, transportando-as a Vila Viçosa, o que fez com outros monumentos epigráficos. E a verdade é que, no desmontar das paredes, Leite de Vasconcelos encontrou uma rica colecção de epígrafes e figuras.

(Cls. do autor)

I — Pilastra visigótica ornamentada nas quatro faces (Altura: 1,m85)

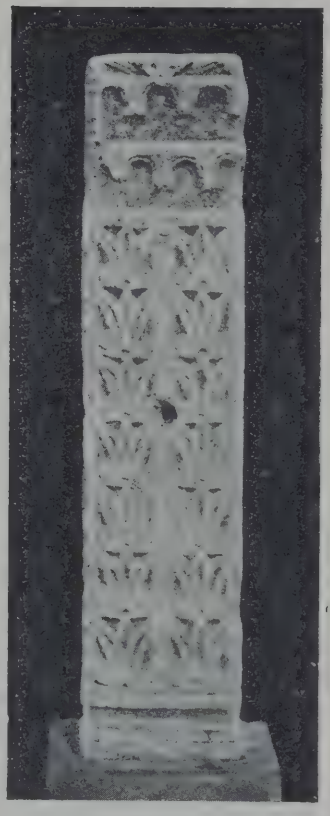
II — Flanco da pilastra visigótica menor (Altura: 1,m37)

III — Uma das faces da pilastra maior

(Museu de Beja)

tro, inclusa num aro circular traçado obliquamente em imitação de uma corda, ressalta uma cruz de braços iguais, côncavos nas extremidades, riscados de semi-círculos, quadrados e triângulos, que pretendem representar a decoração das peças metálicas e as pedras engastadas; nos intervalos das hastes, na parte superior há rosas e pombas; nos escações inferiores, entre os cantos e o círculo, vêem-se trifólios semelhantes no gôsto e no trabalho, aos ornatos do friso externo da capela de S. Frutuoso.

Noutro fragmento de tábula



Entre as pedras trazidas de S. Miguel da Mota para o Museu Etnológico figuram algumas insculpidas com lavores e motivos caracterizadamente posteriores ao domínio romano: pedaços de duas tábulas, uma pia e uma base ou imposta. Os tabuleiros são contemporâneos, do mesmo estilo e autor. Uma cercadura imitando a chamada trança romana, envolvia o rectângulo do maior, em cujo centro divisa-se um ornato arquitectónico que evoca os das estelas mirtilienses, sobrepujado por uma pomba. A imposta é adornada de dois cordões estilisados com o tracejado divergente, como em Balsemão. As semelhanças verificadas entre as peças descritas e outras cuja cronologia é segura permitem-nos abranger no grupo visigótico o santuário de S. Miguel da Mota.

(Cl. do autor)

PIA VISIGÓTICA QUADRADA, COM 0,m63 DE LADO E 0,m35 DE ALTO

(Museu de Beja)

*

* *

O *baptistério* de Odrinhas mereceu um estudo ao arqueólogo Félix Alves Pereira, publicado em *O Archeologo Portuguez* (1914 — vol. XIX), e já antes merecera a Gabriel Pereira referência em *A Vila da Ericeira* (1905).

Odrinhas, do concelho de Sintra, é uma povoação salóia sôbre a estrada nova que vai à Ericeira, afastada da qual, um quilómetro para nordeste, se ergue a igreja paroquial, como o santuário do Alandroal, da invocação de S. Miguel. A volta da igreja, sob a alpendrada que a resguarda de frente e lado, e dentro do próprio templo encontram-se numerosas inscrições romanas gravadas sôbre os belos mármores da região, o que revela a existência de uma povoação importante perto. Logo junto da igreja, mas isolada, levanta-se uma construção circular de paredes espessas, de aparelho regular de pedra escolhida de paralelipípedos alongados, que foi coberta por uma cúpula também de pedra, cuja volta se obteve pela disposição de lages em sacada. É o que resta de um baptistério cristão primitivo.

A circunstância de deparar com o edifício acompanhado de numerosos monumentos romanos e ainda o facto de ter encontrado, no próprio recinto, uma pedra lavrada que classificou de cabeça de uma ara pagã, levaram Alves Pereira a considerar a construção como o remanescente de um monumento funerário romano. Pôsto que admita que o pequeno aparelho empregado em Odrinhas se usou na alta Idade-Média, e que os baptistérios eram levantados junto das basílicas, repele a classificação última por não encontrar antigualhas cristãs perto.

(Cl. do autor)

ÁBACO DE CAPITEL VISIGÓTICO
LADO: 0,m60; ALT.: 0,m22

(Museu de Beja)

(Cl. do autor)

FRAGMENTO DE FRISO OU IMPOSTA, VISIGÓTICO

(Museu de Beja)

Para nós o monumento é cristão arcaico, não podendo descortinar-se-lhe outra utilização senão a de baptistério, pois a sua construção é evidentemente posterior à decadência romana.

Na época romana o material empregado seria naturalmente o tijolo.

Quanto à cabeça da ara, que é adornada nos frontões com uma cruz de braços iguais, uma roseta de dez folhas e outra sexifólia, — ornatos comuns no baixo império e transição bárbara —, o seu encontro casual no interior nada pode indicar quanto à sua primitiva situação ou significação.

Mede o edifício 5,^{m} 40 de diâmetro interno; sendo a espessura das paredes 1,^{m} 25, e a sua altura máxima 4 metros.

*
* *

A capela de Santo Amaro, em Beja, na (Idade-Média, Santa Maria da Graça) que conhecemos e estudamos em 1917, é uma construção erguida fora da cêrca forte do Castelo dessa cidade, para o lado poente, sob a protecção altiva da formidável tôrre de menagem.

(Cl. do autor)

FRAGMENTO DECORATIVO

(Museu de Beja)

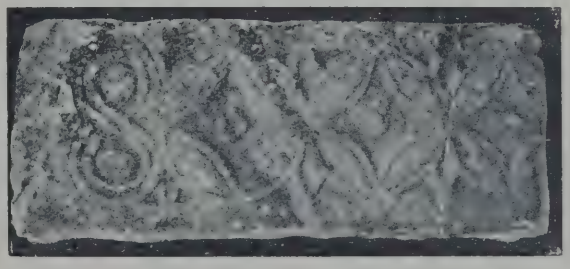
Desafectada e servindo hoje de celeiro, a capela não apresenta exteriormente na sua fachada simples, flanqueada de uma tôrre modesta, qualquer sinal de vetustez. No interior porém, restaurado na quási totalidade porventura no século XVII, além de uma capela de renascença clássica, que se projecta para o lado do norte, e de duas edículas tumulares góticas escavadas nos muros da ábside central, a disposição geral e certos pormenores construtivos permitem considerar o edifício como o remanescente de uma basílica cristã, visigótica ou moçárabe, anterior à divulgação do românico na região.

(Cl. do autor)

TABULEIRO OU PLACA DECORATIVA

(Museu de Beja)

De facto o edifício, de planta levemente trepezoidal, dividido em 3 naves separadas por arcadas largas, cujas extremidades se encorporam do lado da cabeceira nos muros, e pesam do lado contrário sôbre colunas adossadas em trôços de parede que iniciam a divisão tripartida, e cujos arcos assentam sôbre colunas antigas providas de capitéis variados, típicos todos da decadência romana e dos tempos subseqüentes, não pode evidentemente ter sido levantado posteriormente ao conhecimento do gótico, como os arco-sólios da ábside revelam. É portanto anterior. E como a velha Beja



(Cl. do autor)

ORNAMENTAÇÃO DOS FLANCOS DO TABULEIRO

(Museu de Beja)

(Cl. do autor)

CAPITEL DE ALCÁCER DO SAL

(Museu Municipal)

cristã não conheceu o românico, e todos os capitéis empregados na construção são de feição anterior ao milénio, é lógico vêr-se no santuário uma igreja pobre seguindo a tradição basilical, construída de restos, em ocasião em que o cristianismo não possuía uma escola de arte peculiar, naturalmente sob o domínio local muçulmano.

O chanfro das arestas dos arcos, — empregado comummente na idade média e no renascimento —, indica que êles não são os primitivos, os quais não poderiam também ser tam largos. Mas a utilização sistemática de colunas, bases e capitéis antigos, contraria as conclusões dubitativas da ancianidade do edifício, que dessa circunstância se tirassem.

É possível que outros absidíolos terminassem as naves laterais.

Nos pormenores construtivos do templo encontramos uma interessante documentação sôbre a escultura bejense na alta Idade-Média.

As colunas de Santo Amaro são de fuste cilíndrico irregular, compostas algumas vezes de trôços acrescentados. Das que se adossam aos muros iniciantes da separação das naves, uma apresenta-se monolítica, estriada obliquamente, provida de base e capitel tipicamente visigóticos, em pirâmide truncada, mas desadornados. Entre os capitéis existem variados tipos de arte e trabalho, podendo apontar-se semelhanças do 1.º com um de S. Roman de Hornija; do 4.º com outros de Sahagun e Santiago de Penalba; do 5.º, o mais belo da série, com espécimes de S. Roman de Hornija e San Cebrian de Mazote; do 6.º com exemplares das igrejas anteriores e ainda com outros de Santa Maria da Ribeira e S. Miguel de Escalada. O 2.º é uma degenerescência de capitel jónico, que fica em categoria áparte. Em Idanha-a-Velha, recolheu-se também boa porção de exemplares de capitéis da época tardia romana, e transição.

*

* *

Além dos monumentos apontados conservam-se no País especialmente no sul, muitas pedras lavradas de carácter religioso ou funerário, que devem colocar-se a seguir aos monumentos, umas porque fizeram parte integrante deles, outras porque nelas se representam trechos arquitectónicos. Nêsse campo Beja, a clássica Pax-Júlia, é a nossa capital, como Mérida o é do visigótico espanhol.

Desde 1917 que no Museu Municipal dessa cidade, onde as pedras se acumulavam empilhadas, procuramos separar entre os monumentos romanos e góticos, os visigóticos que

(Cl. Alfredo Cândido)

PILASTRA ENCONTRADA NO CASTELO DE SINES

(Museu Etnol. Português)

(Cl. Barcia)

FRONTAL ENGASTADO NOS MUROS DA SÉ DE LISBOA

com êles se encontravam misturados. Mas só o transporte das espécies para o claustro do Convento da Conceição, em 1927-28, permitiu que essa riqueza arqueológica se manifestasse em plena luz. Na praça do claustro do mosteiro de Sóror Mariana alinham-se agora pilares, anteparos, impostas e capitéis que não ficam atrás dos de Mérida, em dimensões e beleza de ornamentação.

As peças principais do conjunto visigótico são duas pilastras de pedra azulada da região, uma de 2^m, outra de $1,^m5$ de alto, esculpidas em todas as faces.

A mais alta aparece dividida em 3 secções, como que formando base, fuste e capitel, sendo o fuste inteiramente revestido de um quadriculado de 14 casas por face, preenchido o interior de cada compartimento por palmetas estilizadas. No capitel, em logar das folhas de acanto encontramos séries de arquilhos ultrapassados, colocados em dois andares: as folhas de acanto relevadas uniram-se pela parte superior, transformando-se os intervalos em recôvos. Por cima há ainda uma secção da pedra em que se quis recordar a parte superior do capitel, com seu florão central.

Na segunda pilastra encontramos no alto a mesma fileira de arquilhos ultrapassados; porém a frente do fuste é decorada de uma magnífica composição arquitectónica formada por dois andares de arcos, o mais baixo com duas arcadas, o superior com quatro, de voltas nítida e rigorosamente ultra-semi-circulares tais como os encontramos nas estelas leoneses. Os panos laterais são vestidos de uma rede de quadrifólios, com botões nos intervalos.

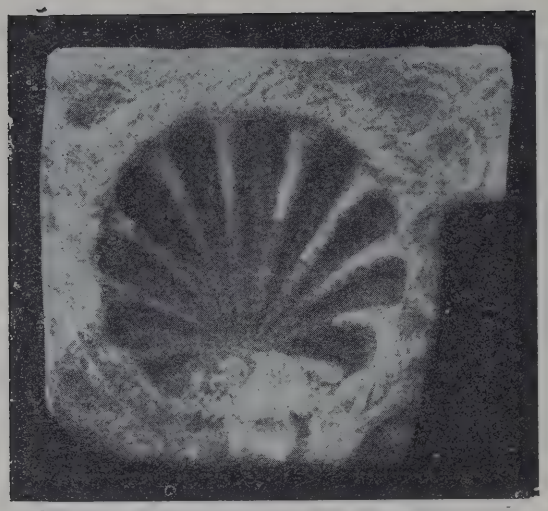
Na horta acantonada dentro dos muros do Alcazar emeritense, hoje denominada do Conventual, e que data do século IX, existe uma magnífica cisterna de fábrica romana, reconstruída com materiais visigodos e árabes. «A parte romana, diz Mélida no *Catálogo* da Província de Badajoz, consiste numa câmara subterrânea construída junto ao dique do Guadiana, de modo que a água se infiltra continuadamente no dito recinto, sendo elevada por alcatruzes que passam por uma abertura da abóbada. Desce-se a esta câmara por ampla escadaria, originàriamente a descoberto, mais tarde dividida em duas passagens, coberta com abóbadas planas que sustentam um depósito para a água extraída do subterrâneo».

Ora na reconstrução da cisterna ou algibe foram utilizados, quer como mainéis de arcos e couceiras de portas, quer como dintéis de aberturas, os belos monólitos de seis pilastras visigóticas, em cuja ornamentação se vi-

(Foto-Académica — COIMBRA)

CAPITEL PROVENIENTE DE MIRANDA DO CORVO

(Museu Machado de Castro)



(Cl. do autor)

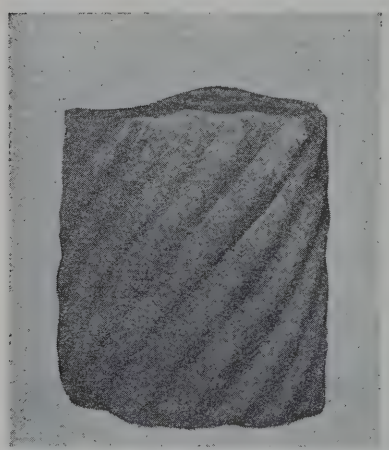
PIA FRAGMENTADA, DE ARTE VISIGÓTICA

O interior parece ter sido escavado posteriormente

(Museu de Beja)

rifica a evolução artística por que se passou em Mérida nos séculos VI e VII, os modelos romano-cristianos em decadência progressivamente esquematizados.

A estilização crescente verifica-se principalmente nos ornatos dos capitéis, em que os acantos se vão geometrizando na nervagem, uniformizando nos contornos e nas curvas, incorporando-se a decoração cada vez mais no cipo, até o ponto de se apagar a nascença das folhas e unir num relêvo almofadado a sua parte superior deixando intervalos que se transformam, de acôrdo com o feitio do arco então generalizado, em arquilhos ultra-semicirculares.



(Cl. E. Cerdeira)

TRÔÇO DE COLUNA ESTRIADO OBLÌQUAMENTE (TRÓIA — SETUBAL)

(Museu Etnológico Português)

Os ornatos dos capitéis das pilastras de Beja pertencem a uma última fase de estilização, podendo comparar-se-lhes um exemplar proveniente de Medina Az-zahra (Córdova-Velha) — onde há vestígios romanos, visigóticos e principalmente árabes —, hoje no *Victoria and Albert Museum*, de Londres, reproduzido em *Spanish Art* (London-1927).

Quanto à decoração de palmetas estilizadas, que veste integralmente o tronco da maior das pilastras bejenses, encontramo-la também na referida espécie de Az-zahra; e ainda em várias peças — pilastras e outras — do Museu de Mérida. A rede de quadrifólios dos flancos da pilastra menor está datada pelas impostas, identicamente esculpidas, de S. Juan de Baños, que é do ano 661.

Este mesmo típico ornato de quadrifólios, formados pela junção de segmentos circulares, encontra-se igualmente fora da lavoura da pedra, na torêutica; decora, por exemplo, o rebôrdo do cilindro da coroa de Recesvinto.

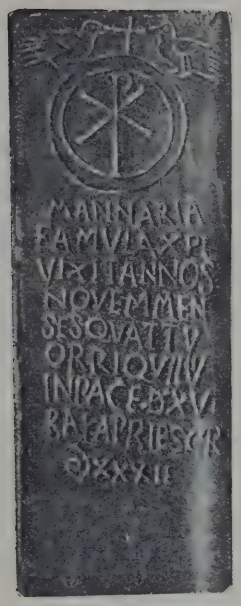
Uma magnífica pia em forma de capitel reveste-se de um ornato foliar estilizado repartido em compartimentos quadrados, trapezoidais e triangulares. O motivo central das tabelas superiores é o mesmo que se repete no friso de S. Frutuoso atrás reproduzido. Êste tipo de pia não foi o único adoptado na época visigótica. No Museu de Mérida existe um exemplar de bôca rectangular rebordada de ornatos, com o corpo piramidal truncado invertido, assente sôbre quatro pés como uma caixa cinerária arcaica. A reprodução em gesso dêste monumento, que existe no Museu Arqueológico Nacional, de Madrid, é acompanhada por um letreiro que atribui o original aos séculos VI ou VII.

(Cl. do autor)

TRÔÇO DE COLUNA ESTRIADO OBLÌQUAMENTE

(Museu de Beja)

No referido museu a colecção de monumentos visigóticos, quási todos provenientes de



(Cl. Alfredo Cândido)

LAGE SEPULCRAL DE MANÁRIA, DE MÉRTOLA (SÉCULO V)

(Museu Etnol. Port.)

Toledo ou arredores, é importante, longe porém do rico conjunto emeritense, único no mundo.

Outra forma de pia é a de recipiente circular cavado numa pedra quadrada, decorando-se as cantoneiras de fólios ou volutas e o rebôrdo da bôca de cordões.

Há exemplos dêste modêlo no Museu de Beja e no Museu Etnológico, o último proveniente do santuário de S. Miguel da Mota, já citado.

Abundam em Beja as características impostas--ábacos de gôsto ravenense, cujo aparecimento data do século V. Duas dessas pirâmides invertidas ostentam de cada lado decorações repartidas por três compartimentos, ora de quadrifólios alternando com rosetas, ora de cruzes de braços iguais e triangulares.

Na igreja paroquial de Don Alvaro (província de Badajoz) existe um ábaco de capitel visigótico com ornamentação de cruzes gregas, como o de Beja, sendo cada cruz inscrita num círculo.

(Cl. do autor)

FRONTÃO COM SIMBOLISMO CRISTÃO PRIMITIVO (SÉCULO V)

(Mueeu de Beja)

Dois fragmentos de friso ou imposta prolongada, do Museu de Beja, apresentam uma decoração idêntica à dos flancos da pilastra menor, com o já citado similar de S. Juan de Baños. Êste ornato, mais ou menos estilizado, reproduzido em entalhe oblíquo, é um dos mais repetidos do conjunto escultural bejense.

(Cl. Alfredo Cândido)

LÁPIDE DE ORANIA, DE MÉRTOLA (SÉC. V)

(Museu de Beja)

Além dos monumentos bejenses dos séculos VI e VII que representam a arte hispano-visigótica na sua fase de maturidade, outros se encontram anteriores, dos séculos V e VI, mais ligados à arte romano-cristã, de que se desentranharam e dependem. Estão também espalhados pelas naves do claustro da Conceição, podendo mencionar-se entre os mais importantes: um pequeno frontão com aves afrentadas, capitéis, uma cruz de gelosia, incluída num círculo, e um trôço de coluna esculpido.

Êsse fuste de coluna, que mede apenas 0,^{m}72 de alto por 0,^{m}30 de diâmetro, mostra duma banda as duas pombas sôbre uma daquelas albarradas de colo estriado tam freqüentes nos mosaicos e sarcófagos da decadência e na arte cristã, e da outra as mesmas aves entre a folhagem simbólica da vide e o cacho bagudo.

É o mais delicado documento da escultura bejense do ciclo.

(Cl. do autor)

TRÔÇO DE COLUNA COM SÍMBOLOS CRISTÃOS (SÉCULO V)

(Museu de Beja)

Em dois capitéis, um de coluna, outro de pilastra, encontram-se na ornamentação as flores de quatro folhas largas e botão central, que se repetem nas lages sepulcrais dos séculos VI e VII, e cuja presença anotamos

(Cl. E. Cerdeira)

FRISO DE UMA CONSTRUÇÃO DA ÉPOCA VISIGÓTICA, PROVENIENTE DE CHELAS (LISBOA)

(Museu Arqueológico do Carmo)

também, levemente modificada, dentro da coroa do frontão das pombas, e nos intervalos dos braços da cruz do tabuleiro de S. Miguel da Mota.

*
* *

Outro grande foco artístico da época visigótica foi Mértola, a antiga e rica Myrtilis. De um cemitério descoberto na vila tivemos conhecimento por uma obra de Estácio de Veiga, notável arqueólogo algarvio.

«O elemento visigótico, com quanto Idácio e Resende o já tivessem indicado em Mértola, escreveu Estácio da Veiga na *Memória das Antiguidades de Mértola*, não estava comprovado por monumentos autênticos, e foi o que eu consegui, descobrindo um extenso campo mortuário dessa época entre a igreja do Carmo e a ermida de Santo António, onde apurei quatorze monumentos epigráficos, uns inteiros e outros em fragmentos, todos gravados em mármores visìvelmente extraídos de edifícios antigos..., assim como descobri numa rápida excavação que fiz no Rossio do Carmo o logar em que parece ter existido a primitiva igreja cristã daquela época».

Êsses monumentos são tábulas de pequena espessura, de mármore grano-lamelar azulado, ou granular branco, em que se gravaram inscrições funerárias acabeçadas pelo *Crismon*, símbolo cristão, ou cruz de braços rectilíneos e triangulares, freqüentemente acompanhada das letras *alpha* e *ómega*. Por vezes a epígrafe encerra-se numa coroa de folhagem, como a de *Orania*. Na lápide de *Mannaria* o *Crismon* inscrito em círculo é sobrepujado por duas pombas afrentadas. Noutras lápides a inscrição confina-se dentro de um motivo arquitectónico, num arco assente sôbre colunas, com o espaço superior ocupado pelo monograma, entre *alfa* e *ómega*. Êsse arco é sempre, nas campas mirtilienses, alteado e ultrapassado, com explicação nas pedras do presbítero *Satírio* e do chantre *Andreas*. A lápide de Andreas apresenta, como atrás referimos, dois arcos encordoados, concêntricos, assentes sôbre colunas estriadas obliquamente.

Mértola guarda, por enquanto, o monopólio dêste tipo de lages campais, pôsto que muitas outras lápides funerárias da época visigótica sejam conhecidas, as quais Hübner reüniu e comentou nas *Inscriptiones Hispaniae Christianae*.

Arte e epigrafia são idênticas nos monumentos ferais de Mértola, Beja ou Évora. Assim a pedra tumbal bejense que assinala a *Depositio Domini* é semelhante à eborense que cindia a *Depositio Pauli*, ambas do século VI. É também para notar que o estilo das campas não variou no espaço quási tri-

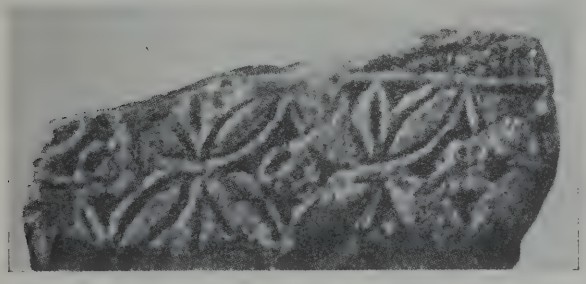
(Cl. E. Cerdeira)

PILAR DA ÉPOCA VISIGÓTICA, PROVENIENTE DO ANTIGO MOSTEIRO DE CHAVES

(Museu Arqueológico do Carmo)

-secular que elas preenchem, o que em rincão tam tradicionalista como o sepulcral não é de espantar.

Alcança dois séculos e meio a cronologia das lápides mirtilienses, dêsde 465 a 702. A mais antiga é a de *Donata*, jovem de 22 anos, falecida em 465, governando aos vi-



(Cl. do autor)

FRAGMENTO DE IMPOSTA DECORADA COM LARGOS QUADRIFÓLIOS, FLOR NOS INTERVALOS E RESTOS DE UM CORDÃO JÓNICO DE CONTAS ESTILIZADAS, NO REBÔRDO SUPERIOR

(Museu de Beja)

sigodos Teodorico II. Seguem-se as de: *Orania* (473), do tempo de Eurico; *Satírio,* presbítero, que governou a igreja local de 476 a 489, dominando Alarico II; *Manária* (494), do mesmo tempo; *Eistellus* (510), sob Amalarico; *Andreas,* o chantre (525), sob o mesmo; *Simplício*, presbítero (537), sob Teudis; *Alândrio* (566), sob Atanagildo; *Afrânio,* presbítero (702), sob Vitiza.

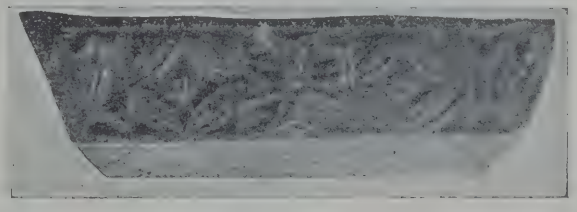
Félix Caetano da Silva que deixou manuscrita uma *História das Antiguidades da Cidade de Beja,* e muitos *apontamentos* para a mesma História, cita e reproduz em tôsco desenho uma lápide de mármore com a inscrição funerária do presbítero *Severo*, falecido em Outubro de 584, reinando Leovegildo, lápide que se encontrava nas escadas da tôrre dos sinos da igreja de Santa Maria, e era muito semelhante à do chantre de Mértola. Êsse e outros documentos conservados ou descobertos no local e imediações, — acrescidos de uma imposta adornada com cruzes centrais entre folhas inscritas em círculos, que encontrámos no terreiro de uma casa vizinha —, pode levar a supor que antecedeu a actual matriz, no mesmo local, uma basílica cristã. Ao mesmo historiador bejense devemos uma referência precisa à antiguidade de Santo Amaro, a extraordinária relíquia atrás descrita na secção das construções. Falando de uma reedificação da igreja de S. Tiago, no fim de século XVI, escreve Félix da Silva:

«A primeira igreja que o Santo Apostolo ali teve foi mais antiga, porquanto no Tombo antigo da Confraria de N. Snr.ª da Graça de Beja, e de uma carta de sentença nelle copiada, alcançada pela mesma confraria em tempo delrey D. Felipe, no anno de 1592, consta que a Igreja de N. Snr.ª da Graça, hoje chamada de S. Amaro foy nos tempos antigos, antes de elrey D. Fernando, a parroquia primeira de S. Iago; e q̃ o dito rey por cauza de guerras e sobresaltos q̃ avia do Campo de Ourique a mandou passar para dentro dos muros da cidade, em o lugar onde se acha. A qual se julga outra vez reedificada em o anno de 1624, porquanto nesse tempo servia de parroquia a Igreja de N. Snr.ª da Graça, como consta do testamento de Brites da Rosa, q̃ jas sepultada na mesma Igreja, feyto nesse tempo».

Além de Santa Maria e da Senhora da Graça, um outro Santuário bejense, a ermida da Guia, conservam pedras esculturadas visigóticas, agora transferidas para o Museu.

*
* *

Fora de Mértola e Beja, além-Tejo, a arte do domínio visigótico manifesta-se em mo-



(Cl. do autor)

ÁBACO VISIGÓTICO PROVENIENTE DOS ALICERCES DE UMA CASA VIZINHA DE SANTA MARIA.

numentos lapidares avulsos: do Alandroal (uma pedra com esculturas espiraliformes cuja existência no Castelo, Leite de Vasconcelos arquivou no *Archeologo Portuguez,* vol. XXII); de Sines (uma pilastra levada do

castelo da vila para o Museu Etnológico), de Alcácer (dois capitéis), etc. A pilastra de Sines mede 2,m04 de altura e a ornamentação da parte da sua face e do flanco conservados indica que pode ser mais recente que de San Roman de Hornija e S. Cebrian de Mazote.

Aquém-Tejo os monumentos rareiam, podendo mencionar-se apenas: em Lisboa um belo frontal lavrado, possìvelmente fragmento

Estilizações de bustos humanos em moedas visigóticas de Espanha

1 — Moeda de Leovigildo, cunhada em *Reccopolis* (cidade desaparecida, na confluência do Tejo e do Guadiala); 2 — Leovigildo, *Toletum* (Toledo); 3 — Leovigildo, *Reccopolis;* 4 — Recáredo, *Barcino* (Barcelona); 5 — Chindasvinto, *Toletum;* 6 — Viterico, *Palentucio* (localidade indeterminada); 7 — Chindasvinto, *Hispalis* (Sevilha); 8 — Suintila, *Georres* (Valdeorras); 9 — Recáredo, *Olovasio* (Olibes?); 10 — Recáredo, (?); 11 — Recáredo, *Reccopolis;* 12 — Chintila, *Emerita* (Mérida); 13 — Viterico, *Laetera* (Ledera ou Latra); 14 — Sisebuto, *Mentesa* (La Guardia); 15 — Vitiza, *Tarraco* (Tarragona); 16 — Vamba, *Eremita;* 17 — Chintila, *Valentia* (Valencia); 18 — Suintila, *Georres;* 19 — Suintila, *Acci* (Guadix); 20 — Sisenando, *Narbo* (Narbonne); 21 — Chindasvinto, *Hispalis;* 22 — Sisenando, *Corduba* (Córdova); 23 — Suintila, *Ventosa* (localidade indeterminada); 24 — Chintila, *Corduba;* 25 — Viterico, *Lauculo?;* 26 — Chintila, *Castulo* (Cazlona); 27 — Chintila, *Petra* (localidade indeterminada); 28 — Viterico, *Saldania* (Saldaña); 29 — Chindasvinto, *Mave* (Mabegonda); 30 — Suintila, *Asturica* (Astorga); 31 — Chindasvinto, *Petra;* 32 — Chintila, *Lucus* (Lugo).

(Eugeniuz Frankowski — « Estelas discoideas de la Peninsula Ibérica »)

as de Beja. Os capitéis de Alcácer do Sal, — onde apareceu também a lápide de Sintígio, que é dos começos do século VII —, tanto o que está no Museu Municipal, como o que encontramos entre as ruínas do convento de *Ara Coeli* podem aproximar-se, pelo recorte da folhagem e pelas conchas dos ábacos, dos de *ambon,* embebido num dos botaréus do lado esquerdo da Sé de Lisboa; uma pedra encrustada nos muros da tôrre grande do Castelo de Tomar; além de várias peças nos museus de Lisboa e de Coimbra.

A ornamentação da pedra tomarense é constituída por faixas de sexifólios e quadri-

fólios alternados. O mais valioso exemplar é o da Sé, cuja decoração se compõe de 3 arcadas de arcos alteados e ultrapassados, envolvidos por uma cercadura de ramículos de três e cinco fôlhas, rebordada por um cordão. Os tímpanos estão ocupados por conchas, ornato freqüente em Mérida, encasando-se sob os dintéis, no compartimento central, duas aves (pombas, pavões?), nos laterais, dois quadrúpedes (cordeiros?). Os arcos são encordoados, as colunas torsas.

No Museu de Coímbra existe um admirável capitel de mármore, provindo de Miranda do Corvo, com os acantos estilizados e um grosso crescente rebordando a típica concha estilizada.

No Museu Arqueológico do Carmo, em Lisboa, existem, além de outras peças da época a que nos vimos referindo, duas magníficas pedras lavradas, — parte de uma pilastra no género das de Beja e Sines, e parte de um friso —, provenientes ambas de Chelas, o dourado vale arrabaldino oriental de Lisboa. Conheceram estas e outras peças no convento os velhos historiadores olisiponenses, e Coelho Gasco e Luís Marinho de Azevedo aproximaram com justiça essas antigualhas do sucesso de história religiosa ligado ao local: a vinda das relíquias do diácono Félix, que sofreu martírio em Gerona, e cujo corpo, como mais tarde o de S. Vicente, veio, subindo um esteiro do Tejo, aportar ao *Poço dos Mártires,* do Mosteiro, tradição agiológica que se robustecia com o apoio de uma lápide datada de 665, encabeçada pela fórmula fúnebre *Depositio.*

Vilhena Barbosa reproduziu os monumentos citados no *Archivo Pittoresco*, em 1864; Borges de Figueiredo estudou-os em 1890 na *Revista Archeologica.* Embora os motivos artísticos que predominam na decoração divirjam dos mais correntes na arte visigótica peninsular, o processo de trabalho é o comum coetâneo, e já o próprio Borges de Figueiredo, que os não cria visigóticos, os aproximava do tabuleiro ou frontal da Sé de Lisboa.

*
* *

Todos os monumentos ou troços monumentais que nos ficaram do domínio visigótico são de carácter funerário ou religioso. Para as necessidades da organização civil e militar bastavam evidentemente os edifícios e as construções romanas. Está por identificar o traçado dos muros de algumas cidades levantados sob os reis de Toledo. Sabe-se contudo que os três últimos arcos ocidentais da ponte sôbre o Guadiana, em Mérida, — arcos que têem a forma de ferradura —, correspondem a uma reconstrução realizada no ano 686, reinando Ervígio, pelo conde Sala, governador da cidade, a instâncias do bispo Zenon.

Para Lamperez y Romea, o visigótico é uma arte decadente que, não tendo ideal próprio, aproveita de artes diversas em origem e idade elementos a que sucessivas degenerações conseguem dar fisionomia própria.

Os elementos aproveitados pertencem a três grandes grupos: o de influências latinas ou romanas; o de influências bizantinas e sírias; o de influências nórdicas. Cada um dos grupos caracteriza-se, quanto a inspiração e técnica, desta sorte:

O primeiro, com cinzel incorrecto e minucioso, imita as formas quási puras da arquitectura clássica, tendendo a geometrizar os ornatos de origem natural; o segundo emprega temas desconhecidos na arte latina, — os conservados na tradição greco-hispânica, os introduzidos por artistas bizantinos e os copiados de artefactos orientais —, executando-os em relêvo escasso e entalhe de bisel, alcançando plenas estilizações; o terceiro realiza minuciosamente e com a preocupação angular, a imitação de objectos de arte industrial bárbara, — arte cujas origens tem de procurar-se não na Germânia, mas na Crimeia, na Scítia e na Pérsia —, transpondo das jóias, das fíbulas e das armas motivos que amalgama bàrbaramente com os pormenores das arquitecturas do ocidente e oriente.

Conhecida a origem dos seus elementos constructivos e decorativos, há direito de falar em arte visigótica? Com Dieulafoy entendemos que sim, pois do mesmo modo que houve um estilo ibérico composto, houve uma arte visigótica hispânica, na qual a dominante latina, a arte bizantina dos séculos VI e VII e algumas tradições locais aparecem misturadas em proporções que não se encontram fóra da Península.

Os motivos ornamentais que foram empregados na arquitectura aparecem-nos igualmente na massa dos artefactos, utensílios e

adereços comuns, na cerâmica, nas jóias, no armamento e nas alfaias religiosas.

Mas nas espécies da nómada sumptuária, em que o trabalho dos metais se realçava com o contributo do marfim, do âmbar, das pedras raras e das pastas vítreas, predominam os modelos e processos bebidos pelos bárbaros em contacto com as velhas civilizações orientais, da Pérsia sassânida, da Scítia do ouro, do Cáucaso, porta aberta para a Europa na transmissão das invenções asiáticas.

É deslumbrante o mundo da joalharia visigótica, tam diversa da romana e da hispânica que a precedera. As coroas reais de Guarrasar (Toledo), descobertas em 1858, os adereços, os anéis, as fíbulas, as placas e as fivelas de cinturão, em especial as provenientes das escavações recentes de Caetano Margelina em Carpio del Tajo, também na região de Toledo, conjugam-se para nos dar uma impressão clara dessa arte vigorosa que destronou as antigas formas hispano-romanas, aliás com pouca vitalidade à data da invasão.

Em Portugal, contados exemplares se conhecem dêste ramo artístico, espécies provenientes quer de achados avulsos, quer de explorações metódicas, como as realizadas por Paula e Oliveira nos arredores de Cascais, onde se recolheram anéis, braceletes, fivelas de cinto e contas estriadas, policrómicas, que em Conímbriga são também freqüentes.

«Pode dizer-se que a demarcação e indicação da substantividade própria da arte visigótica é uma conquista dos arqueólogos dos nossos dias» (Ballesteros). Em Portugal é à presente *História* que cabe a primazia da apresentação de um trabalho de conjunto à-cerca das artes desenvolvidas no rincão português, sob o domínio visigótico.

COROA DE RECESVINTO. *(Museu de Cluny — Paris)*

TRIENTE DE RECÁREDO, cunhado em Emínio (Coímbra). *(Museu Azuaga — Gaia)*

SEXTA PARTE

O DOMÍNIO ÁRABE

POR

David Lopes

Professor da Universidade de Lisboa

SEXTA PARTE

O DOMÍNIO ÁRABE

Capítulo I — A sua história política

Os Árabes conquistam a Península. Os governadores da nova conquista dependentes do califado de Damasco. Abderramão I funda o reino e Abderramão III o califado de Córdova. Primeiros reinos dissidentes. Os Almorávidas. Segundos reinos dissidentes. Os Almóadas. O reino de Granada. Fim do domínio árabe.

Rodrigo foi o último rei gôdo da Hispânia. Sucedera a Vitiza em detrimento do filho dêste, Achila, por imposição da nobreza. Achila tinha, porém, partidários que no momento oportuno haviam de combater D. Rodrigo. Êsse momento ofereceu-o a invasão vinda do lado de África. Dêsse lado tinham-se desenrolado pouco antes grandes acontecimentos: um movimento religioso e político que alastrara por todo o norte de África senhoreara enfim o país do Marrocos actual ou Mauritânia. Era a onda islâmica, comumente chamada árabe.

A conquista árabe havia cêrca de 50 anos que começara e caminhava de vitória em vitória. Desbordando da Arábia para a Síria e Mesopotâmia, logo correu para oriente e ocidente dêstes países; e assim, no princípio do

CRONOLOGIA DO DOMÍNIO ÁRABE NA PENÍNSULA HISPÂNICA

Período I: da Conquista e Governadores	711 — 755	
Período II: dos Príncipes e Califas Omíadas	755 — 1030	
Período III: dos Primeiros Reis Dissidentes	1030 — 1100	datas aproximadas
Período IV: dos Almorávidas	1100 — 1145	
Período V: dos Segundos Reis Dissidentes	1145 — 1160	
Período VI: dos Almóadas	1160 — 1266	
Período VII: dos Reis de Granada	1231 — 1491	

século VIII, o império árabe estendia-se em território contínuo das margens do Indo às costas do Atlântico. Chegado aqui, ao país da Mauritânia, Ocba, o conquistador dela, fazia entrar o cavalo pelo mar dentro e podia exclamar: «Por Deus que se mais terra houvesse mais tomara!» Não foi sem luta que essa ocupação se fez. As populações do norte de África ofereceram resistência aos invasores, resistência, sobretudo, sustentada por Coceila e depois por sua filha Cahina, entre as tríbus da Argélia e de Marrocos; mas por morte desta, em 704, seus filhos renunciaram à luta e converteram-se ao islamismo.

As populações submetidas tinham uma organização social de tríbus, como os Árabes conquistadores. Essas tríbus formavam por vezes federações; mas quer confederadas, quer desunidas, elas estavam em hostilidade permanente com outras, porque a característica dos Berberes é a insubmissão a toda a autoridade, como o mostra a história de Marrocos. Êles não tiveram a concepção do estado forte e uno; só transitòriamente o realizaram e logo voltaram às rivalidades entre tríbus, como de famílias; e a imposição de uma religião unitária não foi laço que polìticamente prendesse suficientemente para fazer uma nacionalidade. A Mauritânia não tinha, pois, unidade política quando se deu a conquista árabe. Não a tinha também religiosa. Por lá tinham passado Romanos, Bizantinos e Vândalos: havia, pois, populações cristãs, como as havia pagãs, que tinham resistido, mercê de condições topográficas, à religião nova. Havia, finalmente, uma forte população judaica, não só de Judeus puros, mas de Berberes judaìzados. Coceila e Cahina eram Judeus desta sorte. Muitos cabecilhas tinham-se convertido ao judaísmo e arrastado consigo elementos das suas tríbus. Sôbre êsses elementos diversos passou depois o islamismo, nivelando-os todos como cilindro compressor, mas êsse nivelamento foi apenas de superfície, porque por debaixo ficaram todas as variedades e todas as superstições dos cultos anteriores.

Importa frisar a extensão do judaísmo para ver a importância que êle teve para a invasão da Hispânia. Nesta os Judeus eram muito numerosos no século VII; tanto que êles foram duas vezes perseguidos e expulsos durante o século: em 612, no tempo de Sisebuto, e em 694, sendo rei Vitiza. Como séculos depois, no tempo dos Reis Católicos, foram refugiar-se além do Estreito. Ora das crónicas árabes se vê que êles vieram em grande número nos exércitos dos invasores e lhes prestaram assinalados serviços, chegando a confiar dêles a guarda de cidades recem-conquistadas, como, por exemplo, Sevilha; e assim devia ser, porque se lhes proporcionava ensejo de regressar aos seus antigos lares e tirar vingança dos seus perseguidores. Que tal parece ter sido vê-se do levantamento que êles provocaram na Hispânia, poucos anos depois da conquista, sob a capitania de um judeu berbere, Caulane. Êstes factos conjugados todos mostram de uma parte a importância dêles no anterior estado de cousas de África e de outra o seu papel de relêvo na grande emprêsa do islamismo em terras da Hispânia.

Há neste feito transcendente uma personagem que a lenda engrandeceu e desvirtuou, segundo parece: o conde Julião. Quem era? Só sabemos que era senhor de Ceuta. Favoreceu os invasores, é incontestável, no estado dos nossos conhecimentos, cristãos ou árabes, mas era vassalo de quem? De D. Rodrigo ou de Bizâncio, último representante do seu domínio naquelas partes? Também o não sabemos ao certo. Pretendeu-se até nos últimos tempos que era cabecilha berbere, da tríbu de Gomera. A lenda (a lenda da Cava, sua filha) quere que o seu procedimento lhe fôsse ditado por um desejo de vingança contra o rei visigótico, que a manchara, mas não parece crível. A lenda, gótica, é mais antiga do que D. Rodrigo, como se provou, e foi aplicada a êle para explicar a atitude estranha e grave de um vassalo ou considerado tal se passar para inimigos da sua fé e da sua grei.

O poder de expansão do islamismo era grande e êle quis possuir o país dos Visigodos. Devia impelí-lo também a isso o elemento judaico, preponderante naquela época, como vimos. Assim se facilitou a emprêsa de Tárique e Muça, os dois capitães dela. Que gentes vieram na invasão? Não é talvez difícil dizê-lo. Berberes, Mouros, pois, sobretudo; depois Árabes e de mistura elementos vários que sobrenadavam na enxurrada vinda

de longe. Quando se soubesse nos povoados dos Mouros que aqueles capitães tinham conquistado um país rico e belo, ali ao pé, quem não teria querido vir à aventura? É que ela era prometedora de saborosos frutos, incentivo veemente em populações acostumadas à vida parca e de rapina. Trouxeram para cá estas gentes o mesmo espírito individualista, o mesmo sentimento de independência indómita do seu torrão, da sua tríbu. E neste ponto Árabes e Mouros valiam-se. Cá como lá deviam referver as mesmas paixões. Agravou-se ainda o mal com a mistura de novos elementos étnicos, peninsulares, e o roçar de civilizações diferentes.

Morto Mafoma, sucederam-lhe na direcção da comunidade muçulmana, com o título de califa, Abu Becre, Omar e Otmão. Por morte dêste, a sua sucessão originou um conflito à mão armada, de que resultou um scisma religioso. Pretenderam ao Califado Ali, genro do Profeta, e Moáuia, governador da Síria. Os dois pretendentes vieram às mãos e Moáuia foi vencido. Vencido, mas não convencido da perda do supremo mando, Moáuia propôs que árbitros das duas partes decidissem da legitimidade de um e outro ao Califado; e os árbitros foram a favor de Moáuia, não obstante o estreito parentesco de Ali com o Profeta, donde procedia todo o direito. Moáuia fundou a dinastia omíada, com a capital em Damasco, mas a comunidade muçulmana dividiu-se em três seitas que durante séculos a agitaram e perturbaram. Os partidários dos Omíadas chamaram-se «súnidas» ou ortodoxos, «xiidas» os partidários de Ali e «carégidas» os dissidentes, isto é nem de um, nem do outro. Êstes últimos muçulmanos foram vítimas de perseguição dos ortodoxos e transportaram-se em grande número a África e de lá à Península. Êste fermento de divisão dos fiéis levedou em terreno já preparado para tal cultura.

Desde os mais remotos tempos, a Arábia estava dividida em dois grupos irreconciliáveis e por isso se faziam a guerra: o do sul ou dos «Cálbidas», que habitavam regiões férteis, populações sedentárias; e o do centro ou dos «Cáicidas», que habitavam regiões pobres, populações nómadas. Ora a esta causa de divisão económica vai juntar-se agora a outra de carácter religioso; e assim foi que os Cálbidas tomaram o partido dos Omíadas e os Cáicidas o de Ali. Desde êste momento as paixões foram mais violentas e por toda a parte sentiremos o resfolegar delas, quebrando a unidade religiosa e política. Estas causas de desunião, anteriores à conquista da Península, somam-se nesta às outras e tornam instável a soberania do Estado. O que veremos por esta narrativa adiante.

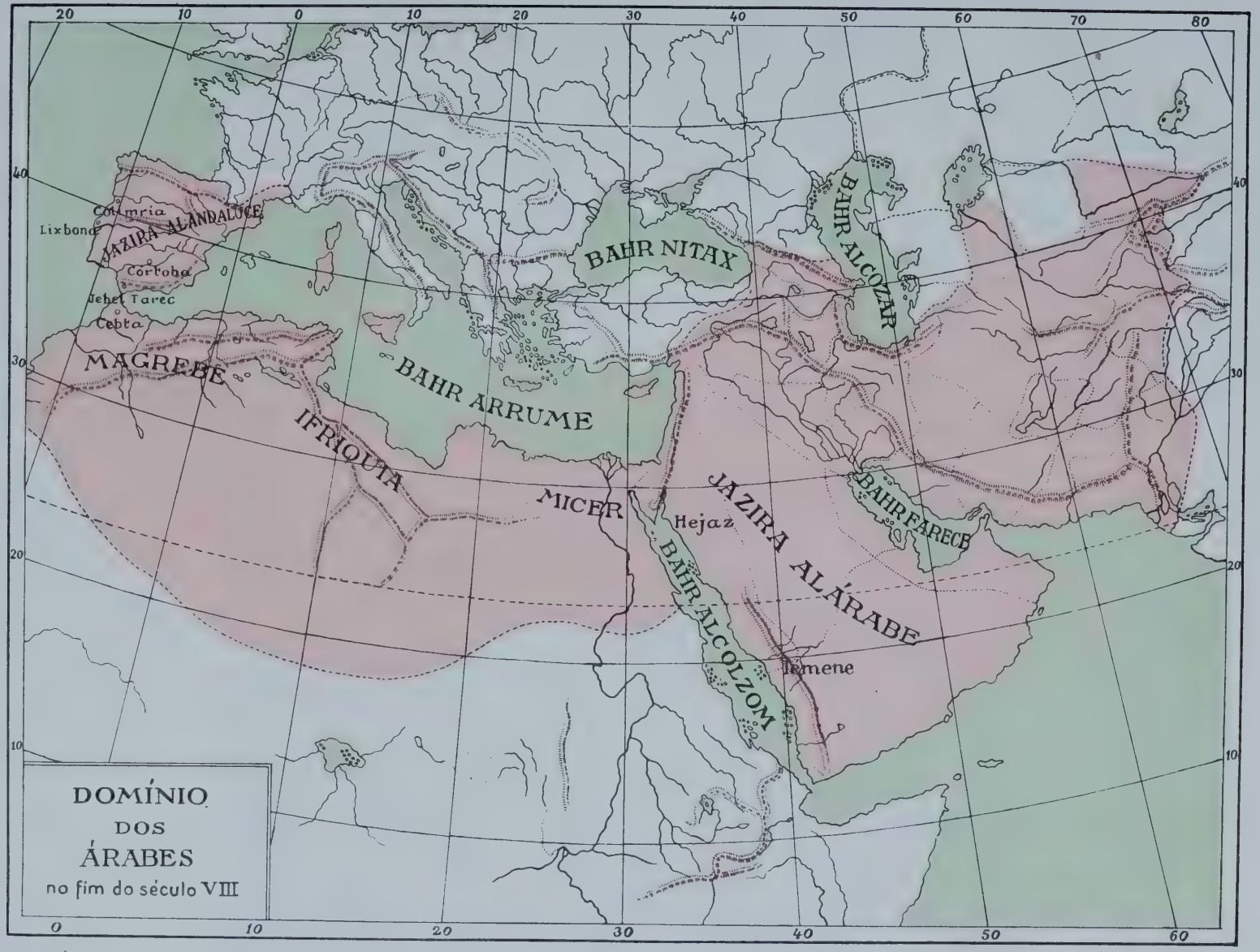
Foi em 710 que Tarife com o seu bando desembarcou nas costas da Península, num logar que dêle tomou o nome de Tarifa. Dado o seu golpe de mão, carregados de despojos que de surprêsa puderam haver, êle e os seus companheiros regressaram sãos e salvos a Tânger. A facilidade da tentativa logo fez planear emprêsa de maior vulto; e com um verdadeiro exército, formado principalmente de Berberes, Tárique embarcou em Ceuta em 711 e foi descer no monte que dêle se chamou Gibraltar. Fortificou-se aí e depois penetrou pela terra dentro. D. Rodrigo estava então longe desta fronteira, no extrêmo norte do seu país, combatendo os Bascos revoltados. Sabendo desta entrada, correu ao sul, com numeroso exército, para atalhar a marcha de Tárique. Antes que chegassem às mãos, Tárique encontrou-se no caminho de Córdova, com um sobrinho do soberano, Bêncio, e desbaratou-o sem dificuldade. D. Rodrigo avançava sempre e travou batalha com os muçulmanos nas margens do lago de Janda, onde o rio Barbate se mete nêle, como razoàvelmente se afirmou nos últimos tempos, ainda que recentemente se tem sustentado novamente que se deu nas margens do Guadalete. A peleja foi rija e valorosa de parte a parte, mas a traição dos partidários de Achila, que se passaram ao inimigo, deu a vitória a Tárique. D. Rodrigo fugiu, e não se sabe ao certo como acabou, e os muçulmanos, desimpedido o caminho, correram sôbre Córdova e Toledo, que ocuparam. Sabedor Muça, governador de África, dos triunfos de Tárique, abalou também, em 712, para terras da Hispânia, à testa de um exército de Árabes. Não queria deixar toda a glória da conquista e os frutos dela ao seu subordinado; ou porventura foi simplesmente dar mão forte ao capitão feliz que tam alto erguia o estandarte

do crescente. Foi sôbre Sevilha, que tomou, e depois sôbre Mérida, que sitiou, e acabou por entrar, depois de longo assédio. No ano seguinte, de 713, os dois caudilhos muçulmanos dirigiram-se para Saragoça, de que se assenhorearam, e a seguir para o noroeste da Península; e no empenho andavam de ocupar o resto da Hispânia quando lhes chegou a ordem do califa, Ualide, que lhe fôssem prestar contas do seu procedimento e defenderem-se de acusações que lhes eram feitas.

Ficou governando a nova conquista Abdelaziz, filho de Muça, que prosseguiu a obra de seu pai e de Tárique. Tinha, porém, casado com a viúva de D. Rodrigo e isso pareceu suspeito aos seus capitães: por êsse ou por outro motivo assassinaram-no. Com o governador Alhorre terminou a conquista do país e sua sujeição ao domínio muçulmano; iniciam-se mesmo as incursões na Gália meridional. Alguns anos depois, em 732, o governador Abderramão fez não já uma simples incursão, mas a invasão do território gaulês com grande exército, que chegou vitorioso até Poitiers, onde Carlos Martel conseguiu deter o seu avanço e desbaratar totalmente os muçulmanos. Grande feito pelas suas conseqüências: êle impediu a islamização da Europa ocidental e central. A êsse domínio escapou na Península uma estreita faixa montanhosa no extrêmo norte, onde se refugiaram alguns capitães dos Visigodos. Pelaio, o seu chefe, conseguiu até vencer os muçulmanos em Covadonga, em 818, segundo se crê, devido às condições do logar. Essa vitória deu ânimo ao punhado de bravos que se não quiseram submeter ao domínio estranho. Partindo daí, os cristãos, lenta mas persistentemente, irão fazendo a reconquista e acabarão por expulsar os intrusos. Serão oito séculos, ano a ano, dia a dia, de um só pensamento em acção constante e esforçada.

Os anos que vão até 755 são o período dos governadores dependentes dos califas de Damasco. São tempos infelizes e perturbados. Os muçulmanos degladiam-se entre si: são Árabes contra Berberes, são Cálbidas contra Cálcidas ou Sírios contra Medineses. Os governadores eram ora de uma facção ora da outra e o triunfo duma era a posse do poder para ela e a vingança dos maus tratos sofridos.

O último governador foi Iúçufe, de 746 a 755, de todos o que mais tempo governou. Neste ano de 755, Abderramão, o Omíada, consegue instaurar a monarquia muçulmana com a capital em Córdova, ponto de partida do Califado que Abderramão III estabelecerá na Hispânia árabe. Foi dêste modo. O califado de Damasco, dos Omíadas, terminou em 750 e o supremo poder passou para os Abácidas que fizeram de Bagdade a sua capital. A nova dinastia quebrou as resistências ao novo estado de cousas fazendo correr o sangue dos adversários e os príncipes omíadas foram perseguidos e mortos. Salvou-se um, neto do califa Hixeme, que se refugiou no Egipto e depois na África menor, vindo por fim acoitar-se na tribu de Nafza, perto de Ceuta. Foi então que o pensamento lhe veio, ou alguém lhe sugeriu, de se fazer senhor da Hispânia. Para isso serviu-se dos clientes da sua família que se tinham vindo estabelecer na Península, isto é nos distritos de Granada e Jaén. Mandou-lhes emissários com promessas de lhes dar a proeminência na administração, se o ajudassem a criar um novo estado de cousas na Península. Êsses omíadas aceitaram favorecê-lo e alcançaram o apoio dos Cálbidas por ódio aos Cáicidas, senhores do poder com Iúçufe, sua criatura. Seguro de um partido, saíu do seu esconderijo e desembarcou nas costas da Península, em Almunhecar, no mês de Setembro do referido ano. Não pôde Iúçufe atacá-lo logo e só na primavera os dois adversários se procuraram. Abderramão tinha, pois, por si, além dos Omíadas, seus clientes, os Cálbidas e uma parte dos Berberes. Encontraram-se os dois exércitos em Almozara, entre Sevilha e Córdova, e Iúçufe foi derrotado. Nem por isso o vencedor ficou senhor incontestado do poder. A luta prosseguiu durante anos, conseguindo, finalmente, fazer-se obedecer da maior parte do país muçulmano. Foram ainda os seus inimigos que em 777 obtiveram que Carlos Magno viesse em socorro dêles. Obrigado o príncipe franco a regressar às suas fronteiras orientais, ameaçadas pelos Saxões, a rectaguarda do seu exército em retirada sofreu um revés em Roncesvales, inflingido, segundo parece, pelos Bascos, feito que a poesia francesa havia de engrandecer tanto. Abderramão foi príncipe de ânimo forte e decidido. Outro teria sucum-


20
10
0
10
20
30
40
50
60
70
80
40
30
20
10
Colimria
Lixbona
JAZIRA ALANDALUCE
Corfoba
Jebel Tarec
Ceita
MAGREBE
IFRIQUIA
BAHR ARRUME
BAHR NITAX
BAHR ALCOZAR
MICER
Hejaz
BAHR ALCOLZOM
JAZIRA ALÁRABE
BAHR FARECB
Iemene
DOMÍNIO
DOS
ÁRABES
no fim do século VIII
0
10
20
30
40
50
60

bido diante de tantas contrariedades. Combatido por Árabes e Berberes, atraiçoado pelos próprios clientes da sua família e até por parentes seus, êle soube fazer-lhes frente e vencê-los todos com pulso de ferro. Acusaram-no de cruel, mas que havia êle de fazer contra tanta sanha e perfídia? Para vencer assim teve de se apoiar numa fôrça militar permanente ao serviço da realeza, recrutada entre gente estranha, mercenária. Essa instituïção há de se ir fortificando com os anos, por ser o único meio de se manter a autoridade do poder e a coesão do Estado.

Seu filho, Hixeme I, teve um reinado relativamente calmo, mas sempre com as costumadas revoltas, que foram sem grande importância, e com a luta nas fronteiras contra os cristãos.

O reinado de seu filho e sucessor, Alháqueme I, foi mais agitado. Os ministros da religião, favorecidos por seu pai, não o foram por êle, nem êle os amava. Viam-no, pois, com maus olhos e o soberano dava aso a isso, pelos seus modos livres e gôsto do vinho e da caça. Era, porém, enérgico como seu avô, cruel por vezes como êle. Provaram-no sobretudo os acontecimentos de Toledo e de Córdova, provocados pelos seus inimigos da igreja. Na primeira cidade foi a revolta dos renegados, muçulmanos adoptivos, que acabou no sangue; na segunda a do arrabalde sul da cidade, que foi também sangrentamente reprimida pelos *mudos* — isto é que não falavam árabe — tropa negra ao serviço da guarda do soberano. O arrabalde ficou destruído e os moradores que escaparam ao ferro dos *mudos* foram deportados para África do norte, em número de muitos milhares.

Abderramão II, seu filho, foi príncipe muito culto e amigo das letras e das artes. No seu reinado foi aformoseada Córdova com palácios e jardins, a grande mesquita foi então muito acrescentada e enriquecida. Ziriabe, dotado de grande talento musical, natural de Bagdade, foi muito favorecido do soberano, e assim também alguns poetas. No seu reinado deram-se as primeiras incursões marítimas dos Normandos que, durante muitos anos, infestaram as costas da Península e, entrando pelos rios dentro, desembarcaram e saqueavam as povoações ribeirinhas. De uma das vezes subiram pelo Guadalquivir e foram pôr Sevilha a saque. No reinado seguinte, continuaram as suas malversações. Contra os cristãos foi várias vezes; a campanha de 846 foi a mais importante, tendo durante ela tomado e incendiado Leon.

No tempo dêste soberano, o elemento moçárabe teve muito a sofrer dos muçulmanos. À política de tolerância anterior sucedeu a perseguição. Em Toledo eram fortes os Moçárabes: era a antiga capital visigótica. Revoltaram-se

(*Foto-Garzón* — Córdova)

Inscrição árabe do tempo do Califado (Córdova)

aí e foi forçoso sufocá-los pelas armas. Em Córdova eram também muito numerosos e reagiram por isso contra os perseguidores. Dirigiam-nos nesta cidade dois fervorosos cristãos, Álvaro e Eulógio, e também uma donzela chamada Flora. No reinado seguinte, de Mafamede I, êste estado de cousas continuou.

Toledo levantou-se novamente, mas Mafamede afogou esta nova resistência em sangue, em Guadacelete, mau grado o socorro dos Leoneses; e a repressão geral que exerceu sôbre os cristãos fez cessar a sua rebeldia.

Mas o fermento de revolta fazia levedar todo o organismo da Hispânia e serão agora os elementos muçulmanos, hispânicos, árabes e berberes, que espalharão a desordem por toda a parte. No reinado de Mafamede, muçulmanos hispânicos, os Caci em Saragoça, Ibne Meruane em Mérida e Badajoz e Ibne Hafçune em Régio e Bobastro, deixaram de obedecer a Córdova. Começa, pois, a desagredação do Império. O reinado de Almóndir foi curto e não pôde melhorar êste estado de cousas. Seu irmão, Abdalá, que lhe sucedeu depois de o ter envenenado, viu na primeira parte do seu reinado agravar-se esta desorganização. Muçulmanos hispânicos, Árabes e Berberes, talham o seu mantelete à custa do Império. Dos primeiros, Becre fez-se senhor de Ossónoba, Ibne Jauade de Beja e Mértola; dos terceiros, os Ferânique foram senhores de Trujillo, os Atauil de Huesca, os Bornos de Carmona. Mas Ibne Hafçune continua a ser o vassalo insubmisso e ousado. Durante trinta anos, êle foi o pesadelo dos soberanos de Córdova. Era o terror dos seus adversários. Caía como um raio sôbre os castelos dêles; e se encontrava resistência invencível desaparecia como o relâmpago. Lembra outros dois heróis do mesmo país, ainda que não da mesma religião; Cide Campeador e Giraldo Sempavor. Até para mais se parecer, Ibne Hafçune, em cujas veias corria antigo sangue cristão, converteu-se ao cristianismo algum tempo. Vendo-se forte e afortunado, aspirou ao poder supremo e chegou a estabelecer negociações com os Abácidas de Bagdade para ser reconhecido. Mas a manifestação mais alta do seu atrevimento foi a tomada de Poley, ao sul da capital, donde afrontava o soberano. Era demais e tornava-se necessário castigar tanta audácia, se é que realmente tinha poder para isso; e, travada batalha aí, Ibne Hafçune foi vencido e teve de fugir. Vencido mas não dominado, a sua carreira de capitão não acabou então, como veremos, antes continua com alternativas várias. Foi a situação do soberano que desde esta batalha melhorou, sem, todavia, ser de desafronta completa. Sevilha exemplifica maravilhosamente esta anarquia do poder. Duas famílias poderosas e inimigas disputavam-se a supremacia da cidade: era uma hispânica, a dos Angelinos, a outra árabe, a dos Hajaje. Como mais tarde em Florença os Gibelinos e os Güelfos. No termo de Sevilha dominava outra família, árabe, a dos Caldune. Êstes Árabes eram, porém, Cálbidas e os Hajaje Cáicidas, pouco amigos, pois, como temos visto. Sevilha esteve à mercê das rivalidades e vinganças destas famílias. Os Caedune aliaram-se com os Berberes de Mérida, que saquearam a cidade; com os de Badajoz também, que puseram a cidade a saque; com os de Carmona, que atacaram a gente de Sevilha. O governador cruza os braços e os Sevilhanos queixam-se ao soberano, que lhes manda seu filho, Mafamede, para investigar e impedir tais violências, mas elas continuam. Os Angelinos aliam-se aos

(Cl. E. Cerdeira)

INSCRIÇÃO ÁRABE

(Museu Etnol. Port.)

Berberes de Morón, que mandam reforços, e resolvem-se a atacar o paço do governador, que nada fazia para restabelecer a segurança; todavia, êle refugia-se junto do príncipe. Os Hajaje e os Caldune correm em seu socorro e os Angelinos são vencidos e chacinados...

Assim, Abdalá era rei de um reino que não era seu, mas dos régulos que por toda a parte se tinham libertado dêle. E, contudo, o país muçulmano estava rodeado de inimigos externos. O enfraquecimento dêle, por virtude destas lutas intestinas, favorecia grandemente os seus desígnios, e mais aproveitariam delas se não fôssem as próprias dissenções. Os cristãos na Hispânia e os Fatímidas em África iam-se engrandecendo à custa dêle.

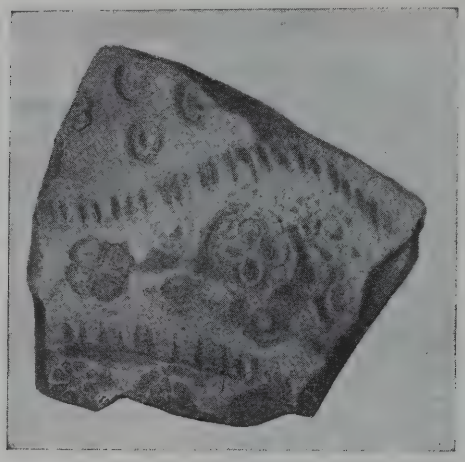
Tal era o estado político da Hispânia árabe na data da morte de Abdalá, em 912. Esta situação se se prolongasse poria em perigo de ruína total o domínio muçulmano; mas, felizmente para êle, sucedeu a Abdalá seu neto Abderramão III, o maior soberano do califado de Córdova. Fez frente a todos os inimigos e a todos os perigos, tanto internos como externos. Tudo vergou forçado pela sua mão de ferro. Para isso foi cruel, mas para grandes males são necessários grandes remédios; e assim deteve a ruína do Império para logo.

Foi de 49 anos e glorioso o reinado de Abderramão III. Castelos após castelos, vilas e cidades após vilas e cidades, Abderramão foi tomando uns e outras. Acabaram as rivalidades em Sevilha, renderam-se Badajoz, Toledo, Carmona e outras cidades. Ibne Hafçune perseverou na luta, mas foi perdendo sempre terreno; a sua morte mais acentua a fraqueza da resistência e os seus filhos foram por fim vencidos e Bobastro, seu último reduto, rendido. Estava feita a paz interna. Havia agora realmente um só rei e um só poder. Não foi apenas pela fôrça que êle conseguiu essa pacificação do seu Império: foi-o também pela justiça que fez reinar na administração e pela tolerância de que usou com todas as religiões. O Judeu Hasdai foi em missões oficiais aos países dos cristãos da Península e reorganizou as suas finanças. Esta hábil política grangeou-lhe gerais simpatias e fez perdoar-lhe as violências e por vezes crueldades dos processos. É que os fins justificavam os meios; com branduras e contemporizações, dados os abusos inveterados do corpo social, a desordem continuaria, como nos reinados dos seus antecessores. Viam todos agora os benefícios do actual estado de cousas: o Império consolidado e a paz interna permitindo todas as esperanças e previsões do dia seguinte.

A-par fez guerra aos inimigos de fóra e venceu os cristãos — Leoneses, Castelhanos e Navarros — e os Fatímidas em várias campanhas. Foi depois destas vitórias sôbre os cristãos que, em 929, êle tomou o título de Califa e Príncipe dos crentes, que até aí só haviam usado os Omíadas de Damasco e os Abácidas de Bagdade. É, pois, só desde então que se pode falar de califado de Córdova; mas é costume, como dissemos, designar assim todos os príncipes omíadas que de 755 em diante reinaram na Hispânia.

Para vencer todos êstes inimigos, internos e externos, Abderramão teve de se apoiar numa força militar permanente. Até êle cada tríbu devia fornecer certo número de soldados. Era de certo modo a nação armada e o Estado na dependência de bem-querer das tríbus e dos seus chefes; e no referver das paixões não era fácil às vezes efectivar êsse tributo de sangue, como hoje se diz. Abderramão formou a-par um exército de mercenários, recrutados entre as nações estrangeiras, o qual foi nas suas mãos um admirável instrumento de dominação. Não acabou, todavia, com a organização militar por tríbus, mas, de facto, tornou-a desnecessária. Compunha-se êsse exército de elementos heterogéneos, de raça e de religião. Os escritores árabes chamam a êsses mercenários «eslavos», porque êstes eram muito numerosos, vindos da Rússia meridional; mas entravam também nesse exército Galegos — assim chamavam os Árabes às populações do noroeste da Península, — Francos, Lombardos etc. Era, pois, gente estranha à nação, que formava uma espécie de casta no Estado. A ela confiou Abderramão altos cargos militares e até da administração. Não podiam êstes intrusos ser bem vistos de parte da nação; a nobreza, esmagada com ajuda dêles, sofria dificilmente o seu valimento. Viu-se isso claramente na campanha de 939 contra os Leoneses. Comandava o exército muçulmano um Eslavo, Najda: pois êle foi vencido pelos cristãos, primeiro em Simancas, depois, sobretudo, em Alhândega, por traição dos cabecilhas muçulmanos, que assim se vin-

gavam e desafrontaram da subalternidade em que Abderramão os mantinha. Depois Almançor, para impedir que êstes factos se repetissem, suprimiu o recrutamento por tríbus. Afinal um e outro cairam de um mal noutro, porque puseram a nação à mercê de caudilhos militares, que criaram uma nova desordem,



(*Cls. E. Cerdeira*)

Fragmentos de olaria árabe — (século x)

(Museu Etnol. Port.)

fomentada pelas ambições e rivalidades dêsses caudilhos; mas êsse inconveniente só apareceu quando faltou o pulso forte de Abderramão e de Almançor. Por agora só se via o anverso da medalha e a hegemonia do Califado mostrava que êsse era de momento o remédio ao mal de que sofria a nação. Abderramão, livre de preocupações internas, intervinha a seu sabor nos negócios dos estados cristãos, que rodeavam o seu Império ao norte; dos reis de longe, até do Imperador bizantino, vinham-lhe embaixadas de cumprimentos; e no fim da sua vida viu o estranho caso de Sancho, rei de Navarra, e sua avó, Tota, irem a Córdova implorar o seu auxílio contra um rei usurpador, Ordonho IV: espectáculo certamente reconfortante para o soberano e os bons muçulmanos, o qual se repetiu no reinado seguinte com o mesmo Ordonho!

Seu filho, Alháqueme II, foi príncipe amigo das letras, mais do que da guerra. Havemos de falar da sua famosa biblioteca. Todavia, teve de fazer a guerra aos vizinhos, quer cristãos da Hispânia, quer muçulmanos de África, porque lha faziam a êle. Os Leoneses, os Castelhanos e os Navarros foram, porém, vencidos, e concluiram a paz. Em África igualmente teve de combater no fim da sua vida. Agora a luta aí era contra os Edrícidas, senhores de Fez; os Fatímidas, que vimos anteriormente nestas paragens, refluem para o Egipto, onde se estabelecem definitivamente. A luta foi porfiada e difícil, mas a vitória por fim coroou os esforços dos seus generais.

É no seu reinado que aparece a grande figura de homem de estado de Almançor. O seu nome era Abu Amir Mafamede e pelas vitórias sobre os cristãos chamou-se daquele modo, que quere dizer «Vitorioso». Tinha as qualidades para triunfar: era de bom sangue e de bom físico; inteligente e ambicioso; sem escrúpulos para satisfazer os seus desígnios; firme e ao mesmo tempo conciliador quando a firmeza podia comprometer os seus desejos. A sua carreira foi rápida. Agradara-se dêle, para mais, a sultana Aurora e o seu favor fê-lo subir mais depressa na hierarquia. Faz-se amar de todos pela sua liberalidade e pelas maneiras corteses. Suspeitavam-no os alfaquis de amigo da filosofia e para captar a sua simpatia fez queimar todos os livros dela, existentes na biblioteca real; e êles proclamaram o seu amor pela religião. Rico por si e dos proventos dos seus cargos, vive com fausto e deslumbra. Assim querido e admirado de todos, fácil lhe foi vencer na vida. No reinado seguinte, de Hixeme II, essa carreira chegou ao fastígio. Feito então primeiro

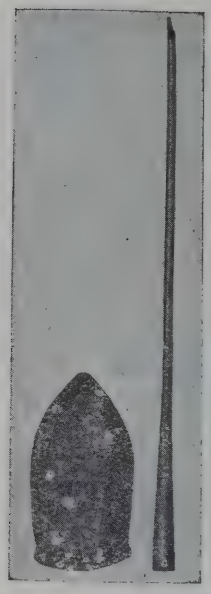
ministro, *hágebe,* o horizonte da sua vida alargou-se a perder de vista. O novo soberano, fraco de vontade e de inteligência, é mero instrumento nas suas mãos, em tudo dignas de tam grande poder, pelo prestígio que deu ao Império. Porque êle foi açoite dos cristãos peninsulares. Nunca, nem no tempo de Abderramão III, as armas muçulmanas triunfaram assim. Na campanha de 981 tomou Samora e bateu às portas de Leon, capital dos Leoneses; na de 985 tomou Barcelona; na de 987 tomou Coímbra e Leon, que arrasou: e no fim, no regresso dela, foi que tomou o título de Almançor, com que é conhecido na história; na de 997 tomou Santiago de Compostela e fez levar para Córdova as portas da cidade e os sinos da Sé, como dos altares desta fez manjedoura para os seus cavalos; na de 1002 foi contra Castela, e foi a última, porque no fim dela morreu. Em África, os seus generais venciam também sempre.

Estas glórias militares obteve-as com o exército de mercenários criado por Abderramão. Acorriam os estrangeiros a alistar-se nêle, porque se pagava bem o serviço O tesouro tinha dinheiro e podia ser generoso. Acabou com o recrutamento por tríbus, por ser desnecessário e perigoso.

Mas a sua ambição era desmedida, como os seus feitos, e formou o desígnio audacioso de fazer renunciar o soberano em seu favor. Fracassou o seu propósito, mercê de circunstâncias várias, mas o seu grande império sôbre Hixeme não foi abalado. Aquele desígnio supremo há de conseguí-lo um seu filho, não obstante não ter as suas qualidades, nem o seu prestígio. Modáfar sucedeu a seu pai no cargo de *hágebe.* O seu govêrno foi ainda digno do grande chefe. Protegia o filho a sombra do pai e qualidades de energia e tacto não lhe faltavam; mas quis o destino que falecesse poucos anos depois de tomar as rédeas do poder. Nem assim êle saiu das mãos da família protectora: um seu irmão lhe sucedeu na direcção dos negócios públicos. O soberano mantinha-se fiel à memória do que fizera grande o seu reinado. Era agora Abderramão. Filho de cristã, o elemento religioso não o via com bons olhos. Herdara as qualidades de energia da família, ainda que lhe faltassem as outras de seu pai e até certo ponto do seu irmão. Mal foi nomeado *hágebe* obteve do soberano o tam almejado desígnio de seu pai: ser declarado herdeiro do trono. Julgando-se senhor da situação, deixou Córdova e dirigiu-se para a fronteira, a fim de combater os Leoneses. Andava êle empenhado na luta quando os seus adversários políticos, sabendo-o longe, se sublevaram e compeliram o fraco Hixeme a abdicar a favor de Mafamede II. Regressou Abderramão logo à capital, para restabelecer a sua autoridade e poder, mas foi assassinado, mal chegou a ela. Foi isto em 1009. A morte do *hágebe* marca o fim da hegemonia da família de Almançor e acelera a decomposição do Califado. É a anarquia que se instala na Hispânia árabe. Hixeme é joguete nas mãos dos competidores ao supremo mando. Mais uma vez é obrigado a abdicar, duas vezes é aclamado califa e por fim teve de fugir para o Oriente a êste referver de paixões ruins. Homem pacífico e sem vontade, tudo lhe correu ao invés da sua índole: era, pois, a bola que os ambiciosos disputavam uns aos outros.

Agora apareciam os inconvenientes do sistema militar adoptado por Almançor. A governação pública estava à mercê dos generais. Eslavos e Berberes degladiam-se para se assenhorearem do poder e elegerem o seu califa, que logo é despojado pelo partido contrário vitorioso. Córdova é tomada e saqueada, ora por uns, ora por outros, até que em 1031, fartos os Cordoveses de competições, de latrocínios e de violências que tinham arruinado a cidade, conseguiram abolir o Califado, causa dos seus males, e implantaram a República, governada por um directório ou conselho de Estado. Também Sevilha se constituiu em República.

A província era também uma imagem da capital. A fraqueza do poder central desde a morte de Abderramão facilitara a desagregação do Califado e a formação de grande número de pequenos Estados. Eslavos, Berberes e Árabes dividem entre si o Império. Começa então um período confuso, o dos reinos de *taifas* ou dissidentes. Citaremos os principais: Sevilha com os Abádidas, Granada com os Zíridas, Málaga com os Hamúdidas, Badajoz com os Aftácidas, Toledo, Valência, Almeria, Múrcia, Saragoça, Dénia, Malhorca etc. Dentro do território que foi português, além de Badajoz, que abrangia as Beiras, a Estrema-

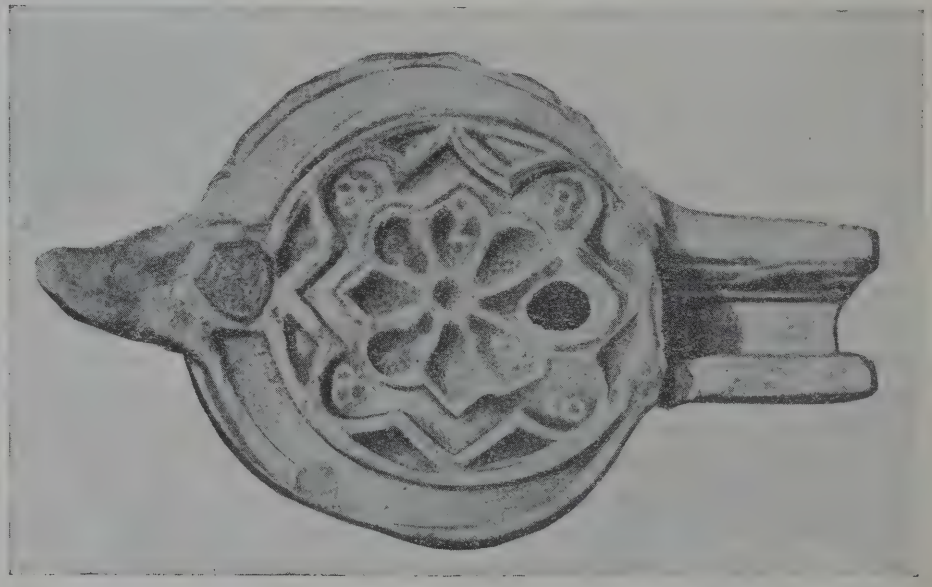


DEDAL E AGULHA DE FUSO ÁRABES (SÉC. X)

(Museu Etn. Port.)

dura e grande parte do Alentejo actual, houve pequenos e efémeros principados: em Mértola Ibne Taifor, em Silves Ibne Mozaine; em Santa Maria Ibne Hárune, que deu nome a Faro. Dêstes últimos principados muito pouco sabemos. Sevilha foi dos reinos dissidentes o mais brilhante e o que nos é melhor conhecido. Teve dois príncipes notáveis, ambos amigos das letras e protectores das artes, ao mesmo tempo que guerreiros pela fôrça das circunstâncias: Almotádide e Almotámide. Por conquistas sucessivas, o reino de Sevilha veio a encorporar os principados de Algeciras, Ronda, Huelva, Niebla, Silves, Santa Maria, Mértola e Córdova. Almotámide foi em tempo de seu pai governador de Silves e aí conheceu um natural da região, possuidor de grande dom poético, que por isso caíu no agrado do príncipe, tornando-se inseparável dêle ali e em Sevilha: Ibne Amar. Dozy deu dêle algumas poesias, que traduziu na sua *Histoire des musulmans d'Espagne*. O valimento do príncipe acabou em ódio profundo, por culpa do valido, que morreu às mãos do seu próprio protector.

Se durante a vigência do Califado as lutas intestinas foram incessantes, mais o são agora. Os mesmos elementos de desagregação que vimos actuar antes continuam a actuar no organismo social, tanto mais que lhe falta um poder central coordenador. As ambições e rivalidades recrudescem, mercê do maior número de soberanias que se estabelecem. A instabilidade é maior no corpo social. Os príncipes mais fortes procuram absorver os mais fracos. Sevilha, por exemplo, fez guerra aos seus vizinhos, que encorporou. Daí um vento de insânia que parece soprar sôbre a Hispânia árabe. Os cristãos aproveitaram esta desordem para apressarem a reconquista. Parecia ter soado a última hora do domínio árabe. Nas fronteiras não cessava o retinir das armas. O rei de Leão, Fernando Magno, no extremo ocidente, arrancava Lamego, Viseu e Coímbra ao rei de Badajoz; os reis de Badajoz, Toledo, Sevilha e Saragoça evitam a sua cólera fazendo-se seus tributários. Aragão, por sua parte, ia-se engrandecendo à custa dos mouros da sua fronteira. Com a subida ao trono de Leão de Afonso VI, a situação dos mouros não melhorou. Êle intervinha agora nas lutas entre os príncipes árabes e tornara-se árbitro dos seus destinos. A soberania dêles era, pois, precária. A soberba dos cristãos crescia. Em 1085 Afonso VI tomava posse de Toledo. A nova ecoou tristemente na Hispânia árabe. Sentindo-a em perigo, os reis de Badajoz, Sevilha e Granada só viram a salvação dos seus estados e do islamismo peninsular no socorro dos Almorávidas. Não que não receassem as ambi-



(Cl. E. Cerdeira)

CADEIA ÁRABE (SÉC. XII)

(Museu Etnol. Port.)

ções dêles, mas eram todos muçulmanos e mais valia serem muçulmanos do que cristãos. É sabida a opinião atribuída a Almotámide, de Sevilha: «... antes cameleiro em África do que porqueiro em Castela».

A sorte destinava-lhe peor emprêgo ainda. Os Almorávidas eram uma dinastia berbere nascida no extrêmo sul da Sara marroquina que se lançou à conquista de Marrocos e formou aí um forte Império, debaixo do mando de Iúçufe, filho de Texufine. O seu nome significa «consagrados (a Deus)». Nasceram, pois, de um pensamento religioso, mas para o muçulmano inseparável de um pensamento político e reformador de costumes. Iúçufe fundou a cidade de Marrocos em 1063 e fez dela a sua capital e do nome dela veio para a Europa o nome de todo o país. A reputação de Iúçufe de grande capitão e de senhor de um grande país muçulmano fez voltar para êle os olhos dos fracos príncipes peninsulares, prestes a ser devorados pelos «porcos» de Castela...

Assentou-se, pois, que uma delegação fôsse além do Estreito pedir o seu auxílio, que foi concedido. Iúçufe, à testa de um poderoso exército, de tropas berberes e negras, desembarcou em Algeciras e dirigiu-se logo para Sevilha e de lá para Toledo, para reconquistar esta cidade. Afonso VI estava então sitiando Saragoça e dando mão do seu intento foi ao encontro dos inimigos. Não seguiram Iúçufe e os príncipes aliados directamente contra Toledo, mas desviaram-se para ocidente, para se juntarem às fôrças de Badajoz, ao que parece; e foi não longe desta cidade, em Zalaca ou Sacralias, que cristãos e muçulmanos se encontraram e travaram a famosa batalha dêste nome, em 1086. A vitória grande que Iúçufe aí alcançou travou a roda da fortuna dos cristãos e retardou a reconquista do resto da Península. Desapressados assim da opressão de Afonso VI, os príncipes muçulmanos sacudiram o jugo cristão, deixando de pagar tributo. Todavia, tamanho feito não teve para os cristãos as conseqüências terríveis que seriam para recear, por culpa do adversário vitorioso, que não soube aproveitar-se das circunstâncias favoráveis para vibrar golpe mais fundo; e assim foi que Iúçufe regressou logo a Sevilha e desta cidade a Ceuta, onde acabava de falecer seu filho primogénito. Afonso VI vencido, mas não quebrado o ânimo, prosseguiu pouco depois a luta nas suas fronteiras orientais, donde o desviara um momento Iúçufe; fez-se forte no castelo de Aledo e daí com sortidas freqüentes incomodava porfiadamente os seus adversários. Almotámide quisera engrandecer-se dêsse lado, mas baldadamente; e os cristãos chegaram a infligir-lhe um revés grave em Lorca. A situação das populações muçulmanas voltava a ser a mesma de antes de Zalaca, e de novo se pensou em pedir socorro a Iúçufe. Desta vez foi o próprio Almotámide implorar auxílio. Movia-o a isso o perigo em que via o islamismo, mas também desejos pessoais. Cria êle que com o favor dos Almorávidas dominaria fàcilmente os próprios correligionários seus adversários. Não era, pois, tanto o receio dos cristãos como as rivalidades e malquerenças dos muçulmanos que animava êste e outros príncipes, que caminham por isso para a sua perda. O seu pedido foi atendido e Iúçufe atravessou pela segunda vez o Estreito. Foi isso em 1090. Era Aledo padrasto incómodo e invencível. Contra êle se dirigiu Iúçufe e os seus aliados. A guarnição era numerosa, a posição forte de si e os esforços dos sitiadores resultaram baldados; para mais Afonso VI acorreu com reforços e os muçulmanos tiveram de levantar o cêrco.

Assim, como em 1086, a tempestade que se acumulara no céu da Península desencadeara-se apenas em trovões e alguns aguaceiros: o inimigo que se pretendia esmagar mantinha a-final as suas posições. Iúçufe desforrou-se com os aliados, despojando-os. Êle tinha por si uma grande parte da opinião. As contínuas guerras, quer intestinas, quer com os cristãos dos últimos anos, tinham exaurido as fontes de riqueza do povo muçulmano. À sombra da desordem e das violências que ela gerara tinham-se introduzido abusos na administração. Impostos que a lei religiosa não autorizava foram criados para acudir à situação desgraçada das finanças do Estado. Os príncipes peninsulares, alguns pelo menos, como os de Sevilha e Saragoça, protegiam os cultores das letras e das artes, por gôsto e para cativarem os belos espíritos que aureolavam as suas coroas; e êsse favor desagradava à massa inculta e de rígido sentimento religioso

e aos ministros da religião que sentiam a sua missão diminuída no Estado. Aos olhos de uns e outros essas pequenas côrtes apareciam como moradas do pecado dignas de castigo divino. Em contraste, Iúçufe surgia para êles como um libertador e triunfador do cristão; como respeitador e seguidor da lei santa, devoto mesmo, que sempre ouvia os homens da lei e da religião; que abolira todos os impostos não prescritos pela igreja. Aos olhos, porém, dos elementos cultos peninsulares o prestígio do soberano almorávida não era tam grande, mau grado o meu muito poder e glória. Êle era um general feliz que comandava um povo vitorioso, mas rude e inculto, como êle; um povo mal visto na Península, a que pertencia a tropa mais grosseira e cruel do Califado: Iúçufe aclamado rei era o domínio dêsse povo e a subordinação da Hispânia a Marrocos; era a brilhante cultura dela submergida na barbárie de além do Estreito. Mas era a hora da barbárie pela fôrça das circunstâncias e por culpa dos próprios representantes dessa cultura superior. Todos queriam atrair o príncipe almorávida ao triunfo das suas ambições discordantes e assim lhe iam revelando as suas profundas divisões e fraquezas mútuas. Iúçufe, forte das sugestões dos seus partidários e da aura do seu nome na massa geral das populações, viu bem que fàcilmente venceria, mas quis, por isso mesmo, dar ao seu gesto uma aparência de legalidade. Que fez então? Ordenou aos ministros da religião que legitimassem o seu procedimento. Declararam, pois, que êsses príncipes não eram bons muçulmanos, como se via do seu modo de vida e do valimento que davam a indivíduos de espírito livre; haviam criado impostos não permitidos pelo Alcorão e os mantinham não obstante as advertências de Iúçufe; nestas condições eram indignos de reinar sôbre muçulmanos, e Iúçufe, defensor da fé e do direito, devia expulsá-los do trono. E assim fez. Êles tinham agravado a sua situação aliando-se com Afonso VI, quando viram os planos de Iúçufe. Em poucos anos os Almorávidas estavam senhores da Hispânia. Almotámide foi acabar os dias na prisão em Agmate, perto de Marrocos. Príncipe poeta, coração nobre e generoso, o seu grande infortúnio comoveu as almas sensíveis de outros poetas, que choraram as suas desditas imerecidas.

Também outros príncipes findaram os seus dias tristemente. O de Badajoz buscou salvar o seu reino pondo-se debaixo da protecção de Afonso VI, entregando-lhe Santarém, Lisboa e Sintra para isso, mas foi assassinado. Valência passou por vicissitudes várias e veio a cair em poder do Cid, mas pouco depois da morte dêste (sucedida em 1099) foi ocupada pelos Almorávidas. Assim os restantes principados dissidentes. A Península estava novamente unificada. Era um bem; era mesmo a bonança depois da tormenta. Quem mais triunfava eram os homens da religião. Nunca tinham tido tanto favor como agora. Era por êles Iúçufe, como já disse, mais o foi seu filho e sucessor, Ali. Os Almorávidas deram grandes esperanças. A sua vinda parecia dever deter a pressão cristã e reprimir a desordem interna. Dias felizes poderiam surgir. A breve trecho foi uma desilusão. Zalaca não teve as conseqüências políticas que se podiam esperar. A vitória que Temime, irmão de Ali, alcançou dos cristãos, comandados por Sancho, filho de Afonso VI, em Uclés, em 1108, também as não teve favoráveis para os muçulmanos. Depois de Afonso VI, Afonso VII e, no Aragão, Afonso I, o Batalhador, não deixaram sossegar os mouros. Afonso I, venceu-os em Cutanda, fez uma incursão através da Andaluzia, para libertar os Moçárabes dela, e conquistou Saragoça. Todavia, êle próprio era vencido anos depois em Fraga e Cir, no extrêmo ocidente, recuperava Santarém, Sintra e Lisboa, em 1111 — que Afonso VI, de Leão, conquistara aos mouros em 1093—e em 1117 Ali em pessoa vinha pôr cêrco a Coímbra, sem a poder tomar. Os Almorávidas eram, pois, impotentes para conter o avanço dos cristãos. Por outro lado, para a culta Hispânia árabe, a sua dominação era uma verdadeira invasão de bárbaros, sem as virtudes dos bárbaros do norte. Eram gente rude, cruel e soberba, que maltratavam os indígenas. Os seus cabecilhas, ao contacto da civilização peninsular e ricos dos despojos dos vencidos, corromperam-se. A intolerância em matéria religiosa foi extrêma. A côrte beata de Ali era dominada pelo clero; os cultores da filosofia eram perseguidos; os poetas mal vistos. O céu da Andaluzia, toldado e plúmbeo, oprimia todos os corações. Os Moçárabes naturalmente eram vítimas desta intolerância. Muitos foram deportados para a

África, por se recearem dêles como cristãos; outros tiveram que abjurar; outros ainda foram libertados por Afonso I, de Aragão, e trasladados à terra dos seus irmãos de crença.

Não tardou que estalasse a revolução, mas em terra de África. Ali, entre gente rude e inculta do Atlas, surgiu um reformador dos costumes e da religião, que se dizia Madi — assim chamara Mafoma ao último profeta que havia de salvar o mundo. Os seus partidários tomaram o nome de «Almóadas», que quere dizer «unitários», porque afirmavam a unidade de Deus fortemente e mais pura do que viam nos Almorávidas, que acusavam de politeístas, como aos cristãos. Foi isso cêrca de 1122. A conquista de Marrocos foi rápida; ultimou-a o seu sucessor Abde Almúmene, aclamado rei em 1129. Quando a Ali sucedeu seu filho Texufine, em 1143, o poder dos Almorávidas estava em declínio; êle foi o último soberano dessa dinastia e morreu dois anos depois combatendo os Almóadas em Marrocos. Para alimentar essa luta, que se travava naquela região, foi necessário desguarnecer a Hispânia árabe; e o mal-estar em que ela vivia teve assim facilidade em se manifestar. Como conseqüência, na verdade, da fraqueza do poder dos Almorávidas na Península, o seu Império desagregou-se, formando-se sôbre as suas ruínas alguns pequenos estados, até a conquista da nova dinastia marroquina. É o segundo período dos reis dissidentes. Os mais importantes foram os de Valência, de Múrcia e das Baleares. Época confusa por falta de boas fontes e perturbada pelas competições dos cabeças da revolta contra os Almorávidas. Interessa-nos sobretudo o movimento de rebelião cá no extrêmo ocidente: representa-o aí Ibne Caci em Mértola, Ibne Hajame em Badajoz e Algauci em Cáceres. Todos êles exerceram possìvelmente domínio em território que foi português, mas dêstes dois últimos só temos o nome. De Ibne Caci há mais certas notícias. Foi o chefe do movimento no ocidente, cêrca de 1145, tendo como capital Mértola. Teve dois auxiliares no primeiro momento: Ibne Almôndir em Silves e Ibne Uazir em Évora. Não tardou, porém, que se desaviessem, e Ibne Caci apelou para os Almóadas, que mandaram um exército do comando de Barraz em seu socorro. Assim tomaram os Almóadas pé na Península, em 1147. De caminho Barraz apossou-se de Sevilha e foi repor Ibne Caci no seu mando; mas as intrigas dêste não acabaram por isso, as quais por fim lhe custaram a vida, porque foi assassinado, caso sem importância entre muçulmanos. Foi então mercê destas circunstâncias favoráveis que D. Afonso Henriques tomou Santarém e Lisboa.

Não me deterei a narrar os acontecimentos dos pequenos principados do resto da Hispânia árabe. São sempre os mesmos combates, os mesmos assassinatos ou morticínios. Só direi que governou as Baleares alguns anos a família dos Gânia; quanto a Valência e Múrcia chegaram a formar um só reino, em que se tornou notável o seu rei Ibne Mardanix, conhecido pelo nome de «rei Lobo», por ser de origem cristã. A conquista almóada da Península não foi tam rápida como a dos Almorávidas. Ela só foi completa no continente com a morte de el-rei Lobo em 1171: foi o príncipe que mais tempo lutou contra os Almóadas, mas nas Baleares a família dos Gânia só foi despojada pelos Almóadas no princípio do século XIII. A Abde Almúmene sucedeu seu filho Iúçufe, em 1162; foi êle que ultimou em pessoa a conquista almóada da Península.

No tempo dos novos senhores da Península a reconquista cristã prosseguiu. Os príncipes cristãos apertam cada vez mais o círculo de ferro em volta dos seus adversários. São êles já então os reis de Portugal, Leão, Castela, Aragão e Navarra e os condes de Barcelona. Em ondas sucessivas, o mar dos cristãos vai escavando e ruindo as fronteiras do inimigo. Também êles estão divididos em muitas soberanias e lutam entre si; sem isso há muitos anos que não haveria mouros na Península.

A reconquista faz, depois, grandes progressos durante a decadência dos Almóadas. Desde a segunda metade do século XIII apenas subsistia o reino de Granada, sob a égide dos Nacéridas, do nome do fundador da dinastia, Nácer. São obscuras as suas origens. Viveu precàriamente, mas manteve-se até o fim do século XV. Era formado da faixa costeira do Mediterrâneo, desde as alturas da Serra Nevada até Gibraltar, região muito montanhosa e por isso defensável. A sua vida interna é incerta sempre e cheia de alternativas,

(*Cl. E. Cerdeira*)

CANDEIA ÁRABE

(Museu Etnol. Port.)

com as intrigas e o resfolegar de paixões que vimos darem-se livre curso em todos os estados muçulmanos. Por vezes essas paixões acalmavam-se temporàriamente, quando os príncipes cristãos se aliavam com êle e os seus homens de armas iam ajudar o cristão a derimir as suas questões de família, de ambição também. Mas logo voltava, acabado o feito estranho, ao empenho das lutas intestinas. Ficaram famosas as dos dois grupos dos Abencerragens com os Cegris. Em 1340 a luta com os cristãos ia tomar uma forma trágica. Nesse ano, acudindo aos seus irmãos de crença, os Merínidas vieram combater o rei de Castela, Afonso XI, que pediu auxílio a D. Afonso IV, rei de Portugal; e junto de Tarifa se travou esforçada e memorável batalha, vencida pelos Castelhanos e Portugueses. Foi o último esfôrço grande dos mouros para recuperarem o terreno perdido. No século seguinte, a obra da reconquista é activada e levada a bom termo pelos Reis Católicos, Fernando e Isabel. Sucessivamente tomam posse de Gibraltar em 1462, de Málaga em 1487 e de Granada em 2 de Janeiro de 1492, depois de porfiado cêrco à cidade.

Com êste feito acaba o domínio árabe na Península. Tinham sido necessários quási oito séculos para a libertar dêsses intrusos; perto de oito séculos de vigílias, de latrocínios, de violações e de assassínios. Granada é a última scena dêsse drama que se chama a reconquista; mas o drama prosseguiu nas almas. A capitulação de Granada e das outras cidades tomadas anteriormente alforriava as populações vencidas; sobretudo preceituava que elas não seriam inquietadas nos usos, costumes, leis e religião. Quis, todavia, mais a fatalidade do destino do que as promessas dos homens e a fé jurada. Chamavam-se *mudéjares* êsses novos súbditos dos reis cristãos, de uma palavra da língua dêles que significa «indivíduo muçulmano que permanece», isto é, não emigra ou abandona os logares conquistados pelos cristãos, como *moçárabe* é o indivíduo cristão que convive

(*Cl. E. Cerdeira*)

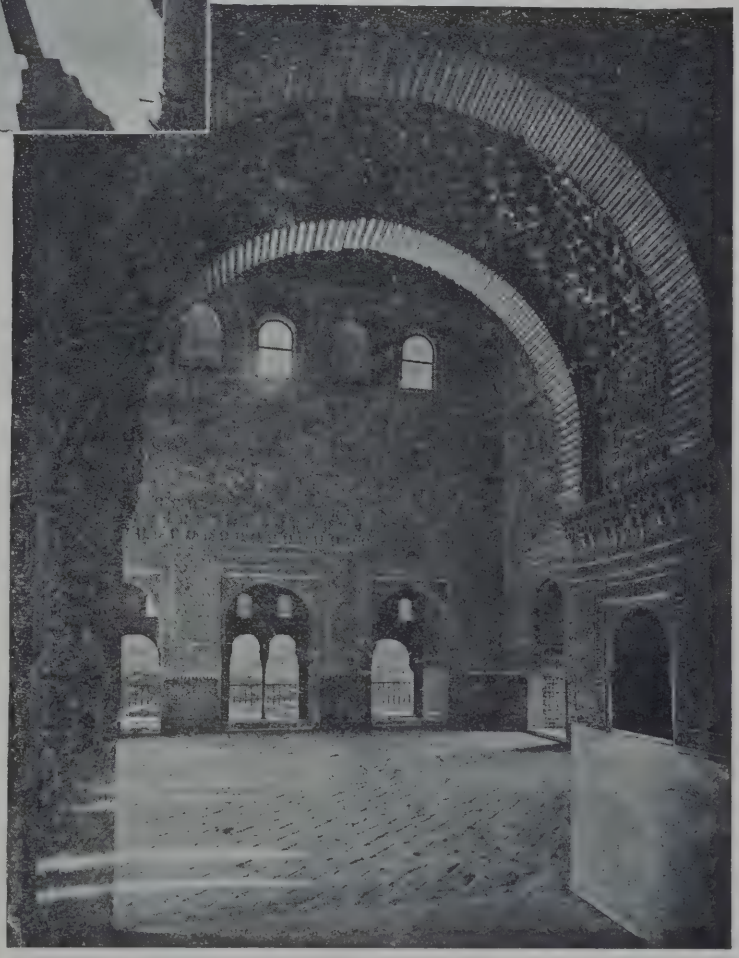
FRAGMENTO DE CERÂMICA ÁRABE

(Museu Etnol. Port.)

(*Cl. Carlos Gomes*)

CAPITEL ÁRABE DO DEMOLIDO CONVENTO DE SANTARÉM

(Museu Reg. de Santarém)



GRANADA — ALHAMBRA

I — Páteo dos Leões

II — Sala dos Embaixadores

(*Foto-Garzón*)

jares o seu calvário. Dias de grandes provações os esperavam ainda. Êstes cristãos novos não cessaram de ser suspeitos de mourismo, como os Judeus de judaísmo. As cousas chegaram ao extrêmo de lhes proïbirem o uso da sua língua, de falarem árabe. Tantas violências levaram-nos à revolta; e nas serras de Granada se levantaram contra os cristãos, violadores dos seus privilégios e opressores das suas consciências. Foi isso na segunda metade do século XVI. Vencidos pela fôrça das armas, depois de longa luta de guerrilhas, nem assim se acalmaram as paixões e os desígnios do cristão, e em 1609, reinando Filipe III, foram expulsos de Espanha. Calcula-se que meio milhão de mouriscos deixou a terra que lhes fôra berço e foi acolher-se nos paí-

com os árabes e dêles toma o modo de vida. Não tardou, porém, que os ministros do Senhor se sentissem ofuscados com as liberdades dos novos vassalos; procuraram reduzi-los à sua fé; e, na verdade, logo em 1502, depois dessas tentativas de conversão, decretava-se a sua expulsão ou então que abjurassem da sua religião. A maioria resignou-se à violência da conversão. Eram desde êsse momento *mouriscos,* nome que designava o mouro que abandonava a sua religião pelo cristianismo. Não acabou com êste procedimento dos mudé-

ses do norte de África, onde encontravam irmãos de crença. Também os Judeus de Portugal e Espanha se tinham refugiado ali, prova clara de que os chamados países da intolerância eram mais clementes para os pobres foragidos do que os do Nazareno bom e piedoso. As conseqüências para a Espanha dêste êxodo foram desastrosas; essas populações laboriosas, industriosas, fizeram muita falta à economia da nação, estancando fontes de riqueza, diminuindo a vitalidade do Estado e comprometendo desta arte a hegemonia política da Espanha na Europa. Êrro igual havia de praticar a França em 1685 com a revogação do édito de Nantes e conseqüente emigração de protestantes!

(Foto-Garzón)

GRANADA

ALHAMBRA — ORNAMENTAÇÃO MURAL DA SALA DOS EMBAIXADORES

Capítulo II — A organização do Estado

Elementos sociais do Estado árabe. Partilha da terra depois da conquista. Organização administrativa, judicial, militar e religiosa.

Os elementos sociais que compunham o Estado eram bastante heterogéneos e nunca foi possível fundi-los, como o mostram as incessantes lutas que sustentaram entre si. Estas populações eram muçulmanas umas e não muçulmanas outras. Ás primeiras pertenciam os Árabes, os Conversos peninsulares e os Berberes; às segundas os Moçárabes e os Judeus.

As populações cristãs da Península que se submeteram aos muçulmanos formaram duas classes: 1.ª, as conquistadas por fôrça de armas, principalmente as da planície andaluza, surpreendidas pelo ímpeto da invasão; 2.ª, as que, na seqüência dessa conquista, vendo a impossibilidade da luta, se renderam por capitulação, e foram, sobretudo, as populações do centro e do norte da Península. As primeiras perderam todos os seus bens, que foram divididos entre os invasores, à excepção de um quinto que ficou pertencendo ao Estado; mas os servos, que no tempo dos Visigodos cultivavam as terras, continuaram nelas, devendo pagar aos seus novos senhores quatro quintos dos produtos delas, e nas terras pertencentes ao Estado apenas um têrço. As outras populações, que haviam capitulado, obtiveram condições favoráveis, pois conservaram as propriedades dos seus bens, podendo livremente dispor dêles; alguns dêsses pactos são notáveis pelo espírito de tolerância política, assim o de Teodemiro, governador ou príncipe dos cristãos de Lorca, Alicante, etc., no oriente da Península, o qual lhes dava ampla autonomia.

Os conquistadores, Árabes e Berberes, partiram, pois, entre si as terras tomadas aos vencidos, salvo o quinto delas, que ficou pertencendo ao Estado. Trinta anos mais tarde, novos Árabes, mas da Síria e do Egipto, e não da Arábia, vieram à Península e por êles se fez a distribuïção de algumas das terras pertencentes ao Estado, ficando, pois, os rendeiros delas foreiros agora dêstes novos invasores. Êles formavam seis grupos, consoante a sua procedência natal: os do Egipto foram estabelecidos nas terras de Ossónoba, de Beja e de Múrcia; os de Emessa nas de Sevilha e Niebla; os da Palestina nas de Sidona e Algeciras; os do Jordão nas de Málaga; os de Damasco nas de Granada; e os de Quinesrine nas de Jaén.

Estas eram as classes dominantes do Estado, onde se recrutavam os seus dirigentes, a nobreza em suma. Não havia entre elas harmonia, porque eram em primeiro logar crentes desavindos, como vimos anteriormente; e em segundo logar porque os Árabes da primeira invasão e os Berberes possuíam as melhores terras e em melhores condições. Esta nobreza habitava de preferência o campo, segundo parece. Durante os Omíadas apareceu uma nova nobreza, a das armas, constituída pelos chefes militares, que

suplanta a outra pouco a pouco e toma conta dos cargos públicos de importância. Os soberanos foram-na engrandecendo, para dominarem a outra, que ameaçava constantemente dissociar o Estado. Nas cidades vivia a gente de comércio e de indústria, constituída, sobretudo, por conversos e não muçulmanos. Era, se se pode dizer, a burguesia, onde havia ricos e pobres, com uma nova aristocracia, a do dinheiro. Na escala social inferior havia os servos, que cultivavam os campos por conta dos seus senhores, e os escravos de servidão completa. Entre êstes estavam os cristãos alistados nos exércitos muçulmanos, sobretudo os Eslavos, cujos capitães chegaram a ocupar altos cargos e, no no período dos reis dissidentes, aspiraram até à soberania. Os conversos da primeira hora foram principalmente os escravos e os servos dos Visigodos que, renegando a sua religião, obtinham alforria. Devem ter sido numerosos e assim se explica a islamização rápida da Península. A sua baixa condição anterior fazia que fôssem pouco considerados pelos muçulmanos, Árabes e Berberes. Com o brilho da cultura árabe e o prestígio do poder dominante, muitos Moçárabes se converteram também depois. Os conversos vieram a ser poderosos alguns e a ascender aos cargos do Estado; chegaram mesmo a formar um partido nacional, em oposição com outros elementos muçulmanos, estranhos à Península. Estes muçulmanos peninsulares falavam românico, como os Moçárabes, e foi por êles que se exerceu a acção inversa dos Moçárabes, isto é da civilização cristã sôbre os outros muçulmanos.

Os Judeus eram muito numerosos, como já dissemos. Perseguidos pelos Visigodos, melhores tempos foram para êles os do domínio árabe. Como em toda a parte, eram comerciantes, industriais e dados às artes liberais, médicos, astrólogos etc. Em Córdova representavam a finança e chegaram a ser ministros. Lucena era quási só cidade judaica. Tiveram muito a sofrer, como os Moçárabes, com os Almorávidas e os Almóadas.

Os Árabes deram ao novo país muçulmano o nome de «Andaluz», que, na opinião de Dozy, foi o de Tarifa, anteriormente à invasão e dado ao logar pelos mouros, por aí terem embarcado para África os Vândalos, de que é uma alteração, e depois estendido a todo o país pelos conquistadores.

Podia dêste amálgama sair uma nacionalidade? Podia, na verdade, se êstes elementos díspares se fundissem e surgisse um pensamento colectivo. Ora isto é obra de séculos de vida calma e de uma soberania forte, capaz de se impor e esmagar as veleidades de desordem que eram da essência e índole dos dominadores. E houve realmente dois momentos na Hispânia árabe em que o poder central se sobrepôs vitorioso a todo o país, mercê de qualidades de mando excepcionais, no tempo de Abderramão III e de Almançor. Êles conseguiram abater todas as resistências e fazer curvar a cerviz à nobreza; mas já os seus antecessores, como os seus sucessores, não tiveram o mesmo pulso de ferro, nem o mesmo desprêzo da vida alheia: só os príncipes fortes e cruéis são capazes de segurar o poder e manter a ordem no corpo social em desorganização. Porque era a nobreza êsse elemento centrífugo. Ela possuía a terra que fôra repartida pelos cabecilhas da invasão. Os seus velhos hábitos de independência ou insubmissão resfolegavam de todos êles e a riqueza agora não podia deixar de fortificá-los ainda mais. Ela foi, pois, durante séculos, a fomentadora da agitação constante em que viveu o país. Ela consentia em ver no rei o suserano, contanto que a deixasse livre e árbitra na sua órbita de interesses particulares. E assim o domínio árabe é uma espécie de feudalismo, para nos servirmos de uma expressão conhecida. Nestas condições, a soberania na Hispânia árabe foi sempre precária, como nos outros países muçulmanos; e escrever a sua história política é fazer uma narrativa fastidiosa de sublevações e combates. Todavia, a nobreza foi esmagada. Como? Para isso o poder real foi buscar o apoio na fôrça armada permanente, que criou e organizou com corpos de mercenários estranhos à nação, e por isso opressores dela. Essa espécie de guarda pretoriana era formada de Berberes e de cristãos — êstes de várias origens peninsulares uns, outros de além Pirenéus, sobretudo Eslavos. O resultado foi o mesmo a breve trecho e o mal anterior foi peorando, porque a soberania andou à mercê de enredos e cobiças de capitães, que se fizeram senhores da nação; e a anarquia e o desenfreamento de

paixões alastraram por todo país. Com isso ganhavam os príncipes cristãos, que iam alargando mais e mais os seus domínios. Mas havia também causas profundas de ordem religiosa de desacôrdo na comunidade muçulmana, que, por toda a parte, perturbavam a vida social. Na data em que os muçulmanos conquistaram a África e a Hispânia já não existia unidade de crença.

O chefe do Estado na Hispânia árabe chamou-se *emir* no período dos governadores. Dependia dos califas de Damasco, em cujo tempo se fez a conquista da Península; eram, pois, nomeados por êles e às vezes também pelos governadores de África. A capital do país foi Córdova, desde então. Com o advento de Abderramão I, o emirado tornou-se independente, na forma de uma monarquia hereditária. Com Abderramão III, o emirado passou a califado, o qual durou até 1030, como vimos. Com a queda do Califado, Córdova e Sevilha regeram-se pela forma republicana, governadas por um directório; o resto do país constituiu-se em emirados independentes. Debaixo do poder dos Almorávidas e Almóadas a Hispânia árabe esteve na dependência de Marrocos. Os príncipes dos Almorávidas chamaram-se *emires dos muçulmanos,* mas os Almóadas tomaram o título de *emires dos crentes,* como os califas do Oriente, califas, pois, como êles. Queremos nas páginas que seguem referir-nos à época dos Omíadas de Córdova.

O *emir* ou *califa* era o chefe supremo do Estado. Governava-o por meio de diferentes ordens e categorias de funcionários administrativos, judiciais, militares e religiosos. No domínio administrativo: o *hágebe* era o primeiro ministro, os *alvazires* os simples ministros, os *cátibes* os seus secretários; e ao conjunto dos serviços públicos se chamava o *divan*. Córdova, a capital, tinha um governador, *vali,* e assim também as circunscrições provinciais, cujo número não podemos fixar em nenhuma época dêsse domínio. Para defesa das fronteiras e combater os cristãos havia nelas também governadores especiais, cujo encargo era êsse. A arrecadação dos impostos estava confiada às *alfandegas* ou *aduanas* e à testa delas havia o *almoxarife*.

No domínio judicial: o *alcalde* era o cargo de justiça mais importante e de grande relêvo na sociedade muçulmana. Dado o carácter ao mesmo tempo civil e religioso da lei, o seu prestígio era muito grande; e era sempre confiado por isso mesmo a pessoas do maior saber e da maior moralidade; êle era para os poderosos verdadeiramente um juiz, a que não escapavam os actos do próprio soberano, e para os órfãos, os pobres e os dementes um protector. Em Córdova chamava-se *alcalde da aljama* (isto é da mesquita maior) que, com os mesmos poderes amplos, era, todavia, de mais prestígio, por o ser da côrte. O alcaide não podia, porém, superintender em todas as questões de justiça na sua jurisdição. Havia, pois, abaixo dêle: o *zabalaquém,* que executava as decisões do alcalde e entendia em matéria do crime e da polícia, fóra da capital; o *almotacé,* que superintendia na polícia dos mercados, nos pesos e medidas e outros assuntos da vida pública da cidade. Na capital havia ainda dois altos cargos de justiça: o *zalmedina,* que superintendia nos negócios do crime e polícia de costumes, e o *juiz das injustiças,* que era o fiscal dos representantes das autoridades e conhecia dos abusos praticados por êles no exercício das suas funções.

No domínio militar: o *alcaide* comandava os exércitos e êsse era também o nome que tinham os governadores da fronteira, cuja função se aproximava da de um general em campanha. As tropas eram umas de cavalaria, as mais importantes, outras de infantaria; o cavaleiro chamava-se *alferes* e o guia das tropas era o *adail,* os quais significam isso mesmo. As incursões feitas no país inimigo, para roubar e cativar gente, em regra na primavera, eram *algaras* ou *gazivas,* chamadas também por nós *fossados;* eram os *almogaveres* que faziam tais incursões e mantinham as populações das fronteiras em sobressalto e criavam próximo delas uma extrêma despovoada a inculta. Assim nasceram as Estremaduras portuguesa e espanhola. Êsses almogáveres pertenciam muitas vezes a *rebates* ou *arrábidas,* espécie de conventos próximos delas, onde os crentes se exercitavam no mister das armas e ao mesmo tempo cuidavam da salvação da alma. Também tinham o nome de *azoias*. Assim se preparavam para a guerra santa, isto é combater os infiéis, na qual se podia alcançar a bem-aventurança

eterna. Por isso existem numerosas designações toponímicas no nosso país e fóra dêle, que foram primitivamente logares dessa natureza: *Arrábida,* perto de Setúbal, *La Rábida,* perto de Palos em Espanha, *Rabat* em Marrocos, são antigos rebates. As *azóias* são ainda mais numerosas: fóra de Silves havia uma que deu nome a uma porta antiga da cidade; fóra de Santarém havia outra que forma hoje uma freguesia, onde está Vale de Lobos, tornado famoso por Herculano. No território do sul de Portugal podemos indicar no século XII duas dessas *rábidas,* registadas em fonte histórica: a de Arrifana, junto do mar, perto de Aljezur, fundada por Ibne Caci, de Mértola, de quem falámos atrás, e onde êle e o seu parcial, Ibne Almúndir, permaneceram algum tempo; e a de Juromenha, onde residiu algum tempo também, consagrado à vida santa e à guerra contra os infiéis, um dos mestres espirituais do grande místico de Málaga, Ibne Arabi. Na redenção dos cativos feitos de parte a parte empregavam-se os *alfaqueques,* isto é resgatadores.

No período dos governadores a organização militar assentava na divisão em tríbus das populações dominadoras. Cada tríbu devia fornecer um certo número de homens em tempo de guerra, os quais eram pagos pelo Estado, durante a campanha. Estas fôrças agrupavam-se em divisões chamadas *jondes.* A-par havia a fôrça permanente de polícia das províncias e da capital, que se chamava *xorta,* e se empregava para manter a ordem pública e dar mão forte às autoridades. Esta organização limitava de certo modo o poder dos soberanos, que estavam à mercê dos chefes de tríbu e tolhia a sua liberdade de movimentos. Era mesmo um perigo para a existência do Estado, porque êsses chefes podiam coligar-se entre si e pôr em cheque a sua unidade. Não podendo vencê-la de frente, por ter raízes na vida social, os Omíadas foram a pouco e pouco neutralizando o seu poder e preparando a sua inutilização; e para isso criaram fôrças permanentes, a sôldo do govêrno central. Foi o que logo fez Abderramão I, criando uma guarda formada de clientes da sua família, que o haviam ajudado a ganhar o mando, e de Berberes, e outra de gente de côr. Subordinadas directamente ao soberano, êle podia sofreá-las e foram um precioso instrumento de dominação e de conquistas sôbre os cristãos. Os *jondes* continuavam a existir de facto, mas o soberano não recorria a êles senão em casos excepcionais. Abderramão III fortaleceu mais êsse poder militar com a criação da guarda eslava, em que entravam cristãos de várias procedências e principalmente Eslavos. Almançor foi mais longe ainda e aumentou muito a guarda de Berberes. Já vimos que êste exército permanente de Berberes, Eslavos e Pretos contribuíu depois para a desagregação do Califado.

Em combate, o exército muçulmano agrupava-se na forma de um rectângulo irregular; a essa formação dava-se o nome de *tabia* e aos lados e centro do rectângulo chamava-se assim: a vanguarda *mocádema* (dianteira), a ala direita *méimena,* a esquerda *méicera,* a rectaguarda *saga,* o centro *calbe* (coração): era neste que estava o soberano e o alcaide.

As armas de ataque eram a espada, a lança, o arco e as setas; as de defesa o capacete, o escudo, a couraça e a cota de malha. Nos sítios de cidades e castelos usavam catapultas, para arremessarem pedras e aluírem as muralhas. As cidades e logares próprios para defesa eram rodeados de muralhas e tinham castelos. Dos despojos do vencido, o soberano tinha o quinto.

Nas cousas do mar, o comandante em chefe da marinha não tinha nome próprio, era sempre o *alcaide,* como vimos nas cousas da guerra terrestre. O *almirante* é uma fórma românica que assenta realmente numa palavra árabe, *emir.* O capitão de um navio era o *arrais,* mas sendo navio de guerra o chefe militar dêle era também *alcaide.* Nas *tercenas* ou *arsenais* construíam-se os navios: o vocábulo árabe é o mesmo, sendo o primeiro português e o outro francês de formação; significa «fábrica» de embarcações.

No domínio religioso não havia clero, no sentido que lhe dão os cristãos, mas existiam funções de carácter religioso, para exercer os quais era necessário o estudo dos textos sagrados. O indivíduo que presidia à oração na mesquita era o *imame;* havia também *cátibes* ou prègadores, *álimes* (ou *úlemas,* segundo se diz vulgarmente), que correspondem aos nossos teólogos, *alfaquis* ou jurisconsultos e *muftis,* ao mesmo tempo *álimes* e *alfaquis,* da escolha do soberano, que em última

instância resolviam as questões litigiosas em matéria de religião. Era nas *mesquitas* ou «logares de prostração», correspondentes à igreja cristã e à sinagoga judaica, que se celebrava o culto, e do alto das suas tôrres, *açómua* ou *almenara* (hoje *minarete* e no antigo português *alcorão)* chamavam à oração os *almoadens*. No momento da oração o muçulmano volta-se para Meca, a cidade santa, e essa direcção, *quibla,* está indicada no templo por um nicho da parede, que se chama *mirabe*. Esta religião é o *islame* ou islamismo, isto é «acção de se entregar» (a Deus), ou seja adorá-lo; e *muçulmano* é o crente islâmico.

As fontes do islamismo são duas: 1.ª, o Alcorão, o livro santo, que foi revelado a Mafoma por Deus. Contém, pois, a palavra de Deus, é de origem divina. Compreende 114 *suras* ou capítulos e êstes dividem-se em *aias* ou versículos. 2.ª, a *Suna* ou compilação de todos os actos e palavras de Mafoma e dos seus companheiros, que completam a doutrina do Alcorão e esclarecem pontos obscuros dêle. Os compiladores ou doutores do islamismo não estão todos de acôrdo e formam quatro escolas ortodoxas, conhecidas pelo nome dos seus autores: malequitas, hanefitas, hambalitas e xafeítas, de Máleque, Hanefe, Hambal e Xaféi.

A várias obrigações ou provas está sujeito o muçulmano. A prova física é a circuncisão, que é o nascimento da criança para a religião e se não realiza no mundo muçulmano na mesma época da sua vida: umas vezes é no oitavo dia, outras aos sete ou onze anos, etc. Essa ceremónia é ocasião de festas na família.

A prova oral é a pronúncia da fórmula de profissão de fé, que é a afirmação da unidade divina: «Não há mais que um Deus e Mafoma é o profeta de Deus.»

A prova prática é constituída por um certo número de obrigações que incumbem umas ao indivíduo, outras à comunidade. As obrigações individuais são:

1.ª, o *culto,* realizado de preferência na mesquita, em comum com os outros fiéis, por ser mais meritório assim, cinco vezes ao dia, anunciadas pelo almoadém do alto dos minaretes, porque Mafoma proïbiu o uso de sinos, como usavam os cristãos. Antes da oração, o fiel deve purificar-se, isto é lavar as mãos, a cara e os braços até o cotovêlo. Para isso há sempre fontes nos pátios das mesquitas. As horas das orações são: ao romper do dia, ao meio-dia, à tarde, ao sol-pôsto e hora e meia depois do sol-pôsto. O pavimento das mesquitas está coberto de esteiras e os fiéis só podem entrar nelas descalços.

As mesquitas não são logares severos e sombrios, como as nossas igrejas; as principais servem, em regra, de escolas e até de salas de conferências e bibliotecas. Sirva de exemplo a mesquita Alcarauíne, de Fez, onde se dão as aulas da Universidade da mesma cidade e existiu uma notável biblioteca, hoje de pouca importância, por motivo de extravios de muitos dos seus manuscritos.

2.ª, o *jejum* durante todo o mês de ramadão, desde o nascer ao pôr do sol. De dia abstinência completa de comer, beber e fumar. Como os meses são lunares, o ramadão pode cair em qualquer estação do ano, e, se acontece ser na estação quente, a privação de bebidas é uma verdadeira tortura e castigo.

3.ª, a *peregrinação* aos logares santos da Arábia, isto é Meca e Medina, a qual deve fazer uma vez na vida. Na cidade de Meca realizam os peregrinos ceremónias diversas, entre as quais registaremos estas duas: dar sete vezes a volta à Caba, santuário da grande mesquita, e beijar a pedra negra que nela se guarda. Êste preceito só pode ser cumprido por um pequeno número de fiéis, por ser custoso.

4.ª, a *esmola* ou pagamento voluntário que devem fazer os ricos de uma certa percentagem dos seus rendimentos para assistência aos pobres, às viúvas e resgatar os cativos sem recursos, etc. O seu nome em árabe é *azaqui*. Converteu-se depois num verdadeiro imposto. Em Portugal, os mouros fôrros pagavam êsse tributo, com a *alfitra*.

As obrigações da colectividade são duas principais, isto é «promover o bem e proïbir o mal» e «fazer a guerra santa». A primeira obrigação dá a todos os membros da comunidade o direito de censurar os actos do seu semelhante; e foi no uso dêsse direito que em Marrocos, por exemplo, os Almóadas se arvoraram em reformadores dos costumes dos

Almorávidas, pretenderam e conseguiram destruir o seu estado político. A guerra santa é preceituada para fazer triunfar no mundo o islamismo. Êste aspira ao domínio universal; e os seus fiéis devem pela fôrça obrigar os outros povos, infiéis, a converter-se a êle ou a submeter-se ao seu poder. Não devem os crentes viver em terra de infiéis, antes abandoná-la, se não puderem fazer triunfar a sua fé pelas armas; e, assim, quando um país muçulmano fôr conquistado pelos infiéis, os muçulmanos não devem permanecer nêle; mas êste preceito nem sempre foi seguido, porque o amor aos pátrios lares e aos bens terrenos tem sido muitas vezes mais forte. Viu-se isso, por exemplo, na reconquista cristã da Península. Os soberanos muçulmanos quando queriam combater os cristãos proclamavam a guerra santa; e em 1914 foi isso que tentou a Turquia, para tolher os movimentos das nações aliadas, que têem grande número de súbditos daquela religião, isto é a Inglaterra e a França, mas sem resultado.

A lei religiosa proíbe um certo número de cousas: assim comer carne de porco, beber vinho, representar seres animados etc., mas essas proïbições nem sempre são rigorosamente cumpridas. Ela permite ao muçulmano a poligamia, até o número de quatro esposas legítimas, segundo as suas posses, mas êle pode tomar quantas concubinas quiser. O casamento é um acto civil. O laço matrimonial é muito frouxo; ao cônjuge masculino o divórcio é fácil; a mulher pode também requerê-lo, mas sem as mesmas facilidades. A esposa vive no harém e só convive com as outras mulheres; os dois esposos fazem vida separada fora de casa. As mulheres devem usar bioco, de modo que do rosto só se vêem os olhos.

São poucos os dias de festa dos muçulmanos. A sexta-feira é o domingo dêles, mas só parte dêle é de descanso. Ao meio-dia, nas mesquitas, há oração pública, a que, em regra, só assistem os homens. Finda ela há sermão, no princípio do qual se cita o nome do soberano e se pede para êle a bênção de Alá. Há, porém, dois dias completos de festa; o do *dejejum,* no primeiro dia que segue o mês de ramadão, e o do *sacrifício,* no dia 10 do mês da peregrinação, a festa da *axura,* em que se matam alguns animais, carneiros em regra, e se distribui uma parte da sua carne pelos pobres. O seu Natal ou nascimento do Profeta também é dia festivo: é no dia 12 do mês de rabi I.

Capítulo III — A sua cultura

Os Árias na cultura árabe. Esplendor de Córdova. Grandes bibliotecas. A poesia, a história, a geografia, a jurisprudência; a filosofia, a astronomia, a medicina, a botânica; as belas-artes. A mesquita de Córdova.

Esta gente, cujos movimentos políticos estudámos precedentemente, criou uma cultura que pode competir em muitos respeitos com a dos outros países muçulmanos. Criou uma literatura que deu alguns grandes nomes ao pensamento islâmico; criou uma filosofia e uma sciência que honram sobremaneira o pensamento humano; e criou uma arte que se manifestou em ricos monumentos. Essa criação não foi obra só dos invasores, mas também dos Hispano-godos, convertidos uns, arabizados os outros. Nós vimos anteriormente como isso foi: as populações peninsulares submetidas, adoptando a religião, a língua e o modo de viver dos muçulmanos, ou simplesmente o modo de viver e a língua, inocularam no espírito muçulmano qualidades da raça árica. Foi também assim noutras partes do império árabe. No Oriente, os grandes pensadores da filosofia árabe são Persas, principalmente, como Algazel e Avicena. A própria filosofia e a sciência árabes têem nos Gregos as suas origens. Foram cristãos helenizados que traduziram para árabe Aristóteles e Platão, os orientadores do pensamento filosófico árabe. Os contos e apólogos morais são de origem pérsica ou índica. A arte árabe tem muito dos Bizantinos. A religião islâmica também não é fundamente original. Assim os Árias foram os mestres dos Árabes; em toda a parte do mundo muçulmano são êles, sobretudo, que elaboram o pensamento islâmico, depois que foram êles que lhe imprimiram movimento. O Árabe não foi, pois, criador, como o Grego ou o Índio, no campo das ideias; todavia, partindo de fórmas do pensamento alheio soube elaborar um com cunho seu, mercê do seu grande poder de assimilação. Efectivamente, o espírito helénico, árico, separa-se nìtidamente do espírito árabe, semítico. Ora tendo o pensamento grego, racionalista, liberal e idealista sido o inspirador do espírito árabe, de estrutura contrária, todo o esfôrço dos pensadores muçulmanos se aplicou a harmonizá-los e conciliá-los, e por êsse esfôrço construíram um sistema de caracteres próprios.

Esta grande cultura supõe ambiente propício. E teve-o. Durante o Califado, a Hispânia árabe gozou de grande prosperidade. Fê-la assim o esfôrço inteligente e pacificante de alguns soberanos e uma actividade grande da vida económica do país. Foi próspera neste tempo a agricultura, porque a terra da Andaluzia é rica e os homens a ajudavam também. Os novos ocupantes, vindos de países onde a natureza é ingrata, por falta de água, e por isso usavam processos agrícolas a que a necessidade os obrigara, aplicando-os na nova pátria, tiraram dela tanto maior rendimento, por exemplo, por meio das noras, azenhas e acéquias. As outras indústrias e o comércio prosperaram também. Cór-

dova era uma grande cidade, digna rival da Bagdade dos Abácidas: grande pela população, pela magestosa mesquita, sem igual no mundo muçulmano, pelos palácios, pela sua actividade económica. A indústria dos tecidos, das armas e dos couros faziam dela grande fábrica. Toledo era célebre também no fabrico de armas e ainda o é hoje; Málaga na cerâmica e Almeria na vidraria eram afamadas; e Xátiva teve uma fábrica de papel, a primeira que houve na Europa. Córdova, na qualidade de capital e pela sua situação no coração do país, era empório comercial, onde acabava todo o carreamento da riqueza do reino. Sevilha, por ser acessível à navegação, era grande mercado também, no tempo do Califado, e servia-lhe de pôrto de embarque e desembarque do vaivém comercial. A sua importância mais cresceu ainda quando os Abádidas a fizeram sua capital.

Esta prosperidade material criou a cultura e a civilização. Com elas nasceu o gôsto do livro e um ambiente próprio às cousas do espírito. Prova-o principalmente a existência de grandes bibliotecas, de que temos notícia. No tempo de Alháqueme II, a livraria real continha cêrca de 400.000 volumes. Na capital havia particulares que também possuíam ricas bibliotecas. Entre êles, cita-se a de uma grande dama, Aixa. Os Abádidas, de Sevilha, alguns dêles cultores das letras, tinham grande livraria. Na sua capital havia uma rua toda ocupada por livreiros. Num outro reino dissidente, Almeria, Abu Jáfar ibne Abaz,

SEVILHA

A Tôrre da Giralda

(Foto-Garzón)

ministro do seu rei Zohair, formou biblioteca de 400:000 manuscritos, sabe Deus ou Alá à custa de quem!

Facilitava esta difusão do livro, e por isso favorecia imensamente a cultura, a substituïção do pergaminho, muito caro, pelo papel de linho, cuja indústria foi introduzida na Europa pelos Árabes antes do século XI e de que houve uma fábrica famosa em Xátiva, como dissemos.

Na poesia o Oriente tem maiores nomes, mas não que ela fôsse cá menos apreciada. Era-o na verdade muito, desde o povo e as mulheres até os soberanos; houve mesmo poetas a sôldo dos reis que realçavam as festas e o brilho das côrtes. O assunto dela era ou a guerra e o que com ela se ligava, como os rijos combates, a valentia dos cavaleiros, a vitória sangrenta e cruel; ou as virtudes dos soberanos e dos mecenas, sobretudo a sua liberalidade; e ainda a sátira, o amor e os banquetes. Esta poesia é essencialmente lírica; mas toma por vezes a forma épica, a-par da forma lírica na mesma composição — como sucedera nas famosas canções pre-islâmicas, as *moálacas*. Citemos alguns poetas: Ibne Abdarrabihi, poeta da côrte; Ibne Amar, de Silves, que acabou tam tràgicamente; Ibne Abdune, de Évora; Ibne Zaidune, de Córdava; e entre os soberanos notabilizaram-se Almotámide, rei de Sevilha, que fez Ibne Amar seu valido por amor da poesia.

Da poesia popular temos um cancioneiro famoso, de Ibne Cuzmane, de Córdova, e na crónica da Hispânia de Ibne Alcutia há fragmentos de poesia épica popular, como o mostrou o Sr. Ribera na sua edição.

A história foi muito brilhantemente culti-

(*Cls. E. Cerdeira*)

CAPITÉIS ÁRABES

(Museu Etnol. Português)

vada e rivaliza com a do Oriente. Reveste duas fórmas: de crónica e de biografia. O maior historiador da Península é Ibne Haiane, de Córdova, autor fecundo e consciencioso que não possuímos integralmente; depois dêle o mais importante é Ibne Alcatibe, ministro de Mafamede II, de Granada, homem de grandíssima cultura e variedade de aptidões, pois até sôbre medidina escreveu. São

importantes ainda: Ibne Alcutia, de ascendência goda, como o nome diz, e até de estirpe régia, que escreveu uma crónica da conquista da Hispânia, como já se disse; Alcoxani, autor da história dos juízes de Córdova.

A forma biográfica é rica: Alfaradi compôs as vidas dos sábios da Hispânia, obra continuada por Ibne Pascual, peninsular, e Ibne Alabar, que o não era; Ibne Baçame, de Santarém, escreveu as vidas dos literatos do século v da hégira (século xi da nossa era).

Ibne Caldune é o mais alto representante da historiagrafia árabe, porque, além de uma história universal, nos deixou nos seus *Prolegómenos* um quadro geral da cultura e civilização árabes. Não é, todavia, de origem hispânica, mas foi-o de cultura e por êsse respeito é nosso também.

(*Foto-Garzón*)

CÓRDOVA — Interior da Mesquita

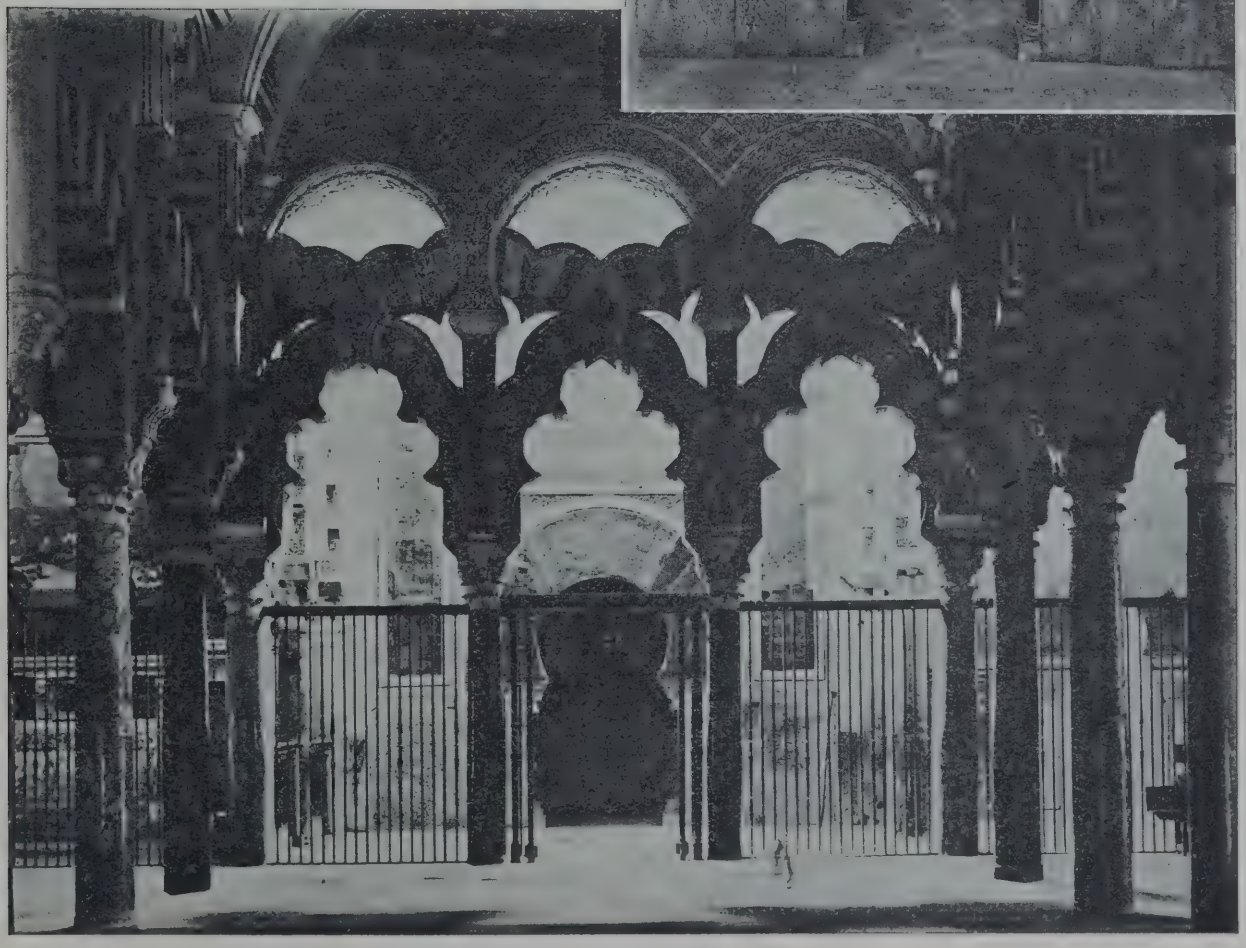
A geografia está menos bem representada, mas tem alguns nomes importantes, assim: Albacri, príncipe de Huelva, e Ibne Jobair. Edrici não se sabe ao certo donde era oriundo, mas estudou na Hispânia; e escreveu uma geografia geral que é o maior monumento geográfico que o mundo muçulmano realizou.

Os estudos jurídicos e teológicos foram também muito cultivados, como no Oriente e em África, mas sem a mesma voga. As escolas jurídicas árabes são quatro, como já dissemos; a que na Hispânia logrou mais adeptos foi a de Málique, autor do tratado da *Almoata*. Os seus cultores vieram a formar a escola de Córdova, que deu alguns jurisconsultos de nomeada. É de saber que o direito para o muçulmano é um só; e o que nós chamamos direito civil não se separa fundamentalmente do canónico, pois faz corpo com êle e dêle deriva. Nos estudos mais pròpriamente teológicos, ou sejam do Alcorão e das tradições (isto é a *Suna)* atribuídas a Mafoma é que houve grandes nomes. Citaremos, como exemplo dos tratadistas da espécie, Ibne Abdalbarre, de Córdova, alcalde — no sentido medieval — de Lisboa e Santarém, no tempo dos Aftácidas, de Badajoz, que escreveu as vidas dos companheiros de Mafoma e dos quatro fundadores das escolas jurídicas, e Ibne Alarabi, de Sevilha, que no estudo exegético do Alcorão foi sem par.

É na filosofia e nas sciências que a Hispânia mais rivaliza com o resto do mundo muçulmano, pelo número e pelo valor dos seus cultores. Como dissemos, a filosofia árabe procede da grega e por sua vez actuou sôbre a filosofia escolástica; e essa acção havemos de vêr que se exerceu através da Hispânia; como foi por ela também que

a sciência árabe foi revelada à Europa na Idade-Média. A sua filosofia deriva principalmente do neoplatonismo, ou seja da escola eclética, que procurou pôr de acôrdo as idéas de Platão e de Aristóteles; e por sua parte os grandes pensadores muçulmanos quiseram conciliar essas idéas com os dogmas da religião revelada.

E, todavia, não foi sempre favorável o ambiente. Os filósofos foram mal vistos dos homens devotos e de religião. Vimos que Almançor, para se conciliar a simpatia dêstes, perseguiu aquêles; e, se isto foi assim no período do Califado, foi muito peor durante o domínio dos Berberes, fanáticos e ignorantes; e Averróis é um exemplo ilustre dessa fobia filosófica. Mas o movimento filosófico no Oriente foi muito grande, mercê das condições favoráveis e havia farçosamente de repercutir-se no Ocidente, ainda que fruto proïbido. O primeiro grande nome da filosofia peninsular foi Ibne Maçarra, de Córdova. Não o é menos Ibne

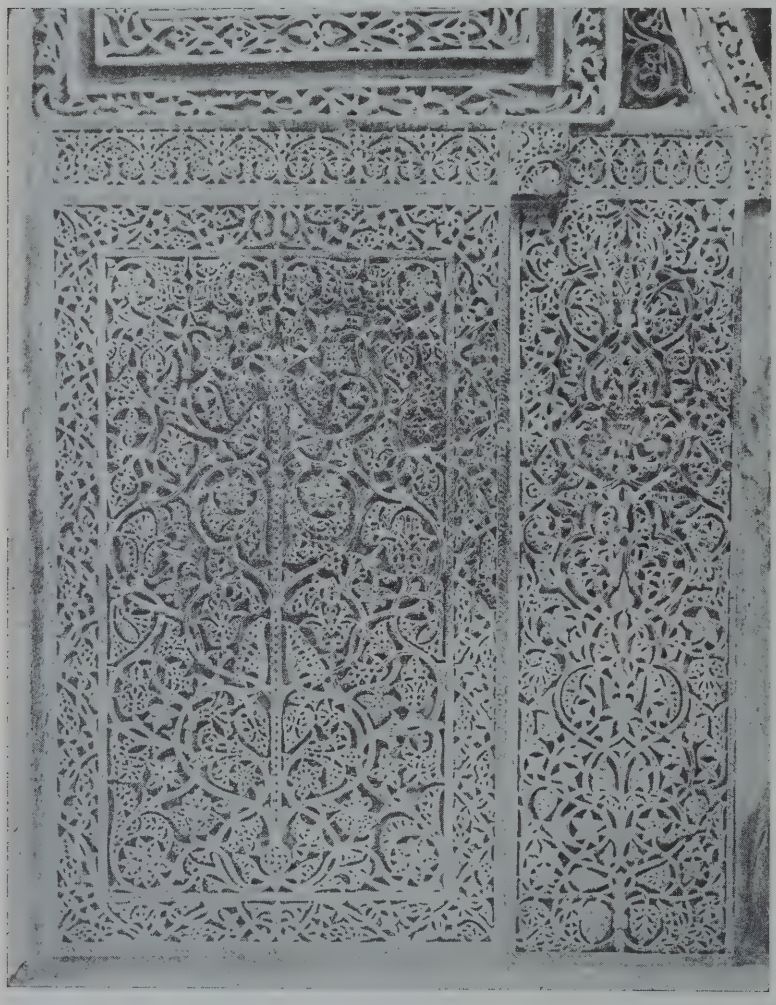


CÓRDOVA

I — O Mirabe, na Mesquita
II — A galeria do Mirabe

Házame, da mesma cidade, de grande erudição e fecundidade, ministro de Abderramão V, califa. São livros magistrais o seu *Tratado do amor* e a *História crítica das religiões,* obra de penetrante psicologia uma e de análise profunda do fenómeno religioso a outra. Ibne Arabi, de Múrcia, foi o grande místico ocidental e prodigiosamente fecundo. A sua acção foi tam importante que do mundo muçulmano passou à *Divina Comédia,* como o mostrou Asín, não sem alguma oposição da crítica. Ibne Baja ou Avempace, de Saragoça, e Ibne Tofail de Guadix — autor do famoso e formoso romance filosófico *Hai filho de Iacdane,* também chamado *O filósofo autodidata* — são nomes importantes da filosofia ocidental, mas muito mais o é Averróis, de Córdova, grande pela vastidão do seu labor intelectual e pela espécie de culto que dedicou a Aristóteles, cujo comentador foi de quási todas as suas obras. São, sobretudo, notáveis os seus estudos sôbre as relações entre a filosofia e a fé, cuja concordância afirmou e procurou provar. Como muitos outros muçulmanos, tinha multiplicidade de aptidões e foi médico também. Isto mostra afinidades de espírito com o grande polígrafo da antiguidade grega. Esta mesma variedade de aptidões encontramos nos homens da sciência. Também os homens do Renascimento eram assim como Rabelais ou Leonardo da Vinci, por exemplo.

As sciências estão ricamente representadas, muito especialmente algumas sciências naturais. A astronomia e as matemáticas ressentiram-se da mesma má vontade de uma parte da nação, que citámos para a filosofia. O elemento religioso contrariava êsses estudos e não os via com bons olhos, porque os seus cultores pareciam querer penetrar nos mistérios da criação e apareciam assim iluminados e perigosos por isso para a fé; e arriscavam-se a ser tratados de herejes. Astronomia e matemáticas andam juntas, é claro. É com Alháqueme II que elas são estudadas e protegidas; e principalmente gozaram de grande favor nas pequenas côrtes ilustradas que saíram do Califado. Maslama, de Madrid, cultivou as duas sciências com um relêvo máximo: é autor de muitas obras importantes, como: *Tratado do astrolábio, Resumo das táboas de Albaténio, Aritmética mercantil;* e traduziu também do grego o Planisfério de Ptolemeu. Fez escola e tornaram-se notáveis os dois discípulos Ibne Gamh e Ibne Açáfar. Azarquiel foi insigne astrónomo, autor do *Livro do horizonte universal* e *Regras para construir um astrolábio universal para as órbitas dos sete planetas,* que foram em grande favor de Afonso X, o Sábio, e dos astrónomos do seu tempo. No período dos reis dissidentes foram os prínci-



(Foto-Garzón)

CÓRDOVA

PAREDE DO MIRABE DA MESQUITA

pes de Saragoça, os Beni Hude, que mais favoreceram estas sciências, escrevendo lúçufe Almotamine o *Livro da perfeição,* que Maimónides muito apreciou e até comentou. Muitos outros nomes podíamos citar, mas bastem para terminar êstes: Ibne Aflah, de Sevilha, que conhecia na perfeição as obras da especialidade gregas e escreveu o *Livro das esferas* e um *Tratado de astronomia,* o qual foi traduzido por Gerardo de Cremona; e Alpetrágio é o autor de uma *Astronomia,* em que contestou a concepção do mundo de Ptolemeu, a qual foi traduzida para latim no século XVI e impressa em Veneza em 1531.

A medicina é a sciência predilecta dos Árabes peninsulares e nela nos legaram obras da maior importância: Abulcásis — e até Albucásis na Idade-Média — por Abulcáceme Calafe, de Medina Azara (Córdova), foi, sobretudo, cirurgião e escreveu o tratado de matéria médica *Tesrife* em muitos volumes, de que uma parte foi traduzida por Gerardo de Cremona em latim e era de uso corrente na Idade-Média, e ainda, na forma latina, *Liber theoricae et practicae* e o *Liber servitoris,* que se imprimiram no século XVI. Averróis, que já encontrámos como filósofo, escreveu um famoso livro de medicina, *Coliete,* que foi traduzido para latim com o nome de *Colliget,* por onde a Idade-Média estudou as noções mais gerais da matéria médica. Finalmente, para não citar mais nomes, os Avenzoar — forma medieval — ou Ibne Zohre são uma família de ilustres médicos, sendo o mais notável Ibne Abulola Ibne Zohre.

(Cl. E. Cerdeira)

SÉ DE BRAGA — COFRE DE MARFIM DO SÉC. XI

Os botânicos abundam também. Assim, Ibne Joljol, autor igualmente de obras de medicina; Albacri, o geógrafo já citado, escreveu sôbre as plantas da Hispânia; Ibne Alauame deixou um famoso tratado de agricultura; mas o mais notável foi Ibne Albeitar, de Málaga, autor do *Livro dos simples.*

Foi também grande a parte que os Judeus tiveram na cultura islâmica da Península. Eles colaboraram, na verdade, muito nela. Deram alguns nomes célebres à sciência e à filosofia árabes, quer inspirando-se nelas, quer mesmo escrevendo na língna árabe. Os mais famosos foram Avicebron, grande poeta na *Coroa real,* grande pensador na *Fonte da vida,* e Maimónides, que foi médico afamado e grande filósofo na *Guia dos transviados.*

As artes floresceram grandemente. A arquitectura é a arte por excelência da cultura árabe. Compreende-se fàcilmente: as artes plásticas sofreram da proïbição alcorânica da representação da figura humana e dos outros

animais; por isso é que, em obediência a êsse preceito, os motivos de ornamentação arquitectónica são quási só florais ou geométricos. Felizmente, êsse preceito não era cumprido absolutamente, como se vê em certas pinturas da Alhambra ou nos leões do pátio do mesmo nome, também nêste palácio, ou ainda nos altos relevos da caixa de marfim de Pamplona, que representam homens e animais. Os monumentos arquitectónicos do

nantes, até Toledo de um lado, até Saragoça do outro.

Caracteriza a arquitectura árabe o arco de ferradura, que assenta em coluna leve e elegante; é êle que mais impressiona à primeira vista nos monumentos desta civilização. O monumento mais belo e grandioso do Califado é a Mesquita de Córdova, desde a reconquista transformada em catedral. Grandioso pelas suas dimensões; belo pela riqueza dos

(Cl. Arxiu «Mas»)

SÉ DE PAMPLONA — Cofre de marfim do séc. XI.

período árabe que nos restam atestam esplendor e beleza inconfundíveis em terras de Espanha. Prova-o exuberantemente a trilogia Sevilha, Cordova e Granada, as três cidades muçulmanas que mais guardam a memória dêsse passado glorioso. Em Portugal êsses monumentos não existem. O nosso território ficava, a bem dizer, na periferia do país muçulmano e vivia à margem dêle: o seu coração era a actual Andaluzia e regiões confi-

materiais, em que abunda o mármore, pela decoração do seu interior e pelo número, que parece ao espectador incalculável, das suas colunas — cêrca de 900 hoje —, que formam galerias em todas as direcções, qualquer que seja a posição do visitante, Foi obra de quatro soberanos e começada pelo primeiro príncipe omíada, Abderramão I, em 786 da nossa era, no logar ocupado pela catedral da cidade. Edrici, o geógrafo, deu no meado do

século XII uma magnífica e pormenorizada descrição dêste templo.

Compunha-se, como todas as mesquitas catedrais, das seguintes partes: *a)* do pátio, rodeado de arcadas, com fonte ao centro, a qual era para as abluções dos crentes; — *b)* do templo, a seguir, grande espaço reservado à oração, semeado de colunas que sustentam a cúpula, com dois nichos importantes do lado do oriente, que se chamam: 1.º *mirabe*, nicho que marca a direcção da cidade santa, Meca, para onde se devem virar os crentes no momento da oração; 2.º *mímbar,* à direita do *mirabe,* espécie de púlpito donde o *imame* preside à oração; — *c)* da tôrre que se diz minarete na Europa, do alto da qual o almoadém chamava os fiéis à oração. O *mirabe* é a parte mais rica e bela do templo. É otogonal, em forma de concha de cúpula inteiramente ornada de mosaicos de vidro. As paredes do templo são revestidas de pequenas placas de pedra ou de gesso em relêvo com ornamentação floral ou geométrica; e estas placas são pintadas de vermelho e azul, em regra.

Da época do Califado os outros monumentos não são religiosos e dêles só existem hoje ruínas: são o palácio de Medina Azara, junto de Córdova, mandado edificar por Abderramão III, e o palácio Alamiria, em Córdova, pertencente a Almançor.

Do tempo dos reis dissidentes há monumentos em Toledo e Saragoça.

Do tempo dos almóadas existem: a formosíssima Giralda, de Sevilha—parenta próxima das tôrres Háçane, de Rabat, e Cotubia, de Marrocos —, a parte primitiva do Alcácer de Sevilha e a Tôrre do Ouro nesta mesma cidade, à beira do Guadalquivir.

Da época dos reis de Granada, já no século XIV, há dois grandes monumentos em Granada: o Generalife, casa de campo dos soberanos, e o seu palácio da Alhambra—isto é o «palácio vermelho». A Alhambra foi obra de três soberanos, Ismael I, Iúçufe I e Mafamede V e é formada pròpriamente de dois palácios distintos: o de Comares, para a vida oficial e de côrte, e o dos Leões, residência do sultão, e assim chamado porque nêle está o pátio do mesmo nome.

Das artes industriais ficaram-nos também bastantes espécimes. Os Árabes trabalharam a primor a prata, o marfim, o bronze, a cerâmica e o vidro.

Na catedral de Gerona guarda-se uma preciosa caixa de prata cinzelada, do reinado de Alháqueme II; nas catedrais de Braga, Palência e Pamplona, guardam-se formosas caixas de marfim, sendo a primeira e a terceira do tempo dos filhos de Almançor. Em Madrid está uma lâmpada da mesquita da Alhambra, de Iúçufe III, e a espada de Boabdil, rei de Granada, como estão os jarrões de Alhambra; e de azulejos possui igualmente Madrid uma rica colecção.

Capítulo IV — A acção dos Árabes nos estados cristãos peninsulares

Relações de diferentes ordens entre cristãos e muçulmanos dos Estados peninsulares. Os Moçárabes; sua acção no intercâmbio cultural. Instituïções políticas e sociais dos povos cristãos copiadas dos Árabes. A língua árabe nas línguas peninsulares, nomeadamente na portuguesa. Toledo e a revelação à Europa da filosofia e da sciência dos Árabes. A acção literária e artística dos Árabes na literatura e na arte dos povos cristãos peninsulares.

O domínio árabe durou, pois, em Portugal mais de cinco séculos (711--1249) e em Espanha cêrca de oito (711-1491). Não podia isto ser em vão; e não foi. Acabou o domínio político, mas subsistiu a acção dêle sôbre a cultura e a civilização cristãs da Península. Não obstante o estado de guerra quási permanente entre as duas raças, as influências mútuas foram grandes e até êsse estado de guerra as facilitou, porque assim êsse contacto se estabelecia, forçosamente. Demais, os prisioneiros feitos de parte a parte e depois resgatados eram fonte de informação mútua e causa de se conhecerem melhor. Nos intervalos das lutas, as populações das fronteiras, pelas necessidades da vida, infiltravam-se entre si, as suas inimizades amaciavam-se e provocavam intercâmbios de todas as sortes. Depois, os casamentos, bastante vulgares, de cristãs com muçulmanos ajudavam a êsse afrouxamento da tensão de relações. Êsses enlaces davam-se em todas as classes da sociedade, como se vê, por exemplo, do casamento de Afonso VI, rei de Leão, com Zaida, filha do rei de Sevilha, ou de Almançor, segundo parece, com uma filha do rei de Navarra, não falando de outros príncipes muçulmanos; e já referimos o caso do casamento de Abdelaziz com a viúva de D. Rodrigo. Isto que seria natural em qualquer caso, é-o mais por a ocupação da Península ter sido feita principalmente por homens de guerra, em vez de famílias inteiras, como sucedera com os Bárbaros do norte; e êsses homens constituíam, pois, família com mulheres do país conquistado, e por elas o que havia de áspero e intransigente para com os vencidos devia quebrar-se, perder o seu aspecto bravio. Não tomemos à letra as afirmações trágicas dos contemporâneos de uma e outra raça, porque são filhas de imaginações esquentadas, a que casos estranhos e isolados davam aparências de verdadeiras. Os homens são menos feras do que a literatura faz crer; e quando vivem ao lado uns dos outros as necessidades da vizinhança não os fará irmãos, mas certamente lhes criará hábitos de boa convivência. Provam-no ainda o uso de milícias cristãs pelos príncipes muçulmanos, como vimos durante o Califado, e os próprios Almorávidas as formaram para combater os Almóadas em África. Não esqueça, em fim, que caudilhos cristãos se puseram ao serviço de príncipes muçulmanos, como o Cide e Geraldo Sempavor, e até muçulmanos procederam do mesmo modo. Não eram, pois, irredutíveis êsses homens. A luta entre êles é mais de predomínio político e económico do que religioso. Só o sentimento religioso exacerbado ofusca e cria intransigências. Ora a Idade-Média da Península não tem grandes ódios religiosos. Os invasores são tolerantes com os vencidos e os prínci-

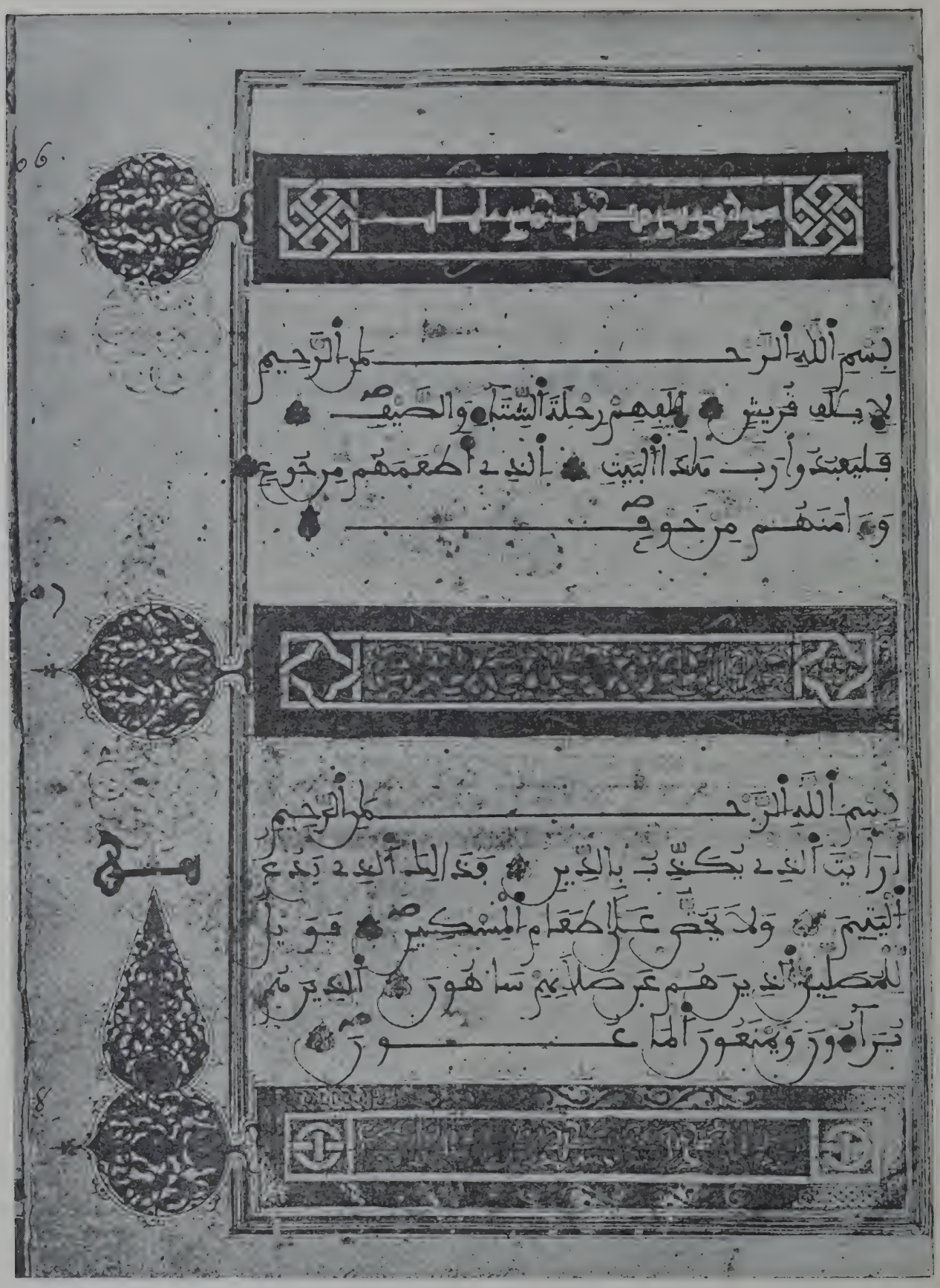
pes cristãos da reconquista dão aos vencidos de agora condições de vida suaves, considerando-os, a-pesar-de outra religião, como membros dignos da nova comunidade. Só o século XVI, das luzes, mas também da Reforma, havia de envenenar os espíritos com o vírus da intolerância e tornar impossível a vida da comunidade.

Mas concretizemos mais. Ocupada a Península pelos muçulmanos, operou-se a islamização dos Hispano-Godos. Foi ela completa para uns, incompleta para outros, como já vimos. Os primeiros foram os que renegaram o cristianismo, os que se converteram, pois, à nova religião. Êstes renegados adoptaram com a religião as formas da vida social árabe e parecem ter sido em grande número; e tomaram uma parte brilhante na civilização que na Península se criou sob o influxo do islamismo. Eram um elemento progressivo que possuia qualidades próprias da sua raça e colaborou com elas na grande cultura dos Árabes do ocidente e que não se assimilou inteiramente no corpo social e coexistia nêle com Árabes e Berberes, vítima de perseguições durante algum tempo do Califado, como vimos, mas ufanoso da sua ascendência peninsular. Os Árabes consideravam-no, como aos Berberes, espécie de intruso.

As populações que se não islamizaram completamente foram as que se conservaram fiéis à religião de seus pais, mas adoptaram as formas de vida exterior dos Árabes, pelo contacto secular com êles, pelas necessidades da sua vida quotidiana com os dominadores e ainda pela brilhante cultura dêles. Foram êstes os Moçárabes, nome que quere dizer «tornados Árabes», designação dada pelos cristãos livres a êsses seus irmãos condescendentes e submetidos ao domínio estranho. Estas populações tinham passado ao domínio dos Árabes ou pela fôrça das armas, como as do sul, porque se defenderam do invasor e tiveram de se entregar à mercê do vencedor, ou por meio de capitulações, isto é com condições aí exaradas, como as do centro e norte da Península: estas viram inútil a luta depois do que tinha sucedido no primeiro embate e por isso se renderam por composição. Célebre foi o pacto feito com o duque Teodomiro que obteve de Abdelaziz grande autonomia nos territórios a êles sujeitos a oriente da Andaluzia, como vimos já. Possuímos o texto dessa capitulação em fonte árabe. Nessas convenções vem sempre consignada a liberdade de culto e o respeito das leis e dos costumes dos cristãos. A trôco destas vantagens, os Moçárabes eram obrigados a duas ordens de tributos, de que os muçulmanos estavam isentos, a saber, o imposto pessoal de capitação *(gizia)* e o imposto predial sôbre o rendimento das terras *(carage)*. Assim em regra com o Estado muçulmano, o cristão ficava ao abrigo e protecção da lei dêle, em princípio, porque muitas vezes, de facto, a lei foi substituída pelo capricho do imperante ou da autoridade. A situação do Moçárabe era, todavia, a de um tutelado e mais de um facto mostra que não tinha a plenitude de direitos. Não podia exercer cargos públicos, casar com mulher muçulmana, ter serviçais muçulmanos, enterrar os seus mortos com ostentação; devia viver em bairros separados e em toda a parte dar mostra de respeito ao muçulmano, quando se encontrasse com êle; e até devia dar boa hospitalidade, por três dias, ao muçulmano em viagem que dela precisasse e a exigisse, sem remuneração.

Todas estas restrições eram compensadas pelas capitulações. Tinham nas suas comunidades governadores ou condes privativos; tinham os seus juízes próprios do cível e do crime, que julgavam pela lei visigótica; tinham um fiscal dos costumes, que se chamou *zalmedina,* de nome árabe; um cobrador de impostos próprios, que se chamou *almoxarife;* um fiel de pesos e medidas, que se chamou *almotacé,* etc.

Durante o período dos governadores, os pactos estabelecidos foram respeitados, mais ou menos; nem os muçulmanos eram ainda tam numerosos, como depois foram, nem as lutas dêles entre si lhes deixavam tempo para violar os preceitos criados; mas logo no princípio do Califado, como vimos, êles tiveram a sofrer dos seus senhores. Nos últimos anos do Califado, a sua situação melhorou e essa tolerância ainda foi maior durante os primeiros reinos dissidentes. Não foi isso bem que durasse muito tempo e a dominação dos Almorávidas e Almóadas foi tormentosa para êles, a dos últimos especialmente. A situação dos Moçárabes foi tam insuportável, no período dos Almorávidas, que Afonso I,



Alcorão chamado de Mulei Zidão

Fac-símile de uma página com os títulos das *suras* em caracteres cúficos (*Escurial*, ms. 1340)

de Aragão, foi em seu auxílio; mas no fim do reinado de Ali, as necessidades da guerra da Península e de fora dela obrigaram-no a formar milícias cristãs para combater os Almóadas nascentes. Foi capitão delas um Barcelonês, chamado Reverter. Passadas a África com Texufine, essas tropas foram lá vencidas pelos Almóadas e morto o seu chefe. Quando senhores da Península, os Almóadas desforraram-se perseguindo-os, vendo neles, como nos seus aliados, verdadeiros politeístas e combatendo-os como tais a uns e outros.

Foram principalmente os Moçárabes o veículo da acção muçulmana sôbre os cristãos peninsulares. Vivendo no seio das populações dominadoras, êles assimilaram a sua cultura e integraram-se na sua organização política e social. Bem se deixa ver nestas palavras, talvez exageradas, de Álvaro de Córdova: «...Ai! Os mancebos cristãos que mostram talento só conhecem a língua e a literatura árabes; lêem e estudam com o maior entusiasmo os livros árabes; formam com êles grandes bibliotecas e proclamam em toda a parte que essa literatura é admirável. Falai-lhes de livros cristãos e êles responder-vos-ão desdenhosamente que êsses livros são indignos de atenção. Suprema dor! Os cristãos até esqueceram a sua língua e entre mil mal encontrareis um que saiba escrever razoàvelmente uma carta em latim a um amigo. Mas queira-se escrever em árabe, logo achareis em quantidade quem se exprima nesta língua com toda a elegância e quem componha poesias superiores em arte às dos próprios Árabes!» Essa acção é, sobretudo, forte nos séculos XI, XII e XIII. Por êsse motivo: é nestes séculos que a recon-

(Foto-Garzón)

TOLEDO — Exterior da Capela do Cristo da Luz

quista faz maiores progressos, desde os reinos dissidentes, fracos para resistirem sós às investidas mais atrevidas dos cristãos. Desde então numerosas populações moçarábicas são encorporadas nos reinos cristãos. Nestes séculos, pois, por seu intermédio, os cristãos livres vão conhecendo a civilização árabe e deixando-se penetrar de toda a sorte de influências que essa numerosa população nova introduz na concepção da vida económica, militar, administrativa e judicial. Não foi só por êles, foi-o também pelos Mudéjares, que

(Cls. Carlos Gomes)

CAPITÉIS ÁRABES ENCONTRADOS NA ESCAVAÇÃO DO ADRO DA JÁ DEMOLIDA IGREJA DE S. SALVADOR

(Museu Regional de Santarém)

vimos serem os muçulmanos que, passando a viver no grémio político dos cristãos, nêle ficaram como vassalos livres, aproximadamente nas condições em que tinham permanecido os Moçárabes sob o domínio árabe. Agora são os cristãos que actuam sôbre êles, mas não deixariam de exercer as suas influências semelhantes às dos Moçárabes. Finalmente, os Judeus que viviam nos territórios agora conquistados devem ter exercido também acção da mesma natureza.

Essa acção muçulmana surpreende-se, sobretudo, através do vocabulário de origem árabe das línguas peninsulares, muito numeroso em todas elas e no castelhano mais do que em qualquer outra, porque o castelhano é a língua dos territórios onde êles mais intensamente dominaram. Como êste estudo é para Portugueses, daremos êsse vocabulário na fórma portuguesa, só citando a castelhana quando se tratar de instituïções estranhas ao domínio próprio português.

Assim, o quadro das instituïções políticas e sociais dos povos cristãos parece-nos copiado do povo dominador, tam forte foi, pois, a impressão recebida. Nos cargos e cousas militares é que ela mais se exerceu. Compreende-se: a guerra é uma forma vulgar da vida de então. Senão veja-se: o *alcaide* no castelo, o *alferes* com a bandeira real, o *adail* na vanguarda do exército, o *anadel,* o *ginete,* o *almogávar,* o *atalaia,* o *almocadém;* — fortificações: o *adarve,* a *alcáçova,* a torre *albarrã;* — armas: a *adarga,* a *agumia,* o *alfange,* a *azagaia;* — cousas e operações de guerra: o *alardo,* o *alarido,* a *algara,* a *algazarra,* a *gaziva.* Nas cousas do mar: o *almirante,* o *arrais;* — ou então: o

armazém, o *arsenal,* as *tercenas;* — ou nomes de embarcações: a *albetoça,* a *almadia,* a *falua,* a *gelva,* a *tafureia,* o *xaveco.* Depois nos cargos de justiça: o *zalmedina* de Castela, só em parte com funções judiciais, o *alvazir,* na fórma castelhana *alguacil,* originàriamente ministro de Estado *(vizir* em francês), mas que veio a ter a mesma significação que juiz ou *alcalde,* o *almotacé,* que superintendia nas cousas de vèdoria da cidade; e da mesma origem foi, com designação não árabe, o cargo de *justiça maior,* de Aragão, entre os muçulmanos magistrado que com o título de *juiz das injustiças* velava, como delegado do soberano, por que a máquina burocrática funcionasse bem. Também nas cousas da administração: o *almoxarife*; *a alfândega;* — ou impostos: as *alcavalas,* a *anúduva,* a *adiefa,* a *alfitra,* a *garrama.*

(Foto-Académica)

Capitel árabe

(Museu Machado de Castro)

Se descermos às ocupações múltiplas da vida corrente, vemos a mesma penetração e endosmose. Cousas da casa: *alcova, aldraba, algeiroz, alicerce, alizares, andaime, argola, tabique;* — ferramentas: *alferce, alicate, almofaça, chifra, requife;* — ou ofícios: *adelo, alfageme, alfaiate, algibebe, alvanel;* — ou vestuário: *albornoz, aljaravia, aljuba, almexia, bedém, ceroula, marlota;* ou cousas de indústria: *açafate, alamar, albarda, alcatifa, alfinete, alfombra, alforge, almadraque, almofada, almofariz, baldaquim, borzeguim, sanefa, toldo;* — ou cousas agrícolas: *açacaia, acéquia, açude, alcatruz, azenha, nora;* ou plantas e flores: *açafrão, açucena, alecrim, alfazema, algodão;* ou frutas: *alfarroba, azeitona, belota, laranja, lima, limão, romã, tâmara, tremoço;* — ou pesos e medidas: *alqueire, almude, arrátel, arroba, maquia, quintal;* — ou comidas: *acepipe, açorda, açúcar, aletria, almôndega, arroz, regueifa:* ou bebidas: *almece, arrôbe, xarope;* ou instrumentos de música: *adufe, alaúde, anafil, atabal, atabaque, rabeca, tambor.*

Esta lista podia ser muito aumentada, mas êstes vocábulos bastam para mostrar como neste domínio a acção muçulmana foi grande. São todos nomes concretos e estão, em regra, prefixados do artigo árabe *al* —, invariável. Os adjectivos são muito poucos: *algarvio, baldio, cadimo, macio...* Representando uma expressão árabe passou para português um termo que só gente vivendo entre muçulmanos podia usar, tendo-lhe perdido o sentido original: *oxalá!* «Se Alá quiser!» Tentou-se modernamente determinar o número de palavras árabes ou arabizadas que passaram para a língua portuguesa; os cálculos variam entre 400 e 1.000, mas a razão parece estar entre os dois números.

(Cl. E. Cerdeira)

Capitéis árabes

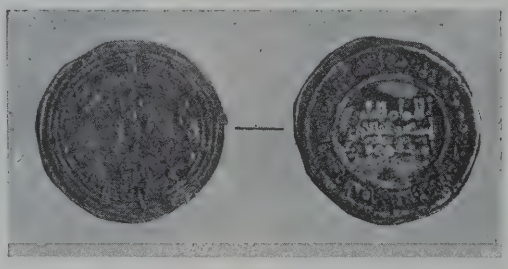
(Museu Etnol. Port.)

Se do vocabulário comum passarmos ao da toponímia, veremos que aí também, como é

fácil de compreender, nos restam abundantes vestígios da passagem dos Árabes; nesse campo, todavia, os trabalhos de apuramento são insuficientes e não permitem por ora conclusões seguras. Citaremos contudo, para o território português, alguns nomes interessantes: *Alfama,* «fonte termal» — banhos das Alcaçarias; *Borratém*, «poço da figueira» — que está ainda em «Praça da Figueira»; *Alcântara,* «ponte»; *Almada,* «mina»; *Albufeira,* «lagoa»; *Alverca,* «pequena lagoa»; *Algarve,* «ocidente»; *Alvor,* «poço»; *Faro,* nome de um príncipe do logar, (Ibne) «Hárune», do século XI. Em Espanha são ainda mais numerosos êstes nomes.

MOEDA ÁRABE DE PRATA, SÉC. VIII
Dirreme mandado cunhar por Hixeme I

MOEDA ÁRABE DE PRATA, SÉC. IX
Dirreme mandado cunhar por Abderramão II

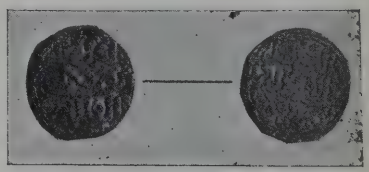


MOEDA ÁRABE DE PRATA, SÉC. X
Dirreme mandado cunhar por Abderramão III

Nas sciências essa acção foi muito notável. Era forçoso que assim fôsse pela superioridade da cultura árabe neste tempo. Já o vocabulário regista essa acção: *algarismo* — a princípio sinónimo de aritmética —, *álgebra, alidade, almicântara, alveitar, auge, azimute, nadir e zenite, cifra...* Foi pelos scientistas e filósofos árabes que a Europa cristã conheceu primeiro a sciência e a filosofia árabe, que são, em regra, um desdobramento daquelas; e foram sábios peninsulares que promoveram o seu ressurgimento. Foi em Toledo, reconquistada no fim do século XI por Afonso VI, de Leão, que êsse milagre se operou. Casado com uma princesa muçulmana, filha do rei cultíssimo de Sevilha, Almotádide, a sua côrte acolheu com grande favor as novidades vindas dêsse outro mundo, bem mais brilhante. Mais de um sábio e poeta muçulmano aí foi recebido. Demais, o ambiente estava todo impregnado dessa cultura e os novos dominadores sentiram-se embebidos nela. Toledo tinha uma forte população moçarávica, como antiga capital dos Visigodos, e essa gente participara do movimento cultural de língua árabe em todo o tempo; o reino dissidente que aí se formou, no princípio do século XI,

MOEDA ÁRABE DE OURO, SÉC. XI
Dinarim mandado cunhar por Hixeme II

MOEDA ÁRABE DE OURO, SÉC. XII
Dinar mandado cunhar por Abu-Mohâmede Abde Almúmene Ibne Ali



MOEDA ÁRABE DE PRATA, SÉC. XIII
Dâneque mandado cunhar por Mohâmede Ibne Iúçufe Ibne Hude

(Cls. E. Cerdeira)

(Museu Municipal do Pôrto)

protegeu, como os outros, êsse movimento. Anos depois da reconquista aí se vieram refugiar os Judeus que o almóada Abde Almúmene expulsara dos territórios muçulmanos; e êles vinham também cheios dessa cultura, porque foram sempre um elemento progressivo na sociedade islâmica. Tôdas estas circunstâncias favoreciam o culto dessa civilisação; nem os tempos de intolerância cristã haviam de chegar tão depressa. Patrocinou êsse movimento o Arcebispo de Toledo, D. Raimundo, e realizaram-no principalmente Gundisalvo e João Hispaleuse. A êles se deve a tradução em latim de grande número de obras de matemática, medicina, astronomia, sciências naturais, metafísica e moral; os grandes nomes da sciência e da filosofia árabe e por êles os dos seus mestres gregos foram então conhecidos do mundo cristão; e as suas doutrinas vieram aumentar o caudal do seu saber. Algazel, Avicena, Averróis, Alfarabi, Albaténio, Alcuarismi; Aristóteles, Euclides, Hipócrates fôram êsses autores. Gundisalvo é, certamente, o maior notável dêsses obreiros, porque, não se contentando com traduzir, compôs obras originais, baseadas nos grandes mestres dessa filosofia.

Depois correu pelo mundo cristão a fama dêsses luminares da cultura nova e aspirantes de tal saber acudiram de diferentes países ali, que se ocuparam na mesma faina de respigar e traduzir: entre outros, da Alemanha veio Hermann, da Inglaterra Adelardo de

(Cl. E. Cerdeira)

MOEDA ÁRABE DE PRATA, SÉC. XIV

Dirreme mandado cunhar por Mohâmede Ibne Iúçufe Almostaine Bilah

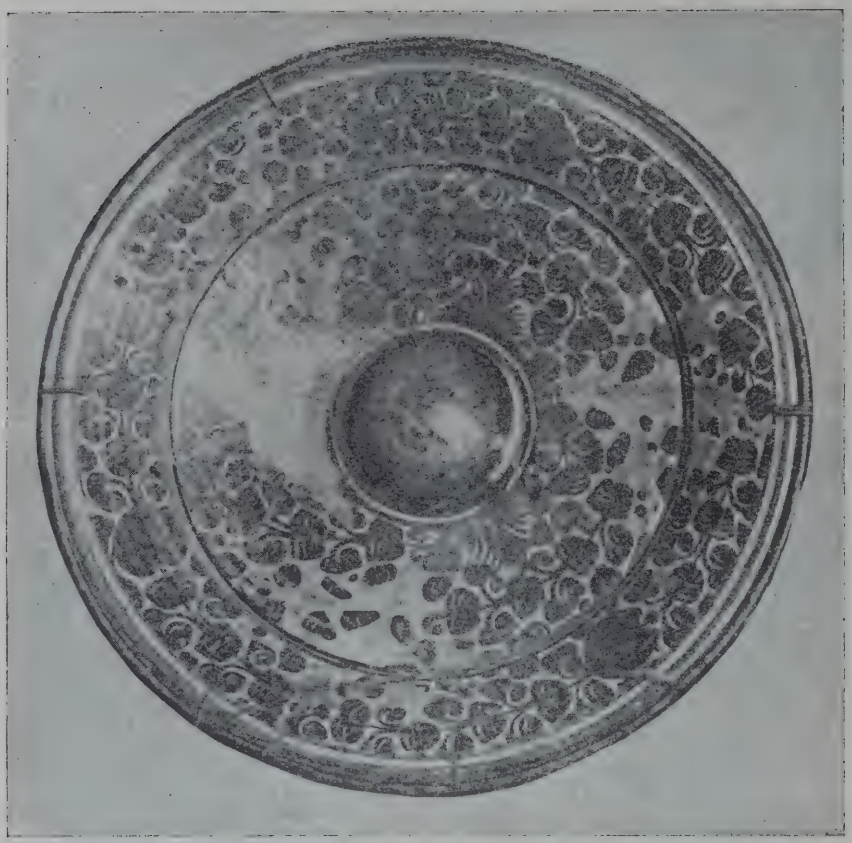
(Museu Municipal do Pôrto)

AZULEJOS HISPANO-ÁRABES DO SÉC. XV

Provenientes do extinto mosteiro de S. Francisco (Vila do Conde).

(Cl. E. Cerdeira)

(Museu Municipal do Pôrto)



(Cls. E. Cerdeira)

PRATOS HISPANO-ÁRABES

(Museu Municipal do Pôrto)

gio muçulmano de Múrcia e o Estudo geral de Sevilha, espécie de Universidade êste, onde mestres muçulmanos ensinavam a medicina e as outras sciências. Por sua ordem fizeram-se muitas traduções: livros de astronomia, a cujo estudo foi muito dado, de física, de contos e apólogos e outros.

Por outras vias ainda se exerceu a acção da filosofia árabe; assim Averróis, pelos seus *Comentários* a Aristóteles, actuou em S. Tomás de Aquino e Alberto Magno; Ibne Tofail, pela sua novela filosófica *Haí filho de Iacdane,* em Daniel de Foe no *Robinson Crusoe;* e principalmente o grande

Bath, da Escócia Miguel Scoto, da Itália Geraldo de Cremona. Reinava então na Europa a escola escolástica e nela foram confluir todas as novas doutrinas, alimentando-a umas vezes, combatendo-a outras. Isto foi no século XII. No século XIII o favor de que essa cultura gozava foi crescendo. Foi o século das incessantes conquistas na Andaluzia. Durante êle, Afonso X, o Sábio, foi grande protector dessa cultura e favoreceu e chamou à sua côrte sábios muçulmanos e judeus. Fundou o Colé-

místico de Múrcia, Ibne Arabi, vai actuar em Raimundo Lúlio e mesmo na *Divina Comédia,* de Dante, como parece demonstrado por D. Miguel Asín.

No campo puramente literário encontramos a mesma acção. A poesia lírica medieval dos povos peninsulares, nomeadamente de Portugueses e Galegos, parece filiar-se, como quere D. Julián Ribera, na lírica andaluza, assim como a música das *Cantigas* de Afonso o Sábio. Fizeram-se muitas traduções: o livro de contos e apólogos, *Calila e Dimna,* de ensinamentos morais em que o Oriente sempre primou; *Sendebar ou livro dos enganos,* contos também; a forma árabe da vida de Buda em *Barlaam e Josafat;* a *Disciplina Clericalis* de Pedro Afonso; vários contos do *Conde Lucanos* de D. João Manuel, etc.

No campo das artes também. Já em pleno Califado, no século x, surge em país cristão uma arquitectura religiosa filha da andaluza, estudada por Gómez Moreno e devida aos Moçárabes, que em tempo de Afonso III emigraram para lá, caracterizada ela pelo emprêgo do arco de ferradura e o sistema de abóbadas, ambas cousas próprias da arte muçulmana. São dêsse tempo e forma as igrejas de Santiago de Peñalba, S. Miguel de Escalada ou Santa Maria de Lebeña. Mais tarde, porém, é que essa influência foi forte, quando a reconquista encorporou numerosas populações moçarábicas e mudéjares, como dissemos. Então as côrtes dos reis cristãos pareciam côrtes de reis mouros. As armas dos cavaleiros eram mouriscas; êles cavalgavam à mourisca; eram mouriscos muitos objectos da casa e as paredes desta estavam revestidas de azulejos mouriscos; os tecidos ricos eram também dessa origem. Os reis cercavam-se de sábios e literatos ou músicos mouros, como Afonso o Sábio; Pedro I, de Aragão, assinava com caracteres árabes; a capela real de Córdova, que mandou fazer Henrique II na catedral, era de feitura mourisca, como o eram as capelas do mosteiro das Folgas de Burgos, fundadas por Afonso VIII; era-o também o Alcácer de Sevilha, de Pedro I; é-o o mosteiro de Guadalupe, a Sé de Teruel e outras igrejas do território castelhano ou aragonês. Estas formas de arte têem o nome de estilo mudéjar, o qual fez sentir a sua acção até muito tarde nas artes peninsulares; e o nosso paço de Sintra, na sua forma manuelina, é uma imitação dêle.

(Foto Académica)

FRAGMENTOS DE DECORAÇÃO ARQUITECTÓNICA MUÇULMANA, DE MONTEMÓR-O-VELHO

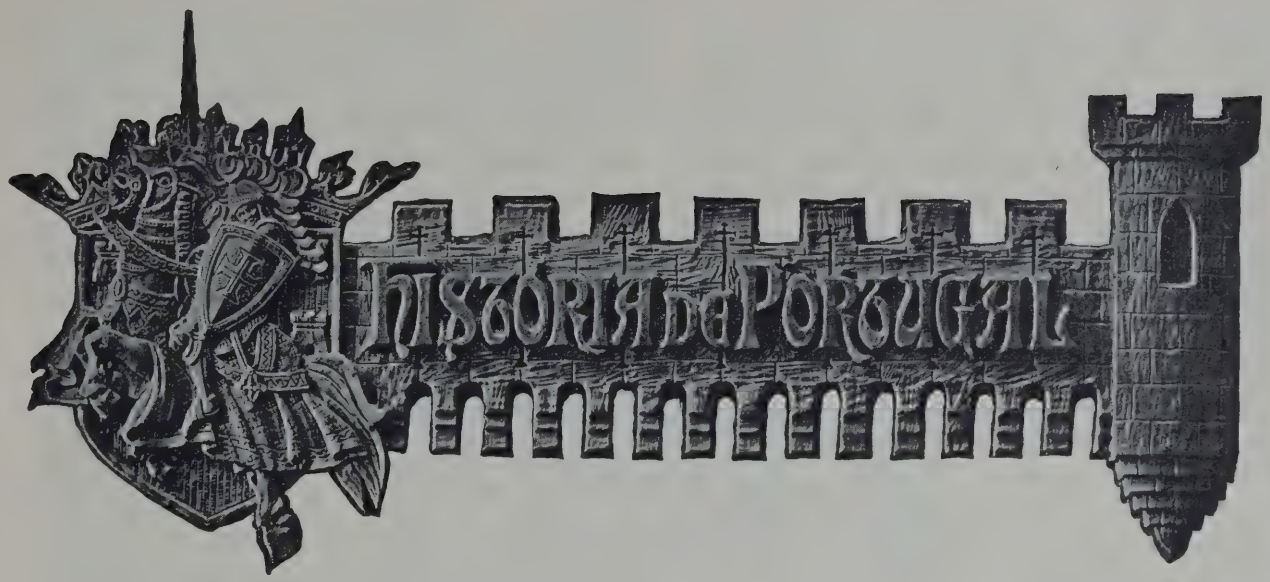
(Museu Machado de Castro)

SÉTIMA PARTE

A RECONQUISTA CRISTÃ

POR

Damião Peres
Professor da Universidade do Porto



SÉTIMA PARTE

A RECONQUISTA CRISTÃ

Capítulo I — A reconquista até o Douro

A resistência invencível; o reino das Astúrias; Pelágio. As primeiras grandes conquistas; Afonso I.

Escassa meia dúzia de anos tinha bastado para que o domínio árabe se estabelecesse na Península; mas a fulgurante marcha triunfal das hostes muçulmanas deteve-se enfim ante os contrafortes das serranias das Astúrias. Ali, sob o comando de Pelágio, um núcleo de godos alcança na batalha de Cangas ou Covadonga a primeira vitória cristã — vitória talvez pouco significativa como feito de armas, mas importantíssima pelas suas conseqüências políticas: «a batalha de Cangas de Onis, em que os infiéis ficaram desbaratados, foi o primeiro anel de uma cadeia contínua de combates, que nos fins do XV século veio soldar-se na campa dos derradeiros defensores de Granada, quando Fernando e Isabel os católicos conquistaram a capital do último reino mourisco da Península» (Herculano).

Os cronistas dos primeiros tempos da Reconquista descreveram a batalha de Covadonga em termos que a elevam à categoria de uma grande acção militar.

Esta tradição foi, durante séculos, aceite sem discussão. No século XVIII, porém, o relato dos cronistas começou a ser objecto de crítica; de sdeentão, até os nossos dias, numerosos historiadores têem sustentado que a narração tradicional é em grande parte lendária, tendo-se chegado mesmo a afirmar que nenhuma parcela de verdade histórica nela se contém.

A esta atitude hiper-crítica contrapõe-se a dos escritores, numerosos também, que acei-

tam a tradição, sem discutir, tal como a apresentam os cronistas.

Entre uma e outra destas opiniões extremas está a dos historiadores que sustentam que a tradição assenta num fundo de verdade histórica, depois embelezado com pormenores puramente lendários. E esta é certamente a opinião mais conforme com a verdade dos sucessos.

Um ponto fundamental continua, a-pesar-de muito estudado, obscuro: a data exacta da batalha. Divergem as soluções propostas; Ballesteros, na sua recente *Historia de España,* aceita como muito verosímil a opinião anteriormente emitida por Lafuente Alcântara, que socorrendo-se dos cronistas árabes fixa como data da batalha um dos anos de 721 a 725.

Como assumiu Pelágio o govêrno? Eis outro problema importante.

O *Chronicon Sebastiani* diz que foi por eleição *(Pelagium principem elegerunt).*

O novo estado tomava assim por modêlo o velho princípio electivo dos visigodos, abandonando a tendência para a hereditariedade que se esboçara nos últimos anos da monarquia visigótica. Aquele princípio mantem-se durante cêrca de três séculos, e, embora a sucessão por vezes se siga de pai a filho, tal não é a regra geral, aparecendo sobejos testemunhos de que, na grande maioria dos casos, a eleição para o meio usado para ser conferida a dignidade régia. É certo que os reis utilizaram por vezes o seu prestígio em favor dos filhos, facilitando-lhes o futuro acesso ao trono, e é-o também que, pouco a pouco, o princípio da hereditariedade foi ganhando raízes; mas, até os fins do século x, o princípio electivo foi, inegavelmente, dominante.

Do govêrno de Pelágio sabe-se pouco, quanto a pormenores, e é incerta toda a cronologia dos sucessos conhecidos. A naturalidade e a ascendência do caudilho são igualmente incertas. Os cronistas cristãos dizem-no de estirpe régia visigótica. Assim, o *Chronicon Albeldense* afirma que era neto de Rodrigo; o *Chronicon Sebastiani* dá-o como filho de um certo duque Fáfila descendente de reis *(filium quondam Fafilani ducis ex semine regio),* acrescentando que, mortos muitos godos, os mais notaveis se refugiaram em França, onde elegeram para seu chefe Pelágio. Os cronistas árabes não são tam concordes. Êste assunto está, pois, cheio de incertezas.

De positivo, sabe-se apenas que Pelágio se fixou na região de Cangas e a dominou até a sua morte, durante bastantes anos.

(Cl. E. Cerdeira)

«Dinar» cunhado no Andalus em 717

(Mus. Mun. do Fôrto)

Certas moedas cunhadas pelos árabes nos primeiros anos do seu domínio têem as legendas do anverso e do reverso escritas em caracteres latinos, ou são bilingues como a acima reproduzida. Trata-se de um assunto ainda não suficientemente esclarecido pelos estudos de numismática, para o que, em grande parte, tem contribuído o facto de serem em pequeno número estas moedas.

Curioso pelo seu hibridismo latino-árabe, êste exemplar, do Museu Municipal do Pôrto, de grande valor arqueológico pela sua raridade, foi contemporâneo dos primeiros momentos da reconquista cristã, êsse grande drama que se desenrolou na terra hispânica durante séculos, cobrindo-a de sangue e de ruínas.

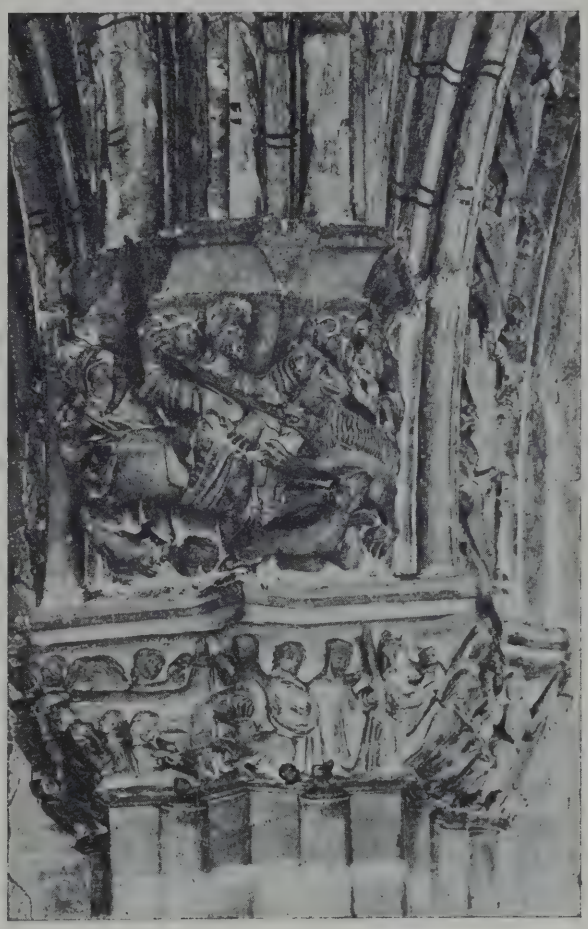
A Pelágio sucedeu seu filho Fáfila, cujo govêrno foi assás curto e obscuro. Uma lenda antiga atribui a sua morte a um incidente de caça: em luta com um urso, teria sido vítima da féra. Mais tarde, séculos depois, esta lenda foi perpetuada na pedra, em um capitel na catedral de Oviedo.

O terceiro caudilho asturiano foi um genro de Pelágio, Afonso I, que se notabilizou pelo considerável alargamento do domínio cristão realizado no seu tempo.

Aproveitando as discórdias existentes entre os muçulmanos, penetrou com mão armada no noroeste da Península, assenhoreando-se de Braga, Pôrto, Vizeu e outras terras. O recuo dos muçulmanos deu-lhe ensejo a dirigir também os seus esforços no sentido do sul e do sueste e entregou-lhe Astorga, Leão, Zamora, Salamanca, Simancas, Ávila, Miranda do Ebro.

Como expressão do resultado das vastas emprêsas de Afonso I, diz-se no *Chronicon Albeldense:* «tornou ermas as terras até ao Douro» *(campos usque ad flumen dorium eremavit).* No *Chronicon Sebastiani,* depois de

enumeradas as cidades conquistadas por Afonso I, aparece esta frase: «Matando todos os árabes que ocupavam as supraditas cidades, trouxe consigo para a pátria os cristãos *(omnes quoque arabes ocupatores supradictarum civitatum interficiens, christianos secum ad patriam duxit)*. A conjugação destas afirmações dos dois cronistas serviu de base a Herculano para uma teoria segundo a qual a população do recente estado asturiano teria sido largamente aumentada por sucessivas migrações forçadas de mosarabes, ao mesmo tempo que o ermamento propositado das terras estabelecia entre êle e os estados muçulmanos uma barreira defensiva formada de desertos. Eis as suas próprias palavras: «O novo estado, ao passo que se fortalecia com o desenvolvimento artificial da população, lançava às vezes em volta de si, como defensa e barreira, uma cincta de desertos.»



(Foto-Arxiv «Mas»)

CAPITEL DA SÉ DE OVIEDO, QUE REPRESENTA A LUTA DE FÁFILA COM UM URSO

Que as expedições de Afonso I se destinaram sobretudo a destruir e matar, a ermar, é opinião seguida ainda em nossos dias. Segue-a também Ballesteros na sua *História de España*. Contudo, depois dos estudos de Alberto Sampaio, ela não é aceitável. Com efeito, nas páginas de «*As villas do norte de Portugal*» foram apresentados os documentos suficientes para provar que, nos reinados de Afonso I e seus imediatos sucessores, Galiza, incluindo Entre-Douro-e-Minho, continuavam povoados. Relativamente ao tempo de Afonso I, Alberto Sampaio analisa os sucessos relativos à restauração de Lugo, realizada pelo bispo de Odoário.

No seu testamento, de 747, e em outro documento de 760, publicados na *España Sagrada* de Florez, Odoário faz a exposição do que se passou. Conjugando o que consta dos dois textos, obtem-se uma narração minuciosa. Começa o bispo por declarar que o acompanharam para a restauração de Lugo muitas pessoas. Que não se tratava de uma grande multidão, provam-no as frases assás imprecisas de que se serviu *(«nostris multis familiis & coeteris populis tam nobiles quam inobiles»)* e ainda a sua declaração de que êle e os seus, enquanto os infiéis tinham ocupado Lugo, andaram foragidos e erraram largo tempo por logares desertos *(fecerunt nos exules à patria nostra & fecimus mora per loca deserta multis temporibus)*. Chegados à cidade, encontraram-na deserta e inabitavel *(desertam et inhabitabilem)* e arrazada a ponto tal que Odoário fez reconstruções desde os fundamentos *(ex radice restauravi)*. Afigura-se haver desproporção entre a gente e a tarefa, se não houve auxílio local. Logo a seguir apoderou-se o bispo de muitas propriedades rurais—o que então se chamava *vilas*—e deu-as a companheiros seus, aos quais, com as terras, entregou imediatamente bois de trabalho e outros animais *(boves ad laborandum & jumenta)*, o que dá margem a uma fundada suposição de que não se tratava de terras desabitadas, suposição tanto mais

plausível quanto é certo que o número destas *vilas* era muito elevado. Odoário enumera-as no seu testamento de 747 perfazendo elas um total de algumas dezenas.

Resumindo as suas considerações e exprimindo uma opinião que se harmoniza com a documentação expendida, Alberto Sampaio escreveu: «Era absolutamente impossível que toda a gente desde Lugo até à linha Vizeu-Salamanca-Segóvia, termo das campanhas de Afonso I, o acompanhasse ao seu domínio do norte. Com o rei vitorioso emigrariam muitos de boa ou má vontade, mas não o grande número, que fica sempre, quaisquer que sejam as tormentas, retraído, na passagem dos exércitos amigos ou inimigos, dando ao país a aparência de um deserto. Isto originou sem dúvida a frase enfática do cronista, e as expressões contemporâneas — *ermo, deserto, terra desabitada*. Mas que nunca houve ermamento conhece-se com toda a clareza dos documentos da época».

Às considerações de Alberto Sampaio poderiam ainda acrescentar-se, talvez, alguns outros argumentos.

O primeiro resulta imediatamente da falta de um fundamento documental seguro. Com efeito, ponha-se de lado o verbalismo exagerado de Odoário, de certo modo contraditado pelo contexto dos seus próprios documentos; note-se que êstes, se provam alguma cousa, é apenas relativamente ao ermamento dos aglomerados urbanos; tenha-se em conta que o *Chronicon Sebastiani* e o *Chronicon albeldense* são obra da segunda metade do século IX, e, portanto, relatam os sucessos século e meio depois de terem ocorrido. Que alicerce seguro fica, para apoio da doutrina do ermamento geral propositado?

Outro argumento deriva da situação de algumas das *vilas* apresadas por Odoário e distribuídas aos seus. Os já citados documentos do bispo Odoário referem, entre outras, *Orria, Desterit, Provecendi, Avezani, Guntini, Veremudi;* outro documento da época diz que Odoário apreendera uma vila a que, em honra de seu sobrinho Marco, dera o nome de *Villamarci*. Alberto Sampaio identificou *Avezani* com a actual freguezia de Abação (Guimarães). Nós cremos que as restantes se poderão identificar da seguinte forma: *Orria* com a freguezia de Orreos, na Galiza, ao norte do rio Sil, a meia distância aproximadamente entre Orense e Astorga; *Desterit* (que outro documento coevo chama *Desteriz)* com a freguezia de Desteriz, na Galiza também, na margem esquerda do rio Minho, próximo de Orense; «*Provecendi* com o logar de Provesende da freguezia de Covas (Vila Nova de Cerveira); *Guntini* com a freguezia de Gontim (Fafe); *Veremudi* com a freguezia de Vermoin (Famalicão). *Villamarci* deve ser o logar que uma doação de Ordonho II, de 916, à Sé de Leão, chama *Villamarco*.

Vê-se, pois, que a ocupação resultante da restauração de Lugo irradiara desta cidade em vários sentidos e penetrara por Entre-Douro-e-Minho até bastante ao sul. Acrescente-se que esta obra de ocupação fôra consentida ou ordenada por Afonso I, e que também Afonso I encarregara Odoário de restaurar Braga, o que o bispo não chegou a realizar porque a morte lho não consentiu. A restauração de Braga ocasionaria certamente uma nova série de apreensões. Esta obra de ocupação, voluntàriamente feita, alcança a zona que deveria conservar-se deserta, se a doutrina do ermamento defensivo «das cinctas de desertos» segundo a expressão de Herculano, correspondesse a uma realidade.

De tudo o que fica dito pode talvez concluir-se o seguinte. Dilatando-se demasiadamente, o domínio árabe perdeu, com o alargamento, a intensidade. Nas Astúrias, Pelágio lançou as bases do novo reino cristão que pouco a pouco se foi fortalecendo até se tornar nìtidamente estável. Entretanto, discórdias internas vieram enfraquecer o poderio árabe, que aliás nunca fôra muito forte para o norte do Douro. Surge então um chefe de clara visão política, servida por um braço valoroso: Afonso I. Êste homem compreende que chegou a oportunidade para grandes operações de conquista e lança-se nelas. Em sucessivas expedições percorre o país, já em parte abandonado pelos muçulmanos, e onde quer que encontra ainda resistência, esmaga-a violentamente. Nas cidades onde haja guarnição de infiéis, trucida-a e leva os cristãos consigo. Aqui a terra fica abandonada, erma, destruída mesmo. Nos campos, porém a população — a-pesar-de constituída por filhos e netos dos godos que assistiram ao estabelecimento do domínio árabe e por muitos dêles ainda—não

considera salvadora a hoste que passa como furacão destruïdor; então foge ou esconde-se, mas volta logo, assim que a onda assoladora se afasta para mais longe.

Quando, em 757, depois de um reinado bastante longo, Afonso I morreu, todo o noroeste e parte do centro da Península estavam livres do domínio muçulmano. Não foram definitivas as conquist s de Afonso I; mas, relativamente à região ao norte do Douro, a sua acção decidida e eficaz impediu a fixação dos muçulmanos, e, portanto, diminuiu consideràvelmente a influência da civilização árabe na população que habitava essas regiões. Expedições muçulmanas, depois de Afonso I, ainda algumas vezes se internaram pelo noroeste da Península; mas ocupação persistente, de molde a actuar no modo de ser e de viver dos povos que ali habitavam, nunca os muçulmanos vieram a conseguir realizá-la para o norte do Douro, graças ao esfôrço daquele grande chefe.

Um novo período vai agora abrir-se na história da reconquista, período caracterizado também pelas duas ordens de factos, a ocupação e a conquista, mas em que esta apresenta uma modalidade nova. Aos avanços rápidos e às operações de larga envergadura vai seguir-se a conquista paulatina, conseguida a poder de porfiados esforços. Mas, lentamente embora, no contínuo fluxo e refluxo das hostes cristãs e das hostes agarenas, irá crescendo sempre a nesga de terra em poder de cristãos.

Capítulo II — A reconquista até o Mondego

Fundação de Oviedo. Os árabes tentam inùtilmente destruir o estado cristão. A existência do reino asturiano consolida-se: Afonso II. Progressos da ocupação e da conquista. O estado cristão atinge pela primeira vez o Mondego; Afonso III. A ofensiva de Almançor; recuo das fronteiras cristãs. Segunda reconquista das terras entre Douro e Mondego. Grandes conquistas de Fernando Magno. O domínio cristão atinge definitivamente o Mondego.

O sucessor de Afonso I foi seu filho Fruela, que governou o reino das Astúrias durante onze anos (757-768).

Fruela I lutou com os muçulmanos, derrotando as fôrças de Omar, primo de Abderramão I, na batalha de Pontúmio, localidade que, segundo a identificação mais aceitável, deve corresponder a Pontedeume.

Julga-se, com fundamento, que a Fruela se deve a fundação de Oviedo.

Êste reinado terminou tràgicamente. Uma dupla violência veio pôr-lhe fim: Fruela foi assassinado pelos partidários de seu irmão Vimarano a quem êle dera morte por, segundo se crê, lhe disputar o trono.

A Fruela sucedeu Aurélio, seu primo. Um filho de tenra idade do rei assassinado ficava, assim, afastado do trono. Chamava-se êle, como seu avô, Afonso.

O govêrno de Aurélio durou seis anos (768-774).

Por morte de Aurélio, sucedeu-lhe um cunhado de Fruela, Silo, que reinou nove anos (774-783).

Depois de Silo foi rei um irmão de Fruela, Mauregato, filho bastardo de Afonso I, que governou durante seis anos (783-789).

Os reinados de Aurélio, Silo e Mauregato são bastante obscuros.

Durante êstes três reinados não houve expedições contra os muçulmanos e a quási tranquilidade daquelas duas décadas apenas foi cortada por algumas lutas intestinas.

Sucedeu a Mauregato um rei singular. Depois de uma tentativa de aclamação de Afonso — o filho de Fruela a que já ficou feita uma referência — tentativa que não foi coroada de bom éxito, ascendeu ao trono um eclesiástico, Bermudo, homem piedoso, magnânimo, clemente, que uns dizem irmão de Aurélio, outros filho de Vimarano — portanto, ou primo ou sobrinho do rei Fruela I.

As qualidades que, como homem, notabilizavam Bermudo não o indicavam para chefe de um estado cuja existência tanto dependia de valoroso esfôrço militar. Assim, o seu curto govêrno foi tristemente assinalado por mais de uma derrota dos cristãos. Certamente reconhecendo a sua inaptidão, abdicou Bermudo em Afonso, filho de Fruela, que alcançou finalmente o supremo poder, depois de várias vezes preterido.

Largo e brilhante foi o reinado de Afonso II — meio século de lutas incessantes com os muçulmanos. Ora vencido, ora vitorioso, levou bem longe, por vezes, o esfôrço do seu braço.

Logo nos primeiros anos do reinado de Afonso II, os ataques dos muçulmanos, que tinham sido coroados de éxito durante o efémero govêrno de Bermudo, repetiram-se, cada vez mais violentos. Hixeme I e sobretudo o

seu sucessor, Alháqueme I, organizaram expedições de grande valor militar, ao serviço de ambicioso desígnio — o de esmagar de vez o nascente poderio cristão.

Em 794 Hixeme I enviou duas expedições contra os cristãos. Uma invadiu a Castela; outra o ocidente da Península. A própria capital sofreu os ataques dos muçulmanos, que chegaram a saqueá-la. Retirando depois, foram alvo dos ataques dos cristãos, sendo por êstes dizimados.

No ano seguinte, 795, Afonso II resolveu precaver-se contra qualquer ataque mais forte e conseguiu que os francos o auxiliassem na luta contra o inimigo comum. Datam, pois, desta época as primeiras relações internacionais do recente estado. A campanha de 795 entregou de novo aos árabes Oviedo; não a puderam, porém, conservar e retiraram-se.

Em 796, primeiro ano do govêrno de Alháqueme I, sucessor de Hixeme I, foram os cristãos mais uma vez atacados. As graves dissenções internas que durante anos dilaceraram o estado muçulmano não permitiram, porém, a Alháqueme a continuação do seu intento. Durante êsse tempo foi sôbre a terra muçulmana que a luta se travou. Os cristãos, em larga expedição, chegaram a atingir Lisboa, que saquearam.

Em 815, acalmadas as lutas internas, Alháqueme retomou a ofensiva. O seu exército invadiu a terra cristã, sendo feliz nos primeiros recontros. Vencido depois, foi forçado a retirar-se.

Anos andados, a luta reacendeu-se novamente — luta curiosa por nela tomarem parte três forças: Abderramão II, sucessor de Alháqueme I, um rebelde chamado Mahamud e Afonso II. Em 833, o rebelde foi vencido por Abderramão e veio estabelecer-se com os seus partidários em Monsalud. Em 835, avizinhando-se as tropas regulares, refugiou-se na Galiza, derrotando, durante cinco anos os exércitos muçulmanos enviados a submetê-lo. Esta estranha situação é por alguns escritores considerada fruto de algum acôrdo estabelecido entre o rebelde e Afonso II. Se assim foi, êste cançou-se enfim, e, em maio de 840, depois de cercar a fortaleza de que aquêle era detentor, apossou-se dela.

Dois anos depois, em 842, Afonso II morreu. De tantas lutas que sustentara não resultou para os cristãos decidida vantagem, quanto a aquisições territoriais; mas, graças ao seu valoroso esfôrço, o audacioso projecto muçulmano falhara completamente.

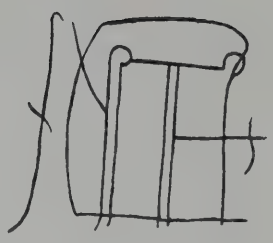
A ocupação das terras de Entre-Douro-e-Minho continuou a fazer-se no tempo de Afonso II e deram-se os primeiros passos para a restauração de Braga. Vê-se isto de um documento de 840, cujo original se perdeu, mas de que existe uma cópia no *Liber Fidei,* cartulário do Arquivo Distrital de Braga. Neste documento lê-se que Afonso II, reüniu em Guimarães um conselho de condes e bispos, com o fim de promover o povoamento de todas as terras portucalenses. Muitos indivíduos as tomaram então em presúria. Terminado isto, veiu o rei para Braga, celebrou aqui novo conselho para tratar da sua restauração e determinou que certos pontífices, com alguns peritos, reconhecessem o antigo termo da cidade, o que de facto fizeram. Quanto à restauração de Braga, não surtiram grande efeito estas determinações, pois num outro documento, lavrado no ano seguinte (841), documento pertencente à Sé de Lugo e que foi publicado por Florez na *España Sagrada,* Afonso II depois de acentuar que Braga continuava em grande decadência manda que a jurisdição do bispo de Lugo se alargue à cidade de Braga e seu termo.

Morto Afonso II em 842, foi rei um filho de Bermudo, Ramiro, que governou de 842 a 850.

O reinado de Ramiro I foi perturbado por lutas civis, tendo-se revoltado alguns condes. O rei, sempre vencedor, puniu rigorosamente os sublevados. Nepociano, o primeiro que se revoltou, resistiu algum tempo; vencido, porém, fugiu para Pravia, onde, por ordem do rei, foi prêso e lhe arrancaram os olhos. Tempo depois revoltaram-se os condes Piníolo e Aldroito; vencidos também, sofreram castigo cruel como Nepociano: o primeiro foi morto, bem como os seus sete filhos; ao segundo foram-lhe arrancados os olhos.

Nas lutas com os muçulmanos não foi Ramiro muito feliz. Em compensação conseguiu sempre repelir os ataques dos normandos, que chegaram a desembarcar nas costas galegas e asturianas.

O reinado seguinte, de Ordonho I, filho de Ramiro I, foi notável não só pelas lutas contra os muçulmanos, que o monarca sustentou com persistência, embora nem sempre delas saísse vitorioso, mas sôbre tudo pelos cuidados postos na reedificação de cidades já anteriormente conquistadas. Êste facto mostra claramente a estabilização progressiva do domínio cristão. Leão, Astorga, Tuy e outras povoações importantes foram assim erguidas das suas ruínas e repostas na via do progresso.



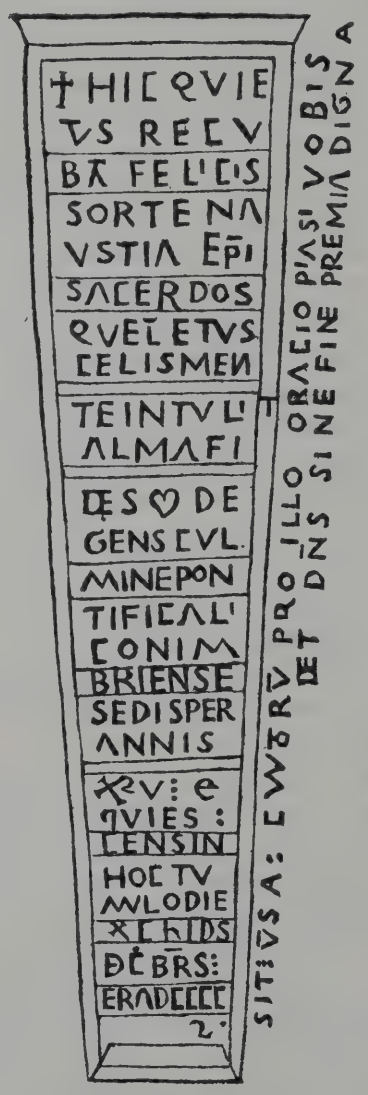
Sinal de Afonso III

Uma sublevação dos vascónios, que o rei dominou com pulso forte, mas sem ferocidade, e novos ataques de normandos, que conseguiu repelir, completam o quadro dêste reinado relativamente longo que se estende de 850 a 866.

O largo reinado (866-910) do filho e sucessor de Ordonho, Afonso III, apresenta alternadamente o aspecto bélico e o de acalmia consagrada a um fecundo labor administrativo.

Algumas rebeliões assinalaram os primeiros tempos do govêrno de Afonso III. A mais importante foi a do conde da Galiza, Froilano, que, triunfante, obrigou o rei a fugir para Castela. Pouco depois, porém, foi o conde assassinado e Afonso III viu-se de novo investido no poder. Reposto no trono, não tardou Afonso III a lançar-se na luta contra os muçulmanos. Ora atacando, ora defendendo-se, esteve em luta contínua até 883. Foi destas campanhas que resultou a conquista de terras na zona ocidental da Península, incluindo Coímbra. Assim continuava Afonso III os esforços dos seus antecessores, aos quais se deve certamente a conquista de algumas terras ao sul do Douro.

Entretanto, em 872, segundo parece, uma nova conjuração vinha pôr em perigo a paz interna. O seu principal elemento foi Fruela, irmão do próprio rei. Mas Afonso III conseguiu dominar a situação, mandando prender e cegar Fruela. Julga-se que outros irmãos do rei — Nuno, Odoário e Bermudo — tinham auxiliado Fruela, pois, por ordem do rei, sofreram castigo igual.



Epitáfio do bispo Nausto

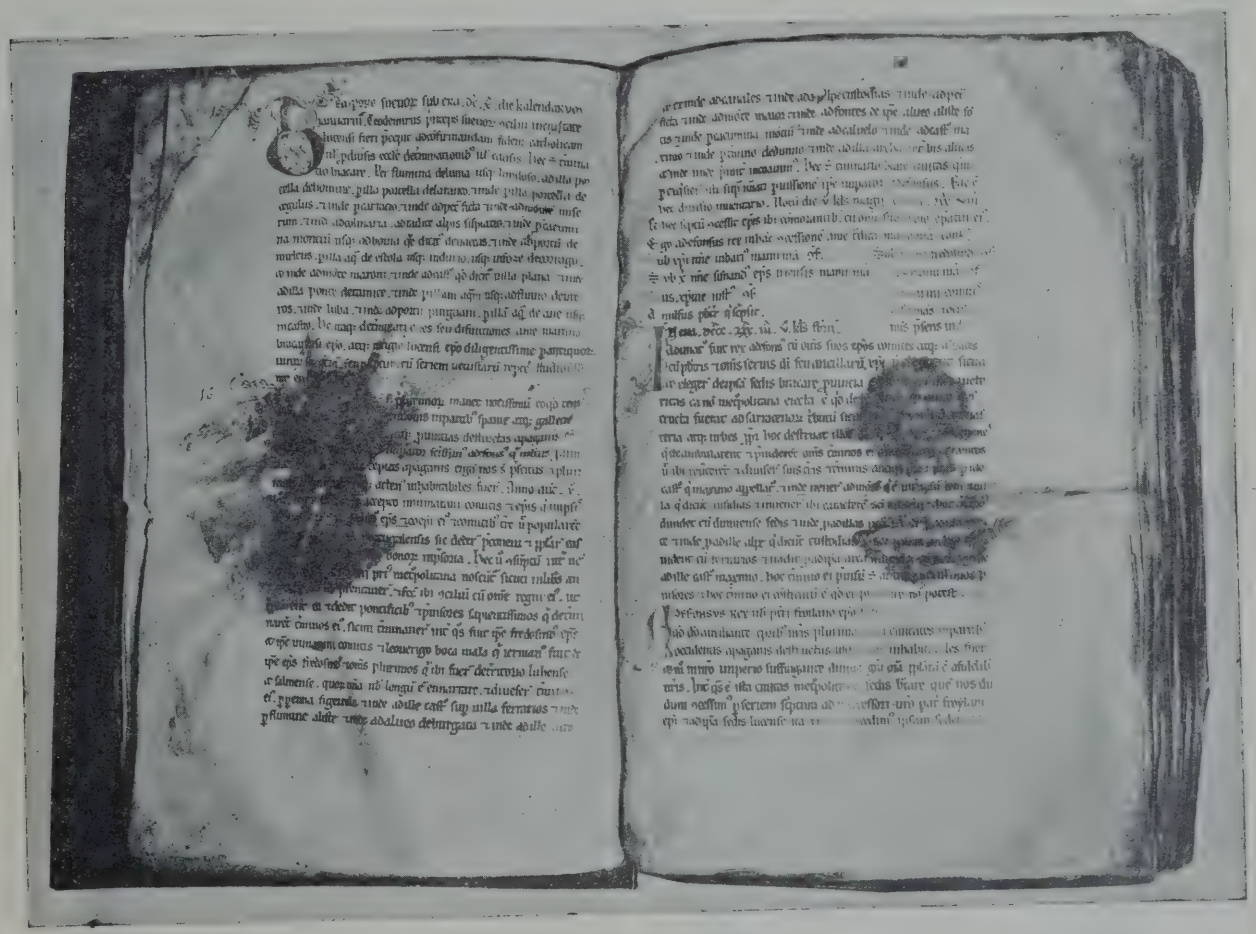
O bispo Nausto, da diocese conimbricense, foi contemporâneo de Ordonho I e Afonso III. O seu episcopado acompanhara todo o reinado dêste último monarca; um e outro terminam quási simultâneamente. Afonso III abdica em 910 e morre em 911; Nausto morre em 22 de Novembro de 912, data que consta do epitáfio existente na igreja de S. Andres de Farbe, publicado por Florez na *España Sagrada*, e acima reproduzido.

Depois de 883 há um período de paz até 901, data da expedição destinada a descercar Zamora e que depois se estendeu até Toledo, cujos habitantes pagaram a Afonso III um avultado tributo, recebido o qual, êle se retirou para os seus estados.

Os anos de 883 por diante, tanto antes como depois da jornada de Zamora, foram utilizados por Afonso III para intensificar a sua obra reconstrutiva, à qual se deve a repovoação de muitas terras, entre as quais algumas em território hoje português, umas entre Douro e Minho, como Pôrto e Braga, outras entre Douro e Mondego como Lamego, Vizeu e Coímbra.

O documento relativo à restauração de Braga, no tempo de Afonso III, existe ainda; guarda-se no Arquivo Distrital daquela cidade. Além do original há também uma cópia, no *Liber Fidei*, cartulário pertencente ao mesmo arquivo. Tanto nêste como naquêle o documento está datado da era de 873, a que corresponde o ano 835, o que levaria a supor tratar-

se de um documento do tempo de Afonso II e não do de Afonso III. É, porém, bem visível que a data do documento original foi viciada. O Dr. Alberto Feio estudou detidamente o documento em questão e diz que a viciação da data seria «talvez feita para a avivar, mesmo sem intuitos de falsificação, que aliás se não justificam por nenhum interêsse conhecido». Esta viciação teria tido logar antes de feita a cópia no *Liber Fidei*. Os nomes dos confirmantes do documento permitem, porém, datá-lo aproximadamente. Quási todos figuram num outro documento, de 911, existente também no arquivo bracarense: a demarcação do termo do bispado de Dume. Um deles, o bispo Froarengo, só aparece em documentos de 905 por diante. O documento é, pois, evidentemente do tempo de Afonso III. Quanto à data primitiva, emite o Dr. Alberto Feio uma hipótese engenhosa: «a data primitivamente existente era presumìvelmente DCCCCXLIII, mudada depois em DCCCLXXIII pela troca dum C por um L e dum L por X». Àquela data primitiva corresponde o ano 905.

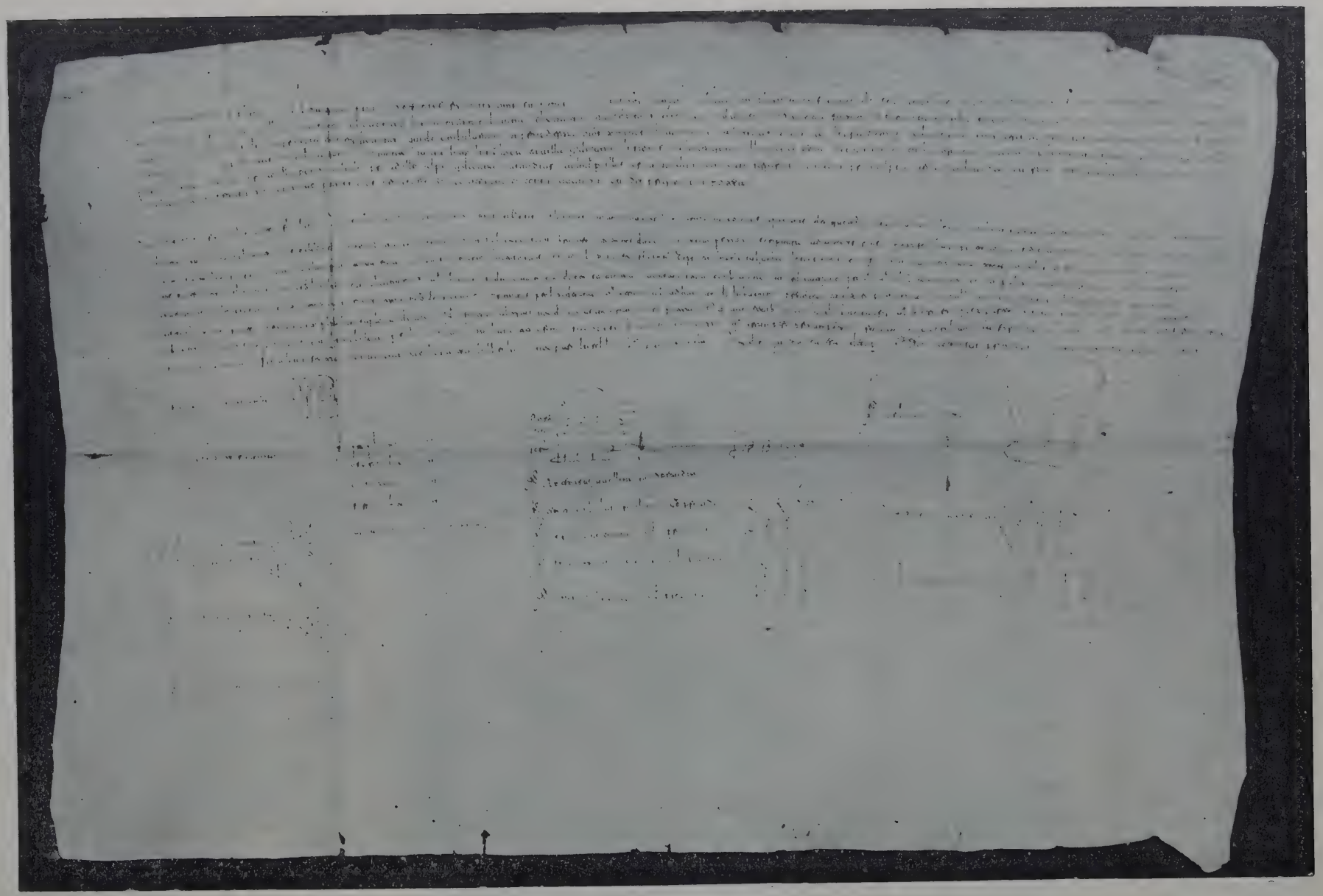


(Cl. E. Cerdeira)

Cópia, no «Liber Fidei», da carta de Afonso III relativa à restauração de Braga

(Arquivo Distrital de Braga)

Os últimos anos do notável reinado de Afonso III foram perturbados por graves dissenções. Seu filho Garcia, auxiliado pelo sogro e pelos irmãos, conseguiu forçá-lo a abdicar. Ao abandonar o poder, deixava uma



(*Cl. E. Cerdeira*)

DOCUMENTO RELATIVO À RESTAURAÇÃO DE BRAGA POR AFONSO III *(Arquivo Distrital de Braga)*

(Foto-J. Ruiz Vernacci)

Cruz oferecida por Afonso III à Sé de Oviedo
(Face anterior)

importante obra de conquista e ocupação no ocidente da Península, na parte correspondente ao moderno Portugal.

Após a morte de Afonso III, os seus estados dividiram-se: o filho mais velho, Garcia, estabeleceu-se em Leão; os outros dois, Fruela e Ordonho, ficaram governando, respectivamente, as Astúrias e a Galiza.

Garcia reinou apenas três anos. O seu curto govêrno foi nos primeiros tempos agitado por recontros com os muçulmanos e depois ocupado na restauração de algumas cidades, como Osma, Coca, Clunia, Gormaz.

O govêrno de Garcia interessa pouco à história do ocidente da Península, o qual era nêsse tempo governado por Ordonho, como rei da Galiza. Continuando a obra de restauração de terras daquela região mandou Ordonho, em 911, demarcar por peritos competentes o termo do bispado de Dume pelos limites que em antigo tempo tivera.

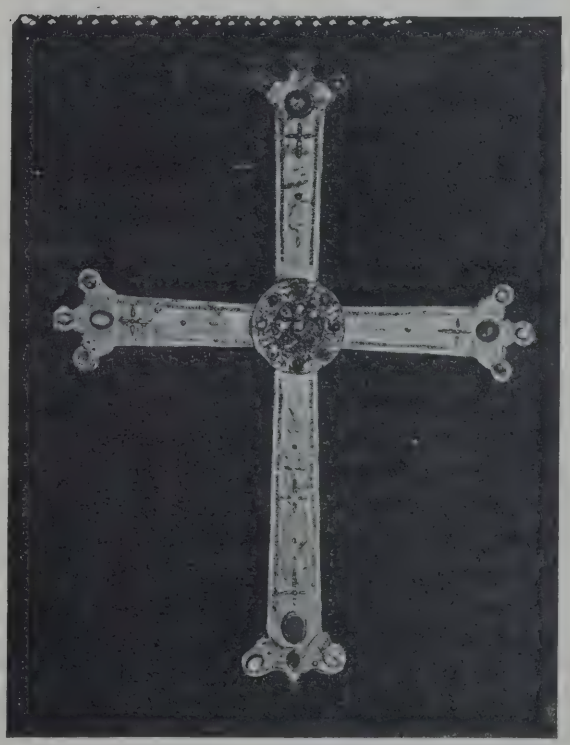
Pertence a esta época a construção de um monumento notabilíssimo, a igreja de Lourosa (concelho de Oliveira do Hospital), espécime único em território português do estilo moçárabe, cuja fundação todos os estudiosos que dela se têem ocupado atribuem ao ano de 912, data mencionada em uma inscrição que nela se encontra.

Lourosa, a vila onde se ergue a vetusta igreja, demora ao sul do Mondego, na região onde vêem morrer as derradeiras ondulações dos contrafortes ocidentais da serra da Estrêla.

Ali permaneceu, ignorada e tranqüila, durante largos séculos. A fúria transformadora, que destruíu tantas outras igrejas dos séculos da reconquista, deixou que esta chegasse até nossos dias, acrescentada embora de adições posteriores, mas respeitada nas suas linhas fundamentais primitivas.

Orientada ao poente, ostenta a fachada principal, sôbre a porta, uma janelinha geminada com seus arcos de ferradura — *ajimez* característico, único em Portugal.

Um arco da mesma natureza, ainda visível, fechava o vão da porta principal, em parte entaipado, hoje, pela construção posterior da actual porta, mais pequena.



(Foto-J. Ruiz Vernacci)

Cruz oferecida por Afonso III à Sé de Oviedo
(Face posterior)

(Cl. E. Cerdeira)

IGREJA DE LOUROSA

CONJUNCTO DA FACHADA COM O CAMPANÁRIO POSTERIORMENTE EDIFICADO

Descendo alguns degraus, pois o nível do pavimento é sensìvelmente mais baixo que o do terreno exterior, penetra-se no templo.

O interior da Igreja de Lourosa está dividido em três naves que apresentam uma particularidade notável quanto à sua extensão, pois a central é muito mais comprida que as laterais. Esta desigualdade não é primitiva e tem a sua explicação, segundo o parecer dos arqueólogos que têem estudado o monumento, em acrescentamentos feitos posteriormente, os quais vieram alongar a nave central.

Arcadas formadas de três arcos de ferradura separam, a cada lado, a nave central das naves laterais. Êstes arcos apoiam-se, pelos extrêmos, em impostas, e, na parte central, em ábacos lisos, quadrangulares, assentes sôbre colunas de tipo dórico, que D. José Pessanha supõe provenientes de edifício levantado durante o domínio romano. Do lado do Evangelho, o arco central foi mais tarde entaipado, e assim se conserva hoje, para nesse espaço se construir um púlpito. «Essas duas arcadas,—que constituem, por assim dizer, a nota dominante do monumento, e, com o *ajimez* da fachada, documentam a sua altíssima antiguidade, — mantêem inalterada a primitiva forma e apresentam acentuada unidade e correcção» (D. JOSÉ PESSANHA).

O arco de ferradura, nota dominante e característica do monumento encontra-se ainda nas portas de comunicação da sacristia com a nave central e com a lateral do lado do Evangelho, portas que se encontram em paredes formando ângulo recto, e ainda em outras duas, simétricas, do lado da Epístola. Êstes quatro arcos estão hoje desentaipados; foram-no recentemente, não estando ainda assim por ocasião do último estudo do monumento, o de D. José Pessanha, em 1916;

(Cl. E. Cerdeira)

IGREJA DE LOUROSA

FACHADA PRÍNCIPAL COM O «AJIMEZ» E O ARCO DA PORTA PRIMITIVA

nesta data apenas estava livre a porta de comunicação da sacristia com a nave lateral do lado do Evangelho. O mesmo arco, de ferradura, encima também as portas para o exterior, tanto a do norte como a do sul.

(Cl. E. Cerdeira)

IGREJA DE LOUROSA

PORTA DO LADO SUL

O alto valor dêste monumento foi reconhecido muito modernamente. O Padre Carvalho da Costa, na sua *Corographia Portuguesa,* dizia ainda dele, vagamente, que «foy fabrica dos Mouros». Só em 1911 começou a ser estudado por pessoas competentes. Até hoje, ocuparam-se da igreja de Lourosa três eminentes historiadores da arte portuguesa: cronològicamente, Vergílio Correia, Joaquim de Vasconcelos e D. José Pessanha. Todos estão de acôrdo quanto ao inestimável valor dêste monumento, pois êle veio preencher uma lacuna na evolução artística da terra portuguesa — a lacuna que separava as igrejas visigóticas das primeiras igrejas românicas.

Divergem, porém, os autores referidos quanto a uma questão de história política: estava o território, onde se ergueu o monumento, sob o domínio dos cristãos ou sob o dos muçulmanos?

Vergílio Correia afirma que os cristãos eram os dominadores: «basta-nos examinar a cronologia da época, a-pesar-dos documentos serem poucos e vagos, para ficarmos convencidos de que o devoto ou devotos que a mandaram construir, viviam em território cristão reconquistado. Os árabes entraram na

(Cl. E. Cerdeira)

IGREJA DE LOUROSA

PORTA DO LADO NORTE

Península em 711 ou 712 e depressa a tinham em seu poder, exceptuada a parte mais norte. Nos fins do mesmo século VIII já Afonso II, o Casto, faz uma correria até às margens do Tejo. Entre 866 e 910, Afonso III

senhorea-se das regiões de Lamego, Vizeu e Coímbra».

Joaquim de Vasconcelos, pelo contrário, sustenta que os dominadores eram os muçulmanos: no ano 912 reinava Abderramão III e «êste príncipe, que mereceu as honras de *Amir-al-mumenim,* dedicou-se especialmente a pacificar a Hespanha mussulmana depois de imcomparaveis victorias sobre os reis de Leon, Ordonho II e Ramiro II».

pode servir de prova, a sua argumentação colhe realmente.

As afirmações de Joaquim de Vasconcelos não passam de simples palavras que nada provam. Importava primeiro que tudo demonstrar que as vitórias de Abderramão III interessaram à região cuja posse se discute; isto, mesmo que a cronologia não estivesse gritando desesperadamente, como está, pois o advento de Abderramão III ao califado é

(*Cl. E. Cerdeira*)

IGREJA DE LOUROSA

INTERIOR VISTO DA PORTA PRINCIPAL

Entre estas duas soluções opostas surge uma atitude de dúvida, a de D. José Pessanha, que, depois de várias considerações, conclui pela afirmação de ser «extremamente difícil, se não impossível, averiguar, se, pelos anos de 912, a região em que demora Lourosa fazia parte do domínio maometano ou da monarquia leonesa, de que era então chefe Garcia I».

As considerações de Vergílio Correia assentam em factos de ordem geral, de valor limitado para o problema concreto em discussão; mas, até onde tal categoria de factos

do próprio ano da fundação da igreja de Lourosa, isto é, 912, sendo todas as suas expedições posteriores a esta data.

D. José Pessanha não pretende resolver o problema, o qual deixa, de facto, indeciso.

Há, no entanto, para estudo dêste assunto um certo numero de factos, ainda não trazidos à discussão, que podem levar a crer com fundamento que o território de Lourosa estava em 912 sob o domínio cristão.

Em primeiro lugar acentue-se que já no tempo de Afonso III, Coímbra e Vizeu tinham sido não simples objecto de conquista, que

poderia ter sido mais ou menos fugaz, mas alvo de verdadeira ocupação. O *Chronicon Gothorum,* em qualquer das suas duas variantes, é bem explícito quando diz que, no tempo de Afonso III, muitas cidades, entre as quais figuram as acima citadas, foram povoadas por cristãos.

Êste facto, só por si, já permitiria supor legìtimamente, como o fez Vergílio Correia, que algum território ao sul do Mondego estaria em poder dos cristãos.

ção contra os muçulmanos, cujo resultado foi vantajoso para os cristãos. Não nos diz o cronista qual foi o campo das operações, mas é evidente que a expedição não teve por teatro a região ocidental da Península, pois esta era então governada por Ordonho na qualidade de rei da Galiza. Por Galiza entendia-se toda a zona ocidental até a fronteira sul, como se vê de um documento de 933 pelo qual Ramiro II faz uma doação ao mosteiro de Lorvão, «que está nos limites da Galiza» *(situm est ceno-*

(Cl. E. Cerdeira)

IGREJA DE LOUROSA

INTERIOR VISTO DA CAPELA-MÓR

Como a restauração das cidades acarretava geralmente a ocupação de terras em volta delas, novos domínios se poderiam estender perfeitamente até Lourosa. Nada mais natural do que, vitorioso, ter Afonso III levado ao esfôrço do seu braço até os contrafortes ocidentais da Serra da Estrêla.

Há, porém, outros factos que muito interessa analisar.

Do tempo de Garcia, sucessor de Afonso III, e que governou o reino de Leão de 911 a 914, sabemos, pela crónica de Sampiro, que houve, no primeiro ano do seu reinado, uma expedi-

bio subtus monte lauribano in finibus gallecie). Uma outra expedição, de que há memória no *Chronicon Silense,* e que D. José Pessanha atribuiu a Garcia, não foi efectuada por êle, mas sim por Ordonho. Desta expedição trouxeram os cristãos muitos prisioneiros e despojos, regressando com êles a Vizeu; ela, porém, não pode ser posterior a 911, pois o texto diz que Afonso III ainda era vivo, governando Ordonho a Galiza *(«Siquidem dum Pater adhuc viverat, & ipse Galliciencibus dominaretur, collecto totius provinciae exercitu Baeticam Provinciam petiit. Dein vastatis circumquaque*

agris, & villis incencis, cum maximo captivorum, spoliorumque numero, ad Visensem reversus est urbem). Em Setembro de 911 estava Ordonho no norte da Galiza onde reünia um concílio de condes e bispos para tomar deliberações sôbre a demarcação do têrmo do bispado de Dume.

No tempo dos sucessores de Garcia — Ordonho II, com quem se reüniram Galiza e Leão, (914-924); Fruela II, que restabeleceu a unidade do antigo reino leonês, (924 925), Afonso IV (925-931) e Ramiro II, desde 931 pelo menos até 937, — não há referência alguma a incursões de muçulmanos ou quaisquer combates na zona ocidental da Península. Ver-se-á isto na seqüência da narração.

Fixemos, pois, que desde 911, data da morte de Afonso III, até 937, pelo menos, houvera tranquilidade no ocidente da Península.

Ora um documento de 936 prova insofismàvelmente que, nesta data, a posse pelos cristãos de terras junto do rio Alva estava consolidada. Trata-se do instrumento de demarcação das duas vilas denominadas igualmente Vila Cova, ambas sôbre o curso daquele rio. O documento alude a questões entre os homens das vilas, relativamente aos limites de cada uma, fazendo-se então a demarcação para pôr côbro a tais dissensões. Se, nas poucas dezenas de anos que separam o tempo de Afonso III da data em que se fez o auto de demarcação, aquele território tivesse sido teatro de lutas entre cristãos e muçulmanos, tendo mesmo mandado de dominadores; se, enfim, o perigo fôsse uma cousa ainda bem presente na memória dos habitantes da região — como explicar semelhantes contendas? Litígios desta natureza não são compreensíveis se o inimigo foi expulso há pouco, podendo fàcilmente ainda voltar. Questões locais, relativas à extensão do têrmo das vilas, indicam claramente interesses já arreigados, estabilização. Em 936 estava, pois, a região onde corre o Alva em poder dos cristãos. Como nela não houvera lutas até então, pelo menos desde a morte de Afonso III, é forçoso concluir que ao tempo dêste rei se deve atribuir a sua conquista. Ora esta região fica ao sul da de Lourosa, como que envolvendo-a: se em 912 ela estava já em poder dos cristãos, o mesmo pode afirmar-se, por maioria de razão, relativamente a Lourosa.

(Cl. E. Cerdeira)

IGREJA DE LOUROSA

INTERIOR VISTO, TRANSVERSALMENTE, DA PORTA LATERAL DO SUL

Parece pois, não poder restar dúvida de que a igreja de Lourosa foi fundada por cristãos em território cristão. Ela é, por tanto, o mais notável monumento religioso da reconquista cristã.

Morto Garcia em 914, sucedeu-lhe Ordonho, que até então governara a Galiza e que já se notabilizara no tempo de Afonso III, em expedições contra os muçulmanos, nas quais mostrara bem o seu esforçado ânimo.

Assumindo o govêrno de Leão, Ordonho II confirmou as suas qualidades guerreiras: todo o seu reinado se passou em luta. Pouco havia

que subira ao trono e ei-lo que transpõe a fronteira meridional dos seus estados e vai assolar a região de Mérida levando tudo a ferro e fogo. Nesta larga investida recolheu Ordonho II grande cópia de despojos e as ricas dádivas com que os habitantes de Badajoz aplacaram o seu furor. A réplica não se fez esperar: Abderramão III investiu por seu turno, victoriosamente, as terras cristãs, em 916, mas querendo no ano seguinte repetir os seus esforços, foi derrotado em Gormaz.

Desde então por diante, a existência de Ordonho II é preenchida por uma série de lutas; alternadamente, invade os territórios muçulmanos ou defende-se, nos seus, de represálias provocadas pelas suas expedições. Parte destas lutas teve por teatro a Navarra, já então reino independente; assim, em 920, Abderramão desfez na batalha de Junqueira a coligação de Ordonho II e Sancho de Navarra. As lutas travaram-se no centro da Península.

Sucedeu a Ordonho II seu irmão Fruela que reinou apenas um ano (924-925). Foi pacífico êste curtíssimo reinado cujo principal mérito consistiu em restabelecer a unidade do antigo reino, que agora se chamava já reino de Leão.

O sucessor de Fruela II foi Afonso, um dos filhos de Ordonho II. Lutas intestinas perturbaram os primeiros tempos do reinado de Afonso IV, pois seu irmão mais velho, Sancho, lhe disputou a coroa, chegando mesmo a desapossá-lo do poder durante algum tempo. Restabelecido no trono de Leão, não conseguiu Afonso IV impedir que Sancho continuasse governando independente a Galiza.

IGREJA DE LOUROSA

I — Nave do lado da Epístola

II — A mesma nave vista da nave central

(Cls. E. Cerdeira)

Sancho morreu em 929. Em 931, Afonso IV abdicou em outro dos seus irmãos, Ramiro, e recolheu-se ao mosteiro de Sahagun (S. Facundo).

Era dotado de ânimo belicoso o novo rei. Assim, dadas as circunstâncias da política peninsular, cabia-lhe com mais forte motivo o exercício do supremo poder. Não o entendeu, porém, assim Afonso IV, pois, poucos meses andados, abandonou o silêncio claustral a que se remetera e apareceu de novo na scena política, apoiado pelos seus partidários, instalando-se de novo em Leão, como rei.

Ramiro II não se curvou, porém, a esta exigência de seu irmão; estava então em campanha contra os muçulmanos, mas retrocedeu imediatamente para atacar Leão. Vencedor, mandou prender e encarcerar Afonso IV. Pouco depois, como quer que os três filhos de Fruela II, primos dos dois irmãos em luta, tivessem tomado o partido de Afonso, fê-los encerrar também na prisão onde êste estava e mandou arrancar os olhos a todos quatro.

Seguro no trono, recomeçou Ramiro II a luta com os muçulmanos, indo, em 932, socorrer Toledo que se sublevara contra Abderramão III. Não conseguiu realizar êste intento, mas, no caminho, apossou-se de Madrid.

No ano seguinte derrotou em Osma uma expedição árabe.

Os anos de 934 a 936, passaram-se em paz, mas em 937 a luta reacendeu-se devido aos entendimentos de Ramiro II com o governador de Santarém que, rebelado contra Abderramão III, se aliou com o monarca cristão fazendo-lhe entrega de muitos castelos. Ramiro II penetrou com mão armada nas terras inimigas assolando a região de Mérida e de

IGREJA
DE LOUROSA

DOIS ASPECTOS DA ARCADA DO LADO DO EVANGELHO, VISTA DA NAVE CENTRAL

O arco médio foi entaipado para a construção do púlpito.

(Cls. E. Cerdeira)

Badajoz, de onde se dirigiu às proximidades de Lisboa, para logo regressar à Galiza carregado de despojos. Pouco depois entravam os muçulmanos pela Galiza em fugaz correria.

Desejando vingar aquele destrôço que Ramiro II realizara, Abderramão reüniu um formidável exército e resolveu invadir as terras do rei de Leão. Do lado cristão o esfôrço foi também máximo. Reüniram-se homens de armas de todas as províncias do reino leonês; hoje desaparecida. A batalha de Simancas (5 de Agosto de 939), importante pelas forças que se defrontaram e por nela ter sido derrotado um chefe tão afamado como era Abderramão III, foi conhecida e admirada na Europa.

Os anos que se seguiram à batalha de Simancas foram de discórdia entre os cristãos. Revoltaram-se contra Ramiro II os condes Fernão Gonçalves e Diogo Múnio, e, posto que

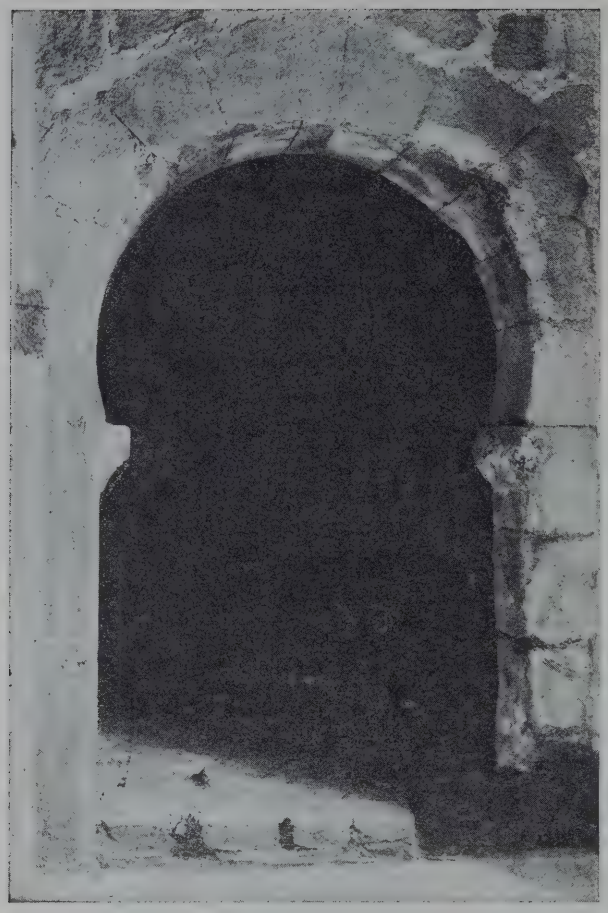
(*Cl. E. Cerdeira*)

IGREJA DE LOUROSA

CONJUNTO DE ARCOS, VISTO DE SACRISTIA

O arco da esquerda, no primeiro plano, estabelece a comunicação da sacristia com a nave central; o da direita, aberto em parede que faz ângulo recto com a do primeiro, dá passagem da sacristia para a nave lateral do Evangelho.

a rainha Tota, viuva de Sancho de Navarra auxiliou o rei de Leão. Abderramão veio encontrar o exército inimigo nas margens do Pisuerga, afluente de Douro, junto a Simancas. Foi rude o combate, mas a vitória coube aos cristãos, que, perseguindo os muçulmanos, lhes infligiram uma segunda derrota em Alhandega, povoação próxima de Simancas, o rei conseguisse dominar os rebeldes, os estados cristãos, enfraquecidos, foram alvo de ataques dos muçulmanos, que conseguiram realizar com êxito algumas correrias. Só poucos meses antes de morrer, Ramiro II retomou a ofensiva, indo talar os campos de Talavera. Pouco depois desta última expedição, em janeiro de 951, morreu.



(Cl. E. Cerdeira)

IGREJA DE LOUROSA

ARCO DE COMUNICAÇÃO DA NAVE DA EPÍSTOLA COM UMA ARRECADAÇÃO AO LADO DA CAPELA-MOR

Sucedeu a Ramiro II seu filho Ordonho. Então o conde Fernão Gonçalves favoreceu as pretensões de Sancho, irmão do Ordonho, que ambicionava a coroa de Leão. Mais uma vez, porém, o turbulento conde ia ser vencido. Ordonho III submeteu os rebeldes. Pouco depois, venceu os galegos que se tinham sublevado também.

Estabelecida a paz no interior dos seus estados, Ordonho III invadiu então as terras muçulmanas, indo saquear Lisboa. Foi a sua primeira e última expedição. Morreu em 956.

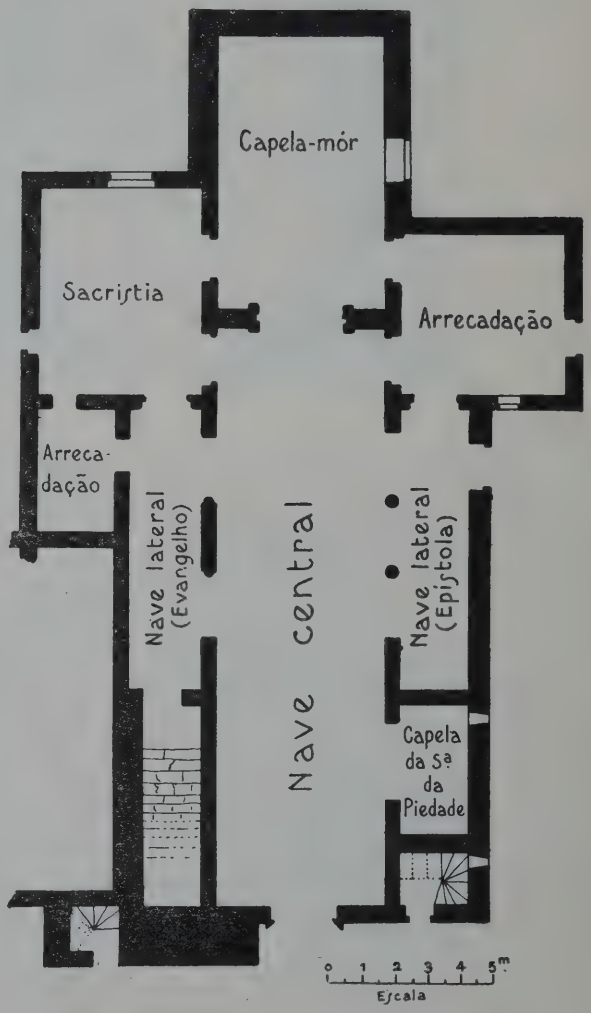
Sancho, irmão de Ordonho III, obteve então a corôa. O célebre conde Fernão Gonçalves tornara-se, porém, seu inimigo, conseguindo a breve trecho (958) destroná-lo e fazer aclamar rei um filho de Afonso IV, de nome Ordonho.

O govêrno do novo rei, Ordonho IV, foi curtíssimo. Em 959, já Sancho, auxiliado pelos muçulmanos, ocupava Zamora e a sua autoridade era acatada por quási todo o reino. Em 960 entrou êle em Leão, pondo em fuga Ordonho IV, que foi forçado a buscar asilo entre os muçulmanos, vindo a morrer, obscuramente, em 962, segundo parece.

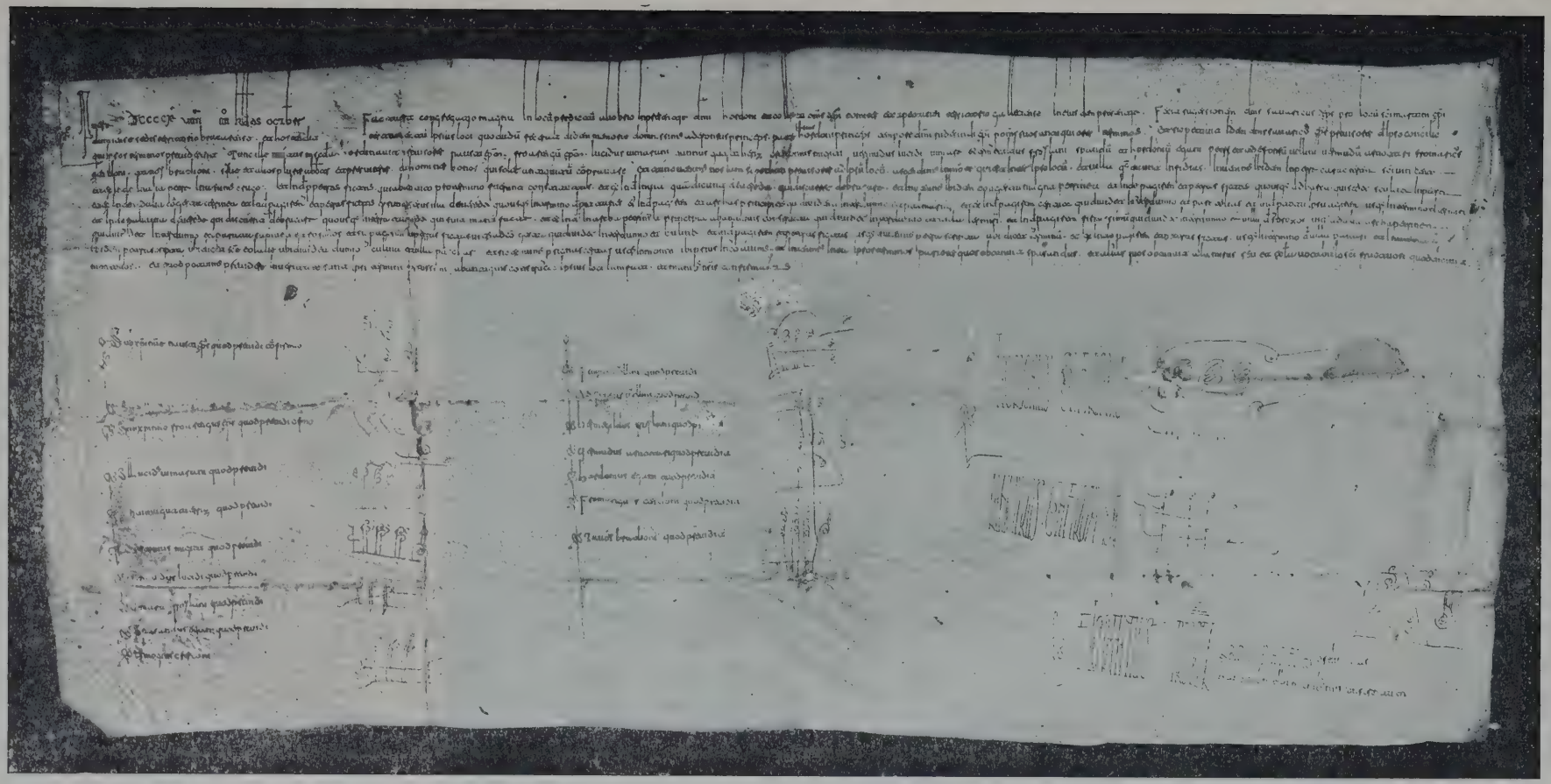
Em 961 morrera Abderramão III, sucedendo-lhe Alháqueme II, príncipe mais dado às letras do que às armas.

Êste facto deu origem a que, durante alguns anos, não houvesse lutas entre muçulmanos e cristãos.

Depois esta situação modificou-se porque os cristãos tomaram a iniciativa de algumas correrias no território inimigo, às quais as vitórias dos muçulmanos vieram, porém, pôr têrmo com brevidade, pois aquelas cessaram logo em 966.



PLANTA DA IGREJA DE LOUROSA



(Cl. E. Cerdeira)

DOCUMENTO RELATIVO À DEMARCAÇÃO DO TÊRMO DO BISPADO DE DUME MANDADA FAZER POR ORDONHO, QUANDO REI DA GALIZA, EM 911

(Arquivo Distrital de Braga)

Na Academia das Sciências de Lisboa, existe uma cópia moderna dêste documento, a qual serviu para a publicação feita nos *Portugaliae Monumenta Historica* (Pág. 11 dos *Diplomata et Chartae)*.

Como confirmantes da deliberação figuram vários magnates, entre os quais se encontram os bispos Nausto e Froarengo, Nunus Gutierriz e Lucidus. Êstes quatro confirmantes figuram também no documento, atrás reproduzido, relativo à restauração de Braga.

O presente documento vem, devido a isto, provar—como muito bem observou o Dr. Alberto Feio — que, a-pesar-da viciação da data, aquele documento é realmente do tempo de Afonso III.

Pouco depois organizou Sancho I uma expedição destinada a submeter os galegos que se negavam a reconhecer a sua autoridade. Já as fôrças de Sancho I tinham decidida vantagem, quando o conde Gonçalo Sanches, tendo obtido do rei uma entrevista, conseguiu fazê-lo envenenar.

Sucedeu a Sancho I seu filho Ramiro. O novo rei contava poucos anos de idade, assumindo a regência sua tia Elvira.

Durante a regência, os normandos saltearam as costas da Galiza por várias vezes. O ataque mais violento teve logar em 968. Chefiava os assaltantes o *wiking* Gunderedo. A luta prolongou-se por ano e meio, notabilizando-se na defesa o bispo de Compostela, Sisnando, que morreu, combatendo, naquele ano, e o seu sucessor no govêrno da diocése, Rudesindo, mais tarde canonizado, que no ano seguinte conseguiu alcançar uma vitória. A derrota definitiva dos normandos veio, porém, a ser alcançada pelo conde Gonçalo Sanches, mas só algum tempo depois; o conde, com as suas fôrças fez morrer muitos dos inimigos, contando-se entre os mortos o próprio Gunderedo.

Durante anos as relações entre o reino de Leão e o califado de Córdova mantiveram-se amistosas, e só em 975 a paz se rompeu; fôrças leonêsas e navarras cercaram o castelo de Gormaz, mas foram derrotadas.

Em 976 morreu Alhaqueme II e sucedeu-lhe seu filho Hixeme II, que era de tenra idade. Êste facto trouxe ao primeiro plano da scena política um homem que na corte de Alháqueme desempenhara já funções importantes, mas que ia agora, graças à menoridade do califa, ter ensejo de dar largas à sua vastíssima ambição, servida por qualidades excepcionais de inteligência e vontade. Êsse homem foi o terrível Almançor, cujas repetidas vitórias vieram depois a reduzir os cristãos à última extremidade.

(*Foto J. Ruiz Vernacci*)

ORDONHO II APRESENTANDO O SEU PALÁCIO À VIRGEM

(*Catedral de Leão*)

Ramiro III assumira o govêrno, cessando a regência. Em 981 quiz intervir nas lutas internas do califado, tomando o partido dos adversários de Almançor. Mas êste foi o vencedor, e, para se vingar, invadiu o reino de Leão, conquistando Zamora e derrotando Ramiro III em Rueda, a-pesar-de terem vindo fôrças de Navarra em socorro do rei leonês.

Não se apossaram, nesta ocasião, os muçulmanos da própria capital porque lho não consentiu uma violentíssima tempestade de neve e granizo que os forçou a retirarem-se para Córdova.

(Foto J. Ruiz Vernacci)

TÚMULO DE ORDONHO II

(Catedral de Leão)

A derrota de Ramiro III abriu caminho à realização das aspirações de um ambicioso que desejava substituí-lo no trono de Leão. Êsse rival era Bermudo, que uns dizem filho de Fruela II, outros de Ordonho III, parecendo mais fundada esta última opinião. As pretensões de Bermudo encontraram apoio decidido na Galiza, chegando a ser coroado em Compostela (982). Ramiro III pretendeu submetê-lo, mas o recontro entre as fôrças de um e outro resultou indeciso.

Bermudo instalou-se em Compostela e Ramiro regressou a Leão.

Em 984, Bermudo conseguiu assenhorear-se de Leão, fugindo Ramiro III para Astorga, onde pouco depois morreu.

Era, enfim, rei de Leão Bermudo II. Tantas lutas intestinas tinham, porém, enfraquecido o poder dos cristãos, agora a braços com dificuldades quási insuperáveis, aquelas que lhe suscitava Almançor, êsse notabilíssimo chefe que, governando Córdova em nome do califa — simples sombra —, unificara com o seu pulso de ferro todas as fôrças do califado.

Em 984, vencido por Bermudo, Ramiro III pedira socorro a Almançor. Pouco depois, morto já Ramiro, foi Bermudo quem pediu igual auxílio para submeter os nobres revoltados.

Concedido êste, pôde Bermudo II submeter os nobres que o não queriam reconhecer como rei, mas colocou o reino de Leão debaixo da soberania do califado de Córdova e teve de consentir a permanência de um exército de ocupação.

Tornando-se-lhe demasiado pesados os seus aliados muçulmanos, Bermudo II expulsou-os. Almançor quis punir esta atitude. As campanhas de 987 e 988 foram conseqüência desta resolução. O exército muçulmano conquistou Leão e Zamora e saqueou Coímbra. A autoridade de Almançor foi então reconhecida e acatada por muitos condes.

No reino de Leão as revoltas dos condes eram constantes; a autoridade do rei estava reduzida a quási nada. E, no meio da anarquia dominante, as correrias dos muçulmanos sucediam-se vitoriosas.

No começo de 996 Bermudo II solicitou de Almançor a paz; mas as negociações interromperam-se não se chegando a resultados definitivos. Em 997 Almançor encetou uma nova e terrível campanha, tendo por intuito a destruïção de Compostela. O ataque foi levado a cabo por terra e por mar. Compostela foi conquistada e arrazada. Almançor seguiu depois na direcção de Leão, destruindo tudo na sua passagem. Encaminhou-se depois para o sul e recolheu-se a Córdova.

fôrças agarenas atingiam a barreira das Astúrias, e era quási só ao primitivo reino de Pelágio que o domínio cristão estava reduzido. Em poucas dezenas de anos a energia de Almançor e os erros dos cristãos tinham destruído uma obra tri-secular de conquista e de ocupação.

Assumiram o govêrno do reino de Leão, como dissemos, certos regentes. Eram êles a viuva de Bermudo II, Elvira, e o conde de Galiza, Menendo Gonçalves.

(Foto Arxiv «Mas»)

Capas da Bíblia oferecida à Sé de Oviedo por Fruela II

(Camara Santa da Catedral — Oviedo)

Em 999, por morte de Bermudo II, foi aclamado Afonso V, outro rei de tenra idade, cinco anos, repetindo-se o caso que ocorrera com Ramiro III. Simplesmente, agora os regentes eram pessoas de mais esforçado ânimo.

A boa sorte do formidável Almançor parecia não se deter nunca, mas êles queriam pôr-lhe têrmo. E era tempo. De novo as

No ano 1002 ainda Almançor se lançou sôbre o centro da Península. Parece ter sido por esta ocasião que os cristãos lograram a sua primeira vitória sôbre Almançor, a de Calatañazor, que alguns autores supõem ter tido logar quando as fôrças do caudilho retiravam carregadas de despojos. Já então Almançor estava velho e doente e pouco sobreviveu a esta campanha. Se durante ela, os cristãos

(*Cl. E. Cerdeira*)

CAPA DE EVANGELIÁRIO APARECIDA PRÓXIMO DE LEIRIA

(*Museu Etnol. Port.*)

Dos catálogos do Museu Etnológico Português consta apenas, vagamente, que o exemplar acima reproduzido é um artefacto medieval. Trata-se de uma peça metálica, esmaltada, que, quanto à disposição geral e aos motivos de ornamentação, se aproxima muito da capa da Bíblia oferecida à Sé de Oviedo por Fruela II. Êste facto poderia permitir a atribuição do exemplar do Museu Etnológico ao século X, ou a uma época próxima.

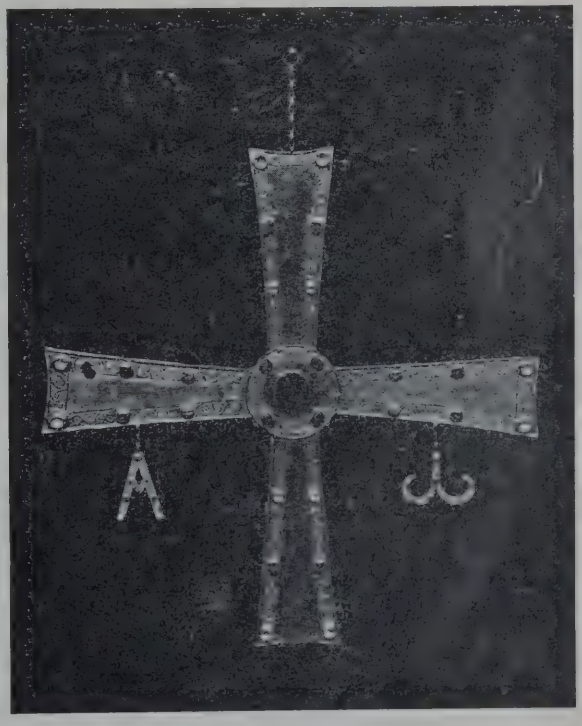
alcançaram a citada vitória, êste facto deve ter-lhe causado grande desgôsto. Realmente, a derrota devia ser-lhe tanto mais desagradável quanto era certo que toda a sua vida fôra uma carreira ininterrupta de triunfos, sem um revés a empanar-lhe o extraordinário brilho.

Morto Almançor, os muçulmanos conseguiram ainda levar a cabo com bom êxito algumas campanhas, em 1003 e em 1007, internando-se novamente pelas terras leonesas. Destas campanhas resultou, mais uma vez, a destruïção de cidades que começavam a restaurar-se, como Leão e Ávila.

Mas em breve a boa sorte dos muçulmanos começou a abandoná-los. Discórdias internas entraram de enfraquecê-los precipitando os acontecimentos. O grande drama da reconquista cristã começou então com a velha persistência e com novos rasgos de audácia a somar aos anteriores.

Ignoram-se os pormenores das lutas que deram aos cristãos os primeiros novos progressos. Sabe-se no entanto que em 1020 já Leão estava restaurada.

Relativamente à região ocidental da Península sabemos, por um inventário dos bens de Gonçalo-ibne-Egas, de 1017, que então se achava Afonso V em Montemor. Um outro

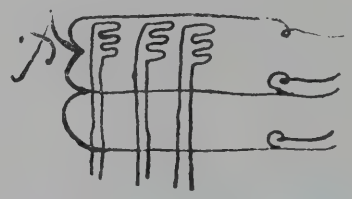


(*Foto J. Ruiz Vernacci*)

CRUZ DE SANTIAGO DE PEÑALBA, DO TEMPO DE RAMIRO II (940)

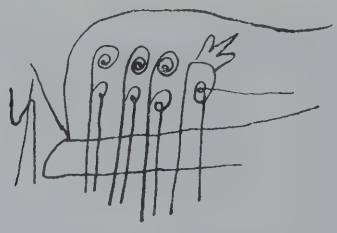
(*Museu Provincial de S. Marcos* – LEÃO)

documento, de 1019, pelo qual se fez a incorporação do mosteiro de Sever do Vouga no de Vacariça, confirma êste facto e mostra que, nêsse ano, o domínio cristão se tinha estendido já pelo ocidente do Paiva e pelo litoral, até Montemór.



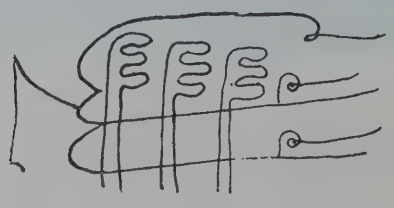
Sinal de Ordonho II

Em 1028, Afonso V cercava Vizeu. Nesta ocasião, uma seta atirada pelos defensores da cidade matou-o. Durante o reinado de Afonso V houve mais uma incursão de normandos na Galiza, e de larga envergadura, pois, tendo entrado pelo rio Minho, saquearam Tuy, e, internando-se por Entre-Douro-e-Minho, chegaram às vizinhanças de Braga.



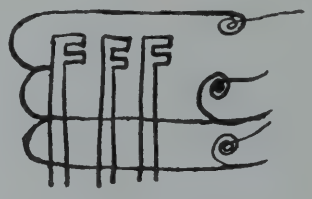
Sinal de Fruela II

Sucedeu a Afonso V seu filho Bermudo, que era ainda de tenra idade. A repetição de acontecimentos desta natureza—pois o mesmo se dera com o advento de Ramiro III e de Afonso V—mostra claramente que se ia radicando o princípio de hereditariedade na transmissão da corôa. Outros factos mostram isto também claramente. Em 999, Afonso V declara, em uma doação feita à Sé de Leão na ocasião em que foi ungido, ter sido elevado ao trono como lhe competia pela sua régia ascendência *(sicut me ex regali origo consolat)* e repete esta mesma frase na doação do castelo de S. Salvador que fez em 1012 ao bispo de Leão.



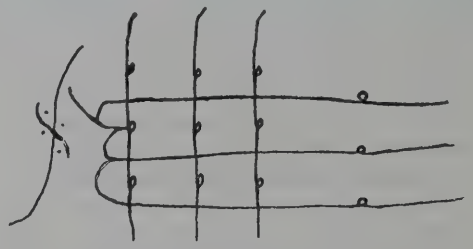
Sinal de Ordonho III

Num dos primeiros anos do reinado de Bermudo III, os tutores do conde de Castela Garcia Sanches, ainda menor, pediram para êle a mão da infanta Sancha, irmã de Bermudo, e a concessão do título de rei. Não consta que o monarca leonês ou os seus tutores se opusessem ao deferimento de uma ou outra daquelas pretensões. Pelo menos, autoriza a supô-lo o facto de os magnates castelhanos se terem dirigido ao encontro de Bermudo levando consigo o juvenil conde. Sucedeu, porém, que, por rivalidades políticas, foi êste assassinado pelos inimigos da sua família. Tal assassinato foi indirectamente causador do fim da dinastia leonesa.



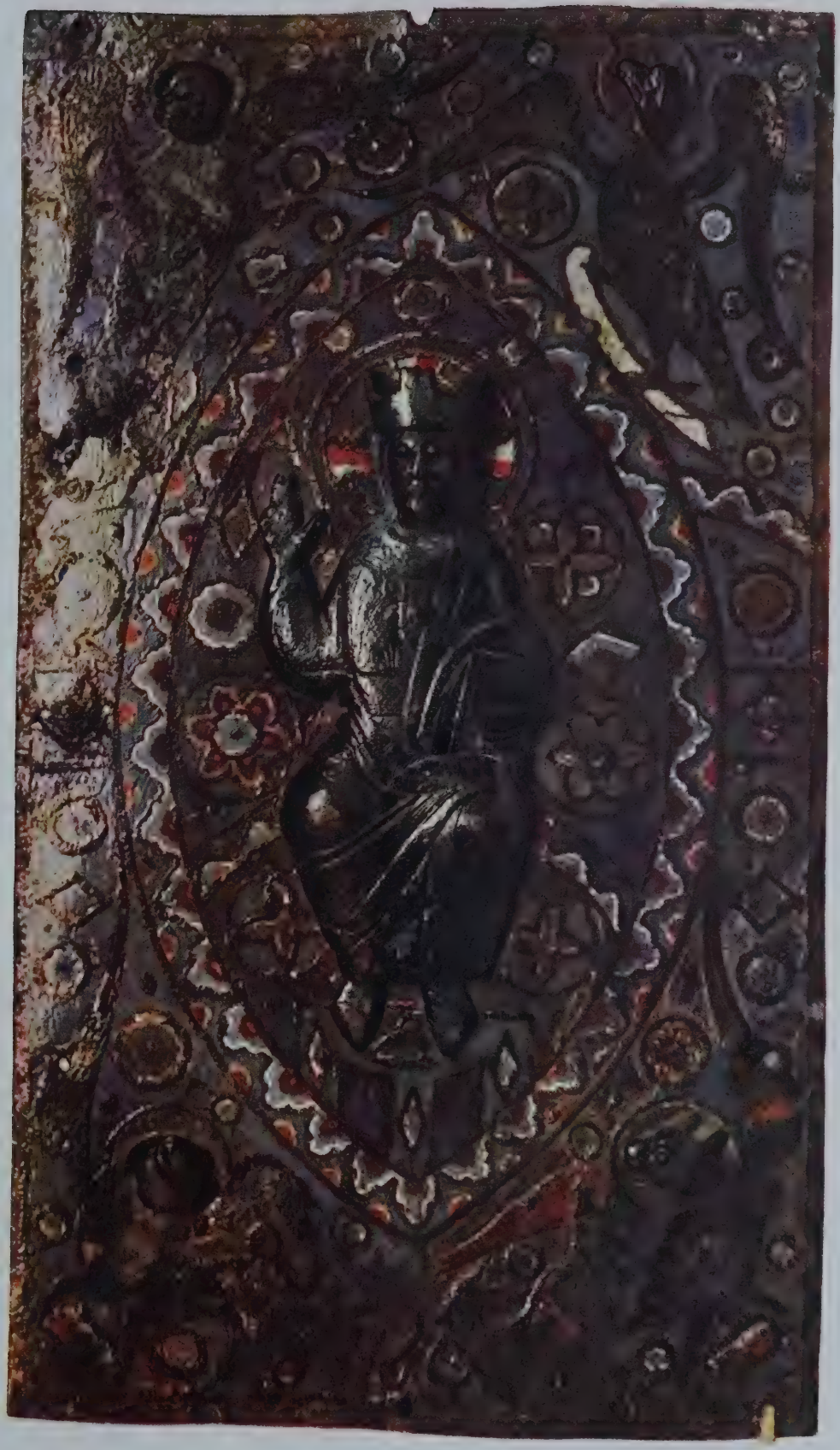
Sinal de Ordonho IV

Sancho de Navarra era cunhado do conde assassinado, pois estava consorciado com sua irmã mais velha. Entendeu que, por isso, lhe assistia o direito de sucessão no condado, e, à viva força, invadiu a Castela e fez-se proclamar conde. Assim, Castela foi desanexada de Leão e ficou unida ao reino de Navarra.



Sinal de Ramiro III

Pouco depois, Sancho de Navarra, levando mais longe as suas ambições, aproveitou o



ESMALTE MEDIEVAL

Capa de evangeliário, atribuivel ao século X

(Museu Etnológico Português)

ensejo oferecido pelo litígio a respeito da posse de Palência, que Bermudo III lhe contestava, e invadiu o reino de Leão apossando-se da região entre os rios Pisuerga e Cea.

A guerra entre Leão e Navarra ia desencadear-se, quando a mediação de alguns bispos a impediu: assentou-se então no casamento de Fernando, filho segundo do rei de Navarra, com Sancha, irmã de Bermudo III, a infanta que estivera prometida ao conde de Castela assassinado, Garcia Sanches. Ao mesmo tempo Fernando receberia as terras entre o Pisuerga e o Cea.

Êste facto não aplacou ainda, definitivamente, as ambições de Sancho de Navarra, que, em 1034, se apoderou violentamente de toda a terra leonesa e ainda de uma parte da Galiza.

Enquanto, internamente, êstes factos se passavam, prosseguiam as lutas com os muçulmanos. Montemór fôra reconquistada, como vimos, no tempo de Afonso V. Certamente foi, depois, novamente perdida, pois o *Chronicon Gothorum,* e o *Chronicon Conimbricense* dizem que, em 1034, Gonçalo Trastemires conquistou Montemór.

A morte do rei de Navarra (1035) veio modificar a situação dos reinos cristãos. As terras de Leão, que ele conquistara no ano anterior, voltaram ao poder de Bermudo III; os restantes estados que lhe pertenciam foram divididos, em cumprimento das disposições que tomara, pelos seus filhos: Garcia, Ramiro e Fernando. Ao primeiro coube a Navarra; ao segundo, Aragão; ao terceiro, Castela com as terras entre o Pisuerga e o Cea.

Pouco depois, em 1037, Bermudo III resolveu recuperar também as terras entre o Pisuerga e o Cea. Ia pois travar-se guerra entre o rei de Leão e o seu próprio cunhado, Fernando, que já então se intitulava rei de Castela.

(Cl. E. Cerdeira)

CÁLICE DE PRATA DO TEMPO DE BERMUDO II (FINS DO SÉCULO X)

(Catedral de Braga)

Fernando pediu auxílio a seu irmão Garcia e a luta foi violenta. Bermudo III morreu em combate, extinguindo-se a dinastia leonesa, pois no ano seguinte, 1038, Fernando fez-se aclamar também rei de Leão, ligando-se assim os reinos de Castela e Leão.

Começava nova dinastia — a dinastia navarra.

Passado algum tempo, os dois irmãos, Fernando e Garcia, desavieram-se.

A discórdia entre Fernando e Garcia teve o seu desfecho nos campos de batalha, em Atapuerca, não longe de Burgos. Garcia morreu durante o combate.

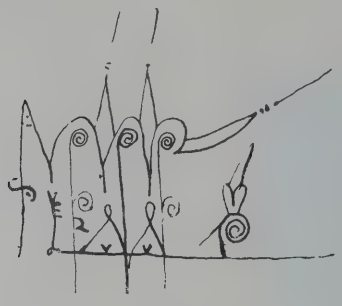
Em conseqüência desta morte, Fernando alargou os seus domínios estendendo-os até a região do curso superior do Ebro. Êstes sucessos passaram-se em 1054.

Tendo terminado as lutas internas, pôde então Fernando consagrar-se à tarefa da reconquista.

Nestas outras lutas veio a notabilizar-se, recuperando importantes terras, trazendo de novo até o Mondego o limite dos territórios dominados pelos cristãos e justificando assim o cognome de Magno com que passou à posteridade.

As reconquistas de Fernando Magno começaram pelo ocidente da Península, na região que hoje chamamos Beira.

Logo no ano imediato ao da morte de Garcia, isto é, em 1055, apossou-se de Seia e de alguns castelos vizinhos.



Sinal de Bermudo II

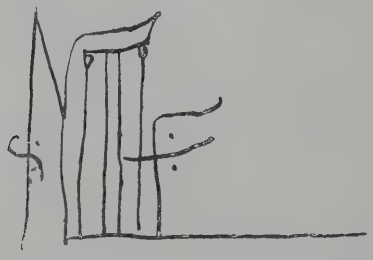
Dois anos depois, em 1057, conquistou Lamego.

No ano imediato ao da conquista de Lamego, efectuou a de Vizeu.

Pouco depois, Tarouca, S. Martinho de Mouros, Travanca, Penalva e ainda outras terras cairam em seu poder.

Em seguida Fernando Magno resolveu fazer avançar para o sul a fronteira de Castela, nivelando-a, por assim dizer, com a da zona ocidental.

Nesta nova emprêsa ocupou alguns anos, apossando-se de certas terras ao sul do rio



Sinal de Afonso V

Douro, como Vado de Rey, Berlanga, Aguilera, etc.

Depois, não satisfeito ainda, quis impor o seu ascendente aos muçulmanos, internando-se no coração dos seus estados.

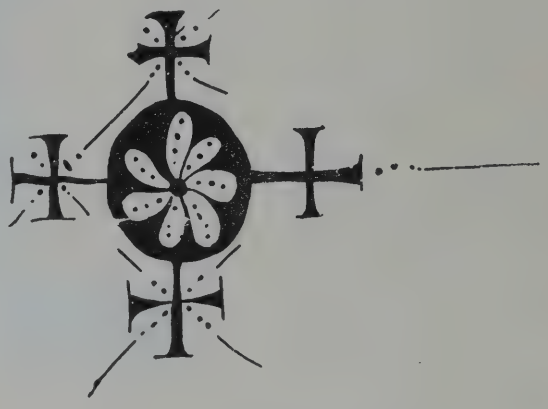
Com êste intuito veio talar os campos de Toledo e pôr cêrco a Alcalá de Henares, cêrco que levantou movido pelas importantes dádivas com que o amir de Toledo lhe comprou a paz.

Na campanha que a seguir efectuou internou-se mais ainda na Espanha árabe, vindo talar, em rápidas correrias, os campos sevilhanos.

Esta última expedição teve logar, segundo parece, em 1063, e dela resultou ter o amir de Sevilha prestado também vassalagem ao rei de Leão.

No ano seguinte, 1064, já Fernando Magno recomeçava a conquista das terras ocidentais, pois nesse ano se apossou de Coímbra.

Todas as crónicas são concordes em atribuír à conquista de Coímbra a data de 1064. Contudo, Florez, na *España Sagrada*, pretendeu demonstrar que ela teria sido efectuada em 1058.



Sinal de Fernando Magno

Os vários argumentos apresentados pelo erudito sacerdote foram contraditados com razões de valor por João Pedro Ribeiro, cuja opinião foi mais tarde perfilhada pôr Herculano. Em nossos dias, a atribuïção da conquista de Coímbra ao ano 1064 é geralmente aceite.

Para que Fernando Magno se resolvesse a atacar Coímbra, tivera decidida influência no seu espírito o conselho de um homem de grande valor, chamado Sesnando ou Sisenando, que em Sevilha desempenhara altos cargos.

Herculano emite uma hipótese aceitável para explicar esta mudança de situação de Sesnando: a de que êle teria deixado o serviço dos muçulmanos, vindo colocar-se ao

estendia-se o novo condado até uma linha divisória que, descendo do Douro, ultrapassava as terras de Lamego, Vizeu e Seia; ao sul, confrontava com as terras ainda dominadas pelos muçulmanos.

Depois da conquista de Coímbra e da criação do novo condado, entregue a Sesnando, Fernando Magno não se conservou inactivo. Um êxito excepcionalmente persistente coroara até então todas as suas emprêsas. No ocidente da Península a fronteira atingia o Mondego; na Castela descia até uma latitude aproximada; mais ao

lado de Fernando Magno, porque daqueles recebera algum agravo.

O bom conselho que dera, em virtude do qual se efectuara a conquista de uma terra tam importante como era Coímbra, e ainda outros serviços prestados tiveram a merecida recompensa: Fernando Magno constituiu com as terras conquistadas ao sul do Douro um novo condado, o de Coímbra, cujo govêrno confiou a Sesnando.

Os limites do novo condado, o de Coímbra, eram bem definidos pelo norte e pelo ocidente, pois eram constituídos aí por acidentes naturais — o rio Douro e o oceano; a leste

CRUCIFIXO OFERECIDO POR FERNANDO MAGNO À IGREJA DE S. ISIDORO, DE LEÃO

(Museu Arqueológico Nacional—MADRID)

sul, importantes terras muçulmanas reconheciam a sua supremacia.

Mas tantas vitórias não bastavam a satisfazer as suas vastíssimas aspirações e resolveu fazer uma incursão em terras nunca antes pisadas pelos seus antecessores no trôno de Leão.

Dêste desígnio resultou a última das suas campanhas: o cêrco de Valência. Já não pôde, porém, levar a cabo esta derradeira empresa.

Durava o cêrco, em fins de 1065, quando adoeceu. Trazido a Leão, ali morreu em 27 de Dezembro desse ano, deixando singularmente ampliado e vigoroso o reino de Leão e Castela.

Relativamente ao ocidente da Península, a fronteira alcançava, como com Afonso III, o Mondego. Desta feita, porém, a conquista era definitiva. A fronteira não mais recuaria para aquém daquele rio.

Capítulo III — A reconquista até o Tejo

Fernando Magno divide os seus estados entre os filhos. Lutas entre os irmãos. Afonso VI refaz a unidade castelhano-leonesa. Avanço dos cristãos: conquista de Toledo. Iúçufe na Península; derrota dos cristãos em Zalaca. Lutas no oriente: o castelo de Aledo. Acção de Rodrigo Diaz, o Cid Campeador. Lutas no ocidente: conquista de Santarem, Lisboa e Cintra. O domínio cristão atinge o Tejo. Afonso VI cria o Condado Portucalense. Batalha de Uclés. Morte de Afonso VI.

A noção da hereditariedade da corôa desenvolvera-se consideràvelmente durante o século XI. Com ela, a de que o território do reino constituia património do rei radicara-se profundamente também. É prova mais que evidente destes factos a forma de proceder de Fernando Magno, que, pouco antes de morrer, fixou a seu arbítrio o futuro político da Espanha cristã, dividindo os seus estados pelos filhos e filhas. Esta divisão veio pulverizar o forte e extenso domínio daquele grande rei e deu origem a graves perturbações políticas, provocadas pelas discórdias entre os irmãos, desigualmente contemplados e todos ambiciosos. Por ela coube a Sancho, o primogénito, Castela; a Afonso, Leão e Astúrias; a Garcia, Galiza; a Urraca, a cidade de Zamora; a Elvira, a de Toro. Sancho, Afonso e Garcia ficaram com o título de rei, independentes uns dos outros, governando estados autónomos. Os senhorios das infantas estavam encravados no reino de Leão; elas receberam também o título de raínha, o qual depois se generalizou, estendendo-se a todas as filhas de reis pelo simples facto de o serem.

Até 1067, talvez pelo respeito que lhes inspirava sua mãe, Sancha, os filhos sofrearam os ímpetos de ambição que lhes dilaceravam o ânimo; porém, naquele ano, a viuva de Fernando Magno morreu, e, então, as paixões políticas libertas daquela peia começaram a conduzir a graves situações.

A primeira discórdia surgiu entre Afonso, de Leão, e Sancho, de Castela.

A 19 de Julho de 1068, em Llantada, junto do Pisuerga, afluente do Douro, teve logar o primeiro recontro entre os irmãos; Sancho foi o vencedor, mas Afonso pôde regressar a Leão.

Três anos depois, contados quási dia a dia, a 17 de Julho de 1071, castelhanos e leoneses encontram-se de novo frente a frente no campo de batalha de Volpejar; a sorte das armas foi favorável aos leoneses que, ao cair da noite, estavam vitoriosos, pondo em fuga os castelhanos. Entre estes achava-se Rodrigo Diaz, que na história é mais geralmente conhecido pelo nome de Cid Campeador, o qual convenceu Sancho de que seria vencedor, se, ao romper do dia seguinte, atacasse os leoneses — que então estariam desprevenidos, supondo já longe os restos do desbaratado exército castelhano. Aceitou Sancho o alvitre, preferindo a deslealdade à derrota. Às primeiras horas do dia, os castelhanos surpreenderam os leoneses, e, aproveitando a despreocupação em que estes se achavam, fàcilmente os venceram. O próprio rei, Afonso, foi feito prisioneiro e conduzido a Burgos, de onde passou ao mosteiro de Sahagum, tomando ali o hábito. Conseguiu porém, mais

tarde, fugir para Toledo acolhendo-se à protecção do emir Almamune.

Enquanto castelhanos e leoneses assim se degladiavam, no ocidente da Península desencadeavam-se outras lutas.

Em 1071, os barões de Entre-Douro-e-Minho sob a chefia do conde Nuno Mendes, revoltaram-se contra a autoridade de Garcia, rei da Galiza, isto é, de toda a região ocidental da Península até o Mondego.

Há algumas razões que podem levar a supor que nem todos os barões portucalenses acompanhariam Nuno Mendes. Em 1068, o rei Garcia doara a Múnio Viegas algumas vilas entre o Douro e o Tâmega aludindo aos bons serviços que dêle recebera; embora Múnio Viegas tivesse dado ao rei alguns objectos de valor, aqueles serviços é que fundamentalmente justificavam a doação *(do vobis eas pro servitio et veritate qui mihi fecistis et dixistis)*. No ano anterior ao da revolta de Nuno Mendes, em 1070, outro nobre, Afonso Ramires, obteve de Garcia uma doação de vilas, prédios e mosteiros próximos do Douro, na terra portucalense; êste acto do rei da Galiza é também justificado por bons serviços recebidos *(do et concedo tibi ipsas vilas pro servitium bonum qui mihi fecisti et veritatem directam qui mihi dixisti)*.

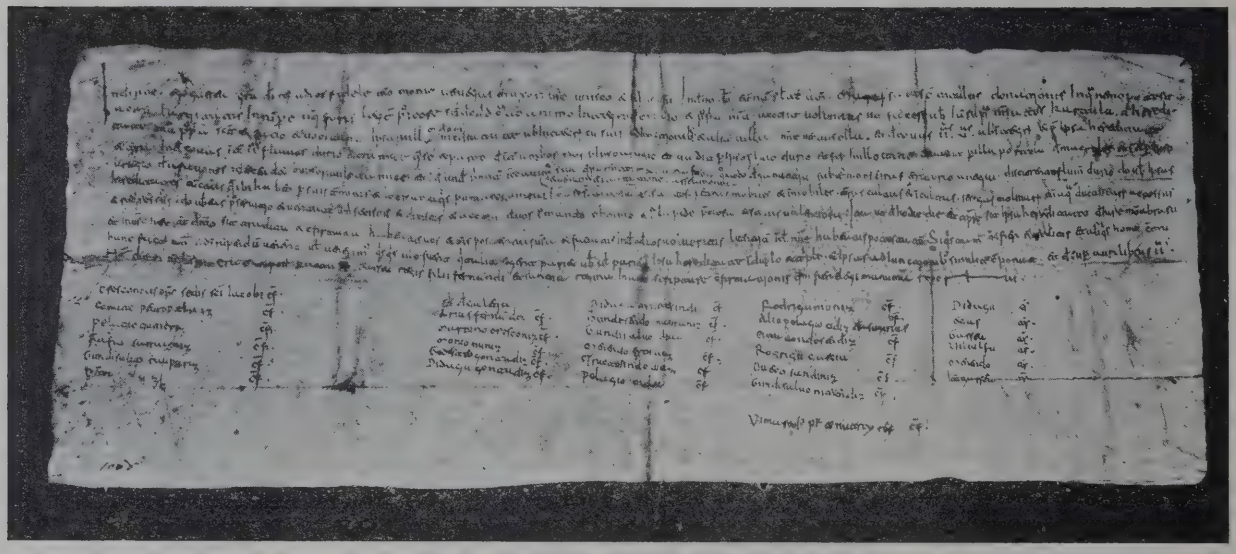
Logo que Nuno Mendes se levantou com os seus partidários em som de guerra, Garcia partiu a combatê-lo.

A hoste do rei veiu encontrar os sublevados na região entre Braga e o Cávado.

Garcia saíu vitorioso do combate, ficando morto no campo de batalha o conde Nuno Mendes.

A revolta do conde Nuno Mendes é particularmente interessante porque, de certo modo, representa um movimento precursor daquele outro que, em 1128, havia de dar a Portugal a independência política. Simplesmente, se foi análogo o espírito que, numa e noutra época, animou os barões sublevados, as circunstâncias de ordem política geral é que o não foram, e até a divisão territorial não favoreceu o movimento insurrecional. Em 1071 os sublevados de Entre-Douro-e-Minho estavam isolados, pois o seu esfôrço não era partilhado pelos de Entre-Douro-e-Mondego, onde governava o conde Sesnando.

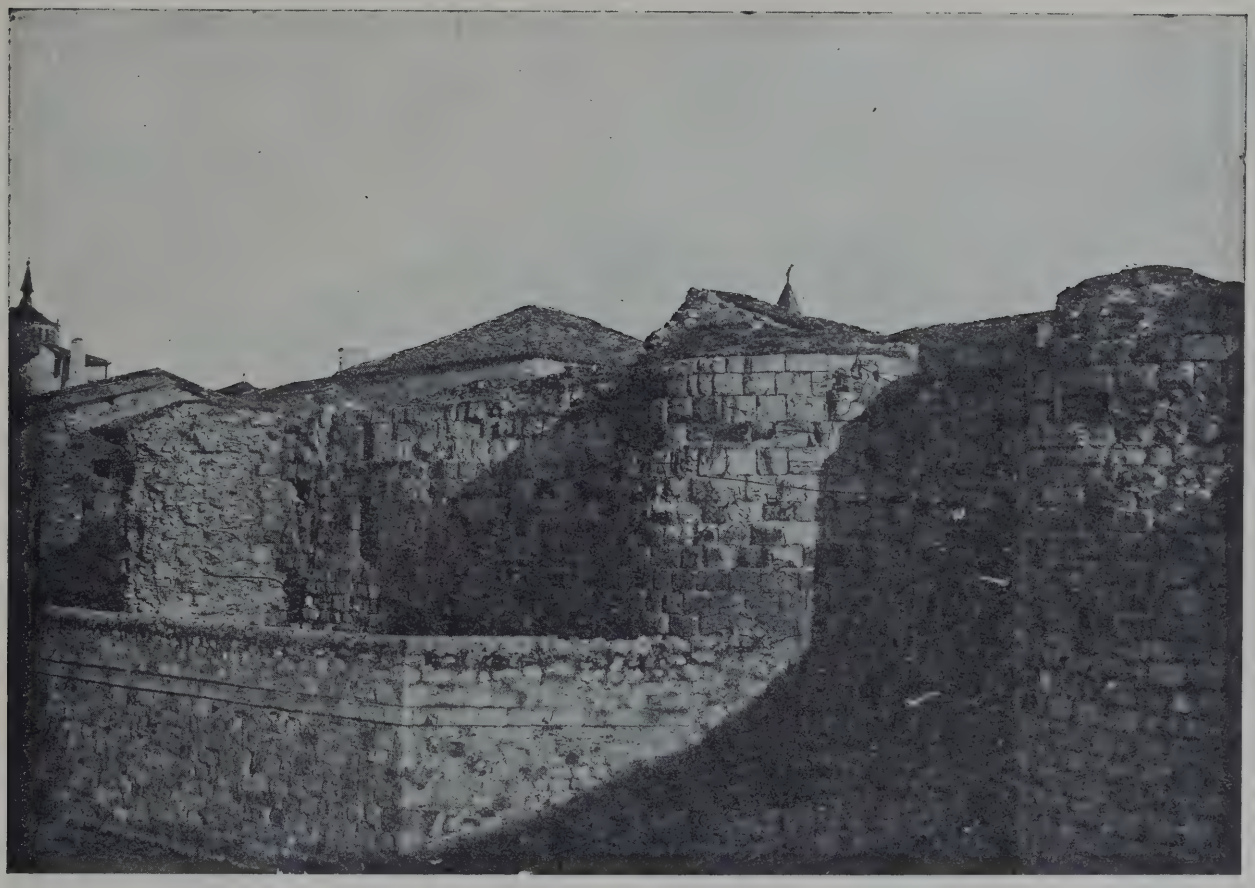
Depois que vencera e encarcerara seu irmão Afonso, achava-se Sancho rei de Leão e Castela, mas, não satisfeito ainda, resolveu



(Cl. Damião Peres)

Carta da doação feita a Múnio Viegas por Garcia, rei da Galiza

(Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo)



(Foto J. Ruiz Vernacci)

ZAMORA

MURALHAS COM A CASA DE D. URRACA

apossar-se de Zamora, que pertencia a sua irmã Urraca. Imperaria também, talvez, no ânimo de Sancho o desejo de se desforrar do auxílio, que Urraca prestara a Afonso, depois de vencido. Partiu, pois, Sancho a cercar Zamora que se defendeu sem desfalecimento.

Prolongava-se o cêrco, tudo fazendo crer que Sancho levaria finalmente a melhor, quando um sucesso singular veiu sùbitamente mudar o aspecto das cousas. Um nobre, Vellito Adaulfiz, ou Bellido Dolfos saiu a cavalo da cidade, veio ao encontro do rei, que desprevenido andava passeando, atravessou-o violentamente com a lança, e, dando volta à redea solta, regressou incólume à cidade, que o recebeu como libertador. Sancho morreu logo. Era o dia 7 de Outubro de 1072. O seu exército, heterogéneo, constituído por castelhanos, leoneses, galegos e navarros, desfez-se. Apenas um grupo de castelhanos se manteve firme, conduzindo o cadaver ao mosteiro de Oña, onde foi sepultado. A sua morte foi logo levada ao conhecimento de Afonso, que então se achava em Toledo.

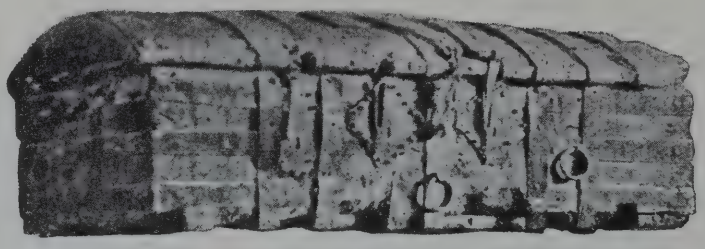
O antigo rei de Leão regressou imediatamente para tomar conta do reino que perdera e do de Castela agora vago. Dirigindo-se a Zamora foi reconhecido pelos nobres dè todos os reinos, mas os castelhanos exigiram-lhe o juramento de não ter contribuído para a morte de Sancho. Atribui-se ao Cid o desempenho da missão de transmitir esta exigência.

Um dos primeiros actos do novo rei de Leão e Castela, Afonso VI, foi a prisão de seu irmão Garcia, rei da Galiza. Parece que esta prisão foi aconselhada por Urraca e efectuada ardilosamente. Embora bem tratado, Garcia não mais recobrou a liberdade, vindo a falecer muito mais tarde, em 1090.

A prisão de Garcia unificou novamente os estados outrora regidos por Fernando Magno; Leão, Castela e Galiza obedeciam outra vez a um só monarca: Afonso VI. Deve ter sido por esta ocasião que êle confirmou uma doação, que em 1071 Garcia fizera à Sé de Tuy, em termos que traduzem o orgulho de que se achava possuído, fazendo alarde do seu notável triunfo e elevando-se à categoria imperial (*Ego Alfonsus Dei Gratia Legionensis Imperii Rex, et magnificus triunfator hanc testamenti seriem, quam frater meus fieri precepit, confirmo.*

Unificados sob o seu poder os estados outrora dominados por Fernando Magno, Afonso VI não se satisfez com isso só e resolveu ampliá-los.

Facilitava singularmente a execução dêste projecto a extrema fraqueza a que tinha chegado o poder dos seus adversários. Desde a abolição do califado de Córdova e conseqüente divisão dos domínios árabes em uma multiplicidade de pequenos estados, os muçulmanos não tinham cessado de degladiar-se em contínuas lutas internas. No meio destas, aliando-se, ora com um, ora com outro dos emires, Afonso VI, chefe de um estado poderoso, era verdadeiramente o árbitro das questões entre os muçulmanos, pelo que chegou a ser chamado «soberano dos homens das duas religiões». Aproveitando-se hàbilmente da situação, conseguiu alargar os seus domínios e recolher tributos avultadíssimos.



Cofre do Cid

(Catedral de Burgos)

A acção de Rodrigo Diaz, o Cid Campeador, na batalha de Volpejar, e, mais tarde, a atitude que assumiu, como representante dos nobres de Castela, fazendo exigências a Afonso VI quando da sua aclamação, deviam ter sido a êste muito desagradáveis. Assim não admira que, dando ouvidos a acusações muito provàvelmente caluniosas, o viesse a banir dos seus estados. Desde então a vida do Cid é uma cadeia de aventuras, passando a fazer guerra aos muçulmanos por sua própria conta. No momento de ser desterrado, precisava o Cid, porém, de dinheiro para pagar os serviços dos seus companheiros. Usou então de um ardil para o obter: pediu a dois judeus de Burgos que lhe emprestassem uma avultada importância dando-lhes como penhor dois cofres cheios de preciosidades, os quais, porém, só deveriam ser abertos um ano depois. Prevê-se o logro em que caíram os prestamistas. A tradição afirma que o cofre da Catedral de Burgos é um dos que o Cid deixou em penhor. Lendária ou verídica, a narração não deixa de ser interessante.

A primeira conquista de Afonso VI, a de Cória, teve logar em 1077, seguindo-se-lhe depois a de Talavera.

Não o satisfaziam, porém, estas conquistas. Tentava-o Toledo, com o seu passado de glória e o seu presente de esplendor. Uma ância invencível de se apoderar da velha capital dos visigodos se apossou do ânimo de Afonso VI.

Mas de Toledo era rei Cadir, filho de Almamune, o homem que lhe dera asilo quando foragido, nos tempos em que seu irmão Sancho o vencera e destituíra do trono de Leão. A Almamune prometera êle, cumprindo um dever de gratidão, auxílio eficaz, sempre que lho podesse prestar, e garantira-lhe para seu filho igual tratamento.

Nestas circunstâncias, difícil lhe seria acometer Toledo. Os toledanos, porém, que não tinham por Cadir consideração alguma, vieram facilitar a Afonso VI a realização das suas aspirações, expulsando Cadir e entregando Toledo ao emir de Badajoz.

Passava-se isto em 1080, e, no mesmo ano, abria o monarca leonês as hostilidades, vindo pôr cêrco à cidade.

No segundo ano do cêrco, um incidente com o emir de Sevilha veio desviá-lo desta emprêsa. Tendo mandado receber o habitual tributo, os seus emissários regeitaram uma parte do dinheiro que lhes pretendiam entregar, com o fundamento de que não era de boa lei. Mas, fazendo-o, usaram de palavras

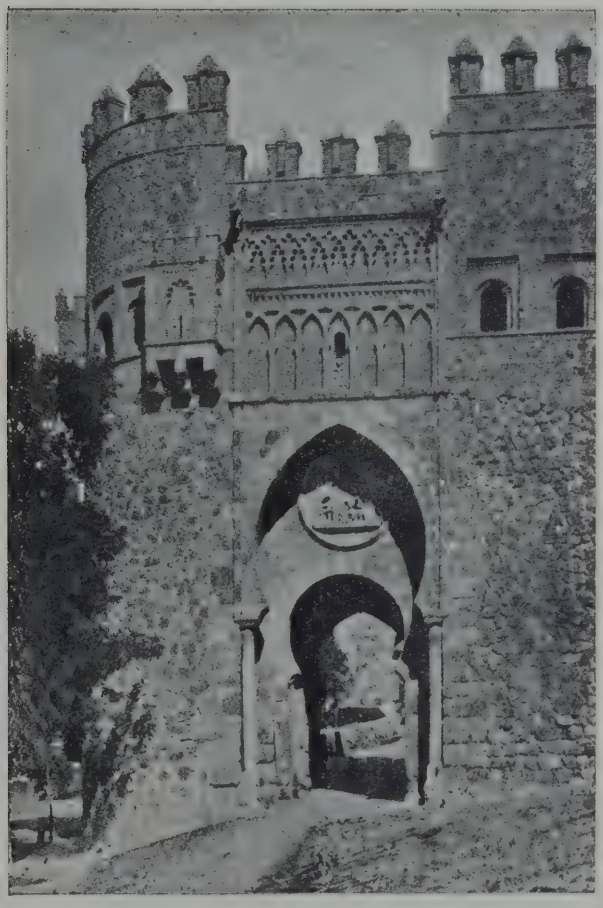
insultuosas. Então o emir de Sevilha, Almotâmide, mandou crucificar o recebedor, que era um judeu, e prender os restantes emissários.

Afonso VI, a-pesar-de irritadíssimo com êste facto, ainda conseguiu manter a serenidade necessária para negociar o resgate dos prisioneiros; mas, logo que estes foram postos em liberdade, organizou uma forte expedição com a qual veio talar os territórios do emir de Sevilha, chegando a pôr cêrco, que não manteve, à cidade.

Por esta ocasião, adeantando-se até as praias de

TOLEDO

Entrada da ponte de S. Martinho



TOLEDO

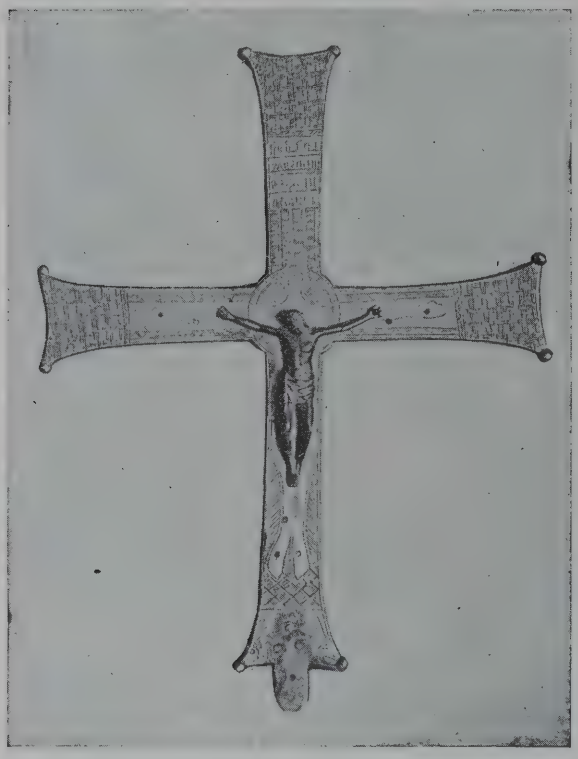
Porta do Sol

Tarifa, meteu o seu cavalo à agua e pronunciou uma frase que ficou célebre: «Esta terra, último limite de Espanha, pisei-a eu!».

Depois voltou a Toledo e foi aqui também feliz. Os muçulmanos queriam defender-se a todo o transe; na cidade, porém, havia grande número de moçárabes e judeus: uns e outros influíram no sentido de se apressar a rendição.

Em 1084 já estava Cadir reposto no trono e negociava com o monarca cristão a entrega de Toledo. As condições em que veio a firmar-se o acôrdo fôram as seguintes: Afonso VI respeitaria as vidas e os haveres dos toleda-

nos; dar-lhes-ia liberdade de religião, não encerrando a mesquita; exigir-lhes-ia apenas os tributos prèviamente fixados; finalmente, obrigar-se-ia a ajudar Cadir a obter Valência.



(Cl. E. Cerdeira)

CRUZ PROVENIENTE DA FREGUEZIA DE GAGOS, CONCELHO DE CELORICO DE BASTO (SÉCULO XI).

(Face anterior)

(Museu D. Diogo de Sousa — BRAGA)

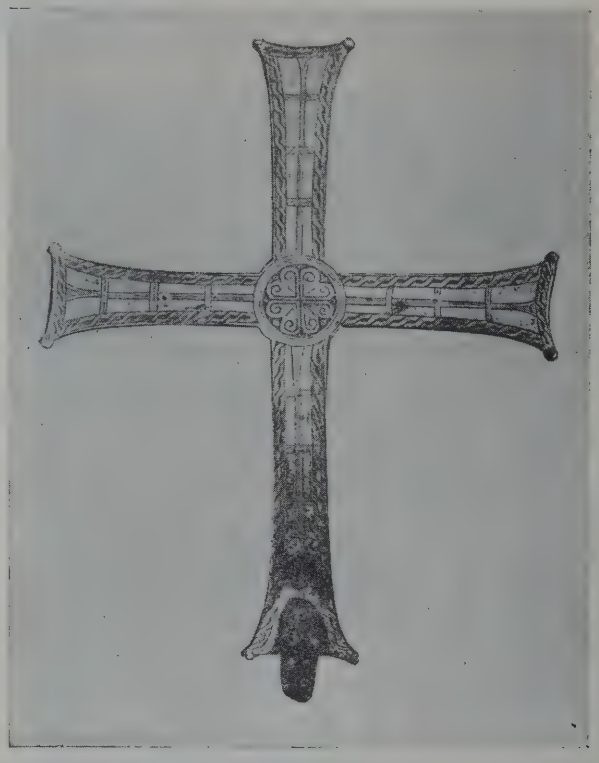
Em 25 de Maio de 1085, Afonso VI entrava em Toledo e firmava assim a fronteira meridional dos seus estados num importante acidente geográfico, o rio Tejo.

À conquista de Toledo, seguiu-se a de Valência, que, conforme o acôrdo assente anteriormente, Afonso VI entregou a Cadir.

Partiu logo o rei leonês a cercar Saragoça, e certamente se apoderaria também desta cidade, se entretanto não tivesse desembarcado em Algeciras, vindo de Marrocos com um exército de berberes e negros, Iúçufe, da dinastia dos Almorávidas, que vinha em auxílio dos seus correligionários de Espanha, chamado por êstes.

Engrossado o seu exército com reforços de Sevilha, Granada, Málaga, Almeria e Badajoz, Iúçufe partiu para Toledo, de onde já saíra, ao seu encontro, Afonso VI.

Os exércitos inimigos encontraram-se nos campos de Zalaca ou Sacrálias, e ali, em 23 de Outubro de 1086, se travou uma memorável batalha em que Afonso VI, até então sempre vitorioso, foi derrotado pelos muçulmanos. No comêço do combate os cristãos, atacados pelos andaluzes, levaram-nos de vencida. Logo, porém, esta primeira vitória se transformou em formidável derrota; Iúçufe, que contornara o acampamento dos cristãos, atacou-o pela retaguarda, ao mesmo tempo que os andaluzes, refazendo-se, repetiam o ataque pela vanguarda. Acossado violenta e simultâneamente por dois lados, Afonso VI defendeu-se valorosamente. Por fim, ferido e vendo perdida a batalha, procurou a salvação na fuga, o que, a muito custo, conseguiu fazer com escassos restos do seu exército. De todas as suas fôrças acompanharam-no apenas uns quinhentos homens.



(Cl. E. Cerdeira)

CRUZ PROVENIENTE DA FREGUEZIA DE GAGOS

(Face posterior)

As conseqüências da derrota de Zalaca teriam sido, talvez, muito penosas para os cristãos, se Iúçufe, seguindo a vitória, prosseguisse no avanço. Tal seria certamente o seu desejo, mas a morte do seu filho primogénito, que deixara em Ceuta, fê-lo regressar a Marrocos.

Das fôrças vindas de África, ficaram na Península apenas uns três mil homens às ordens de Almotâmide.

Respiravam, emfim, os muçulmanos de Espanha, supondo-se livres da opressão de Afonso VI. Mas êste depressa se refez do desastre sofrido, e, abandonando o teatro das suas últimas emprêsas, no qual poderia voltar a ser mal sucedido, foi atacar as regiões orientais onde havia os reinos muçulmanos mais fracos.

Ali, entre Múrcia e Lorca, estava em poder dos cristãos o castelo de Aledo, que as dificuldades de acesso tornavam inexpugnável e onde podia manter-se uma numerosa guarnição. De Aledo, como base de operações faziam os cristãos numerosas sortidas, vindo talar os campos de Lorca, onde chegou mesmo a ser derrotado um contingente do exército de Almotâmide.

Em Valência, Rodrigo Diaz, o Cid, com o pretexto de proteger Cadir, exigia o pagamento de tributos insuportáveis.

Esta situação fôra obtida em 1089. Regressando de Castela — onde Afonso VI o recebera afectuosamente, esquecido já dos antigos agravos, e lhe concedera a posse de quantos castelos conquistasse aos muçulmanos — viera o Cid encontrar Valência cercada pelo amir de Saragoça e por Berenguer.

Libertou a cidade da opressão em que se achava, tendo Cadir prometido prèviamente que passaria a pagar-lhe um tributo mensal de dez mil *dinares*, importância avultadíssima.

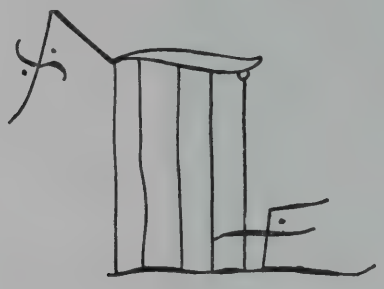
Cruz peitoral Bizantina

(Museu de Grão Vasco — vizeu)

Esta cruz foi identificada, em 1917, pelo Dr. Aarão de Lacerda. Uma das faces é lisa; a outra, a acima reproduzida, descreve-a assim o ilustre professor: «Ostenta três medalhões, um na parte superior do braço vertical representando o vulto alado, símbolo do evangelista S. Mateus, e os outros dois nas extremidades do braço horizontal com os bustos de S. Pedro e de S. Paulo. Ao centro a imagem em corpo inteiro da Virgem, em pé, com o menino Jesus nos braços, segundo o *tipo ocidental* tam vulgarizado durante a Idade-Média, depois da celebração do concílio de Efeso. No medalhão superior vê-se perfeitamente o anjo sustentando na mão direita o bastão florido. As figuras dos medalhões laterais, que tanto me fazem recordar as do relicário de Begon, apresentam o braço direito curvado sôbre o peito em sinal de alocução ou meditação. Repare-se no estilo da cruz: a precisão sêca das roupagens caindo em pregas quási paralelas, como no vulto da Virgem, vincadas em linhas fundas. Atitudes pertencentes àquele aspecto quási uniforme das imagens bizantinas, hirtas no seu hierático cerimonial, envolvidas de arcaica e por vezes bárbara simplicidade».

De novo, como antes da batalha de Zalaca, a situação se tornava quási angustiosa para os muçulmanos.

Então resolveram eles recorrer de novo a Iúçufe. Almotâmide passou à África para, pes-



Sinal de Afonso VI, como rei de Leão

soalmente, solicitar o necessário socorro. Em 1090 o poderoso almorávida voltou novamente à Espanha e foi pôr cêrco a Aledo.

Os ataques dos soldados de Iúçufe foram improfíquos. Treze mil cristãos guarneciam Aledo, dispostos a uma defesa enérgica, desesperada.

Então o chefe almorávida pensou em obrigá-los à rendição pela fome. E o assédio de Aledo começou, rigoroso e persistente.

Afonso VI resolveu organizar um forte exército para ir em socorro de Aledo. Juntou fôrças de várias regiões e avisou o Cid para que se lhe viesse juntar, o que êste não fez. Quatro meses durou o assédio, mas, por fim, sabendo que Afonso VI vinha socorrer os sitiados, Iúçufe retirou-se para Lorca.

Afonso VI quiz então punir o Cid pela sua falta. Tirou-lhe todas as terras e prendeu a mulher e as filhas. O Cid pretendeu justificar-se e apelou para o duelo judiciário com os que o tinham acusado de traidor. O rei libertou a mulher e as filhas do Cid, mas não fez mais concessão alguma. O Cid recomeçou então a sua vida aventurosa e independente, fazendo a guerra por sua conta.

Logo depois do descêrco de Aledo, a discórdia começou a lavrar entre os muçulmanos, mas desta vez nada lucraram com isso os cristãos; dela resultou apenas o triunfo de Iúçufe, que, sôbre as ruínas dos pequenos reinos espanhois, organizou o poderio dos almorávidas na Espanha, refazendo a unidade dos estados muçulmanos. Afonso VI não fôra previdente; consentira que Iúçufe fôsse esmagando e absorvendo os pequenos reinos, um a um; deixou sem socorro o emir de Granada que lh'o solicitara, e, só em 1091 se decidiu a intervir, socorrendo Almotâmide de Sevilha. Já era, porém, demasiado tarde; Almotâmide, vencido, foi feito prisioneiro, e depois assassinado. Todos os reinos muçulmanos peninsulares foram caindo, uns após outros, sob o domínio de Iúçufe.

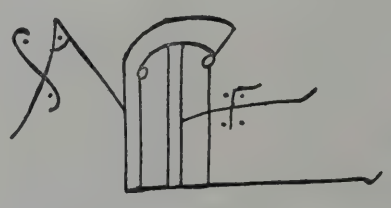
Vejamos agora o que até então se passara no ocidente da Península, na parte correspondente ao moderno Portugal.

Quanto às relações entre muçulmanos e cristãos, interessa sobretudo o condado de Coímbra, que, atravez dos reinados de Garcia e Afonso VI, continuava a ser governado pelo conde Sesnando, em cujo tempo, segundo parece, alguns recontros houve entre cristãos e muçulmanos.

O condado de Coímbra estendia-se, como já se disse, dêsde o Douro até o Mondego. Abrangia, no norte, o importante núcleo da terra de Santa Maria, com o seu castelo, em cujo território se travara, no tempo de Bermudo III, uma bem pelejada batalha — a da vila Cesari. Confrontava ao sul com os domínios muçulmanos.

Um documento de 1086 diz que, pouco depois de Sesnando ter tomado conta do govêrno de Coímbra, ordenou a alguns nobres que se apossassem de vilas visinhas, o que eles fizeram *(ibi morante cum suos barones et cum suos vassalos et fideles jussit illis ut apprehendissent unusquisque villas ad populandum et edificandum, cum dei adjutorium sicut fecerunt)*.

Mas os maiores cuidados de Sesnando foram consagrados ao labor administrativo. E



Sinal de Afonso VI, como rei de Leão, Castela e Galiza

parece que foi assás proveitosa a sua administração.

No tempo de Afonso VI, o bispo da diocese conimbricense, D. Paterno, acedendo aos rogos de Sesnando, veio instalar-se em Coímbra.

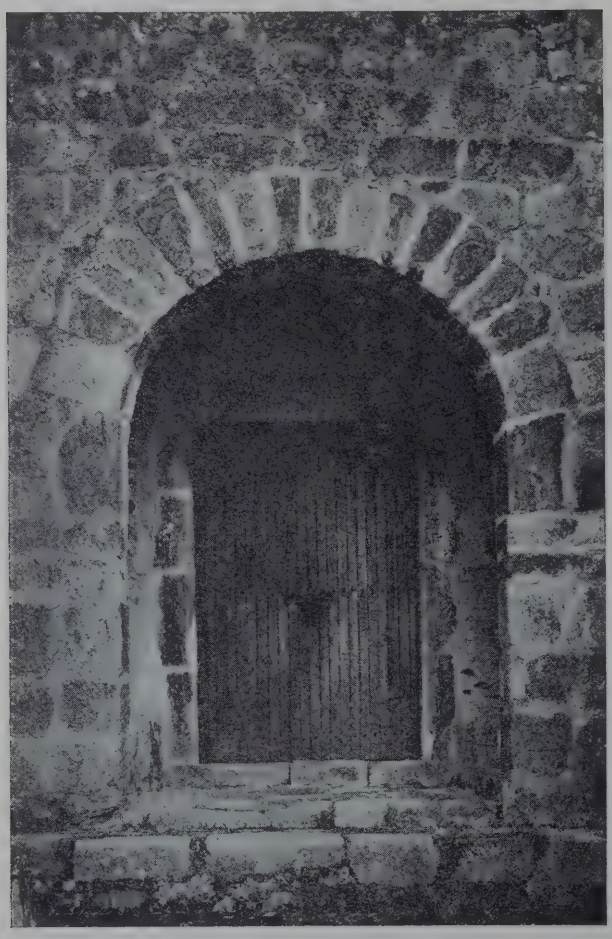
No seu testamento de 1087, cita Sesnando algumas terras que restaurou—Tentugal, Can-

(Cl. E. Cerdeira)

CASTELO DA FEIRA — Torre de menagem

tanhede, Arouca, Penela e várias outras de menor importância.

A Sesnando atribui-se também, tradicionalmente, a fundação de um castelo em Penela, castelo que, mais tarde, veio a ser conquistado e destruído pelos muçulmanos e reconquistado e reconstruído pelos cristãos. Também no seu tempo, e já depois da morte de Fernando Magno, teria sido concluída a construção do castelo de Seia, cuja fundação se atribui àquele rei. Dêste castelo nada resta hoje, tendo tido sorte igual à de muitos outros monumentos tam interessantes para a história portuguesa: pouco a pouco a acção do tempo e dos homens foi-o aniquilando. Há algumas dezenas de anos ainda estava de pé um arruïnado resto de muralhas antigas; presentemente, do castelo restam apenas as pedras que foram aproveitadas em algumas construções.



(Cl. E. Cerdeira)

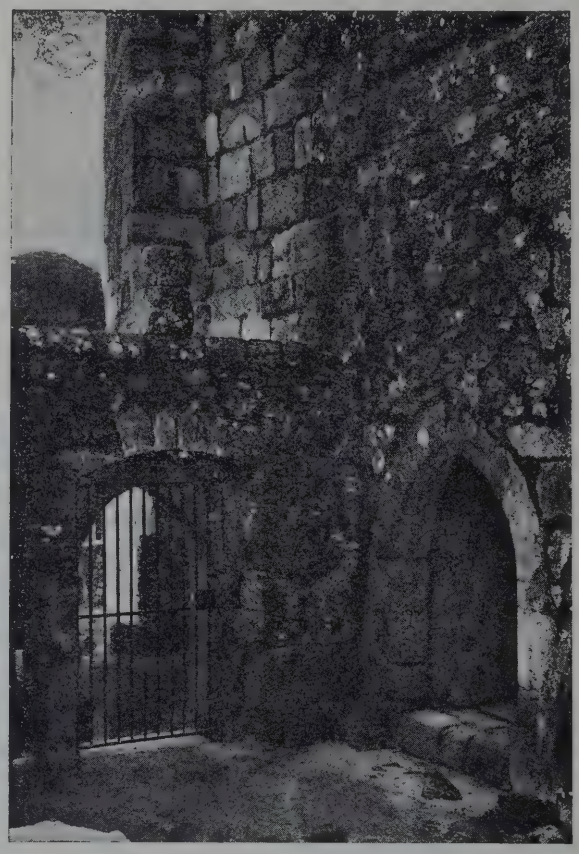
CASTELO DA FEIRA

PORTA PRINCIPAL DA TÔRRE DE MENAGEM

A Sesnando sucedeu no govêrno do condado de Coímbra seu genro Martim Moniz. A *Chronica Gothorum* diz que Sesnando morreu em fins de Agosto de 1091, mas de actos do seu sucessor só há memória a partir de fins de Fevereiro de 1092.

Encontra-se ainda notícia do govêrno de Martim Moniz em Abril de 1093.

Nesta ocasião, Afonso VI, refazendo-se no ocidente dos desastres sofridos no sul, apos-



(Cl. E. Cerdeira)

CASTELO DA FEIRA

PORTA LATERAL DA TÔRRE DE MENAGEM, COM VESTÍGIOS DE UM VÃO ANTERIOR

O castelo da Feira actual, é, nas suas linhas gerais, uma construção do século XV. Contudo alguma coisa resta — embora pouco — do velho castelo contemporâneo das lutas da reconquista. Pertence a êste uma parte da actual tôrre de menagem, em cujas paredes são bem visíveis sucessivas reconstruções, que se distinguem pela diferença da alvenaria empregada. Deve ser também do velho castelo a porta principal de entrada para a tôrre de menagem.

(*Foto-Universal* — PÔRTO)

VISTA GERAL DE SEIA, COM RESTOS DAS MURALHAS, SEGUNDO LITOGRAFIA DESENHADA POR LUCAS MARRÃO (SÉCULO XIX)

(*Foto-Académica* — COIMBRA)

TÚMULO DO CONDE SESNANDO

(Sé Velha de Coimbra)

sava-se de Santarém, depois de curtíssimo assédio.

Prosseguindo no avanço, em breves dias se apoderou também de Lisboa e Sintra.

A situação destas praças e os fortes meios de defesa de que dispunham tornariam inexplicável uma tam fulminante conquista, se se não soubesse que o emir de Badajoz transigira na sua perda em trôco do socorro contra os Almorávidas que Afonso VI lhe prometera.

A conquista de Toledo trouxera os domínios cristãos até o Tejo, no centro da Península; a de Santarém e Lisboa trazia até o mesmo rio, no ocidente, a fronteira meridional do reino cristão.

O govêrno das terras recem-conquistadas foi cometido a Sueiro Mendes, sob a autoridade de um genro de Afonso VI, Raimundo, que documentos de Abril de 1094 mostram estar também governando Coímbra nessa data. Martim Moniz, sucessor do conde Sesnando no govêrno de Coímbra e de cuja administração há notícias a partir de Abril de 1093, aparece como governador de Arouca, em Agosto de 1094.

Destes factos, e ainda dos títulos de que usava Raimundo, se conclui que Afonso VI, logo que tomou posse de Santarém, Lisboa e Sintra, cometeu o govêrno superior de toda a região ocidental da Península a Raimundo — que por isso se intitulava «*totus Galeciae Princeps*» — dando-lhe por subalternos vários governadores de menores circunscrições, como, entre outros, Sueiro Mendes, em Santarém, e Martim Moniz em Arouca.

A supremacia concedida a Raimundo é fàcilmente explicável. Raimundo era filho do conde de Borgonha, Guilherme, viera à Pe-

nínsula com outros muitos cavaleiros franceses bater-se contra os muçulmanos. Notabilizando-se, Afonso VI concedeu-lhe a mão de sua única filha legítima, Urraca.

Nos fins de 1094 ou princípios de 1095 aparece governando Braga — provàvelmente sob a autoridade de Raimundo — um outro francês ilustre, Henrique, que Afonso VI consorciara com uma filha ilegítima, Teresa.

A região governada por Henrique vai, sucessivamente, alargando-se; ao mesmo tempo os laços de subordinação de Henrique para com Raimundo vão-se desatando.

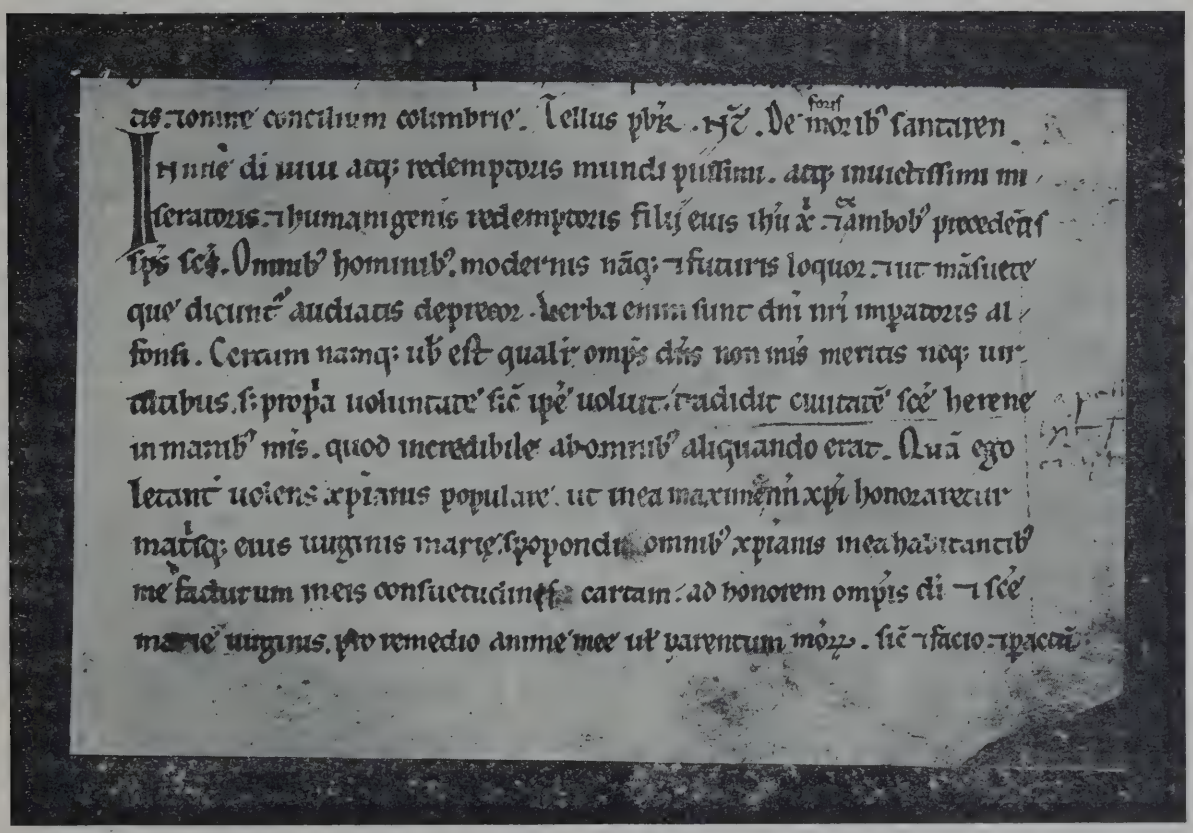
Em 1096, Henrique governava Coímbra e Braga. Em 1097 a sua autoridade exercia-se desde o Minho ao Tejo, tendo desaparecido já todos os vestígios de subordinação a Raimundo.

Estava criado o Condado Portucalense, cujo govêrno, contràriamente ao da grande maioria dos restantes condados, viria a ser hereditário, passando do conde Henrique — sendo menor o filho — para sua viúva, Teresa, e desta, viva ainda, por antecipação violenta, para o juvenil herdeiro, Afonso Henriques.

Arrumadas as cousas do ocidente, regressara Afonso VI a Toledo.

Na capital se conservou Afonso VI alguns anos ocupado sobretudo em restaurar algumas cidades que conquistara — labor fecundo, mas relativamente obscuro, de que quási não restam memórias. Em 1095 concedeu foral a Santarém, sendo confirmantes vários condes e os bispos de Toledo, Burgos, Palência, Leão e Coímbra.

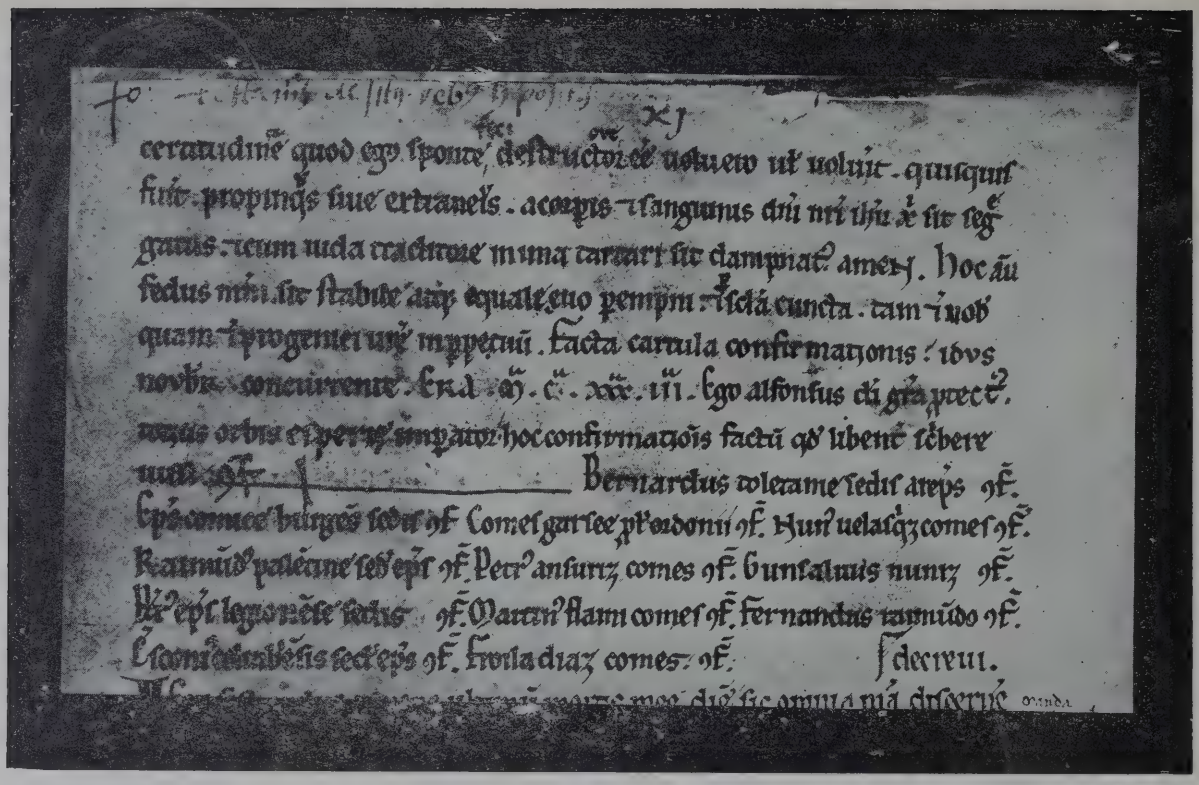
Em 1102 a situação agravou-se novamente. Nêsse ano, os muçulmanos conquistaram Valência, expulsando dali os castelhanos. Governava então a cidade Ximena, a viuva do Cid, ao qual se devia a conquista de Valência, realizada oito anos antes. Ximena, ao



Primeiras linhas do foral concedido a Santarem, em 1095, por Afonso VI

Apógrafo do século XII

(Arquivo Nacional da Torre do Tombo)



Fecho do foral concedido a Santarém, em 1095, por Afonso VI.

(Apógrafo do século XII)

(Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo)

ver a cidade gravemente ameaçada pedira auxílio a Afonso VI, mas êste não lho prestou, porque lhe não interessava a conservação de Valência sob o domínio cristão, dado que essa cidade ficava muito afastada dos seus estados. Antes de abandonarem a cidade, os castelhanos destruíram-na.

Os almorávidas, entrando em Valência, tomaram conta de pouco mais que ruínas.

Alguns anos depois, em 1108, outro revés sofreram os cristãos. No verão dêsse ano, novas tropas de África desembarcaram na Espanha, para abrir com novos ímpetos as hostilidades com os cristãos. Começaram as operações militares pelo cêrco de Uclés, povoação situada na fronteira.

Defenderam-se corajosamente os sitiados, mas a-pesar-disso, Uclés foi tomada pelos muçulmanos, tendo os sitiados de se refugiar no castelo.

Afonso VI resolveu então acudir a Uclés. Organizou um forte exército, pondo à frente dêle o seu filho, único varão, Sancho. Na realidade, como o infante era ainda adolescente, o comando era exercido pelo seu aio, o conde Gomes de Cabra.

Avisados os muçulmanos da próxima chegada dos cristãos, e de como era forte o refôrço enviado por Afonso VI, houve entre êles divergências quanto ao caminho a seguir: retirar-se ou aceitar o combate. Prevaleceu, porém, o voto dos que defendiam a segunda solução.

Travou-se então uma terrível e sanguinolenta batalha, em que os cristãos foram completamente derrotados.

Entre os mortos, contava-se o juvenil infante.

Quando o soube, Afonso VI, já velho e doente, sofreu um abalo tremendo, que lhe abreviou a existência, morrendo em 1 de julho do ano seguinte.

A morte de Afonso VI veiu ocasionar perturbações políticas graves na Espanha cristã.

Aproveitando-as hàbilmente o conde Henrique e, depois da morte dêste, a viuva, D. Teresa, que lhe sucedeu no govêrno do condado portucalense, conseguiram cavar mais funda a separação entre êste organismo e o reino leonês a que pertencia.

E foi esta política hábil, fortalecida por razões profundas de vária natureza — geográficas, étnicas, históricas — que conseguiu transformar êsse germen fecundo, o Condado Portucalense, em uma nacionalidade independente: Portugal.

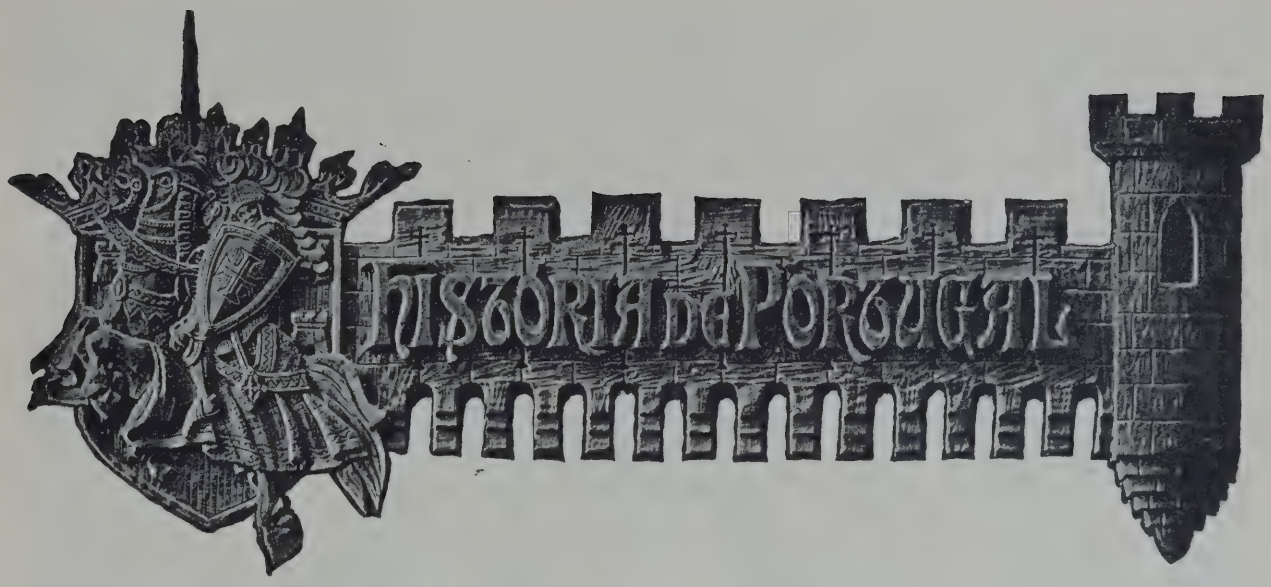
OITAVA PARTE

O CONDADO PORTUCALENSE

POR

Manoel Ramos

Professor da Universidade de Lisboa



OITAVA PARTE

O CONDADO PORTUCALENSE

Origens do Condado Portucalense. O govêrno do Conde D. Henrique. O govêrno de D. Teresa. Revolta de Afonso Henriques. Batalha de S. Mamede. O caminho da independência.

A DESIGNAÇÃO *condado portucalense,* como as de *província portucalense* e *terra portucalense,* tem origem no termo *Portucale,* pelo qual era designada em antigos tempos a povoação situada na margem norte do rio Douro, próximo da sua foz.

Do século V *(chronicon* de Idácio) ao século VII, a palavra *Portucale* serve apenas para esta designação, e só no século IX aparece o termo *portucalense,* aplicado a um trato de terra de certa extensão.

Do ano 841 existe um documento em que se lê o seguinte: «totius Gallaeciae seu Portucalensi Provinciae summum suscipiat Praesulatum». Assim, neste ano, reinando Afonso II, da dinastia cantábrica, já as expressões «*toda a Galiza*» e «*província portucalense*» eram sinónimas.

Se a palavra *seu,* na frase latina acima transcrita, tem um sentido copulativo e não dijuntivo, o passo citado provaria a existência de uma região a que o Pôrto servia de centro, tendo originado a sua designação o termo Portucale, primitivamente reservado à povoação situada na margem direita do Douro, como se depreende de documentos dos séculos V ao VII.

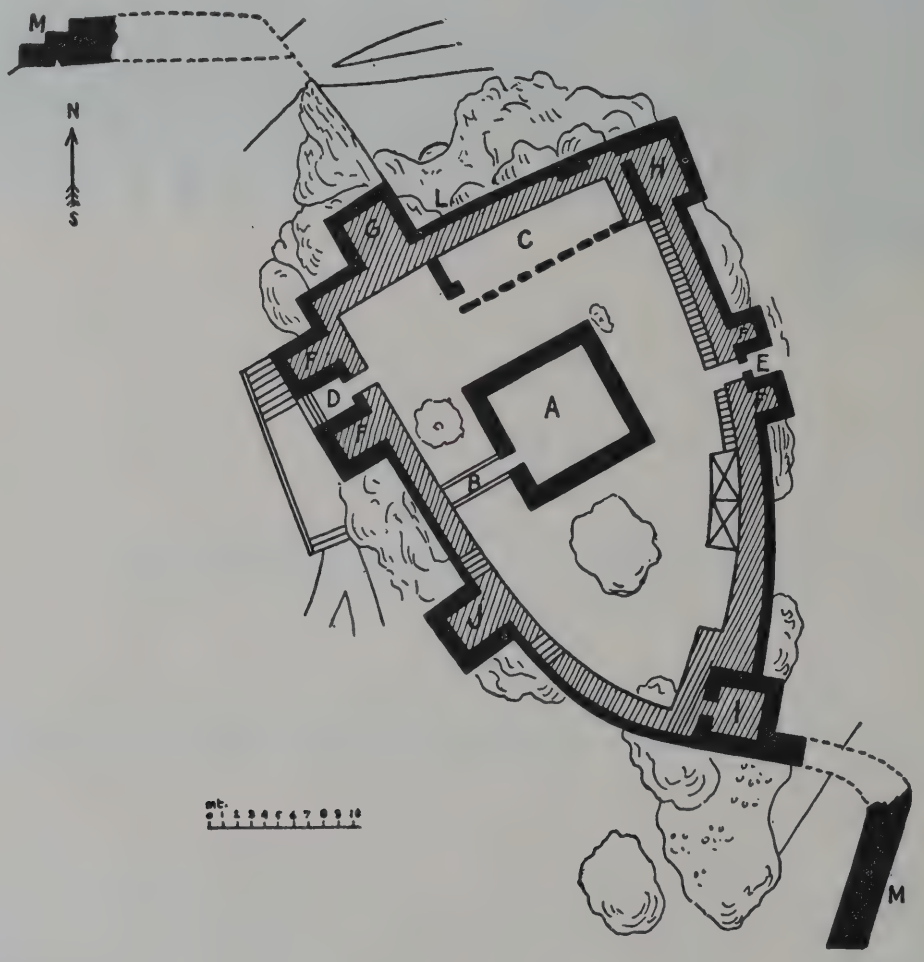
De toda a maneira, as circunstâncias que acompanharam a invasão sarracena, além de condições especiais mais profundas e remotas, conferiram à região de Entre-Douro-e-Minho, que era, ao mesmo tempo, norte da Lusitânia e sul da velha Galécia, e viria a

ser origem do estado português, uma autonomia toponímica que não era apenas nominal e justificava já o conceito que Herculano exprimiu quando, a propósito da batalha de S. Mamede, disse: «A Crónica dos Godos, que narrando os sucessos de 1128, toma o

*

* *

Em 1093, Afonso VI, tendo conquistado Santarém, Lisboa e Sintra, constituíu com êstes territórios um condado cujo govêrno



PLANTA DO CASTELO DE GUIMARÃES, NO QUAL TEVE SEUS PAÇOS O CONDE D. HENRIQUE, LEVANTADA PELO CAPITÃO SNR. LUÍS AUGUSTO DE PINA

A — Tôrre de menagem. *B* — Ponte que estabelece a comunicação do adarve com a tôrre de menagem. *C* — Ruínas do paço de D. Henrique. *D* — Entrada principal do castelo. *E* — Porta da traição. *F* — Torreões que flanqueiam as portas principal e da traição. *G* — Torreão do lado do Norte. *H* — Torreão do lado do Nascente. *I* — Torreão do lado do Sul. *J* — Torreão do lado do Poente, também denominado «tôrre da fôrca». *L* — Abertura exterior que pôs a descoberto a cisterna cavada na rocha.

estilo de um libelo político, não era provàvelmente mais que o eco da opinião vulgar. Aí os galegos são tratados de estrangeiros ou forasteiros indignos. Esta denominação de injúria, que, aplicada vinte anos antes aos habitantes das outras províncias da monarquia fundada por Pelágio, seria ininteligível em Portugal, estreava por uma revolução gravíssima a sua fortuna popular de sete séculos».

confiou a Sueiro Mendes, sôb a autoridade de Raimundo, já então casado com Urraca, filha legítima do monarca leonês. Raimundo ficou com superintendência geral sôbre toda a terra hispânica ocidental, desde os confins da moderna Galiza até o extremo limite das recentes conquistas.

Pouco depois, surge na história do ocidente da Península uma nova figura, que nela há de

(*Cl. E. Cerdeira*)

CASTELO DE GUIMARÃES

Aspecto geral visto do Poente. A porta nobre é flanqueada pelos dois torreões da esquerda

vir a desempenhar um papel de grande relêvo: Henrique, primo de Raimundo. É provável que Henrique já em fins de 1094 ou princípios de 1095 governasse o território portucalense; é certo que nos princípios de 1095 estava já Henrique casado com Teresa, filha ilegítima de Afonso VI, e é indubitável também que, pela mesma época, êle governava, pelo menos, Braga e o seu território, na dependência de seu primo Raimundo. Em Dezembro de 1095, Henrique aparece também como senhor de Coímbra. Em 1097 a sua autoridade estende-se até ao Tejo, cessando então toda a superintendência de Raimundo, ficando Henrique directamente subordinado a Afonso VI.

Nesta altura, provàvelmente, já o domínio cristão não compreendia Lisboa, pois, na primavera de 1095, Raimundo, vindo de Coímbra com a sua hoste, fôra desbaratado pelos muçulmanos nas imediações de Lisboa. Esta vinda do conde significa, segundo o parecer de Herculano, bem aceitável, que já então Lisboa não pertencia ao domínio leonês.

Em 1097 estava, portanto, definitivamente constituído o Condado Portucalense.

Por que fórma foi confiado a Henrique o govêrno do condado portucalense?

Herculano afirma que, juntamente com o govêrno do condado, amovível, foi entregue ao conde Henrique e a D. Teresa a propriedade de todas as terras regalengas compreendidas no condado. Eis as suas palavras: «Casando sua filha Teresa com Henrique, Afonso VI não se limitou a entregar a êste o govêrno da província portucalense, com a qual já freqüentemente se confunde nos monumentos dessa época o distrito colimbriense e o de Santarém, debaixo do nome comum de Portugal. As propriedades regalengas, isto é, do património do rei e da corôa, passaram a ser possuídas como bens próprios e hereditários pelos dois consortes. Assim o cavaleiro francês, que viera buscar na Espanha uma fortuna mais brilhante do que poderia esperar na pátria, viu realizadas as suas esperanças porventura além daquilo que imaginara».

Dêste modo de ver discordou, recentemente, o Professor Paulo Merêa, que sustenta a opinião de que o próprio govêrno do condado foi confiado hereditàriamente.

Dos três textos sôbre que êste notável investigador assenta a sua tése da concessão da terra portucalense a D. Henrique a título hereditário, nada contraria a cronologia estabelecida quanto ao condado henriquino, como dependência imediata de Afonso VI, como pode ver-se na substanciosa monografia que aquele autor elaborou sob o título de «*A concessão da terra portucalense a D. Henrique perante a história jurídica*».

A confusão do aspecto civil com o aspecto político do problema, tam vulgar na época de Herculano, e já depois dêle, entre os espíritos mais eminentes, explica as flutuações do nosso grande historiador, preocupado ainda com demonstrar que a independência portuguesa, ao contrário do que suposera o Cardeal Saraiva, assentava sôbre uma afirmação iniludível da vontade nacional e não sôbre a letra expressa de um determinado diploma jurídico. Esta flutuação é ainda visível no trecho atrás transcrito, em que o carácter amovível ou inamovível do condado não vem explìcitamente definido.

É convicção nossa que a uma doação naqueles termos, e naquela época, dificilmente deixaria de estar inerente uma jurisdição hereditária.

Como muito bem acentua o Professor Paulo Merêa, o problema da legalidade ou ilegalidade da independência e o do carácter da concessão da terra portucalense são distintos, pois não há incompatibilidade entre a índole hereditária daquela concessão e o vínculo de subordinação que a condiciona.

O que pode afirmar-se desde já é que a independência portuguesa tem causas muito profundas, umas de carácter étnico, outras de carácter geográfico (Reclus acusa com grande relêvo a importância dêste factor na nossa individuação política) e outras, finalmente, de natureza histórica. A estas dá Herculano um logar preponderante, como especificadamente se pode ver nas «*Cogitações soltas de um*

(*Cl. E. Cerdeira*)

CASTELO DE GUIMARÃES

Aspecto do lado do Poente. A «porta da traição» fica entre os dois torreões centrais. O paço do Conde D. Henrique ocupava o torreão da direita, estendendo-se ao longo da muralha voltada ao Norte

homem obscuro». Aqui o grande pensador e historiador, pospondo o factor geográfico, confere à irredutível tenacidade do carácter português e, depois do século XVII, às rivalidades das grandes nações da Europa o milagre quási sem par da nossa permanência como estado independente através de sete séculos de transformações e agitações de toda a ordem. Aceitando o conceito geral de Herculano, nós só pediríamos vénia para acrescentar que, sendo Portugal, em grande parte pelo menos, um produto da equação internacional, devemos fazer remontar êste facto aos séculos XIV e XV, em que êsse grande duelo, a Guerra dos Cem Anos, nos fez exorbitar da política estritamente peninsular, para nos lançar na arena vasta do mundo europeu. Êste acontecimento decisivo revestiu na nossa existência nacional o carácter concreto e palpável de uma aliança política de efeitos permanentes — a aliança inglesa.

(*Cl. E. Cerdeira*)

CASTELO DE GUIMARÃES

Tôrre de menagem (face do lado do Sul)

*

* *

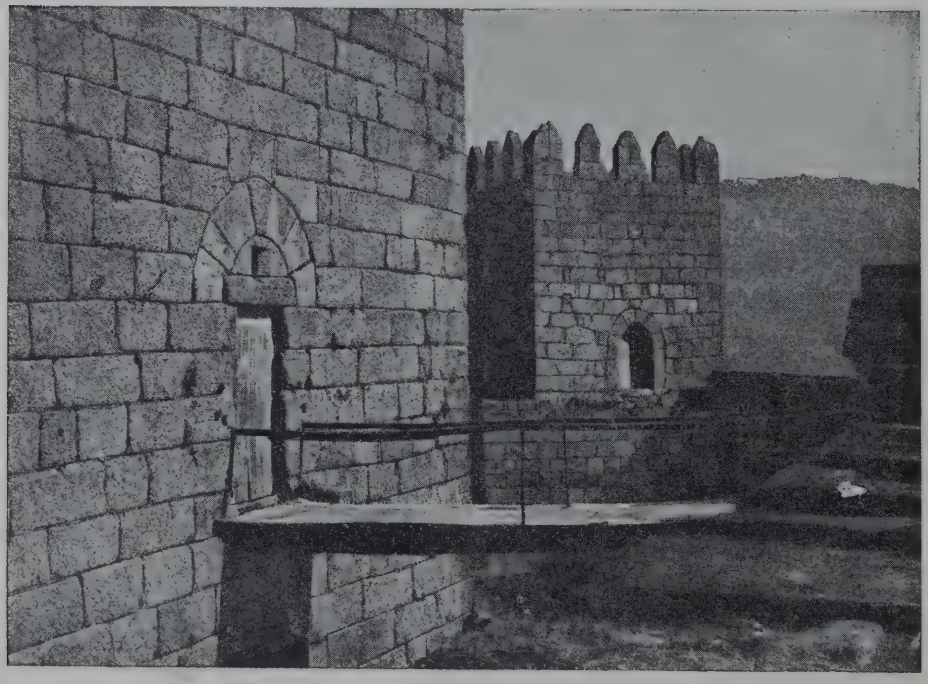
O condado portucalense desintegrou-se do de Leão por via legal ou por via insurrecional? Êste problema já foi discutido por Herculano em 1842 na terceira das suas «*Cartas sôbre a História de Portugal*», em que êle produziu as alegações a favor da segunda tése, que era a sua, e contra a primeira, que era a do Cardeal Saraiva.

Do que fica dito quanto ao carácter da concessão da terra portucalense ao Conde, claramente se vê que a questão hoje assenta em novas distinções, que um conhecimento mais completo das instituïções hispânicas dos séculos XI e XII nos permite fazer. A amovibilidade do govêrno henriquino do condado era para Herculano condição que muito importava para a tése insurrecionista. O conde era um simples «tenente»; a desintegração portucalense só podia ter-se iniciado por uma acção revolucionária. Pensamos hoje de outro modo e achamos perfeitamente compatíveis o carácter hereditário da jurisdição exercida pelo conde e a natureza revolucionária dos meios empregados para cortar um vínculo que subsistia a-pesar-daquele carácter. Terra hereditária, jurisdição hereditária, não excluíam de modo algum a subordinação do conde ao rei de Leão. A desintegração portuguesa foi, assim, um acto ilegal, uma longa insurreição, quási diríamos uma insurreição por evolução, se podêssemos conciliar êstes dois termos.

Nêste trabalho de infiltração, como nos fenómenos geológicos, não são palpáveis os momentos sucessivos da transformação, mas

apenas os estadios violentos que a balisam. Já falámos das causas remotas que desde muito tempo predispunham a população da faixa ocidental da Península, isto é, essa população que havia de constituir o Portugal futuro, e que deviam levá-la a formar uma família à-parte dentro da península. Com a chegada do borgonhês, as causas preexistentes subsistiam, mas acrescentavam-se lhe factores políticos que, dos fins do século XI para os começos do século XII, deram ao conde francês ensejo para revelar capacidades insígnes de organizador, servindo ao mesmo tempo as suas ambições pessoais e os interêsses do agrupamento político cujas bases lançou.

Na combinação de fôrças, que o conde aproveitou com superior habilidade, tinha logar primacial a igreja romana com as suas tradições de disciplina e o seu génio eminentemente construtivo. Êstes dois motores tornavam-se indispensáveis para tirar o mundo peninsular do caos, da confusão e da rudeza em que vegetava. O conde viu isto com clareza e apreendeu com a sua natural sagacidade quanto importava para o êxito da sua obra integrar o condado na vasta e bem ordenada construção da igreja romana.



CASTELO DE GUIMARÃES

I — Fotografia tirada do adarve do lado do Poente, vendo-se a ponte e entrada para a tôrre de menagem, as ameias dos torreões da porta nobre e o torreão do lado do Norte.

II — Fotografia tirada do mesmo adarve, vendo-se também a ponte e a entrada para a tôrre e o torreão do lado do Sul.

(*Cls. E. Cerdeira*)

O moderno escritor alemão Erdmann, orientado nos métodos de investigação do eminente historiador Kehr, o conhecido autor de «*O papado e o Principado da Catalunha até a ligação com Aragão*» (Berlim, 1926), ocupou-se num trabalho muito recente, e sob o ponto de vista das relações da história eclesiástica com a história política, justamente desta época que tam grandes dificuldades tem oferecido a historiadores tanto nacionais como estrangeiros. Esta monografia, que se intitula «*O papado e Portugal no primeiro século da história portuguesa*», abrange o período que vai desde as primeiras relações de Roma com a zona ocidental da Península, no tempo de Gregório VII, até a época de Alexandre III. Nela, o seu erudito autor versa um assunto que nos seus traços fundamentais já fôra tratado e posto na merecida evidência pelo maior historiador português dos tempos modernos, Herculano. O investigador alemão, numa publicação anterior, prepara-se sòlidamente para aprofundar tam vasto problema. Com efeito, numa recente viagem a Portugal reünira já Erdmann uma ampla colectânea subordinada ao título «*Documentos Pontifícios de Portugal*», na qual aparecem, dados à luz pela primeira vez, um grande número de diplomas. Êste trabalho constitui uma preciosa contribuïção, de índole heurística, para a renovação do estudo de uma parte extremamente obscura e confusa da nossa história.

A tese fundamental do autor consiste em afirmar, com provas à vista, que se não pode repetir indefinidamente, e sem mais ampla explicação, que Portugal deveu a sua existência política no apoio da Igreja. Pelo contrário, o que o estudo dos documentos permite estabelecer é que a constituïção do estado português se deveu ao esforço ininterrupto dos nossos soberanos, dos nossos homens de guerra, do episcopado nacional, através de todas as dificuldades e muitas vezes investindo contra os interêsses e as tradições da política romana. Quere dizer: Roma, como em tantas outras eventualidades históricas, seguiu uma linha que podemos definir a da consagração do facto consumado. No nosso caso, o carácter profundamente realista da política romana ressalta com nitidez para os espíritos isentos de qualquer prevenção. Pelo que toca à independência portuguesa, Roma adaptou-se aos interêsses superiores da sua política procurando harmonizá-los com a corrente inelutável dos acontecimentos. Todos os factores de pequena irradiação, ou as personalidades eivadas de qualquer particularismo foram inevitàvelmente sacrificadas às condições de carácter geral. Mesmo quando Roma teve de reconhecer que lhe era forçoso realizar uma inflexão na sua marcha, fê-lo sempre preparando as

(Cl. E. Cerdeira)

Castelo de Guimarães

Porta de acesso à tôrre de menagem

transições, evitando saltos bruscos, representando enfim o papel de um travão e dispondo tudo para o triunfo do geral sôbre o particular. Enquanto o futuro Portugal e as outras nacionalidades embrionárias da Península foram em Roma julgadas como peças de um mesmo maquinismo destinado a pulverizar a acção do Islam, os papas consideraram que as diversas sociedades hispânicas deviam obedecer a um princípio centrípeta, ao que hoje

se diria a «unidade de comando», a «frente única». Só depois de que as condições políticas da Península de modificaram, com o predomínio das tendências centrífugas que haviam de conduzir à formação dos diversos estados, é que o Papado, sem desistir da direcção suprema moral e religiosa daqueles estados, secundo ou deixou prevalecer sem resistência as tendências que ficam apontadas. O factor eclesiástico foi vezes muitas causa das modificações políticas, mas talvez se possa dizer que o inverso é que constitui regra e que foram as transformações políticas que actuaram sôbre as diversas orientações da Cúria.

O valor e a justeza destas considerações melhor resultam da análise pormenorizada que em seguida damos e que será uma exemplificação concreta dos princípios expostos, os quais apenas ministram ao leitor um fio condutor nêste complexo problema, que tantas faces oferece, e que é de natureza por vêzes tam impalpável, que só com o auxílio prévio de um critério coordenador se podem pôr em fóco os seus aspectos fugidios e esconderijos em que uma política on-

CASTELO DE GUIMARÃES

I — Ruínas e restos do paço de D. Henrique, observados do páteo que circunda a tôrre de menagem.

II — As mesmas ruínas observadas do adarve.

(*Cls. E. Cerdeira*)

dulante e tantas vezes subtil os subtrai à atenção mais perseverante.

O que importa estabelecer prèviamente é a clareza dos propósitos, onde ela é manifesta, e os pontos fixos, onde os há, em tôrno dos quais se enleia esta vasta e inextricável meada. Ora o autor de que nos ocupamos insiste particularmente em pôr em fóco aqueles propósitos e êstes pontos fixos, quando caracteriza a acção coerente da política henriquina, os laços que a ligam à sua política eclesiástica e a convergência dos meios empregados para erigir lentamente o edifício da futura independência portuguesa; quando acentua a ausência de um plano concertado, por parte de Teresa, e que teria de a conduzir, como conduziu, à irremediável catástrofe, que felizmente só a feriu a ela e aos seus sequazes, deixando intactas as energias da nação para o seu desenvolvimento ulterior; e finalmente, quando nos apresenta Afonso I prosseguindo a obra de seu pai, interrompida pelos desvarios maternos e o faz empregando os novos meios que as circunstâncias históricas lhe impõem.

(Cl. E. Cerdeira)

CASTELO DE GUIMARÃES

Ruínas e restos do paço de D. Henrique, vistos do adarve, vendo-se também, em primeiro plano, o cimo dos torreões que flanqueiam a « porta da traição ».

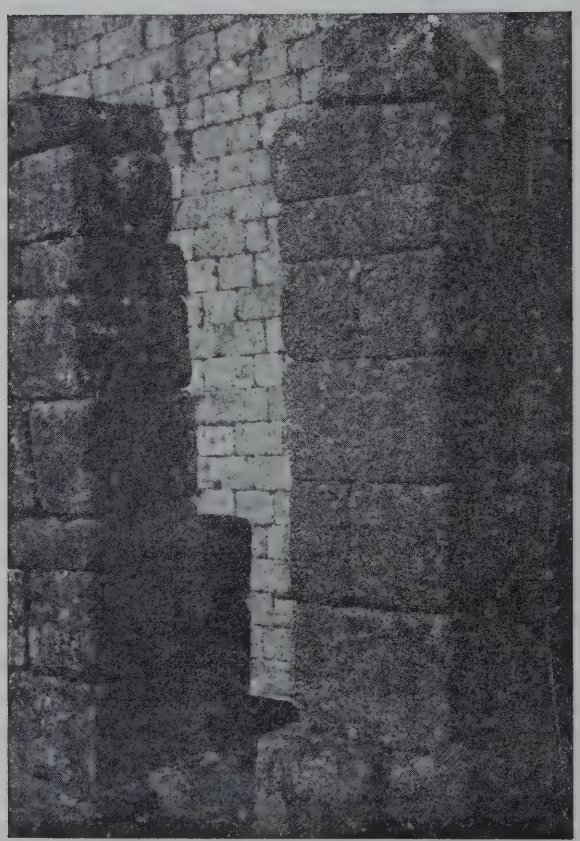
As primeiras relações de Roma com a faixa ocidental hispânica remontam ao pontificado de Gregório VII. O papa enviou ao extrêmo ocidente o abade Jasento, membro do clero regular, certamente porque o famoso pontífice partia do princípio de que as primeiras relações com êste recanto afastado do mundo católico deviam ter um carácter mais religioso do que político, e que uma restauração da vida conventual no sentido da reforma cluniacense era o alicerce sôbre que deviam assentar aquelas relações. Jasento não chegou a realizar a sua missão mas vinha munido de uma carta para o conde Sesnando, que então governava Coímbra, foco moçárabe de renitentes tradições, como moçárabe era o conde e até o próprio bispo D. Patermo. Não é difícil presumir que a unificação ritual era um dos objectivos da missão que lançaria as bases do predomínio exclusivo do rito romano sôbre o moçárabe, evitando a possibilidade de dissidências originadas em particularismos rituais de que a história da Igreja oferece mais de um exemplo.

Com a morte de Gregório VII e o advento de Urbano II lançam-se os fundamentos ainda imperfeitos do Primado de Toledo (15 de Outubro de 1088). Esta dignidade devia equivaler à de patriarca e interpôr-se hieràrquicamente entre o Papa e os metropolitas, o que no caso presente se não dava visto como

Toledo era então a única metrópole hispânica.

No ano seguinte, restaurada por Pedro a diocese (só mais tarde metropolitana), vem o primaz Bernardo de Toledo consagrar a catedral, com os Bispos de Mondonhedo, Tui e Orense. Pode dizer-se que nêsse dia se iniciou a rivalidade, tantas vezes secular, que separou as duas sés.

Logo na segunda metade do ano 1090, o concílio de Leão reünido pelo simples legado, Rainer de futuro Pascoal II (então S. Clemente), repudiava a dupla pretensão do bispo Pedro: ascender a metropolita e isentar-se de Toledo. Esta era a capital de Castela, facto decisivo, e Pedro, resistindo, acabou por se aliar com o anti-papa Gilberto de Ravena; por ser reïntegrado, como arcebispo scismático, na sua diocese bracarense; por ser destituído pelo concílio de Husillos (1092 ou 1093) e, *ipso facto,* recluso num convento.



Êstes factos determinaram para Braga uma nova crise de desolação, como tantas outras a que se aplicou a designação clássica «desolationis tempore».

A reforma cluniacense apoiada pelo conde D. Henrique estende a sua acção: Braga, Pôrto e Coímbra, recebem novos bispos, Geraldo, Hugo e Maurício, todos de origem francesa. O rito romano suplanta o moçárabe.

Na sua missão a Roma (1103), Geraldo alcança para Braga a categoria de metrópole, tendo por sufragâneos os bispados de Astorga, Lugo, Tui, Mondonhedo, Orense, Pôrto, Coímbra, e, virtualmente, Vizeu e Lamego, ainda não restaurados.

A acrescentar a isto, Geraldo ficava também senhor de metade de Braga, ainda compostelana, e apenas cerceado nas suas ambições por uma subordinação ao Primado de Toledo, que procedia da sua qualidade de bispo-metropolita e não arcebispo, título só mais tarde concedido ao seu sucessor Maurício (1114).

Esta dependência de Braga com relação a Toledo era a contra-partida eclesiástica da dependência política de Portugal relativamente a Castela.

Castelo de Guimarães

I — A chamada «tôrre da fôrca»

II — As duas colunas de pedra que, presumìvelmente, sustentaram a trave da fôrca

(*Cls. E. Cerdeira*)

aos espanhoes, então absorvidos pela Reconquista. Gonzaga de Azevedo atribuíu o malôgro da peregrinação do Conde a ter-se frustrado a cruzada de Henrique IV, em que êle contava incorporar-se. Tal parece ser hoje o estado desta questão, a-pesar-da autoridade de Herculano, que supunha a peregrinação do Conde um facto e provável a sua ida a Terra Santa com o bispo Maurício.

Nesta primeira fase do seu desenvolvimento, Braga eleva-se a metrópole de Portugal e Galiza, integrando-se na influência e na hierarquia romana. Abarcando o horizonte peninsular, vemos o clero hispânico hierarquizado sob a suprema autoridade pontifícia, o estabelecimento exclusivo do rito romano, a implantação do direito canónico em matéria matrimonial, e, finalmente, a organização, dirigida de Roma, de conventos de padroado ou património romano.

Dos estados hispânicos, só Portugal se integra na Igreja pela sua própria iniciativa e esfôrço; os outros, pela mão poderosa de Gregório VII e Urbano II.

Por esta ocasião, diz Erdmann, achou-se em Roma o Conde Henrique e é natural que pusesse o seu alto valimento na consecução dos objectivos que ali tinham levado o bispo de Braga. Presume ainda o auctor alemão que na tentativa para passar á Terra Santa como peregrino, o conde encontrou oposição formal de Urbano II, que, à semelhança do seu predecessor Pascoal II, proïbia tal peregrinação

A ascenção de Braga à condição de metrópole portuguesa, facto de tam capitais conseqüências políticas para o estado nascente, topou desde o comêço com dificuldades transcendentes e numerosas, as quais só poderam ser vencidas por uma acção e uma pertináci a, que por vezes assumiram proporções épicas, como sucedeu com o longo episcopado de João Peculiar, figura gigantesca que só

Castelo de Guimarães

I — Exterior da «porta da traição».

II — Abertura feita, junto à base do torreão do lado do Norte, por ocasião das últimas demolições que desobstruíram o castelo, e que pôs a descoberto a cisterna.

(Cls. E. Cerdeira)

agora começa a ser posta no seu verdadeiro relêvo. Com efeito, Braga, como metrópole, colidia ao norte com as ambições ilimitadas do então mais opulento e poderoso prelado — Diogo Gelmirez; ao sul, viu levantado contra êle o bispado de Coímbra, que ora se encostava à primazia de Toledo, com Mérida e seus consufragâneos, ora com os mesmos associados, os bispados do sul, enfileirava entre os sufragâneos de Compostela, e enfim, contendia ainda com as pretensões do bispo Hugo, do Pôrto, criatura de Gelmirez e quási seu agente provocador, e com as do bispo de Mondonhedo, propenso à rebelião. [Pela própria distribuïção geográfica dos próceres eclesiásticos que lhe cortavam o passo, Braga era uma prêsa sempre apetecida e bloqueada pelos seus inimigos externos, se quisermos reservar a designação de inimigos internos para os seus sufragâneos irrequietos. No período atingido pela nossa narração, dois adversários principalmente se defrontam: dum lado Maurício, que ocupou a cadeira episcopal de Braga depois do seu curto episcopado de Coímbra; do outro lado, Gelmirez, o famoso bispo compostelano, banalizado nas referências de quási todos os nossos historiadores do Portugal nascente, mas em todo o caso mais banalizado que conhecido.

(Cl. E. Cerdeira)

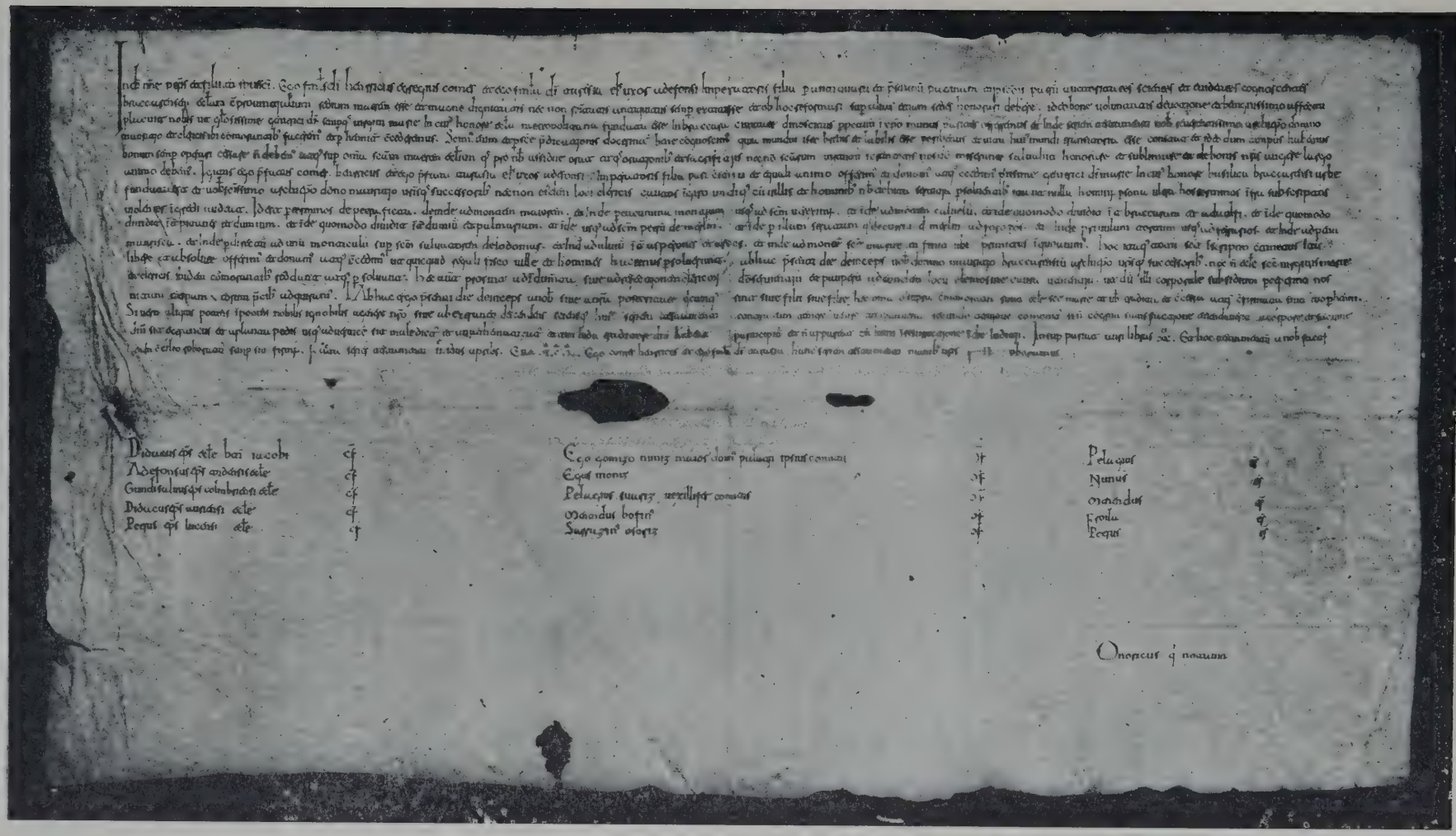
Túmulo do Conde D. Henrique

(Se de Braga)

Maurício que, em 1109, fôra transferido de Coímbra para Braga, dirigira-se no mesmo ano a Roma para receber do Papa a confirmação do seu novo cargo. Ao voltar assenta com Gelmirez um convénio que de facto é um retrocesso nas ambições bracarenses, pois nêle se estabelecia um condomínio parcial com Gelmirez e se conferia a Maurício a dignidade de cónego de Santiago.

Na repartição do território hispânico pelas diversas dioceses, sempre naquele tempo se procurou manter a velha tradição que podia deduzir-se das assinaturas apostas às actas dos concílios. Mas, juntamente com esta tradição, recorria-se por vezes à *Divisio Wambae,* de autenticidade contestada.

O contencioso reservava-o Roma para si, convindo acentuar neste ponto uma diferença nítida entre o que se passava na Espanha e o que se dava na Alemanha oriental. Aqui a Igreja era uma instituïção nova que se implantava em volta de um centro coordenador que era Magdeburgo; em Espanha, travava-se de dioceses que se restauravam e se levantavam das ruínas, cada qual por esfôrço próprio, sem que se fizesesse sentir a presença de um centro coordenador, e com um particularismo que constituíu um obstáculo crónico ao estabelecimento de um primado único.



DOAÇÃO DO COUTO DE BRAGA AO BISPO MAURÍCIO, FEITA POR D. HENRIQUE E D. TERESA, EM 12 DE ABRIL DE 1112

(*Cl. E. Cerdeira*)

(Arquivo Distrital de Braga)

Cêrca de dois anos antes de lavrado êste documento, houvera já, segundo parece, o propósito de fazer a doação a que ele se refere. Conclui-se isto de um outro diploma, também do arquivo de Braga. «Esse diploma passado em nome de D. Teresa em IV das Kalendas de Novembro de 1110 (era de 1148)... não reüne as necessárias condições de autenticidade. O que parece ser é uma minuta preparada pelo Arcebispo, que, se não pôde na ocasião transformá-la em documento legal, ano e meio mais tarde obteve a satisfação do seu desejo. Como prova do que avançamos está o facto de ser o couto ali delimitado *maior* que o demarcado na doação do Conde D. Henrique..... e ainda a circunstância de não se encontrar no *Fidei* a sua transcrição».

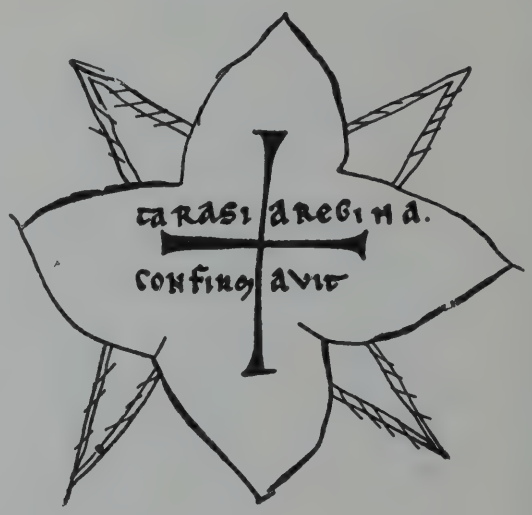
(ALBERTO FEIO)

A morte de Afonso VI opera nos planos do conde D. Henrique uma profunda transformação. Melhor diríamos que a novidade estava mais no ensejo que se oferecia de realizar velhas ambições. Com efeito, se aceitarmos a verosímil hipótese de Herculano, o famoso pacto sucessório entre Raimundo e Henrique, que não tem data, seria talvez elaborado em 1106, quando os dois pretensos co-herdeiros se julgaram frustrados nas suas ambições pelo favor com que Afonso VI sempre distinguira seu filho Sancho, morto depois em Uclés (1108), e filho da moira Zaida. A incerteza da data do pacto, que só por inferência se pode mais ou menos fixar, levou talvez o mais recente historiador da civilização espanhola, Ballesteros, a supor a existência de dois pactos, um em 1093 e outro em 1107. A falta de demonstração, por parte do historiador espanhol, da existência dêstes dois pactos, a analogia e nos dois convénios, das condições territoriais da partilha pela qual era conferida ao conde portucalense Toledo ou a Galiza — segundo as condições supervenientes — faz-nos crer que Ballesteros desdobrou em dois, por equívoco, o famoso e discutido pacto, que Herculano atribui à acção dos cluniacenses. Mas o que menos demonstrado ainda se nos afigura é a capital afirmação que transcrevemos: «Este documento [o pacto sucessório] explica el por qué Teresa, viuva de Henrique, sostuviesse años despues sus pretensiones sobre Galicia y por qué, asimismo, Alfonso VII reconoció con tanta facilidad la independencia de Portugal». A facilidade no reconhecimento da independência portuguesa por Afonso VII não nos parece revestir a evidência que ressalta do passo transcrito, — nem filiar-se claramente no motivo que nêle se aduz. Para nós trata-se de uma tese talvez interessante, mas à qual falta a condição essencial que se impõe a todas as teses de caracter histórico: uma documentação precisa.

Fechado êste parêntesis, deve reconhecer-se que o ampliamento das ambições henriquinas se desenvolveu num sentido até certo ponto contrário, como o observa Erdmann, aos interêsses estrictos da independência portucalense, subordinando o conde a diocese de Coímbra e o seu bispo Gonçalo à Sé de Toledo, isto é, pugnando por uma hegemonia eclesiástica que era desfavorável aos nossos naturais desejos de nação livre.

Nesta altura da sua exposição a monografia que resumimos acentua que Pascoal II é o primeiro papa que incita directamente Portugal à cruzada peninsular, isto é, à Reconquista. Êste facto tem a sua explicação. Desde o desaste das cercanias de Lisboa, dos começos de 1095, até os primeiros empreendimentos de Afonso Henriques ao sul do Mondego, a fronteira cristã recuou quási ininterruptamente. Santarém, conquistada por Afonso VI em 1093, cai de novo em poder dos muçulmanos em 1111, depois da derrota cristã de Vatalandi no ano anterior.

Nêste degladiar das pretensões de Compostela e Braga, intercala-se mais um episódio da luta secular de Braga contra o Pri-



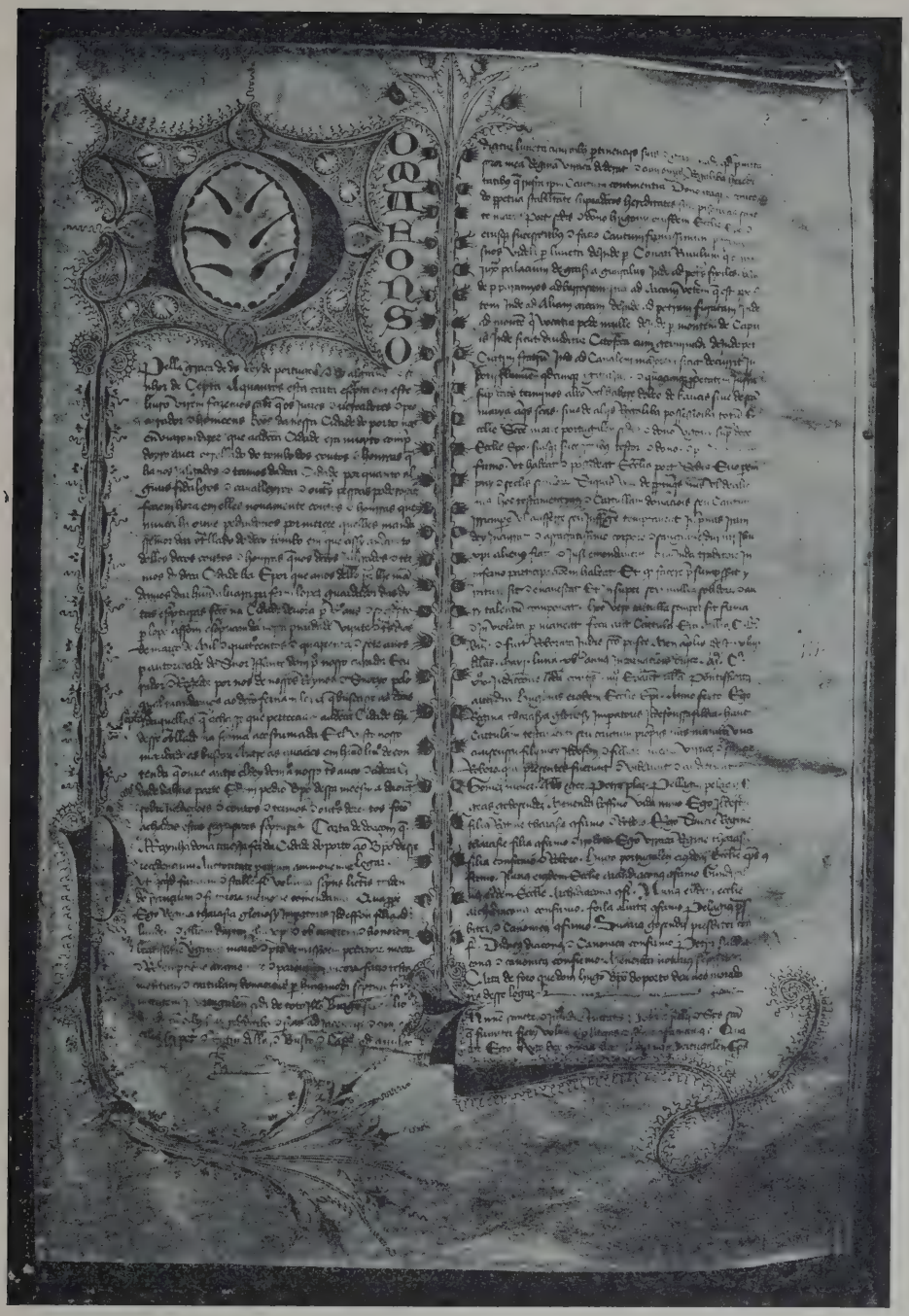
Sinal de D. Teresa

mado de Toledo. Maurício consegue nêste lance um triunfo: é elevado a arcebispo e isento da jurisdição de Toledo (Dezembro de 1114), mantendo-se o *statu quo,* resultante disto, durante trinta anos.

Sincrònicamente com êste triunfo, urdia Gelmirez a célebre irmandade ou coligação dos sufragâneos de Braga, apoiada por Toledo, e em que entrou o bispo Gonçalo de Coímbra; o sínodo respectivo sancionou o esbulho da dignidade metropolitana de Braga em favor de Compostela, mas o papa não confirmou a acta sinodal, de que o bispo Hugo, do Pôrto, fôra

Cópia da doação do burgo do Pôrto ao bispo D. Hugo, feita por D. Tereza.

(Arquivo da Câmara Municipal do Pôrto).



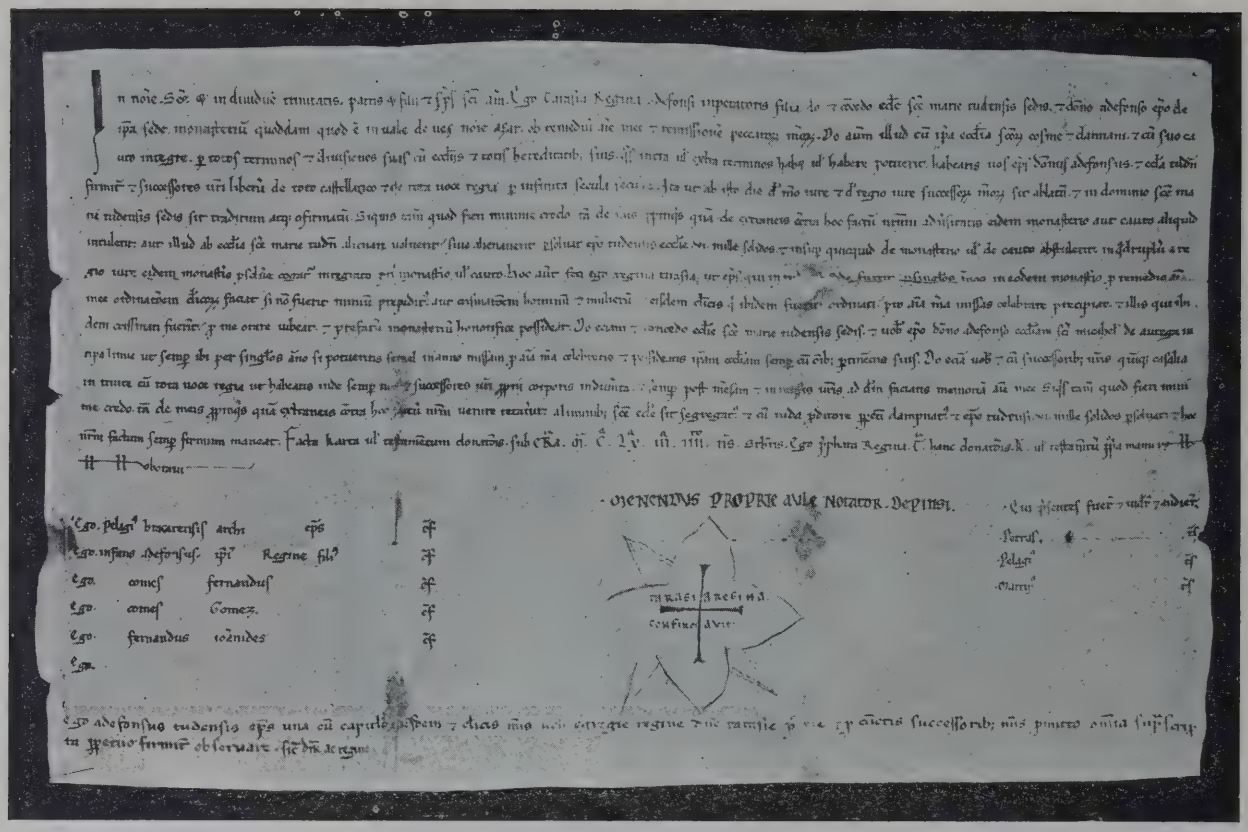
(Cl. E. Cerdeira)

Cópia da doação do burgo do Pôrto ao bispo D. Hugo, feita por D. Teresa em 1120

(Arquivo da Câmara Municipal do Pôrto)

A doação do burgo do Pôrto ao bispo D. Hugo é o primeiro dos documentos transcritos no *Livro Grande* do arquivo da Câmara Municipal do Pôrto. Êste livro é constituído por uma certidão de todos os documentos então interessantes para o concelho do Pôrto, a qual foi passada por Fernão Lopes, o célebre cronista, também guarda-mór do arquivo régio («guardador das dytas escripturas»). Ao fundo da página vê-se a rúbrica de Fernão Lopes. O *Livro Grande* abre pelo seguinte preâmbulo, que com a doação, se encontra na página reproduzida:

DOM AFONSO Pella graça de deus Rey de portugal e do algarue e senhor de Cepta A quantos esta carta escripta em este liuro virem fazemos saber que os juizes e uereadores e procurador e homeens bõos da nossa Cidade do porto nos enviaron dizer que aa dicta Cidade era muyto compridoyro auer o trellado do tombo dos coutos e honrras que ha nos julgados e termos da dicta Cidade por quanto algũus fidalgos e caualleyros e outras pessoas poderosas fazem hora em elles nouamente coutos e honrras que nunca hi ouue pedindonos por merçee que lhes mondassemos dar o trellado do dicto tombo em que assy andam todollos dictos coutos e honrras que nos dictos julgados e termos da dicta Cidade ha E por que a nos dello praz lhe mãdamos dar hũu aluara pera fernam lopez guardador das dytas escripturas fecto na Cidade deuora per Rodrigo anes e soescripto per lopo afomso escripuam da nossa puridade vynte e tres dias de março de Mil e quatrocentos e quareenta e sete anos per autoridade do Senhor jffante dom pedro nosso curador E curador e regedor por nos de nossos Reynos e Senhoryo pelo qual mandamos ao dicto fernam lopez que buscasse as dictas scripturas daquellas que perteeciam aa dicta Cidade lhe desse o trellado na forma acostumada E el visto nosso mandado as buscou Antre as quaaes em hũu liuro de contenda que ouue antre elRey dom afonso nosso tresauoo e a dicta Cidade da hũa parte E dom pedro Bispo dessa meesma da outra sobre jurdiçõoes e coutos e termos e outros dereytos forom achadas estas seguintes scripturas».



(*Cl. E. Cerdeira*)

DOAÇÃO DO MOSTEIRO DE AZERE AO BISPO DE TUI, AFONSO, FEITA POR D. TERESA EM 1125

(Arquivo Distrital de Braga)

portador. Maurício, que regressava de Roma, vencedor em Toledo e vencido em Compostela, retrocede e não volta a Portugal.

A ausência do arcebispo contribui para expor Braga aos ataques dos seus inimigos. Numa contestação de limites, o bispo Hugo alcança uma compensação sôbre a diocese de Braga e a sua isenção desta metrópole. Com documentos falsos, difíceis de verificar em Roma, faz-se adjudicar ali parte da diocese de Coímbra. O bispo Gonçalo de Coímbra, acudindo à cidade dos papas, faz reacender o velho pleito sôbre se o seu bispado dependia de Mérida-Toledo ou de Braga. Esta questão tinha importância fundamental para nós, dado que Coímbra era, por assim dizer, ao sul, o pôsto avançado cristão contra os muçulmanos.

Pascoal sempre se mostrara favorável a Braga, mas a *Divisio Wambae,* sôbre que então chamaram a sua atenção, depunha contra os direitos bracarenses. O papa, indeciso, manda estudar a questão. O cardeal Boso, o primeiro cardeal vindo ao nosso país, passa em Santiago, pousa em Braga, mas deixa a solução do problema ao concílio que, em Fevereiro de 1117, reüniu em Burgos. O concílio decide-se contra Braga, a favor de Toledo. Na contenda de limites da diocese do Pôrto com as de Coímbra e Braga, Hugo é compensado à custa de Braga, mantendo-se a integridade de Coímbra.

Ao passo que decorriam êstes factos, Maurício coroava em S. Pedro de Roma (Março de 1117) Henrique V; um ano depois ascendia ao sólio pontifício.

Gelmirez estava de atalaia. Na ausência de Maurício, procurou transferir para a sua Sé os direitos metropolitanos de Braga. A missão enviada a Gelásio II malogrou-se, porém, acidentalmente. Renovando, no ano seguinte, as suas diligências com Calixto II, e vendo-se frustrado no seu objectivo, pela recusa do pontífice, teve de contentar-se com os direitos de Mérida, e êstes restringidos quanto

à duração, mas trazendo-lhe a compensação de Coímbra, sufragânea da velha Emérita, ainda em terra de infiéis.

Assim, em 1118, as dioceses de Braga, Pôrto e Coímbra não tinham órgãos que as ligassem; a obra de S. Geraldo e do conde Henrique estava de facto destruída. O conde morrêra em 1114, segundo Herculado; ou em 1112, segundo João Pedro Ribeiro, com quem concorda Erdmann. Nesta última hipótese, tinham bastado seis anos para o aniquilamento quási completo da obra do borgonhês, que sempre proseguira no seu propósito de elevar o condado a reino independente, tornando-se bem manifesto êste propósito na sua política eclesiástica.

(*Cl. E. Cerdeira*)

Túmulo de D. Teresa

(Sé de Braga)

Ao passo que Maurício ocupava o sólio pontifício em Roma, os papas legítimos, Gelásio II e Calixto II, tinham estado exilados, sucessivamente, em França. Portugal acompanhou o papa legítimo; êste mandou eleger bispo para Braga, sendo o novo titular Paio Mendes, dos senhores da Maia, e irmão do Lidador. Sagrou o novo antístite o arcebispo Bernardo de Toledo.

Paio Mendés e Diogo Gelmirez enviam missões a Roma. O primeiro triunfa e o compostelano não alcança os seus objectivos. A Braga são restituídas as dioceses sufragâneas, incluindo Pôrto e Coímbra (1121); mas Calixto, no entanto, ressalva ao mesmo tempo os privilégios do Pôrto e Compostela, o que leva Erdmann a dizer que não era a primeira vez que um papa resolvia o mesmo assunto, no mesmo diploma, por duas formas opostas.

A decadência da igreja portuguesa, representada nas vicissitudes da sua metrópole, faz-se sentir em todo o govêrno de Tereza. A época é julgada pelos que melhor a conhecem como uma das mais obscuras e complicadas da história da Península. Ao jôgo das ambições vem sobrepor-se o das rivalidades e ódios pessoais. De-certo a política do tempo assentou muitas vezes em móveis ainda para nós desconhecidos. Teresa não seguiu um plano de política eclesiástica coerente e definido, como fôra o do conde Henrique. Se não hostilizou determinadamente a Igreja, também nada prova que buscasse a sua colaboração. A prisão do arcebispo de Braga, Paio Mendes, em 1122, quaisquer que fôssem os motivos que nela influíram, demonstra que entre o poder civil e o eclesiástico as relações nada tinham de cordeais. O interdito lançado pelo concílio de Sahagun, na segunda legacia de Boso, coincidiu com a rutura de relações entre Urraca

e Gelmirez. Êste, em 1124, é feito metropolita e arcebispo. Uma tal situação inspirou receio a Gonçalo de Coímbra que, nos dissídios latentes ou patentes que separavam Compostela e Toledo, se colocou abertamente do lado desta última diocese. Em 1125, Gonçalo fortalece a sua situação em Roma, obtendo um privilégio de Honório II para a sua Sé (1 de Fevereiro de 1125). Em 1126 alia-se a Raimundo — novo arcebispo de Toledo — contra Santiago.

em 1122, do bispo de Braga, Paio Mendes, ordenada por D. Teresa, pois todos os membros da família dos Mendes da Maia, a que também pertencia Paio Mendes, foram depois os mais fervorosos partidários de Afonso Henriques na luta contra D. Teresa.

Em 1127, Afonso VII invade o território portucalense para impor a sua autoridade, já então frouxamente reconhecida. Herculano localiza nesta campanha o feito de Egas Moniz, feito que, transmitido de geração em gera-

(*Cl. E. Cerdeira*)

O CASTELO DE GUIMARÃES E A IGREJA DE S. MIGUEL, ONDE, SEGUNDO A TRADIÇÃO, FOI BAPTIZADO AFONSO HENRIQUES

A situação da igreja portuguesa era cada vez mais caótica. Avizinhava-se, porém, a hora em que o govêrno do condado ia ser entregue a mãos bem vigorosas, as do filho de D. Teresa, o moço Afonso Henriques.

Em 1125, apenas com 14 anos de idade, Afonso Henriques armava-se cavaleiro a si próprio, acto que só os reis costumavam praticar.

Já neste ano lavraria surdamente a revolta dos barões portucalenses que não viam com bons olhos o ascendente que no govêrno do condado tomara o conde galego Fernando Peres, valido de D. Teresa. Herculano julga mesmo que um primeiro rebate dêste estado de espírito teria sido o causador da prisão, ção, fez daquele ilustre portucalense o símbolo da honra e da lealdade. Localizando-o assim, considera já existentes os primeiros levantamentos dos partidários de Afonso Henriques: «Os historiadores modernos, escreve Herculano, supõem que foi ùnicamente em 1128 que as discórdias entre D. Tereza e seu filho chegaram a declarada ruptura. Nós persuadimo-nos de que as primeiras tentativas de rebelião começaram um ano antes e de que a narração das crónicas do século XVI, hoje com razão excluídas do número das legítimas fontes históricas, póde não se afastar absolutamente da verdade nesta parte. Em tal pressuposto, eis, segundo a nossa opinião, como devia passar o sucesso. As terras de

(*Cl. E. Cerdeira*)

IGREJA DE S. MIGUEL

ASPECTO EXTERIOR

Na sua marcha victoriosa o rei de Leão, rendidos outros castelos e povoações, pôs sítio a Guimarães; porque ao príncipe não importava por certo se era sua tia ou seu primo que regia Portugal; importava-lhe que esta província reconhecesse a sua autoridade suprema. Depois de alguma resistência, vendo que as suas fôrças não bastavam para repelir os cercadores, os barões e cavaleiros encerrados nos muros de Guimarães declararam em nome do moço Afonso que

Portugal em que dominavam ou influiam os parciais de Afonso Henriques começaram a rebelar-se nos princípios de 1127. Entre elas Guimarães, a antiga côrte do conde Henrique, declarou-se pelo infante que aí se achava. A invasão de Afonso VII veiu então impedir ou antes adiar a guerra civil.

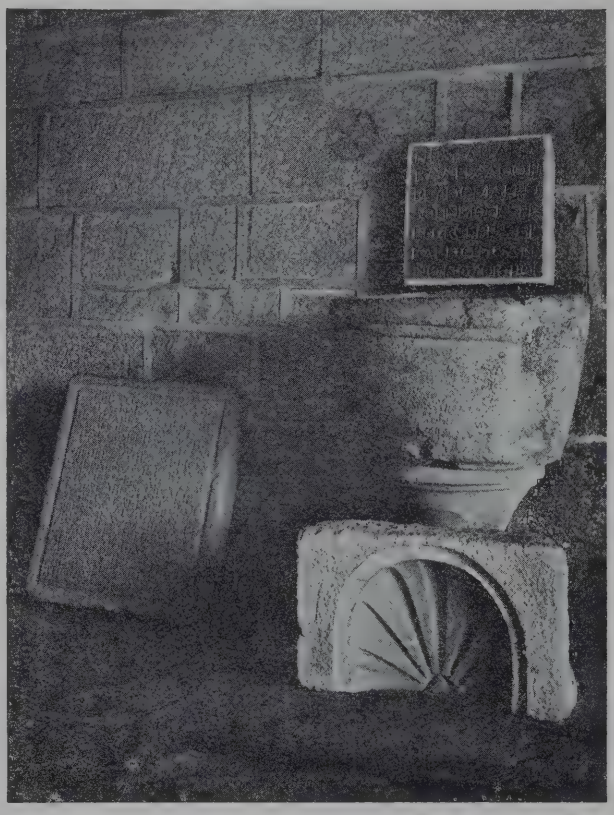
(*Cl. E. Cerdeira*)

IGREJA DE S. MIGUEL

ASPECTO INTERIOR

êle se consideraria de futuro vassalo da corôa leonesa. Egas Monís, poderoso fidalgo cujos senhorios se dilatavam pelas margens do alto Douro e que, talvez mais que nenhum, gosava a reputação de homem leal, ficou por fiador da promessa. O rei de Leão levantou o cêrco e, depois de reduzir à obediência D. Teresa, retirou-se para Galiza.

Quando, porém, os sucessos de 1128 entregaram Portugal nas mãos do filho do Conde Henrique, êle esqueceu as promessas de Guimarães, e com êle as esqueceram os barões portugueses. Só Egas Monís se lembrou do que jurara. Seguido de sua mulher e filhos, dirigiu-se à côrte do monarca e apresentando-se perante êle descalço e com uma corda ao pescoço, pediu para resgatar com a morte a sua palavra nunca traída. Era grande a cólera de Afonso VII; mas venceu-o aquela inaudita façanha de lealdade. Deixou-o partir solto e livre e, o que era mais para o nobre cavaleiro, sem a tacha de deslealdade».



(Cl. E. Cerdeira)

IGREJA DE S. MIGUEL

PIA BAPTISMAL QUE SERVIU, SEGUNDO A TRADIÇÃO, PARA O BAPTISMO DE AFONSO HENRIQUES

Nos primeiros meses de 1128, a situação política tornava-se cada vez mais grave; a divisão entre os barões portucalenses era irredutível. Afonso Henriques formava já um bloco bem nítido com os seus partidários.

Na doação do couto de Lapela ao bispo Paio Mendes, feita em 27 de Maio de 1128, pela qual o domínio episcopal ficava bastante alargado, Afonso Henriques ao mesmo tempo que antecipadamente pagava os serviços que ia dever àquele seu partidário, mostrava bem claramente a sua intenção de se apossar do poder.

O choque entre as duas fôrças tinha forçosamente de dar-se, e em breve. Teve logar, realmente, pouco depois, na batalha de S. Mamede, cujo desfecho foi favoravel a Afonso Henriques, e em que teve fim o govêrno de D. Teresa.

Êste famoso recontro, famoso principalmente pelas suas conseqüências, como pelas suas causas, chegou até nós, como tantos outros, tam intimamente entrelaçado de lendas e tradições que seria ainda hoje prematuro tentar descrevê-lo nos sens lances e episódios. Local, data, fases do combate, tudo isto está muito longe de apurado. Quem quizer formar perfeito juizo da insuficiência das fontes narrativas, bastará reler o que Herculano nos deixou a êste respeito e que se reduz a muito pouco. A batalha parece ter-se ferido junto dos muros do castelo de Guimarães e não em campos do vale de S. Torcato. Êste resultado deve-se ao conscienciosо investigador João de Meira que contribuiu com valiosos subsídios para a história de Guimarães.

Durte Galvão, de tam duvidável valor, fala-nos em Santidanhas, que Fernão Lopes chama Sam Redanhos (se é o mesmo logar) e põe a uma meia légua de distância de Guimarães, no passo em que refere a tomada desta cidade por D. João I, mas com qualquer destas duas formas, ou com a de Santilhanas, que é a de Galvão na crónica impressa, é certo que João de Meira declarou desconhecer esta palavra. Que relação pode ela ter com S. Mamede?

Quanto à data, a *Crónica dos Godos* fala-nos na festa de S. João de 1128, como o dia do recontro. Não é isto uma prova bastante.

(Cl. Dr. Torcato de Sousa Soares)

FRAGMENTO DO TÚMULO DE EGAS MONÍS, NO MOSTEIRO DE PAÇO DE SOUSA

Os episódios da acção ainda são mais flutuantes e indeterminados ou indecisos. É ainda Galvão quem nos pinta a fuga do Infante e de grande parte dos seus homens, depois da primeira investida com o inimigo. Mas Egas Monís intervem, reconduz o infante ao logar da peleja e a derrota transforma-se em vitória. Foi esta a versão que os *Lusíadas* inscreveram numa estância do VIII canto.

A narrativa que Herculano apresenta no *Bobo,* despida de enfeites literários, dá-nos uma distribuïção conjectural dos partidos em luta e dos seus elementos constitutivos. Os monges seguem o partido do infante; o castelo cai por traição nas mãos dos partidários de Afonso Henriques; o burgo parece esperar a hora própria para se pronunciar pelo mais forte. Com o infante está a beetria de Gontingem e grande parte de Entre-Douro-e Minho com a gente do arcebispo que era Paio Mendes, irmão do Lidador, que foi, feito o desconto dos tempos e das circunstâncias, o Nun'Alvares do jovem infante.

O que sabemos, e que de-veras importa, é que o partido estrangeiro, o partido de Fernando Peres e de D. Teresa, onde enxameavam galegos e aragoneses, sendo até desta nacionalidade o alferes-mor das hostes da infanta, foi completamente derrotado; que esta e Fernanco Peres tiveram de internar-se na Galiza; que a destronada Teresa por lá morreu dois anos depois; que o valido ainda voltou a Portugal mais que uma vez talvez em som de paz, talvez como conspirador; e que, regressado à Galiza, mais de uma vez se defrontou com as hostes de Afonso Henriques, como partidário de Afonso Raimudes, depois Afonso VII, pupilo de Pedro Froilaz, pai do expulso favorito.

As causas da batalha depreendem-se de toda a nossa exposição.

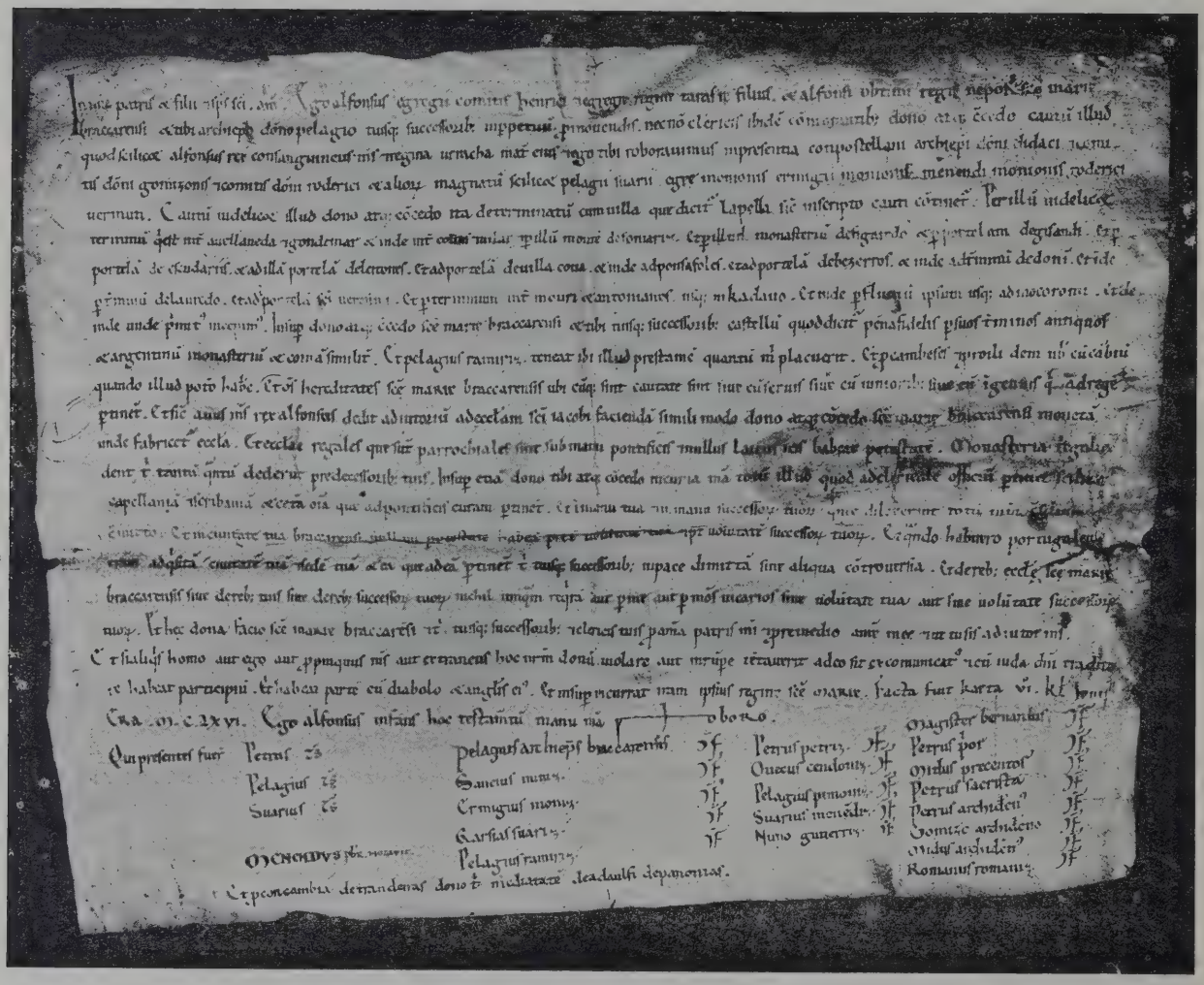
A importância da vitória tem sido diversamente aquilatada. Um grande número de escritores vai até afirmar que a perda da batalha de S. Mamede pelo infante representaria a perda sem remissão da causa nacional. E é do que inteiramente discordamos. Em todo o processo histórico que temos acompanhado até aqui, e prossegue no reinado do nosso primeiro monarca até a bula de Alexandre III, a causa da independência nacional afirma-se, digamo-lo assim, numa curva ascendente, apenas entrecortada por um ou outro episódio regressivo.

Tudo convergia para o resultado que a final se vem a atingir mais tarde. O termo de um processo, ou o seu início resultam sempre de causas muito complexas. No nosso modo de ver, o combate de S. Mamede não impediria o triunfo final da causa portuguesa se o seu resultado tivesse sido desastroso. De facto, nós achamo-nos aqui em presença de duas concepções históricas, mais ainda do que em frente de simples factos, por mais expressivos que sejam, e, tendo de escolher, nós iremos antes com os partidários das causas gerais, do que com os partidários do acaso, do acidente decisivo, das pequenas causas. Quem, para nós, representa neste debate a justa proporção entre o necessário e o fortuito na história é Fustel de Coulanges. Os assassinos de César supunham que a morte de um homem modificaria a face da história. Ora os

factos trouxeram um cruel desmentido a tal previsão: a morte de um homem, mesmo de um Júlio César, foi um simples adidente, e o império, veiu a realizar-se, logo, com Augusto. O mais que se pode conceder é que o império de Júlio César não seria precisamente o império de Augusto. Em termos tam precisos quanto era possível, o autor da *Cité Antique* diz-nos assim o que na história pertence ao inelutável e o que pertence ao episódico.

É êste modo de ver que nós aplicamos, ao julgar nos seus efeitos mediatos e imediatos a batalha de S. Mamede.

Para condensar o nosso pensamento, diremos que a vitória de S. Mamede foi um episódio que acelerou o advento do estado português, com mais eficácia do que um malôgro o teria retardado.



(Cl. E. Cerdeira)

DOAÇÃO DO COUTO DE LAPELA AO ARCEBISPO DE BRAGA PAIO MENDES, FEITA POR AFONSO HENRIQUES EM 27 DE MAIO DE 1128

(Arquivo Distrital de Braga)

CORRIGENDA

E

ÍNDICES

CORRIGENDA

A figura do indígena australiano que está atirando o *bumerang* (1.º tempo), a páginas 82, deve ser substituída pela da página 83 (2.º tempo) e vice-versa.

*

A figura da página 117 com a legenda Sepultura neolítica da Quinta das Lages (Ota), saíu invertida em alguns exemplares.

*

No texto devem ser feitas as seguintes correcções:

Página	Coluna	Linha	Onde se lê	Leia-se
38	—	—	Claustro de N. S.ª da Encarnação	Galilé de N. S.ª da Encarnação
43	—	—	Torres Vedras	Tôrres Novas
48	1.ª	12.ª	A temperatura decresce de norte para sul	A temperatura decresce do sul para o norte
63	1.ª	2.ª	Cártago	Cartago
76	—	—	Pedrogão	Pedrógão
96	—	—	Aólitos de Ota (mioceno lacustre)	Eólitos de Ota (mioceno lacustre)
124	—	—	Planta duma cista, de Odemira (Algarve)	Planta duma cista, de Odemira (Alentejo)
141	1.ª	15.ª	Cintra	Sintra
153	2.ª	4.ª	extranha	estranha
163	1.ª	35.ª	extrangeiro	estrangeiro
164	—	—	Areas	Áreas
166	1.ª	3.ª	Isídoro	Isidoro
170	2.ª	39.ª	extranha	estranha
172	2.ª	23.ª	silenciosos	silenciosas

Página	Coluna	Linha	Onde se lê	Leia-se
175	2.ª	17.ª	fíbula anular ibérica	fíbula itálica
182	2.ª	35.ª	ela	êle
183	1.ª	11.ª	Extremadura	Estremadura
184-185	—	—	Colares e outros adornos	Colar e outros adornos
186	2.ª	11.ª	desvastações	devastações
187	1.ª	6.ª	desvastações	devastações
194	—	—	Arcos de Val-de-Vês	Arcos de Valdevez
214	1.ª	16.ª	através	— através
214	1.ª	19.ª	étnica — ,	étnica —
223	—	—	*Galeria Ulffizi*	*Galeria Uffisi*
227	2.ª	33.ª	e os outros	, e outros
228	2.ª	15.ª	terrasa os	terras aos
235	1.ª	18.ª	Marquard	Marquardt
242	2.ª	50.ª	de Branca	das Brancas
243	2.ª	22.ª	Senhora da Cruz	Senhora da Luz
243	2.ª	37.ª	Seixo ?	Selho — Tomar ?
247	1.ª	8.ª	antigo culto	antigo
251	1.ª	8.ª	*flamen caudicarius*	*caudicarius flamen*
257	1.ª	32.ª	com insígnias,	com insígnias
272	2.ª	2.ª	do Ceres	de Ceres
274	1.ª	31.ª	em 1576	em 1571
366	1.ª	4.ª	última combinação	última a combinação
371	2.ª	5.ª	e Bréhier modelos do Diehl e	e Bréhier e Diehl modelos do
380	2.ª	6.ª	o 2.º é	o 3.º é
383	2.ª	17.ª	do conjunto	no conjunto
384	2.ª	39.ª	*Depositio Domini*	*Depositio Dominii*
384	—	—	Mosteiro de Chaves	Mosteiro de Chelas
385	2.ª	27.ª	conservam pedras	conservavam pedras
386	1.ª	7.ª	lápide de Sintígio	lápide de Sinticio
428	—	—	*dirreme*	*direme*
429	—	—	*dirreme*	*direme*
431	1.ª	10.ª	assim como a música das *Cantigas*	assim como na música árabe, a música das *Cantigas*
442	—	—	S. Andres de Farbe	S. Andrés de Tarbe
450	2.ª	2.ª	mandado de dominadores	mudado de dominadores
486	—	—	Aspecto do lado do Poente	Aspecto do lado do Nascente

Além destas correcções outras há de carácter ortográfico, de somenos importância, que por desnecessário se não mencionam.

COLOCAÇÃO DE ESTAMPAS

	Págs.
A primeira tarde portuguesa	8 9
Carta orográfica de Portugal	24-25
Pintura esquemática policroma no esteio dum dolmen de Côta	136-137
Colar e outros adornos (Fonte Velha de Bensafrim)	184-185
Mosaicos romanos	284-285
Ampula luso-romana	288 289
Reinos bárbaros no séc. v	316-317
Coroa de Recesvinto	388-389
Domínio dos árabes	394-395
Esmalte medieval	460-461
Doação do burgo do Pôrto ao bispo D. Hugo	496 497

ÍNDICE DAS GRAVURAS

	Págs.
O Norte do Marão coberto de neve	18
Subúrbios do Marão	19
Silhueta do Marão	19
Uma encosta do Marão	19
A Serra do Marão vista de Candemil	20
Um imponente aspecto da Serra do Marão	21
Gerez — A Curva da Morte	22
Serra do Gerez — Local do Novo Observatório	23
Serra do Gerez — Pedra Bela	23
Gerez — Pontão da Figueira	24
Gerez — Cascata das Caldas	24
Cascata do Poço Verde	25
Açude do Poço Verde	25
Um açude no Rio Gerez	25
Moínho do Rio Gerez	26
Um trecho do Rio Gerez	26
Margens do Rio Gerez	27
Gerez — Pontes Nova e Velha sôbre o Rio Caldo	28
Um aspecto da Serra do Caramulo	28
Aspectos da Serra da Guardunha	29
Serra da Estrêla — Lagôa Comprida	30
» » » — Lagôa Escura	30
» » » — Desfiladeiro dos Cântaros	31
» » » — O Cântaro Magro	31
» » » — Interior do Poço do Inferno	32
» » » — Lagôa da Paixão	32
» » » — Cabeça da Velha	33
» » » — Fragão do Elefante	34
» » » — Cabeça do Velho	34
« « « — Rebanho	35
Serra da Estrêla — Conduzindo o rebanho	35
Guimarães — Monte da Penha	36
Mafra — Negrais	36
Vimioso — Jazigos de mármore e alabastro	37
Morro do Castelo de Leiria visto da Galilé de N. S.ª da Encarnação	38
O morro do Castelo de Leiria	39
A Veiga de Chaves	40
Outro aspecto da Veiga de Chaves	40
Vários aspectos de Vouzela	41
Braga — Moínho do Rio Este	42
Golegã — Manada de touros bravos	42
Santarém — Ponte da Assêca	43
Tôrres Novas — Margens do Almonda	43
Santarém — Sítio da Tapada	43
O Rio Minho em Valença	44
O Rio Lima em Ponte do Lima	44
O Rio Lima em Ponte da Barca	44
Gerez — Ponte da Misarela no Rio Rabagão	45
Gerez — Ponte Feia sôbre o Rio Homem	46
O Rio Cávado nos arredores de Barcelos	47
Um aspecto do Rio Tâmega em Amarante	48
O Rio Douro em Miranda	49
Barco Rabêlo	50
O Douro banhando o Pôrto e Gaia	51
O Rio Douro observado da Rêde	52
O Douro em Arêgos	52
O Douro no Pôrto, junto à Ponte Maria Pia	52
Rio Douro — O cachão da Valeira	53
O Douro na Régua	53
O Douro no Ferrão (a montante)	54

Págs.

O Douro no Ferrão (a jusante) 54
Veado (Gerez) 55
Águia Real (Gerez) 55
Foz do Rio Sabôr 56
Vila Real — Ponte sôbre o Rio Corgo . . 57
» » — Um aspecto do Corgo . . . 57
O Rio Vouga no logar do Pessegueiro . . 58
O Vouga em S. Pedro do Sul 58
O Vouga junto à Ponte do Pessegueiro . . 58
Aveiro — Pescadores cosinhando a caldeirada. 59
» — Um interessante trecho da Ria . . 59
» — Barcos Moliceiros 60
» — Bateira Mercantel 60
» — A Ria no Canal das Pirâmides . . 60
» — Um trecho da Ria à saída da cidade 60
» — A Ria atravessando a cidade . . 61
» — Ria (ao pôr do sol) 61
» — Uma margem da Ria 62
» — Marinhas 62
» — Um trecho da cidade, Canal das Pirâmides, marinhas e montes de Sal . . 62
Uma ponte pitoresca sôbre o Mondego . . 63
O Mondego na Ponte dos Juncais (Fornos de Algodres) 63
O Rio Mondego junto ao Choupal . . . 64
O Mondego na região granítica (Penacova) . 65
O Mondego na sua secção terminal . . . 65
O Rio Mondego em Coímbra 66
Coímbra — Um aspecto do Choupal . . . 66
Outro aspecto do Choupal 66
O Rio Zézere (próximo de Manteigas) . . 67
O Zézere junto à ponte do Cabril . . . 67
O Rio Tejo banhando Lisboa 68
Três aspectos do Rio Tejo nas portas de Ródão 69
S. Pedro do Sul 70
Margens do Nabão em Tomar 70
Rio Sado — Tarde de bonança 71
» » — Tarde de borrasca 71
Nazaré 72
Setúbal — Praia de Maria Esguelha . . . 72
Portimão — Praia de João de Arens: Beijos dos Ursos. 73
» — Praia de João de Arens: Uma gruta 73
» — Praia de João de Arens: Cabeça de Leão 74
» — O «Fantasma» na Praia das Mesas 74
» — Praia central de João de Arens . 74
Buçaco — Um trecho da arborização . . . 75
» — Um aspecto geral da mata. . . 75
» — Fonte Fria 75
Pedrógão Grande — Uma carvalheira secular. 76
Bumerangs australianos 81
Indígena australiano atirando o *bumerang* (1.º tempo) 82
Indígena australiano atirando o *bumerang* (2.º tempo) 83
Extensão glaciária durante o período pleistoceno 84

Págs.

Perfil da Península Ibérica, no sentido N. — S., com indicação do nível das neves permanentes 85
Perfil da Península Ibérica, no sentido W. — E., com indicação do nível das neves permanentes 85
Serra da Estrêla — Vale do Zézere (Moreia do Apertado) 86
Neves da Serra da Estrêla (próximo da Lagôa Comprida) 86
A Serra da Estrêla, vista de Melo . . . 87
O Mamute *(Elephas primigenius)* . . . 88
Esqueleto das patas do Mamute 89
Maxilar do Mamute 90
Um dente do Mamute 90
O urso das cavernas 91
Crânio do urso das cavernas 92
A rena 93
Eólitos de Ota 96
Objectos típicos da era paleolítica . . . 97
Bisonte pintado da caverna de Altamira . . 98
Arte quaternária espanhola: A caçada de um javalí 99
Pintura quaternária da Cueva de la Vieja (Alpera): Scena de caça 100
Um crânio de Neanderthal comparado com um crânio moderno 101
Um antepassado fóssil do Cavalo: o *Hipparion* (Terciário superior) 102
Instrumentos paleolíticos (Campolide) . . 103
» » (Casal do Monte) . 104
» » (Monsanto) . . 104
Estatueta feminina de marfim da Gruta de Lespugne (França) 105
Aspecto do Cabeço da Arruda, do lado ocidental (Muge) 108
Aspecto do Cabeço da Arruda, do lado sul (Muge) 109
Sílices pigmeus de formas geométricas, de Muge 110
Crânio feminino do Cabeço da Arruda *(Homo taganus)*. 111
Crânio masculino do Cabeço da Arruda *(Homo taganus)*. 112
Crânio masculino de Muge *(protobraquicefalo)* 113
Picos asturienses de Âncora 114
Instrumentos asturienses de Âncora . . . 115
Sepultura neolítica da Quinta das Lages (Ota) 117
Sílices pigmeus trapezoidais da Quinta das Lages (ligeiramente reduzidos) 117
Gruta artificial de Palmela 118
Restos dum dolmen simples de Lixa de Alvão (Vila Pouca de Aguiar) 119
Restos dum dolmen de Chã das Arcas (Carrazedo de Alvão) 119
Restos dum dolmen de Carrazedo de Alvão . 120
Outro aspecto dos restos dum dolmen de Carrazedo de Alvão 120
Dolmen de Penafiel 121
Monumento alcalarense do Algarve . . . 121
Planta dum dolmen simples de Lixa de Alvão 122

PÁGS.

Planta do dolmen I de Chã das Arcas (Carrazedo de Alvão) 122
Planta do dolmen IV de Chã das Arcas (Carrazedo de Alvão). 123
Plantas de dolmens de Pavia (Alentejo) com corredor desenvolvido 123
Planta da galeria coberta de Nora (Algarve). 124
Planta duma cista de Odemira (Alentejo). . 124
Furador de ôsso de proveniência ignorada . 124
Agulhas e furadores de ôsso do Outeiro de S. Mamede 125
Agulhas e furadores de ôsso do Outeiro de S. Mamede 125
Machados votivos 126
Vários exemplares portugueses de machados de pedra polina 126
Pontas de flecha de sílex do Castro de Ota . 126
Pontas de flexa de sílex de Alcalar (Algarve) 127
Canivetes de sílex do Castro de Ota. . . . 127
Vaso campaniforme e fragmento dum grande vaso da caverna dos Refugidos (Alenquer) 127
Vasos campaniformes de Palmela com decorações incisas 128
Fragmentos de cerâmica do castro da Penha (Guimarães) com decorações incisas análogas às da cerâmica eneolítica 128
Peça cerâmica de Los Millares com sois estilizados 129
Peça de cerâmica de Los Millares com sois ou olhos e cervos estilizados 129
Ídolo-placa da gruta da Galinha (Alcanena) . 129
Ídolo-placa de Vale de Cavalos (Alpiarça) . 129
Ídolo-placa de xisto, em báculo, da Casa da Moura 130
Ídolo-cilíndrico em calcáreo, sem ornatos, da gruta dos Refugidos (Alenquer) . . . 130
Ídolos-cilíddricos de Palmela e de Folha das Barradas. 130
Ídolos-cilíndricos da Serra das Mutelas e de Barro 130
Estela da Esperança (Arronches) com estilização do rosto humano. 131
Pintura dum esteio no dolmen de Baltar . . 132
Pintura num esteio do dolmen de Baltar . . 132
Objectos de pedra dum dolmen de Carrazedo de Alvão e Capeludos 133
Inscrição de Carrazedo de Alvão num fragmento de cerâmica 135
Desenho da inscrição de Alvão da gravura anterior 135
Quadros comparativos entre pinturas rupestres de Espanha representando esquemas da figura humana, e (à direita em cada quadro) as pinturas dos calhaus de Mas-d' Azil (M. d'A.) 136
Crânio de Cesareda. 138
Punhal de sílex com pedúnculo 140
Planta de Tróia 142
Adaga de cobre da cista da Quinta da Água Branca 143

PÁGS.

Diadema de Ouro da cista da Quinta da Agua Branca 143
Artefactos de bronze (Freguesia do Carvalhal, concelho de Bombarral) 144
Artefactos de bronze do castro de Rotura . 144
Cerâmica de sepulturas de Alpiarça, talvez da idade do bronze 145
Cerâmica de sepulturas de Alpiarça, talvez da idade do bronze 147
Diversos tipos de machados de bronze portugueses 149
Lage insculturada de Panóias (Ourique). . . 151
Lage insculturada da Defeza (Santiago de Cacém). 151
Sinais alfabetiformes gravados num ôsso madalenense de Placard (Charente, França) . 156
Colares de contas esmaltadas de Fonte Velha de Bensafrim, Algarve (Segunda idade do ferro) origem púnica 160
Vaso grego da necrópole de Alcácer do Sal . 160
Esbôço de uma carta etnológica da Península no meio do primeiro milénio antes de Cristo 161
Áreas e roteiros culturais na segunda idade do ferro na Península 164
O quadro etnológico da Península a partir do séc. III antes de Cristo 166
Javali cultual de bronze (Cabo de S. Vicente) 167
Touro cultual de bronze (Cabo de S. Vicente) 168
Fragmento de cerâmica, com ornatos incisos, do castro pre-romano de Sabroso . . . 169
Cerâmica incisa da «Cividade» de Bagunte . 169
Objecto lítico do castro de Monte Redondo, semelhantes aos símbolos estelares ou solares de Alvão. 171
Armas da necrópole post-hallstática de Alcácer do Sal 174
Fíbulas, agulhas, alfinetes e pregos da «cividade» de Terroso (Póvoa de Varzim) . . 175
Animais pintados em vasos gregos e ibéricos. 176
Cabeças de cavalo pintadas em vasos gregos e ibéricos 177
A Dama de Elche, do Museu do Louvre. . . 178
Askos ou Biberon de Tôrre de Ares, Algarve 179
Estátua de Guerreiro calaico-lusitano de Montalegre 180
Estátua de Guerreiro calaico-lusitano de Montalegre 180
Aspectos das ruínas da Citânia de Briteiros . 181
Outro aspecto da Citânia de Briteiros . . 182
Busto dum guerreiro calaico-lusitano. . . 184
Moeda com caracteres indígenas, de Salácia (Alcácer do Sal) 184
Moeda com caracteres indígenas e latinos de Salácia 184
Cerâmica do castro de Santa Tecla, Galiza, com ornatos estampados derivados de palmípedes 186
Cerâmica ornamentada da Citânia de Briteiros 187
Cerâmica ornamentada da Cidade Velha de Santa Luzia 187

		Págs.
Fragmento de cerâmica castreja com relevos e pontuações, de Perre	188	
Aspecto da Citânia de Briteiros	189	
Tentativa de reconstrução de casas circulares da Citânia de Briteiros	189	
Parede no Castro de Arados, com a disposição arquitectónica característica	190	
Arrecada de ouro, inédita, de Sabrosa (idade do ferro)	190	
Escudo (cetra) e túnica, ornamentados, dum fragmento duma estátua de guerreiro calaico-lusitano	191	
Castro pre-romano do Monte do Castelo de Penafiel	191	
Petroglifo representando um guerreiro calaico-lusitano (Castelo de Penafiel)	192	
Figuras estampadas dum diadema de ouro de Rivadeo (Astúrias) existente no Louvre	192	
Decoração da entrada duma casa da cividade de Âncora	193	
A «Pedra Formosa» da Citânia de Briteiros	193	
Tríscelo insculpido em pedra do castro de Vilar, Aborim, Arcos de Valdevez	194	
Tetráscelo com cordão envolvente da cividade de Paderne (Monsão)	194	
Tetráscelo com cordão envolvente do castro de Monte Mósinho (Penafiel)	194	
Inscrição ibérica conservada em Lisboa	195	
Inscrição ibérica de S. Miguel de Pinheiro (Alentejo)	195	
Inscrição ibérica de Ourique	196	
Paralelo impressivo entre alguns sinais de Parada (Estrada, Pontevedra) e os de Alvão e ibéricos	198	
Ex-voto ibérico	199	
Ex-voto ibérico de bronze, de Despeñaperros	200	
«Berrões» de Portugal (Olival dos Berrões-Moncorvo)	201	
«Cidade Velha» de Santa Luzia (Viana do Castelo), um aspecto	203	
Cabrinha de bronze (Mértola)	206	
Cabrinha de bronze (Évora)	206	
Carta do teatro das guerras viriatinas (segundo Schulten)	207	
Cava de Viriato, em Vizeu — Parte da muralha	211	
Cava de Viriato — No início das escavações	211	
Cava de Viriato — «O Poço da Cava»	212	
Cava de Viriato — Parte superior da muralha	213	
Planta dos muros da Cava de Viriato	214	
Guerreiro ibérico orante, de Castelar de Santisteban	218	
Numância — Vista da cidade desenterrada, tirada de avião	219	
Numância — Rua ibérica cortada por um muro da cidade posterior, romana	219	
Numância — Peristilo duma casa ibero-romana	220	
Peças de cerâmica ibérica expostas no Museu Numantino	221	
Cepião Africano, o antigo	222	
Cepião, o destruïdor de Cartago e Numância	222	
Caio Mário	223	
Lúcio Cornélio Scilla	223	
Júlio César	224	
Pompeio	224	
Pompeio	225	
Augusto, jovem	226	
César Augusto, imperador	228	
Carta da Lusitânia romana com indicação de rios e povoações, e o traçado conjectural de algumas estradas segundo Hübner	230	
Vista geral de Mértola (Myrtilis)	231	
A esplanada do cêrro do «Castelo Velho», Santiago de Cacém (Antiga Meróbriga?)	232	
Ruínas de construções romanas da antiga Cetóbriga (Areal de Tróia, em frente de Setúbal)	233	
Ruínas de construções romanas da antiga Cetóbriga (Areal de Tróia, em frente de Setúbal)	234	
Um aspecto da muralha romana de Conímbriga (Condeixa-a-Velha)	235	
Anverso e reverso de algumas moedas autónomas do sul de Portugal	236	
Estátua romana de granito, outrora na barra do Douro	237	
Boneco de barro, «Togatus» aparecido em Beja no séc. XVIII	238	
Figurinha de barro envergando trajo popular aparecido em Beja no séc. XVIII	238	
Coluna vial sôbre a ponte romana de Chaves	239	
Marco miliário encontrado na Mealhada	239	
Coluna vial sôbre a ponte romana de Chaves, com a dedicatória ao imperador e os nomes das dez comunidades indígenas que contribuíram para a obra	240	
Cruzeiro na freguesia de Covide (Gerez) Miliário cristianizado	241	
Tronco duma estátua de Ceres (?), de Arraiolos	242	
Estátua de Prosérpina (?)	242	
Mercúrio	243	
Ara consagrada a Vénus, Santiago de Cacém	243	
Lucerna de bronze aparecida em Vila Nova de Famalicão	244	
Carranca de bronze	244	
Sileno do teatro romano de Lisboa	245	
Ara consagrada a um génio	245	
Ara consagrada aos Lares Pátrios	246	
Estatueta de bronze da Deusa Fortuna	246	
Cabeça giganteia de um imperador proveniente de Bobadela	247	
Pé duma estátua colossal de imperador?	247	
Mapa dos cultos indígenas (Época luso-romana)	248	
Cabeça do Deus Endovélico (?)	249	
Ara consagrada a Endovélico	249	
O prédio das lápides, na Travessa do Almada, às Pedras Negras, Lisboa	250	
Ara consagrada a Cybele, do prédio das lápides da Travessa do Almada, Lisboa	250	

Págs.		Págs.
	Baixo-relêvo com representação mitraica encontrada num «mithraeum» em Tróia (Cetóbriga)	
251	Lucerna romana encontrada em Cetóbriga	
251	Cipo colossal consagado aos Deuses Manes encontrado em Lisboa	
252	Monumento sepulcral cupiforme, alentejano	
253	Ara sepulcral	
254	Árula com inscrição grega, de Balsa	
255	Cupa funerária encontrada no recinto do antigo Castelo de Coímbra	
	Estela sepulcral de Ambatus	
256	Estela romana	
256	Ara com ornatos arcaicos	
256	Inscrição descoberta na cidade de Lamego	
257	Lápide funerária de Idanha-a-Velha conservada na povoação	
257	Lucernas sepulcrais romanas (Condeixa-a-Velha)	
	Lucerna romana (Tavira)	
258	Vidros sepulcrais romanos (Aljustrel)	
258	Estojo de cirurgião, encontrado numa sepultura romana de Tôrre de Ares	
258	Sepultura romana de incineração de Valadares	
	Sepultura romana de incineração (Formiga — Santiago de Cacém)	
	Arqueta cinerária encontrada nos alicerces da muralha de Coímbra	
259	Sarcófago do século III, proveniente de Alfazeirão	
260	Tampa de sarcófago encontrada em Chelas	
	Sarcófago romano encontrado em Reguengos	
260	Outro aspecto do sarcófago romano encontrado em Reguengos	
	Sarcófago romano, adornado de estrigiles, proveniente de Évora	
260	Templo romano de Évora (Séc. II-III)	
	Trecho do santuário romano de Santana do Campo (Arraiolos)	
260	A ruína da chamada Tôrre de Centum-Coeli (Belmonte)	
	Arco romano da Bobadela (Oliveira do Hospital)	
261	Arco romano transportado de Aramenha para Castelo de Vide (destruído)	
261	Planta do teatro de Mérida	
262	Planta do anfiteatro de Mérida	
	Proscénio do Teatro romano de Lisbòa, segundo gravura do livro de L. A. de Azevedo	
262	Cipo com a dedicatória do teatro romano de Lisboa	
	Vista geral da ponte sôbre o Tâmega, Chaves	
263	Trecho da ponte romana de Chaves	
265	Os primeiros arcos da ponte de Chaves, entaipados e aproveitados	
	Ponte romana de Alcântara, segundo um desenho inédito de Francisco de Olanda (século XVI)	
266	Inscrição da ponte de Alcântara, segundo um desenho inédito de Francisco de Olanda	
	Um aspecto da ponte romana de Vila Formosa, sôbre a ribeira de Seda	276
267	Outro aspecto da ponte romana de Vila Formosa	276
	Pilares da ponte romana de Myrtilis	277
268	Cêrca forte de Conímbriga — Tôrre e muralha da parte norte do recinto	278
	Botaréus ou contra-fortes da muralha romana de Conímbriga — lado do nascente	279
269	Arcada viaduto, em Condeixa-a-Velha	281
270	Mosaico do monte dos Fernandos	283
271	Mosaico do monte dos Fernandos	283
	Mosaico romano de Conímbriga (Condeixa-a-Velha)	283
272	Mosaico romano de Conímbriga (Condeixa-a-Velha)	284
272	Mosaico romano de Conímbriga (Condeixa-a-Velha)	284
273	Mosaico descoberto nos arredores de Elvas	285
274	Fragmento arquitectónico de Tróia	285
	Ânfora romana	286
274	Talha romana	286
	Lucerna de Salácia	287
	Taça de barro arretino da necrópole da Rouca (Alandroal)	287
275	Vaso jaspóide, encontrado nas ruínas de Milreu	287
	Anel, brinco e agulhas, da Tôrre de Ares	287
275	As duas faces da placa de mármore aparecida na Quinta da Tôrre de Ares — Algarve	288
	Balança romana de Mértola	289
276	Estatueta de bronze aparecida na Serra de Sintra	290
	Júlio César	297
276	Augusto	304
	Moedas de Arcádio, Honório e Teodósio	305
277	Nero	306
278	Marco Aurélio sacrificando	308
	Lucerna cristã	309
279	Moeda suevo-lusitana	315
281	Sepulturas abertas na rocha dos arredores de Vizeu	318
283	Lucerna visigótica (?)	320
283	Lucerna visigótica (?)	320
283	Lápide funerária do século VI	321
283	Lápide funerária do século VI de Reguengos	322
284	Lápide funerária do século VI de Évora	322
	Moeda de Leovegildo (anverso e reverso)	324
284	Moeda de Recáredo (anverso e reverso)	324
	Moeda de Viterico (anverso e reverso)	326
285	Moeda de Gondomaro (anverso e reverso)	326
285	Lápide funerária do tempo de Sisenando (século VII) de Alcácer do Sal	327
285	Moeda de Chindasvinto (anverso e reverso)	328
286	Moeda de Recesvinto (anverso e reverso)	328
286	Mapa da Galiza e Lusitânia (parte relativa a Portugal)	329
287	Moeda de Ervígio (anverso e reverso)	331
	Moeda de Égica » » »	331
287	Moeda de Égica e Vitiza (anverso e reverso)	332

Págs.

Aneis visigóticos 336
Jóias visigóticas: duas argolas de orelhas (?) dois aneis (Olhão); uma pulseira (Mértola) 337
Fivela visigótica 340
Fivela visigótica 340
Ornato de cinturão, visigótico 341
Ornato de cinturão, visigótico 344
Artefacto visigótico 345
Fivela de cinturão, visigótica 348
Cruz processional, visigótica (?) . . . 350
Reprodução de uma página da «Lex romana Visigothorum», manuscrito do século IX . 352
Fragmento do «Codex argenteus» . . . 356
Jóia de ouro com inscrições em caracteres rúnicos, existente no Museu de Copenhague 356
Trompa com inscrição em caracteres rúnicos encontrada no ducado de Schleswig . . 357
Estela sepulcral romana, leonesa, da mulher de Flavo 366
Lage sepulcral de Mértola do século VI, de Andreas, «princeps cantorum» . . . 366
Pilastra (Museu de Beja) 366
Estelas do cemitério junto à «Kasbah» dos Oudaia, em Rabat (Marrocos) . . . 367
Monumentos-cabeceiras do cemitério de Bab-Fetouh, em Fez, com representação de portas de diversos modelos 367
Planta da igreja de Balsemão 368
Um dos capitéis das naves da igreja de Balsemão 368
Arco da capela-mor da igreja de Balsemão (Lamego) 369
Capitel e imposta do arco da capela-mor da igreja de Balsemão (Lamego) . . . 370
Capitel e imposta do arco da capela-mor da igreja de Balsemão (Lamego) . . . 370
Planta da capela de S. Frutuoso. . . . 371
A tríplice Arcada com arcos ultrapassados que dá acesso ao centro do santuário de S. Frutuoso 371
Reproduções de moldagens de capitéis do santuário de S. Frutuoso 372
Fragmento do friso decorativo exterior de S. Frutuoso 372
Planta do destruído santuário de S. Miguel da Mota (Alandroal) segundo desenho de Gabriel Pereira 373
Tabuleiro decorativo encontrado nas ruínas do santuário de S. Miguel da Mota (Alandroal) segundo reconstituïção de Alfredo Cândido 373
Ruínas do baptistério de S. Miguel de Odrinhas (Sintra) 374
Planta da igreja de Santo Amaro, de Beja (na idade média da invocação de Santa Maria da Graça) levantada pelo autor 375
Capitel de Santo Amaro, de Beja (N.º 4) . 375
Capitel de Santo Amaro, (N.º 6) . . . 376
Capitel de Santo Amaro, (N.º 5) . . . 376
Capitel de Santo Amaro, (N.º 2) . . . 376
Pilastra visigótica ornamentada nas quatro faces 377
Flanco da pilastra visigótica menor . . . 377
Uma das faces da pilastra maior. . . . 377
Pia visigótica quadrada 378
Fragmento de friso ou imposta, visigótico . 378
Ábaco de capitel visigótico 378
Fragmento decorativo 379
Tabuleiro ou placa decorativa 379
Ornamentação dos flancos do tabuleiro . . 379
Capitel de Alcácer do Sal 380
Pilastra encontrada no Castelo de Sines . . 380
Frontal engastado nos muros da Sé de Lisboa 381
Capitel proveniente de Miranda do Corvo . 381
Pia fragmentada, de arte visigótica . . . 382
Trôço de coluna estriado obliquamente (Tróia-Setúbal) 382
Trôço de coluna estriado obliquamente . . 382
Lage sepulcral de Manária, de Mértola (século V) 383
Frontão com simbolismo cristão primitivo (século V) 383
Lápide de Orânia, de Mértola (séc. V) . . 383
Trôço de coluna com símbolos cristãos (século V) 383
Friso de uma construção da época visigótica, proveniente de Chelas (Lisboa) . . . 384
Pilar da época visigótica, proveniente do antigo Mosteiro de Chelas 384
Fragmento de imposta decorada com largos quadrifólios, flor nos intervalos e restos de um cordão jónico de contas estilizadas, no rebôrdo superior 385
Ábaco visigótico proveniente dos alicerces de uma casa vizinha de Santa Maria. . . 385
Estilizações de bustos humanos em moedas visigóticas de Espanha 386
Inscrição árabe do tempo do Califado (Córdova) 395
Inscrição árabe 396
Fragmentos de olaria árabe — (século X). . 398
Dedal e agulha de fuso árabes (século X) . 400
Candeia árabe (século XII). 400
Candeia árabe 404
Capitel árabe do demolido convento de Santarém 404
Fragmento de cerâmica árabe 404
Granada — Alhambra: Páteo dos Leões . . 405
Granada — Alhambra: Sala dos Embaixadores. 405
Granada — Alhambra: Ornamentação mural da Sala dos Embaixadores 406
Sevilha — A Tôrre da Giralda 414
Capitéis árabes 415
Córdova — Interior da Mesquita 416
Córdova — O Mirabe, na Mesquita . . . 417
Córdova — A galeria do Mirabe 417
Córdova — Parede do Mirabe da Mesquita . 418
Sé de Braga — Cofre de marfim do século XI . 419

	Págs.
Sé de Pamplona — Cofre de marfim do século XI	420
Alcorão chamado de Mulei Zidão	424
Toledo—Exterior da Capela do Cristo da Luz.	425
Capitéis árabes encontrados na escavação do adro da demolida igreja de S. Salvador	426
Capitel árabe	427
Capitéis árabes	427
Moeda árabe de prata, século VIII	428
Moeda árabe de prata, século IX	428
Moeda árabe de prata, século X	428
Moeda árabe de ouro, século XI	428
Moeda árabe de ouro, século XII	428
Moeda árabe de prata, século XIII	428
Moeda árabe de prata, século XIV	429
Azulejos hispano-árabes do século XV	429
Pratos hispano-árabes	430
Fragmentos de decoração arquitectónica muçulmana, de Montemór-o-Velho	431
«Dinar» cunhado no Andalus em 717	436
Capitel da Sé de Oviedo, que representa a luta de Fáfila com um urso	437
Sinal de Afonso III	442
Epitáfio do bispo Nausto	442
Cópia, no «Liber Fidei», da carta de Afonso III relativa à restauração de Braga	443
Documento relativo à restauração de Braga por Afonso III	444
Cruz oferecida por Afonso III à Sé de Oviedo	445
Cruz oferecida por Afonso III à Sé de Oviedo	445
Igreja de Lourosa: Conjunto da fachada com o campanário posteriormente edificado	446
Igreja de Lourosa: Fachada principal com o «ajimez» e o arco da porta primitiva.	446
Igreja de Lourosa: Porta do lado Sul	447
Igreja de Lourosa: Porta do lado Norte	447
Igreja de Lourosa: Interior da porta principal.	448
Igreja de Lourosa: Interior visto da Capela-mór	449
Igreja de Lourosa: Interior visto, transversalmente, da porta lateral do Sul	450
Igreja de Lourosa: Nave do lado da Epístola.	451
Igreja de Lourosa: A mesma nave vista da nave central	451
Igreja de Lourosa: Dois aspectos da arcada do lado do evangelho, visto da nave central	452
Igreja de Lourosa: Conjunto de arcos visto da sacristia	453
Igreja de Lourosa: Arco de comunicação da nave da Epístola com uma arrecadação ao lado da capela-mór	454
Planta da Igreja de Lourosa.	454
Documento relativo à demarcação do têrmo do bispado de Dume mandada fazer por Ordonho, quando rei da Galiza em 911	455
Ordonho II apresentando o seu palácio à Virgem	456
Túmulo de Ordonho II	457
Capas da Bíblia oferecida à Sé de Oviedo por Fruela II.	458
Capa de evangeliário aparecida próximo de Leiria	459
Cruz de Santiago de Peñalba, do tempo de Ramiro II (940)	459
Sinal de Ordonho II	460
Sinal de Fruela II	460
Sinal de Ordonho III	460
Sinal de Ordonho IV	460
Sinal de Ramiro III	460
Cálice de prata do Tempo de Bermudo II (fins do século X).	461
Sinal de Bermudo II	462
Sinal de Afonso V	462
Sinal de Fernando Magno	462
Crucifixo oferecido por Fernando Magno à igreja de S. Isidoro, de Leão.	463
Carta da doação feita a Múnio Viegas por Garcia, rei da Galiza	466
Zamora: Muralhas com a casa de D. Urraca.	467
Cofre do Cid	468
Toledo: Porta do Sol	469
Toledo: Entrada da ponte de S. Martinho	469
Cruz proveniente da freguesia de Gagos, concelho de Celorico de Basto (século XI)	470
Cruz proveniente da freguesia de Gagos	470
Cruz peitoral Bisantina	471
Sinal de Afonso VI, como rei de Leão	472
Sinal de Afonso VI, como rei de Leão, Castela e Galiza	472
Castelo da Feira: Tôrre de menagem	473
Castelo da Feira: Porta principal da tôrre de menagem	474
Castelo da Feira: Porta lateral da tôrre de menagem com vestígios de um vão anterior	474
Vista geral de Seia, com restos das muralhas, segundo litografia desenhada por Lucas Marrão (séc. XIX)	475
Túmulo do Conde Sesnando	476
Primeiras linhas do foral concedido a Santarém, em 1095, por Afonso VI.	477
Fecho do foral concedido a Santarém, em 1095, por Afonso VI	478
Planta do Castelo de Guimarães	484
Castelo de Guimarães (Aspecto geral visto Poente)	485
Castelo de Guimarães (Aspecto do lado do Nascente)	486
Castelo de Guimarães (Tôrre de menagem).	487
Castelo de Guimarães (Torreão do lado do Norte)	488
Castelo de Guimarães (Torreão do lado do Sul).	488
Castelo de Guimarães (Porta da tôrre de menagem)	489
Castelo de Guimarães (Ruínas do paço de D. Henrique)	490
Castelo de Guimarães (idem)	490
Castelo de Guimarães (idem)	491
Castelo de Guimarães (A «tôrre da fôrca»).	492

	Págs.
Castelo de Guimarães (As duas colunas da fôrca)	492
Castelo de Guimarães (Porta da traição)	493
Castelo de Guimarães (Cisterna)	493
Túmulo do Conde D. Henrique	494
Doação do couto de Braga ao bispo Maurício, feita por D. Henrique e D. Teresa, em 12 de Abril de 1112	495
Sinal de D. Teresa	496
Doação do burgo do Pôrto ao bispo D. Hugo, feita por D. Teresa em 1120	497
Doação do mosteiro de Azere ao bispo de Tui, Afonso, feita por D. Teresa em 1125	498
Túmulo de D. Teresa	499
O Castelo de Guimarães e a igreja de S. Miguel	500
Igreja de S. Miguel (Aspecto exterior)	501
Igreja de S. Miguel (Aspecto interior)	501
Igreja de S. Miguel, Pia baptismal que serviu, segundo a tradição, para o baptismo de Afonso Henriques	502
Fragmento do túmulo de Egas Monís	503
Doação do couto de Lapela ao arcebispo de Braga, Paio Mendes, feita por Afonso Henques, em 27 de Maio de 1128	504

ÍNDICE GERAL

	Págs.
PREFÁCIO.	9
PRIMEIRA PARTE — Condições geográficas	15
SEGUNDA PARTE — A Lusitânia pre-romana	77
TERCEIRA PARTE — O Domínio Romano	215
QUARTA PARTE — O Domínio Germânico	291
QUINTA PARTE — A Arte visigótica	363
SEXTA PARTE — O Domínio Árabe	389
SÉTIMA PARTE — A Reconquista cristã	433
OITAVA PARTE — O Condado Portucalense	481
Corrigenda	507
Colocação de estampas	509
Índice de gravuras	511
Índice geral.	519

HISTÓRIA DE PORTUGAL

LIBROS PORTER BARCELONA

HISTÓRIA DE PORTUGAL

UNIVERSITY OF ILLINOIS-URBANA
3 0112 076147617